UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

LUÍS EDUARDO FRANÇO JARDIM

A Ditadura Militar na cidade, no trabalho e na casa
de cidadãos brasileiros.

Um estudo de depoimentos

versão corrigida)

São Paulo
2016

LUÍS EDUARDO FRANÇO JARDIM

A Ditadura Militar na cidade, no trabalho e na casa
de cidadãos brasileiros.

Um estudo de depoimentos

(Versão corrigida)

Tese apresentada ao Instituto de
Psicologia da Universidade de São Paulo
para obtenção do título de Doutor em
Psicologia

Área de Concentração: Psicologia Social
e do Trabalho

Orientador: Prof. Dr. José Moura
Gonçalves Filho

São Paulo
2016

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na publicação
Biblioteca Dante Moreira Leite
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Jardim, Luis Eduardo França.

A ditadura militar na cidade, no trabalho e na casa de cidadãos brasileiros. Um estudo de depoimentos / Luis Eduardo França Jardim; orientador José Moura Gonçalves Filho. -- São Paulo, 2016. 490 f.

Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de Concentração: Psicologia Social e do Trabalho) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

1. Cotidiano 2. Memória 3. Ditadura militar 4. Traço psicossocial 5. Psicologia Social I. Título.

JC495

JARDIM, L.E.F. *A Ditadura Militar na cidade, no trabalho e na casa de cidadãos brasileiros: Um estudo de depoimentos*. Tese apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo para obtenção de título de Doutor em Psicologia.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____
Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____
Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____
Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____
Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____
Julgamento: _____ Assinatura: _____

*A todos aqueles que resistiram,
lutaram e ainda lutam para vencer
a dominação*

AGRADECIMENTOS

Aos depoentes que participaram desta pesquisa. Em sua imensa generosidade cada um doou, de peito aberto, suas palavras, histórias, afetos, alegrias e lágrimas.

Ao orientador Zeca, pelas suas enormes contribuições com palavras precisas que fizeram pensar, sentir e refletir muito a cada vez. Pessoa especial por quem guardo grande admiração, estima pela sua atenção, dedicação e carinho desde o início.

À Ecléa Bosi, pelo seu acolhimento e contribuições memoráveis ao longo do trabalho.

À Helerina Novo, amiga querida e primeira pessoa a me instigar e estimular para esse doutorado.

Aos queridos Malu Schmitd e amigos do LABI, grupo de pesquisa e afeto com quem caminhei junto nesses anos.

Aos caros Luis Guilherme Galeão e Bernardo Svartman pelo acolhimento desde o início e valiosas dicas ao longo do percurso.

Especialmente à Mari. Companheira que transborda amor, carinho, escuta e apoio nesses anos todos.

Aos meus pais, que sempre estiveram próximos e ajudaram com afeto a florescer o *jardim*.

Às pessoas especiais da minha vida, amigos fundamentais que me ajudaram com presenças, leituras, correções, sugestões, distrações e amizade desde antes do projeto até os últimos minutos.

À CAPES pela concessão da bolsa de doutorado para a realização dessa pesquisa.

É difícil contar aos jovens estudantes de agora o que foi o dia a dia universitário de um tempo que alguns chamam de “milagre” e, outros, de “dura repressão”. Sem dúvida, muitos dos jovens de agora ouviram falar ou leram sobre aqueles tempos. Podem imaginar, mesmo com dificuldade, o que teria sido viver sob o medo, temendo a casa e a rua, o lugar de trabalho e o de lazer, o dia de ontem (que fiz?), o de hoje (que faço?), o de amanhã (que farão comigo?). Temer abrigar perseguido de agora para não tornar-se perseguido depois, mas fazê-lo, embora em pânico. Ter medo da prisão e da tortura, de trair os amigos e perder família. Desconfiar dos outros, de si e da própria sombra. Talvez não seja incompreensível para os jovens de agora o que pode ser o terror, cuja regra é tornar-nos suspeitos, fazer dos suspeitos culpados e condená-los à tortura e à prisão sem que saibam de que são acusados e sem qualquer direito à defesa.

Marilena Chauí

Todo mundo que era contra a ditadura era comunista. Todos se tornaram suspeitos, subversivos em potencial. O comunista estava na fronteira, atrás da porta, na sombra, na igreja, na escola, no cinema, no teatro, na música, no Exército, o comunista vendia pipocas, estava disfarçado em balés, óperas, podia ser seu vizinho, podia estar debaixo da sua cama, poluir o reservatório de água, dopar os bebedouros. Os comunistas tomariam o poder. Até os não comunistas eram comunistas disfarçados, foram doutrinados, sofreram lavagem cerebral.

Marcelo Rubens Paiva

Pela primeira vez, eu senti o contágio da agitação, a embriaguez de se fundir na massa e partilhar de um sentimento coletivo, a exaltação do impulso que deixa de ser ideia para se transformar em movimento.

Renato Tapajós

RESUMO

JARDIM, L.E.F. *A Ditadura Militar na cidade, no trabalho e na casa de cidadãos brasileiros: Um estudo de depoimentos*. 2016. 490f. Tese (Doutorado) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

O objetivo desta pesquisa é analisar, com base em depoimentos, os impactos psicológicos da ditadura civil-militar no cotidiano de brasileiros. A investigação pretende identificar e discutir como traços psicossociais ligados ao regime autoritário podem ter impactado psicologicamente o cotidiano de muitos brasileiros, opositores ou aderidos ao golpe. A vida cotidiana abrange o cidadão nos âmbitos da família, no trabalho e na cidade. É a vida que diz respeito a todos. Nela, os homens participam em meio à pluralidade com todos os aspectos da sua singularidade, sentimentos, paixões, ideologias. Partiu-se da hipótese de que a ditadura influenciou sobre o cotidiano do trabalho, da cidade e da família para sondar traços psicossociais dessa influência a partir da memória de depoentes que viveram os anos da ditadura. Na pesquisa, foram considerados nove depoimentos, de três mulheres e seis homens, que apresentaram elementos significativos para compreensão da experiência cotidiana na casa, no trabalho e nos espaços públicos da cidade. Em sua maioria, os depoentes empenham ou empenharam atividade militante, moram nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, possuem terceiro grau completo e consideram-se pertencentes à classe média. Os entrevistados são pessoas com ligações nas áreas da educação, saúde, cultura, comunicação, militar e funcionalismo público. A investigação buscou *interrogar sobre as formas pelas quais a ditadura abriu novos espaços de relação do brasileiro com seu cotidiano, construindo novos sentidos à sua experiência pessoal*. Com base nos depoimentos, há indicações de que os ambientes de trabalho tenham sido marcados pelo traço do medo, explicitado na vigilância, desconfiança, autocensura, autopreservação, silenciamento, moderação, cuidado, precaução. O medo parece ter invadido o cotidiano das famílias e fragilizado relações de parentesco, trazido a vigilância e controle para dentro do lar. Nas instituições de convívio e na circulação pelas ruas, o medo imprime suas marcas no cotidiano do cidadão. Os depoimentos também trouxeram indícios de que o ambiente instaurado nos anos da ditadura pela censura, repressão, violência tenha sido favorável a um par de traços psicossociais ligados, primeiramente, à solidariedade, a busca por unidade, apoio daqueles que experienciam indignação e sofrimento semelhantes; e, junto com a solidariedade, a coragem alcançada coletivamente, um poder constituído na reunião de um com o outro para se posicionar, se manifestar contra o regime e lutar politicamente por mudanças nos âmbitos públicos. Ciente dos limites qualitativos e quantitativos que a seleção dos depoentes representa, a pesquisa não pretende generalizar suas observações para todos os brasileiros, mas começar um estudo mais amplo sobre os impactos psicológicos da ditadura. Portanto, essa investigação é um ponto de partida, um início a ser continuado, ampliado e aprofundado futuramente com a escuta também de cidadãos trabalhadores rurais, operários, representantes das classes pauperizadas, de outros grandes centros urbanos e regiões interioranas, com posicionamento mais conservador ou progressista, pessoas que possam ter sido beneficiadas ou prejudicadas pelo regime, os filhos criados no período, as gerações seguintes que conviveram com pais ou parentes no período da ditadura.

Palavras-chave: Cotidiano; Memória; Ditadura Militar; Traço Psicossocial; Psicologia Social.

ABSTRACT

JARDIM, LE.F. *The military dictatorship in the city, at work and at the home of Brazilian citizens: A study of testimonials*. 2016. 490f. Tese (Doutorado) – Instituto de Psi, Universidade de Sao Pl, Sao pl, 2016.

The aim of the research is to analyze the psychological impact of the civil-military dictatorship in Brazilian daily based on testimonials. The research aims to identify and discuss how some psychosocial traits relevant to the authoritarian regime may have psychologically affected the daily life of most Brazilians, opponents or supporters of the coup. Everyday life covers the citizen in the family areas, at work and in the city. It is life that concerns us all, in it, the men participate in the plurality, with all aspects of its singularity, feelings, passions, ideologies. We started from the hypothesis that dictatorship influenced over the daily work, the city and the family to probe psychosocial traits of that influence from the interviewees memory who lived through the years of the dictatorship. In the survey, they were considered nine testimonies of three women and six men, who showed significant elements to understand the everyday experience in the home, at work and in public spaces in the city. Most of the interviewees engage or engaged militant activity, live in São Paulo and Rio de Janeiro, have College grade and considered to belong to the middle class. Respondents are persons connected in the areas of education, health, culture, communication, military and civil service. The study aimed to wonder about the ways in which the dictatorship opened new relationship spaces to Brazilian with their daily lives, creating new meanings to his personal experience. Based on the testimonies, there are indications that the work environments are marked by the trait of fear, explained in surveillance, suspicion, self-censorship, self-preservation, silence, moderation, caution, precaution. The fear seems to have invaded the daily lives of families and solve family relations, brought surveillance and control into the home. In convivial institutions and circulation through the streets, fear prints its marks in citizen's daily life. The testimonies also brought evidence that the environment established in the years of dictatorship by censorship, repression, violence has been in favor of a pair of psychosocial traits linked to solidarity, the search for unity, support of those who experience indignation and suffering; and, together with solidarity, courage achieved collectively, a power established in meeting with each other to position themselves, speak out against the regime and fight politically for change in public areas. Aware of the qualitative and quantitative limits of the selection of deponents, the research does not intend to generalize their observations to all Brazilians, but getting a broader study on the psychological impact of the dictatorship. Therefore, this research is a starting point, a start to be continued, broadened and deepened in the future by listening also: peasants, workers, representatives of the impoverished classes, citizens of other big cities and inland regions, people conservative and progressive, people who might have benefited or harmed by the regime, the children, the following generations who lived with parents or relatives affected by the period of dictatorship.

Keywords: Daily; Memory; Military dictatorship; Psychosocial trait; Social Psychology.

SUMÁRIO

1. Introdução	1
2. Primeiras considerações historiográficas sobre a ditadura e repercussões no cotidiano do brasileiro	4
3. Método	14
4. Sobre os depoentes e as entrevistas	21
5. Ausonia	24
5.1. O cidadão, a grande metrópole e o medo	25
5.2. Medo e coletividade	28
5.3. Engano e repressão	30
5.4. Nas escolas <i>de elite</i> e <i>da elite</i>	33
5.5. Formação exclusiva ou <i>exclusiva</i>	35
5.6. Atravessamentos autoritários na universidade	42
5.7. Entre o medo e a coragem	46
6. Reginaldo	51
6.1. O golpe e os primeiros impactos	51
6.2. O trabalho e atravessamentos da ditadura	60
6.3. Um golpe e ditadura ideológicos	64
6.4. Transição: entre ânimo e frustração	78
7. Giba	94
7.1. Quando a realidade convoca à politização	95
7.2. O medo invade o cotidiano	103
7.3. A coragem e o reencontro com a mobilização coletiva	111
8. Paulo	116
8.1. São Paulo: a capital da efervescência	117
8.2. O golpe na cidade: novos ares, velhas trevas	122
8.3. A direita mostra a sua cara	126
8.4. Repressão, resistência e criação	135
8.5. Solidariedade sob o medo	147
9. Ivan	152
9.1. Percepção do golpe	153
9.2. Resistência e perseguição	158
9.3. Recrudescimento das Forças Armadas	165
9.4. AI-5 e o recrudescimento do golpe	170
9.5. AI-5 entre o medo e a cautela	175
10. Virgínia	180
10.1. O golpe em brancas nuvens	182
10.2. Abertura: Transição pessoal e política	189
10.3. Intervenção na saúde e cotidiano do brasileiro	194
11. Shoshana e Luiz Carlos	201
11.1. Percepções de um mesmo golpe	201
11.2. Rupturas pelo caminho	205

11.3.	Marcas entre o individual e o coletivo	209
11.4.	O fim da utopia e percepções da abertura	211
11.5.	Reverberações continuadas	215
12.	Francisco	218
12.1.	O medo de ter medo	219
12.2.	A ausência <i>da</i> política e o seu afastamento	224
13.	Considerações	228
13.1.	O medo nosso de cada dia	231
13.2.	A coragem na solidariedade	240
14.	Bibliografia	247
15.	Anexos – Entrevistas	253
15.1.	Ausonia	254
15.2.	Reginaldo	280
15.3.	Giba	314
15.4.	Paulo	337
15.5.	Ivan	377
15.6.	Virgínia	397
15.7.	Shoshana e Luiz Carlos	420
15.8.	Francisco	442

1. Introdução

A ditadura teria influenciado sobre o cotidiano na cidade, no trabalho e na casa do brasileiro. Este foi o ponto de partida da questão que movimentou essa pesquisa. Quando nos debruçamos sobre as pesquisas em psicologia focadas no tema da ditadura, muito se investiga sobre os danos provocados pela violência, impactos das prisões, da tortura, modos da experiência militante. Mais raramente encontramos estudos que discutam o cotidiano do brasileiro naquele período, a experiência dos cidadãos que, sob o regime autoritário, viveram suas vidas em família, nas escolas, nas universidades, no trabalho, na ruas.

Para esta pesquisa, partimos do pressuposto que a influência da ditadura no cotidiano do brasileiro possa ter sido mais ou menos favorável a diversos impactos psicológicos no existir do cidadão. Esses impactos podem ter deixado marcas que teriam determinado dores, sentimentos, modos de relação, recolhimentos, silenciamentos. Interessou-nos estudar as características da paisagem cotidiana, os traços psicossociais ligados ao período da ditadura, para compreender suas repercussões psicológicas no existir do brasileiro.

Com base em depoimentos, a investigação pretendeu identificar e discutir traços psicossociais ligados ao regime autoritário e possíveis impactos psicológicos em cidadãos, opositores ou não ao golpe, que experienciaram o dia a dia durante a ditadura. Pretendemos sondar a penetração do autoritarismo militar no cotidiano de brasileiros e, quando possível, indicar direções de como esta penetração veio acentuar ou inovar marcas da dominação nos cidadãos. Esta pesquisa transita na fronteira entre singular e plural, entre o cidadão e a política, entre o psicológico e o social, trata-se de um estudo fundado em uma escuta fenomenológica aos depoimentos e amparado na Psicologia Social.

Buscamos, primeiramente, ouvir a memória de depoentes que viveram o período da ditadura no Brasil e que saibam estimar o problema da ditadura enquanto tal, ou seja, que o tomem como um problema e não o tomem como solução. A seleção dos nove depoentes (seis homens e três mulheres), cujas entrevistas foram analisadas nesta pesquisa, priorizou cidadãos que tivessem trabalhado, ou estivessem próximos, a algumas áreas que a literatura sobre o período indica terem sido de interesse do regime e estruturalmente afetadas por suas políticas públicas: saúde, educação, militar, cultura, operariado e funcionalismo público. Alguns dos depoentes reuniam

experiências em mais de uma área dessas. Foram selecionadas as entrevistas que apresentaram gama mais ampla de situações ou contextos cotidianos dos quais fosse possível sondar traços em comum com muitos outros cidadãos. Traços que provavelmente estariam também vinculados ao cotidiano de cidadãos em similares condições sócio-econômicas, profissionais, familiares ou que frequentassem instituições de convívio, organizações públicas ou particulares, como universidades, escolas, hospitais, sindicatos, cursinhos, empresas. Além da experiência ou proximidade com estas áreas, a seleção dos depoentes caracterizou um recorte delimitado da população: cidadãos moradores de duas grandes capitais (São Paulo e Rio de Janeiro); brancos; identificados com a classe média ou classe média-baixa; com terceiro grau completo; e, principalmente, com grau significativo de consciência sobre o período, capazes de apresentar julgamento sobre os acontecimentos da ditadura e seus sentidos.

Não pretendemos com a análise destas entrevistas apresentar uma generalização definitiva sobre o cotidiano do brasileiro nos anos da ditadura, senão *iniciar* um estudo mais abrangente que exigirá, futuramente, a escuta de muitos outros cidadãos que possam contribuir para a ampliação da compreensão do cotidiano do período.

O leitor encontrará nesta pesquisa depoimentos e análises de depoimentos que trazem o testemunho de um longo período no qual o Brasil viveu sua mais importante ditadura. A pesquisa não abrange a história de vida dos depoentes, trata-se de uma entrevista focal sobre o cotidiano na cidade, no trabalho e na casa dos brasileiros. Nos depoimentos, procuramos sondar traços psicossociais que permitam avaliar as repercussões da ditadura na circulação pela cidade, nas relações com os outros nas ruas, na escola, na universidade, na banca de jornal, na padaria, no ônibus; como a ditadura foi sentida pelos cidadãos nos ambientes de trabalho, nas relações com os colegas e chefes, nas tarefas realizadas, nas condições de trabalho; e impactos do regime nas relações em casa, com a família, esposa, marido, filhos, parentes.

De modo geral, os depoimentos contiveram informações além daquelas que eram imprescindíveis para a pesquisa. E em alguns casos, isso torna a leitura do depoimento mais ou menos dispensável para o leitor, mas em outros casos, os depoimentos formaram cada um uma unidade tal de temas diretamente ligados à pesquisa e temas relacionados mais externos ao interesse da pesquisa, que recomendamos a leitura dos depoimentos na íntegra.

De modo bastante resumido, podemos antecipar que os depoimentos indicaram uma ampla variedade de modos pelos quais a ditadura teria influenciado o cotidiano do brasileiro. Modos que teriam contribuído para instaurar ambientes sociais e institucionais mais ou menos favoráveis à manifestação de diferentes sentimentos e reações psicológicas. Nas memórias dos depoentes, encontramos *primeiros indícios* de que a ditadura foi mais ou menos favorável a atravessamentos do *medo* nas relações de modo geral, desconfiança, perseguição, vigilância, incerteza, autocensura; a experiências de *solidariedade*, busca de uma unidade, companheirismo, afetividade, apoio mútuo; a ambientes e situações propícios à evocação da *coragem*, principalmente, na coletividade, diante do medo e prolongado sofrimento; revelaram também favoráveis à *politização* ou esquivas de cidadãos inseridos em meios de efervescência política; experiências *libertárias* de descoberta do prazer, da sexualidade, da quebra de padrões tradicionais. Sentimentos que parecem articular-se entre si e tomam o cotidiano do cidadão, interferindo em posturas, atitudes, possibilidades.

Estes primeiros resultados não são suficientes para fazer afirmações assertivas sobre o cotidiano na ditadura, tampouco pretendem encerrar a questão discutida. Importante repetir que, ciente dos limites qualitativos e quantitativos que a seleção dos depoentes representa, a pesquisa não pretende generalizar suas observações para todos os brasileiros, mas começar um estudo mais amplo sobre os impactos psicológicos da ditadura. Portanto, essa investigação é um *ponto de partida*, um início a ser alargado e aprofundado futuramente. Esta pesquisa mais aberta e plural a ser continuada deve considerar um grupo maior de entrevistados, que abarque uma vasta amplitude qualitativa na escolha dos depoimentos: trabalhadores rurais, indígenas, operários, representantes das classes populares, cidadãos de outros grandes centros urbanos, de regiões interioranas. Também cabe a inclusão dos filhos de militantes, as gerações seguintes que conviveram com pais ou parentes afetados no período da ditadura, e também cidadãos que tenham sido a favor do golpe, pessoas beneficiadas e prejudicadas financeiramente pelo regime entre tantos outros que as entrevistas podem indicar.

Por fim, a pergunta central que guiou a reflexão baseada na escuta dos depoimentos visou indagar sobre *as formas pelas quais a ditadura abriu novos espaços de relação do brasileiro no cotidiano de sua casa, seu trabalho e com a cidade, construindo novos sentidos à sua experiência pessoal e coletiva*.

2. Primeiras considerações historiográficas sobre a ditadura e repercussões no cotidiano do brasileiro

Em março de 2014, completaram-se 50 anos do golpe civil-militar que destituiu o Presidente João Goulart e, posteriormente, instaurou um regime ditatorial que duraria vinte e um anos, comandado por militares com a colaboração da elite civil. O historiador Carlos Fico (2014) considera que o golpe de 1964 “representou a expressão mais contemporânea do persistente autoritarismo brasileiro, que já se manifestou em tantas outras ocasiões” (p.08). O regime militar não responde isoladamente e tampouco primeiro pelo uso arbitrário da violência de Estado, é produto e reprodutor inédito do mandonismo brasileiro e da subalternização de classes.

O autoritarismo brasileiro – cedo formado no século XVI com o escravismo colonial, com a dominação dos índios, negros e depois homens livres pauperizados, disfarçado por insólito nacionalismo e cultivado pelo o “mito fundador” de um Brasil *sem sangue* e de um povo *pacífico e cordial* (CHAUÍ, 2013; IOKOI, 2009; 2011) – este autoritarismo, na maioria das vezes encoberto ou naturalizado no cotidiano, vinha de longe para apresentar-se na tentativa de golpe em 1961 (TAVARES, 2012a), para alimentar o conservadorismo de movimentos como “Tradição, Família e Propriedade” e para gestar as raízes do golpe civil-militar de 1964.

Passadas três décadas do fim da ditadura civil-militar, parece cada vez mais claro aos estudiosos que esse acontecimento não foi meramente uma *página infeliz da nossa história*, mas teria produzido manchas que penetraram as páginas subsequentes. Estas manchas ainda interferem na escrita das páginas atuais dos brasileiros? A ditadura, para alguns teorizadores, teria aberto um abismo que nunca mais se fechará.

Vera Vital Brasil (2009a) nos traz a definição própria de Estado: a ele cabe “exercer sua função principal de proteger os cidadãos, garantir seus direitos e sua integridade física” (p.295). Limitado a este fim, o Estado é a única entidade a que se pode reservar constitucionalmente o uso da violência. No entanto, quando o uso deste direito volta-se contra a mesma população que deveria ser protegida, inverte-se o papel do Estado, transgredindo-se sua própria norma e definição.

Durante o regime, as ações repressivas do Estado operavam em frentes diversas. A violência das prisões, torturas e desaparecimentos voltou-se intensamente aos opositores diretos do regime, tomados como *inimigos internos*. A desmedida força

da violência disseminou sua mensagem de ameaça e parece ultrapassar os centros de tortura, adentrando o cotidiano do cidadão. Suely Almeida (2002) observa que “a cultura da violência e do terror penetra dos espaços mais íntimos aos mais coletivos da vida social” (p.46). A ameaça invade as relações cotidianas e tece sua trama social difusa e ampla na população. A violência instaurada como política pública entremeia-se nas relações de trabalho, nas ruas, no convívio cotidiano e lança seus vapores de ameaça, sempre à espreita. Quais interferências nos sentimentos e no modo de estar no mundo a ameaça da violência produz no cidadão?

Os danos da ditadura ultrapassam as vítimas diretas do regime, atravessam as gerações e instalam-se também nos filhos, sobrinhos e netos dos brasileiros (SÃO PAULO, 2014; GTNM/RJ, 2009). A história reúne aos que sofreram diretamente as violações de direitos humanos pelo Estado também as gerações que sentem e, mais ou menos, se percebem implicadas e impedidas pelas mesmas violações: as biografias de militantes e as biografias de cidadãos à volta parecem todas revelar experiências com a violência.

Dos anos de ditadura, ainda hoje identificamos o legado silenciador do regime de exceção que optou por reprimir brutalmente seus opositores, cassar direitos civis e políticos de milhares de pessoas, estabelecer a censura e outorgar unilateralmente uma nova Constituição em 1967 (TELES, 2010). As ações do Estado autoritário construíram uma herança que impõe um “registro de silenciamento que, embora não proíba dizer, incita a calar (e esquecer), muitas vezes em meio a uma ofuscante prolixidade aparente” (RODRIGUES; MOURÃO, 2002, p.213). A imposição do silêncio em relação aos acontecimentos da ditadura nos anos de “redemocratização”, assim como as dificuldades e barreiras políticas encontradas para a revisão da atual interpretação da Lei da Anistia, relegam a história recente do Brasil ao caráter de *esquecimento institucionalizado*.

Mesmo passados até cinquenta anos de muitos acontecimentos da ditadura, algumas marcas de impedimento, medo, silenciamento permanecem com o cidadão, que não encontra escuta na sociedade para sua experiência política e psicológica de sofrimento e luta. Tânia Kolker (2009) analisa que o objetivo da violência de “destruir coletivos” pode ser, “sem dúvida, aniquilador, mas pode não ter ainda força suficiente para consolidar essa destruição, que se obtém definitivamente com a privatização do dano no afetado” (p.277, tradução nossa). Quando restringimos o dano da violência ao

dano psicológico *no* violado, ficam completos o serviço ao esquecimento da violência política e o serviço ao amortecimento de suas persistentes irradiações entre nós.

As seguidas décadas de silenciamento e desresponsabilização do Estado pelas ações repressivas na ditadura estabeleceram uma espécie de legitimação pública da violência. Ao mesmo tempo, deslegitimam o sofrimento da vítima das violações, mantendo-o no âmbito *privado*, no *isolamento* e *desamparo*. Em outras palavras, são encobertos a origem e o caráter *políticos* do dano e o problema é lançado na esfera individual do “*eu*”. A despolitização do dano relega os danos da ditadura ao caráter exclusivamente individual, e cria uma inversão. Esta inversão faz com que a sociedade e a própria vítima confundam a força que lhe foi dirigida com algum caso de debilidade pessoal, injustamente responsabilizando-a: como se o duradouro sofrimento da vítima fosse exclusiva matéria de sua própria maturidade ou imaturidade psíquicas. A despolitização do sofrimento das vítimas, o desamparo, participaram no período de redemocratização dos ataques contra as condições para a elaboração dos danos passados e suas repercussões.

A ausência de reconhecimento político da responsabilidade do Estado por décadas restringe o sofrimento ao plano individual, impede o reconhecimento social de um dano político. O silenciamento abafa as possibilidades de elaboração, se tornando um corpo estranho em um meio social que recusa a ouvir (KOLKER, 2009, p.266).

A ditadura estendeu-se por tempo demasiadamente longo e suficiente para dar nós e amarrar os fios da vida social numa trama sem elasticidade. Entre as ditaduras na América Latina, o Brasil foi que mais meticulosamente articulou violência arbitrária e uma forçada combinação entre legalidade e autoritarismo.

Anthony Pereira (2010) aponta que o autoritarismo legitimado, decorrente do consenso entre os ditadores, os agentes do sistema Judiciário e a elite civil favorecida, produziu uma transição política sem suficiente ruptura com o regime militar: transcorreu um fenômeno de *continuidade autoritária*.

O que em geral não é suficientemente reconhecido [...] é a forma como os militares e o Judiciário atuaram na defesa do *status quo* brasileiro, configurando assim uma transição na qual uma pretensa amnésia – aliada a um confesso orgulho pelo passado autoritário – foi a tônica (p.240).

Passados trinta anos do fim da ditadura, uma nebulosidade ainda cobre os acontecimentos traumáticos e reluta em liberar o movimento da memória, da verdade

e da justiça. A história silenciada repercute em impedimentos para a elaboração política e psicológica do passado ainda presente. Edson Teles (2009) observa que “a herança autoritária repete na democracia o silêncio imposto, segue restando o pensamento e a narração constituintes da esfera pública” (p.582).

A ditadura brasileira encontrou diversas maneiras “de não passar, de permanecer em nossa estrutura jurídica, em nossas práticas políticas, em nossa violência cotidiana, em nossos traumas sociais que se fazem sentir mesmo depois de reconciliações extorquidas” (SAFATLE; TELES, 2010, p.9). Sob a égide da democracia, o autoritarismo do regime faz repercutir sua força ao penetrar na estrutura social do país e impedir, pelo silêncio histórico institucionalizado, possibilidades de elaboração dos danos produzidos no período.

O sofrimento silenciado e não elaborado, que não encontrou suficiente escuta, permanece vivo, embora abafado, tamponado. Mesmo encoberto, o sofrimento permeia relações de coexistência, de trabalho, atravessa a história política e pessoal do cidadão, sem ser reconhecido. A força do estado de exceção invade a intimidade do cidadão e suas repercussões psicológicas estendem-se no existir muitos anos depois. Trata-se de um dano que por sua origem pública e sua força afetiva deve necessariamente ser política e psicologicamente enfrentado. A privatização do dano e a impossibilidade de elaboração coletiva da experiência política da ditadura são modos de seguir sofrendo as repercussões das ações da ditadura.

Durante a ditadura, a censura e silenciamento acompanharam a violência muito generalizada contra agentes oposicionistas (prisões arbitrárias, torturas, “eliminação, pela repressão, de boa parte ou, em alguns países, da maioria das lideranças políticas de esquerda – ou simplesmente progressistas, sindicais, estudantis e intelectuais” (COGGIOLA, 2001, p.9): a divergência militante era sangrada sem hesitação; a alguns talvez tenha parecido que fosse natural eliminar opositores, a mais brutal das lições antidemocráticas, o fato é que a todos parecia certo que falar disso era também alinhar-se aos eliminados. Ainda hoje assistimos ao silenciamento espontâneo e institucionalmente praticado: a servil vontade de desconhecer os atos ditatoriais e a dor dos golpeados mortos e sobreviventes. Hoje, quando silenciemos diante de novas violências, quanto dessa passividade servil devemos ainda à ditadura?

O Golpe e o AI-5, acontecimentos políticos capazes de inserir o brasileiro em nova rotina cotidiana, trouxeram muitos brasileiros para a vida política, assim como

afastaram muitos outros definitivamente. O terrorismo de Estado é um marco radical que penetrou o cotidiano dos cidadãos e trouxe transformações ao contexto político do país, alcançando o cotidiano do cidadão na cidade, no trabalho na casa.

A restrição de acesso à informação pela censura (AQUINO, 1999; KUCINSKI, 2002), a indústria governamental de propaganda e entretenimento de massa, políticas públicas em conformidade com a lógica anti-popular dos golpistas: o Estado interveio intensamente na estrutura de setores fundamentais para a formação social e econômica do país. Sua ação atingiu os meandros da educação em escolas e universidades (MOTTA, 2014a; 2014b; 2015; GERMANO, 2011; MAFRA, 2014), da saúde (BRASIL, 2007; CARDOSO, 2013), da justiça (PEREIRA, 2010), do operariado (SADER, 2010; TELLES, 1994; SVARTMAN, 2010) e do serviço militar (SODRÉ, 2010; CHIRIO, 2012; PROENÇA, 2013). A reformulação estrutural destes setores atinge todo brasileiro que, em diferentes medidas, faz uso destes serviços ou vai deixar de utilizá-los, recorrendo à iniciativa privada. A população como um todo sentiu esse impacto? O impacto destas ações autoritárias do Estado teria atingido de modo igual a todo brasileiro? As pessoas das classes menos remuneradas teriam sofrido mais?

Esperamos que os depoimentos tragam elementos para caminhar por questões assim. Será realmente verdadeiro que a maior parte da população, que durante a ditadura, dedicou-se a cuidar da vida doméstica e distanciar-se das questões políticas, não teria sido afetada pela ditadura e viveria sua vida sem ser atingida pelos acontecimentos que se passaram? A ditadura terá repercutido no cotidiano de *todo* brasileiro? Os modos como a maioria se posicionou – favorável, descrente, indiferente, temeroso – não seriam, justamente, desdobramentos significativos dos modos como o brasileiro respondeu ao regime?

O relato de uma experiência com a ditadura brasileira haverá de contar-nos como o regime autoritário afetou e transformou a vida do brasileiro. Ecléa Bosi (2003) retoma o significado etimológico de *experiência* como o que *salta fora (ex) do perímetro de um círculo já percorrido*. Nesse sentido, a experiência inaugura novos caminhos e institui uma outra relação de mundo, isto é, funda um modo de relação com os outros, com as coisas e consigo mesmo.

A experiência desperta sentimentos. Os sentimentos, tal como compreendidos aqui, não são apenas as emoções agarradas a um acontecimento, mas os sentimentos abrem mundo, investem a compreensão e as ações. Os sentimentos tonalizam a

abertura de mundo, os sentidos e significados que se desvelam da experiência de alguém. A experiência e os seus sentimentos não são produzidos isoladamente, na “subjetividade” como esfera do indivíduo sem mundo e sem grupo; não são produzidos tampouco do lado do mundo como esfera que se pudesse considerar fora de toda experiência; mas o sentimento é o elo fenomenológico que faz uma abertura de mundo e rompe com a dicotomia existir-mundo. Acompanhando o pensamento de Martin Heidegger (2012), todo pensar, julgar e conhecer é antes afinado por um “sentimento”, também mais originário que os humores. Os sentimentos são originados pelas afinações, as tonalidades que vibram ou colorem as emoções, a compreensão, o julgamento e a ação. A compreensão de um fenômeno é sempre transpassada por afinações que inauguram uma abertura própria para o mundo, isto é, para as relações com os outros, com as coisas e consigo mesmo.

As mais diversas experiências do brasileiro com a ditadura produziram sentimentos variados. Sentimentos que podem enraizar-se no existir do cidadão e serem carregados por muito anos depois, ou mesmo nunca serem suficientemente elaborados.

No campo dos trabalhadores, as ações do Estado na ditadura foram absorvidas de modos diversificados de acordo com a classe, o contexto e momento do regime. Para Eder Sader (2010), “a consolidação do regime militar no início da década [de 1970] se fazia sobre a pulverização e o silêncio de movimentos sociais” (p.32), o que reforçava uma aparência e um sentimento de impotência no movimento operário. Era comum dirigir aos operários à expectativa que fossem integrados à ordem social, com passividade e conformismo, reagindo-se com típica hostilidade patronal contra organizações e protestos dos proletarizados. Entretanto, manifestações que carregam “progressivos deslocamentos de sentido [...] começam a ser valorizadas como expressão de resistência, de autonomia e de criatividade” (p.32-3) e, ao final da mesma década, estabelecem-se novos modos de relações no chão de fábrica e novas formas de participação, como as contundentes Comissões de Fábrica.

Já em outra região de trabalho e que envolve o âmbito da saúde, as relações de trabalho foram duplamente afetadas pelo regime mostrando, de um lado, a degradação e mercantilização da saúde pela instituição do modelo médico assistencial privatista (BRASIL, 2007; CARDOSO, 2013), mas, por outro, ainda durante a ditadura, mobilizações por ampliação do caráter público dos serviços de saúde (construíram-se

as primeiras discussões em favor de um só sistema de saúde pública, o que viria a resultar no SUS garantido pela constituição de 1988 e implementado no ano seguinte).

A participação coletiva foi um caminho de resistência contra as ações do Estado. No período em que o país passava pela abertura, as ações coletivas não necessitavam mais da proteção da clandestinidade e novos personagens puderam surgir no quadro de luta por mudanças em diversos setores da sociedade. Um poder nunca é propriedade de um indivíduo, mas diz respeito à habilidade humana para agir em conjunto (ARENDT, 2009a). O poder “pertence a um grupo e permanece em existência apenas enquanto o grupo se conserva unido” (p.60). No final da década de 1970, um poder começa a se constituir na saúde, no sindicalismo, na educação, no operariado, como resposta a anos de reunião e conversa impedidas.

Na educação, o regime trouxe impactos estruturais profundos. As ações do Estado imediatamente após o Golpe e ao longo da ditadura significaram demissões arbitrárias e prisões de professores, juntamente com a retirada de recursos e precarização do ensino público (MOTTA, 2014a; 2014b; GERMANO, 2011). Desde o início do regime surgem as concessões a empresários parceiros que enriqueceram com a indústria do ensino privatizado. Já no início da ditadura foram criados impérios do “ensino” que despontam até hoje sob a figura mercadológica dos “maiores centros educacionais do país”.

Na área jurídica, situações várias também foram formadas. Enquanto o Poder Judiciário apoiou a ditadura do início ao fim, trabalhando lado a lado com os militares, inclusive ampliando suas prerrogativas antes da transição, a OAB, depois de primeiro aparecer como importante apoiador do Golpe e dos primeiros passos da ditadura, assumiu gradualmente posturas contrárias ao descalabro de governos e governantes que davam as costas ao direito comum (PEREIRA, 2010). Houve não poucos advogados que, por iniciativa própria, puseram-se a defender presos políticos, muitas vezes gratuitamente (SÁ; MUNTEAL; MARTINS, 2010).

Na área da cultura, ao mesmo tempo em que dezenas de artistas e diretores combinavam arte e protesto, imprensa e protesto, gradualmente contando entre eles os torturados, assassinados ou exilados, o cinema, o teatro, a música e o jornalismo (RIDENTTI, 2010; CALIRMAN, 2013) também conheceram apoiadores até hoje do regime autoritário no Brasil e na América Latina. Estes últimos ganharam enorme destaque e projeção nas mídias escritas, no rádio e na televisão nacional e internacionalmente.

Por fim, é digno de nota que, entre os militares brasileiros, houve divergência entre as posições assumidas em relação ao Golpe, à ditadura, ao uso da força repressiva e à abertura vigiada. Apesar da adesão de um grande contingente das Forças Armadas, imediatamente após o Golpe centenas de dissidentes militares foram os primeiros alvos de prisões, torturas, assassinatos, demissões ou aposentadorias compulsórias (PROENÇA, 2013). Houve os que tomaram a luta armada. No grupo dos que apoiaram o regime também houve discordância de posições. A ala conhecida como Linha Dura, afeita a ideologias de extrema direita e de extermínio dos comunistas, opôs-se à abertura, quis prolongar o regime, promoveu atentados terroristas, forjou atentados para responsabilizar e desmoralizar a esquerda.

Do lado daqueles cidadãos que de algum modo se opuseram à ditadura nestes diversos setores, tanto pelas sequelas pessoais que passaram a carregar quanto pelos ataques dirigidos contra condições de vida e trabalho em que se nutriam, “muitos dos que sobreviveram à repressão [...] tiveram suas vidas alteradas para sempre: carreiras interrompidas, vocações abandonadas, exílios temporários que se transformaram em definitivos” (COGGIOLA, 2001, pg.9).

A violência da ditadura, portanto, repetimos mais uma vez, não se restringiu às ações repressivas mais brutais, mas também semeou autoritarismo nas relações pessoais e grupais. A violência, “à diferença do poder, é muda; a violência começa onde termina a fala” (ARENDT, 2008c, p.331). Na ditadura, a força emudecedora da violência penetrou a intimidade do brasileiro, depois de operar em todos os âmbitos sociais de circulação dos cidadãos. Para Hannah Arendt (2009), a força depende de formas de implementação, e as formas de implementação da força, como todos os demais instrumentos, aumentam e multiplicam a força.

A hipótese nuclear que assumimos nessa pesquisa, a partir de estudos sobre a ditadura, publicações sobre memória da ditadura pode ser delineada do seguinte modo: a violência produzida pelos vinte e um anos de regime autoritário no Brasil, violência política e psicológica, alcançou todos os brasileiros, inclusive aqueles que não sofreram repressão direta. Desta hipótese desdobra-se outra: as repercussões do autoritarismo militar na vida do cidadão produziram impedimentos diversos, percebidos ou não como relacionados à ditadura. Estes impedimentos despertaram, em diferentes graus de profundidade, sentimentos que interferiram na vida do brasileiro na cidade, no trabalho e em casa, sentimentos que deveremos especificar:

humilhação, silêncios, inibições? Finalmente, estas repercussões teriam se prolongado para além dos vinte e um anos e chegado ao presente? Pretende-se, assim sendo, que os depoimentos possam contribuir para a análise dos seguintes temas:

- A violência repressiva, por mais que sistematicamente negada pelo Estado e censurada nos mais diversos meios de comunicação, produziu efeitos no cotidiano da casa, do trabalho e da cidade.
 - A incidência do medo político no cotidiano brasileiro, por mais de duas décadas, teria produzido modos mais ou menos crônicos de ser e que deveremos especificar: alheamento político, indiferença, reacionarismo, desconfiança do Estado, insegurança pública.
 - As políticas públicas que influíram nas esferas da saúde, educação, cultura, justiça, trabalho e serviço militar afetaram a formação social e histórica do brasileiro.
 - As repercussões da ditadura no cotidiano do brasileiro não podem ser circunscritas apenas ao período de vigência dos militares no governo, mas podem ser sentidas até hoje. Deixaram marcas arraigadas na estrutura social e econômica do país.
- Os enigmas e angústias deixados pelo regime militar, fora e dentro de nós, porque socialmente persistentes e porque ligados a violências renovadas cotidianamente pedem uma elaboração psicológica e política, individual e grupal que ainda não terminou.

Pautado nesses questionamentos é possível delinear mais claramente um caminho de procedimentos. A partir da memória de brasileiros que viveram o período da ditadura e suas experiências ao longo do regime, pretendemos identificar as repercussões e os sentimentos disparados pelo autoritarismo militar. E, assim, analisá-los e discuti-los relativamente às ações e inação que deles emergiram e que até hoje possivelmente persistiram. Portanto, esta pesquisa pretende identificar, analisar e discutir o impacto das medidas adotadas pelo Estado Golpista no cotidiano na cidade, no trabalho, na casa do brasileiro.

Esta pesquisa é um esforço contra o esquecimento imposto pelo Estado e amortecimento da dominação, contra o impedimento de ações e contra o silenciamento dos que a querem apontar, pensar e combater. Pensar o fundamento da dominação é essencial para que essa violência estanque e não se repita. Um levantamento e análise de bases materiais e psicossociais da dominação no Brasil, tal como emergem da memória de testemunhas, traz contribuições para que fundamentos da violência política sejam sempre melhor identificados, pensados, elaborados, vencidos.

E uma vez que o problema possui justamente um caráter político, é imprescindível que pensá-lo seja uma *conversa*, no sentido da *Gespräch* descrita por Heidegger (2004; 2005) e Arendt (2011). A conversa é a troca entre o pensamento de um com o pensamento do outro. Na conversa cada um é tocado e transformado pelo pensamento e opinião do outro. A conversa coloca a alternância dos interlocutores, os sentidos e novos sentidos vão e vêm e se constroem no respeito às opiniões alheias (GONÇALVES FILHO, 2004).

O exercício do pensar e a troca pela conversa possibilita um deslocamento do lugar familiar. Abre a possibilidade de se *fazer uma nova experiência*, isto é, ser tocado por algo que nos vem ao encontro e é maior do que nós, ser atingido e, ao mesmo tempo, atingir uma nova compreensão e elaboração. A conversa põe em movimento o que Hannah Arendt chamou com Kant de *juízo*, o pensar compartilhado, e pode romper com o instituído, pode inaugurar novos sentidos e uma visão de mundo mais objetiva, porque mais provada por testemunhas diferentes. Alargam-se as compreensões sobre a cidade, sobre as relações e inauguram-se modos de ser.

Pretendemos, assim, que esta pesquisa seja um pequeno eco para a voz das pessoas que lutam quase solitárias por memória e justiça. O direito à memória, verdade e justiça é motivo central para elaboração das marcas deixadas pelos vinte e um anos de regime autoritário. Elaboração como conversa perene que mantém viva a lembrança de uma história que não pode ser silenciada. É a conversa que não quer os mesmos golpes atuando cegamente na população, entre nós e por nós.

Em pleno século XXI, vivemos tempos sombrios em que jovens levantam cartazes pedindo “intervenção militar”; que políticos enaltecem publicamente a ditadura, ofendem negros, homossexuais e mulheres, incitam o estupro e a violência; que o ódio, a cólera e a intolerância se reafirmam como arma política da direita; que a mídia, cada vez mais explícita, faz campanha política e elege os demônios e crimes a serem combatidos; tempos de espetacularização de julgamentos; em tempos que parece vivermos uma atualização de 1964, que a *tensão* e *radicalização* atingem níveis alarmantes com fins políticos bastante explícitos, Osvaldo Coggiola (2001) sintetiza a importância do trabalho com a memória: “Lutar pela memória, como arma de recusa ao atual estado de impunidade que perpassa aqueles anos, é transformar a capacidade de lembrar em instrumento político de mudança e justiça” (p.62).

3. Método

O caminho metodológico seguido na pesquisa está fundado na escuta e análise de depoimentos. Pelo recurso à memória, julgamos ser possível sondar influências do regime militar no cotidiano da casa, do trabalho e da coexistência na cidade.

Com base em depoimentos, a investigação pretendeu identificar e discutir como alguns traços psicossociais deixados pelo regime autoritário podem revelar impactos psicológicos em cidadãos, opositores ou não ao golpe, que experienciaram o dia a dia do regime. Conforme anunciamos anteriormente, buscamos ouvir a memória de depoentes que viveram o período da ditadura no Brasil e que saibam estimar o problema da ditadura enquanto tal, ou seja, que o tomem como um problema e não o tomem como solução. Pretendemos sondar a penetração do autoritarismo militar no cotidiano de brasileiros e, se possível, indicar direções de como esta penetração veio acentuar ou inovar marcas da dominação nos cidadãos.

Tomo palavras de Ecléa Bosi (2009) para dizer que este trabalho “situa-se na fronteira em que cruzam-se os modos de ser do indivíduo e da sua cultura (política): fronteira que é um dos temas centrais da psicologia social” (p.37). Uma disciplina de fronteira caracteriza-se não pela focalização da subjetividade no homem separado, mas pela exigência de encontrar o homem na cidade, o homem no meio dos homens, a subjetividade como aparição singular, vertical, no campo intersubjetivo e horizontal das experiências (GONÇALVES FILHO, 1998).

Esta pesquisa não se sustenta em uma proposta de amostragem, tampouco busca apurar o caráter de veracidade das informações fornecidas, mas busca ter acesso à experiência mesma do cidadão que viveu o período da ditadura militar, com os sentimentos próprios que os dados e relatórios de época não podem transmitir.

Trata-se de um estudo de caráter *qualitativo* orientado pela noção de *pesquisa participante*, tal como nos ensinam Ecléa Bosi (2003; 2009) e José Moura Gonçalves Filho (2009). A investigação delineia-se no campo da Psicologia Social, orientada pela escuta em bases fenomenológicas hermenêuticas.

Seleção dos depoentes

O primeiro critério para a seleção dos depoentes: cidadãos implicados em áreas institucionais que tenham sido severamente afetadas pela ação do regime militar, tais como educação, saúde, funcionalismo público, cultura, fábrica,

corporação militar. As mudanças nesses setores de trabalho determinaram novas diretrizes de funcionamento, modificaram a qualidade dos serviços, incluíram casos de privatização dos serviços públicos. Foram mudanças que implicaram novas atuações dos profissionais nelas implicados. Ademais, estas áreas são de importância fundamental para o desenvolvimento social e econômico do país. Com esse critério, pretende-se ter acesso às repercussões da ditadura em diferentes esferas profissionais e sócio-econômicas.

Ecléa Bosi (2009) nos ensina que

a memória política dos acontecimentos políticos suscita uma palavra presa à situação concreta do sujeito. O primeiro passo para abordá-la, parece, portanto, ser aquele que leve em conta a *localização de classes* e a *profissão* de quem está lembrando para compreender melhor a formação do seu ponto de vista (p.454).

O brasileiro, em seu trabalho, deve ter sido exposto à força das ações autoritárias e repressivas do regime. O envolvimento de diferentes categorias de atuações no mundo do trabalho pretende mostrar diferentes modos de exposição dos cidadãos à força da ditadura. A ditadura que se seguiu ao golpe por mais de duas décadas encontrou na interferência sobre estas áreas de serviços públicos um meio difuso de intervenção autoritária, com encobertas consequências para o desenvolvimento do país, muitas delas só sentidas a médio e longo prazo.

O mundo profissional está ligado ao cumprimento de um importante ciclo de socialização na vida adulta, participando decisivamente da inserção da pessoa na vida pública (BOSI, 2009). O trabalho é atividade que abarca, quase sem exceção, a população adulta e economicamente ativa. Este cidadão, portanto, é testemunha de uma alteração que provavelmente atingiu muita gente, a maioria da população ou muitos de sua classe profissional e social. Com Ecléa Bosi (2003) entendemos que há “uma memória coletiva produzida no interior de uma classe, mas com poder de difusão, que se alimenta de imagens, sentimento, ideias e valores que dão identidade àquela classe” (p.18). O depoente, sob esta condição, é testemunha do que viveu e, em certa medida, do que viveu seu grupo social.

A dificuldade para apurar o assunto da pesquisa exigiu preliminarmente a seleção de depoentes com significativa percepção do seu ofício, dos problemas das ações do Estado a ele associados e suas repercussões na cidade. Entendemos que uma identidade forte ligada ao trabalho e uma ampla consciência das mudanças no período

podem refletir um grau maior de implicação pessoal e liberdade na expressão da experiência, um ponto de vista.

O elevado grau de implicação exigida destes depoentes nas questões pertinentes à sua área e à cidade resultou na frequente presença de militantes entre os selecionados. A condição militante não foi privilegiada de antemão, mas pode contribuir com uma visão rica e pormenorizada dos acontecimentos e do clima vivido na época. No trabalho com a memória de depoentes tomamos esta orientação de Ecléa Bosi (2003):

Grande mérito dos depoimentos é a revelação do desnível assustador da experiência vivida nos seres que compartilham a mesma época; a do militante penetrado de consciência histórica e a dos que apenas buscaram sobreviver. Podemos colher enorme quantidade de informações factuais mas o que importa é delas fazer emergir uma visão de mundo” (p.19).

O esforço na escuta da memória do militante está na busca pelos traços que tenham a capacidade de revelar o que, tendo se passado com o depoente, pode ter se passado com muitos outros brasileiros durante o regime.

Para José Moura Gonçalves Filho (1998), “os temas da Psicologia Social, justamente, incidem sobre problemas intermediários, difíceis de considerar apenas pelo lado do indivíduo ou apenas pelo lado da sociedade” (p.15). Entendemos que a maturidade profissional do depoente favorece, nas entrevistas, que a recuperação da memória pessoal seja acompanhada pela recuperação do que para muitos sobreveio na área da educação, saúde, funcionalismo público, produção operária, cultura e carreira militar.

Nas entrevistas e análises não pretendemos exame especializado sobre o que se passou numa ou noutra área de trabalho. Buscamos ouvir cidadãos diversos para talvez apurar certos traços de alterações que ressoaram mais largamente.

O enfoque não enfatizará o trabalho tanto quanto a experiência daquele cidadão que viveu o período de ditadura. O testemunho político é que vai interessar, o testemunho sobre a repercussão miúda de um golpe de Estado e de um regime, mas, para que não se torne abstrato, vai ser buscado a partir de experiências bem materiais, a começar pelas experiências de trabalho.

Os depoentes, militantes ou não, se caracterizam como pessoas que podem se pronunciar sobre uma experiência na qual, esperamos, muitos cidadãos poderiam mais ou menos se reconhecer. O esforço nesta etapa foi encontrar depoentes

suficientemente preparados para a interrogação do problema da pesquisa, para nos orientar sobre pontos indispensáveis de discussão, para acentuar agora e em futuras análises sobre traços psicossociais deixados pela ditadura militar na experiência comum do brasileiro.

Realização das entrevistas

Como aprendemos com Ecléa Bosi, lembrar não é repetir, mas retomar e repensar: a memória é trabalho. A obtenção dos depoimentos supôs *entrevista aberta com roteiro*. O roteiro não visa forçar ou limitar a entrevista, mas, a partir das suas questões, pretende suscitar direções e animar narrativas, nunca respostas simples ou apressadas. O roteiro buscou suscitar *a narrativa de uma experiência, a expressão informada pela memória* (GONÇALVES FILHO, 2009).

A seleção das perguntas pretendeu servir de isca para as lembranças, e não como obstáculos, interrupções inconvenientes e abruptas que busquem adequar a narrativa a uma sequência esperada pelo entrevistador, como nos ensina José Moura Gonçalves Filho.

Para esta pesquisa, foram elencados temas que contemplam marcos significativos em momentos institucionais do período da ditadura, de modo que, a partir deles, o depoente possa construir uma narrativa pessoal percorrendo sua experiência atravessada pelos caminhos do regime militar. São eles: memórias do Golpe Civil-Militar; memórias sobre os antecedentes do Golpe; memória do Ato Institucional nº5; rememorações do período da Abertura a partir da Anistia; e por fim, lembranças da transição evocadas pelo movimento pelas *Diretas Já*.

Bernardo Svartman (2010) acentua que

o entrevistador deve *acompanhar* o depoente pelas regiões apresentadas, jamais tentar reduzir a complexidade do que observa ou forçar a passagem por espaços em que não foi convidado (p.42-3).

O entrevistador deve seguir os caminhos propostos pelo depoente, no ritmo que lhe for possível, sem que se perca a vivacidade da evocação da memória a partir dos eventos históricos marcantes da ditadura no Brasil. Para Gonçalves Filho (2009), uma entrevista precisa emergir de condições que são as condições de uma conversa, as únicas a permitir que o depoente dedique-se livremente a uma narrativa.

As entrevistas aconteceram em locais escolhidos pelos depoentes, para que ficassem o mais à vontade possível. Os encontros foram gravados e transcritos em seu

conteúdo literal, de modo a tentar preservar a riqueza da oralidade da fala. O conteúdo transcrito das entrevistas foi submetido à avaliação dos depoentes para revisão ou correção, de acordo com sua vontade. Pretendeu-se com isso que o depoente, ao entrar em contato novamente com seu próprio discurso, tenha a oportunidade de apropriar-se de suas memórias e de aspectos esquecidos que possam vir ou ter vindo à tona e, talvez, abrir para elaboração e ressignificação.

Análise das entrevistas

Para o processo seguinte de *análise qualitativa* dos depoimentos, o cuidado levou em conta a complexidade da experiência pessoal do depoente e que a memória remete também a áreas densas e sombrias da biografia de cada um, a obstáculos e/ou regiões abandonadas ou claras da história de cada um.

A memória do depoente não é um material já pronto e elaborado na narração. Para Ecléa Bosi (2009), “uma lembrança é diamante bruto que precisa ser lapidado pelo espírito. Sem o trabalho da reflexão e da localização, seria uma imagem fugidia (p.81). De modo que uma análise que permita desvelar sentimentos e significados próprios da narrativa, exige demorar-se junto à entrevista, uma permanência com aquilo que se mostra e com aquilo que se oculta no discurso do depoente. Essa permanência junto à memória deve levar em conta o contexto no qual o depoente pertencia e no qual se insere no momento mesmo da evocação da memória.

A análise das memórias retomadas nas entrevistas deve sondar influências do regime militar na vida do cidadão brasileiro. Trata-se de uma análise que leva em conta os elementos concretos que emergem da memória dos depoentes sobre a experiência na ditadura e busca discutir as dimensões psicológicas da ação política ditatorial sobre o cidadão, de modo que, necessariamente, atravessa o campo da memória social. Os depoimentos trazem a experiência singular do cidadão, no entanto o sentimento narrado pelo depoente refere-se a um acontecimento político, que atingiu a muitos brasileiros em todos os âmbitos do convívio social. Para Ecléa Bosi (2009), “este registro alcança uma memória pessoal que, como se buscará mostrar, é também uma memória social, familiar e grupal” (p.37).

Aprendemos com Hannah Arendt (2003) que a “revelação de *quem* alguém é está implícita tanto em suas palavras quanto em seus atos” (p.191). A compreensão de *quem* é o depoente nunca acontece isoladamente, mas a singularidade do narrador se

desvela sempre em meio à pluralidade, em outras palavras, é na relação do homem com os homens que o mundo se mostra em sua significância.

A lembrança da própria história remete ao modo como entendemos a nós mesmos em determinada situação; remete ao valor significativo do que foi recordado e, inevitavelmente, emerge tonalizada pelos sentimentos. Entendemos que a recuperação da memória, contemplando os aspectos que são esquecidos, é um registro que desvela o *modo* como cada um é atingido e habita o mundo compartilhado. Ao mesmo tempo em que ela é atravessada pela experiência comum, o mundo também é transpassado e transformado pelo aparecimento de um traço pessoal.

O trânsito por entre as dimensões psicológicas do brasileiro permite não apenas o contato e reflexão sobre sua história pessoal, mas inaugura um processo de reflexão *política* que sofreu um metabolismo pessoal e assume uma figura singular. A *análise qualitativa* das entrevistas busca discutir a dimensão psicológica do impacto da ação política da ditadura sobre os brasileiros a partir de episódios lembrados de casa, do trabalho e da cidade.

Retomo as palavras de Ecléa Bosi (2009) para reafirmar que esta pesquisa localiza-se na fronteira entre os modos de ser do indivíduo e sua cultura (política), no *entre* a singularidade e a pluralidade, na fronteira entre as coisas pública e privada. Trata-se de uma pesquisa localizada no âmbito próprio à Psicologia Social, que para a análise dos depoimentos, parte de uma escuta fenomenológica das experiências, sentimentos e sentidos que se desvelam à compreensão na narrativa.

Com Martin Heidegger (2012) nos orientamos que o acesso ao que se mostra no aberto do mundo se dá na compreensão, e esta já é sempre afinada, tonalizada por um “sentimento” que abre e determina a compreensão de mundo. O pensador esclarece que “o sentimento diz respeito a todo o meu ser-no-mundo como o meu próprio ser” (2001a, p.217). As afinações são constitutivos da abertura essencial própria do existir e mais originárias que os afetos. Em outro momentos de sua obra, Heidegger (2007) faz referência aos sentimentos de modo que claramente aproxima das afinações:

um sentimento é a maneira na qual nos encontramos em nossa ligação com o ente, e, com isso, também ao mesmo tempo em nossa ligação conosco mesmo; a maneira como nos encontramos afinados em relação ao ente que nós mesmos somos (p.48).

A impressão de similaridade entre sentimento e afinação *neste* curso de 1936, se reforça ao tomarmos como referência a definição que segue poucas linhas mais adiante no texto: “o sentimento é efetivamente esse estado aberto para si mesmo, no qual nossa existência se agita.[...] O estado do sentimento é originário, mas o é de tal modo que a ele copertencem o pensar e o querer” (HEIDEGGER, 2007, p.48). Neste sentido apresentado, o sentimento é aquilo que inaugura uma determinada compreensão de mundo de um modo ou de outro e, assim, é também aquilo que fundamenta um comportamento, uma ação, um pensar.

Aprendemos com Hannah Arendt (2003; 2005) que pelo discurso o homem não revela apenas *quem* ele é e a constituição de suas relações, mas também revela o contexto no qual está inserido e sua compreensão deste. É próprio apenas do homem expressar a alteridade e individualidade, somente ele pode distinguir-se e comunicar-se a *si mesmo* e não meramente comunicar alguma coisa.

Para Eder Sader (2010), “a linguagem faz parte das instituições culturais com que nos encontramos ao sermos socializados” (p.57) e na expressão através da linguagem revelamos o contexto *cultural* no qual estamos inseridos. Em termos arendtianos, no discurso e na ação, ao mesmo tempo, o homem se insere no mundo, um mundo onde os outros já estão presentes, e também revela esse mundo e suas relações. Edson Teles (2013) destaca que a política arendtiana da narrativa privilegia aquilo que foi testemunhado e, ao contar uma história, o narrador busca “espelhar as experiências que concorreram para a formulação de seu pensamento, fazendo uso de metáforas” (p.111). Por ser capaz de agir, pode-se esperar do homem o novo, o improvável, e o discurso é a efetivação da condição humana da pluralidade, do viver como ser distinto e singular entre iguais (ARENDT, 2003, p.191).

Na entrevista com os depoentes, a memória e o esquecimento, isto é, “aquilo que é dito e o que é escondido, aquilo que é louvado e o que é censurado, compõem o imaginário de uma sociedade através do qual os membros experimentam suas condições de existência” (SADER, 2010, p.59). Com os depoimentos, buscamos explicitar não somente a constituição deste imaginário da sociedade, como também revelar *quem* são estes cidadãos e sua relação com os outros e com a cidade, sempre atravessado pelos sentimentos da experiência na ditadura, ou seja, os referenciais a partir dos quais serão pautadas as reflexões e discussões.

4. Sobre os depoentes e as entrevistas

Ao longo do período da pesquisa, foram entrevistados doze depoentes, e desse total, selecionados nove. Nesta seleção, priorizamos os depoimentos que traziam elementos concretos sobre o cotidiano experienciado pelo entrevistado nos anos da ditadura e que permitissem reconhecer o caráter plural do cotidiano da época a partir de uma experiência singular.

Todos os depoentes contatados aceitaram participar da pesquisa. Embora tenhamos encontrado em alguns deles significativo receio de falar sobre o período e suas experiências. O medo e a persecutoriedade experienciada há mais de quarenta anos mostrava suas marcas ainda hoje: dúvidas sobre conceder a entrevista, comentários receosos, autocensura com pedidos de exclusão de falas que jugaram “comprometê-los”, sensação de que alguém estaria ouvindo nossa conversa. Enquanto outros julgaram que não teriam nada a contribuir ou acrescentar sobre o período por não terem sido presos ou terem *vivido o que qualquer um viveu na época*.

Na maioria das vezes, os depoentes optaram por realizar os encontros nas suas casas, embora alguns sugeriram seus locais de trabalho, universidade e casa de terceiros. Apresento a seguir algumas características dos depoentes e dos encontros.

Ausonia é educadora e sanitarista. Muito simpática e disponível, sustenta uma grande apressão por questões humanitárias e exerceu atividade militante desde cedo em sua vida. Nos anos da ditadura, sofreu diversas represálias que sacrificaram seu curso na faculdade e alguns empregos, por conta de quebrar regras institucionais em nome de escolhas voltadas à educação e saúde da população com quem trabalhava. Fizemos duas entrevistas em 2014 na escola onde trabalha como coordenadora.

Reginaldo está hoje aposentado. Dos últimos anos da ditadura em diante foi pesquisador universitário em duas universidades estaduais. Considera ter trabalhado no período da ditadura a maior parte do tempo com ensino profissional de operários, mas deu aulas em cursinho pré-vestibular, foi revisor e, ainda adolescente, iniciou sua trajetória profissional em um laboratório farmacêutico. Foi militante do Partido Operário Comunista (POC) e os anos de convivência estreita com operários, as panfletagens e intensa circulação pelas fábricas aproximaram-no da vida dos trabalhadores. A entrevista aconteceu em 2015 no seu apartamento em São Paulo. Na época, o depoente tinha em torno de 65 anos de idade.

Giba formou-se médico em São Paulo e à época do golpe civil-militar já exercia ativamente sua profissão. Nascido em uma cidade do interior, consolidou sua permanência na Capital e aprofundou seu enraizamento político a partir do AI-5. Nessa época, ingressou em uma vida militante no *Partidão* (PCB). Atualmente, ainda atua como médico em São Paulo em uma instituição sem fins lucrativos que atende população “*economicamente desfavorecida*”. A entrevista aconteceu em sua casa em 2014 e, na época, o depoente tinha pouco menos de oitenta anos de idade.

Paulo, desde o período escolar – quando veio do interior do Rio de Janeiro para São Paulo – encantou-se por teatro, cinema, música e nunca mais afastou-se das questões ligadas à cultura. Durante a ditadura, trabalhou como estagiário em uma multinacional até sentir incompatibilidade daquele emprego com suas convicções políticas. Deu aula em cursinhos pré-vestibular muitos anos, inclusive sobre cultura geral. Militou pela Organização Revolucionária Marxista Política Operária (POLOP), experiência que trouxe contato e proximidade com a realidade do trabalhador operário. As duas entrevistas foram realizadas na casa do depoente em um clima bastante informal. Quando realizados encontros em 2015, estava prestes a completar setenta anos de idade e prestes à aposentadoria compulsória no órgão público onde trabalhava.

Ivan é um ex-militar do Rio de Janeiro que foi exonerado de seu cargo ainda em 1964 por opor-se ao golpe civil-militar. A partir daquele momento, foi rigorosamente vigiado e perseguido pelo regime até 1985. Por seu interesse em literatura, tornou-se professor e escritor, profissão que incomodou agentes do regime e resultou em novos impedimentos profissionais. A entrevista foi realizada em seu apartamento na cidade do Rio de Janeiro. Na época, estava com 83 anos de idade.

Virgínia é médica sanitarista e atualmente trabalha em uma universidade federal em São Paulo. Nos anos de abertura sustentou intensa atividade militante na área da saúde. Sua entrevista traz a peculiaridade da depoente considerar-se, durante o golpe e primeira década do regime, completamente alheia às questões políticas que aconteciam no país. Sua conscientização e politização acontece no contato com brasileiros exilados em um curso que fez em Paris durante a ditadura. A entrevista aconteceu em uma sala da universidade no ano de 2014.

Shoshana e *Luiz Carlos* formam um casal de São Paulo que se conheceu na faculdade de engenharia e ficaram juntos anos mais tarde. Ela cursou, posteriormente, medicina e trabalha hoje com saúde pública; ele, trabalhou em alguns gabinetes de

políticos. O golpe passou batido para ela, fechada em sua comunidade, e ele apoiou golpe. Ambos politizaram-se alguns anos depois do golpe e tiveram proximidade com a Ação Popular (AP). A entrevista aconteceu em 2015 com os dois depoentes juntos na sala da casa de amigos em comum, como uma grande roda de conversa.

Francisco mora no Rio de Janeiro é aposentado há muitos anos do seu emprego público como fiscal. Na época do golpe, trabalhava na campanha de Carlos Lacerda para a eleições que aconteceriam no ano seguinte. Foi apoiador do golpe, apesar de não ter exercido atividade militante ou política depois que se afastou de Lacerda, poucos anos mais tarde. Formou-se em direito em 1968 e, no início dos anos 1980, cursou como civil a Escola Superior de Guerra (ESG), indicado a pedido de seu pai, que exerceu importante cargo na ESG nos anos 1970. Seu depoimento traz uma rica contribuição à pesquisa pela sua experiência, seu profundo conhecimento do tema e por representar o contraponto dentre os depoentes por ser a única visão à direita sobre o golpe e o regime. A entrevista aconteceu em 2012 em seu apartamento e estava com 71 anos de idade na época.

Resumindo, foram considerados nove depoimentos (três mulheres e seis homens), que apresentaram elementos significativos para compreensão da experiência cotidiana na casa, no trabalho e na cidade. Em sua maioria, os depoentes empenham ou empenharam atividade militante, moram nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, possuem terceiro grau completo e consideram-se pertencentes à classe média. Os entrevistados são pessoas com ligações nas áreas da educação, saúde, cultura, comunicação, militar e funcionalismo público.

Esta seleção de depoentes traz limites qualitativos e quantitativos muito claros em seu um recorte. Com esse conjunto de depoentes não pretendemos alcançar respostas definitivas sobre as influências da ditadura no cotidiano de *todos* os brasileiros. Pretendemos sim *iniciar* um estudo mais amplo e abrangente do tema e esse início foi feito a partir deste recorte. A continuidade e aprofundamento do estudo, necessariamente, precisará contar futuramente com repertório (quantitativo) mais alargado de entrevistas e (qualitativo) mais diverso, incluído representantes de outras classes sociais, outros grupos profissionais, de outras regiões, gerações seguintes daqueles que foram afetados pelo regime e também pessoas que tenham apoiado o golpe. Portanto, entendemos que essa limitação não significa um impeditivo à pesquisa, tampouco diminui a relevância dos depoimentos que foram ouvidos e analisados com base no lugar de onde parte a visão do depoente.

Análise das entrevistas com Ausonia

São Paulo, 2014.

As entrevistas com Ausonia ocorreram na escola em que a depoente trabalha há algumas décadas. A disponibilidade afetuosa da depoente nos encontros não deixou dúvida quanto ao porquê ser lembrada com muito carinho por gerações de alunos e professores que passaram pela escola na qual trabalha.

Concomitantemente ao seu trabalho como educadora em uma importante escola na Capital paulista, a depoente mantém suas ações, palestras e aulas de saúde pública ainda hoje.

A simplicidade e delicadeza de Ausonia são refletidas na configuração e organização do espaço físico da sala que ocupa. Longe de qualquer ostentação, a decoração conta com diversos desenhos e lembranças feitos pelos alunos para presentear-lá. Na parede lateral, uma antiga estante fechada com vidros abriga diversos livros, livros didáticos, apostilas e pastas. Tombados nessa estante uns sobre os outros, empilhados sem um padrão hermético, a organização dos livros e papéis tornam o ambiente, de certo modo, aconchegante, sem uma preocupação artificial estética de “fazer bonito para as visitas”. Junto a estes, estão guardados alguns dos livros do tempo do Experimental da Lapa que conseguiram ser salvos da apreensão e destruição pelos agentes da repressão.

Assim como nas outras entrevistas, a riqueza dos depoimentos não se resume aos trechos selecionados nesta etapa da pesquisa, tampouco aos aspectos aqui levantados para discussão e análise. Com Ecléa Bosi (2009a), concordamos que “uma lembrança é um diamante bruto” (p.81) a ser lapidado pelo espírito. A riqueza de todos os quilates do diamante da memória não caberia nessa pesquisa, que se contenta em polir algumas faces. No caso da entrevista de Ausonia, recomendamos a leitura do depoimento na íntegra para alcançar maior clareza sobre o ambiente cotidiano do período do golpe e da ditadura que se seguiu. A riqueza de exemplos e casos descritos pela depoente enriquecem a leitura da análise e aprofundam a compreensão dos traços psicossociais aqui destacados.

No depoimento de Ausonia, a memória que inicialmente está distante, esquecida, guardada e silenciada, aos poucos recupera seu vigor. A depoente rememora acontecimentos marcantes, pessoas e a ação autoritária do regime

tamponando as experiências de cidadania, educação e cultura, principalmente, voltadas contra a população de baixo poder aquisitivo.

Ao longo dos depoimentos, destacamos, primeiramente, o traço do *medo* como um importante elemento psicossocial presente no cotidiano experienciado por Ausonia. Em diferentes graus, o medo parece ter atingido, primeiramente, pessoas em ambientes em que se podia julgar o perigo político do golpe e onde houve repressão ou prisões desses agentes. De modo mais geral, o medo parece ter atingido também pessoas que podiam estimar o perigo de maneira mais vaga.

No depoimento, também é possível identificar a percepção distinta da depoente no modo de socialização política na escola pública em que estudou – com professores comprometidos que “*cuidavam do ensino*” – e na escola religiosa de elite, onde suas primas estudaram – mais amarrada aos interesses de prestígio das classes dominantes. Ambas as escolas aparecem no depoimento como instituições de convívio que formaram diferentes ambientes de percepção e sentimento do golpe e do período ditatorial seguinte.

Na universidade, o golpe a ditadura que se segue se fazem perceber pelos desaparecimentos, perseguições e vigilância constantes; pela censura e fiscalização de projetos e pela retaliação a alunos e professores.

Na experiência da depoente, o traço psicossocial do *medo* atravessa seu convívio nessas instituições, invade a intimidade e, por vezes, aparece em uma interessante correlação com a *coragem* para realização de ações sociais e de enfrentamento do autoritarismo.

O cidadão, a grande metrópole e o medo

No relato de suas memórias, a percepção de Ausonia sobre o golpe e a ditadura que se seguiu aparece impregnada, explícita ou tacitamente, pelo traço psicossocial do *medo*. Atravessando as instituições e o convívio entre cidadãos, o medo parece ter atingido, inicialmente, com mais clareza as pessoas que já haviam atingido algum grau de consciência política e crítica sobre a situação de tensão experienciada no país no período pré-golpe, principalmente, pelo impacto nas elites de um governo de cunho popular e o projeto de realização das reformas de base

(TAVARES, 2012, 2014; PROENÇA, 2013; CASALECCHI, 2002; FERREIRA, 2007, 2011; SKIDMORE, 2010).

Ausonia relembra o período imediatamente após o golpe. No julgamento da depoente, o golpe não foi vivido por todos do mesmo modo. Quando o golpe foi deflagrado, apesar de ainda jovem com dezoito anos de idade, Ausonia já havia alcançado alguma consciência política instigada na escola e nas relações familiares. A depoente relembra o interesse do pai pela informação em sua casa: *“embora assim com pouca escolaridade, mas era uma pessoa que sempre foi acompanhando as coisas do país, o seu jornalzinho”*.

O olhar atento da jovem estudante, recém ingressada na Universidade de São Paulo, desperta certo estranhamento e receio com a movimentação que acontecia no dia do golpe e Ausonia procura suas referências de confiança para compreender o que se passava.

Eu estava ouvindo burburinhos, não entendia direito, e ele que falou sobre o Golpe: [...] Villa Lobos [antigo professor do curso clássico] [...] Eu fiquei apavorada, muito medo... Aí eu liguei para uma prima que era professora de História, ela estava mais apavorada que eu. Aí fui para casa, e... papai estava chorando, porque ele também tinha recebido essa notícia. Enfim, foi uma coisa meio de pânico [...] Mas foi uma coisa de muito medo, muito medo. Não se sabia a consequência, o que ia ser aquilo, era tudo dúvida.

O estranhamento inicial transforma-se em medo, em incerteza com os desdobramentos futuros do golpe. Em poucos dias, o medo parece ter se apresentado com mais força à percepção daqueles que circulavam em ambientes onde o debate político se fazia mais presente – onde a instituição favorecia o pensamento crítico sobre a situação do país –, e onde a repressão já antecipou desdobramentos do golpe que poderiam ser esperados a partir daquele momento.

Então eu lembro disso. Aí entraram em pânico total. Professores presos, e qual a razão? [...] Não tinha divulgação. Era só quem tinha acesso a alguns lugares, não era a população que sabia. [...] Eu tinha porque estudei em tal lugar, tinha primas que estudaram no Equipe, então por essa aproximação de parentes ou de grupos de amigos [...]. Então, a gente não sabia não.

Para Ausonia, o *pânico* experienciado com as prisões de professores não era compartilhado igualmente por todos na cidade grande, nem todos perceberam o que estavam acontecendo naquele momento. O medo pode ser notado mais claramente em instituições que concentram olhares atentos ao contexto do país proporcionado,

muitas vezes, por professores e estudantes comprometidos com o ensino crítico e ampliador da consciência política.

O relato de Ausonia também revela sua percepção inicial do golpe nas ruas de São Paulo.

Eu passei pela praça da Sé, e tinha lá pessoas, uma coisa, um movimento. Mas eu não identifiquei que movimento era, eram de pessoas e eram pra mim pessoas assustadas. Eram pessoas assustadas, a sensação minha. [...] Naquele dia era uma outra configuração a praça, gente, inclusive eu lembro das pessoas sentadas ali na Catedral, ali naquela escada. [...] Mas eu lembro disso.

A ocupação do espaço público em cidades grandes como São Paulo segue certos códigos de afinidade e concentração de pessoas. A Praça da Sé, onde localizava-se a sede do Sindicato dos Metalúrgicos, era um conhecido reduto de circulação de trabalhadores e efervescência política. Nesta região, que abriga maior concentração de cidadãos militantes ou simpatizantes das reformas anunciadas por João Goulart, o golpe parece ter sido recebido com apreensão e espanto semelhantes ao experienciado pela depoente.

Enquanto em alguns lugares havia uma *movimentação* diferente, um clima de apreensão, em outras regiões da cidade não havia sinais claros de percepção e mobilização da população em relação ao que estava acontecendo. Acompanhada da percepção, já mencionada, de que nem todos sabiam o que acontecia, o depoimento também revela que, a sensação de estranhamento no clima não era generalizada para toda a cidade: “Agora, no meu bairro, eu morava ali perto da Mooca, eu não lembro de movimento nenhum, isso não”.

Enquanto na região central da cidade alguns experienciam assustados e com medo a concretização do golpe, em outros bairros – menos atrelados publicamente ao debate político e à ocupação pelos trabalhadores – outras pessoas parecem não demonstrar afetação ou mesmo concordar com as mudanças políticas impostas pelos militares no golpe.

A diversidade de opiniões, posicionamentos e consciência do contexto histórico divide também o modo de receptividade da notícia do golpe. O traço psíquico do medo parece revelar-se mais evidente quando a instituição social na qual participa o cidadão favorece a consciência crítica e política.

Medo e coletividade

A amplidão de uma capital como São Paulo afasta a possibilidade de convergência para uma resposta coletiva ao golpe. A diversidade própria das grandes metrópoles parece ampliar o leque de intensidades e modos de atravessamento do golpe em diferentes ambientes psicossociais. A memória de Ausonia revela outros modos de impacto psicossocial do medo no cotidiano da população brasileira no período da ditadura.

De modo mais generalizado, o medo parece atravessar as relações de Mariápolis¹, uma pequena cidade do interior paulista, e manifestar-se em uma resposta coletiva dos cidadãos a um possível perigo de operações militares ou policiais, corriqueiramente violentas e arbitrárias.

Ausonia relembra episódio nesta pequena cidade que lhe foi marcante em relação ao medo que atravessava a população e a circulação do cidadão, acontecidos no período em que atuou junto à Secretaria Estadual de Saúde em uma campanha de vacinação. Neste trabalho, a depoente circulava pelo interior do Estado em “*uma perua preta e branca*” com uma equipe de vacinadores. À população, “*falava da importância da vacinação, [pois] achava que as pessoas não podiam ser vacinadas como gado*”.

O medo da polícia, reconhecida pelas suas viaturas pintadas em preto e branco, não afetava apenas os militantes ou agentes da saúde que pretendiam fazer algo mais que o instituído pelas políticas públicas vigentes, mas a memória de Ausonia revela que, de modo mais amplo e geral, a população também tinha medo da polícia.

Tinha uma cidadezinha, Mariápolis, próximo à Marília, quando eu fui lá para trabalhar com pessoas [...], todo mundo se escondeu, porque viu a perua, era uma Rural preta e branca. [...] Aí eu dizia para o motorista: “Não tem ninguém nessa cidadezinha? Que é isto?” Não tinha ninguém, mas era pequenininha.

¹ Mariápolis foi fundada como distrito em 1948 e elevada à condição de município entre 1953-54. Segundo o *site* do IBGE (www.ibge.gov.br), no ano de 2010 a população do município era de 3.916 habitantes e, em 2015, é estimada em 4.072, sendo em torno de 20% em área rural. É de se estimar que nas décadas de 1960 e 1970 a população fosse significativamente menor e, proporcionalmente, mais rural que nos dias de hoje.

Na pequena cidade do interior, a chegada de um carro que imagina-se ser da polícia parece incitar um sentimento de ameaça à população. Em tempos de repressão, a presença de uma perua pintada nas mesmas cores utilizadas pela polícia já é o suficiente para que o cidadão se esconda, fuja da circulação no espaço público, siga um certo toque de recolher. Quando uma corporação mantida com verba pública com a função pública de “proteger o cidadão” é temida pela mesma população a que deveria proteger, ocorre uma inversão de valores políticos. O medo é originado onde, por princípio, deveria vir proteção.

Em uma cidade pequena com poucos habitantes, o reconhecimento da violência pública talvez ganhe proporções maiores. A proximidade maior entre um cidadão e outro, mais comum em pequenas comunidades interioranas, aparentemente favoreceria um sentimento de coletividade também no medo. Uma percepção coletiva da ameaça. O cidadão acuado pela proximidade da polícia, uma força repressora que invade sua rotina, parece responder de modo coletivo ao temor. Um toque de recolher, combinado previamente ou não por todos, seria uma proteção de uns aos outros? O impacto de uma ação repressora em uma pequena comunidade talvez seja maior, porque atinge coletivamente aos cidadãos, mais próximos no convívio cotidiano, conhecidos uns dos outros. O medo não apenas afeta, mas impede a liberdade e a circulação na cidade.

A vacinação somente foi possível depois que um dos vacinadores, que *“tinha sido seminarista e ele sabia qual o toque de sino de quando morre alguém no interior. Um tipo de um toque. E ele foi lá [...] conseguiu entrar na igreja, [...] tocou o sino e aí a população toda veio ver quem morreu”*. Essa foi a oportunidade aproveitada pela depoente para que pudesse intervir e falar à população da vacinação *“no meio da praça”*.

A experiência coletiva de proximidade propiciada pelo convívio intenso em uma pequena cidade do interior talvez resguarde maior explicitação para o caráter público do mundo comum a todos, descrito por Hannah Arendt (2003) em *A Condição Humana*. Com a pensadora, compreendemos que “conviver no mundo significa essencialmente ter um mundo de coisas interposto entre os que nele habitam em comum, [...] o mundo ao mesmo tempo separa e estabelece uma relação entre os homens” (p.62). Habitar um mundo comum em um “sistema fechado” e bastante reduzido, como em uma micro cidade do interior, talvez ressalte na experiência singular a intensidade da significação compartilhada instaurada por esse mundo.

A resposta coletiva dos cidadãos de refugiarem-se ao perceber a chegada de um carro que remetesse à polícia pode indicar que o mundo comum no qual habitam tenha sido atravessado pelo medo. Traço do medo parece embrenhar-se no âmbito social de uma comunidade e atingir o caráter psíquico do cidadão, manifesto em uma reação coletiva. A cidade pequena, talvez pela convivência estreita, parece mais propícia a criar um ambiente em que o medo de alguma ação ampla do Estado manifeste-se na população como um traço psicossocial ao mesmo tempo individual e coletivo, um medo que é de cada um, e ao mesmo tempo é o medo de todos.

O autoritarismo da ditadura e a repressão parecem deixar marcas de caráter psicossocial no existir cotidiano do cidadão, que reconhece algum grau de ameaça na chegada um carro desconhecido com características oficiais. É provável que a reação engendrada pela população da cidade de Mariápolis não seja um fato apenas isolado, mas que encontremos no período da ditadura, em outras cidades do interior, alguma similaridade de percepção de ameaça tal como a que foi relatada.

Engano e repressão

Em seu relato, Ausonia relembra outro acontecimento que pode convidar-nos a pensar que o medo e tensão experienciados no período pela população pode ter afetado também, em algum grau, mesmo que reduzido, agentes repressores ou àqueles que julgavam necessárias as ações do Estado para reprimir mudanças pensadas como desordem ou reformas sociais pensadas como ameaças comunistas².

A depoente rememora um acontecimento de ação ostensiva da polícia dado no mesmo período em realizava as ações de vacinação pela Secretaria de Estado.

Eu ia para o interior em uma perua preta e branca, e levava junto os vacinadores, tinha o [needle-free] jet, era um revólvinho. Aí um dia a gente [...] ia pra Barretos, Polícia Federal para a gente e tivemos que ficar assim [com as mãos apoiadas no carro], acharam que era revólver. Aí vieram com metralhadora pra mim, para o motorista e para o vacinador... pera aí, era vacina. Então tinha alguns episódios, que denotam essa repressão, né? Esse espanto, o medo de tudo.

² A esse respeito, a entrevista de Francisco traz outras contribuições esclarecedoras.

A repressão atravessa o cotidiano do cidadão, aborda violentamente e impede a circulação. A hostilidade desproporcional da ação policial com uso de metralhadoras em uma abordagem a pessoas que já estariam “rendidas” poderia indicar que “*esse espanto, o medo de tudo*”, de algum modo, também atingisse o repressor?

É certo que o treinamento fornecido aos agentes do exército e das polícias civis e militares seguiam rigorosamente as determinações da Doutrina de Segurança Nacional (DSN). Em documento reservado da Associação de Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG) (1969), nomeado como *Atualização da Doutrina de Segurança Nacional – Teoria do Planejamento*, consta explicitamente que a estratégia de ação repressora deve partir da “Hipótese de Guerra – [e implica que] a manutenção ou consecução dos ONA³ nem sempre será empreendida através de recursos pacíficos” (p.14). A postura de guerra e combate ao *inimigo interno* aparentemente necessita a manutenção da tensão necessária em uma batalha, estar permanentemente à espreita, pronto para atacar e para não ser pego de surpresa pelo inimigo.

No livro de memórias de Cláudio Guerra (2012), ex-delegado e matador do DOPS do Espírito Santo, fica explícita a tensão experienciada pelos agentes repressores, doutrinados intensamente sobre a ameaça comunista e a noção de *inimigo interno*. Neste mesmo livro, a monografia do coronel Freddie Perdigão (1978/2012), do SNI, anexada ao final, traz com detalhes as diretrizes para a Política de Segurança Interna de 1969 e as justificativas do lado do opressor para aplicá-las no *inimigo interno*. No livro *Sem Vestígios*, de Taís Moraes (2008), elaborado a partir do diário, documentos e escritos do agente secreto da ditadura identificado como Carioca, há a afirmação de que “não era apenas nas aulas que os agentes [...] ampliavam seu espectro de conhecimento. Eles aprendiam muito com o próprio inimigo, estudando suas técnicas e conhecimentos” (p.59).

Com base nesses relatos e situações descritas e, a partir de 1969, quando a repressão engendrada pelas Forças Armadas e polícias sobre as organizações de esquerda se converteu oficialmente em *guerra interna* (GORENDER, 2014a), é de se supor a elevação do clima de tensão e apreensão vivido pelos agentes da ditadura, instigados pela própria corporação, para que a DSN fosse posta em prática. Uma

³ Objetivos Nacionais Atuais.

tensão e expectativa de ataque tamanhas talvez possa converter-se em algum grau de medo.

A hiper-reação da polícia experienciada pela depoente na estrada convida-nos a pensar se, mesmo no lugar do repressor, a expectativa constante de um ataque vindo daquele que é reprimido – a tensão com a possibilidade de uma resposta do outro à repressão engendrada – não poderia trazer algum grau de medo e pressão à própria polícia, assim como acontece com soldados em uma guerra. Em caso afirmativo, o terror imposto pelo aparelho repressivo nos anos de ditadura teria retornado – mesmo que em grau desproporcional – contra si mesmo? Teriam, em algum momento, os agentes repressores experimentado uma gota do próprio veneno? A investigação e aprofundamento dessa hipótese necessitaria a realização de entrevistas com agentes que se dispusessem a falar, o que não será feito nessa pesquisa.

Retornemos ao relato de Ausonia. Mesmo que nesta pesquisa não seja levada adiante a hipótese anterior – de que os agentes poderiam ter experienciado algum grau de medo ou tensão e que isso poderia ter favorecido o uso desproporcional da violência – permanece um estranhamento quanto à reação dos policiais na abordagem à equipe de vacinação.

A depoente narra ao se depararem com a pistola de vacinação, os policiais “*acharam que era revólver*”. É de se estranhar que policiais acostumados a reconhecer e manusear diariamente diferentes tipos de armas tenham confundido uma pistola de vacinação com um armamento de fogo. Consideramos a tensão mencionada anteriormente como um elemento perturbador em abordagens policiais, em um tempo em que a violência era a palavra de ordem dos opressores e, como bem lembra Jacob Gorender (2014a), “a violência do oprimido veio como resposta” (p.271).

No entanto, a confusão banal dos policiais leva-nos a crer que a *violência não pensa*. Sem pensamento, uma pistola de vacinação pode ser vista como arma. Com Hannah Arendt (2013), aprendemos sobre a *banalidade do mal*. O mal não pensa. Executa ordens cegamente, reproduz o papel de repressor que lhe foi imposto e aceito passivamente. Sem pensar em sua ação, os policiais do relato parecem programados para encontrar no outro, a qualquer custo, o *inimigo interno* que tanto ameaçaria a nação.

Sem utilizarem-se da capacidade do pensamento, enxergam a ameaça em uma pistola de vacinação. Uma arma. Trata-se de uma arma em favor da saúde ou arma

contra o regime? Para a política de segurança nacional do regime, talvez ambos. A tensão da *ameaça do inimigo interno* vivida pela polícia teria obnubilado o próprio ofício? Ou estariam os agentes do Estado, sabendo ou não, precisamente, cumprindo seu papel de repressão ao compreender como inimigo pessoas que empenhavam ações que contivessem índices de compromisso social? Veremos mais adiante que o curso da repressão encontra novos afluentes na universidade e Ausonia seria censurada e retalhada por engendrar ações e projetos de cunho social.

Sendo assim, o medo possivelmente atingiria também pessoas que usualmente aprovassem repressões policiais e militares. Mas estas temeriam sobretudo acidentes advindos de confrontos entre rebeldes e os representantes da antiga ordem. E, quem sabe, entre os apoiadores, contassem os que sequer experimentassem medo, mas sim alguma forma de segurança, alívio ou satisfação com operações julgadas necessárias, proteção contra mudanças pensadas como desordem ou contra reformas sociais pensadas como ameaças comunistas. Estas possibilidades serão melhor estimadas a partir da análise do depoimento de Francisco, fiscal aposentado do Rio de Janeiro que pode-se considerar um apoiador do regime.

Nas escolas *de elite* e *da elite*

Ausonia cursou o hoje chamado ensino médio em uma importante escola pública da capital paulista. Sua experiência com os professores dessa escola foi fundamental em seu processo de construção de sua cidadania e ampliação de seu horizonte de compreensão crítica dos fenômenos políticos e sociais. O ambiente escolar pela depoente é contraposto ao ambiente da escola religiosa frequentada pelas suas primas, em que não havia espaço para o debate de questões políticas e temas populares. Ambas aparecem como figuras de escolas que formaram diferentes ambientes de percepção e sentimento do golpe e do período ditatorial seguinte.

Ao longo da entrevista, a depoente enfatiza a importância que seus professores tiveram para a sua formação crítica, a ponto de contribuir para sua escolha pela profissão de educadora. Ausonia deixa claro como a presença de certos professores que propunham leituras instigantes, discussões sobre atualidade e abriam espaços fora da aula para conversar com os alunos tornaram-se marcos determinantes para o futuro do estudante, da consciência política e dos interesses que poderão aflorar no jovem.

A depoente relembra o professor Villa Lobos do curso clássico, considerado por ela “*uma pessoa tão especial*”, a quem recorreu já na faculdade para compreender o que estava se passando quando soube do golpe:

Eu tinha uma confiança enorme nele, né? Pela inteligência, pela sensibilidade, pelo compromisso ético que ele tem com ensino, aí fui atrás dele pra saber o que é isso que está acontecendo. Então ele era uma referência pra mim.

O antigo professor do curso clássico permanece como referência para a ex-aluna tempos depois. A relação de confiança não parece atrelada apenas à uma possível afinidade, mas sim à sensibilidade e compromisso ético demonstrado com o ensino e com os alunos. A depoente relembra que, antes mesmo do golpe, havia professores que discutiam com os alunos assuntos de política. O longo trecho a seguir destaca não apenas professores que foram marcantes para a depoente, mas traz junto a emoção de relembrar a experiência e importância que tiveram em seu caminho. A emoção que aflora, mais de quarenta anos depois, revela o impacto dessa relação na sua decisão por ser professora.

Professora Maria [...], grande professora de história [...] e ela era muito séria, ela discutia por exemplo sobre Jango, mas ela trazia jornais, revistas. Imagina, naquela época, 65, 66. [...] aí a gente tinha uma imagem positiva, mas não era positiva assim de alienada, sabe? Não, era um conhecimento que a professora trazia para nós. Muito interessante. Também a professora Dulce [...], de latim. Séria, muito competente, maravilhosa. [...] Depois da aula tinha uma brecha para conversar conosco. Deu saudade (se emociona). [...]

Imagina depois de 40 e poucos anos eu lembro deles, a saudade, você não pode imaginar! Professores, por isso eu sou professora! [...] Foi uma escolha na vida ser professora. Já vou para cinquenta anos de escola. Não se preocupe, é emoção. Tenho saudade. Eu amava tanto eles, aprendi tudo com eles, são referências.

A emoção ao relembrar a relação com os professores é também a emoção de reconhecer no próprio caminho suas influências. Mais de cinquenta anos depois, a professora ainda tem claro o impacto dos professores em sua vida como fator determinante para sua escolha profissional. A importância do professor para abrir escolhas e caminhos na vida do jovem parece evidente no relato de Ausonia.

Onde estudou, “*uma escola pública que acabava sendo um pouco de elite naquela época*”, parece caracterizar um ambiente de ensino e convivência com os estudantes cujo compromisso com o aluno parece transcender a mera transmissão de um dado técnico, para formar cidadãos críticos e atentos ao quadro político no qual todos estavam inseridos.

O depoimento traz também o exemplo da escola onde suas primas estudaram, com características diferentes de relação com o ensino e com os alunos, aparentemente, opostas às experienciadas por Ausonia: *“eu tinha primas que estudavam em escolas religiosas da elite que não escutavam falar uma palavra [sobre o Jango]. [...] elas nunca escutaram nem falar nada dele.”*

Em um tempo em que as vagas disponíveis nas escolas eram insuficientes para suprir a demanda populacional e, àquela época, conforme ressalta José Wellington Germano (2011), “no Brasil, uma parte substancial da sua população, pertencente inequivocamente às classes subalternas, sequer tem acesso à escola” (p.165), estudar em uma escola pública tornava-se um processo disputado e, em alguns casos, parcialmente de elite. Neste sentido, cabe destacar que os dois diferentes ambientes escolares não são ligados pela depoente ao público abrigado tanto quanto ao seu *compromisso* com o público abrigado. A escola pública e a escola religiosa *da elite* aparecem no depoimento como figuras de escolas, respectivamente, mais desprendidas e mais amarradas relativamente aos interesses e prestígio das classes dominantes. No último grupo de escolas aconteceu de não haver discussões sobre as políticas populares do governo João Goulart e o golpe de 1964 não ser divulgado, menos ainda debatido com preocupação. O que parece, no depoimento e segundo a depoente, ter valido como tácito assentimento. Houve escolas, assim, alinhadas com uma percepção e sentimento favoráveis ou indiferentes ao golpe. Na mesma medida em que o ambiente social promovido pela escola pública da depoente despertou um horizonte crítico e sensível ao contexto sócio-político do país, com base nesse impacto psíquico, é possível inferirmos que o ambiente de socialização experienciado pelas primas na escola religiosa possa ter impactado de modo diverso no modo de percepção e sentimentos relativos ao golpe e ao regime ditatorial que se seguiu.

Formação exclusiva ou exclusiva

O depoimento de Ausonia indica que, possivelmente, o ambiente social desenvolvido na escola pode impactar psiquicamente o aluno e sua permeabilidade para fenômenos políticos e sociais. Mais tarde, já como educadora, a experiência da depoente na área da educação nos anos da ditadura revela a intervenção explícita do regime nessa área. O que leva a crer, interfere diretamente nas condições de

possibilidade de formação do jovem, principalmente, o jovem de classes sociais pauperizadas e dependente dos serviços públicos.

Nos primeiros anos de vigência do AI-5, a depoente trabalhava no *Ginásio Estadual Pluricurricular Experimental Dr. Edmundo de Carvalho*. Conhecido pela população como *Experimental da Lapa*, atendia pessoas “dos catorze aos cinquenta anos” que queriam concluir o ginásio e “não tinham vez na rede [...], aceitava os que não eram aceitos na rede pública. [...] Era experimental porque era uma experiência importantíssima. [...] criava experimentos e experiências em educação e [...] socializava para a rede pública”.

Ao longo da entrevista, Ausonia rememora diversos ex-alunos da escola que lá construíram uma experiência real de cidadania. Uma escola “heterogênea” onde o que diferenciava os alunos “não era o poder aquisitivo”, mas buscava-se conhecer a realidade do aluno, “como vive, como mora, como adoece, como trabalha”. A depoente relembra a proposta *pluricurricular* que envolvia artes plásticas, teatro, música, artes industriais, técnicas comerciais e também integração. Antes de focalizar o aprendizado de matemática ou português, toda essa experiência promovia que o aluno aprendesse “a ser cidadão”.

Um projeto experimental que promovia a cidadania para a uma população com defasagens ou dificuldades para aprendizagem e que não tinha vez na rede pública de ensino, aparentemente, não era bem visto pelo regime. Ausonia relembra que “a verba era igual para qualquer outra escola”, porém, em meio à década de 1970, sob o argumento de que contavam com privilégios e geravam muitos gastos, “saiu no *Diário Oficial* que o governador estava, [...] constituindo uma comissão – coordenada por um coronel – uma intervenção no colégio, nesse experimental. [...] afastaram o diretor. Assumiu aquele coronel com a farda verde”. Com a intervenção dos militares, “foram [...] bloqueando tudo. Tirando professor. No dia seguinte o professor vinha dar aula e já tinha outro no lugar”. Em pouco tempo, as quatro unidades do colégio experimental foram fechadas e anexadas à rede de ensino. A depoente parece sustentar o testemunho de que a ditadura atingiu cidadãos cuja competência e seriedade no desempenho do serviço educacional não lhe valeram defesa alguma ou algum respeito. Visados como adversários do novo regime, isto bastou para que seus serviços não lhe valessem qualquer álibi. A depoente, pelo contrário, parece ligar seriedade civil ou profissional e seriedade política como os dois lados da seriedade cívica.

Uma intervenção pública que interrompe uma experiência educacional considerada bem sucedida, intercepta não apenas o projeto, mas impede a cidadania, promove a exclusão daqueles que já são excluídos. Nas palavras do ex-militar e educador Ivan Proença (2013), as intervenções várias no processo educacional entre 1965-70 resultariam “a curto prazo, o empobrecimento reflexivo e crítico do estudante”. Proença vai além e complementa: “*não há juventude ruim*, mísero é o contexto sócio-político a que se submete a juventude” (p.100-1).

O autoritarismo se faz valer afirmativamente instituindo a mensagem que reafirma a separação entre aqueles que teriam direito a um lugar e a voz na sociedade e aqueles que deveriam submeter-se aos mandos das classes favorecidas. Pelas intervenções ocorridas no *Experimental da Lapa* e, de modo mais geral, aquelas decorrentes da reforma educacional durante a ditadura (GERMANO, 2011; VIEIRA, 1985; PROENÇA, 2013), a ditadura parece ter contribuído, institucionalmente, para o aprofundamento das condições de possibilidade da desigualdade social e, portanto, da dominação. Com José Moura Gonçalves Filho (2007) entendemos que a igualdade recusada afirma a dominação. Falar de dominação, fenômeno político por excelência, implica fazer referência ao poder: onde há um dominador, necessariamente há um dominado, uma *experiência* de dominação em que o último é subordinado aos mandos e à soberba do primeiro.

O trecho da entrevista a seguir talvez esclareça uma faceta do incômodo despertado no regime pelo experimento educacional nos anos da ditadura. A depoente relembra o resultado nos alunos daquele processo:

Enxergar, saber ler a vida. Saber ver o outro, o mundo [...] Alunos que pensavam! Pensavam, posicionavam, criticavam, saíam daquele lugar de cegueira política, cegueira social e se posicionavam. Alunos que conseguiram, não todos, mas muitos foram para universidades com um papel importante.

A intervenção do Estado impõe a extinção de um projeto que não interessava ao regime e, provavelmente, à classe empresarial. Impedir ações na educação, como nesse exemplo, significa cercear e determinar possibilidades restritivas ao desenvolvimento de uma população. O ambiente para aquele que já não contava com privilégios na sociedade reforça sua característica restritiva, reduz ainda mais qualquer possibilidade outra que não a de subserviência e aceitação do mínimo que lhe for oferecido. Com essa característica de intervenção na educação, é de se supor que o golpe e a ditadura que o seguiu afetaram parte significativa da população,

principalmente, aqueles que agora estariam fadados ao trabalho subalterno, reforçando também na sociedade o lugar favorecido das elites como uma classe acostumada historicamente a privilégios. Aprendemos a reconhecer com José Moura Gonçalves Filho (2004) que o fato político, a dominação, é também psicológico. Internalizado, toma conta do espírito do humilhado. A intervenção nas escolas pelo regime parece ter instaurado uma forte determinação psicossocial para a dominação de um sobre os outros, para o sofrimento, a humilhação social. Poderíamos dizer que o golpe e o regime estariam amparados em um autoritarismo de classe?

O depoimento de Ausonia parece corroborar essa sugestão quando relembra que as políticas públicas para educação fundamental e ensino médio no período da ditadura interromperam iniciativas de humanização para instaurar uma educação massificadora.

O que a gente queria era democratizar, não massificar. Nossa bandeira era democratizar o ensino, o direito, não era massificar. Massificamos. A diferença foi quando tínhamos o Paulo Freire, metodologia de alfabetização. Depois veio o Mobral. Mobral é massificador [...] Um era para humanizar, sabe? Desenvolver, promover os sujeitos sociais. O outro era massificar, [...] para decifrar letras. Sem nenhum cunho político, de ideologia, nada.

A massificação do ensino atinge diretamente a formação da população, principalmente, as gerações seguintes que dependem da rede de ensino público para sua educação. A pauperização do ensino público, com base na massificação da educação e na expansão da privatização do ensino (GERMANO, 2011; VIEIRA, 1985), criou obstáculos à formação crítica e política do cidadão, com impactos diferenciados de acordo com os segmentos da sociedade. Para os filhos de membros das classes com maior poder aquisitivo, a educação privada passa a ser a alternativa a ser escolhida, fortalecendo a iniciativa privada ao mesmo tempo em que reforça a diferenciação de classes também pelo grau de instrução e oportunidades futuras.

Juntamente com essa tendência no ensino público, o ensino médio profissionalizante passa a ser obrigatório como modalidade de ensino nas escolas.

Tudo era feito para não ter um estudo crítico [...] Queriam formar alguém para trabalhar, sabe? Subserviente, que atendesse os patrões, jamais alguém que questionasse ou problematizasse algo. O ensino era linear.

A institucionalização das diferenças no ensino determina aquele que poderá continuar seus estudos em uma universidade e aquele que deve aprender um ofício

para que possa trabalhar e servir aos patrões sem crítica. Pelo ensino, instaura na cultura das relações sociais a naturalização das diferenças de classes. A massificação do ensino, a institucionalização do ensino técnico profissionalizante e criação do MOBREAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização) – iniciativas do regime com o objetivo de expandir a alfabetização e assegurar a mão de obra qualificada para o novo mercado de trabalho (CHAUÍ, 2013; GERMANO, 2011) – foram desdobramentos das reformas promovidas pelos acordos MEC-USAID e financiadas por fundações (internacionais e nacionais). Evaldo Vieira (1985) destaca que essa política estava de acordo com os “interesses impostos pela classe dominante”, aumento dos investimentos estrangeiros e aplicou-se à educação a ideologia do “progresso empresarial”. O autor acrescenta ainda que, ao contrário do que se anunciava, não alcançou o sucesso divulgado: em “mais de 11 anos, a porcentagem de estudantes do 2º grau subiu pouco mais que o dobro (3,58% em 1964, para 8,04% do total em 1975)” (p.215).

Em seu livro *A Educação para além do Capital*, o pensador húngaro István Mészáros (2008), ajuda-nos a compreender o utilização da educação para suprir os interesses do capital. A longa citação do autor a seguir refere-se à educação de modo geral, mas convida-nos a refletir sobre a situação experienciada e descrita pela depoente na educação do Brasil nos anos da ditadura.

A questão crucial, sob o domínio do capital, é assegurar que cada indivíduo adote como suas próprias as metas de reprodução objetivamente possíveis do sistema. Em outras palavras, no sentido verdadeiramente amplo do termo *educação*, trata-se de uma questão de ‘internalização’ pelos indivíduos [...] da legitimidade da posição que lhes foi atribuída na hierarquia social, juntamente com suas expectativas ‘adequadas’ e as formas de conduta ‘certas’, mais ou menos explicitamente estipuladas nesse terreno (p.44).

Quando a intervenção do Estado cria impedimentos para que toda a população tenha igualdade de condições e oportunidades de se desenvolver, parece fomentar a ideia de que uns têm mais direitos do que outros, reforça a divisão de classes desde os primeiros fundamentos da educação.

Paralelamente à educação, a formação excludente divulgada pela mensagem de que as classes favorecidas têm mais direitos que as desfavorecidas – que a educação de qualidade é para quem pode pagar e quem não pode deve contentar-se com o que lhe cabe – a mensagem que naturaliza as diferenças de classes parece reforçada pelo tratamento dado pelo regime à saúde pública. Na opinião de Ausonia, a

pauperização e privatização da saúde foi importante elemento para a naturalização das diferenças de classe. Criou-se, assim, também um serviço de saúde com características distintas para a população que necessita da saúde pública e a população com condições financeiras de tornar-se consumidora da saúde privada.

Durante anos a gente foi naturalizando que existe uma saúde para rico e uma saúde para pobre [...]. Não havia nenhum esforço coletivo para se mudar essa situação, o que foi muito reforçado nesse momento da ditadura. Muito reforçado. [...] Saúde pro rico. Sempre teve isso, sempre teve. [...] É modelo de sociedade, nada é por acaso.

Durante ditadura, as políticas públicas no âmbito da saúde parecem ter se aproximado do direcionamento dado à educação, como foco de políticas com uma vertente fortemente segregadora da população mais pobre. Desde o início do regime, as ações relativas ao aparelho previdenciário caminharam no sentido de favorecer os serviços privados de saúde e, na década de 1970, consolida-se a hegemonia do modelo assistencial privatista de atenção médica na Previdência e o esvaziamento da “saúde pública” (BRASIL, 2007; CARDOSO, 2013).

O pesquisador da saúde pública Felipe Monte Cardoso (2013) analisa que, nos anos da ditadura, junto com o aprofundamento da separação entre assistência individual à saúde e saúde pública, evidencia-se também “o papel ideológico e político da montagem de um sistema de saúde que replica não apenas a segregação social brasileira, mas as diferenças existentes no interior das classes populares no Brasil” (p.167). É de se supor que, durante a ditadura, o destino de alguém que necessitasse a saúde pública também sofresse com a precarização dos serviços e, assim como na educação, absorvesse a mensagem ideológica que legitima o lugar subalterno na sociedade.

Do lado da educação, o ambiente instituído pela massificação do ensino parece favorável às condições de restrição para o estudante acessar o ensino universitário, sendo preparado para submissão ao mercado de trabalho, considerado menos qualificado, subalterno. Institucionaliza-se um modelo de sociedade que diferencia as pessoas pelas suas condições financeiras e valoriza os serviços privados, reconhecidos pelo senso comum como de melhor qualidade e símbolo de pertencimento às classes mais ricas.

A depoente reconhece a postura do regime como proveniente de um “*bem sucedido*” projeto para naturalizar as diferenças e desigualdades entre os pobres e os

ricos, os patrões e funcionários, aqueles que são servidos e os serviçais, a casa grande e a senzala.

Belo projeto político para destruir todo e qualquer avanço de reformas. Sabe, acho que o projeto foi de estagnação, de impedimento de pessoas, uma coisa restritiva. [...] Para mim o projeto deles se consagrou, conseguiram. [...] naturalizar todas as diferenças, naturalizar as desigualdades, sabe? “Nós somos naturalmente desiguais, se você tem grana você vai para cá”, entendeu? “Você vai fazer escolinha profissionalizante para não chegar na faculdade porque nós mandamos no ensino universitário”.

Parece possível inferir que um regime no qual as políticas públicas tenham interferido ativamente para a precarização de serviços fundamentais à formação e ao cuidado com a população tenha contribuído para o aprofundamento das diferenças de classes, presentes na história desde o Brasil colônia.

Parece possível considerarmos que a escola e a saúde públicas, quando atravessadas pelo autoritarismo (de classe?) do regime, que instituiu respectivamente a massificação e precarização nestes serviços, produziu ambientes impregnados por traços de violência silenciosa. Uma violência que não fala diretamente, mas atravessa e rasga a carne do usuário impregnando sua força no cotidiano da maioria daqueles que, diariamente, “aprendem” o lugar que lhes é imposto na hierarquia da dominação. O lugar de submissão, servilidade, de aceitação passiva da condição que lhe foi dada. Tomadas as diferenças e desigualdades de classe como naturais, a dominação, manifesta na desigualdade, é legitimada cotidianamente aos olhos da sociedade. Eis um traço psicossocial, a violência institucionalizada nestes serviços públicos se desdobra em impacto psicológico no usuário. O impedimento próprio da desigualdade é um impedimento à cidadania, uma humilhação social, a imposta interrupção da possibilidade de *aparência*, entendida, junto com Hannah Arendt (2003), como ser visto e ouvido pelos outros e por nós mesmos, fenômeno que constitui a realidade e própria ao caráter “público”.

Sobre o impacto psicológico da humilhação, aprendemos com José Moura Gonçalves Filho (2009) que “a desigualdade perturba como uma angústia o humilhado: deixa marcadas a memória e a imaginação, deixa marcados os gestos e a linguagem do oprimido. Este impedimento conta dolorosamente entre cidadãos das classes pobres” (p.231).

O regime parece ter fomentado a aceitação passiva e coletiva do fato que as possibilidades e o destinamento de alguém que necessita dos serviços públicos é

muito aquém em relação àquele que *consome* educação e saúde privadas. O privilégio das elites passam a ser vistos como direitos, enquanto a submissão servil das classes pauperizadas tornam-se dever.

Atravessamentos autoritários na universidade

As memórias de Ausonia sobre sua experiência como estudante universitária durante a ditadura revelam uma importante face da abrangência do autoritarismo do regime nestes anos. A violência e o medo se apresentaram – de modo direto e indireto – às pessoas que circulavam em uma instituição de convívio como a universidade.

A experiência descrita por Ausonia mostra que se, por um lado, o ambiente da universidade foi foco bastante ligado à censuras, perseguições, coerções e retaliações institucionais (empenhadas por civis), por outro lado, parece revelar um ambiente com algumas brechas propícias às discussões, greves, ações sociais.

A depoente descreve diversas maneiras com as quais o autoritarismo da ditadura exerceu sua força nas relações institucionais com estudantes e professores na universidade. Algumas vezes censuras ligadas diretamente aos agentes da repressão e, em outras, a censura havia sido absorvida e reproduzida pelos membros da instituição. No trecho a seguir, Ausonia, ao lembrar de dois amigos que a acompanharam em uma manifestação, evidencia o cerceamento àqueles que ousassem levantar voz contra o regime:

Eu lembro que eu fui [a uma manifestação] com dois amigos que tinham feito ITA. [...] Um deles nem recebeu o diploma na época porque era envolvido em debates políticos. Foi negado o diploma. [...] Fez cinco anos de ITA e não foi diplomado.

A universidade passa a ser utilizada pelo regime como instrumento de repressão. O estudante, mesmo depois de cursar integralmente seu curso, é destituído do reconhecimento oficial de sua graduação por estar envolvido em “*debates políticos*”. A mensagem transcende seu impacto direto aos opositores do regime e atinge a todos estudantes que participam desse tipo de instituição: a política, condição fundamental da existência humana, passa a ser algo com que não se deve envolver.

O cotidiano na universidade, revelado pela memórias de Ausonia, evidencia a proximidade da violência, da repressão, da desconfiança e persecutoriedade instaurada pelo regime em ambientes considerados de formação política:

Eu lembro que quando eu comecei Filosofia na USP, tinham greves, prisões diárias [...]

E muitos, muitos, colegas sumiram da faculdade. Muitos da América Latina, da Argentina, do Chile. E tinha também o Ventura, ele era dentista da Venezuela. Também a gente sentiu falta. Muito ruim, coisa assim de um tinha medo do outro. [...] Então, por exemplo, achava que aquela lá era olheiro [...] Tinha assim muito medo, né? [...] Era geral, mas na universidade, deus me livre, [era] muito mais.

Um colega do seu convívio diário é preso ou simplesmente para de frequentar as aulas, um professor desaparece, ou quando uma pessoa estranha àquele ambiente estudantil atende às disciplinas é de se supor que não apenas os militantes ou pessoas com maior consciência crítica percebam e sejam afetados. A desconfiança, a persecutoriedade, o medo um do outro parecem ser traços psíquicos presentes no cotidiano de muitos professores e alunos que pertençam àquele mundo.

Ausonia relembra a perseguição sentida no curso na Faculdade de Saúde Pública durante o período do AI-5:

Eu já era mais velhinha, já tinha 21, 22. Foi uma coisa horrível, a perseguição política. [...] ali tinha uma área reacionária enorme, aí fui prejudicada em função disso também. Foi uma coisa meio que perseguição. [...] Nossa, e muita repressão! Os professores pensavam duas vezes o que falar.

Em um ambiente conservador, reacionário, a aluna que pensava diferente sentiu a perseguição. A perseguição, a violência sobre o pensamento, o cerceamento de ideias não necessita, exclusivamente, dos agentes do Estado incumbidos da repressão. O contexto vivido nas instituições de convívio parece ter sido atravessado pelo autoritarismo e conservadorismo dominante. Os professores, alunos e funcionários coniventes total ou parcialmente com o regime, aparentemente, sentiram-se amparados para exercer seu próprio autoritarismo e reproduzir as ações de medo e perseguição. O conservadorismo e a censura não partiam apenas dos agentes do Estado, mas a população com tendências mais reacionárias parece ter adquirido espaço e força para calar as vozes contrárias em seus ambientes de trabalho e convívio.

O trecho a seguir revela como a censura e o impedimento acontecia dentro da própria instituição de ensino quando algum questionamento não fosse de interesse.

Eu lembro, por exemplo, que eu quis fazer um trabalho para questionar uma Lei Nacional de Tóxicos. Nossa, me afastaram da faculdade. [...] Aí era mais explícito. [...] o desaparecimento das pessoas, [...] professores com receio. Alguém dizer: “Cuidado Ausonia, a coisa não está assim. Olha que trabalho você está fazendo”. Eles tinham essa coisa, me prevenindo, os professores.

As consequências autoritárias do afastamento não partiam da mão do agente repressor do Estado, mas de civis, colegas e professores de dentro da mesma instituição de ensino. Qual é a ameaça em jogo quando uma jovem estudante questiona uma lei de tóxicos em um trabalho de graduação? Sua presença em si é um risco aos princípios defendidos pela instituição? Ou manter alguém questionador pode colocar a instituição em foco para agentes dos órgãos de Inteligência?

O exemplo a seguir aprofunda a compreensão do autoritarismo impregnado no ambiente universitário àquele momento. Ausonia fora realizar um estágio de dois meses no interior de São Paulo com a proposta de “*motivar os colonos de uma fazenda [...] a construir as suas fossas*”. Vejamos seu relato, depois de muito estudar e aprender sobre fossas.

Eu tinha um questionamento, não pude questionar, aí eu fui. Quando eu cheguei lá, sabendo tudo de fossa, mas menos do que quem morava lá, tinham dezoito pessoas me olhando, assim, dezoito senhores. [...] Eles nem um pouco interessados [...]. Eu olhei para eles e resolvi encarar isso. [...eles disseram:] “Nós queremos saber ler e escrever”. [...] Aí eu disse, “então vocês vão aprender a ler e escrever”.

A impossibilidade de questionamento, a falta de escuta para a real necessidade de uma população e a arrogância acadêmica expressa pelo projeto ao colocar seu conhecimento acima da sabedoria popular. Ausonia encarou a situação, as necessidades que se mostravam diante dela e ensinou-os a ler e escrever.

Eles aprenderam a ler, escrever pouco [...]. Fizemos escondido uma formatura. E aí fizemos uma avaliação, era impressionante. Quer dizer, coisas tão simples, [...] Aí eu fui expulsa do curso.

A censura à aluna que não seguiu o protocolo. A retaliação promovida pela própria instituição de ensino, pelos professores, diretores. Instituição de *ensino*? Trata-se de uma consequência autoritária pela desobediência ou expulsão do curso por alfabetizar colonos? O que seria mais grave em uma universidade que parece ter incorporado o traço social do autoritarismo manifesto por expulsões, ameaças explícitas ou veladas, silenciamentos e censuras? O conservadorismo não aceita vozes

contrárias e, respaldado pelo regime, parece ter fomentado um ambiente em que as instituições reproduziram ações com caráter repressivo, denúncias, expulsões.

Acolhendo a sugestão de José Moura Gonçalves Filho, relembremos o *Romanceiro da Inconfidência* de Cecília Meireles (1977, p.28). Na oitava estrofe do *Romance V ou Da Destruição do Ouro Podre*, a poetisa escreve:

*Embaixo e em cima da terra,
O ouro um dia vai secar.
Toda vez que um justo grita,
um carrasco o vem calar.
Quem não presta, fica vivo:
quem é bom, mandam matar.*

No contexto histórico da Inconfidência, delineado pelo conjunto de poemas, a terceira e quartas linhas evocam um traço da dominação: *Toda vez que um justo grita,/ um carrasco o vem calar*. A dominação, manifesta pelo autoritarismo do carrasco que cala o justo que ousa levantar a voz, não pode ser estancada no século XVIII e parece-nos muito familiar hoje em dia.

Seguimos a pista dada por Alfredo Bosi (2003) sobre essa obra: “Desta vez a paisagem se acha próxima de nós. Quase diria, dentro de nós” (p.139). A proximidade histórica de “apenas sete ou oito gerações” não é apenas cronológica. A violência e autoritarismo que configuraram aquele episódio parecem ser reinventados e reapresentados no golpe e nos anos da ditadura, sustentados por um regime autoritário que legitimava os modos de dominação. Sem nenhuma pretensão poética, talvez pudéssemos sugerir uma releitura: *Toda vez que o povo tem alguma voz, a elite dominante o sufoca*.

O poeta e estudioso da obra de Cecília Meireles, Darcy Damasceno (1977) nos mostra o impacto provocado pela primeira parte do *Romanceiro da Inconfidência*: “Sente-se na sucessão de tais fatos a força incontrolável da ambição deformando caracteres, armando braços e toldando espíritos” (p.6). Ora, esta sensação da *força incontrolável da ambição* que invade espíritos impondo seus moldes não beiraria a experiência de Ausonia na universidade: a força do conservadorismo delimitando e conformando espíritos pela censura e retaliação? Seria esta uma faceta da *proximidade* do cenário de 1789, que Alfredo Bosi quase diria, *dentro* de nós: uma força tão naturalizada nas instituições que torna difícil até sabermos o quanto já a absorvemos em nosso cotidiano?

A respeito dessa força, utilizando-se de linguagem que carece poética, porém muito precisa, Marilena Chauí (2013) contribui à compreensão da experiência da depoente ao destacar que

a classe dominante brasileira é altamente eficaz para bloquear a esfera pública das ações sociais e da opinião como expressão dos interesses e dos direitos de grupos e classes sociais diferenciados [...]. Esse bloqueio [...] é sim um conjunto positivo de ações determinadas que traduzem uma maneira também determinada de lidar com a esfera da opinião (p.228-9).

O autoritarismo – desde muito cedo na história do Brasil presente nas relações de dominação, mando e subordinação – parece renovar-se, encontrar formas e escalas de reprodução no convívio do brasileiro, no ambiente de trabalho, nas universidades e instituições de ensino. O regime e a repressão parecem ter fornecido respaldo ao conservadorismo e autoritarismo nas universidades, instaurando um ambiente que manifesta a dominação por meio da censura ao pensamento, aos questionamentos, à participação e à cidadania. É de se supor o impacto psíquico produzido por um ambiente com essas características no sentimento de medo, desconfiança e persecutoriedade entre estudantes, funcionários e professores.

Entre o medo e a coragem

Em seu livro *Memória e Esquecimento*, o ex-preso político e exilado Flávio Tavares (2012b) relata ter apreendido nos anos de ditadura, às duras penas, um outro modo de *ter medo*.

Há outro medo, muito mais profundo, que disfarça e não mostra o medo que tem, exatamente porque teme tanto que tem medo de aparentar medo. É o medo que engendra a omissão, o não se importar com o que ocorra, ou o não se assumir em nada. É um medo-fuga. E é, talvez, o único medo essencialmente perigoso, porque, estando próximo à covardia, nos torna cínicos e, como tal, nos destrói (p.161).

Nas infimas torturas físicas e psicológicas sofridas na prisão e para além do momento final do percurso ao México, após ter sua liberdade trocada pelo embaixador americano, Flávio Tavares experienciou, em alguns momentos, um medo paralisante. Um medo que, de tão intenso, dilacera o que ainda resta de humanidade e aproxima aquele que o sente da covardia, da fuga, da desistência.

A memória de Ausonia traz diversas situações em que o medo é o traço psicossocial mais marcante. O medo experienciado pela depoente não é menos ou mais dilacerante relativamente ao medo-fuga sentido por Tavares. Não desconsiderando tratar de circunstâncias diferentes, algumas vezes o medo de Ausonia apresentou-se com um caráter de duplicidade de sentidos.

O depoimento revela uma espécie de atravessamento que mistura e confunde os traços psicossociais do medo e desejo, medo e coragem. Ambos os traços articulados são, por vezes, entendidos como impulso para uma atitude, como motivadores das ações cotidianas. Um entrecruzamento que nem sempre está totalmente claro para a depoente e para o entrevistador quando a força motriz de uma ação é o desejo ou quando é o medo ou, quem sabe, ambos.

O trecho da entrevista a seguir foi mencionado imediatamente após a depoente rememorar um episódio em que visitou uma cidade do interior para campanha de vacinação. O carro em que estava foi recebido pela população local com medo e fuga ao ser confundido com uma viatura da polícia. Na experiência de Ausonia, em algumas situações, o medo dominou e pareceu substituir o desejo como motivação para ações de caráter público e político:

A motivação era o medo e não o desejo. A gente pode ser movido, motivados pelo medo e pelo desejo. Era mais o medo que nos regia, que nos mobilizava. Era medo, não era desejo.

Quando o medo substitui o desejo como motivador, agir perde seu traço de liberdade e passa a ser uma necessidade, uma imposição de sobrevivência. O medo impõe ao humano a força mais basal de autopreservação, de proteção ou fuga de algo com caráter de ameaça ao próprio existir. Quando o movimento é regido pelo medo, a ameaça já dilacerou o caráter de escolha e liberdade própria da ação.

Se, por um lado, a depoente identifica o medo como motivador da sua movimentação e, portanto, a movimentação era uma questão de sobrevivência, de manutenção da própria integridade da existência diante de um mundo ameaçador. Por outro lado, o medo não aparece isoladamente como impulsor, mas atravessado pelo desejo, que impediu que a necessidade de sobrevivência impelisse o retraimento. Para a depoente, o desejo pareceu dar um tom para a mobilização do medo.

Eu era metida, mas era porque eu era juvenzinha, né? Não que eu não tivesse medo, mas meu desejo por ajudá-las era maior do que o medo. O medo é impeditivo

sempre, freia. Mas a minha vontade de que aqueles alunos conhecessem uma biblioteca, pudessem ler, se desenvolver, era direito deles, era maior. Então eu pegava, arrumava ônibus, ia embora para uma biblioteca, ficávamos o dia inteiro na biblioteca no sábado. Eu falava com os patrões deles, porque eles todos trabalhavam né? Falava com jeitinho para eles liberarem que a gente ia passar um dia na biblioteca.

Atravessado pelo medo, o desejo constitui um traço de coragem. A coragem de levar o desejo da educadora adiante significava enfrentar direcionamentos da instituição e do regime. O desejo de apresentar aos seus alunos uma biblioteca, de que eles pudessem ler e se desenvolver não era isento de consequências. O enfrentamento consciente dos possíveis desdobramentos exige uma coragem que se articula e acompanha o medo.

No enlace dos sentimentos experienciados por Ausonia, orientemo-nos pela articulação de Alfredo Bosi (2013):

A memória é, na metáfora corpórea de Santo Agostinho, o ventre da alma. Lembrar é saber de cor. Cor é coração. É o coração que lembra primeiro. Mas cor é também a raiz da palavra coragem. [...] Memória, sentimento e coragem são palavras imbricadas (p.349).

A íntima relação entre medo e coragem se manifestou algumas vezes na memória de Ausonia. Movida pelo coração, enfrentou o medo da repressão, da ação punitiva no trabalho ou na universidade e questionou, foi com alunos à biblioteca, ao teatro, ensinou colonos a ler e escrever.

Em *Grande Sertão: Veredas*, Guimarães Rosa (2001) revela na singeleza das memórias do personagem Riobaldo o caráter próprio do “perigo” do viver. Em incontáveis vezes ao longo da narrativa ele afirma ao seu interlocutor: “*Viver é muito perigoso*”. O medo parece ser um traço fundante do existir de Riobaldo, no entanto o perigo do viver não estanca o seu caminho. Apesar do perigo próprio do viver, ele segue adiante, às vezes enfrentando, outras se esquivando.

Viver parece ter sido muito perigoso também para Ausonia nos anos da ditadura. Em alguns momentos, o perigo, o medo parecem ter sido enfrentados quando a necessidade de viver era mais forte. E viver, nesse caso, nada mais é do que o desejo, que permite o viver ter sentido. Viver não significa eliminar ou negar o medo, mas assumir o risco com coragem, empenhar aquilo que faz sentido. Isto é, uma decisão resoluta sobre a ação.

Por vezes, quando a coragem emergiu do medo e convocou à ação, Ausonia sofreu algum tipo de censura na universidade ou no trabalho. No mesmo ano de 1969,

como professora de história em uma escola, a depoente levou os alunos para assistirem a peça *Morte e Vida Severina*. Enfrentar o autoritarismo da ditadura em no primeiro ano de AI-5 e subverter uma norma para que alunos entrassem em contato com a cultura rendeu-lhe a exoneração de seu cargo.

A depoente relembra que as demissões também aconteceram com aqueles que ousaram fazer algo para a população na área da saúde.

Na saúde, [...] várias pessoas foram afastadas, né? Eu tinha um grupo de amigos que eram médicos sanitaristas, [...] militares chamaram o Secretário de Saúde, [...] para afastá-los, considerando que eles eram subversivos.

As demissões e exonerações afastavam do mundo do trabalho os promotores de ações que não interessavam ao regime. Revelam interesses dominantes e intencionam bloquear uma ação, promover um impedimento.

Aprendemos com Hannah Arendt (2009a) que a violência tem sempre um caráter instrumental e, “sendo instrumental por natureza, é racional à medida que é eficaz em alcançar o fim que deve justificá-la” (p.99). Ao longo do regime, tanto a violência física quanto psicológica eram justificadas com base na Doutrina de Segurança Nacional. A violência se fazia justificar para eliminar a “ameaça comunista”. Nos anos da ditadura, é possível supor que em muitas instituições a violência que não tortura, mas ameaça, demite, persegue tenha adentrado sua estrutura e impresso o traço social do medo nas relação de trabalho, cumprindo seu “objetivo de controle de certas camadas ou grupos sociais que em determinados períodos passam a ser ameaçadores ao *status quo*” (JORGE, 2009, p.262).

Pelo medo, pela destituição do trabalho, o autoritarismo parece ter buscado meios de sufocar iniciativas contrárias a seu padrão de dominação e bombardeado o *desejo* e a coragem que impele alguns a insistirem em ações públicas à população.

Várias coisas assim pra bloquear a gente. Porque o pensamento não é bloqueado, são as ações nossas, mas continuava pensando, continuava o sonho, continuava tudo. E aí a ação era impeditiva.

Desejo e medo continuam caminhando lado a lado, sem que um dilacere o outro. Para a depoente, o pensamento parece oferecer certo resguardo, uma proteção para que o desejo não venha a desvanecer junto com a ação impedida. Um refúgio que mantém vivo o desejo até que uma nova ação torne-se possível. Ao longo da entrevista, Ausonia relembra diversas vezes nas quais foi exonerada ou afastada da

sua função ou do curso de educação por promover ações guiadas por semelhante desejo. Muito embora, por vezes, a violência institucional não foi suficiente para estancar seu desejo, sua coragem de agir. Paradoxalmente, e como já havia notado Thomas Mann (*Tempos de opressão são também tempos moralmente altos*), a resistência ou oposição ao regime, não podia dispensar a coragem e exigia dos resistentes ou opositores que tivessem encontrado motivações profundas e firmes, motivações que dependiam variavelmente de jovialidade, independência, generosidade e maturidade: motivações altruístas, patrióticas e socialistas. Acentuemos este ponto, de que a depoente traz exemplos: a censura ou o impedimento de ações públicas em favor das classes pobres acabaram por também levantar em muitos cidadãos a consciência sobre a necessidade, urgência e mérito de ações assim. A consciência e a iniciativa esbarravam em repressão ostensiva ou no medo de repressão provável: em muitos casos, a consciência e a iniciativa, exigindo então coragem, exigiam que a coragem se fizesse acompanhar por grande responsabilidade e que dependesse de motivações profundamente fraternas e moralmente altas. Não consideramos aqui, evidentemente, os casos em que a resistência ou oposição foram superficiais, praticadas por revanchismo, o revanchismo de grupos oportunistas e não atendidos pelos favores da ordem golpista e depois ditatorial.

Análise da entrevista com Reginaldo

São Paulo, 2015.

A entrevista com Reginaldo aconteceu em seu apartamento em São Paulo em uma tarde de quarta-feira. Quando realizada a entrevista, o depoente tinha em torno de 65 anos de idade e estava aposentado. Ele mora em um apartamento confortável, sem ostentação de luxos ou riquezas. Na sala de estar, onde foi realizada a entrevista, a mesa de jantar divide espaço com uma enorme estante de livros fechada com vidros.

Antes de se aposentar, Reginaldo foi pesquisador e professor da Unicamp, primeiro na Faculdade de Educação e depois no departamento de Ciência Política, no Instituto de Filosofia. Entre 1980 e 1985, havia trabalhado também na Unesp. Ao ser perguntado sobre sua profissão no período da ditadura responde: *“eu fiz de tudo. Eu só não fui soldado oficial, soldado do exército brasileiro e não fui motorista de caminhão. Fiz um monte de coisa. Eu fui professor de tudo o que você possa imaginar: português, história da arte, matemática”*. Considera que a maior parte do tempo trabalhou com ensino profissional com operários, mas deu aulas em cursinho pré-vestibular, trabalhou como revisor e iniciou sua trajetória profissional em um laboratório farmacêutico, quando ainda adolescente.

Além da militância pelo Partido Operário Comunista (POC) no período da ditadura, os anos de convivência estreita com operários, as panfletagens e circulação pela fábrica, as aulas de design industrial e alfabetização de trabalhadores, todas essas experiências parecem ter aproximado o depoente da vida dos trabalhadores. Apesar de não ter trabalhado propriamente como operário, a memória de Reginaldo traz muitos elementos significativos que desvelam a realidade da vida do trabalhador de fábrica e contribuem para delinear como a ditadura parece ter impactado social e psicologicamente o cotidiano dos operários.

O golpe e os primeiros impactos

Os primeiros anos após o golpe civil-militar foram decisivos na vida do depoente. Em 1964, Reginaldo tinha apenas 13 anos quando o golpe civil-militar foi consumado. Foi a partir desse momento em sua vida que começou a aproximar-se da política e, gradualmente, envolver-se com a militância operária. No período que

envolve o golpe, o depoente morava em um bairro fabril em São Paulo, um bairro efervescente do ponto de vista da movimentação sindical e dos trabalhadores.

Antes do golpe, a política não era discutida abertamente em sua casa: “*Então não lembro muita coisa. Porque na verdade, [...] debate político era uma coisa muito elitizada na época, né? Pouca gente participava disso*”. Apesar do debate político, considerado algo elitizado naquele período, não estar presente em seu cotidiano, em sua adolescência até o golpe Reginaldo parece ter sido testemunha de uma rica experiência política.

Eu morava num bairro aqui em SP que era um bairro de fábricas, Vila Leopoldina. Hoje não é. [...] Todo cheio de condomínios, mas era um bairro só de operários, um bairro fabril. Então o que que era Política ali? Política eram discursos, comícios populistas. Jânio teve várias vezes lá fazendo comícios e, como tinha muita fábrica ali, eu via inclusive muitas greves, os piquetes, havia muita fábrica metalúrgica naquela região e o sindicato dos metalúrgicos era muito forte. Comandou várias greves ali. Eu assistia as greves de camarote. Tudo em volta da minha casa, né?

A experiência de conviver com comícios, greves, piquetes, com a movimentação dos operários em um bairro fabril parece, à época, não ter sido claramente compreendida na cabeça do jovem de 13 anos. A política não era vivida por meio do debate em casa, mas o cotidiano em seu bairro era atravessado por movimentações políticas e parece ter deixado alguns embriões que vieram a se desenvolver anos mais tarde.

Em casa, o avô imigrante da Itália, que mal sabia ler em português, parecia assumir uma posição mais conservadora.

Meu avô era ademarista. Ademar [de Barros⁴] era um golpista. Se bem que depois foi cassado também. E eu me lembro que a gente recebia em casa, o meu avô lia mal em português, porque foi alfabetizado em italiano, mas ele lia e assinava um jornal que era dos Diários Associados, chama-se Diário de São Paulo. Os Diários Associados [...] tinha sido de um dos organizadores do Golpe na imprensa. Era um grupo bem de direita, do Assis Chateaubriand e o diretor do Jornal [...] fez uma campanha: Ouro para o Bem do Brasil. Brasil foi roubado, era um troço bem de direita. [...] Dê Ouro pro Brasil pagar sua dívida, era um golpe, que eles pegaram todo aquele ouro e ficaram pra eles.

⁴ Ademar de Barros foi Governador de São Paulo durante o golpe (1963-1966). Participou ativamente da conspiração para o golpe e contribuiu para a organização da *Marcha da Família com Deus pela Liberdade*. Apesar de seu apoio ao golpe nesse momento, Ademar de Barros, que pleiteava a candidatura para Presidência nas eleições que não aconteceram em 1965 e no ano seguinte, foi afastado do cargo pelo ditador Castello Branco em 1966 e teve seus direitos políticos cassados por 10 anos.

O posicionamento político do avô é reconhecido pelo jornal que lia: um subsidiário dos *Diários Associados*. Seu proprietário, Assis Chateaubriand, é conhecido informalmente como *Cidadão Kane Brasileiro*, por ter feito vasto uso de seus meios de comunicação para chantagear políticos e conseguir benefícios em causa própria. Vindo de um contexto familiar em que a política não era discutida, as primeiras percepções sobre o golpe ainda não são muito claras para o jovem Reginaldo.

Teve no pessoal que eu conhecia: meus tios trabalhavam em fábrica e eu me lembro que eles ficaram um pouco, um pouco receosos. Participavam de um sindicato etc., mas também não sei, parece que algum impacto teve.

A percepção sobre o golpe parece vaga e reticente ao tentar lembrar da reação das pessoas de seu convívio: os tios ficaram “*um pouco receosos*”, “*parece que algum impacto teve*”. Muito mais assertiva é sua resposta ao ser questionado sobre os movimentos políticos e sindicais que aconteciam em seu bairro e acompanhava de camarote em volta de sua casa: “*Acabou. Acabou. Ah não, claro. Piquete, greve se sabia que isso já era*”. O golpe parece marcar uma primeira ruptura na vida política do bairro fabril.

A memória de Reginaldo revela o cotidiano de um jovem que acompanhava à distância a movimentação política antes do golpe. Sem envolvimento direto, o jovem sabia o que estava acontecendo e pode perceber a mudança ocorrida no clima do bairro logo após o golpe. É de se supor que, assim como Reginaldo, muitos outros cidadãos que circulavam ou habitavam bairros como a antiga Vila Leopoldina tenham também sentido a mudança na atmosfera da época.

Nas escolas, o golpe parece ter atravessado o cotidiano dos estudantes desde os primeiros momentos.

Na escola mesmo falava-se pouco disso pelo menos no meio da gente. Eu me lembro que depois do golpe teve muito medo porque alguns professores, dizia-se que tinham sumido por conta do golpe. [...] É, mas não sumiram de uma vez. Eles ficaram, digamos, sem ir pra escola durante uma semana e havia um boato de que eles tinham sumido por conta de suas simpatias pelo janguismo.

Apesar de Reginaldo não ouvir abertamente comentários ou discussões sobre o golpe na instituição em que estudou, o depoente percebe o medo pela ausência de alguns professores. O sumiço de professores já estava associado à simpatia ao

presidente deposto João Goulart. O depoente recorda que nos anos seguintes, aqueles professores comunistas ou que haviam apoiado Jango antes do golpe carregavam uma marca no ambiente de trabalho.

Ah, era muito marcado, porque o cara já era [comunista antes] e não tinha como apagar, então não adiantava. E ainda não tinha havido o AI-5, então tinha uma certa marca.

Atravessado pelo estigma do anticomunismo, é possível imaginar que o ambiente de trabalho nas escolas, para muitos professores, pode ter sido favorável ao sentimento de medo e perseguição. Um professor que até pouco tempo antes podia defender, ou pelo menos declarar publicamente sua posição ideológica, depois do golpe fica marcado, mesmo que não se manifestasse mais publicamente a esse respeito. O relato indica que, particularmente, na escola pública onde estudou, o clima de tensão para os professores de esquerda deveria ser ainda maior.

O diretor da escola era quase um milico, era um [...] professor advogado, diretor do colégio público, né!? Muito, muito simpatizante dos milicos. Fazia cantar o hino nacional. O professor de educação física era um milico que terminava toda aula de educação física gritando: “Brasil 64!”. Era bem forte isso aí. Isso eu me lembro, depois do golpe isso virou uma prática. Terminava a aula e todo mundo tinha que gritar “Brasil 64!” na hora de dissolver. Como que é que os milicos chamam isso? É dispersar, dispersar. Porque a aula era um negócio militar mesmo. A aula de educação física era coisa de milico mesmo.

Em um ambiente em que o diretor da escola mostrava-se simpatizante dos militares e fazia cantar o hino nacional, o professor de educação física conduzia suas aulas como treinamento militar e saudava o golpe ao final, nesse ambiente é bastante compreensível que pouco ou quase nada pudesse ser discutido sobre política com e entre os alunos. Do mesmo modo, é muito provável que professores que antes podiam declarar-se comunista estivessem ainda mais acuados nesse ambiente de trabalho. O traço do autoritarismo que atravessa a escola – tonalizando as relações de trabalho, o ensino e a postura aceitas na instituição – leva a crer que a atmosfera presente no cotidiano dos alunos e professores tenha favorecido algum impacto psicológico associado ao medo, persecutoriedade e sufocamento da voz de alunos e professores.

O traço autoritário na escola, assim como o fim das movimentações políticas no bairro onde morava não passaram despercebidos para o jovem e, talvez, tenham contribuído para que despertasse em Reginaldo o interesse pela política.

Eu só fui me interessar por política depois do Golpe [...] porque aí comecei a ler noticiário, ver o que era e o que não era e assim por diante. Porque logo depois do Golpe, [...] tinha o boato, tinha ainda a história da expectativa das eleições de 65, então já se falava que ia ter candidatos, algum comentário que ia ter comício, mas [...] aí comecei a me interessar um pouco pra saber o que ia acontecer.

As repercussões do golpe começam chamar a atenção do jovem adolescente. Aparentemente, com o golpe, algo mudou no ambiente no qual o depoente convivia diariamente. Seja no clima vivido na escola ou na movimentação em seu bairro, passava-se a falar e ouvir sobre o que iria acontecer com as eleições no ano seguinte: a expectativa dos candidatos, a volta dos comícios. Ainda em meados de 1964, a política parece não ser mais um tema exclusivo das elites intelectuais e começa a fazer parte também do cotidiano de um jovem estudante de classe média baixa, morador de um bairro fabril e de família não anteriormente politizada.

O depoente opina sobre os primeiros anos da ditadura, antes do AI-5, como um período em que ainda havia algum grau de tolerância para a esquerda.

Nessa época eles publicavam muita revista de esquerda no Brasil. Tinha uma revista aí famosa, [...] revista Civilização Brasileira era do partido comunista. E era dirigida por um antigo militante do partido comunista, o Ênio Silveira. A revista, a editora Civilização Brasileira era a revista dos comunistas, era a editora dos comunistas. A revista era uma revista de esquerda. [...] Aí você tinha uma cultura de esquerda permitida. Tolerada, digamos, tolerada.

Nos primeiros anos do regime, algum espaço de manifestação da esquerda⁵ ainda era permitido, tolerado. Em uma ditadura que ainda buscava seus caminhos para estabelecer-se, alguma resistência ainda era possível. Além de publicações de esquerda, o depoente relembra a presença de alguns professores que se sabia comunistas e o movimento estudantil nesse período.

Tinha aí a revista e os professores. Eu tinha um professor de filosofia que era conhecido como militante do partido comunista. Todo mundo sabia, dizia e tal. Não era muito, isso. E havia um outro um pouco menos declarado. Então você começa a ter contato com uma cultura diferente da coisa e começava a ter também dentro dos colégios um movimento secundarista um pouco maior. Por exemplo, tinha ainda isso

⁵ O editor Ênio Silveira (2014) relata que a Civilização Brasileira surge como um centro de reação sistemática à ditadura, “era uma editora de esquerda, mas não uma editora partidária” (p.192). Já a *Revista Civilização Brasileira* foi lançada em 1965. Com formato de livro e artigos longos, “durante anos ela foi a maior revista cultural do mundo” (p.194). Apesar de haver uma certa tolerância com a esquerda, o editor relata ter sofrido dois atentados à bomba em sua livraria. E a censura aos livros agia estrategicamente: depois de lançado o livro apreendiam a edição inteira, resultando em grande prejuízo financeiro.

que hoje se chama UPES, UBIS, União Paulista dos Estudantes Secundarista, União dos Estudantes Secundaristas. [...] Hoje ela é grande, mas era pequenininha, mas muito ativa e disputada pelos grupos de esquerda. [...]então começa a haver uma movimentação entre os secundaristas, aí que enfim, a política começa a ser um assunto.

A relativa tolerância à esquerda, lembrada pelo depoente no período anterior ao AI-5, parece ter proporcionado uma rica experiência de “*contato com uma cultura diferente da coisa*”: a revista de esquerda, o convívio com alguns professores que se sabia de esquerda, o movimento estudantil. O clima autoritário instaurado nas ruas, na escola, por um golpe que depõe um presidente legalmente empossado, paradoxalmente, parece convocar alguns cidadãos para olhar o problema: “*a política começa a ser um assunto*”. Se, por um lado, o golpe impediu a movimentação política nas ruas e nas fábricas, por outro, insere o debate político – antes elitizado – no convívio de outras instituições de participação pública. As repercussões do golpe e do regime no cotidiano parecem ter convocado o depoente – e talvez muitos outros cidadãos – para pensar a política e isto determinou caminhos em sua história, em sua profissão, em suas relações.

O depoimento de Reginaldo revela a intensificação gradual da movimentação que percebia na cidade, atingindo seu ápice em 1968.

Então, a gente tinha contato [com grupos de esquerda]. Na ocasião, eu nem sabia exatamente o que eram as tendências. [...] só começou a ficar um pouco mais claro em 68 porque foi se acirrando. Em 68, [...]enfim, se acelerou tudo, tudo se acelerou: muito movimento, muita passeata, muito movimento estudantil. Teve um movimento primeiro de maio muito importante aqui em São Paulo. Foi Primeiro de Maio Vermelho, aqui na Praça da Sé. Quebra, quebra. [...] 68 acelerou muito.

Teve uma crise econômica que era muito pesada. Havia um desemprego, uma crise econômica pesada nos anos depois do Golpe até 67. 67 começou a haver uma recuperação ligeira, ligeira, mas havia muita dissidência dentro do regime. Então, tinha rachas, em que uma parte, por exemplo, o empresariado queria que os militares voltassem pros quartéis. Tinha uma mobilização de antigos golpistas: Lacerda, Jango, Juscelino, Ademar etc., chamada Frente Ampla, que queria meio que rever o Golpe que os militares voltassem, que tivesse eleições. Tinha uma certa crise também do regime.

O ano de 1968 não passa em vão para o depoente. Na experiência do jovem que começava a trilhar sua aproximação com a política – ainda sem muita clareza sobre o funcionamento e posições dos grupos de esquerda –, a efervescência de 1968 atravessa seu cotidiano e parece convidar a uma imersão na política. O depoimento parece revelar um certo clima na cidade: o movimento estudantil, passeatas,

desemprego e crise econômica, mobilizações de políticos contra o regime. Os acontecimentos daquele ano reverberaram no cotidiano e acabam sendo propícios ao maior contato com o que se passava no país.

Em 1968, “*se acelerou tudo*”. A efervescência experienciada na cidade torna-se um acontecimento político, capaz de convocar cidadãos a olhar, pensar, discutir o que se passa nas em casa, nas instituições de trabalho, na cidade. Com Hannah Arendt (2009b), vimos que, no sentido mais amplo da palavra, a política diz respeito a algo que se constitui num componente integral da questão humana, em cuja órbita nos movemos a cada dia. O ambiente social instaurado nos anos entre o golpe de 1964 e o *golpe dentro do golpe*, em dezembro de 1968, parece ter sido favorável para a experiência de politização de muitos brasileiros.

É possível que a órbita de circulação estabelecida até a *aceleração* de 1968 tenha impactado psicologicamente jovens e adultos. Podemos conceber o sentimento de indignação, opressão, discordância experienciado por muitos que, mais sensíveis à percepção do autoritarismo, tenham visto naquela movimentação coletiva um modo de manifestar-se, posicionar-se e criar uma resistência ao mandonismo do regime.

A percepção de Reginaldo do que se passava com o país, com os trabalhadores começa a ficar mais aguçada e torna-se uma *questão moral*. O incômodo foi também um convite para a militância.

Quando eu comecei a militar mesmo eu tinha 16 anos. [...] Uma questão moral. [...] Muitos operários entram na militância através da luta sindical, pra chamada dos interesses materiais. Pra mim era um pouco isso, eu achava que aquilo não tava certo. Então, eu na verdade nunca fui rico, mas também nunca passei fome. Sempre estudei em escola pública, mas tive oportunidade até de entrar na Universidade de São Paulo, que era um negócio de elite. [...] Era uma questão moral, era convicção política: isso não tá certo e tem que ser de outro jeito, tem que derrubar a ditadura, tem que fazer revolução socialista. Mas eu acho que pra maior parte dos militantes estudantis foi por aí também.

Reginaldo é convocado à militância por uma questão moral: “*achava que aquilo não tava certo*”. Apesar de nunca ter passado necessidades materiais, a experiência do depoente durante os primeiros anos da ditadura parece torná-lo sensível à dor do trabalhador. A noção de *comunidade de destino*⁶ pode nos ajudar a compreender a experiência do depoente. Ecléa Bosi (2009a; 2009b) nos mostrou que

⁶ Segundo Ecléa Bosi (2009a; 2009b), a noção de comunidade de destino foi elaborada por Jacques Loew em *Journal d'une mission ouvrière*, 1959.

formar uma *comunidade de destino* é necessário para alcançar a compreensão de uma dada condição humana. Retrabalhado pela autora para inserir o conceito na Psicologia Social, *comunidade de destino* significa sofrer de maneira irreversível o destino do outro, sem possibilidade de retorno à antiga condição. Reginaldo é tocado pela experiência do outro e aquela passa a ser *sua* experiência. A dor do outro é agora sua dor também. A luta do outro é também a sua luta: torna-se “*uma questão moral, convicção política*”.

O depoente conta que a experiência de ser um cidadão no Brasil nos anos de ditadura era, necessariamente, atravessada pelo medo. Reginaldo opina que *todos* tinham medo, mesmo aqueles que não eram envolvidos com política e cuidavam de sua vida privada.

Todo mundo tinha medo pra caramba. Quem dissesse que não tinha medo naquela época era mentiroso. Muito mentiroso, porque tinha muito medo. Todo mundo tinha muito medo. Muito medo.

O ambiente social instaurado pelo regime reverberava psicologicamente no cidadão como medo. Medo de sair à rua, de falar mais do que deve, medo de ser tomado como subversivo, ser envolvido. O pensador Martin Heidegger (2012) esclarece que o medo é sempre medo de algo ou de alguém que se aproxima no meu mundo e que se mostra como uma ameaça. É próprio do caráter de ameaça a incerteza: a aproximação pode chegar ou não, assim como a ameaça pode concretizar-se ou não. A experiência de militância do depoente revela que, apesar do *medo intenso*, a *questão moral* de lutar contra aquilo que julgava estar errado e a *esperança* de vencer a ditadura fizeram com que continuasse na militância.

A gente achava que dali a pouco a gente ia mesmo derrubar a ditadura e ia construir uma outra alternativa. Ficava vivendo do veneno. Primeiro é isso, a esperança. De que isso ia acabar. Isso é forte. Era essencial. [...] A gente acreditava que ia dar certo. Que ia derrubar.

De um lado, a *questão moral* de que “*não dá pra continuar com isso*” e, de outro, a *esperança* de que era possível derrubar o regime. Apoiado nesses dois polos, Reginaldo encontrava forças para continuar a militância. A julgar pela intensidade do medo descrito pelo depoente, é de se supor que a sustentação da “*convicção política*” naquelas circunstâncias deveria exigir extrema *coragem* do cidadão, articulada pela *esperança*, pela *moral*. Coragem não apenas para o militante, mas também para

qualquer um que quisesse expor livremente seu pensamento ou discordância com o regime. Coragem para qualquer atividade política, para trabalhar todos os dias em um ambiente “*envenenado*” ou mesmo para encarar o medo que atravessava o cotidiano de muitos brasileiros.

Nos anos da ditadura, parece que a coragem mostrava-se um dos sentimentos mais fundamentais, uma vez que a ameaça poderia estar na circulação pela rua, na universidade, na escola, no trabalho, nos bares ou até mesmo em casa.

Eu tinha um tio meu que era um canalha. [...] Me lembro que tinha um amigo dele que tinha sido policial da Operação Bandeirantes. [...] E ele era muito amigo de militares, policiais, fazia discurso de direita aonde podia. Esse era um canalha, esse aí eu tenho que tomar cuidado. Esse eu não posso abrir o bico.

O medo invadia a própria casa. Não se estava seguro nem mesmo no âmbito das relações familiares. Um tio amigo de policiais da OBAN que “*fazia discurso de direita aonde podia*” significava uma ameaça ainda mais próxima. É de se supor o elevado grau de medo e tensão que assolava o existir de muitos cidadãos que, provavelmente, tinham em suas famílias um membro conservador, informante ou com relações próximas na polícia.

Se o medo era um elemento intensamente presente no cotidiano de, praticamente, todos os brasileiros no período da ditadura, o sentimento experienciado pelo militante não seria menor. Pelo medo, o narrador considera compreensível que alguns tenham abandonado a militância ao longo do caminho: os chamados “*desbundados*”.

Na época a gente usava uma expressão: o cara “desbundou”. Desbundou. Era o cara que tinha participado e que depois pegou e se desligou de tudo: virou hippie ou desistiu, não fazer mais, retirou-se pra vida privada e assim por diante. Mas muitos de quem a gente chamava de desbundou, ou desacreditou [...] ou ficou com medo. O que era absolutamente compreensível. Quem não tivesse medo era louco.

O medo pode superar a coragem, dilacerar a convicção política, dissolver a moral. O medo pode atravessar, romper com os laços que formam uma *comunidade de destino* e destruir a coletividade. A força do medo pode ser tão avassaladora a ponto de fazer com que a luta seja abandonada, que a vida privada prevaleça sobre a pública, ou mais grave, que alguns tenham passado “*pro outro lado: os*

arrependidos”. Apesar dos desbundados não contarem com a simpatia das pessoas da esquerda, o depoente podia conceber a escolha deles.

Agora, eu pessoalmente achava que era muito natural que as pessoas tivessem medo. Porque eu tinha. Então, eu acho que na ocasião eu acho até que separava um pouco o que era as pessoas que tinham medo e as pessoas que eram canalhas.

O medo poderia silenciar, acuar, intimidar, como deve ter acontecido com a maioria dos cidadãos. Mas passar para o outro lado, entregar companheiros por escolha (não por tortura), começar a agir como o opressor: isso significava ser canalha.

É possível considerar que cidadãos – expostos a semelhantes contextos como relatado por Reginaldo – devem ter sido igualmente impactados psicologicamente pelo ambiente instaurado pela força autoritária da ditadura. Muitos podem ter constatado nas escolas o sumiço e perseguição a professores, o disciplinamento militar, o receio de falar. Muitos provavelmente sentiram no trabalho a vigilância, desconfiança, apreensão, medo. Uns perceberam o estancamento das movimentações de trabalhadores nos bairros fabris. Outros tantos sentiram a ameaça nas aproximações da casa quando algum parente demonstrava seu reacionarismo. Alguns, talvez, tenham sido atravessados e experienciado o sofrimento dos trabalhadores, dos mais pobres, dos humilhados, dos inferiorizados.

Alguém que tenha vivido contexto semelhante também pode ter feito escolhas por um caminho de militância, tal como Reginaldo. É possível imaginar que muito outros jovens e adultos tenham sido também impactados pelo ambiente social instaurado nos primeiros anos da ditadura. E pode ser que muitos que experienciaram sentimentos semelhantes e tenham se intimidado pelo medo, silenciado em sua indignação ou se recolhido em sua vida doméstica.

O trabalho e atravessamentos da ditadura

A ditadura *envenenou* o mundo do trabalho. O depoimento permite empregarmos essa expressão, bastante utilizada por Reginaldo, para ilustrar o impacto que a violência e repressão provocaram nas relações de trabalho nos anos da ditadura. Como veremos, o clima instaurado nas instituições foi atravessado pelo medo,

desconfiança, autocensura, traços psicossociais que impactam psicologicamente o brasileiro que viveu aqueles anos.

A paralisação na movimentação política que o depoente percebe em seu bairro, logo nos momentos iniciais do regime, retratava os efeitos das primeiras medidas trabalhistas tomadas no governo do ditador Castello Branco. As pesquisadoras Lilia Shwarcz e Heloisa Starling (2015) observam que, para o projeto de desenvolvimento e crescimento econômico da ditadura, o governo adotou uma dura política de estabilização que incluía: “controle dos salários, redução da idade legal mínima de trabalho, fim da estabilidade no emprego através da criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), repressão aos sindicatos, proibição de greves” (p.451). Estas medidas intervinham diretamente no mundo do trabalho e em suas relações.

Diretamente atrelada às essas medidas deu-se o ingresso do depoente no mundo do trabalho. Ao fazer 14 anos, tirou sua primeira carteira de trabalho, permitida por meio das medidas adotadas por Castello, e possibilitou seu primeiro emprego em 1965.

Eu fiz 14 anos, tirei carteira de trabalho, porque eu comecei a trabalhar exatamente em 65. Então, foi quando eu entrei no colégio, porque o colégio era noturno. Aí então podia trabalhar de dia. Não tinha ginásio à noite naquela ocasião. Acho que, se não me engano, aí que teve o colegial noturno podia trabalhar de dia.

[...] Eu fui trabalhar num laboratório farmacêutico. Naquela época a gente tirava uma carteira de trabalho chamada “Carteira de Menor”. Acho que hoje é proibido isso, porque era um modo das empresas te pagarem pela metade. [...] não chamava “de menor”, [...] era o apelido que a gente dava. Então era uma carteira diferente, uma era azul e a outra verde, enfim cor diferente e você recebia só metade do salário mínimo, porque você era classificado como “Aprendiz”. Aprendiz era o seguinte: você ia entrar, rodar dentro da empresa, aprender uma coisa supostamente. E depois, quando fizesse 18 anos, aí se não entrasse no exército e continuasse trabalhando, o seu salário ia ser o salário mínimo.

Além da redução de custo para as empresas (que poderiam pagar meio salário), houve o aumento do contingente de trabalhadores disponíveis no mercado. O depoente iniciou seu trabalho como Aprendiz em um laboratório farmacêutico já como resultado dos novos rumos no campo do trabalho assalariado.

Em pouco tempo, o ambiente de trabalho começa a incorporar em suas relações interpessoais efeitos da repressão.

Ninguém falava de política, ninguém abria o bico. [...] Bom, é o seguinte, lembra aquela história: “olha eu não sei de nada, porque o último que sabia ninguém nunca mais ficou sabendo dele”. Entendeu!? Então tinha um certo medo de falar disso.

O ambiente de trabalho torna-se proibitivo à política. Falar sobre política no trabalho pode significar graves consequências a quem se atrevesse. A repressão explícita ou velada insere nas empresas o traço no medo e da autocensura. O depoente sabe que o trabalho não é mais um ambiente seguro para posicionar-se, indignar-se ou simplesmente fazer algum comentário.

Conforme mencionado anteriormente, o professor também carregava o estigma de seu direcionamento político no trabalho: *“era muito marcado, porque o cara já era e não tinha como apagar”*. Quais consequências poderia haver para aquela pessoa marcada como comunista? É possível imaginar que, para um professor estigmatizado, cuja posição política era sabida por todos, não haveria muito espaço para tranquilidade em seu cotidiano. A exposição, uma certa vulnerabilidade por não poder mais preservar-se totalmente em um ambiente hostil: aparentemente, esse ambiente é favorável a uma presença constante do medo, mais intenso ou mais contido, de acordo com o grau de ameaça.

Anos mais tarde, Reginaldo deu aulas em cursinho pré-vestibular para manter-se. Já sob a vigência do AI-5, a repressão intensificara e o medo e a desconfiança no trabalho também.

Eu me lembro que tinha um cara num cursinho. [...] Eu me lembro dele, era um professor. CAIRU era um cursinho pré-vestibular do Centro de Estudantes da Economia [...] E o CAIRU tinha muita gente de esquerda, mas tinha um cara que era de direita, era informante e todo mundo sabia. Era até um professor de História que tinha um problema, eu acho que ele teve paralisia infantil. Ele andava com umas muletas, era até um cara muito estranho, muito esquisito. Esse cara todo mundo sabia e todo mundo isolava. Mas sabia que não podia, não tinha jeito de colocá-lo pra fora. Se pudesse botava. Acontecia muito de gente que você identificava e sabia que era informante. Tinha que ficar de olho. Esse não era um desbundado, esse era um canalha mesmo. Esse era outra coisa.

A presença de colegas de trabalho delatores insere uma tensão extra no cotidiano. A convivência diária com o inimigo, aquele com quem se deve ter cuidado, que pode te denunciar, impacta diretamente nas relações de trabalho. O ambiente de trabalho impõe a necessidade de autoproteção, ao mesmo tempo em que expõe um certo grau de impotência: *“não tinha jeito de colocá-lo pra fora”*. A violência da

repressão e perseguição a professores durante a ditadura parece ter contribuído para o estabelecimento de um ambiente no cursinho que inspira constante apreensão, cautela com um informante que trabalha na sala ao lado e acompanha seus passos: *“tinha que ficar de olho”*. É possível que o impacto psicológico experienciado pelo depoente pela vigilância dentro da própria instituição de trabalho tenha atingido muito outros professores e trabalhadores que, atentos, sabiam o colega tratar-se de um informante: *“Tinha um monte de gente que meio que tava apavorado: ‘É bom não falar nesse assunto, porque você tem que saber um pouco distinguir’”*.

Em um ambiente de vigilância, saber identificar o informante ao lado muitas vezes pode significar a própria sobrevivência. Saber diferenciar o *“canalha”* do *“desbundado”*, aquele que, por medo recuou e deixou de militar. A vigilância exigia criar meios para proteger-se, ganhar tempo, caso fosse necessário.

No lugar onde eu trabalhava eu não dava meu endereço, eu dava o endereço da minha mãe. [...] Durante todos os anos 70 eu não dava meu endereço. Em lugar nenhum. Em lugar nenhum. Nem escola, nem trabalho, nada. Porque aí demoraria algum tempo pra chegarem. E quantas pessoas sabiam do meu endereço? 4 ou 5: minha mãe, meu pai e o pai e a mãe da minha mulher, na ocasião. Não mais do que isso. Eu escondia totalmente também outras coisas.

O trabalho, de certo modo, tornava o cidadão exposto. O acobertamento do próprio endereço, a reclusão, a perda da vida social. A necessidade de fornecer dados incompletos ou adulterados, de não divulgar aos colegas onde mora e não ter convívio fora do ambiente e trabalho. Aparentemente, todas essas medidas de segurança tornavam-se fundamentais para qualquer um que desejasse fazer política, nos mais variados graus. A pensadora Hannah Arendt (2009b) nos esclarece que “o pensamento político baseia-se, em essência, na capacidade de formação de opinião” (p.30). Em tempos de violência e repressão no trabalho, aquilo que é próprio da política – o discurso, a persuasão – ficam impedidos em sua *aparição*. A clandestinidade parcial no trabalho, nas relações, era o recurso possível para trocar pensamentos entre os pares, planejar alguma ação, aproximar-se da política: *“Todo mundo tinha muito medo. Muito medo”*.

O depoimento revela diversos modos de atravessamento da violência da ditadura no cotidiano do trabalho. Até o momento observamos algumas primeiras interferências no mundo do trabalho pelo traço da violência que desdobram-se nos

sentimentos de medo, desconfiança, apreensão, reclusão, autoproteção. Reverberações psicológicas em um mundo permeado pelo autoritarismo.

O sociólogo Octavio Ianni (2004) constata um outro aspecto da violência sobre trabalhador, ainda não analisado aqui: “entra como elemento importante da cultura política com a qual se ordenam, modificam ou transformam as relações entre os donos do poder e os setores sociais subalternos, os governantes e a população, as elites e as massas” (p.169). Durante a ditadura, a violência – física, psicológica, tácita, explícita – foi amplamente utilizada no mundo do trabalho como instrumento de dominação do trabalhador, de subalternização, rebaixamento, sujeitamento. Na continuidade da análise a seguir, pretendemos, com base no depoimento, identificar situações experienciadas ou testemunhadas pelo depoente que permitam aprofundar a compreensão de alguns modos pelos quais as ações ligadas ao golpe e à ditadura parecem ter afetado diferentemente os nichos da sociedade, revelando um caráter ideológico, uma “violência de classes”.

Um golpe e ditadura ideológicos

A entrevista tem mostrado que as instituições de trabalho parecem ter sido atravessadas pelo autoritarismo nos anos da ditadura. A violência impregnou o ambiente institucional, impactando nos trabalhadores com traços de medo, perseguição, desconfiança e silenciamento. As políticas trabalhistas durante o regime tiveram ampla repercussão em todo o país. Enquanto o empresariado e a classe média foram beneficiados com medidas que promoveram a concentração de renda e o acúmulo de capital, em especial, as classes assalariadas mais baixas parecem ter sido mais severamente sacrificada ao longo dos 21 anos de regime. E ainda hoje parecem sofrer com repercussões de perdas e medidas que nunca foram revistas.

O relato do depoente traz o testemunho de situações de dominação, humilhação, inferiorização, vividas por operários em São Paulo nos anos da ditadura. Reginaldo conta uma história que parece emblemática para ilustrar o olhar que caía sobre o trabalhador operário.

Eu tinha esse meu amigo italiano, eu me lembro que achavam estranho. Ele começou a se dar conta da história dele entrar na fábrica com um jornal. [...] É que ninguém lê jornal. Operário que lê jornal? Daí ele começou a perceber que tinha

dado uma mancada. Duas, três vezes percebeu que as pessoas olhavam: “Você lê jornal?”. Aí ele começou a comprar de vez em quando um Gazeta Esportiva, não sei o quê, pra dizer que se interessava por esportes. Depois disse que lia muita notícia de crime. Jornal mesmo, livro, ele escondia na maletinha, junto com a marmita. Já dizia que o cara tem interesses que não deveria ter. “Livro? Esse cara não presta. Isso aí? Alguma coisa tem errado”. Era muito desse jeito. Isso foi mudando ao longo dos anos 70, foi diminuindo. Quando chegou nos últimos anos da década, amoleceu um pouco, 78, 79 já amoleceu um pouco. Mas entre 70 e 76, 77...

A subversão aqui está menos atrelada à leitura propriamente de um jornal ou de um livro, quanto ao leitor: um operário. De um operário não se poderia esperar que fosse um leitor, alguém interessado em informar-se sobre o que acontece no país, interessado em cultura. Para não chamar a atenção dos superiores e dos colegas, o operário declarava-se interessado por esportes ou notícias de crimes. O estranhamento, a reprovação e a retaliação não vêm (somente) dos superiores, mas os próprios colegas de trabalho não dão conta da situação de ver um igual comportando-se como um diferente: *“tem interesses que não deveria ter”*. Ao operário não se permite interesse pela leitura. Se houver, que seja somente leitura de superficialidades.

Este episódio relatado pelo depoente pode ser desmembrado em dois aspectos distintos, porém intimamente atrelados nas relações de trabalho entre os operários sob o contexto da ditadura. A repreensão e o estranhamento do interesse pela leitura vindos dos próprios colegas remete a um tácito código de postura do trabalhador operário. Um código absorvido e reproduzido pelos próprios trabalhadores. Um código que dita um lugar muito específico do operário na sociedade: um trabalhador deveria trabalhar e, se tanto, saber sobre esportes ou crimes, de entretenimento para distração. A inadequação do interesse de um operário por leitura parece antes um elemento próprio da diferença de classes, da desvalorização da classe trabalhadora, da imposição ao trabalhador de um lugar inferiorizado, daquele que não pode compartilhar a mesma cultura dos patrões. Uma mensagem transmitida verticalmente de cima para baixo, mas reproduzida horizontalmente entre os próprios trabalhadores.

Hannah Arendt (2007a) parece esclarecer um aspecto deste fenômeno quando analisa que a “cultura” foi monopolizada pela sociedade europeia em função dos objetivos próprios de luta por posição social e *status*. A cultura teve um uso instrumental em um caminho para ascender socialmente e “educar-se” em um patamar superior. No Brasil dos anos 1960-1970 (e talvez ainda hoje), o veto vindo de cima sobre o acesso à um certo tipo de cultura ao trabalhador é um diferenciador do seu

lugar na sociedade, um limite que marcaria a posição inferiorizada que deve ocupar na sociedade.

A compreensão do relato do depoente não se encerra apenas da delimitação de um lugar na sociedade, uma posição social imposta ao trabalhador. Um outro lado da relação do trabalhador com a cultura deve ser levado em conta quando Ecléa Bosi (2009b) nos lembra que existem uma cultura vivida e uma cultura que os homens aspiram. As representações ligadas à liberdade e valores agrupados no eixo “adquirir cultura” desdobram-se em um fortíssimo desejo de instrução pelos operários ou para seus filhos. O desejo de progressão social pela cultura também atravessa o cotidiano do trabalhador e, às vezes, “condenam à morte os objetos e as significações da cultura do povo porque impedem ao sujeito a expressão de sua própria classe” (p.20). Se o operário também compartilha representações de *status* e liberdade ligadas à cultura, como então é possível entender a situação experienciada pelo operário que convoca a atenção dos colegas por ler jornal ou livro?

Em tempos de ditadura e repressão, o interesse do trabalhador parece ser percebido não apenas como interesse de progressão social, mas como subversão, interesse pelo que não deve, por aquilo que não cabe ao trabalhador. A inadequação do operário leitor de jornal manifesta-se também por uma associação à política: “*Esse cara não presta. Isso aí? Alguma coisa tem de errado*”. Conviver no trabalho com alguém envolvido com política, um alvo em potencial da repressão, tornava-se um risco para a própria segurança. Reginaldo conta que “*as pessoas tinham medo, mesmo quem não tava envolvido, medo de ser envolvido*”. Para um trabalhador da fábrica, tão arriscado quanto envolver-se em política parece *ser envolvido* pela proximidade ou contato com algum colega envolvido.

Podemos imaginar a tensão produzida no ambiente de trabalho experienciada pelos operários nos anos da ditadura. A história do movimento sindical colocava a classe dos operários em foco pelos órgãos de segurança. Quando a ameaça da violência invade o cotidiano do espaço coletivo do trabalho, o indivíduo é impactado pelo medo, por vezes, colocando-o contra o próprio colega, se este representar alguma ameaça. A insegurança do trabalhador cresce por saber, como opina o depoente, que havia “*infiltrado em fábrica, claro que tem. A chefia de fábrica era informante, os caras eram informantes*”. Saber que a chefia é informante, um colega pode ser infiltrado, um dedo-duro, instaura um ambiente de desconfiança e persecutoriedade nos trabalhadores. Em um determinado momento da ditadura, parece que a violência e

o subsequente traço psíquico do medo forjaram “aliados” do regime dentro do próprio local do trabalho, destruindo a coletividade em nome da segurança pessoal.

Essa ruptura da coletividade no meio operário é destacada por Eder Sader (2010) quando pontua que “as derrotas sofridas pelo movimento operário em 1964 e 1968 tiveram um primeiro efeito de reforçar a imagem de impotência. [...] a consolidação do regime militar no início da década se fazia sobre a pulverização e o silêncio dos movimentos sociais” (p.32). Contra a impotência de ação do trabalhador silenciado, restava a proteção individualizada no isolamento dos riscos.

Como enfatiza o depoente, esta situação relatada é mais pertinente aos primeiros seis ou sete anos da década de 1970 e menos intensa ao final: “*quando chegou nos últimos anos da década, amoleceu um pouco, 78, 79*”. Não desconsideramos, portanto, que ao longo dos anos houve uma série de deslocamentos de sentido (SADER, 2010) que permitiram o crescimento dos movimentos sociais e sindicais ao final da década.

No início da década, a vigilância constante sobre os trabalhadores intensificava o clima de desconfiança, cuidado e receio no ambiente de trabalho.

os ambientes de trabalhos eram muito envenenados, mas muito dedo-duro, muita vigilância. [...] você não podia falar a palavra sindicato, já era um palavrão. Ah não, falou a palavra sindicato é porque você é comunista, subversivo, terrorista. Você tinha que era um ambiente muito, muito, muito complicado.

A censura entre os pares obriga a uma auto censura. O medo de ser dedurado impele o recolhimento de qualquer ação para além da operação da máquina e o cerceamento das manifestações de opinião: qualquer movimentação fora do esperado ou do permitido socialmente, poderia colocar em risco o emprego e a segurança pessoal.

Tavam apavorados. Todos! [...] conhecia um monte de gente, por exemplo, que mesmo depois, tô falando de 71, 72 que foi o período mais duro e tenebroso. Mesmo depois, 74, 75 quando o regime já tava começando a ter... – o Herzog já tinha morrido, Geisel já tinha começado a pressão sobre os grupos torturadores – mesmo nessa época você tinha muito medo. Eu me lembro que continuava essa história de não falar certas coisas. As pessoas tinham medo, mesmo quem não tava envolvido, medo de ser envolvido.

O medo que invadia o cotidiano das fábricas e as relações entre os operários é explicitado no relato a seguir:

Eu fiz muita panfletagem em 72, eu entrei numa campanha da oposição metalúrgica aqui em São Paulo, que nós resolvemos fazer uma campanha aberta, campanha de massa. Bom, já que era uma eleição legal, a gente ia fazer uma distribuição de panfleto legal. Estávamos concorrendo a uma direção de um sindicato. Era um negócio meio maluco, mas enfim, a gente sabia que corria o risco de ser preso mesmo assim, por arbitrariedade da polícia: não podia, mas podia. Mas, tinha a ver também com a reação de operários em algumas fábricas. Sim, porque eles tinham medo, eles te olhavam meio assim: “se eu pegar o panfleto que esse cara tá distribuindo, vão pensar que nessa fábrica..., que na minha fábrica..., que eu sou...”, [...]. Eles ficavam assim: “Pô isso aí... esses caras vieram me prejudicar”. Era assim.

Mesmo em uma panfletagem legalizada, a arbitrariedade da polícia e a possibilidade de ser visto por alguém pegando um panfleto colocava em risco o trabalhador. Pegar um panfleto em público poderia significar aos olhos da chefia ou dos próprios colegas envolvimento com a atividade sindical e, imediatamente, o peso de ser “comunista, subversivo, terrorista”. Parece pertinente inferir que o ambiente institucional ameaçador nas fábricas seria avesso a qualquer manifestação com alguma tendência de esquerda ou, simplesmente, à favor dos trabalhadores. De tal modo que o traço do medo parece impactar diretamente na intimidade do operário, revertendo sua ação contra os próprios interesses: o medo torna o operário um vigilante de si mesmo, temendo os próprios passos.

O resultado dessa eleição sindical de 1972 parece reafirmar a intensidade do impacto do medo da repressão direta e indireta aos trabalhadores.

Era uma oposição de uma composição: era gente da AP, do PCdoB, do Partidão, gente que não era de nada. Então, uma chapa de esquerda disfarçada, contra um policial, o presidente do sindicato era um policial. Nós tivemos 21% dos votos. Quer dizer 80% [para a situação]. Tudo bem, aí tem eleição manipulada, voto de aposentado que não era mais operário, que era clientela do pelego e tudo mais, mas nós tivemos só 21% dos votos. A Arena foi muito bem votada na eleição de 72, só perdeu em 74. [...] foi um massacre da direita. Então a direita tava “por cima da carne seca”, não eram só os empresários que tavam achando bom.

A baixa votação da chapa de esquerda parece revelar que a grande maioria dos trabalhadores aprovava os rumos do regime na fábrica ou, então, tinham medo de se posicionar contrariamente. Seja por medo ou conivência, o regime alcançou êxito na tarefa de reprimir a oposição operária, instituindo um ambiente nas fábricas bastante hostil e ameaçador ao pensamento contrário. No período do início dos anos 1970, o Brasil vivia o chamado “milagre econômico”, uma situação bastante peculiar para os trabalhadores que contribuiu parcialmente para esta aprovação.

Tinha também o seguinte: depois de muito tempo de recessão, de 70 pra diante, o Brasil tava crescendo muito economicamente. O desemprego diminuiu terrivelmente. Quase pleno emprego. Nego fazendo hora extra, ganhando um pouco melhor, aí chega um monte de barbudo querendo perturbar sua vida, né!?

A diminuição do desemprego e o ganho com horas extras. Para o trabalhador operário o crescimento econômico trazia uma relativa tranquilidade. Havia emprego e demanda para trabalho em hora extra, gerando algum aumento de renda familiar. Se este governo trouxe de volta o emprego, porque eu deveria me opor a ele? O ditado popular “em time que está ganhando não se mexe” parece ter uma parcela de responsabilidade pelo conservadorismo dos trabalhadores nas eleições sindicais de 1972. É difícil mensurar, no entanto, o peso de uma real aprovação do governo por parte dos trabalhadores e o medo da volta do desemprego, vivido até poucos anos antes. A fala de Reginaldo parece enfatizar essa dúvida.

O operariado, péra aí. Depois de anos e anos pra arrumar emprego, você demorava um ano. A Ford chegou a pendurar, me lembro dessa história, a pendurar uma placa pedindo, [...] em 67, 68 pedindo ferramenteiro com 10 anos de experiência. Não existia no mercado ferramenteiro com 10 anos de experiência. Impossível, porque praticamente os ferramenteiros se formaram em menos do que isso. Por que? Porque o desemprego era tão grande que eles podiam se dar ao luxo de fazer exigências dessa natureza. O desemprego muito grande. Aí você tem um monte de emprego, muita hora extra e ganho, muita gente da família trabalhando e, portanto, melhorando de vida.

Na lembrança recente do operário, os ecos do período de vasto desemprego ainda ressoava em alto volume. Um fantasma que parecia rondar o cotidiano do trabalhador, acostumado à escassez de vagas no mercado. O governo tem no crescimento econômico e do emprego um suporte para suas ações, fortalecidos ainda mais pela intensa propaganda de governo.

E propaganda. Nossa senhora, propaganda massiva do Governo. Pô, a Rede Globo era a rede da ditadura, as outras também e era assim: “Brasil tá indo pra frente, só tem um bando de cretinos que tá querendo atrapalhar” [...] Olha, não se esqueça que teve uma Copa de futebol. [...] Foi uma época boa para os milicos.

A propaganda de governo é um meio de adentrar o lar da população e pulverizar a mensagem que se deseja: favorável ao governo e contra aqueles que se opusessem. Ao contrário da restrição à leitura de jornais e livros pelo trabalhador – símbolo de subversão –, o rádio e a TV são estimulados e aceitos como raros lazeres

possíveis ao operário. A linguagem acessível das novelas e telejornais favorece sua recepção e tornam a TV sonho de consumo.

O jornalista Paulo Henrique Amorim (2015) e o historiador Carlos Fico (2001) concordam com a importância dada pelos militares aos meios de comunicação, principalmente à imprensa e à TV. Os telejornais são valorizados como um modo de integrar o país pelas comunicações. A massiva propaganda de governo praticamente dominava como fonte única de informação pública sobre o país, respaldada pela censura que “vinha possibilitando um rígido controle dos jornais, revistas, TV, cinema, teatro e música” (FICO, 2001, p181).

Na primeira década de ditadura, o governo construiu a rede de transmissão nacional de TV, congelou impostos e taxas que as emissoras deveriam pagar e aumentou o orçamento de publicidade na TV. Em 1966, a Globo já havia sido beneficiada com câmbio “especial” do dólar a um terço do valor para importação de equipamentos (AMORIM, 2015). Beneficiada pelo governo, a participação da TV no cotidiano do brasileiro tem uma grande ascensão nos anos da ditadura. As transmissões de futebol na TV tornam esse esporte acessível ao trabalhador. O historiador Hilário Franco Junior (2007) observa a tentativa do general Médici se beneficiar com o futebol pelo Flamengo e a apropriação pelo governo dos dividendos políticos do tricampeonato mundial.

O impacto psicológico produzido pela propaganda, aliada à repressão e o medo, no cotidiano do brasileiro em termos de aceitação do regime pela população é destacado pela psicóloga Cecília Coimbra (2002), do Grupo Tortura Nunca Mais-RJ:

Vendia-se massivamente a imagem do Brasil como ‘ilha de tranquilidade’, de ‘progresso’, de ‘bem-estar’ e de euforia. [...] Foi o início do reinado da Rede Globo [...] produzindo/fortalecendo subjetividades então hegemônicas: formas de pensar, sentir, perceber e agir condizentes com o regime. [...] Foi produzida uma aceitação quase unânime das regras do sistema (p.30).

A ampliação do acesso à TV estimulada pelo regime, a intensa propaganda de governo disseminando sua mensagem e a censura aos meios de comunicação. Esses fatores atravessam o cotidiano da massa trabalhadora, que raras vezes tem acesso a outros meios de informação. Conjuminados ao crescimento do emprego e ao clima de medo e ameaça instaurado no trabalho, parece constituir-se um ambiente bastante propício para que os operários aceitassem e reproduzissem as regras vigentes.

Devemos considerar que, provavelmente, para a recepção positiva do “milagre econômico” pelos operários – pelo menos na eleição de 72 – deve ter pesado mais significativamente o medo, a ameaça, o convencimento pela propaganda e medo de perder o emprego; e menos os benefícios financeiros alcançados pelos trabalhadores neste período. O depoimento de Reginaldo revela que, apesar de haver algum ganho dos operários com “*horas extras*”, as condições de trabalho nesse período se deterioraram, principalmente, no quesito exploração e segurança do trabalhador.

Que benefício? O cara trabalha feito um cachorro. Sabe qual é o número de acidentes de trabalho que tinha? Tudo bem, o cara ganhava bem durante cinco anos só que envelhecia em cinco, cinquenta [anos]. Porque trabalhava feito um condenado. Muito acidente de trabalho. Muito. Um negócio... Porque as fábricas faziam o que bem entendiam, obrigavam o cara a trabalhar horas e horas seguidas sem a menor condição de segurança. [...]

Segurança sempre foi um nada no trabalho fabril, mas piorou muito porque [...] se ao invés de você trabalhar oito horas por dia, você trabalha doze. [...] você trabalha quatro horas a mais [...] Trabalha numa prensa 12 horas: dançou. Depois é o seguinte: você tem que dar produção. Trabalho de prensa é um [...] trabalho meio besta. Pega uma chapa, põe na prensa, aperta [o botão...] pra prensa fazer ou a dobra ou o corte, né? Muito bem. [...] Você trabalha doze horas, você já tá distraído, já tá cansado. Uma hora sua mão vai acabar ali.

Depois também, como você tem que dar produção, a fábrica põe: você aperta esse botão aqui e este outro deste outro lado pra prensa descer. Aí, o que o peão fazia? Travava esse botão aqui pra ficar só lá e botava com a mão aqui. Já é candidato a perder uma mão. E torno? Torno também é a mesma coisa. Trocar peça com o torno andando. Então, bota o dedão lá e quando viu, o dedo já era. Enfim, é assim. [...] Bom, construção civil é pior ainda né? Esse negócio de ter que andar com capacete: bobagem. Capacete é merda de segurança. Capacete não existia em construção civil. [...] O menor equipamento de segurança, a menor condição de segurança. Então você tinha um índice de acidente de trabalho, de doença de trabalho impressionante.

O “milagre” mostra uma faceta nada romantizada ao trabalhador. O crescimento econômico pode ter trazido mais empregos, mas para haver aumento de produção, aumenta-se a exigência sobre o funcionário. Obrigado a trabalhar doze horas por dia, o operário arcava, como contrapartida às horas extras, com um altíssimo custo de colocar a vida e a saúde em risco. O ritmo extenuante do trabalho repetitivo e automatizado nas fábricas desgastava o trabalhador, que envelhecia precocemente e ficava superexposto ao risco de acidentes na fábrica. Com base na descrição pelo depoente do ambiente de trabalho na fábrica é possível conceber o dado que o relatório da Comissão Nacional da Verdade (2014) destaca: em 1976, o Brasil alcançou a posição de “campeão mundial de acidentes de trabalho”, com

1.743.025 sinistros e 3.900 mortes” (p.70) .

O crescimento no período do “milagre econômico” somente é possível com o respaldo do AI-5. O historiador Antônio Luigi Negro (2004) descreve as mudanças provocadas pelo decreto e as repercussões do AI-5 na relação do empregador com os empregados:

Enterrados os entendimentos que havia entre Presidência e trabalhadores, a estabilização econômica não pôde ser implantada sem coerção, vigilância, tutela e punições. O empresariado, por sua vez, dispôs de caminho livre para “arrancar a produção” dos empregados, estes que antes “arrancavam” direitos dos patrões (p.245).

O AI-5 promove uma inversão e, em um contexto de legitimação do empresariado onde “*as fábricas faziam o que bem entendiam*”, é de se supor que a naturalização da insegurança no trabalho e a culpabilização dos próprios trabalhadores pelos acidentes dos quais são vítimas – constatados por Fábio de Oliveira (2007) anos depois – tenha sido aprofundado nesse período.

O crescimento da indústria não é feito sem o aumento da exploração do trabalhador. A reificação do trabalho operário aproxima homem da máquina e máquina do homem como se fossem uma coisa só. Bernardo Svartman (2010), em sua tese de doutorado sobre o trabalho operário, destaca que “o princípio que guia a construção de máquinas é a busca constante do aumento de produtividade, o aumento da velocidade dos mecanismos produtivos, mesmo que isso signifique expor o trabalhador a situações de risco” (p.153). A exigência de produção coloca o trabalhador no lugar da máquina que deve oferecer trabalho incansável e constante, sem distrações ou interrupções.

No campo institucional, o AI-5 e o “milagre” parecem ter corroborado para que nas fábricas fosse estabelecido um ambiente favorável a um desequilíbrio ainda maior nas relações trabalhistas entre o patronato e a massa operária. Do ponto de vista do impacto psíquico nos operários, é de se supor que as condições de trabalho descritas tenham sido propícias ao maior aprofundamento da experiência de humilhação social e desenraizamento (SVARTMAN, 2010), já características do trabalho na fábrica.

Devemos ainda considerar mais um aspecto para avaliar a hipótese de que a aparente aprovação da situação pelos operários – no início dos anos 1970 –, possivelmente, tenha maior proximidade com o medo da perda do emprego, medo de

posicionar-se e a ameaça tácita de retaliações no ambiente de trabalho; e menos a ver com “ganhos” financeiros do trabalhador no período do “milagre”. Como vimos acima, o AI-5 contribuiu, de certo modo, com o crescimento econômico do país, mas esse crescimento não parece ter sido igualmente desfrutado pelo trabalhador. O país vivia uma situação de grande euforia, divulgada pela propaganda e explorada pelo governo. O depoente lembra que a classe média foi substancialmente beneficiada neste período.

Pra classe média, nesse período, tinha televisão em cores, [...] o Brasil tava crescendo, [...] correção monetária em caderneta de poupança, tinha política de financiamento de imóveis pra classe média: BNH [...] não era apartamento popular que financiava. Tinha muito crédito para apartamento de classe média, muito carro, automóvel. Enfim, teve um período de crescimento que pra classe média obviamente foi positivo.

A opinião do depoente sobre os benefícios desfrutados pela classe média indicam maiores ganhos para uma faixa da população que já havia alcançado certa inserção no mercado de consumo. O consumo de bens duráveis, os créditos de financiamento e rendimentos da poupança não parecem atingir à população que utiliza quase a totalidade dos seus rendimentos com aluguel e alimentação.

O economista Márcio Pochmann (2014) constata que o “milagre econômico” foi o período em que

se consolidou a chamada classe média assalariada brasileira, gerada pelo avanço dos empregos superiores tanto nas grandes empresas privadas quanto na burocracia especializada do setor público, houve um conjunto de medidas governamentais favoráveis à concentração dos rendimentos especialmente nos segmentos intermediários da distribuição de renda (p.86).

Se para a classe média houve ganhos financeiros e ganhos em relação ao lugar que se ocupa na sociedade, a fala do depoente parece mostrar que, para as categorias trabalhista de base, o período da ditadura teve grande impacto financeiro negativo, principalmente, com o arrocho salarial que atingia especificamente essa classe de trabalhadores assalariados.

Arrocho salarial é uma coisa que existe desde a época de Jesus Cristo. A lei do arrocho salarial é uma lei da ditadura, quer dizer, os reajustes tem que ser decretados pelo Governo segundo o índice inflacionário, calculado na mesinha do Ministro da Fazenda. O cara que inventou [...] a famosa fórmula Simonsen de reajuste salarial, aquela história de botar a inflação presente mais a antecipação da inflação futura, uma formulazinha matemática que era o limite. O regime estabelecia

os acordos salariais, tinha isso como teto [...] para os reajustes salariais [...]. Isso significava que as negociações de condições de trabalho e salário tinham que ser administradas pelo regime militar, o Estado.

Com o arrocho salarial, o trabalhador recebia reajustes abaixo da inflação, impactando diretamente no poder de compra do assalariado e aumentando o lucro empresarial. Diferente de outras épocas, o arrocho salarial passou a ser uma política de governo nos anos da ditadura. Passado o golpe, como primeiro eixo de intervenção econômica, o Estado assume a gestão da *força de trabalho* como mercadoria particular: “do ponto de vista da gestão da força de trabalho, tal intervenção compreendeu a regulação do preço da força de trabalho, a disciplina do trabalho e a insegurança no emprego” (GERMANO, 2011, p.72). Em julho de 1964, com a Circular nº10 e, posteriormente, por meio da lei 4.725 de 1965, o governo retira a fixação do salário profissional (piso-salarial) da arbitragem da Justiça do Trabalho e coloca-a sob o arbítrio das autoridades financeiras. Concomitantemente, a repressão aos movimentos sindicais e a proibição das greves interveem diretamente na disciplina do trabalho. E o fim da estabilidade no emprego substituída pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) atinge a segurança no emprego.

Lilia Schwarz e Heloisa Starling (2015) destacam que com as políticas trabalhistas adotadas ainda no período Castello, não tardou para o impacto afetar a classe trabalhadora e, já no governo do ditador Costa e Silva, “o ônus do arrocho econômico havia desabado sobre os trabalhadores e os assalariados dos setores médio urbanos” (p.451). Ao analisar o ambiente experienciado pelos trabalhadores assalariados a partir dos viés econômico, o período da ditadura parece ter contribuído significativamente para o empobrecimento da classe.

Com o empobrecimento das classes assalariadas, o crescimento ocorrido no período do “milagre econômico” significava também crescimento da desigualdade social. Enquanto a massa de trabalhadores teve seus rendimentos contidos abaixo da inflação, a classe média assalariada elevou seus ganhos acima da inflação (POCHMANN, 2014). É possível conceber o traço de impotência experienciado pelo operário na primeira década da ditadura: a percepção da redução salarial a cada ano e a quase impossibilidade de reação contra essa situação. Acuado por todos os lados: pelo Estado, pelos empresários, pela repressão e pela vigilância na própria fábrica, qualquer manifestação do trabalhador parecia cerceada.

O traço psicossocial instaurado pelas ações do regime no ambiente operário pode ter favorecido as condições de possibilidade para o aprofundamento de um sentimento que Danièle Linhart (2014) nomeia “precariedade subjetiva” no trabalho. Trata-se do sentimento de não estar jamais protegido de uma perda súbita de emprego; sentimento de não estar “em casa” no trabalho; de não dominar seu trabalho e precisar esforçar-se permanentemente para adaptar-se e cumprir os objetivos fixados; sentimento de não ter a quem recorrer, de isolamento e abandono; de perda dos coletivos de trabalho, que se esgarçam com a individualização da gestão salarial. Para a autora, o sentimento de “precariedade subjetiva” é uma componente do trabalho moderno.

Apesar da tese defendida de que o autoritarismo do regime teria impactado psicossocialmente, em grau maior ou menor, o cotidiano de muitos brasileiros que viveram os anos entre 1964 e 1985, desde o início, a ditadura parece ter sustentado um regime ideológico de favorecimento das classes dominantes, em detrimento das classes subalternas. No golpe, a participação logística e financeira civil empresarial junto aos militares caracterizou-o como golpe *civil*-militar. O relatório da Comissão Nacional da Verdade (2014) considera que o pacto entre civis e militares sustentava-se no seguinte pêndulo: “os militares precisavam do desenvolvimento econômico capitalista que o projeto das elites civis poderia viabilizar, tanto como os civis precisavam da força que os militares podiam agregar para a imposição de seus interesses” (p.63).

No jogo de interesses entre as elites empresariais e os militares, não restava espaço que contemplasse os interesses dos trabalhadores. O sociólogo Anderson Deo (2014) observa que “para manter seu domínio, a burguesia brasileira lança mão do expediente político – ‘defensivo’ e/ou ‘repressivo’ – dos golpes de Estado, diante da ‘ameaça’ das classes subalternas avançarem em suas reivindicações democratizantes no processo de luta de classes no país” (p.313). Assim, o golpe não só conteria as classes dominadas, como preservaria o domínio das elites.

Seguindo raciocínio semelhante, Willington Germano (2011) considera que o golpe configurou uma ascensão de “um novo bloco de poder, que envolve uma articulação entre o conjunto das classes dominantes”(p.17), cujo espectro de interesses representados autoriza qualificá-los como elite.

Inserido em um contexto mundial de Guerra-Fria, o lema do combate ao comunismo não é desvinculado do desenvolvimento e fortalecimento do capitalismo. Em outras palavras, as políticas econômicas, trabalhistas e sociais adotadas pelo regime visavam o crescimento econômico, e isso foi alcançado com base na lógica de acumulação de capital de teor excludente e conservador articulada ao arrocho salarial (BRASIL, 2014; GORENDER, 2014; SANTANA, 2014; NEGRO, 2004).

A análise feita pelo economista Márcio Pochmann (2013) nos ajuda a visualizar o impacto das medidas do regime sobre a população assalariada no sentido do aumento da concentração de renda e crescimento da desigualdade social nos anos da ditadura.

A participação do rendimento do trabalho na renda nacional caiu 11,7% e o grau de desigualdade na distribuição pessoal da renda do trabalho aumentou quase 22% entre 1960 e 1980. Em síntese, no Brasil, nesse período, cresceu a renda por habitante e melhorou a ocupação, mas piorou consideravelmente a distribuição pessoal e funcional da renda (p.146).

Inserido em um processo dominante de acumulação de capital, as mudanças na participação do trabalhador na distribuição da renda nacional impõe-se como agravamento do problema crônico da desigualdade social no Brasil. A intervenção do Estado na economia resultou em privilégios e suporte para extrema concentração social da riqueza às classes dominantes e drenagem para fora do país do excedente econômico nacional, com consequências extremamente prejudiciais para as classes subalternas (DEO, 2014).

O depoimento e a discussão que se seguiu parecem deixar claro que, em nome do crescimento econômico, o golpe e a ditadura impactaram de modos diferentes as classes sociais: houve o favorecendo das elites, em detrimento dos trabalhadores assalariados. Aprendemos com José Moura Gonçalves Filho (2007) que a *desigualdade social* é expressão que descreve o estado de grande disparidade entre pessoas, uma situação de desnivelamento. A desigualdade social manifesta a *dominação*, que é propriamente um fenômeno político. Com base nas condições precárias de trabalho, perdas salariais e silenciamento dos trabalhadores assalariados – descritas anteriormente pelo depoimento nos anos da ditadura – e o caráter ideológico-capitalista das políticas econômicas do regime talvez possamos dizer que a ditadura foi uma espécie de “ditadura de classes”, privilegiando a elite em seus

interesses e reafirmando a dominação sobre as classes inferiorizadas, pauperizadas, subalternizadas.

O depoimento de Reginaldo indica que as relações de trabalho nas fábricas parecem ter sido mais intensamente atravessadas pelo traço de dominação. O ambiente constituído a partir da intensificação do já existente caráter de dominação, próprio às relações trabalhistas, parece ter sido favorável a uma experiência de rebaixamento, inferiorização, humilhação. Eis uma questão política com desdobramentos psicológicos para o trabalhador. O operário é impedido em sua aparição: inibido de ler ou compartilhar a cultura da elite intelectual; sujeito à constantes vigilância e ameaça de ser denunciado por um informante; recolhido em si, com medo de ser envolvido ou tido por colegas dedo-duro como envolvido; com medo da violência da repressão, às vezes dentro da própria fábrica; com medo de perder emprego e vendo silenciado o rebaixamento do seu poder de compra; sujeito à arbitrariedade e exploração das fábricas e exposto ao risco de acidentes e morte. Desconfiado da própria sombra e individualizado, isolado pelo clima de persecutoriedade, o trabalhador é coagido à aceitação passiva da sua realidade. Silenciado à força, é tacitamente conduzido à invisibilidade.

Cabe neste momento uma nota importante sobre as condições institucionais e o impacto psicológico aos quais o trabalhador assalariado estava submetido na primeira década da ditadura. Com o fim do “milagre econômico” e derrocada da economia ainda nos anos 1970, muitas das condições aqui descritas tenderam a agravar-se ainda mais. Devemos considerar na análise que será feita mais adiante a possível relação destas condições precárias de trabalho com o crescimento e protagonismo do movimento sindical e dos trabalhadores nas lutas pelo fim da ditadura no final da década e início dos anos 1980.

Conforme mencionamos no início da análise, ponderamos a seguinte nota sobre o depoente. Apesar dos anos como professor de cursinho para operários e a militância pelo POC tenham possibilitado a Reginaldo o convívio diário e testemunho da realidade dos trabalhadores da fábrica nos anos da ditadura, ele não foi um operário. Sobre esse aspecto, seu relato traz elementos fundamentais para delinear como a ditadura parece ter impactado social e psicologicamente o cotidiano dos operários. Contudo, não desconsideramos que essa questão do estudo seria melhor esclarecida com a entrevista de operários que trabalharam em fábricas durante o

período da ditadura. Pretendemos aprofundar esse tema em pesquisa futura que possa também ouvir sobre a memória do cotidiano de operários nos anos do regime.

Transição: entre ânimo e frustração

Na análise feita por muitos autores à distancia do tempo, o processo de abertura *lenta, gradual e segura* pode ter durado onze anos, entre 1974-1985. A partir da posse do ditador Ernesto Geisel em 1974, articulado com Golbery do Couto e Silva, o governo adotou medidas que iniciaram o processo de distensão. A abertura, ou distensão, não foi uma decisão aleatória, mas contextualizada. O país já não crescia como nos anos do “milagre”, a Arena sofre uma grande e inesperada derrota nas urnas em 1974 e começa haver pressão da comunidade internacional pelo fim das ditaduras no Cone Sul. O relaxamento de algumas medidas autoritárias e da censura parecem não ser sentido de imediato pela população no cotidiano em casa, no trabalho e na cidade. Seja por um conservadorismo arraigado e reproduzido nas instituições ou por, depois de nove anos de censura, perdera-se o hábito de acompanhar crises políticas (GASPARI, 2014a; 2014c), muitas práticas autoritárias mantiveram-se na rotina de diversas corporações.

Em seu depoimento, Reginaldo descreve, fora da ordem cronológica, diversas situações que revelam mudanças no clima estabelecido na cidade no período da ditadura. O depoente conta sobre o momento em que começa a perceber um “*relaxamento*” do regime.

Ah, quando o regime desmoralizou. Acho que já quando teve a Lei da Anistia já se percebia que estava difícil, o Figueiredo já era um sujeito desmoralizado, já era ridicularizado. Quando o cara começa a ser ridicularizado é porque o negócio já está degradingolando. [...] já tinha um racha muito grande dentro do regime e a gente percebia isso. Percebia claramente.

Um regime desmoralizado parece não sustentar mais as mesmas bases que o mantiveram no poder pelos últimos 15 anos. A anistia parece ser um grande marco de um regime que estava degradingolando, comandado por um ditador desmoralizado e ridicularizado. O racha dentro do regime já é perceptível para o depoente. Reginaldo conta como as notícias de TV revelavam mudanças.

A gente começava, por exemplo, já ver na televisão surgir notícia das greves, operárias, das manifestações, das eleições sindicais. Isso foi de 78 pra diante que começa. [...] Então você começava a notar que tava mudando o clima. Isso foi antes da Anistia. Anistia é 79, a volta dos exilados.

As notícias que começam a circular na televisão mostram não apenas que a censura já não era mais como nos anos anteriores, mas também que a repressão às greves e manifestações estava arrefecendo. Mesmo um cidadão que não tivesse nenhum envolvimento com a militância e acompanhasse o andamento do país pelos jornais e TV, provavelmente, perceberia também que algo estava diferente no país, o clima já não era mais o mesmo. A movimentação sindical, que havia sido reprimida e estancada em 1964, parece começar a conquistar um espaço político novamente. A relação com a repressão já não tem o mesmo grau de ameaça que no início dos anos 1970.

O medo tinha passado, tinha mudado de certo modo. [...] Você fazia política em condições muito diferentes. Podia distribuir panfleto pra cima e pra baixo, podia até fazer programa de rádio e de TV. Ai é outra coisa, não era mais o terror. [...] ninguém estranharia se você ficasse distribuindo panfleto de camisa vermelha na cidade. Você distribuir um panfleto de propaganda de restaurante na cidade nos anos 70 já dava medo, porque alguém podia achar que era outra coisa. Pô, faz uma diferença brutal, mas brutal. Marcar uma reunião, você marcar uma reunião sindical nos anos 80 em lugares públicos, e convocava pra lugares públicos. Em 70 você fazia tudo escondido.

O fim dos anos do AI-5 e a transformação do terror, a mudança na intensidade do medo. Uma *diferença brutal* que permite a volta de alguns modos de fazer política. Hannah Arendt (2009a) nos ensina que “terror não é o mesmo que violência; ele é, antes, a forma de governo que advém quando a violência, tendo destruído todo o poder, em vez de abdicar, permanece com controle total” (p.72). A mudança de estratégia do terror no Brasil não significa o fim da violência, permanece o uso instrumental da violência, mas de outro modo. Torna-se concebível a circulação em lugares públicos, a reunião com grupos nas ruas, a permissão de usar uma camisa vermelha. O depoimento mostra que não apenas a repressão militar havia diminuído, mas o olhar repressor, acusatório, denunciante da população parecia ter abrandado. A vigilância entre os cidadãos, a inspeção de uns aos outros – comum poucos anos antes –, no final dos anos 1970, já não ameaçava com a mesma intensidade. O clima na cidade voltava a permitir algum nível de debate, de manifestação de opinião, a política começa a acontecer novamente.

Então, isso era importantíssimo, porque a gente tinha lugar onde se reunir [...] já tinha conquistado o espaço público. Mudou muito. Mudou terrivelmente. Completamente. E você já podia falar certas coisas em círculos. A direita tinha um pouco recuado.

Um certo recuo da direita abria espaço para a política. A abertura já é sentida na possibilidade de algum grau de expressão em público. Na memória do militante, a distensão mostrava também a certeza de que fazer política não significaria mais a chance de ser sequestrado pela polícia, ser torturado e desaparecido.

Já não tinha mais propriamente medo. Ai claro, tinha o cálculo do embate sim. Claro! Ah, tinha polícia, tinha pancadaria, tudo isso tinha e continuou existindo. A polícia não vai mudar, não mudou até hoje. Continua sendo o que é. Mas o medo do sequestro não existia, porque você era preso. Você era sequestrado nos anos 70, não era preso, por isso que existia a OBAN. [...] Ai já é outra coisa, de certo modo o Estado era responsável por você.

A luta do militante não era mais focada na garantia da sobrevivência. O conflito com a polícia, a pancadaria, a possibilidade de prisão, a necessidade de se proteger permaneciam. Mas o militante que saía às ruas sabia que o risco era de outra natureza: não seria mais desaparecido por manifestar-se. Quando o depoente menciona que já percebia “*um racha muito grande dentro do regime*”, é possível que esse racha já se manifestasse a partir de num certo “*relaxamento*” da repressão: a *linha dura* dos militares já não contava com a mesma sustentação no governo para suas ações repressivas. Em depoimento a Comissão Nacional da Verdade em 2014, Lula⁷ declarou que, apesar de inicialmente ter sentido medo de ser assassinado e deixado na Rodovia Anchieta enquanto era preso em 1980, ao longo dos 31 dias em que esteve detido, nenhuma ameaça foi feita a ele. O regime parece adotar uma outra estratégia política, na qual a violência não é mais empregada por meio do terror ostensivo.

Ao ser questionado sobre os marcos que indicavam que a ditadura estaria caminhando para o fim, Reginaldo relembra, além da anistia, a demissão do general Sylvio Frota do Ministério do Exército.

Anistia foi um elemento importante. [...] No final do governo Geisel, o Geisel escolheu – como é que escolheu eu não sei – o Figueiredo como seu sucessor. [...]

⁷ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=Cvcv3RP1qCc>

Havia uma disputa interna muito forte entre correntes. E a corrente da linha dura do regime era liderada pelo Ministro do Exército, general Frota, que era o candidato da Folha de São Paulo, [...] sempre foi de ultradireita. Então, o Frota era o candidato da Folha e da ultradireita e tentou dar o golpe. E o Geisel cortou as asas dele. Eu acho que esse momento foi a última tentativa da direita. E aí imagina, o cara da não ultradireita era o Figueiredo, que era um cavalo⁸ daquele. [...] Eu acho que esse momento foi decisivo, porque se o Frota tivesse conseguido dar o golpe, ele revertia o processo de abertura, então era sinal de que a abertura tinha ganho entre os militares. Quer dizer, os militares tavam decididos a não entrar mais naquilo. [...] Os empresários provavelmente não tavam mais apostando nisso.

A derrota da linha dura na sucessão presidencial revela ao depoente os rumos que a ditadura estava tomando. O episódio da exoneração do general Sylvio Frota do Ministério do Exército parece um momento crucial de definição do regime. Elio Gaspari (2014a; 2014d) dá um grande destaque a esse evento já na introdução de sua detalhada quadrilogia sobre a ditadura e, no quarto volume, aprofunda a discussão. O autor descreve como o ditador Geisel procedeu para, sem perder apoio dos generais de 4 estrelas, conseguir afastar o Ministro do Exército no feriado de 12 de outubro de 1977. O receio de Reginaldo sobre a possibilidade da reversão do processo de abertura com a posse do general Frota era compartilhado pelos militares. Ernesto Geisel, em depoimento concedido para Maria Celina D'Araujo e Celso Castro (1997), afirma que os militares linha dura fizeram a cabeça do Frota, que “foi mordido pela mosca azul” (p.403), e articulava com deputados e senadores para conseguir apoio para a presidência.

Outro marco subsequente à derrota da linha dura foi destacado por Reginaldo e deixava claro que a ditadura estava mudando.

A ditadura perdeu, deixou de reprimir. Deixou de ter aquela força pra reprimir e aí o medo deixou, desapareceu. Quando desapareceu o medo, cresceu o movimento de sindicalização de segmentos médios. [...] Então, quando a ditadura recuou abriu-se um caminho pra a criação de coisas novas. Mudou, aí mudou o jogo. [...]

Teve uma coisa nos anos 80 que é o crescimento dos movimentos sociais, sindicais etc. Isso que se chama de década perdida, não sei se foi, [...] na economia do ponto de vista social e político, não foi perdida. Foi um avanço muito grande.

Quando a ditadura diminui a repressão, o medo ameniza. Se a “ditadura perdeu” quando “deixou de ter aquela força pra reprimir”, talvez já estivesse

⁸ O último ditador do regime, João Batista de Oliveira Figueiredo (1919-1999), foi Oficial da Cavalaria e era conhecido publicamente pela sua paixão por cavalos.

derrotada antes disso, mas sustentada pelo medo. Empresários, de olho em seus interesses, já não apoiavam a manutenção do regime. Oposição e alguns militares queriam que a abertura se desse de forma abrupta (D'ARAUJO; CASTRO, 1977). A grande derrota da Arena nas eleições de 1974 (GASPARI, 2014c) parece indicar que uma parcela da população, nos raros momentos em que era possível, mostrava certa insatisfação com o regime. Para o cidadão, quando o traço do medo é apaziguado, o ambiente parece voltar a favorecer o surgimento de vozes silenciadas. A política não é mais calada pela repressão e a voz dos trabalhadores começa a ecoar novamente seus timbres. Começa a haver novamente campo para *aparição*. Os movimentos sociais e sindicais já podem levantar sua voz no espaço público conquistado. A violência não cala mais a voz e aparição dos trabalhadores com tamanha veemência.

A década não foi perdida, pelo contrário, para o depoente, o período foi “*um avanço muito grande*” para os movimentos sociais e sindicais. No campo das movimentações coletivas de luta, o contexto psicossocial do final dos anos 70 e início dos 80 parecia favorável ao engajamento político de trabalhadores e cidadãos, descontentes com o regime. O depoente relembra: “*Uma porção de movimentos sociais se formou nessa ocasião e com uma força muito grande*”, uma conjuntura na qual tornou-se possível o surgimento do Partido dos Trabalhadores, a organização da CUT, MST.

Entre 80 e 84 a ditadura tinha quebrado os dentes, já tinha quebrado. [...] já começa a ter a reestruturação partidária. [...] A gente começou a organizar o PT em 79 pra 80. Colher assinatura [...] pra fundar o PT. E organizar a CUT. Ai teve as primeiras assembleias da chamada CONCLAT – Conferência Nacional da Classe Trabalhadora, que eram ainda a preparação da formação da CUT. Isso foi 79, 80. Então você já notava claramente que tava recuando, a direita estava recuando.

A ditadura mostrava estar com os dias contados. A “*direita estava recuando*” e a conquista do espaço público e organizacional começa a ser empenhada coletivamente pelo cidadão. Apesar do espaço que se abria, de um certo relaxamento repressivo, o país ainda vivia um regime de opressão. Os modos de emprego da violência se transformam, mas não foram estancados. Na coletividade, parece que o cidadão encontrava a *coragem* de enfrentamento da opressão do regime. Enfrentamento que, talvez, a individualidade não sustentasse. Eder Sader (2010) observa que

através de suas formas de organização e de luta, eles [movimentos sociais] alargaram as fronteiras da política. Neles apontava-se a

autonomia dos sujeitos coletivos que buscavam o controle das suas condições de vida contra as instituições de poder estabelecidas (p.314).

Naquele contexto, um novo modo de fazer política se fez valer. O cidadão encontra na coletividade a coragem de se voltar contra a força das instituições dadas. Lembremos que Hannah Arendt (2009a; 2009b) nos ensinou que o poder – à diferença da força que se serve como meio de coerção – nunca é propriedade de um indivíduo, o poder é um agir coletivo, pertence a um grupo e se mantém enquanto o grupo se conserva unido. O crescimento dos movimentos sociais, sindicais, a reorganização partidária e o crescimento da esquerda indicam que naquele momento parecia haver a constituição de um poder de bases populares em algumas esferas do país. Mesmo que essa constituição de um poder das classes baixas possa ter sido reconfigurada ou desfigurada anos mais tarde, é possível que coletivamente um cidadão inserido naquele ambiente se sentisse mais encorajado a mobilizar-se contra o regime.

É importante também considerar que, para muitos outros brasileiros, do mesmo modo como o ambiente nas camadas populares parecia favorecer o engajamento coletivo na luta por melhores condições de trabalho, de salário, pela reforma agrária, esse mesmo ambiente, pode ter sido menos propício à revelação pública de posturas conservadoras ou de direita. O aparente *recuo da direita*⁹, mencionado pelo depoente, leva-nos a crer que o ambiente nesse momento da abertura seria menos encorajador ou intimidador a algumas ações reacionárias de caráter público.

Reginaldo relembra o que para ele foi o evento mais marcante da abertura da ditadura. Um momento em que o poder da população mostra sua força e a ditadura deixava claro que não seguraria mais. Reproduzo a seguir o longo trecho do depoimento que ilustra o testemunho, tonalizado pela emoção, da constituição de um poder de base popular contra a ditadura.

Aconteceu um momento em que se falou “esse troço já foi. Já foi”. Foi, o primeiro de maio, o famoso primeiro de maio da prisão do Lula. 81? [...] Primeiro de maio, deixa eu me lembrar. [risos] Mas foi em 81, acho. Teve a comemoração do primeiro de maio, teve a prisão toda da comissão do comitê de greve de São

⁹ O *recuo da direita* não significa o fim de estratégias autoritárias no país, que parecem não depender diretamente do projeto político da direita.

Bernardo, teve uma concentração na Praça da Matriz, que era perto da sede do sindicato. A polícia ainda tinha dito que ia proibir a concentração no estádio. E tava sobrevoando com helicópteros a Matriz. Foi juntando gente lá. E juntando gente lá. E juntando, aí saiu a marcha. Foi uma passeata da Matriz pela rua comprida que leva ao Paço Municipal e chegou no estádio. Uma manifestação enorme. Cento e não sei quantas mil pessoas de lá pra cá.

E aí ficou claro o seguinte, eles desistiram de reprimir. Houve um momento que os helicópteros desapareceriam e aí correu o zum zum zum de que a polícia tinha desistido de conter, porque viu que era muita gente e aí não ia dar. Aí a gente ocupou o estádio. Acho que foi aí, se não me engano, nesse dia ou no dia anterior tinha morrido o Fleury, o delegado. [...] Naquele momento alguém noticiou lá no palanque: [...] “Vamos fazer um minuto de uivo, de vaías”. Morreu o Fleury, aquele momento foi marcante. Que eu acho que ali ficou claro que eles tinham perdido o controle da coisa. [...] Aí já não dava mais pra segurar. Acho que esse momento foi simbólico.

Ah, inclusive, tudo bem, teve a campanha das diretas, aquela coisa imponente depois das emendas das diretas, mas já tinha uma composição política de cúpula muito mais forte. Esse momento do ABC foi um momento muito de base popular.

A greve dos peões do ABC conseguiu meio que canalizar coisas do Brasil inteiro. Você tinha comitê de apoio à greve dos metalúrgicos em cada cafundó do Brasil. Um negócio impressionante, impressionante. E chegava comitivas, mensagens etc. de nego do Amazonas, de nego não sei o quê, e 150 mil pessoas marchando ali, sabendo que tinha tanque, que tinha o diabo e eles recuaram. [...] Teve várias manifestações desse tipo com confrontações, mas foi um claro “chega”. Isso foi muito importante. Eu acho que esse momento, se tivesse que escolher um, acho que pegava esse, porque era uma coisa muito enraizada, muito enraizada. E enraizada a partir de um movimento de resistência de uma greve. Um negócio importante. Bom, eu não sei. Enfim, cada um tem um pouco a sua escolha, eu acho que esse momento.

À distância do tempo, permanece a memória de um momento de luta de base popular: o poder da reunião de milhares de pessoas contra o regime e a clareza de que a voz coletiva não poderia mais ser reprimida, silenciada. Para o depoente, um momento muito mais significativo que o movimento pela *Diretas Já*, porque um “momento muito de base popular”. Não se tratava de uma articulação política de cúpula, mas uma voz popular, há muito silenciada, alcançado *aparição*, se fazendo ver e ouvir na cidade, no país. Uma voz agora ouvida porque coletiva, a união dos trabalhadores constituía um poder e conquistava seu espaço naquele momento histórico.

O relato condensa em um único evento acontecimentos de um momento histórico de movimentações sociais. A emoção parece reunir os eventos de 1º de maio de 1979 e 1980. O primeiro corresponde com a data de morte do delegado torturador Sérgio Paranhos Fleury. E no segundo, ocorreu a concentração de 1º de maio na Praça da Matriz em 1980, que terminou no estádio da Vila Euclides. Nesse evento, Lula já

estava preso desde 19 de abril, durante os 41 dias da Grande Greve do ABC. Ecléa Bosi (2009) nos ensina que esses pequenos lapsos e erros não nos preocupa, o interesse está *no que foi lembrado*, escolhido para perpetuar-se na história de sua vida. A lembrança de Reginaldo sobre a grande Greve do ABC é também uma memória coletiva, produzida no interior de uma classe, e traz consigo os sentimentos e valores que sustentavam a coragem e união de milhares de pessoas marchando nas ruas de São Bernardo do Campo, enfrentando a opressão no trabalho e a repressão.

Em depoimento para a Comissão Nacional da Verdade (2014), o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva disse considerar que sua prisão foi grande responsável pela politização e crescimento do movimento, assim como os “helicópteros sobrevoando a Vila Euclides com metralhadora apontada para os trabalhadores” no dia ajudou a criar um clima de guerra: cada peão ficava cada vez mais “disposto a não parar, a virar herói”. O jornalista Fábio Martins (2015), em matéria do *Diário do Grande ABC* sobre os 35 anos da prisão de Lula, estima a presença de mais de 220 mil pessoas reunidas na Praça da Matriz nesse evento.

O depoimento de Lula parece revelar um clima que corrobora com a percepção de Reginaldo: a conquista de espaço dos movimentos sociais e sindicais veio concomitantemente com a diminuição da repressão. Lula relata que, no final dos anos 1970 e início dos 80, nos discursos feitos nas portas das fábricas, não havia mais o mesmo medo de antes e ele abertamente falava mal do governo, dos militares, “xingava coronel”, mas sabia que tinha um movimento de massa junto com ele: “essa foi a diferença, não era eu apenas gritando porque queria gritar, eu estava apenas exteriorizando um sentimento de um conjunto enorme de trabalhadores, acho que essa foi a diferença fundamental”. Assim como revela o depoimento de Reginaldo, uma maior movimentação política já era possível e a coragem da militância sindical parece vir amparada pela coletividade, por um sentimento de estar junto, acompanhado por mais um grupo enorme de pessoas que pensa de modo semelhante e luta pela mesma causa, por saber que não está só.

Para Reginaldo, testemunhar de perto que “*teve um avanço dos movimentos sociais brutal*” veio tonalizado pelo sentimento de *entusiasmo, ânimo*.

Muito ânimo. Ah sim, porque a maior parte das vezes tinha perdido esse horizonte, mas falava: poxa tá abrindo um caminho aí que agora a gente vai passar. Vai ser diferente, vai ser de outro jeito. Um negócio que não tinha ainda, sem muita

história antes, muita teoria, mas o ânimo dos anos 80 era barra pesada, muito entusiasmo.

A conquista do espaço público pela esquerda, o crescimento dos movimentos sociais e sindicais, a percepção da abertura de um caminho, de que algo diferente estava por vir reverbera no cidadão. A experiência do depoente permite supor que para muitos cidadãos envolvidos com as lutas trabalhistas o ambiente era convidativo à uma disposição de entusiasmo. Um sentimento novo, diferente do “veneno” da antiga “*esperança de que isso ia acabar*”, novo porque agora baseado no que acontecia concretamente, um ânimo de ver a abertura se realizando no cotidiano dos trabalhadores, da cidade. De poder circular na cidade sem o medo experienciado antes, de poder se manifestar sem o receio de ser perseguido ou desaparecer. É possível que muitos outros brasileiros tenham sido atravessados por esse traço psicossocial e experienciado algum *entusiasmo* semelhante. Mesmo um cidadão, alheio à participação em movimentos sociais, que acompanhasse os desdobramentos políticos pelos jornais ou pela televisão pode ter sido tonalizado por um entusiasmo com o encaminhamento do fim de um longo regime autoritário.

O depoimento de Reginaldo revela outro sentimento significativo relativamente aos acontecimentos daqueles anos de abertura.

A gente tava naquela situação, né? De um lado a gente tava vendo que tava ganhando espaço e que tava se abrindo pra gente, por outro lado a gente via também que todo aquele projeto que a gente tinha de como é que ia ser, não ia ser. Sabíamos que não ia ser aquele modelo de derrubada da ditadura, revolução socialista, vai ser outra coisa.

Um certo sentimento de ambiguidade entre ver a esquerda crescer e a frustração da derrubada da ditadura não ser pela revolução socialista: “*Já não era mais a revolução socialista, derrubada da ditadura etc. Já era um outro processo. Era o Partido de massa, o avanço da democracia*”. A abertura estava acontecendo, a ditadura estava sendo derrubada, mas não como planejado. Encontrar novos caminhos políticos em um contexto não anteriormente planejado, implicava deixar o antigo sonho morrer para reinventar um outro modo de fazer política em um tempo não conhecido, uma democracia apenas imaginada. A experiência do depoente tangencia a definição canônica de transição, adotada por Renan Quinalha (2013) em sua obra sobre a justiça de transição:

entende-se a transição política como um momento histórico em aberto, marcado por um processo complexo e não linear, em que diversas forças sociais concorrem por imprimir um destino comum à coletividade. Nesse processo, inexiste uma escala de estágios ou pontos de passagem definidos de antemão (p.40).

A transição mostrava-se como algo que não estava dado, um processo a ser definido, a ser construído enfrentando as diversas forças interessadas em definir esse processo em aberto. Um processo em aberto, porém talvez não totalmente livre de obstáculos. Na opinião de Juan Linz e Alfred Stepan (1999), as características do regime não-democrático anteriormente vigente têm profundas implicações nas *vias* possíveis para a transição e tarefas necessárias para consolidação da democracia. Condição esta que, provavelmente, impactaria os desdobramentos da organização da esquerda no novo regime que viria a organizar-se no Brasil. Sobre esse tema, o depoente continua:

Aí aconteceu uma coisa curiosa porque teve a abertura e a reestruturação partidária, já final de 70, começo de 80, mas os grupos de esquerda começaram a se desmanchar. Por exemplo, o POC desapareceu em 78. Desmanchou-se. [...] Quando começou os anos 80 eles já tavam em processo de esvaziamento. [...] Então, mudou. Quer dizer, [...] você tem um avanço da esquerda e ao mesmo tempo uma dissolução da esquerda.

Ao ser questionado se esse processo trouxe alguma frustração, Reginaldo responde:

Ah, em partes sim, porque os grupos que a gente tava organizado desapareciam. Então, tudo bem, a gente entrava em outros e ia construindo uma nova saída. Pra mais gente acho que a frustração foi muito maior. Teve gente que não se conformou nunca com isso. [...] Mas acho que pra muita gente foi coisa assim. Foi um pouco se adaptar e partir pra outra.

Parecia haver a clareza de uma conquista, do fim iminente da ditadura, mas a vitória não era plena. A democracia que apenas se anunciava no horizonte nem de longe seria a revolução socialista sonhada pelo militante. A futura democracia trazia ainda, ao militante, a frustração da dissolução dos antigos grupos de esquerda. Os grupos militantes que perduraram boa parte dos anos de ditadura – se aprimoraram e reinventaram meios para enfrentar a violência, repressão, medo, denúncias e traições – esses mesmos grupos parecem ter perdido a capacidade de reinventar-se e sucumbiram dentro da democracia partidária, se rendiam e se dissolviam em grupos majoritários. Aparentemente, a frustração de muitos pode não ter sido superada e

dificultou seguir em frente e reinventar-se em um contexto menos bélico sob a égide da futura democracia.

O depoimento traz ainda alguma frustração que parecem advir da anistia ter “perdoado” os torturadores e das heranças da ditadura no cotidiano do brasileiro.

Sobre a punição dos agressores. A história dos limites da anistia. [...] O fato é que quando teve a anistia, teve uma polêmica muito grande sobre que a anistia também anistiava os torturadores [...]. Porque uma coisa é você derrubar o AI-5, outra coisa é você derrubar os espirros do AI-5 na universidade, no local de trabalho, que é muito mais complicado, não é? Porque muita coisa continua existindo. [...] Você tem uma cultura de ditadura [...] Agora, a anistia, a repressão aqui marcou muito mais pelo que ela deixou de cultura de repressão, [...] tem muita coisa que não se desmantelou mesmo. [...] Quando você ouve certas figuras dizerem certas coisas e terem eco – e tem muitos Bolsonaros da vida –, é porque você tem uma coisa que a ditadura [...] ajudou a consolidar. [...] Uma espécie de autorização pra fazer isso. Não sei se é exagerado dizer que isso é só herança da ditadura, porque tem coisas que são criadas e recriadas. [...] A direta também alimenta-se de outras fontes. Mas, ainda temos esse resto da ditadura.

O regime produziu marcas ao longo dos seus 21 anos de vigência. Marcas que se estendem, são reproduzidas e recriadas, heranças autoritárias que não se originaram na ditadura, mas consolidaram-se no mais longo período de silenciamento da população da história recente do país. Autoritarismo que parece ter fortalecido raízes na instituições de convívio e de trabalho. O autoritarismo na universidade, nos métodos escolares, os mandonismos e abusos no ambiente de trabalho, a cultura da segregação das minorias, a violência da polícia, torturas nas delegacias, a liberdade para pessoas públicas incitarem a violência, o preconceito, o machismo e o estupro. A ditadura não impôs um modo de agir às pessoas, mas parece ter fortalecido amparos institucionais que estabelecem um ambiente social favorável à atitudes *conservadoras* da população, uma “autorização” para o autoritarismo: “*então eu acho que deixou uma marca fodida. Ainda tem! Não sei se é herança ou se é reposição, mas você vê a mesma coisa em outras circunstâncias, mas tem. E isso recria, isso recria*”. As classes dominantes parecem sentir-se protegidas para expressar publicamente ódio racial, de classes, de gênero e político, com a convicção de que as elites não sofrem as mesmas consequências que os mais pobres, os negros, homossexuais, índios e também comunistas.

Renan Quinalha (2013) reconhece que há uma herança da ditadura que permaneceu com a transição, mas pondera que

por certo, é difícil, senão impossível, definir com precisão o quanto a experiência social de regimes autoritários do passado se presentifica de modo a obstaculizar, ainda hoje, a melhora na qualidade da democracia nesses países (p.19).

O brasilianista Anthony Pereira (2010) nomeia de *continuidade autoritária* o fenômeno do autoritarismo legitimado, decorrente do consenso entre os ditadores, os agentes do sistema Judiciário e a elite civil favorecida, produzindo uma transição política sem suficiente ruptura com o regime militar.

O que em geral não é suficientemente reconhecido [...] é a forma como os militares e o Judiciário atuaram na defesa do *status quo* brasileiro, configurando assim uma transição na qual uma pretensa amnésia – aliada a um confesso orgulho pelo passado autoritário – foi a tônica (p.240).

O estudo de Linz e Stepan (1999) considera que as transições lideradas pelo Estado ou iniciadas pelo regime – como no Brasil – podem encaixar-se em um espectro que vai da *lealdade* à *deslealdade* à democracia. Esse último acontece quando o regime que deixa o poder impõe condições restritivas aos processos políticos dos governos seguintes, conserva prerrogativas não democráticas, promove a manutenção de correligionários em cargos-chave e consegue manter, no novo sistema político, muitas características autoritárias. Esse tipo de transferência desleal à democracia tem maior probabilidade de acontecer quando há resistência dos líderes autoritários para entregar o poder e quando a oposição ao regime autoritário é enfraquecida, permitindo a conservação significativa de recursos repressivos e políticos. Esse parece ser o caso da transição brasileira.

Sobre a transição, o depoente enfatiza uma certa frustração pela manutenção da antiga legislação trabalhista e por não terem conseguido mudá-la.

A mudança da legislação trabalhista não aconteceu no Brasil. As pessoas ignoram que isto existe e ignoram até que isso é um problema. Que é o fato de você ter um sistema legal que permite, induz e protege a eleição de comitês de empresa, que é o que acontece nesses países, né!? Isso é um elemento imprescindível pra democracia, pra organização do local de trabalho, fiscalização dos atos da empresa e tudo mais. O mínimo! O mínimo pra isso e as pessoas ignoram. [...]Não conseguimos quebrar isso aí.

A permanência do engessamento na legislação trabalhista que impede eleição de comitês de “*representação no local de trabalho*”, como acontece em alguns países como “*Espanha, Portugal, Alemanha, Itália*”, soa para o depoente como uma frustração pela luta não ter alcançado sucesso nesse aspecto. A manutenção de

legislações trabalhistas que protegem os patrões e dão respaldo à inferiorização, subalternização dos trabalhadores nas fábricas é um exemplo que parece ilustrar a conservação de mecanismos *desleais* à democracia.

O depoente ainda enfatiza o desconhecimento geral dessa legislação: “*a ignorância é brutal dentro do movimento operário, dentro das lideranças operárias, dentro dos estudiosos do movimento operário*”. A ignorância, o desconhecimento parece ser um dos maiores inimigos da luta contra a dominação. Retomamos aqui o questionamento de Simone Weil (1996b): “Como abolir um mal sem ter percebido com clareza em que ele consiste?” (p.156). Não se pode lutar contra aquilo que não se vê. Um trabalhador que não pode perceber o funcionamento e a manutenção da legislação trabalhista permanece dominado pela vigência de normas que nem mesmo se dá conta. A autora acrescenta que “há regras que não são nunca observadas, mas que estão perpetuamente em vigor” (p.157) e estamos sujeitos a elas.

O depoente identifica a permanência de outras marcas da ditadura depois da transição: formação e educação dos militares, violência das polícias, organização da justiça, estrutura de propriedade e concentração de terras. A continuidade autoritária, consolidada em uma transição controlada e sem rupturas políticas e econômicas significativas, parece impactar o cotidiano do brasileiro no que concerne às relações de classes, mantendo e reforçando estruturas de dominação. É possível que muitos trabalhadores que viveram o período da transição possam ter sentido, com a ditadura, o impacto psíquico e o sofrimento que Simone Weil (1996a) chama de “opressão da classe operária no local de trabalho, que se traduz em sofrimentos prolongados [...] que podem ir além da fábrica” (p.138).

A frustração do depoente com a impossibilidade de algumas rupturas estruturais durante a transição não parece ser algo experienciado isoladamente. Atentarmos às experiências do depoente durante a abertura nos traz o olhar do militante envolvido com as causas operárias. Uma experiência que pode ter sido compartilhada por muito outros operários que testemunharam de dentro o crescimento dos movimentos sociais e sindicais no ABC e no resto do país.

Em sua análise sobre as marcas da ditadura ligadas à transição no brasileiro, o historiador Carlos Fico (2012) parece não contemplar plenamente a experiência, os sentimentos, os valores do depoente e de muitos outros brasileiros. O historiador entende que “as marcas da transição brasileira são a impunidade e a frustração. A frustração diante da impunidade e da ausência de uma verdadeira ruptura torna a

transição brasileira um processo que não terminou, uma transição inconclusa” (p.29). O autor defende essa ideia com base nos desdobramentos da Lei da Anistia, de 1979, que incluiu a anistia e o auto-perdão aos próprios responsáveis pelas torturas e violência da ditadura; e a “derrota” da campanha pelas *Diretas Já*, em 1984, que mobilizou principais forças das sociedades civil e política, mas teve que contentar-se com a eleição indireta para o primeiro presidente civil depois do regime militar. Fico (2012) considera que a condução feita pelos militares dos onze anos do processo de abertura “Lenta, Gradual e Segura” e sua conclusão nos “moldes em que foi planejado”, levam-no a questionar o discurso da efetividade que a pressão da resistência democrática teria sido capaz de exercer nos anos de distensão.

Apesar de haver uma coerência quanto a transição brasileira ser inconclusa pela ausência de uma justiça de transição e por desdobrar-se em uma democracia não plenamente consolidada (QUINALHA, 2013; TELES, 2009; 2015; LINZ; STEPAN, 1999; PEREIRA, 2010; REZENDE, 2001), a opinião do historiador não contempla a experiência das lutas sindicais e das pressões sociais para o fim do regime, desconsiderando o protagonismo dos trabalhadores nas lutas pela democracia. A opinião de Carlos Fico (2012) aproxima-se do recorte adotado por uma geração que estuda a *transitologia*, descrita por Renan Quinalha (2013) como “interessada, sobretudo, na ação das lideranças políticas tidas como estratégicas, excluindo, portanto, outros sujeitos sociais e históricos” (p.54). Para essa geração, a transição brasileira deu-se por um processo gradual, sem rupturas drásticas, iniciada, conduzida e concluída pelos líderes do regime autoritário, considerando mínima a relevância do contexto histórico internacional ou a pressão dos movimentos sociais e outros setores civis.

Esta posição opõe-se à visão do sociólogo Eder Sader (2010) e outros autores (TELLES, 1994; NEGRO, 2004) que reconhecem os movimentos sociais e as lutas dos trabalhadores como elementos fundamentais para a mudança de cenário e conquistas no período de transição no Brasil. A emergência de novos atores e a afirmação de setores sociais, até então excluídos do cenário oficial, teriam contribuído para o deslocamento de sentidos que permitiram os indivíduos reconhecerem-se nesses novos significados e a luta por uma reorganização do país que lhes concedesse um novo lugar na sociedade.

O filósofo Paulo Arantes (2010) não nega a importância da resistência nos anos da ditadura, embora entenda que o regime somente findou quando seus objetivos

havia sido alcançados. Linz e Stepan (1999) observam que tanto o prolongamento da transição, quanto o modo gradual e frustrante como ocorreu estão ligados ao fato do regime autoritário ter sido “hierarquicamente controlado por uma organização militar que detinha poder suficiente para controlar o ritmo da transição e para extrair um alto preço por se retirar do poder” (p.205). Os autores entendem que a força da hierarquia militar possui a capacidade de impor, sobre o novo governo, “reservas de domínio”, o que limita a consolidação democrática e garante a manutenção das prerrogativas do regime anterior. O depoimento de Reginaldo permite supor que a manutenção das antigas leis trabalhistas, a inclusão dos torturadores na Lei da Anistia e a violência impune que as polícias ainda praticam são exemplos dessa espécie de *reserva de domínio*.

A opinião de Linz e Stepan (1999) parece, em termos, corroborada pela declaração do ditador Ernesto Geisel, quando questionado se teria alcançado sucesso na meta original da abertura.

Mais ou menos: Golbery queria maior rapidez e eu, por precaução, maior lentidão. A meta que foi cumprida, inclusive no timing e na forma, sofreu a influência dos fatos supervenientes durante os anos de governo. As pressões da oposição, a atitude de certos opositores no Congresso ou nos jornais retardaram a distensão (D'ARAÚJO; CASTRO, 1997, p.420).

As divergências e convergências das pesquisas históricas, das análises acadêmicas e mesmo a declaração de Geisel referem-se a registros feitos por pontos de vista. Pontos de vista que, muitas vezes, ignoram a experiência de cidadãos e outros olhares que não tiveram voz na versão hegemônica. Orientamo-nos pelo ensinamento de Ecléa Bosi (2003): “A memória oral é um instrumento precioso se desejamos constituir a crônica do cotidiano. [...] A história, que se apoia unicamente em documentos oficiais, não pode dar conta das paixões individuais que se escondem atrás dos episódios.” (p.15).

O depoimento de Reginaldo nos apresenta um mundo experienciado pelo depoente durante o período de abertura do regime. O depoimento sugere um clima de conquista de espaço experienciado no final da década de 1970, explicitado pelo fim do AI-5, pela anistia, por um presidente ridicularizado e pelos meios de comunicação que começaram ousar contra o que ainda havia de censura. Um ambiente percebido pelo depoente como sinal de desmoralização do governo. Um governo desmoralizado inclusive entre os militares, uma repressão que já não provoca o mesmo medo de

antes. O medo arrefecido é combustível para sair e conquistar às ruas, para a reunião em praça pública, para a panfletagem vestido com camisa vermelha, para manifestações coletivas. O crescimento dos movimentos sociais e sindicais, a coragem que emerge do encontro de um com o outro, o poder que se mostra no *entre* um e outro. Esse entre que mostra o próprio caráter plural do humano, o político. Uma coragem que é de cada um, mas também é de todos.

No interior de um grupo, de uma classe, Reginaldo é tomado por um impacto. Um impacto que emerge de um traço social que permeia um ambiente histórico e desdobra-se psicologicamente como sentimento de ânimo e esperança no entrevistado. O crescimento de uma coletividade que sustenta um caminho de luta onde a luz no final do túnel já se faz ver. Um sentimento experienciado singularmente dentro de uma pluralidade. A memória do depoente já não é mais a lembrança isolada de um cidadão, mas uma memória coletiva que surge nas lutas do ABC, memória que sugere que muitos que testemunharam as movimentações do final dos anos 1970 e início dos 80 podem compartilhá-la em algum grau.

O depoente descreve um ambiente que sugere ânimo e esperança, mas que também pode impactar como frustração, perda. Um sentimento ambíguo de vencer e ser derrotado, de conquistas e perdas simultâneas. A descoberta de novos modos de fazer política, de descobrir uma voz sustentadas pelos movimentos sociais, revelava também a morte de um sonho, a certeza da impossibilidade do antigo projeto, agravado pela dissolução do antigo coletivo. O empoderamento – a satisfação de fazer parte de uma coletividade e testemunhar a constituição de um poder que abriu novos espaços para a política e para os trabalhadores – ao mesmo tempo atravessado pela frustração de perceber que o regime estava indo, mas deixava *espirros*, traços de autoritarismo, de mandonismo, de violência arraigados na cultura, no cotidiano do cidadão em casa, no trabalho e na circulação pelos espaços públicos da cidade.

O ambiente parece favorável simultaneamente ao crescimento da coletividade da esquerda e ao recuo da direita. O depoimento sugere que, provavelmente, esse ambiente também deve ter sido percebido pelas pessoas mais conservadoras e de direita como *desfavorável* ao crescimento ou manifestação de suas ideias e pensamentos publicamente.

Análise da entrevista com Giba¹⁰
São Paulo, 2014.

Nascido em uma cidade do interior de São Paulo, Giba mudou-se para a Capital no final da década de 1950 para estudar medicina. Ao longo da faculdade, manteve sua intenção de, após formado, retornar à sua cidade natal, onde sua família permanecia, e construir sua carreira médica por lá. Seus planos implicaram um certo distanciamento das relações sociais e afetivas com colegas da medicina nesses anos iniciais.

Giba formou-se médico e, à época do golpe civil-militar, em 1964, já exercia ativamente sua profissão. Seus caminhos trilharam novos rumos após seu primeiro casamento, mas consolidou sua permanência na Capital, principalmente, a partir das reverberações que experienciou com o decreto do AI-5, em dezembro de 1968. Nesse período, conheceu sua segunda e atual companheira e aprofundou seu envolvimento político e suas relações sociais na cidade. O depoente estabeleceu rede de amigos em São Paulo e ingressou em uma vida militante mais ativa no *Partidão* (PCB). A partir desse período, Giba estabeleceu-se definitivamente como médico na Capital, trabalhando em alguns hospitais.

O núcleo familiar de Giba permaneceu em sua cidade natal, com quem passou a manter contato relativamente distante e formal. Membro de uma “*família tradicional-burguesa*” – uma família “*religiosa, conservadora, classe média*” – Giba afastou-se dos seus muitos irmãos, revendo-os apenas em festas familiares.

Atualmente, o depoente ainda atua como médico em São Paulo em uma instituição sem fins lucrativos que atende população “*economicamente desfavorecida*”. Pretende continuar trabalhando e “*aposentar-se*” gradualmente, ciente da importância de ter uma ocupação e da queda no seu padrão de vida que viria a ter com a aposentadoria.

No primeiro encontro para entrevista, Giba tinha pouco menos de oitenta anos de idade. A entrevista aconteceu em uma sexta-feira na residência do depoente. A casa revelou muitas características pessoais de Giba. Ele vive com sua esposa em uma casa de vila na cidade de São Paulo. Uma casa confortável, bastante aconchegante e com a simplicidade que lhe é própria. Apesar de localizada no coração da cidade, o

¹⁰ A pedido do depoente, utilizamos um nome fictício para preservar sua identidade.

silêncio da vila e as características rústicas da casa dão a impressão de que se está em uma casa de campo. As paredes revelam os interesses do casal: as gravuras e os desenhos de artistas e amigos dividem espaço com os diversos quadros, esculturas e peças de arte. Sobre a mesa de centro, diversos livros empilhados compunham o mundo de interesses do depoente com literatura, filosofia e questões políticas e sociais. Em sua casa, não havia sinal algum de ostentação, nada que revelasse interesse pelo consumismo ou luxo excessivo.

A entrevista com Giba aborda muitos aspectos da experiência psicológica do militante durante a ditadura. A análise a seguir pretende discutir, com base na memória de Giba, elementos que permitam reconhecer em seu depoimento traços da experiência cotidiana comum a todo cidadão brasileiro. A narrativa de sua experiência cotidiana revelou que: 1) a violência e a conjuntura política do regime instauraram condições que, para algumas pessoas, favoreceram a politização e o enraizamento político de cidadãos brasileiros; 2) o ambiente de medo de vigilância, perseguição, censura, tortura e morte experienciados por Giba durante o regime sugere um contexto, mais ou menos, aterrador para qualquer cidadão que pretendesse expor livremente sua opinião e crítica à realidade daquele momento, especialmente nas relações de trabalho; 3) o depoimento traz indícios de que o caráter público do serviço médico tenha ficado acentuado em um ambiente em que problemas sociais são abandonados. E a indignação contra esse abandono é empunhada por grupos, militantes de esquerda ou não, que criaram resistência à prática privatista e corporativista da medicina, em detrimento do caráter público da medicina.

Quando a realidade convoca à politização

O ano de 1968 e o AI-5 seriam marcos na vida de Giba. O olhar crítico anterior, atento às questões políticas, sem que fossem compartilhadas, nunca mais foi o mesmo. Impactado pela truculência do regime, o depoente aprofunda seu enraizamento político, encontra um grupo de participação política no *Partidão* e conhece sua atual esposa.

Giba ingressou na faculdade de medicina no final dos anos 1950 e formou-se no início da década seguinte. Vindo do interior de São Paulo, mudou-se para a Capital, mas, inicialmente, manteve suas raízes em sua cidade natal, para onde intencionava voltar depois de formado.

E na faculdade eu também não desenvolvi uma relação de turma, nem nada, porque sempre que era possível voltava pra [minha cidade]. [...] Que era meu núcleo. A minha ideia era me formar em medicina e depois voltar pra [lá] onde meu pai era médico. Era uma família tradicional. E eu teria muito mais possibilidade de poder desenvolver uma atividade médica lá.

Enraizado fora de São Paulo, os vínculos na faculdade que não se formaram. A relação com sua cidade natal e a sensação de pertença, de que seu núcleo estava lá, contribuiu para que não estabelecesse vínculos consolidados com a turma da faculdade. Nesta época, a vida na Capital tinha um caráter transitório para ele, uma etapa a ser cumprida para que sua vida pudesse ser retomada no interior, inserido em um contexto já construído, principalmente, pelo seu pai. A escolha pela medicina em sua vida aparece pareada com sua relação com o pai. Giba reconhece a importância da influência do pai em seus interesses:

Meu pai médico, mas também era um cara que se interessava por tudo. Ele tinha uma biblioteca enorme na casa dele, que era um lugar meio sagrado, você não podia entrar. Só que quando ele não tava em casa a gente entrava. Você ficava olhando lá coleções de arte, livros sobre a questão do menor abandonado, a parte do que se faziam na França com o menor abandonado, com prostitutas. [...] Então, eu acho que foi uma grande influência na minha vida. A grande influência humanista! [...] Que eu acho que, politicamente, é a nossa posição.

A biblioteca do pai, o lugar sagrado que reunia a intelectualidade e a humanidade. O pai de Giba não somente ocupou o lugar de principal influência para a escolha pela medicina, como também foi uma presença marcante para sensibilizar sua escuta para as questões sociais e humanistas. Quando vai estudar em São Paulo, Giba não é uma pessoa ingênua e alienada politicamente. O depoente atribui também à relação com seu pai o hábito diário de leitura de jornal.

Quando eu era garoto, já sabia ler e escrever, meu pai lia o Estadão. Então, quando o jornal chegava, o jornal era do meu pai. Mas aí tinha briga entre os filhos: “Depois sou eu”. Quer dizer, quem falasse primeiro “depois sou eu”, tinha direito de ler o jornal depois que meu pai lia (risos). [...] Você veja, eu continuo até hoje lendo jornal, fiz a opção pelo Estadão, porque eu sei que já é um jornal conservador. Uma linha conservadora de visão de mundo, mas eu consigo ler. [...] Cé veja então, são as memórias da minha infância hoje pra que eu todo dia pegue o jornal.

A relação mais afetiva que política ou informativa com o jornal. A escolha pelo mesmo jornal que o pai lia, um jornal conservador, mas tão almejado na infância. Agnes Heller (2008) atenta para a assimilação das formas de intercâmbio ou

comunicação social, “esse ‘amadurecimento’ para a cotidianidade, começa sempre ‘por grupos’(em nossos dias, de modo geral, na família, na escola, em pequenas comunidades)” (p.33-4). O hábito diário da leitura de jornal, iniciado na infância pelo contato com o pai, permanece na vida adulta e até hoje. Nos primeiros quatro anos após o golpe de 1964, manter-se informado pelos jornais e indignar-se com o que acontecia no país era seu modo de participação na política:

Em 1964 tava formado. Fui fazer um estágio [em um hospital em São Paulo]. Então, eu era um recém-formado, sem nenhuma ligação social aqui em São Paulo, sem conhecimentos, embora eu sempre acompanhasse tudo através de jornais. [...] Até 68 era apenas um leitor que podia ficar indignado com as coisas como tavam ocorrendo. As cassações, os desaparecimentos etc.

A indignação com as notícias que lia no jornal era algo experienciado no âmbito privado, algo que não encontrava espaço para compartilhamento, discussão ou ação coletiva. O interesse e permeabilidade do depoente por questões humanas e políticas aparece no depoimento como uma característica particular de Giba, anterior à sua vinda para a Capital. O encanto juvenil pelos temas diversos que compunham a biblioteca do pai parece ter alimentado os caminhos de formação do homem adulto. Seu interesse por questões humanistas, artes, literatura o afastou do meio médico tradicional. Os trechos a seguir destacam a diferença de visão de mundo de Giba com a maioria da classe médica:

E pra ser sincero eu nunca convivi muito com médico. Nunca convivi muito com médico porque não é meu “desejo cultural” de vida. Não é. Médico só fala de medicina e eu quero essas coisas distante de mim, de modo que seja profissional.

E também quando refere-se às amizades que escolhe cultivar:

Eu nas minhas relações de amigos que eu tenho [...], o que a gente conversa é o mundo. O que a gente conversa é a política, as coisas que tão acontecendo, cê entendeu? É a arte, é a produção humana, isso que a gente conversa.

O olhar de Giba para o mundo o distancia dos caminhos tradicionais seguidos pela classe médica. Os interesses mais amplos fora da medicina o convocam a participar de outros mundos, conhecer as relações humanas, a arte e a cultura. Apesar da anterior predisposição de Giba para ser tocado por questões públicas e humanas, esta característica particular mostra-se ainda insuficiente para que houvesse um maior engajamento e enraizamento político em movimentos sociais ou partidários. Esse enraizamento político acontecerá somente no encontro desta particularidade com um

ambiente geral que favoreça tal enraizamento, um ambiente que forneça uma atmosfera que convide ao posicionamento político.

O depoimento indica que Giba teria encontrado em São Paulo um ambiente favorável ao enraizamento político, principalmente, depois do AI-5. O enraizamento político que o depoente pode experienciar a partir dessa época supera a politização vivida até aquele momento, influenciado pelos interesses do pai, que sustentava preocupação com o que é público.

Passados os primeiros meses após o golpe de 1964, a tensão no país amenizara parcialmente. Alguns professores, políticos, militares e funcionários públicos opositores que haviam sido presos ou exilados, já podiam voltar ao país, embora sem a permissão para o livre exercício de suas funções. Muitos opositores foram exonerados, aposentados de seus cargos públicos ou impedidos de trabalhar como forma de expurgo. Nos primeiros anos, o regime é estruturado a partir do discurso de permanência temporária no poder para “organizar a casa” e “proteger a democracia” da ameaça comunista, até que fosse possível estabelecer novo pleito eleitoral para Presidência da República.

Enquanto você não tem o AI5 com esse poder que a ditadura se dá, você tinha uma convivência. Você podia ser contra, podia falar contra, as suas discussões com pessoas podiam fazer propostas contra isso, contra aquilo. Mesmo depois de 64. Porque os professores tavam sendo cassados, então você tinha os movimentos anticassação.

A ditadura dá seus primeiros passos. O aparelho repressivo começa a ser reforçado, ainda existe possibilidade para manifestações públicas. Até o final de 1968, a repressão não havia atingido o ápice do terror: ainda havia espaço para a população exercer algum grau de oposição ou manifestar-se contrariamente ao regime. Nesse período, a luta armada começa a organizar-se no país, movimentos sociais se manifestam contrários ao governo e, em 1968, a agitação contrária à ditadura ganha destaque com grandes passeatas e crescimento do movimento estudantil.

A experiência e indignação de Giba no período entre o golpe e o AI-5 não havia interferido em seus projetos de vida e seu plano de estabelecer-se profissionalmente em sua cidade natal. Apesar de sua propensão ao interesse por questões políticas e de cunho social, o seu envolvimento com a política ainda se dá de modo distanciado e menos ativo. Acompanhar pelo jornal os acontecimentos políticos

e o ambiente daquele período provocavam indignação em Giba, vivida isoladamente, sem compartilhamento com seus pares. O depoimento traz a memória de significativa mudança experienciada após 1968 no modo de participação política de Giba e convívio com outras pessoas igualmente indignadas como ele.

Eu acompanhava através dos jornais e você tinha suas opiniões, mas eu não tinha discussões. [...] Os jornais tradicionais, mas não tinha com quem conversar. Não tinha um grupo político de discussão. Grupo político para discussão, é só a partir de 68 [...] Mas até 68, era apenas um leitor que podia ficar indignado com as coisas como tavam ocorrendo. As cassações, os desaparecimentos etc.

O incômodo solitário com as notícias de jornais permitia alguma percepção do que estava acontecendo: *“Percebia pouco porque eu lia os jornais... [...] mas não tinha com quem conversar”*. Em 1968, os grupos abrem para Giba as condições que fazem passar da indignação ao pensamento, do protesto impotente ao poder. Não apenas uma nova atividade cotidiana, mas um outro rumo de vida: *“insere aí uma conjuntura que começa a mudar [...] E começa a mudar porque aí você tem um interlocutor com quem conversar.”* Dezembro de 1968 marca na história de Giba o momento em que sua indignação solitária (particular) encontra estofo em um clima favorável (geral) para a inclinação e enraizamento na militância política. Heller (2008) destaca que *“a vida cotidiana é a vida do indivíduo. O indivíduo é sempre, simultaneamente, ser particular e ser genérico (p.34). Sua indignação anterior, inserida em um ambiente favorável ao engajamento político, transforma-se em ação coletiva ao encontrar suporte em discussões e debate entre os pares:*

E a gente [Giba, amigos cineastas e arquitetos] tava começando. E aí quando ela [arquiteta contemporânea a Quinha] soube do AI5, na época, [...] fechando congresso e aquela coisa toda, ela ligou pra Quinha pra saber o que que é que se poderia fazer diante dessa truculência por parte da ditadura. Foi aí que eu conheci a Quinha.

O espanto com a truculência do AI-5, as mudanças anunciadas e o encontro com pares começam a traçar novos rumos de Giba na cidade, que até então era apenas de passagem: São Paulo torna-se a cidade que nunca mais voltaria a deixar como morada. A participação de Giba em um grupo de discussão política mostra-se fundamental na sua mudança de trajetória. Agnes Heller (2008) esclarece que os grupos *“estabelecem uma mediação entre o indivíduo e os costumes, as normas e a ética de outras integrações maiores” (p.34). A interlocução, a convivência com os*

pares, o acolhimento de companheiros que compartilham a mesma indignação, a vontade de fazer junto. O grupo insere um novo padrão de relação para Giba, de reconhecimento do outro e de si mesmo. No contexto de suas primeiras agremiações políticas em 68, conhece Quinha, com quem se casa dois anos mais tarde e permanece junto até hoje. Quinha foi importante referência em sua inserção no debate político e participação no *Partidão* (PCB).

A Quinha quando entra na universidade, ela também sai de uma família dessa natureza, mas imediatamente ela já é uma liderança. Sem ter nenhuma relação política anterior. Ela já tinha um perfil. Um perfil de luta, de liderança. E aí, a Universidade de São Paulo, era uma universidade muito politizada. [...] Você tinha um grupo de alunos já muito vinculados às lutas políticas. Muitos deles foram para a luta armada, inclusive professores da época. Cê tem alguns que foram para a luta armada e se filiaram a esse movimento.

A experiência relatada por Giba de convívio da Quinha na universidade revela como o cotidiano das instituições de participação também foi afetado pela ditadura. O clima estabelecido pela ditadura parece ter sido favorável à politização de ambientes de participação corriqueira. A sociabilidade desenvolvida no cotidiano da Universidade de São Paulo, um “ambiente politizado”, parece ser um mediador para o maior enraizamento político da Quinha, dos jovens e do próprio Giba na relação com esse grupo. A indignação com notícias de jornal ou com a inspiração trazida de casa não bastaram para a assunção de uma militância de esquerda, opositora, de alto compromisso com cidadãos das classes marginalizadas: isto dependeu do contato com Quinha, a segunda mulher, e que lhe trouxe para perto de grupos e cidadãos militantes, inclusive militantes do *Partidão*.

A experiência *particular* de enraizamento político de Giba e Quinha de modo algum permite a inferência direta da generalização quanto ao enraizamento político de todo cidadão brasileiro. No entanto, indiretamente, a particularidade da experiência do depoente revela traços psicossociais generalizadores em seu cotidiano, aspectos gerais que afetaram o cotidiano social, não apenas no existir do militante, mas elementos provavelmente presentes no cotidiano de muitos cidadãos brasileiros.

Indiretamente, a entrevista aponta que encontramos nesse período movimentos sociais ou partidários que são mais ou menos capazes de formar instituições de enraizamento político, onde quem participasse desses movimentos poderia fazer uma experiência de introdução de si mesmo num campo de agentes com consciência de problemas públicos do país.

A violência repressiva, o autoritarismo, o descaso do governo com o trabalhador e questões sociais e a crise econômica na segunda metade da década de 1970 parece ter criado um clima favorável ao fortalecimento de uma oposição política esquerdista. Em outras palavras, o depoimento sugere que o regime produziu um atmosfera favorável ao enraizamento político do cidadão comum ou de cidadãos que já acompanhassem a realidade com um olhar crítico. Referindo-se ao período de distensão e às lutas na medicina por um outro tipo de representação mais preocupada com a comunidade que atendia, Giba entende que a própria ditadura foi um fator importante para fomentar o surgimento e fortalecimento de uma oposição política:

O AI-5 já tava desmoralizado e tudo mais. Mas são consequências que vão ocorrendo [...] Os passos que você vai dar. [...] eu tenho uma ideia, uma avaliação de que as coisas só são possíveis quando possíveis. [...] Você não antecipa nada e você tem que ter uma condição favorecedora. Eu acho que a ditadura foi um fator “estimulatório” para o surgimento das oposições em todas as áreas profissionais, sindicais etc. Acho que desencadeia isso.

O regime e a oposição que fomentou, instauraram condições para a organização ou reorganização de movimentos sociais (movimentos universitários, partidários e profissionais) que se tornaram mediadores de enraizamento político para muitos cidadãos, como um estudante de medicina egresso de uma cidade interiorana e de uma família “*tradicional, conservadora, burguesa*”. O ambiente instaurado durante a ditadura parece permeado por traços de grande violência política e que também levantaram reações e preocupações capazes de orientar corações e mentes para problemas públicos e soluções democráticas. Em um momento em que o regime já enfrentava desgaste pela crise econômica e pela violência, a morte de Vladimir Herzog, em 1975, torna-se um disparador para o crescimento da oposição ao regime. O jornalista da TV Cultura, morto sob tortura ao depor no DOI-CODI, tem sua morte amplamente divulgada pela foto polêmica estampada em todos os jornais simulando suicídio:

A morte do Herzog é o disparador de um processo de superação desse estado ditatorial [...] é uma coisa que mexe. O cara se apresenta espontaneamente, um jornalista da Cultura, se apresenta espontaneamente ao DOI CODI pra prestar depoimento. No dia seguinte o cara morre. Ai falam que o cara se suicida? Põem a foto dele daquele jeito.

A morte de Herzog foi um acontecimento político com força para agregar muitas pessoas em torno da oposição ao regime. Poucos meses depois, a morte do

operário Manuel Fiel Filho reforçou o quadro visto por Giba de “*atos chocantes que não tiveram como evitar que essas coisas se tornassem públicas.*” Quando os assassinatos tornam-se públicos, a violência do regime ultrapassa o alvo da militância de esquerda e passa a fazer parte também do cotidiano daqueles cidadãos menos politizados, alheios aos acontecimentos da época. Diante da violência noticiada, é possível que muitos cidadãos tenham sido impactados e convocados a participar, mais ou menos, dos acontecimentos políticos da época, abrindo-se a possibilidade de maior conscientização política, bem como repulsa a esses assuntos.

No caso de Giba, o interesse por assuntos de jornal, *assuntos públicos*, inspirado pelo pai é anterior ao golpe, mas, sob o impacto da vida em São Paulo, politizou-se, incomparavelmente, orientado para o ponto de vista de esquerda. O relato indica que havia um campo propício para formar pessoas com preocupações orientadas para o ponto de vista de esquerda ou de oposição. E, em um sentido mais abrangente, mesmo pessoas que não tivessem sido levadas à inserção mais disciplinadas na militância de um partido, houve gente que viu nesse período razão para se inserir, para crescer em um grau maior de consciência política e de compromisso com problemas públicos.

Com base do exemplo de Giba, é possível conceber que em certas cidades como São Paulo, o cotidiano urbano da cidade grande, com mais intensidade em uma ou outra instituição de participação (universidades, sindicatos), vai assumir – pela conjugação das limitações, da violência e da inclinação antipopular do regime militar e, então, os movimentos que reagem a isso e querem recuperar um Estado ocupado com questões sociais – vai assumir um ambiente formado por movimentos e instituições propício para o enraizamento político. A experiência do depoente também convida a pensar que o contrário possa ter ocorrido, pessoas que teriam encontrado nessa situação razões para se enraizar em um sentido mais conservador, de direita¹¹.

Sentir no cotidiano as repercussões das ações autoritárias de Estado não significa, necessariamente, posicionar-se contra o governo. Na indiferença, na aprovação, na negação do que acontecia também há posicionamento. O depoimento de Giba refere ao alheamento de muitos brasileiros:

¹¹ Essa discussão é feita em outro momento da pesquisa com base em depoimento de Francisco, buscando mais elementos concretos do cotidiano do brasileiro nos anos da ditadura civil-militar.

Eu acho que a maioria das pessoas até desacreditava, porque você sempre tinha aquela imagem de que quando você falava a respeito disso, as pessoas diziam: “Ah, isso não é verdade. É porque você é um comunista e tá querendo fazer intriga”

A recusa, descrença, intriga, a cegueira voluntária ou pueril. Os modos de afetação pelos acontecimentos públicos do período são diversos e produzem desdobramentos muito distintos. *Desacreditar* e considerar como *intriga* é um modo de responder ao que se passa no mundo, um modo de olhar ou de não querer ver. Cristina Rauter (2002) aponta para a *posição de espectador*, assumida por muitos brasileiros nos anos do regime, posição que “faz com que os fatos históricos estejam sempre acontecendo noutro lugar, ao alcance dos nossos olhos mas fora do alcance de nossa ação” (p.196). Uma postura, um caminho para lidar ou se eximir daquilo que não interessa, do que *não vem ao caso* quando a indignação é *seletiva*. O filósofo Edson Teles (2015) observa: “a maior parte da população, que se manteve na passividade pela ignorância dos acontecimentos, ou não quis saber da violência e suas consequências, ou, ainda, apoiou o regime” (p.45). Parte significativa da população parece ter estabelecido essa relação com a ditadura e que bem podemos descrever como cumplicidade. Cumplicidade ingênua ou maliciosa? De qualquer modo, a responsabilidade sobre a postura empenhada é a mesma.

O medo invade o cotidiano

O medo em cada esquina, cidadão impedido. Durante o regime, as ações repressivas do Estado operavam em frentes diversas. A violência das prisões, torturas e desaparecimentos atingiram intensamente os opositores diretos do regime, tomados como *inimigos internos*. A desmedida força da violência disseminou sua mensagem de ameaça e ultrapassou os centros de tortura. O depoimento de Giba revela a experiência cotidiana de um militante de esquerda no exercício do trabalho, das rotinas diárias em casa, no convívio com a família e com as pessoas na cidade. O relato do medo, da vigilância, a desconfiança, a “*paranoia*”, tortura, mortes e desaparecimentos experienciados intensamente por um militante de esquerda durante a ditadura sugerem que havia um ambiente mais ou menos hostil e ameaçador para os cidadãos que pretendessem um relacionamento e uma opinião mais livres e críticos com a realidade, especialmente com sua realidade de trabalho.

O relato de Giba mostra que o medo e a desconfiança atravessavam as relações entre colegas de trabalho e colocavam impedimentos no convívio:

Porque você vivia uma situação em que essas coisas você só conversava com teus pares. Porque você não tinha a menor condição de poder falar com o outro. Eu por exemplo, eu trabalhava lá no hospital [...]. Não tinha espaço pra eu fazer qualquer tipo de comentário ou eu me mostrar... “é favorável”, ou “não favorável”.

O medo penetra as relações sociais e transforma a coexistência. O cidadão é impedido de mostrar-se, de se expressar, de pensar. No cotidiano do trabalho, o cidadão existe amedrontado, sem poder confiar em quem está ao seu redor. Expressar publicamente a própria opinião pode significar um risco a si mesmo. Quando a coexistência é atravessada pela desconfiança, pelo medo de ser interpretado e visto como comunista pelo colega ao lado, ou receio que ele seja um informante, um delator, o trabalho perde um traço de liberdade ou comunidade. O trabalhador recolhe-se, atua prevenido contra a possível ameaça à espreita no trabalho, no café. A ação é evitada ou abafada, agir pode tornar-se temerário. Suely Almeida (2002) considera que “a cultura da violência e do terror penetra dos espaços mais íntimos aos mais coletivos da vida social” (p.46). Invade o cotidiano do cidadão, configura modos de ser, impede outros, tenciona as relações, instiga a desconfiança, o isolamento. A ameaça instaura o medo de modo difuso nas relações cotidianas da população.

O depoimento mostra que, em tempos de terror, a *clandestinidade* passa a ser o modo de aparição da voz do brasileiro, seu modo de “*sobrevivência*”, destituído de sua cidadania. Mas o surgimento da voz na clandestinidade não pode ser chamado de um exercício pleno de liberdade. Se, por um lado, a clandestinidade é o caminho possível de discussão, de expressão, de algum modo de ação, por outro, guarda a ambiguidade de necessitar mecanismos de ocultação, o que contraria aquilo que é manifestação mesma da liberdade: a aparição. Giba participava ativamente de reuniões de discussão política “protegidas” pelo anonimato:

A coisa era muito interessante, porque a gente às vezes fazia em casa reuniões com assessores políticos. E aí você depois ia levar o assessor político pro ponto dele de ir embora. Você não conhecia, porque todo mundo usava nomes falsos. Você não sabia a identidade.

A necessidade de proteção impõe a ambiguidade de estar próximo politicamente, expor-se e confiar naquele de quem não se pode sequer saber o nome, onde mora, o que faz, para preservar-se e preservá-lo. A experiência militante

impunha que mesmo entre os pares, para proteção própria e proteção do outro, as relações se davam por nomes falsos e identidades desconhecidas. A vida política era paradoxalmente viabilizada somente sobre a clandestinidade: *“No Partidão também era tudo camuflado, tudo mais.”* O uso de nomes falsos, camuflar a identidade era a maneira possível de discutir o que estava visível, o que acontecia na cidade, no país. A discussão política, o ato de compartilhar o mesmo mundo, a mesma indignação, o horror da destituição do poder, encontrar meios de nomear o indizível no dia a dia somente era possível pela violação da própria identidade. Uma violação que, muito além da troca de nomes, significa um impedimento, o silenciamento de uma voz, a impossibilidade de expressar-se, empenhar uma ação política e assumir a si mesmo em um postura, um pensamento.

O clima de vigilância nos ambientes de trabalho leva a pensar que, não apenas os militantes, mas todos os cidadãos, em maior ou menor grau, estariam sujeitos às implicações de assumir publicamente uma posição ou uma opinião livre e crítica diante da realidade. O medo de ter uma fala no trabalho interpretada como subversiva ou de ser denunciado como comunista por algum colega cerceia a liberdade e impede qualquer condição de cidadania.

O exercício da conversa pensante sobre a experiência coletiva de morar no Brasil tornava-se um ato subversivo. Pensar questões humanas e políticas exigia coragem e dispor-se à clandestinidade: trocar o medo de falar às claras pelo medo de falar em esconderijo, trocar o medo cotidiano de agir e aparecer pelo medo de ser identificado a qualquer momento como um agente clandestino.

O tolhimento da livre expressão em meio às relações de trabalho parece ser uma experiência comum a todo cidadão em ambiente profissional, e não apenas ao militante seguindo um caminho do pensar clandestino. Os sinais de perigo da época estavam em muitos lugares. Nos dois trechos a seguir, o depoimento revela a experiência comum de conviver com pessoas que desapareciam repentinamente do convívio na sociedade e o cerceamento das possibilidades de ação:

Então você convivia com pessoas que de repente desapareciam, então, você ficava amedrontado, você tinha a noção de que alguma coisa tava acontecendo na sua área que antes tinha sido relativamente preservada.

E em outro momento:

Sempre acompanhando essas coisas que iam acontecendo, ocorrendo, ficando meio desesperado com essas mortes, desaparecimentos que na época você não tinha nem condição de poder levantar alguma coisa, de fazer algum questionamento que não tinha espaço pra isso.

O desaparecimento do outro significa a possibilidade do próprio desaparecimento, conta ao cidadão que ninguém estaria totalmente isento, protegido. Conviver com os desaparecimentos não era uma experiência exclusiva dos militantes. As pessoas desapareciam, sumiam do trabalho, da escola, da faculdade, do bairro. As ausências de um professor, colega ou mero conhecido atravessavam as instituições corriqueiras de convívio. Figuras públicas também desapareciam ou eram mortas e eram noticiadas nos jornais: o ex-deputado Rubens Paiva desaparece depois de ser levado de sua casa pela polícia; Stuart Angel ganhou os noticiários internacionais pela luta incansável de sua mãe, a estilista Zuzu Angel.

A impotência experienciada pelo militante é também a impotência de todo cidadão que tinha consciência do que se passava no país e se via em uma situação em que nada ou quase nada poderia ser feito. Se o impedimento acomete até mesmo o militante, que encontra na coletividade ocultada alguma coragem para discutir e pensar o contexto da época, qual espaço de expressão e questionamento restava ao cidadão não envolvido diretamente com a militância? A impossibilidade de questionar, de agir, de pensar pelo medo da vigilância e repressão parece ser uma marca do cotidiano que silencia o cidadão, impede sua voz.

A violência instaurada como política pública se insere no cotidiano da população e lança nas relações de trabalho, nas ruas, no convívio com os outros os seus vapores de ameaça sempre à espreita. A violência que todos sabem, mas não se fala. Edson Teles (2015) observa que a tortura “projeta-se como um dentro e fora da ordem e atinge toda a sociedade por meio de seu simbolismo do terror” (p.71). Em outras palavras, a violência produz ameaças e sentimentos que interferem sobre todos e sobre o modo de cada um estar no mundo.

Cristina Rauter (2002) analisa que havia um “excesso” inexplicável de violência que “pode ser compreendido no interior de estratégias de assujeitamento pela humilhação e destituição, que visavam tornar impossíveis a resistência” (p.197). A violência ultrapassa os limites dos ditos “porões” da ditadura e se anuncia silenciosamente no cotidiano do cidadão, expele qualquer sensação de segurança no

próprio lar, no trabalho, na circulação pela cidade. O cidadão é previamente rendido e nenhuma resistência é cabível.

No depoimento, ao narrar o episódio da prisão de Quinha, em 1975, Giba rememora que a vigilância começava nos próprios prédios residenciais, pelos zeladores cooptados pelos órgãos de informação a fim de controlar as movimentações que poderiam ser consideradas suspeitas:

Aí, de repente, de madrugada, toca a campainha da tua casa. É a turma do DOI-CODI, que já sabia de todo andamento da sua rotina, porque o zelador do prédio, as zeladorias dos prédios de São Paulo inteiro provavelmente já tavam orientados no sentido de você ficar vigiando as pessoas. Se tiver alguma coisa estranha ter que comunicar. Uma coisa maluca. Uma coisa muito maluca.

Durante o regime, a vigilância extrapola os limites da repressão à militância de oposição e invade o cotidiano da casa do cidadão. A vigilância, realizada por aquele que agora exerce a zeladoria também da vida privada dos moradores impacta direta e indiretamente o cotidiano de todo cidadão. A perda da espontaneidade, da liberdade em sua própria residência. O perigo que diariamente lhe deseja “Bom dia!” pela manhã. O cuidado não se restringe mais à circulação nas ruas, mas o “espião” está “dentro de casa” e acompanha que horas chega, que horas sai, quem veio visitá-lo, quanto tempo permaneceu, se a quantidade de comida que trouxe para casa é excessiva ou não.

Não apenas as vítimas diretas da violência de Estado, mas também os filhos, sobrinhos, pais, parentes, vizinhos e toda população que viveu sob o medo são atravessados pelas marcas do terror. E por suas marcas remanescentes: não é o que devemos dizer ainda hoje? O depoimento de Giba revela como suas filhas, que eram crianças quando a mãe foi presa em 1975, também foram atravessadas de algum modo pela força do regime autoritário:

Eu tava conversando outro dia com a minha filha menor. Essa semana, ela tava comentando a sensação que ela teve. Um ano e meio de idade e ela falou: “Pai, de repente sua mãe desaparece. Onde tá minha mãe? Desapareceu. Tudo mudou. Que que eu tô aqui na casa do vovô e da vovó? Sai lá de casa?”

A prisão da mãe, aos olhos da filha pequena, não pode ser compreendida senão como um sumiço misterioso. Um desaparecimento sem explicação, incompreensível para uma criança. A mudança repentina para a casa dos avós permaneceu como uma surpresa, um desamparo, um lugar familiar, porém

atravessado pelo estranhamento. Passados quase 40 anos da prisão da mãe, a sensação de desamparo ainda pode ser acessada pela filha. A violência afeta não apenas os protagonistas, mas os coadjuvantes são cooptados pela força que atropela as relações familiares e invade a intimidade da casa. A sensação de abandono, o estranhamento, acompanham a incompreensibilidade da violência e se instalam na impossibilidade de compreensão da criança, que vagamente percebe algo grave acontecendo ao redor.

Os danos da ditadura atravessam as gerações e se instalam nos filhos, sobrinhos e netos. Suely Almeida (2002) considera que a violência, quando institucionalizada, torna-se “uma experiência compartilhada por diferentes sujeitos, permeia suas memórias, faz parte de sua história, da história de seu tempo” (p.45). A história reúne aos que sofreram diretamente as violações de direitos humanos pelo Estado também as gerações que sentem e, mais ou menos, se percebem implicadas e impedidas pelas mesmas violações: as biografias de militantes e as biografias de cidadãos à volta parecem todas revelar experiências com a violência. Clara, a outra filha de Giba, alguns anos atrás faz uma busca para resgatar a história do pai, que é sua própria história também:

A Clara, minha filha, quando abriram os arquivos do DOPS. Aqui no arquivo do Estado, se você quiser você vai lá e você tem a ficha de todo mundo. Ela fez um levantamento e consta lá tal, entre coisas, que eu tinha sido exilado.

O levantamento nos arquivos do DOPS a respeito de seu pai é recuperação da história do pai e um levantamento da própria história, de uma filha que experienciou a força da repressão, da ação do Estado, que cresceu ouvindo sobre isso ou percebendo atitudes ligadas a essa história. Aprendemos com Ecléa Bosi (2009) que a criança absorve do passado não somente os dados da história escrita, aprendida oficialmente, mas imerge, se enraíza na história vivida, dos seus antecessores que participam na sua socialização. Clara sai em busca de recuperar uma memória que não é só do pai, mas é dela e de todos, uma tentativa de compreender as experiências plurais pelas quais passou e a singularizaram, o modo como entende a si mesma.

A memória de Giba fala da grande tensão experienciada pelo militante político de oposição, exposto a uma vigilância policial e militar rigorosa. É de se supor que o cotidiano do regime também deixava a população tanto simpatizante, quanto a não simpatizante com o regime em situação de tensão: experienciada no cotidiano de quem repentinamente perde o convívio com sua mãe; de quem percebe a vigilância na

portaria do prédio em que reside; de quem não podia expressar livremente sua opinião contrária ao regime no trabalho, na padaria, no ônibus; de quem silencia com receio de ser interpretado publicamente como *comunista*; ou simplesmente afasta-se das questões políticas para *evitar confusão*. A partir daí, pode-se estimar a situação de uma pessoa menos politizada que o depoente, que não tenha uma identidade de comunista, é de se supor que essa pessoa também experienciasse um cotidiano impactado pela violência do autoritarismo do regime e cerceado pelo medo. Mais claramente percebido ou menos.

A memória do militante político de oposição, sem dúvida, é transpassada pelas experiências de medo, vigilância, perseguição e “*paranoia*” diárias. A presença desses traços psicossociais nas instituições de convivência, no trabalho, na universidade, no lazer, sugere um ambiente propício a experiências de cerceamento, resguardo, impedimento, silenciamento, para muitos cidadãos, ligados ou não à militância. Em maior ou menor grau, uma parcela da população inserida nessas instituições pode ter sofrido algum impacto psicológico ligado ao autoritarismo da ditadura. Um sofrimento que afeta a memória, oculta ou desvela significados sobre a própria história, sobre quem se é.

Acompanhemos a reflexão de Giba sobre a memória:

A gente é memória. [...] Cê pode não lembrar, [...] mas a gente é memória. Nós somos produtos de memórias, de vivências de uma vida inteira. Mesmo quando você ainda não era (risos). As memórias antropológicas [...] As memórias anteriores a gente.

Ser a própria memória. Os pensamentos, a referência de mundo e de si, as ações, a história que conhecemos, são todos atravessados pelas nossas experiências que permanecem como significados, como aquilo que lembramos e esquecemos. Memória que nos acompanha silenciosamente em nosso cotidiano, nas relações, no trabalho, na vida.

Aprendemos com Henri Bergson (2006) que

O passado se conserva por si mesmo, automaticamente. Inteiro, sem dúvida, ele nos segue a todo instante: o que sentimos, pensamos, quisemos desde nossa primeira infância está aí, debruçado sobre o presente que a ele irá se juntar, forçando a porta da consciência que gostaria de deixá-lo de fora (p.47-8).

“*A gente é memória*”, carregamos conosco as experiências que tivemos, as dores que lembramos, os medos que esquecemos. Pensamos, agimos, desejamos com

base naquilo pelo qual passamos e nos significados que se desvelaram para nós de cada experiência. Com Martin Heidegger (2012), entendemos que o existir é histórico. Em seu modo de ser, o existir “é” seu passado, que “acontece” a cada vez a partir do seu futuro. Isso significa que entendemos a si mesmo sempre e a cada vez a partir de como entendemos o mundo e nossa história.

O pensador alemão complementa:

Esse entendimento abre e regula as possibilidades de seu ser. Seu próprio passado – o que significa sempre o passado de sua “geração” – não *segue atrás* do *Dasein* [existir] mas, ao contrário, sempre o precede (p.81).

Este passado que cada um *é*, o passado de sua “geração”, e no qual são gestadas as possibilidades futuras, refere-se a uma história compartilhada, a história que diz respeito a todos, a um povo, a uma geração. Giba considera sermos as memórias do próprio existir. Adotamos involuntariamente as memórias dos nossos antepassados, da nossa cultura, “*as memórias anteriores a gente*”. Essas memórias comuns, que conformam a memória coletiva do brasileiro na ditadura, acompanham as ações do presente, as experiências de maior ou menor tensão do cotidiano do cidadão.

Atentemos à constatação de Edson Teles (2015):

a importância de compreender o trauma da ditadura está no fato de que tal passado deixou marcas não somente nas vítimas, mas na sociedade como um todo, na medida em que abalou a confiança nas instituições políticas, do mesmo modo que fez surgirem dúvidas em relação aos valores éticos e sociais (p.29-30).

As marcas da ditadura foram além da vítimas diretas. Os traços autoritários da violência, do terror, da vigilância próprios à ditadura, parecem ter conformado um ambiente institucional no qual muitos cidadãos, provavelmente, experienciaram tensão diária, a descrença na sociedade, a perda da esperança na humanidade. É possível que muitos cidadão que viveram esse período tenham sido impactados psicologicamente em seu cotidiano atravessado pelos sentimentos do medo, desconfiança, incerteza, silenciamento, tensão a todo momento. A experiência do militante parece revelar alguns traços psicossociais, pertinentes ao contexto da ditadura no Brasil, que ultrapassaram o limite das vítimas diretas do regime e alcançaram a sociedade como um todo, deixando marcas nos modos de relações, de convívio, no trabalho.

A coragem e o reencontro com a mobilização coletiva

O período de transição do regime foi fundamental para delinear os caminhos da medicina na democracia. Durante a abertura política, os movimentos na medicina pela tentativa de recuperação do caráter humano próprio à profissão mobilizam grande contingente de profissionais e estabelecem novos rumos e preocupações com a questão do serviço de saúde pública.

Durante os anos da ditadura, a prioridade dada ao crescimento econômico foi acompanhada de uma brutal concentração de renda e foram adotadas políticas públicas voltadas para os mais altos salários (POCHMANN, 2014). A subsequente precarização dos serviços públicos teve impacto sentido mais intensamente na população de baixa renda, em sua maioria, dependente destes serviços.

Na área da saúde, as relações de trabalho foram paradoxalmente afetadas pelo regime mostrando, de um lado, a degradação e mercantilização da saúde pela instituição do modelo médico assistencial privatista (BRASIL, 2007; CARDOSO, 2013), mas, por outro, ainda durante a ditadura, mobilizações por ampliação do caráter público dos serviços de saúde (construíram-se as primeiras discussões em favor de um só sistema de saúde pública, o que viria a resultar no SUS garantido pela constituição de 1988 e implementado no ano seguinte).

O depoimento de Giba permite estimar, indiretamente, que a conjuntura vivida durante a ditadura no meio médico – considerando o autoritarismo, o elevado grau de pauperização dos serviços públicos e a insatisfação geral da classe médica – possa ter constituído um ambiente que favorecia a consciência e a prática das profissões como serviços públicos.

As políticas públicas do regime no sentido da ampliação dos serviços médicos no modelo privatista impactou não apenas a população usuária, mas também a classe dos profissionais da área médica:

No movimento médico você já tinha uma certa manifestação de não concordância com a representação das entidades. Porque os médicos, a partir de um certo momento também passaram a viver a questão das medicinas de grupo, a exploração do trabalho médico. Quer dizer então, você tinha toda uma insatisfação na área médica que acaba gerando essa reação.

Quando a ação do Estado autoritário transcende o usuário de um serviço essencial e afeta os trabalhadores da classe médica, um grupo anteriormente preservado na ditadura, mais um elemento parece compor o ambiente convidativo à movimentação coletiva a favor de mudanças. Eder Sader (2010) observa que “começam a surgir interrogações sobre as potencialidades de movimentos sociais que só poderiam se desenvolver fora da institucionalidade estatal” (p.34). São Paulo parece ter sido um terreno fértil às transformações que viriam acontecer na saúde pública no anos seguintes. O trecho a seguir destaca a percepção de Giba sobre o surgimento de movimentos na saúde voltados para transformação dos interesses da medicina durante a ditadura:

Antes do golpe você nem sabia, não tinha. Porque as associações médicas, que eram associações civis, só pensavam na medicina, coisas científicas etc. Quer dizer, não tinha nada, nenhuma preocupação voltada pra comunidade que atendia. Quando você começa a ter um movimento, você passa a ter uma tentativa de outra representação. Vamos discutir a ética médica, vamos discutir drogas, vamos discutir medicalização. Quer dizer, [...] tudo aquilo que faz parte de uma ação profissional numa comunidade passa a ser de interesse de todo mundo.

O movimento experienciado na saúde nos últimos anos do regime – movimento voltado para discussão dos rumos da medicina, da ética do trabalho médico – traz indícios da dimensão das repercussões da ditadura na área. A mobilização dos profissionais de saúde em torno da aproximação das necessidades da comunidade se opõe aos ideais meramente científicos da medicina e associações civis médicas, às práticas privatistas e a mercantilização da saúde. Marilena Chauí (1988) nos ajuda a compreender esta mobilização como resultado de um modo de “fazer política doutra maneira e noutros lugares, os sujeitos dos movimentos passam por uma experiência decisiva que nos permite captar sua prática como verdadeira aquisição e produção de conhecimentos” (p.13). O surgimento de um movimento de oposição à tradição médica e seus propósitos carrega consigo uma mudança de foco na saúde, uma força de recuperação do sentido social do serviço médico: “*Quer dizer, tornar essa sociedade mais próxima da comunidade, mais atuantes no meio da comunidade e mais fácil de serem acessados pela comunidade.*”

O contexto de resistência à visão conservadora da medicina e aproximação com as necessidades da comunidade parece convocar à participação coletiva. Do encontro da coragem de um com a coragem do outro pode surgir um poder e uma coragem maior, porque coletiva. Edson Teles (2015) indica a ideia de resistência

como algo imanente às relações de poder e, “como é um campo relacional, a política só ocorre onde há sujeitos resistentes, existindo mediante um desentendimento, uma disputa” (p.46). Na resistência coletiva, no crescimento e fortalecimento da coragem compartilhada, a política começa novamente a acontecer. Hannah Arendt (2003) nos lembra que, no pensamento grego, as ações políticas estão fora da esfera da violência e são constituídas pelas *palavras*. Nos movimentos coletivos que emergem nos final da década de 1970, uma *voz* começa a constituir-se, uma voz que permite o aparecimento de grupos emudecidos, minorias dominadas historicamente e, também, nos anos da ditadura.

O depoimento de Giba sugere que o ambiente em São Paulo foi palco para a reunião de pessoas em torno de mudanças, onde se articula o Movimento de Renovação Médica:

Entrava quem quisesse, era aberto, era público. [...] Chegava a reunir cem pessoas num debate. E propostas de como fazer, como não fazer. [...] Contra o conservadorismo, [...] favorável às políticas públicas de saúde, tirar uma visão corporativa profissional. Porque toda a visão era uma visão de corporação.

A participação coletiva foi um caminho de resistência contra as ações conservadoras e ações do Estado. Mesmo durante a abertura do regime, quando há um relativo relaxamento das ações repressivas e algumas ações eram possíveis fora da clandestinidade, é na resistência coletiva que a coragem de enfrentamento do militante encontra respaldo. Hannah Arendt (2009a) nos ensina que um poder nunca é propriedade de um indivíduo, mas diz respeito à habilidade humana para agir em conjunto. O poder “pertence a um grupo e permanece em existência apenas enquanto o grupo se conserva unido” (p.60). No final da década de 1970, um poder começa a se constituir na saúde como resposta a anos de reuniões e conversas impedidas. O movimento se amplia para outras regiões do Brasil, a política acontece, o diálogo, a persuasão no meio médico em direção a conquista de fortalecer um novo papel social na medicina.

A gente viajava pelo Brasil [...] pra estimular as oposições em todos os estados do movimento de renovação. [...] Até você ter no Brasil uma estrutura [...] representativa dos médicos que pudesse realmente ter um papel social de outra natureza do que havia até então.

A política cresce na área médica. Em resposta à violência dos anos do regime, a ação passou para o discurso. Hannah Arendt (2003) nos lembra que, na *polis*, o ser

político “significava que tudo era decidido mediante palavras e persuasão, e não através da força ou violência” (p.35). O convencimento dos médicos, o estímulo à oposição, permitiu o crescimento de uma força representativa contra a medicina mercantilista. O impacto do conservadorismo na saúde nos anos do regime parecia ter aproximado um certo esgotamento de um modelo de saúde excludente, voltado para a população com “carteira assinada” pelo INAMPS ou com os mais altos salários. A precarização do serviço médico, o crescimento da insatisfação na área da saúde e a abertura do regime, que trazia a expectativa de volta da democracia em algum futuro desconhecido, parece ter favorecido o crescimento de um poder de oposição na área da saúde que culminaria com as lutas pelo Sistema Único de Saúde, o SUS.

No final dos anos 1970, a área médica parece começar a experienciar um dos aspectos fundamentais da democracia, que repousa nos princípios da igualdade e da equidade: A democracia, tal como discutida por Edson Teles (2015), significa “mais do que nomear um regime político, seria a forma de romper com o caminho normal dos assuntos humanos” (p.63), isto é, a ruptura dos encaminhamentos da dominação, das práticas do mandonismo e subserviência, da soberba e inferiorização.

A lembrança de Giba revela a luta coletiva e participação pelo desenvolvimento de uma saúde realmente pública do Sistema Único de Saúde, com foco na população:

Abrir o jogo, [...] acolher [...] as demandas da população. [...] Cê veja que [...] o surgimento do SUS, o Sistema Único de Saúde [...] foi a partir de grandes discussões [...]. Sindicato médico, Conselho Regional de Medicina. Tava todo mundo participando dessas conferências no sentido de você estabelecer aí um sistema de saúde que pudesse privilegiar a população [...]. Então isso tudo [...] advém daquela concepção que a gente tinha de participação, né?

Ainda durante a ditadura, a saúde aparece como pivô de um movimento com fundamentos efetivamente democráticos, pois as discussões e reuniões em torno do SUS significa a luta pela igualdade, luta pela saúde de caráter público, pela ruptura da norma estabelecida. A luta coletiva pela saúde pública é um sinal do ressurgimento da possibilidade da política entendida, com Hannah Arendt (2003; 2009b), como o *estar entre outros*, a partir do discurso em meio a pluralidade.

O depoimento de Giba indica ter experienciado junto com médicos mais ou menos como ele, militantes de esquerda ou não, restrições a uma medicina corporativista, defensiva, privatista, onde o sucesso econômico do médico sobrepuja o

caráter da medicina como de um serviço público e não um serviço reservado a consumidores pagantes com alto poder aquisitivo. Há indícios de que o caráter público do serviço médico, a vocação eminentemente social da profissão, fica acentuado no ambiente em que problemas sociais são abandonados e em que a indignação contra este abandono é empunhada por grupos, isto é, coletivamente.

É possível também que muitos médicos, conservadores ou mais ligados a interesses de *status* e capitalização próprios a esta profissão, não tenham sido impactados pelas movimentações coletivas por uma saúde mais atrelada às necessidades sociais. E tenham concentrado suas atenções às questões privadas da profissão. O Movimento de Renovação Médica parece uma mobilização inserida em um contexto mais amplo, em um ambiente caracterizado pelo processo de transição do regime, por uma insatisfação geral da população com a ditadura, e com o crescimento de reações coletivas contra o governo e suas políticas de modo geral. Assim como ocorreu na medicina, nos movimentos sociais, sindicais, operários, podemos considerar que o ambiente pudesse ser favorável ao engajamento coletivo, ao cidadão ser impactado pelo clima e encorajado a posicionar-se coletivamente contra um regime de opressão que há mais de quinze anos impunha suas normas e privilégios às elites.

Análise das entrevistas com Paulo¹²

São Paulo, 2014.

Diz-se que a arte desvela mundo. Paulo poderia afirma o mesmo com base na própria experiência. Teatro, cinema, música, literatura invadem sua vida e inauguram um novo modo de ser e de ver o mundo. Seu depoimento revela a transformação na vida de um jovem que, em contato com a efervescência cultural e política de São Paulo, conheceu outro mundo, despertou um outro olhar para o mundo, mais crítico e politizado.

Quando realizadas as duas entrevistas, Paulo estava prestes a completar 70 anos de idade. Na época da entrevista, o depoente atuava em um órgão público, depois de ter trabalhado em três multinacionais, ministrado aulas em cursinhos e exercido uma função no SESC¹³ nos anos da ditadura. Nos anos da ditadura, militou pela POLOP¹⁴.

As entrevistas foram realizadas em encontros à noite na casa do depoente. O primeiro encontro ocorreu na sala da sua casa na companhia da esposa e da cachorra. O clima informal, porém menos à vontade dessa etapa inicial foi quebrado no segundo encontro. Desta vez, fui recebido pelo depoente em sua cozinha, com petiscos, e a conversa fluiu mais livre por mais de três horas.

O entrevistado considera ter vindo de uma família de *classe média baixa*. Vindo de uma cidade do Rio de Janeiro, seu pai era alfaiate e, sem condições financeira para bancar os estudos, desde adolescente Paulo teve que trabalhar para sua “sobrevivência”. Ainda em sua cidade, com 13 para 14 anos, trabalhou em uma fábrica de tamancos de madeira, função que considera “*oficial proletária*”. Trabalhou em seguida como “*office boy, depois escrivão*”. Nessa época, esteve sempre no que chamou “*limite de classe*”, “*no muro entre as funções proletárias – não chegaria a ser um operário –*, [...e entre funções] *de um artesão, que podia dar possibilidade para trabalhos ditos mais nobres, burocráticos*”.

Alguns anos antes do golpe civil-militar, Paulo mudou-se com a família para a Capital paulistana. A vida na nova cidade, os professores da escola e o contato com as artes provocaram o despertar de uma consciência mais aberta e crítica no jovem

¹² A pedido do depoente, utilizamos um nome fictício para preservar sua identidade.

¹³ Serviço Social do Comércio.

¹⁴ Organização Revolucionária Marxista Política Operária (POLOP).

carioca. A necessidade de trabalhar e *participar dos gastos da casa como um igual* repercutiu em sua independência financeira em relação aos familiares. O depoente considera que esta independência, acrescida a “*um pai meio ausente*”, converteu-se em maior liberdade para suas escolhas: “*não tinha muito aquela história de pressão para fazer um curso mais prático, pra ganhar dinheiro*”. Paulo pode escolher estudar filosofia na USP, na época, considerada uma faculdade “*muito valorizada socialmente, [...] isso era um valor imenso. ‘Vou fazer aquele que me dá prazer e é reconhecido pelo meu meio’*”. O depoente concluiu a graduação, mas foi o único de sua turma a não permanecer na academia.

O depoimento de Paulo mostrou-se bastante relevante para a pesquisa por mostrar a íntima relação da arte, cultura e da escola com a formação crítica do cidadão. Ao mesmo tempo, suas memórias revelam um ambiente produzido pelo regime atravessado por traços autoritários que parece ter interferido diretamente nos processos de criação, aparição, divulgação artísticos. As repercussões do golpe se mostram na movimentação da cidade, nas discussões na rua, nas pressões exercidas no trabalho, na coação da direita. Paulo descreve como a censura e o autoritarismo parecem ter sido absorvidos e reproduzidos em instituições de convívio e impactado as relações e os cidadãos. Sua narrativa permite discutirmos impactos psicológicos produzidos por esse ambiente como medo, desconfiança, apreensão, coação nos ambientes no cotidiano em casa, no trabalho e na cidade.

São Paulo: a capital da efervescência

A cidade transforma o cidadão e o cidadão transforma a cidade. O jovem Paulo, impactado pela diversidade, dinamismo, ebulição de uma capital de proporções gigantescas, experimenta um mundo e um existir novos. O período entre os anos que antecederam o golpe até 1968 foi fundamental para despertar a crítica e seu enraizamento político. Esse novo olhar inaugurou em Paulo a participação junto a organizações operárias, militância que retornou suas ações diretamente à cidade.

A relação de Paulo com a política é despertada nos anos de colegial, depois da vinda para São Paulo. O depoente relembra criticamente sua ingenuidade quando sai de sua cidade natal:

Eu sai de lá na ingenuidade, nesse período de operário você tem uma visão meio ingênua [...] de moleque ainda, antes do golpe. [...] Eu lembro que eu tinha até uma postura assim meio conservadora, elitista aos 14-15 anos. [...] algumas coisas que a direita colocava, do tipo: “precisava de uma relativa ordem”. Enfim, me sentia meio diferenciado, usava umas palavras erradas ainda, achava que queria uma democracia, mas sem anarquia, aquela história que a direita sempre usa.

A ingenuidade do jovem e a reprodução do discurso do dominador. Antes da vinda para São Paulo, o ambiente familiar de Paulo não proporcionou um grau de politização significativo. A compreensível ingenuidade de um jovem adolescente, criado em um ambiente pouco politizado e com pouca experiência de vida, parece um caldeirão propício à aderência e reprodução acríticas de falas com tom mais conservador. Por outro lado, a realidade familiar introduziu a necessidade do trabalho desde o início da adolescência, colocando-o em contato com a rotina do trabalhador e com as relações patronais. Paulo já “acompanhava, escutava, mas com visão crítica muito baixa”. Sua experiência anterior como trabalhador talvez possa tê-lo afetado de modo a, futuramente, tornar-se mais sensível às questões das minorias, ao entrar em contato com a “efervescência política” e econômica de São Paulo. Paulo lembra o que a capital significava em termos de novidade e desenvolvimento.

Vindo pra São Paulo [...] com mais oportunidade, quer dizer, onde o capitalismo é mais avançado, de trabalho, proletariado mais estruturado, a questão política mais sedimentada.

Inserido num grande centro do desenvolvimento capitalista, o “*choque de classes*” é mais perceptível e o ingresso no colegial com a presença de professores instigantes abre novos olhares ao jovem Paulo.

Quando eu fui pro colegial havia uns professores e um meio mais estruturado, mais crítico, e foi quando [...] minha consciência foi despertada, quer dizer, eu comecei a perceber minha ingenuidade nessa história toda.

Inserido em um meio mais estruturado e crítico, o mundo revela ao depoente sua própria ingenuidade política. O colégio frequentado por Paulo parece criar um ambiente favorável à construção crítica, ao despertar de uma consciência política. O jovem adolescente vindo de uma cidade no Rio de Janeiro encontra um ambiente fértil para desenvolver a observação, o pensamento, a percepção das relações na sociedade. Estimulado por professores e colegas mais velhos, é também no colegial que o

depoente começa a aprofundar sua apreciação pela cultura, elemento fundamental de seu enraizamento político.

A coisa vem também pela cultura, bom, os movimento no colegial. Vem o teatro, vem uma utilização do teatro como estímulo, [...] começa a ver Brecht aqui, aquela história de uns professores mais inteligentes, mais sensíveis, que te estimulam mais. [...] E além da questão do teatro, cinema, principalmente, também me chamava muito, [...] me pegou fortemente. Gostava muito [...] e a leitura entra com o cinema, então foi uma abertura imensa essa questão. [...] Entra a música, eu não sabia tocar, mas a música entra com tudo também, esse período era muito fértil, a Arena Conta Zumbi¹⁵, toda aquela geração da Bossa Nova forte. E isso foi um caldeirão legal.

A arte afeta seu mundo. O encantamento pela cultura, o encadeamento nas diferentes artes invade seu existir e inaugura-se uma visão nunca experimentada pelo depoente. Poeticamente, o mundo se desvela nas manifestações artísticas. Não somente teatro, cinema, música e literatura, mas cultura de modo geral continuarão diretamente ligados à história pessoal e política de Paulo por toda a vida. Anos mais tarde, as aulas ministradas no cursinho sobre cultura geral permitiram o uso de textos de arte “*mais provocativos*”. O trabalho no SESC, viabilizado pelo seu vasto conhecimento cultural, manteve em contato com a efervescência do mundo da arte.

Paulo lembra como o interesse por cultura parece atrelar-se ao despertar político já durante a vida estudantil secundarista.

Isso pelos professores, por alguns militantes mais antigos dos últimos anos da universidade, do colégio. E o movimento estudantil secundarista era forte na época, tinha a UNE, tinha o teatro popular da UNE, o pessoal se infiltrava na escola, se estimulava.

A presença de professores e colegas estudantes estimulavam o pensamento crítico, mais politizado. O despertar de uma “*consciência*” na vida de Paulo através da vida estudantil e cultural favorece à percepção de contradições em seu cotidiano. O trabalho não era mais simplesmente um meio de *sobrevivência*, mas também palco para evidenciar as relações trabalhistas atravessadas pelos interesses do capital.

Vim para São Paulo e fui trabalhar [numa multinacional de eletrônicos], uma empresa grande. Saí, fui trabalhar em outra empresa grande, [de petróleo], era uma

¹⁵ *Arena Conta Zumbi* é um musical de autoria de Gianfrancesco Guarnieri e Augusto Boal de 1965.

empresa multinacional, trabalhava o dia inteiro e ia à noite para universidade, e a partir daí tentei mudar um pouco, saí desse trabalho. [...] Era na época uma coisa absurda, meio taylorista de você metrificar salários. Dava uma pontuação para graduar, você chegava em tal graduação aumentava o salário em tal nível da escala. [...] Era uma contradição, evidentemente que era um porre, acabava não gostando. Era primeiro a sobrevivência, mas isso vai entrando em conflito que você acaba dizendo: “Bom, aqui eu não fico”.

Aquela relativa ingenuidade do jovem é colocada em xeque. Da separação e montagem de tamancos à reprodução de discursos mais conservadores, as antigas atitudes não cabem mais à rotina de São Paulo. Em seu lugar, desperta uma consciência mais atenta às contradições do mundo do trabalho, às incoerências que favorecem exclusivamente aos patrões, aos mandos e desmandos de uma cultura capitalista mais avançada. O conflito entre a necessidade de sobrevivência e a crítica tece novos caminhos na vida do depoente. Já nos primeiros anos de faculdade, Paulo encontra a conciliação entre o trabalho e o envolvimento com a política dando aulas em cursinhos pré-vestibular, uma novidade que começava a crescer no final dos anos 1960: *“o cursinho da USP [...] era uma formação de quadro para política, pregava para universitário, para formação para o partido”.*

No depoimento de Paulo, é no período estudantil, desde o colegial até a universidade, que sua relação com a política se aprofunda. Sua fala revela ainda a importância dos cursinhos pré-vestibular para formação de quadros para o partido. O depoente considera este um período curto, porém essencial em sua formação. Período que determinará os rumos da sua vida e seu envolvimento com política e cultura.

Foi um período curto. Dos 15 anos até os 18, uns três anos então. Mas é intenso, porque é um período forte da sua formação. Eu acho que hoje, é nesse período que você se forma mais, eu acho. Porque é nesse período que a necessidade de sobrevivência vai aparecer cada vez mais, ainda mais numa família de classe média baixa. É nesse período que você ou pode ter a sorte de ser revelado pela estética e a política, ou você pode ficar alienado, absolutamente alienado.

A revelação de um caminho pela estética e pela política marcam a sorte do depoente e o libertam da alienação. A experiência do depoente não pode ser tomada como regra, tampouco como generalização. No entanto, assim como a vida estudantil de Paulo foi atravessada por questionamentos políticos que marcaram seus caminhos e instigaram futuro engajamento, é de se supor que outros jovens, privilegiados naquela época por estudar em escola e universidade públicas, tenham seu cotidiano

estudantil tocado por questões políticas e possam ter inaugurado um caminho mais crítico e politizado.

O jornalista e ex-presos político Álvaro Caldas (2012) considera tratar-se de “uma geração que se politizou muito cedo à custa de duas porradas marcantes que mudaram os rumos do Brasil: o golpe militar e o AI-5” (p.9). Essa hipótese parece ser reforçada ao analisar brevemente algumas ações voltadas ao ensino secundário e universitário pelos dirigentes do regime, logo após o golpe. Dada a possível força do ambiente estudantil para politização dos jovens, não é de espantar que uma das primeiras ações repressivas após o golpe tenham se dado pelos expurgos e perseguições a professores e líderes estudantis. Os futuros acordos internacionais MEC-USAID e com multinacionais como a Ford e Fundação Rockefeller dão conta da importância, para os EUA e grupos internacionais, de investir recursos financeiros na educação da América Latina a fim de estimular o desenvolvimento e esvaziar o apelo revolucionário (MOTTA, 2014a; VIEIRA, 1985; GERMANO, 2011; COGGIOLA, 2001; GASPARI, 2014a).

A preocupação com os rumos da educação pelo regime parece corroborar com a interpretação de que a possibilidade experienciada por Paulo durante a vida estudantil possa ter atingido outros jovens de sua geração durante o período da ditadura.

Rodrigo Patto Sá Motta (2014a) complementa:

Além disso, e talvez mais importante, as instituições educacionais eram locais influentes na moldagem dos valores das pessoas, aí incluídos os valores políticos. Por essa razão, escolas e faculdades tornaram-se espaços estratégicos nos embates ideológicos, trincheiras a serem disputadas ao inimigo (p.112).

A preocupação do regime com a educação desvela-se como preocupação ideológica com a formação e moldagem de jovens aderidos aos valores conservadores defendidos pelas classes dominantes. É possível que muitos brasileiros que estudaram em escolas e universidades, depois da intervenção do Estado, tenham tido sua ampliação de conhecimento e consciência cerceada por valores mais conservadores. Jovens que tenham experienciado essa restrição, absorvido valores ideológicos difundidos pelo regime, talvez sejam mais propensos a reproduzir ações reacionárias, discursos de ódio e preconceito de classe. E, provavelmente, menos sensíveis ao sofrimento alheio, à lidar com as diferenças e ao discurso das esquerdas.

O golpe na cidade: novos ares, velhas trevas

A terra da garoa tornou-se a terra das tempestades. O céu se fechou, o clima na cidade nunca mais seria o mesmo. Nos dois depoimentos de Paulo, podemos encontrar indícios de que o golpe e a ditadura teriam afetado o cotidiano da cidade. Os modos de ocupação e circulação nos espaços públicos, a convivência e as relações entre as pessoas, as discussões ao ar livre, enfim, a atmosfera da cidade de São Paulo aparentemente foram afetadas pelo regime, transformando o cotidiano do cidadão de uma grande metrópole.

Antes do golpe de 1964, Paulo trabalhava no Vale do Anhangabaú e seu relato traz a dimensão daquela região da cidade como um polo de apropriação do espaço público, de discussão e efervescência política. O trecho a seguir revela a visão do jovem cidadão que circulava diariamente na região em meio a outros trabalhadores.

Antes do golpe, o que você tinha? Vou te dar um exemplo visual. Eu trabalhava [...] no Vale do Anhangabaú [...] Você descia ali pra almoçar, nos botecos ali daquela região. Você atravessava um mar de pessoas discutindo política na Praça da Sé, na rua Direita, eram ativistas discutindo. O Última Hora, [...] getulismo teve um jornal [...] era um jornal popular. Que era o mais vendido e fazia a defesa do governo. E o jornal saia duas ou três vezes no dia, tinha de manhã, de tarde, a notícia era o jornal. Sujeito tá comprando, jornal vendendo, todo mundo com Notícias Populares debaixo do braço discutindo. Aquela coisa efervescente. Na frente do teatro municipal discussão política, na Praça da Sé, então se tinha isso. [...] E tinha um prédio que era comida popular, o sujeito pagava pouco pra comer. Então, filas pra comer. Cê passava ali via uma movimentação sindical na porta, na tua rua, na frente, no meio da cidade acontecendo.

A região hoje considerada “centro” de São Paulo era diariamente ocupada por trabalhadores. Havia uma concentração de cidadãos nessas regiões, sindicatos, comércio, restaurantes: “era um ponto importante, todos os ônibus, todo o transporte público se dirigia para essas regiões centrais”. As pessoas comentavam política, discutiam em público, liam as notícias do dia. A política fazia parte do cotidiano do trabalhador, do proletariado, estava na boca e no dia a dia das classes populares, na fila do restaurante, na rua. Na capital, em um tempo em que “não havia essa descentralização ainda”, o Anhangabaú e a Praça da Sé reuniam o proletariado que circulava e interagia socialmente.

Então isso gerava uma acrópole. Você tinha uma possibilidade de interação social muito forte nesses grandes centros ainda. Não estava pulverizado. Na Praça da Sé, no Sindicato dos Metalúrgicos com uma conotação mais proletária.

A ocupação da cidade também se dava por classes. Esta região abarcava a população das classes populares, os trabalhadores e suas discussões políticas. Ali, o discurso das elites parecia não encontrar espaço, como se recorda Paulo: “*Claro, vinha um reacionário falar e se intimidava, era minoria*”. Mas em outras regiões próximas, a voz conservadora era acolhida nas “*ruas chiques*” de São Paulo.

Agora, e não tão longe dali, se tinha [o oposto]. Meu pai trabalhava na rua Barão de Itapetininga, que era a rua chique de São Paulo, então você via uma rua chique, a Augusta era uma rua chique, Praça da República. [...] tanto é que a Marcha da Família foi feita na Barão de Itapetininga, era ali a ocupação [conservadora] do espaço, Praça da República.

A efervescência política não se dava apenas do lado dos trabalhadores. Nas ruas chiques, a elite paulistana acostumada com privilégios mostrava resistência a qualquer forma de avanço e novidades progressistas do governo João Goulart. A burguesia brasileira “necessita se amparar em forças que resguardecem seus privilégios” (SODRÉ, 2014, p.130) e, apoiados nos valores da família e da religião, também se manifestaram em apoio ao golpe na *Marcha da Família com Deus pela Liberdade*. O movimento contava com participação limitada das classes baixas, ou seja, ausência de trabalhadores, tal como relatado em um telegrama do embaixador dos Estados Unidos, Lincoln Gordon, em 1964 (BANDEIRA, 2010, 2014; GASPARI, 2014a).

O depoimento nos conta que, provavelmente, para o trabalhador, o cidadão que circulava pelo centro da cidade, a política era um assunto presente. A interação se dava nas ruas, e não em lugares fechados: “*o que é o Shopping hoje era mais a céu aberto. Então era o passeio, cinema*”. O discurso sindicalista, de esquerda, progressista ou popular encontrava ressonância entre os pares nas ruas da Sé e no Anhangabaú. O relato leva a crer que, antes do golpe, havia uma proximidade maior do cidadão com as questões políticas. Provavelmente, mesmo que a pessoa fosse alienada ou não interessada por política, este parecia ser um tema presente no convívio com o outro na fila dos restaurantes populares, na banca de jornal, no trabalho.

A atmosfera de ocupação dos espaços urbanos e efervescência política descrita por Paulo é transformada com o golpe e a ditadura que se seguiu. O entrevistado relembra o impacto inicial do golpe nas ruas da Capital, a mudança no clima nas ruas do centro e, com o tempo, a mera reunião de pessoas em público tornara-se subversão e um risco à sobrevivência. O trecho a seguir, relata a tensão sentida pelo depoente já no dia do golpe.

Lembro que no dia do golpe eu fui tirar a carteira profissional de 18 anos [...] No dia do golpe. Então, o que acontece, o golpe foi no dia 1 de abril, eles vão dizer 31 de março à noite, mas não. Dia primeiro foi o golpe. E eu chego lá no lugar e está um alvoroço, eu consigo entrar pra tirar a carteira, os funcionários públicos xingando, que “Os militares, onde já viu?”. Acabei fazendo o documento e logo depois que terminei: “Agora não vai atender mais ninguém”, aquele clima, né? Tanto que lembro que tirei a foto, aquela foto horrível. O cara com a maior sem vontade de fazer o documento.

A repartição pública que fecha as portas mais cedo, a tensão e a má vontade do funcionário para fazer o documento. A novidade do golpe parecia ainda não ter sido digerida completamente na região central. O golpe, largamente apoiado pela mídia e pela elite empresarial (COIMBRA, 2002; CHAGAS, 2014; GASPARI, 2014a), parece não ter sido aprovado por muitos da classe trabalhadora. No ano anterior, a ampla vitória do presidencialismo no plebiscito, com quase 90% dos votos, ante o parlamentarismo, imposto pela tentativa de golpe de 1961, dá um parâmetro do apoio que Jango recebia das classes populares. Dados do IBOPE revelam que, quando caiu, João Goulart contava com 76% da opinião pública a seu favor. (TAVARES, 2014; BANDEIRA, 2010; FERREIRA, 2011).

Com o golpe, a atmosfera da região central não é mais a mesma. Os militares nas ruas marcam sua presença e, ao fazer guarda na frente do Estadão, um jornal com tendências explícitas de direita, revelam o tom de um golpe que foi, prioritariamente, “episódio de luta de classes” (BANDEIRA, 2014). Para o depoente, as ruas do centro eram outras depois do golpe.

Lembro disso, lembro de sair na rua, a rua já meio perigosa. [...] Na frente do Estadão, policiais. Já tinha pessoal do exército protegendo o Estadão, vai que tem grupos querendo, não invadir, mas xingando e tal, frágeis ali perto daquilo. Ali na região central, zum zum zum.

[...]

Apesar de demonstrar poderio militar, ela [ditadura] não havia digamos, uma força militar contra a população. Havia uma intimidação, sim. Alguns pontos chaves sim, como o Estadão, defendido.

Na região central, o depoente experienciou sua própria “chateação” e, provavelmente, a de muitos trabalhadores, que também estariam em contato com uma certa tensão do golpe, um “zum zum zum” naquela área. Já na região para onde havia se mudado com a família, Paulo presenciou as vozes das ruas ocupadas pela elite, respondendo positivamente à intervenção dos militares.

Então eu estava num bairro que naquela época não [era] o que é hoje. Na 9 de Julho era um lugar dito de classe média alta, morava-se pessoas de classe média alta. [...] A Augusta era uma rua chique, então aquele era ambiente digamos, favorável. Tinha gente exultante na rua.

A elite comemora em voz alta o golpe nas ruas. Enquanto isso, com o passar dos dias, a tensão percebida na região mais popular da cidade parece ter se transformado em frustração para o depoente. A ausência de uma reação da população, a fuga do presidente e a permanência dos militares gradualmente minava a expectativa de que o golpe fosse algo apenas passageiro.

O Jango fugindo, então aquela ideia de fracasso, todo mundo esperando uma resistência que não vinha, um líder que não aparecia, um desamparo. Uma ideia meio de desamparo. E de frustração grande, né?

[...]

Não, não dava medo ainda. Dava o seguinte: “Isso aí não vai durar, não vai durar, daqui a pouco passa”. Sabe, uma expectativa que daqui a pouco vai passar, daqui a pouco vai passar e não passava, né?

O sentimento de frustração e desamparo experienciado pelo depoente nos primeiros momentos do golpe na cidade remete à impotência de viver uma situação de opressão e não ter a quem recorrer. Ver aquele com quem contava abandonar o barco, deixando o país à mercê. Aos poucos, esse sentimento parece invadir o cotidiano, permear outras instituições de convívio. No colégio frequentado por Paulo, o clima também se transforma e interfere na rotina dos estudantes e professores.

Estava no primeiro, segundo ano. Então eu lembro de ir pro colégio e o pessoal mais ativo [...] eles não estavam felizes com a história, né? E uns tinham desaparecido. Já tinha um pessoal [que] não ia na aula. [...] Sim, os professores,

como a gente, deprimidos. Passou a ter um clima mais contido, um pouquinho mais de cuidado. Do tipo até então, fazer uma peça com Brecht, essa criatividade dá uma murçada, um clima já mais de espanto, digamos. Onde, a alegria não é uma alegria.

O desaparecimento de colegas na escola, os professores deprimidos, contendo-se nas aulas, nas discussões. O bloqueio da criatividade e da alegria. O clima no colégio, os sentimentos e desdobramentos na rotina das aulas e alunos percebidos pelo depoente não são percepções exclusivamente individuais. É de se supor que outros alunos, funcionários e professores que frequentavam a mesma ou outras escolas também pudessem experimentar sentimentos semelhantes.

O relato permite deduzir que outros cidadãos que circulavam pela cidade, pelas ruas, por instituições de convívio como a escola também tenham tido seu cotidiano afetados pelo clima instaurado na cidade depois do golpe. Um professor ou um colega que repentinamente param de frequentar a escola não é algo que passe despercebido. Algo estava no ar. Seja pela euforia, seja pela frustração, as pessoas que, de algum modo, estivessem atentas ao que acontecia naquele momento com o país podem ter sido tonalizadas por esses sentimentos.

A direita mostra a sua cara

O golpe abriu os caminhos para a direita. O depoimento de Paulo também traz a dimensão do impacto que o golpe e permanência dos militares no poder nos primeiros meses pode ter tido para a direita do país. O relato do depoente traz à tona situações que indicam, provavelmente, que pessoas mais conservadoras tenham sentido um ambiente gradualmente mais acolhedor para a manifestação e defesa das ideias de direita, e mais intimidador para o pensamento de esquerda.

O trecho a seguir revela uma mudança crescente no clima e na manifestação de apoio ao golpe pela direita conservadora.

É, digamos, nas primeiras horas não. Primeiro dia, segundo dia não. Mas depois foi crescente, quando eles ganharam confiança foi crescente. [...] Alguns dias depois, que começou a haver uma certa euforia da direita, Campanha pro Ouro do Brasil, aquela história de dar uma aliança de ouro, eles davam uma aliança de um negocinho de lata. Uma malandragem total, era mais simbólica lá pros fieis.

A confiança da direita, a euforia com a conquista do governo e o fim da “ameaça comunista”. A direita parece ter começado a assimilar que o jogo havia virado para o lado dela. A campanha “dê ouro para o bem do Brasil” foi promovida pelo deputado João Calmon, homem logo abaixo de Assis Chateaubriand nos *Diários Associados*. A campanha de abrangência nacional para recuperação econômica do país desencadeou intenso apoio de uma parcela da classe média que doou alianças, relógios de luxo e joias, entregues ao Tesouro Nacional (GHAGAS, 2014). A campanha, com características de grande jogada marketing, ocupou espaço nas mídias e tornando-se um modo de saudar publicamente o golpe.

O trecho do depoimento a seguir revela a penetração dessa euforia no ambiente de trabalho de Paulo, uma multinacional do ramo eletrônico. O depoente experiencia a intimidação ao trabalhador por meio do discurso anticomunista e críticas ao FGTS e às normas trabalhistas.

Aí o diretor da área de recursos humanos entra no escritório pra meia dúzia de gatos pingados sentados lá. Faz um discurso defendendo, falando do perigo do comunismo, [...] e você ouvindo aquilo, contando até 10. Aquele silêncio. Você fala: “Você já sabe o que te espera. Você não pode dar sinais que vai ser demitido”, então é preferível sair do que ficar num lugar desse. [...] Foi, depois do golpe a direita segura mesmo, né? Passou a, digamos, a mostrar a cara assim direto. O diretor desce e diz pra você, sabendo que ali tinha resistência [...] finge uma falsa democracia de discutir. [...] ele queria atacar o sindicalismo, né?

O discurso anticomunista dentro da empresa transforma-se em tensão. Para alguém que não era mais ingênuo, a fala do diretor não era uma abertura ao diálogo, mas evidência do tom que o momento permite às empresas assumir. A direita mostra a sua cara, sai do armário. Amparada pelo ambiente político nacional, parece não haver mais restrição ou receio para intimidação do trabalhador e das esquerdas, grande ameaça à política de lucros do empresariado. Paulo parece ter a clareza de que, diante da nova rotina de trabalho, suas opções estavam restritas a *aceitar* ou *sair* daquele emprego. A opção pela última alternativa o conduziu às aulas nos cursinhos pré-vestibulares.

Vera Telles (1994) nos ajuda a compreender que

experiências como essas e mil outras que seria possível inventariar terminam por produzir um sentimento de impotência, solidário com a construção de uma noção do possível e do permitido, pela qual uma “ordem” se impunha e tendia a naturalizar (p.239).

A experiência de Paulo conta-nos de um modo de opressão do trabalhador. Evidencia a divisão vertical de trabalho entre a base e o cume que realiza um corte político entre os detentores da força e aqueles sujeitados a essa força. Caminhamos na questão mais um pouco com Pierre Clastres (2013): a sociedade não mais primitiva “tornou-se um sociedade dividida em dominantes e dominado, em senhores e súditos, e [...] parou de exorcizar aquilo que está destinado a matá-la: o poder e o respeito ao poder” (p.211). Em 1964, o ambiente político instaurado pelo golpe parecia dar respaldo, nas relações trabalho, às imposições e mandos dos senhores, aprofundando o assujeitamento e alienação do trabalhador.

A experiência de Paulo pode indicar que outros ambientes de trabalho também estivessem atravessados por semelhante pressão vertical da diretoria, por um discursos antissindical e anticomunismo. É de se supor que o ambiente de trabalho foi afetado pela nova ordem política e econômica vigente com a ditadura. O cotidiano das empresas parece impor um novo modo de relações trabalhistas e, assim como Paulo, provavelmente, muitos outros trabalhadores devem ter sido igualmente afetados por esta maneira de penetração do autoritarismo no cotidiano do brasileiro.

Com o passar dos anos, a tensão nas relações de trabalho parece ter se mantido para aqueles não completamente alienados ao que acontecia no país, para aqueles que almejavam sustentar algum grau de liberdade de discordar dos rumos políticos do regime. Com o AI-5, uma nova versão da *Operação Limpeza* nas universidades, realizada em 1964, é ressuscitada com intensidade potencializada e mais violência. A lista de professores cassados e as aposentadorias arbitrárias são largamente ampliadas. A vigilância e restrições impostas pelo regime nos centros educacionais também é intensificada (MOTTA, 2014a, 2014b; GIANNAZI, 2014).

Em 1968, Paulo cursava a faculdade de filosofia da USP e já dava aulas em alguns cursinhos pré-vestibular. Em seu trabalho como professor, o autoritarismo do regime fez-se presente, transformando o cotidiano de trabalho e de estudo.

Tinha uma coisa bem pior fora que nos margeava [...] não só sentíamos, mas estávamos de fato vigiados [...] a gente sabia que tinha policial na classe. No cursinho tinha policial, fecharam o cursinho da USP em 69, AI-5 fechou. O [outro cursinho] era o pessoal da economia mais conservador, permitiam. E mesmo na aula nós tínhamos uma postura mais pragmática de fazer com que o indivíduo entrasse na

universidade de fato, havia um “diretantismo”¹⁶ que era ruim, o aluno estava ali para entrar na universidade e não para ser formado.

A presença de policiais em sala de aula e o clima de vigilância impedem a liberdade no ensino. O trabalho nos cursinhos, campo fértil de “*formação de quadros*” para o partido, agora é cerceado e direcionado apenas para o objetivo técnico de promover o ingresso na universidade. Tanto o trabalho na função de professor, quanto a militância não eram mais livres, mas determinados pelo “*que podia ser feito*”, pelo que era possível sob aquele contexto autoritário.

Passou a ter um peso. Eu, por exemplo, dava aula na época de atualidades, [...] que caia no vestibular deles [...] para saber se o indivíduo tinha uma cultura geral, então valia tudo: cinema, teatro, informações da história contemporânea e tal. Era o que eu gostava. [...] Era uma aula que mais permitia exercer a crítica. Então, mas eu tinha que ser eficiente, não podia fazer proselitismo, tinha que dar informação. A escolha já é política, você escolhe um assunto aqui, Vietnã, pegava textos mais interessantes, enfim, era o que podia ser feito [...] Mas em suma, esse é um período muito intenso, mas ao mesmo tempo muito estressante. Por que? Porque se sabia que tinha policial na classe, eles sabiam, né? Tinham informações.

Se, por um lado, a aula de atualidades ampliava a margem de temas culturais a serem abordados e permitia certa crítica, por outro, a vigilância no trabalho exigia uma “eficiência” e cautela para promover a discussão de assuntos e textos relevantes sem *pregação* política.

As ligações dos irmãos do depoente com a militância política e estudantil intensificava o receio de vigilância para Paulo. Em 1968, o irmão foi preso no congresso da UNE e sua irmã participava do movimento estudantil. O namorado dela “*foi para a ALN*” e também tinha sido preso. A certeza de que Paulo era alvo da polícia e tinha informações sobre ele intensificava sua preocupação. O estresse, a tensão, o medo permeavam o trabalho de Paulo ao longo dos três turnos diários.

Para o historiador Rodrigo Patto Sá Motta (2015),

a área de ciências sociais e humanas era a mais visada pela repressão, e a insegurança daí decorrente levou alguns professores a se autocensurarem, ou a utilizar estratégias para driblar a vigilância sobre suas atividades (p.162).

¹⁶ Termo para designar tendência à direita dos cursinhos.

Sob o medo, o trabalhador tem impedida a liberdade de uma ação. Em tempos de AI-5, tempos de recrudescimento da violência e repressão de Estado, é possível pensar que, mesmo um professor que não fosse envolvido com política e não tivesse familiares envolvidos, também experienciase a tensão de ter suas aulas vigiadas e controladas pelos agentes dos aparelhos repressivos. A tensão no cotidiano de trabalho talvez afetasse não apenas os militantes, mas muitos outros professores que ocupassem disciplinas visadas como passíveis de instigar a crítica nos alunos.

Atentemos às palavras de Simone Weil (1996b) sobre o trabalho operário e as alegrias dos homens livres:

os que povoam as fábricas, não as sentem, a não ser em momentos curtos e raros, porque não são homens livres. Só as podem sentir quando esquecem que não são livres; mas raramente podem esquecer, porque a morsa da subordinação se torna sensível, através dos sentidos, do corpo de mil miudezas que preenchem os minutos que formam a vida (p.157).

De modo paralelo ao impedimento dos operários como homens não livres, parece haver um sofrimento experienciado no ambiente de trabalho explicitado pelo depoente. Um sofrimento derivado de um cerceamento, da vigilância que tolhe a liberdade não apenas do trabalhador, mas do cidadão que não pode mais assenhorar-se dos rumos de sua própria aula. Um impedimento da liberdade exercido sob a ameaça constante do repressor. Qualquer frase não pensada, uma fala com sentido ambíguo ou a mera expressão ingênua de descontentamento com o regime pode significar graves consequências futuras. A presença ameaçadora de agentes censores durante as aulas torna-se uma ação ostensiva que extingue a liberdade do trabalhador, restando-lhe apenas a autodisciplina e subordinação aos intentos do repressor.

O depoimento traz outros indícios de que a vigilância exercida no cotidiano das relações de trabalho também misturava-se à sensação de vigilância na vida pessoal. Paulo lembra que nos prédios, os porteiros exerciam a vigilância dos moradores.

No prédio, o porteiro tinha que colocar uma ficha do Dops. Todos os prédios tinham uma ficha dos moradores com nome, endereço e tal. E se tinha visitante, tinha que fazer uma ficha que era enviada pro Dops. Em algumas regiões da cidade e em outras menos, mas não dava pra fazer a cidade inteira. [...] todos os prédios de São Paulo tinham isso. E o zelador cumpria, o que era terrível, até para não perder o emprego. Um vigia na porta.

A ameaça da perda do emprego torna-se um forte elemento de cooptação de porteiros para exercer a vigilância pessoal da população, pulverizada nos prédios da capital. A vigilância do cidadão era exercida também por meio da opressão ao trabalhador.

Pra você morar num prédio, tem que fingir. Tem casos que você não tinha nem uma namorada, mas tinha que andar com uma aliança, porque aliança era fundamental. Fingia que era marido e mulher, não temos filho ainda. Às vezes, saía de manhã, fingia que ia trabalhar e ia para rua até a biblioteca ler, cochilava na biblioteca, e voltava para mostrar que tinha ido no trabalho. Então esse tipo de coisa, toda esquerda passou por isso.

A preocupação com a vigilância das portarias, os subterfúgios para driblar a atenção dos porteiros, o medo de uma denúncia vinda, praticamente, de dentro de casa refletem as inquietações próprias da vida de um militante de esquerda. Atento aos movimentos ao redor, aos meios para não ser pego e “não dar bandeira”. A vigilância na própria casa é algo que, talvez, fosse sabido por outros moradores e mobilizasse mesmo a quem não sustentava atividade militante. Definitivamente, exercia um controle da circulação de muitos cidadãos moradores de prédios na capital. Desavisada ou não, uma parcela significativa da população nas grandes cidades deveria estar sujeita à vigilância dos serviços de inteligência em seu cotidiano.

O relato do entrevistado leva-nos a crer que o trabalho e as possibilidades de trabalho foram utilizados como instrumentos disciplinares do regime autoritário. O controle da população por meio do trabalho foi um caminho encontrado pela repressão para “garantir” que o indivíduo seria um “cidadão de bem”.

Se por um lado, o trabalho tornara-se um *locus* de cerceamento das possibilidades de atuação, por outro, não trabalhar significava subversão ou a clandestinidade como destino.

Todo sujeito proletário, negro e tal sabia que ele tinha que andar com a carteira profissional no bolso [...] Todo mundo andava com a profissional no bolso. Sem profissional você já era suspeito, aí você tinha que dar informações aqui e ali. Então pro proletariado era isso, o cara ia num boteco, com a carteira no bolso. Na rua, com a carteira no bolso. De noite com a carteira no bolso. Era o diploma de bom cidadão. Sou trabalhador, não faço besteira. E para nós, era aquela história, bom, esse cara já é vigiado pelo porteiro, todo mundo com documento, andar com documento.

No dia a dia do brasileiro durante o regime ditatorial, a pessoa que não tivesse trabalho perdia a condição de cidadania e era imediatamente considerada suspeita de subversão. A carteira profissional tornou-se documento obrigatório para quem quisesse circular “livremente” pelas ruas da cidade, era o “*atestado de bom cidadão*”: aquele que trabalha, paga suas contas, seus impostos, cuida da família e, principalmente, não se envolve com política.

A memória do depoente parece ainda enfatizar o caráter de classe presente na repressão. O “*sujeito proletário, negro e tal*” estaria mais suscetível à arbitrariedade da polícia que o sujeito branco de classe média. A preocupação do depoente parece acentuada pela sua condição de militância e vigilância. É de se supor que muitos trabalhadores ou desempregados também experienciassem em seu cotidiano a tensão de a qualquer momento poder ser questionado, enquadrado por não portar carteira profissional, de não poder circular pela cidade sem a preocupação de ser reconhecido como “*bom cidadão*”.

Durante a ditadura, o trabalho ainda prestou-se a outra forma de controle pelo regime. O depoente relata que o “*atestado de antecedentes do DOPS*” era uma exigência que passou a ser obrigatória em muitos processos de contratação de trabalho. Após Paulo ser solto da prisão, essa exigência foi um primeiro impeditivo para que assumisse no SESC o cargo para o qual acabara de ser selecionado por uma prova rigorosa.

Eu fiz um concurso pro SESC e não pude entrar porque o SESC pedia um atestado de antecedentes do DOPS que não me davam. [...] eu fui o primeiro colocado nesse exame. [...] Na entrevista me acharam bom, está bem atualizado com tudo de cultura. [...] E quando foram com a relação de documentos, eu não pude dizer que não tinha. Eu contei uma lorota [...] não lembro o que contei.

Para que alguém pudesse ser contratado, exigia-se atestado de antecedentes provido pelo DOPS. Essa exigência, ao mesmo tempo que realizava a função de perseguição a ex-presos políticos, transmitia uma clara mensagem de que o envolvimento com política poderia repercutir na impossibilidade futura de conseguir um emprego. O recado estava dado: ao brasileiro médio, cabia apenas cuidar da sua vida privada e afastar-se da vida política. Esse atravessamento do autoritarismo no mundo do trabalho durante a ditadura indica que é possível que o ambiente cotidiano fosse favorável ao distanciamento das questões políticas por parte de uma parcela da

população. Se por um lado, a indignação com os desmandos do regime pode ser um fator agregador, por outro, o medo de ser excluído do mercado de trabalho e impedido de voltar pode ter exercido forte pressão no brasileiro médio, preocupado com o sustento próprio e da família.

Trata-se aqui de uma modalidade instrumental de violência, exercida pelo Estado e pela elite civil empresarial e industrial de modo a cercear o cidadão nos moldes dos seus interesses. Controlar os passos e punir os desvios dos caminhos desejados. O psicanalista Marco Aurélio Jorge (2009) compreende que essa violência “é instrumental, pois tem um objetivo de controle de certas camadas ou grupos sociais que em determinados períodos passam a ser ameaçadores ao *status quo*” (p.262).

Paulo relata que, passado um ano e meio, a absolvição no processo judicial pela prisão permitiu prestar novamente a prova para o cargo no SESC e, dessa vez, apresentar o atestado de antecedentes do DOPS. Na instituição, a censura parece ter sido incorporada em seu funcionamento. Os projetos tinham que ser submetidos a um conselho com membros “*reacionaríssimos*”, o que exigia subterfúgios para driblá-los aproveitando-se da própria “*vaidade*” dos membros. Paulo permaneceu de 1971 a 1979 trabalhando no SESC, quando foi demitido. A demissão de Paulo ocorre no momento em que o Brasil já vivia o período da abertura e havia uma liberdade de expressão relativamente maior.

Eu fui demitido do SESC em 79 [...] Eu estava fazendo Pós-Graduação na Europa. Quase dois anos, um ano e meio já. Eu tinha feito a primeira fase, voltei para o Brasil e eles me demitiram. Por questão política mesmo: “agora esse cara está lá, estão pagando pra ele”. [...] Achei que nunca mais ia ser demitido, porque agora tava na liberdade, né? Mas aí entra a política interna. [...] O SESC agora queria uma abertura, mas uma abertura controlada, do tipo que os militares, que o Figueiredo ia fazer, sem partido de esquerda... E eu sei que fui demitido, claramente por isso.

Mesmo no período de abertura, em que houve certo relaxamento do aparelho repressivo e já era permitido expressão de algumas ideias contrárias ao governo, o depoente sofre represália no trabalho por política da instituição. Nessa época, Paulo já tem filho e busca um caminho possível para militância dentro de suas condições.

Era de classe média ‘ajuizada’, digamos. [...] Começa aquela questão: que tipo de militância é possível? Fazer militância no jornal, o Em Tempo. Decisão de ter um filho, decisão muito pensada, faço a militância mais em termos de jornal.

Mesmo que sua participação estivesse restrita à participação em um jornal de esquerda, uma militância mais amena que nos tempos de POLOP, a penetração do autoritarismo nas relações de trabalho ainda não permite a livre expressão do pensamento. A demissão inesperada em tempos de abertura e conquista de alguma liberdade revela uma estrutura trabalhista impregnada pelo autoritarismo da ditadura e pelo discurso anticomunista. A experiência de ser demitido por motivos políticos no terço final do regime leva a crer que outros trabalhadores, empregados em instituições, também não pudessem expressar discordância com o modo como estava sendo feita a abertura, com as políticas do governo ou, simplesmente, afirmar o livre pensamento com tendências de esquerda ou progressistas. A ameaça de demissão, ainda presente em tempos de abertura, parece reforçar um ambiente de autocensura e silenciamento que pode ter atingido muitos brasileiros. Aqueles que já estivessem afastados da política, seja por medo, desinteresse, frustração, desesperança, ou mesmo estivessem focados na vida doméstica, talvez fossem mais sensíveis à esta proibição velada e tenham acatado ao silenciamento como recusa política.

A experiência de demissão do depoente parece remeter a uma forma de violência que impõe o silenciamento, destrói o discurso ao extinguir espaço para as diferenças e discussão de ideias. Marco Aurélio Jorge (2009) relembra a diferença entre os termos conflito e violência, caracterizando a “marca da violência como silenciamento, enquanto que, no conflito, mesmo havendo discordância de ideias, ainda há espaço para negociações e debates” (p.264). O exemplo do depoente indica que a violência da ditadura não se restringiu às ações repressivas engendradas pelas Forças Armadas, polícias e milícias com prisões e torturas, mas sua força autoritária, aparentemente, penetrou nas relações de trabalho, destituindo o homem da sua condição de cidadania. Com Hannah Arendt (2008), lembramos que a violência, “à diferença do poder, é muda; a violência começa onde termina a fala” (p.331). Na ditadura, a força emudecedora da violência pode ter penetrado na intimidade do brasileiro, impondo seu silenciamento político nas relações de trabalho, condições favoráveis para o aprofundamento e intensificação da dominação e humilhação social.

Consideramos que o período de abertura e o relaxamento da repressão no período de abertura deriva da articulação de uma série de fatores políticos, econômicos e internacionais que possibilitaram o surgimento de uma força coletiva através dos movimentos sociais, sindicais, partidários, as lutas pela saúde pública e

pela redemocratização. Portanto, não pretendemos dizer que todos os brasileiros que foram sujeitados a esta violência tácita nas relações de trabalho tenham silenciado, mas é possível que muitos possam ter sido afetados por essa atmosfera que ainda mostrava-se hostil ao posicionamento político.

Repressão, resistência e criação

No início deste capítulo, foram mencionadas a arte, a estética, a cultura como elementos fundamentais na história de Paulo dentro do seu processo de politização e aprofundamento da crítica ainda antes do golpe. A partir dos anos 1950, o país vivia um florescimento cultural diversificado que acompanhou o crescimento dos movimentos de massa. Florescimento que o golpe de 1964 não teria sido suficiente para estancar, na visão do historiador Marcelo Ridenti (2010). O depoente viveu e foi tocado por essa expansão cultural nos anos do colegial, já em São Paulo. Principalmente cinema, teatro e música transformaram sua maneira de ver e pensar o mundo.

Pode-se dizer que há um certo consenso de que a cultura é um aspecto central da educação e um importante formador social do cidadão. A experiência de Paulo traz a cultura diretamente ligada à expansão de sua visão de mundo. Ouçamos mais uma vez o impacto da cultura em sua formação: *“pela cultura você passa a ter uma ascensão, a cultura te permite isso, você pode [...] abrir a mente”*.

Com o golpe parece haver um abalo nessa atmosfera cultural vivida pelo depoente. Passado o golpe e instaurada a ditadura, o depoente lembra do clima na escola: *“os professores, como a gente, deprimidos. Passou a ter um clima mais contido, um pouquinho mais de cuidado”*. A atmosfera experienciada por Paulo é corroborada pelas memórias do cineasta Cacá Diegues (2014) ao lembrar os dias de *“perplexidade e desorientação”, “vazio e depressão”* depois do golpe.

A experiência de liberdade artística e politizadora no colegial é impactada e o depoente começa identificar as primeiras manifestações do que chama de *“resistência estética”* nas artes nos anos que se seguem ao golpe. Vejamos a narrativa do depoente:

O prazer foi pra música, então começa o teatro, a música de protesto, então isso dá uma unidade, Arena Conta Zumbi. Enfim, começa o Teatro de Arena, então todo mundo vai no teatro de Arena. [...] a retomada que começa a vir agora era mais politizada, as peças eram todas politizadas. Arena eram peças politizadas, Arena Conta Tiradentes¹⁷, o Boal que dava muito o tom ali, não só ele, mas enfim, tudo. Então, começa a haver uma resistência estética, [...] ela [cultura] se fortalece como resistência. Antes, era uma música da alegria, de uma certa euforia pelo país, meio ingênua pelo novo. Com o golpe há uma resistência. [...] resistência negra, heroica, ela vai mais por aí. E os festivais passam a ter essa conotação de passar um recado [...] então fica claro a história de se por contra cada vez mais.

O depoente parece compor sua análise dos acontecimentos culturais da época com certa crítica. O crescimento do Teatro de Arena, as canções de protesto dos festivais, a mudança de tom nas manifestações culturais se mostram para Paulo em uma *unidade* de resistência. Toda resistência é uma resposta a uma força imposta. O impacto do golpe e o início da consolidação da ditadura parecem ter mobilizado as produções artísticas em uma certa unidade manifestando-se contra o poder político vigente. A percepção de Cacá Diegues (2014) sobre esse período posterior ao golpe e antes do AI-5 é de “um tempo paradoxal de pujança cultural, como se estivéssemos tentando conter a tragédia política com a força de um florescimento artístico” (p.193).

Antes do AI-5, a repressão ainda não havia alcançado seu ápice de expansão e manifestações públicas de resistência ainda eram possíveis. Nesses primeiros anos da ditadura, havia uma atmosfera de convencimento de que o regime agiria sob uma certa “legalidade” e Castello Branco – apesar de não ter nada de moderado e ter lançado as bases repressoras que garantiram longevidade à ditadura – ainda construía estratégias para *conquistar corações e mentes* da população (SCHWARCZ, STARLING, 2015; GASPARI, 2014a; CHAGAS, 2014).

O depoente destaca outras formas de produção cultural com caráter de resistência.

Sai o Pasquim com um texto formidável, uma forma enxuta de escrever, direta, humor bem colocado. As tiras do Ziraldo, que era, digamos, mais conservador, mas o Jaguar fantástico com a crítica. E o Henfil. Enfim, o Pasquim era disputado a tapa, chegava na banca e todo mundo lendo o Pasquim, todo mundo. A esquerda depois tenta lançar [jornal] O Movimento, com informações, [...] Mais Estético Versos, que era um pessoal tentando fazer uma visão mais estética. Enfim, a vida por aí, mas debaixo de uma ditadura violenta.

¹⁷ *Arena Conta Tiradentes* (1967), peça de Gianfrancesco Guarnieri e Augusto Boal.

O campo editorial também parece ter sido um caminho significativo de resistência cultural. O editor da revista *Civilização Brasileira*, Ênio Silveira (2014), relembra o surgimento da editora como uma resistência à ditadura.

a coisa surgiu dentro de mim pelo seu lado pessoal: a vontade de não aceitar aquilo. [...] Daí começamos. A *Civilização Brasileira* passou a ser um centro de reação sistemática. [...] Tratava-se, então, de organizar um sistema de reação à ditadura (p.187).

A publicação de livros de esquerda foi o modo de reação empenhado pela editora *Civilização Brasileira*. Com a editora e, a partir de 1965, também com a revista de mesmo nome, Ênio Silveira (2014) assume a resistência editorial como sua causa: “um editor não é mero mercador de livros, não é um açougueiro que enrola a carne em papel; é alguém que procura colocar a causa à frente dos interesses comerciais” (p.190). A “vontade de não aceitar aquilo” se sobrepôs aos interesses comerciais e enfrentou os entraves impostos pela censura e pelo Estado à sua editora.

Com o AI-5, a repressão e a censura praticamente não têm mais limites e as violências e perseguições, prisões e torturas a artistas reinstauram um novo campo muito mais estreito de possibilidades criativas e de manifestação política (VENTURA, 2008; DIEGUES, 2014; CALIRMAN, 2013; RIDENTI, 2010; GASPARI, 2014b)

O relato de Paulo sobre o trabalho no SESC, a partir de 1971, revela como o autoritarismo penetrou na cultura também pela via institucional do trabalho.

Tinha uma censura muito forte no Brasil, [...] tinha que submeter [os projetos] ao conselho, os caras reacionárrissimos... [referência a um membro do conselho ligado ao CCC¹⁸] fascista. [...] O conselho tinha uma certa vaidade, porque a cultura é sacralizada pela elite. [Esse membro] é o homem que promovia a cultura e ele não entendia porcaria nenhuma, mas [cultura] era de bom tom.

Mesmo na ditadura, a cultura não foi negligenciada, contava com um lugar de importância e prestígio para a elite. Esse modo de relação com a arte não é exclusividade do Brasil, tampouco do período da ditadura. A pensadora alemã Hannah Arendt (2007a) observa que “a sociedade começou a monopolizar a ‘cultura’ em função de seus objetivos próprios, tais como posição social e *status*” (p.254). E a classe média europeia fez “uso” da arte como instrumento para progredir socialmente.

¹⁸ Comando de Caça aos Comunistas.

No Brasil da ditadura, apesar da relevância da cultura, a censura e o conservadorismo instalam-se institucionalmente no trabalho com artes, cerceando as condições de possibilidades tanto do trabalhador, quanto de expressão da arte. A aprovação de qualquer projeto de exposição artística no SESC dependia dos olhares reacionários do conselho com membros integrantes do Comando de Caça aos Comunistas, facção anticomunista de extrema direita com características fascistas. Trata-se de outro modo de censura, não exercida diretamente pelo Estado, mas já absorvida e reproduzida pelas instituições, coniventes ou não com o regime.

Um desdobramento (e estratégia?) da censura foi isolar as classes populares do acesso à arte engajada. Heloisa Buarque de Hollanda (2004) observa que, mesmo havendo no Brasil uma hegemonia cultural da esquerda, com o bloqueio às classes populares, essas obras circulavam em um público restrito já “convertido” de intelectuais e estudantes de classe média. A memória de Paulo parece reafirmar essa constatação: *“Então essa efervescência toda que eu estou te contando, ela crescia, mas numa redoma. Nós estávamos cada vez mais fechado”*. O depoente considera ainda que a repressão teria tirado proveito do ciclo de abrangência da cultura restrita a poucos e encontrado novos modos de censura no cinema, por exemplo, com cortes de cenas nos filmes *“ou então começa a ser mais inteligente, e libera em algumas sessões em poucas salas sabendo que vai ser aquela coisa que se auto consome”*.

O depoimento aponta outro desdobramento da censura realizada pelas instituições de divulgação cultural, como o SESC e, provavelmente, também rádios, TVs, centros culturais, revistas e editoras. Essa ação exerce uma espécie de controle e disciplinamento do artista na produção e na postura assumida publicamente.

O problema do artista, o que é? Ele tem que ter público, tem que ter canais, e esses canais são dominados. Não tem jeito. [...] Mas chegava no show e fazia um show profissional, cantava, não fazia discurso. Passou a ganhar confiança. Então não havia repressão porque a repressão já era dada, as músicas que eles cantavam a repressão já tinha sido liberadas lá atrás.

A dominação e controle dos canais de divulgação da arte para o público decreta o tipo de manifestação cultural “desejável” ou possível. O artista, cujas músicas já haviam passado pelo crivo da censura do Estado, para ganhar confiança, não poderia *“fazer discurso”*, dizer o que pensa, vestir-se como deseja ou cantar alguma canção que não estivesse no *script* aceito pelo canal de divulgação.

Em tempos que ainda nem se cogitava um uso mais livre e independente de divulgação cultural, como ocorre hoje na internet, podemos inferir que, muito provavelmente, os artistas estariam profundamente cerceados pelos interesses dominantes do Estado e das instituições que comandavam os canais de divulgação. É possível conceber que a recusa a sujeitar-se a essas regras poderia condenar o artista ao ostracismo e esquecimento do público. Em outras palavras, o artista poderia ter impedido o próprio aparecimento, um sufocamento não apenas do próprio ofício, mas da expressão. Parece incidir um deslocamento forçoso do artista em relação ao seu lugar conhecido de criação, uma espécie de angústia que rompe com a familiaridade e impõe a busca por um outro lugar. O cineasta Cacá Diegues (2014) analisa que, para o artista, essa “angústia entre a necessidade de mudança e a fragmentação do pensamento gerou, em todo o mundo, manifestações culturais novas, entre o final dos anos 1960 e a década seguinte” (p.195).

Prestemos atenção à percepção de Paulo sobre, o que talvez possamos chamar, novos caminhos de criação encontrados por alguns artistas.

Em relação à criação, eu acho que ela passou a ficar, nesse equilíbrio que nós estamos falando, [...] passou a ficar mais adequada, ela não tava panfletária. [...] ela ficou, digamos assim, mais adequada sem ser comportada, porque a arte não pode ser comportada. Ela ficou mais adequada.

A adequação, busca de um equilíbrio na criação da arte, mesmo sem ser comportada, soa-nos como emudecimento da liberdade artística, como modelagem da produção cultural. Para a jornalista e historiadora da arte Cláudia Calirman (2013), esta forma de autocensura acabou por desempenhar um papel fundamental para que os artistas encontrassem as fronteiras do permitido e do proibido. Ao reconhecer que nenhum indivíduo ativo na esfera cultural passou incólume pelas imposições do regime, em seu livro *Arte Brasileira na Ditadura Militar*, a autora entende que cada um desenvolveu seu próprio meio de expressão e reposta. Por esse ponto de vista, a adequação na criação é vista como subterfúgio para criar, como condição imposta a ser driblada pelo talento artístico, a criação se reinventa com *jogo de cintura*. Na entrevista, Paulo parece sustentar visão semelhante e descreve com entusiasmo as saídas encontradas por Aldir Blanc e Hermínio Belo na música .

O Aldir Blanc era inteligente, fazia de uma forma que não fazia discurso político. [...] o Aldir Blanc, as músicas são de uma crítica social impressionante. Mas de uma forma, bela, bonita. E os sujeitos de um lado cordato e inteligentes, então, por exemplo, se preservava a imagem. [...] O Hermínio Belo, deve estar vivo ainda, era muito hábil, letrista, poeta de música popular. Muito hábil, tinha sido amigo dos grandes mestres, e ele entrava nesse meio e sabe o cara o que fazia? Ele entregava ao vaidoso o que ele queria: a vaidade. E ele se prestava a isso. Quer dizer, alguém tem que fazer esse papel de aproximação. Então isso favorecia. Eu acho que sempre tem que ter um agente desse para as coisas andarem, pro artista trabalhar.

Fazer arte no Brasil, para alguns artistas, exigia uma certa dose de autocensura, habilidade para esquivar-se da censura do Estado e dos canais de divulgação e uma parcela de flexibilidade para *dançar conforme a música*. Nos exemplos elencados pelo depoente, fazer música politizada, como forma de resistência, exigia inovar os conhecidos modos de protestar artisticamente, muito visados pela censura.

A habilidade e talento de Aldir Blanc é também reconhecida por Jairo Severiano (2008) quando descreve que na diversidade dos temas explorados em seu repertório, “muitas vezes foi usada uma linguagem metafórica para driblar a censura, Aldir soube sempre encontrar as palavras exatas para as ideias sugeridas pela música de João [Bosco]” (p.432).

Ainda no campo da música popular brasileira, Cacá Diegues (2014) observa a desenvoltura política dos versos de Geraldo Vandré, Caetano Veloso e Chico Buarque. O autor compara o impacto dos acordes de introdução de *Alegria, alegria* de Caetano Veloso, ao impacto que *Terra em transe* no cinema e o *Rei da vela*, no teatro: “soava como portas que se abriam, mesmo que não soubéssemos para onde” (p.195).

O depoente ainda também relembra a produção de Chico Buarque e Gilberto Gil como resistência: “*A música [...] ficou cada vez melhor eu acho. Chico com uma produção fantástica, Gil com uma produção fantástica. Melhor nesse sentido, a resistência muito sutil e boa*”.

É comum encontrar em biografias, textos e documentários sobre Chico Buarque um *cansaço* do músico em relação às músicas de protesto e certa recusa para associar algumas de suas músicas ao período da ditadura (WERNECK, 2006; HOMEM, 2009; ARAÚJO, 2006). Em recente documentário de 2015, chamado *Chico: Artista Brasileiro*, os depoimentos indicam a opinião do compositor sobre algumas de suas músicas criadas no período da ditadura: as canções carregariam um

ranço da repressão e da censura, um certo peso por não nascerem de uma criação livre.

A interferência do autoritarismo da repressão também acometeu a criação em outros campos da arte. Cláudia Calirman (2013) analisa que, nas artes plásticas, devido aos crescentes episódios de censura, a inovação tornou-se uma necessidade, com artistas desenvolvendo meios de expressão mais dissimulados para burlar a censura apropriando-se de táticas de guerrilha urbana, com performances rápidas e intervenções momentâneas fora do circuito de museus e instituições de arte.

De modo geral, as variações da arte – musicais, literárias, visuais, figurativas, performáticas, cinematográficas, teatrais, corporais, arquitetônicas, plásticas e outras derivações – estão atravessadas pelas características estéticas de uma época, de um momento histórico. Em *A origem da Obra de Arte*, o pensador Martin Heidegger (2002), compreende a obra de arte como um *acontecimento ôntico da verdade*¹⁹, nela se desvelam concretamente as remissões de mundo no qual estamos inseridos. De modo que, uma obra de arte criada no período da ditadura, provavelmente, estaria atravessada pelos significados constituintes daquele momento histórico. No caso da arte mais politizada, a violência, repressão, censura, silenciamento e dor atravessariam a criação, seja pelas metáforas, pelo humor, enfim, pelo talento do artista para conseguir expressar a realidade da época.

No entanto, não podemos cair no equívoco de pensar que o período da ditadura e a repressão teriam sido os responsáveis pela produção artística. Calirman (2013) adverte que “seria um absurdo dar qualquer crédito à ditadura como um estímulo à produção artística. Pode-se somente imaginar a riqueza de produção artística que poderia ter florescido no Brasil não fosse o medo da repressão” (p.143). Como a própria autora enfatiza, a criação e talento não são por causa da ditadura, mas a *despeito e apesar* dela.

Conforme o depoente relatou, o campo institucional ligado à cultura estaria atravessado pela censura do Estado e seu desdobramento institucional, tal como no SESC. Conseguir levar um projeto adiante exigia do trabalhador da área habilidades e flexibilidade que se assemelhavam às dos artistas para alcançar êxito *na arte* de fazer a arte vir a público. Ao mesmo tempo, subterfúgios e cuidados eram requisitos

¹⁹ No pensamento de Heidegger a noção de verdade é compreendida em seu sentido grego originário como *alethéia*, isto é, desvelamento, desencobrimento, guardando uma relação com o mostrar-se da coisa, com a aparição.

fundamentais para preservar-se, para não explicitar uma possível tendência pessoal de esquerda dentro do ambiente de trabalho.

O depoente relembra a criação, em São Paulo, do projeto musical *Seis e Meia*, sucesso no Rio de Janeiro e a necessidade de compor com os interesses de autopromoção do SESC.

Estourou o conceito Seis e Meia aqui em São Paulo. [...] Os shows ficavam tão cheios, era um puta de um teatro Vila Nova. Dava imprensa, era isso que eles queriam, TV Cultura fazia filmagem do show. SESC passou a entrar no que ele faz hoje, mas até então, era uma entidade patronal, burocrática e desconhecida. Então passava a ser uma entidade moderna, das artes, a imagem dele hoje.

Do lado da instituição, a cultura não era vista em sua importância para a formação do cidadão, mas utilizada como instrumento de consolidação de uma imagem positiva do SESC e dos comerciantes na sociedade.

E a mídia que não divulgava, passou a divulgar e passou a se servir também dessa imagem. [...] Um marketing social. Usava muito esse termo Marketing Social. Pegava bem pro comerciante. [...] vamos fazer a imagem do “bom comerciante”, a imagem do dadivoso, do mecenas, do mecenato.

Como lembra o depoente, em tempos de censura, para conseguir espaço nos canais de divulgação da cultura, era preciso fazer o jogo da instituição e, muitas vezes, entregar “ao vaidoso o que ele queria: a vaidade”. O depoimento de Paulo indica que para uma parcela dos músicos, o caminho de criação teria sofrido maiores ou menores interferências das políticas do regime. Do mesmo modo como esses artistas e trabalhadores da área artística tiveram que lidar com esses obstáculos para sobreviver, é possível que muitos outros artistas também tenham sofrido com as condições impostas para exercer a própria arte. Podemos conceber que para um artista, os traços de restrição e “seleção” instaurados nas instituições ligadas às artes possam ter impactado psicologicamente muitos representantes da classe com frustração, desânimo, desmotivação, revolta, autodesvalorização do próprio trabalho.

Por outro lado, as respostas às pressões e cobranças feitas aos artistas para defender um posicionamento e fazer uma arte engajada, definitivamente, não foram unânimes. O depoente relembra que, naquele tempo, “começa a haver na estética as divisões”, seja da parte do público como da parte dos artistas.

Muitos artistas achavam que o rígido modelo politicamente engajado proposto pelas esquerdas não era viável, levando-os a outros caminhos. No campo dos artistas plásticos que trabalhavam sob a ditadura, não havia um movimento coeso de grupo e muitos não estavam interessados em meios propagandísticos ou arte de protesto (CALIRMAN, 2013).

Outros, declaradamente assumem a postura de não fazer críticas e não posicionar-se politicamente, optando por “cantar o *Amor*”, como relata Paulo César de Araújo (2006), biógrafo não autorizado de Roberto Carlos. O exemplo do *Rei* é emblemático nessa questão. A escolha apolítica feita por Roberto Carlos, assim como de muitos outros que optaram por fazer música ou arte considerada despolitizada, seria uma escolha meramente alienada? A escolha de muitos artistas por uma suposta “neutralidade” poderia estar permeada, em algum grau, pelo medo das possíveis consequências de se posicionar como perseguição, prisão e tortura? Ou seria conivência com o regime?

No caso de Roberto Carlos, é certo que nos anos 1960 e 1970 ele era considerado o maior sucesso musical do país, escolhido como o ídolo preferido pela grande maioria do povo brasileiro (ARAÚJO, 2006). Diante de tamanho sucesso, estariam em jogo também interesses comerciais e o risco de desagradar parcela do público ao assumir uma posição que não era unanimidade entre a população? O biógrafo destaca as comparações feitas à época entre Roberto Carlos e Chico Buarque como opostos e “aos olhos da geração de 68, Roberto Carlos sempre foi um conservador, representando [...] líderes que não agridem a sociedade, e rebelam-se romanticamente, sem assumir uma atitude crítica” (p.320). Apesar da conivência ou não com o regime, a recusa por assumir uma posição política poderia também estar atravessada por interesses domésticos, individuais.

Voltemos à entrevista de Paulo. O depoimento traz o testemunho de que, sob a censura dos anos da ditadura, alguns artistas tiveram que utilizar de seu talento e habilidade para contornar os atravessamentos e cerceamentos impostos pelo autoritarismo do regime. O saldo, em muitos casos, resultou em obras de excelentíssima qualidade, beleza e sutileza, ainda reconhecidas como tal passados mais de 40 anos. A produção de arte no Brasil não estancou nos anos da ditadura, muito pelo contrário. Tampouco poderíamos afirmar que todos os artistas foram afetados diretamente pelas restrições da censura, já que vários seguiram estilos e

caminhos “neutros” ou coniventes com o regime, não caracterizados como subversivos ou ameaçadores.

Apesar de haver muita beleza estética produzida sob os anos de repressão e censura, é inegável que o processo de criação de *muitas* músicas, películas, exposições, peças de teatro, instalações ou espetáculos não pode ser considerado plenamente livre e que marcas ficam impregnadas em algumas obras. O caminho artístico da adequação, resistência, protesto, propaganda, passividade, panfletagem artística ou alienação não parecem totalmente livres, uma vez que respondem a um contexto específico. É possível pensar que a reação a uma força pode ter impregnado a criatividade e o florescimento da arte para muitos artistas mais ou menos sensíveis ao ambiente político experienciado na ditadura.

Se a obra de arte pode não ser livre na criação, tampouco ela é livre em seus canais de expressão. O artista, a obra de arte e aquele que resguarda a obra necessitam que haja espaço de aparição, de expressão, de exposição para que a arte aconteça. Na experiência do depoente, encontramos alguns canais para expressão da arte e cultura “dominados”, exercendo uma segunda forma de censura, a censura institucionalizada pelo conservadorismo reacionário ou arbitrário daqueles que determinavam quais artistas teriam ou não espaço de divulgação ao público. Mesmo que saibamos que grandes ícones como Roberto Carlos e outros da Jovem Guarda tiveram espaço garantido nos meios de comunicação, é possível que muitos artistas talentosos – que não tivessem habilidade para driblar ou se recusaram-se fazer o jogo das instituições, que discordaram ou afrontaram o regime, que tivessem expressado seu pensamento – é possível que a carreira de muitos destes artistas tenham sido interrompidas ou sepultadas, rejeitadas pelos canais de expressão.

A restrição cultural a alguns artistas poderia ser de tamanha intensidade a ponto de não haver mais alternativas viáveis no país. O historiador Marcelo Ridenti (2010) reforça a ideia de que houve restrição de liberdade na arte ao observar que o meio cultural “sofreu perseguição direta, tanto pela censura (mais branda entre 1964 e 1968, absoluta após essa data), que impedia a livre manifestação das ideias e das artes, como pela repressão física configurada em prisões e torturas. Por um motivo ou outro, muitos artistas viram-se forçados ao exílio” (p.72).

Debrucemo-nos novamente sobre a fala de Paulo a respeito do despertar da sua crítica e enraizamento político durante o colegial depois da vinda para São Paulo:

A coisa vem também pela cultura, bom, os movimento no colegial. Vem o teatro, vem uma utilização do teatro como estímulo, [...] começa a ver Brecht aqui, aquela história de uns professores mais inteligentes, mais sensíveis, que te estimulam mais. [...] E além da questão do teatro, cinema, principalmente, também me chamava muito, [...] me pegou fortemente. Gostava muito [...] e a leitura entra com o cinema, então foi uma abertura imensa essa questão. [...] Entra a música, eu não sabia tocar, mas a música entra com tudo também, esse período era muito fértil, a Arena Conta Zumbi, toda aquela geração da Bossa Nova forte. E isso foi um caldeirão legal.

A cultura se revela ao depoente por caminhos diversos. Incorpora-se em seu cotidiano, abre mundo e transforma seu destino. Para o depoente, *“pela cultura você passa a ter uma ascensão, a cultura te permite isso, você pode [...] abrir a mente”*. A participação na *“imprensa do tipo jornal da escola”* também apresenta um caminho de escrita crítica. A cultura expressa pelo teatro, cinema, música, leitura, escrita exerce um papel definitivo na formação do depoente. O mundo se abre pela estética.

O depoente menciona sua preferência pelo cinema: *“adorava aquilo [...] muito, muito identificado com aquilo”, “era o meu grande forte”*. Paulo relembra a penetração do cinema no cotidiano do cidadão habitante das grande metrópoles nos anos 1960 e 1970: *“o cinema era muito frequentado. Você não tinha essa história da televisão, e o cinema era muito popular também, né? O cinema, por exemplo, as salas ficavam todas no centro, era um acontecimento você ir ao cinema”*. Mais uma vez, o centro da cidade aparece como um lugar da política, onde a cultura acontece. Sua fala indica que, provavelmente, a abrangência e o impacto do cinema na sociedade eram mais amplos do que a experiência pessoal individualizada do depoente. No cinema e em outros âmbitos da arte, Paulo percebe que *“a ditadura começa [...] a fazer censuras”*.

Por mais que a experiência de Paulo com a cultura não pode ser generalizada para todos os brasileiros, do caráter singular de sua memória talvez possamos identificar aspectos plurais relativos à experiência coletiva de muitos brasileiros. É possível que a cultura e as diversas formas de arte possam ter estimulado significativamente muitos outros jovens em formação na década de 1960 a ampliarem seus horizontes psicológicos e políticos. Quando o governo adota uma política de restrição e censura severas no campo cultural, provavelmente, logrou o

estabelecimento – ou tentativa de estabelecer – um ambiente com características mais restritivas ao jovem em formação.

Se para uma parcela dos jovens que tinha maior acesso à cultura (como a classe média) ou eram mais permeáveis ao pensamento crítico, se para estes as manifestações artísticas atravessadas pela reação à censura podem ter sido um novo estímulo, uma convocação ao engajamento político; abre-se margem para pensar que, também, muitos jovens que foram isolados da cultura (como parcela das classes populares) possam ter se desinteressado pela arte, assim como, muitos possam ter sido disciplinados, enquadrados culturalmente nos moldes aceitáveis pelo regime. Ou mesmo talvez, estimulados a absorver a cultura estadunidense, dominante, e a menosprezar a cultura brasileira, associada à subversão comunista.

A censura exercida pelo Estado sobre as artes nos anos da ditadura é uma violência. Uma força que silencia a manifestação artística, isto é, emudece uma voz da cultura de um povo, permitindo a aparição somente daquilo que era de interesse do regime. Uma força exercida sobre a criação, divulgação do trabalho dos artistas, proibição de livros e exibições de filmes, força que desdobra-se em mais uma violência sobre a população. Uma espécie de disciplinamento do brasileiro por meio do cerceamento cultural a que ele poderá ter acesso.

Ousemos emprestar uma reflexão de Simone Weil (1996b) sobre o trabalho operário para pensarmos os desdobramentos da censura na cultura: “Como abolir um mal sem ter percebido com clareza em que ele consiste?” (p.156). A possibilidade de que, durante a ditadura, muitos jovens em formação possam ter negada a oportunidade de serem tocados, sensibilizados, despertados pela arte, significa pensar um *fechamento cultural* para muitos dessa geração, um fechamento que impede mesmo a possibilidade de alguns perceberem tal fechamento e não questioná-lo.

O depoimento de Paulo leva-nos a crer que o ambiente restritivo instaurado pela violência cultural do regime possa ter moldado a subjetividade, os modos de ser, a crítica e a politização de muitos cidadãos. É possível que o impacto destas ações repressivas no cotidiano do brasileiro possa ter sido um dos elementos centrais para que parte significativa de uma geração de brasileiros não tenha interesse pela leitura, não frequente teatros, exposições, museus, cinemas de arte.

A censura e a repressão aos artistas e canais de divulgação da cultura levam a crer que a ditadura teria contribuído para o estabelecimento de um ambiente cotidiano favorável ao desenvolvimento de uma sociedade com características de sociedade de

massas. Atentemo-nos à descrição de Hannah Arendt (2007a): “A sociedade de massas, ao contrário, não precisa de cultura, mas de diversão, e os produtos oferecidos pela indústria de diversões são com efeito consumidos pela sociedade exatamente como quaisquer outros bens de consumo” (p.257). No Brasil, esse ambiente teria sido favorável a uma geração marcada por uma maioria ligada, prioritariamente, ao consumo do entretenimento televisivo, às novelas de TV, revistas sobre a vida de celebridades e cinema destinados somente ao entretenimento e consumo, derivado dos moldes exportados por Hollywood. E, talvez, o que seria mais grave, uma geração com muitos que desconhecem a possibilidade de questionamento das próprias preferências.

Solidariedade sob o medo

Do risco, medo, opressão, pode nascer a solidariedade. As memórias de Paulo mostram situações em que a força para continuar, para sobreviver e não sucumbir vieram do prazer de estar com os outros, do *Eros*, da solidariedade que trouxe vida em meio ao deserto. O mútuo apoio que lembrava que cada um não estava sozinho em meio a turbulência.

O depoente relembra o impacto do clima de opressão sentido por uma geração.

Eu acho que na nossa geração, o medo era tão grande que permitiu essa junção. A sobrevivência faz com que você tenha essa procura da unidade. Primeiro, como uma autodefesa, no sentido da sobrevivência pessoal. Segundo, pela sobrevivência psicológica.

[...]

E tem uma história da geração que eu não vejo hoje: a solidariedade era fundamental para a sobrevivência. Você não pode viver no meio disso se não tem confiança, e se você não divide o que tem. E no nível afetivo, a relação fica mais profunda, mais intensa, menos superficial. Então era normal viver nas repúblicas, alugava-se uma casa e moravam 10, 15. As regras da casa sempre democráticas, discutia-se tudo.

O medo revela a fragilidade do existir em meio a uma ditadura. A dimensão e a força do inimigo não permitem a sobrevivência isoladamente. A necessidade de sobrevivência em uma atmosfera inóspita àqueles que ousaram ser críticos ao *status quo* convocava o cidadão à união. A autodefesa, autopreservação em meio à opressão são fortalecidos coletivamente. Os jovens que desejavam ou lutavam por uma

sociedade democrática e justa buscavam viver essa dimensão em suas vidas. As repúblicas, as comunidades, a vida partilhada: “*a solidariedade era fundamental para a sobrevivência*”. Em meio à austeridade, a afinidade e o afeto unem os cidadãos.

O depoente estabelece um paralelo, com semelhanças e diferenças, entre sua experiência com a solidariedade e a dos operários.

E o que acontece com o operário? A solidariedade deles é imensa pela sobrevivência, não é o medo. Então, [...] se você fosse morar na periferia, não é possível alguém passar fome no meio deles. De onde vem esse valor? Esse valor talvez da religião, mas não, o cristianismo na época era muito intenso, mas não. [...] Se tem alguém desempregado, é problema nosso. A comunidade tinha relações muito profundas. Ficou doente? Quebra-se um galho. [...] Então isso é sobrevivência.

Esta solidariedade descrita distancia-se de uma resistência à ditadura e liga-se antes à condição de classe do operário. A solidariedade parece ser um valor humano, fortalecido em meio a escassez. Traz uma noção de comunidade em que cada um é afetado pelo que afeta o outro. A fome do outro é a minha fome, a dificuldade do outro é também a minha dificuldade: “*Se tem alguém desempregado, é problema nosso*”. A parceria, a coletividade, o compartilhamento daqueles que têm mais com aqueles que vivem a falta. Para a sobrevivência, o operário parece ter construído um valor na coexistência entre os pares, parceiros de um mesmo destino. Agnes Heller (2008) nos ensina que os valores são expressão e resultante de relações e situações sociais, portanto, não são desatrelados à atividade dos homens e o “*decurso da história é o processo de construção dos valores, ou da degenerescência e ocaso desse ou daquele valor*” (p.14). A solidariedade do operário parece ter sido construída, não (só) pelo medo, mas por décadas de exploração e opressão a uma classe de trabalhadores. Situação agravada pela ditadura, mas não inaugurada pelo regime.

Paulo relembra aspectos que impulsionavam a mobilização coletiva em seu meio.

Primeiro o medo, quer dizer, você tem um inimigo externo você se junta até para a defesa, isso me parece um pouco. Mas tem também uma coisa do que faz um indivíduo querer uma mudança social, podendo se acomodar? É só para jovem que acontece isso. Jovem tem uma coisa legal ali, ele quer mudar, tem um instinto de melhoria, pelo menos na minha época tinha. [...] Hoje eu tenho uma dúvida disso aí, eu vejo o pessoal muito conservador, muito individualista. Mas tinha uma ideia de que só é bom quando estamos juntos, [...] tinha a turma que ia fazer a revolução, ia mudar o mundo, um idealismo que tinha um quê de messiânico, até às vezes sem muita crítica.

O medo, a vontade de mudança, a energia jovem que impulsiona transformações. A mudança não é individual. Uma mudança social não ocorre pela ação de um, mas no coletivo encontra forças para enfrentar um *inimigo externo*. Paulo descreve um contexto, delineado pelo momento político e econômico do país. Um contexto social caracterizado por traços de perigo, de desacomodação, de insatisfação. Esse ambiente parece contribuir para o desabrochar da solidariedade, da busca da “salvação” na presença do outro. A presença do outro é aquilo que impede a acomodação e mobiliza forças para *mudar o mundo*. A fala do depoente soa com leve tom de melancolia ao referir-se ao individualismo que identifica nas gerações atuais, que parecem não mobilizar-se por interesses coletivos, mas apenas àquilo ligado aos interesses pessoais.

O depoente relembra que o período turbulento da ditadura convocava um certo espírito de corpo, uma parceria que poder experienciar na faculdade.

Do ponto de vista intelectual era muito interessante, porque [...] havia um espírito de corpo que hoje não tem. Vamos dizer assim, solidariedade no câncer. Estávamos juntos e estudávamos bastante, era muito agradável o estudo, a situação era muito ruim.

Em meio a uma *situação muito ruim*, o companheirismo nos estudos se torna um prazer. O espírito de corpo invade o cotidiano daqueles que identificam o momento político do país como um problema. A sensação de estar bem por estar junto, o prazer da presença do outro, extrapola o âmbito dos estudos. O que nos resta é a nós mesmos. A *solidariedade no câncer* coloca todos no mesmo tom, o grupo em uma mesma direção, na mesma luta, a *coragem* de um mesmo *coração*. O prazer vinha por estar com o outro.

A gente vivia o prazer das pequenas coisas intensamente e sempre em grupo. Tinha essa ideia que você tinha que curtir com os outros. Tinha esse sentimento de estar junto. Era muito ruim curtir sozinho, sozinho não tinha graça.

A aridez de uma época opressora, o medo, a incerteza do agora. O tempo parece encurtar-se. O prazer é extraído das pequenas coisas, do companheirismo, da presença do outro. A valorização da vida e do estar junto. Em um ambiente de poucas certezas, risco, muita insatisfação, o alento parece vir da própria sensação de saber

que *agora* se está vivo. No contato com o outro, me deparo com minha própria existência. O outro é aquele que mostra que estou ali, é aquele que revela minha presença. A necessidade do outro para própria celebração do *estar vivo* intensifica as relações, aproxima em um movimento de alimentação mútua.

Nós fomos uma geração com um estar alerta sempre, com uma visão, [...] um amor à vida um pouco maior. Porque parece que o tempo é curto ou o risco é intenso, e as relações mais profundas. Pelo bem e pelo mal, dependência, mas [relações] ficam mais profundas.

[...]Nada como o afeto para apagar o trauma, para te deixar inteiro, nada como o afeto para você ter a vontade de descobrir, para se ter vontade de ver mais. Afeto era muito presente.

[...]Mas o que leva isso? Levava nessa estrutura neurótica – o medo que te envolve – à intensificação da necessidade do outro, que é um problema. Uma dependência muito grande. Uma paixão preocupante, possessiva, às vezes. Bom, o medo levava a uma situação de união maior, te permitia isso.

O afeto também pode intensificar e aprofundar as relações, aproximar um do outro. O risco, a ameaça, o perigo valoriza a vida e a necessidade de vivê-la. Estar alerta para o que pode acontecer, a tensão do inesperado, convida a olhar para o *agora*. O afeto pode entrelaçar as relações, amenizar a dor e o medo, afagar os corações sofridos de um tempo áspero. A co-dependência do afeto um do outro, a parceria na dor e no alívio, a coragem vinda da união e da proximidade. A sobrevivência no cotidiano vem da fronteira entre um e outro. O outro se torna um vício que nos retira momentaneamente da realidade. A paixão que ajuda apagar o trauma é também a paixão que toma posse, que sofre, que preocupa. A simples presença do outro é insuficiente para suprir toda a tensão vivida no período da ditadura. A exacerbação dos afetos tornava-se um intenso gesto de compensação.

O ser humano, o que ele procura? É algum gesto de compensação, o prazer. Era tanta carência que você sorvia mais o prato. Então, em música, a gente adorava um show, era assim: as coisas tinham mais o sentido. O Eros era muito forte, o sentimento do Eros. É uma lembrança boa, do tipo: a gente tinha uma carência tamanha, que o que vinha era muito bem-vindo, a gente sorvia com muito prazer.

A compensação do sofrimento, a busca do prazer e afeto para suprir a dor. A carência torna os pequenos gestos mais intensos, o aproveitamento da mínimas coisas até o limite. O prazer no limite, a música, o sexo, a liberação em um período no qual a turbulência do regime deixava poucos lugares para se agarrar, escorar, dar vazão. A

satisfação que necessita somente do outro, dos corpos afetivos, que não exige nada mais que o mundo possa retirar.

O depoente lembra a tensão do período: *“essa questão do medo, a solidariedade e o medo são complementares”*. A força de difusão das ações repressivas, a falta de esperança com um regime que mostrava que não ia sair do poder tão cedo, um “milagre econômico” apenas para alguns às custas do sacrifício da maioria, a censura, a arte interrompida. Os anos da ditadura parecem ter contribuído para a escassez de possibilidades de aparição para todos, para a desertificação da vida em sociedade, para a falta de esperança.

O cotidiano do cidadão, atravessado pelos traços do medo, incerteza, insatisfação, desesperança parece ter favorecido, para alguns, a construção de valores de solidariedade, de vivência partilhada, da busca de apoio nos iguais, naqueles que sofrem a mesma dor, compreendem seu lugar no mundo. O ambiente de tensão e risco parece ter instituído um clima propício de coletividade, companheirismo. A coragem e o prazer encontrados no coletivo, na união do grupo, no corpo, nos afetos que se extrapolam. A identificação com o outro na presença solidária: a ligação afetiva afirma a segurança mínima de não estar sozinho à deriva no barco em meio à tempestade. O temporal torna-se mais suportável quando não se está sozinho. O depoente opina que estes valores parecem ter perdido espaço para o individualismo e não são mais identificados nas gerações de hoje em dia.

Análise da entrevista com Ivan

Rio de Janeiro, 2014.

A entrevista foi realizada no apartamento do depoente na cidade do Rio de Janeiro. Na época, o depoente estava com 83 anos de idade e sua esposa acompanhou a entrevista, fazendo algumas intervenções e complementando falas ao longo do relato. Por sugestão do próprio Ivan, seu depoimento foi complementado com informações de seu livro de memórias *O Golpe Militar e Civil de 64 – 40 anos depois* (PROENÇA, 2013) e seus depoimentos nos filmes documentários *Militares da Democracia*, de Silvio Tendler (2014), e *O Dia que Durou 21 Anos*, de Camilo Tavares (2012).

Ainda criança, iniciou sua vida dedicada às Forças Armadas: “*Eu entrei com 10 para 11 anos de idade no Colégio Militar, eu não fui da vida civil. Do Colégio Militar, fui pra AMAN²⁰. Da AMAN para a tropa e depois para o Regimento Presidencial, o Dragões da Independência*”. Em 1964, Ivan era Capitão do Regimento Presidencial Dragões da Independência. Foi exonerado do seu cargo por ter se recusado a apoiar o golpe e por ter defendido estudantes que “*seriam metralhados*”, em um episódio conhecido como CACO²¹. Fora da carreira militar, o depoente reconstruiu sua vida como professor e escritor. Formou-se em letras pela UERJ e, ao longo dos 21 anos da ditadura, foi perseguido pelo regime, buscando novos empregos a cada vez que era demitido por imposição da repressão. Somente depois do fim da ditadura pode assumir o concurso que tinha sido aprovado anos antes e impedido de tomar posse.

Ao contrário da maioria dos colegas de Ivan que também foram exonerados após o golpe, o depoente seguiu uma carreira intelectual nas letras. O depoente considera que ter visão crítica e humanista não é uma regra entre os oficiais e reconhece que seus interesses não são padrão entre os militares. Ao ser questionado sobre o que teria feito a diferença em seu percurso, respondeu:

Talvez o Colégio Militar, porque o Colégio Militar não é igual ao preparatório de cadetes. Ele te dá uma formação humanística muito boa. Tanto que o aluno do colégio militar vai para diferentes carreiras, são médicos, engenheiros. [...]

²⁰ Academia Militar das Agulhas Negras, localizada em Rezende, RJ.

²¹ Centro Acadêmico Cândido Oliveira, da Faculdade de Direito da UFRJ.

E meu pai também que era intelectual, tinha uma biblioteca imensa eu lia muito, estudava muito. Meu pai professor, catedrático, [...] foi quem levou literatura para a AMAN. E então meu pai e a formação do Colégio Militar, [...] mas mesmo assim ele prepara você para a vida civil também.

O depoente ingressa na carreira militar influenciado pelo pai – intelectual, professor e general com mais afinidade pelas áreas humanas – e pelo colégio militar, considerado por ele como uma escola que “*prepara para a vida civil*”. Por esse motivo, reconhece que muitos colegas do colégio militar, ao entrar para AMAN são “*descriminados ou tratados como paisano*”. Ao longo do depoimento, tece críticas à formação militar tradicional que exclui as áreas humanas, fazendo com que a capacidade de pensar criticamente seja prejudicada.

Apesar da rigorosa perseguição sofrida ao longo dos vinte e um anos do regime, Ivan não militou em nenhum grupo organizado de oposição. Considera que sua participação na política resume-se a ter se filiado ao PDT (Partido Democrático Trabalhista) após sua fundação e a ocupação de dois cargos no governo de Leonel Brizola, no Rio de Janeiro.

Seu depoimento se destaca por manter grande similaridade com o texto do livro e falas nos documentários. A repetição pode trazer a impressão inicial de certa formatação no discurso, no entanto, é possível extrair de sua fala traços psicossociais significativos presentes no cotidiano do brasileiro nos anos do regime. Alguns traços que, agravados nos anos da ditadura, alimentaram ramas persistentes também na redemocratização.

Percepção do golpe

Além de filho de general, o depoente fez toda sua formação no Colégio Militar. Quando o golpe aconteceu em 1964, Ivan fazia parte do *Regimento Presidencial Dragões da Independência*, destinado à proteção das instalações presidenciais. Sua *consciência crítica e política* anterior, assim como seu trabalho junto à guarda presidencial permitiram acompanhar de perto as movimentações golpistas nas Forças Armadas. No entanto, a percepção do depoente é de que o conhecimento sobre o golpe não era amplo na população.

O cidadão civil não. De jeito nenhum, não havia esse movimento. Bom, havia o pessoal mais politizado e esses sabiam que estava em andamento sim e observavam isso, mas isso os mais politizados. Mas o povo não participa, quando eles dizem que foi uma revolução atendendo ao povo, o povo absolutamente não tinha nenhuma posição sociopolítica definida, nada, uma bobagem. Agora a classe média sim se sensibilizou com o IPES/IBAD, os órgãos de propaganda do golpe, financiados pelos grandes poderes econômicos nossos e pelos dólares. [...] E a igreja do Sudeste, ao contrário da do Nordeste, ela é uma igreja colaboracionista, doidamente anticomunista, um negócio de ver comunismo em tudo que é coisa.

A percepção da proximidade do golpe parecia ser mais nítida por aqueles mais politizados, que acompanhavam criticamente os acontecimentos do país, enquanto a maioria mantinha-se alheia ao que se passava. Na percepção do depoente, o segmento da classe média teria sido mais suscetível e influenciado pela enxurrada de propaganda anticomunista no período pré-golpe. A classe média brasileira, acostumada a privilégios e temerosa com as propostas de reformas de bases de cunho popular do governo João Goulart, talvez pudesse sentir-se ameaçada com mudanças que interferissem nas regalias que os diferenciava das classes populares.

No meio militar, a expectativa do golpe parecia não manifestar-se de modo muito diferente. Enquanto alguns poucos posicionaram-se contra o golpe, uma grande massa permaneceu alheia e a cúpula militar colocou-se a favor.

E os militares – um grupo de militares – entendiam que essas reformas eram necessárias. Os outros, a grande maioria, não tomavam conhecimento por total falta de informação. As guarnições militares estão nos lugares mais remotos do Brasil, o Brasil é muito grande. A maioria nem sabia como andava, como não andava. Então isso favoreceu também a questão do golpe, quer dizer, eles tomaram conta de guarnições afastadas dos grandes centros: “Pronto, militar tomou conta. É gente nossa, então tá tudo bem.” Mas havia um grupo de militares bastante conscientizados, havia sim, um grupo pequeno que estava com o governo, [...] apoiando as propostas do Jango de reformas políticas, sociais e agrária, havia um grupo pequeno conscientizado. O restante vai na onda.

Para essa “grande maioria”, que não tomava conhecimento por falta de informação e ia “na onda”, parece que o sentimento corporativo ou de pertença ao grupo dominante supre a falta de conscientização. Por outro lado, um grupo de militares politizados percebia as investidas golpistas e o clima que se passava no país. O depoente rememora o dia do golpe e se dizia pronto para o enfrentamento.

Eu estava ali. Eu era o capitão do regimento presidencial, que é Dragões da Independência que hoje está em Brasília. E na manhã do dia primeiro, quer dizer, o golpe já vinha sendo trabalhado, a gente sabia disso no meu regimento, e nós

estávamos preparados. Inclusive a esquadrilha de caça do Rui Moreira Lima, [...] alguns núcleos das Forças Armadas, estávamos preparados pra enfrentar o golpe, isso não há dúvida nenhuma e esse golpe não ia vingar.

[...]

Nós já sabíamos que a tropa de Juiz de Fora estava acampada, ou acantonada, ali no Maracanã, porque os sargentos vieram procurar o sub-comandante do regimento [...] pra dizer que não iam apoiar a intervenção da tropa pra derrubar o governo. Quer dizer, os sargentos estavam de posse da munição, estavam dispostos a não acompanhar o comando deles. [...] era vulnerável essa questão da tropa que veio de Juiz de Fora pra dar o golpe, pra derrubar.

O golpe não foi uma surpresa no meio militar. No regimento do depoente, já era sabido que o golpe vinha sendo trabalhado e estavam preparados para o enfrentamento. A falta de apoio dos próprios sargentos das tropas do general Olympio Mourão Filho, vindas de Juiz de Fora, revelava relativa fragilidade do destacamento e trazia a impressão de que o golpe seria fadado à derrota. A percepção do depoente parece concordar com a visão de Jacob Gorender (2014b) de que “é uma ideia falsa a de que os golpistas estivessem fortemente articulados. Pelo contrário, a articulação era frouxa e havia muita desconexão” (p.137). O depoente lembra haver sargentos armados dispostos a não seguir as ordens do seu regimento e outros militares prontos para resistir e enfrentar as tropas golpistas. Do lado daqueles que não apoiavam o golpe, parecia haver disposição para enfrentamento, para lutar contra um golpe que não era unanimidade. Apesar deste quadro às vésperas do golpe, o depoente enfatiza a importância do papel da hierarquia na organização das relações militares, um aspecto que contribuiu para a consolidação do golpe.

Na sondagem que o comando fez de quais oficiais estavam à favor ou contra o golpe, a grande maioria não se manifestou. Em cima do muro, a velha história do muro, porque tem a coisa da hierarquia também, que é uma obsessão no meio militar e é um dos sustentáculos da nossa vida militar. Mas eu me manifestei dizendo que era contra o golpe, que o nosso juramento era de lealdade à ordem constituída e ao poder constituído legalmente, e eu era contra, eu e mais dois.

No regimento, apenas três manifestam-se contra o golpe. A maioria não se posiciona. A hierarquia nas relações militares mostra-se como um fator essencial para compreender a facilidade com que o golpe foi consolidado, sem resistências e sem enfrentamento: “Foi um golpe muito fácil [...]. Não houve reação no dia primeiro de abril, que é o dia do golpe”. Essa maioria “em cima do muro” torna-se um contingente importante de manobra, aguardando uma ordem hierárquica para definir seu posicionamento.

Aprendemos com Hannah Arendt (2007b) que a autoridade sempre exige obediência. A autoridade exclui os meios de coerção e é incompatível com a persuasão, que pressupõe igualdade e argumentação.

A relação autoritária entre o que manda e o que obedece não se assenta nem na razão comum nem no poder do que manda; o que eles possuem em comum é a própria hierarquia, cujo direito e legitimidade ambos reconhecem e na qual ambos têm seu lugar estável predeterminado (p.129).

Dentro da hierarquia militar, esse contingente que permaneceu em cima do muro parece refletir menos uma falta de opinião pessoal e mais uma subordinação a uma ordem superior, a um direcionamento do comandante. A falta de manifestação dos oficiais sugere haver um certo impedimento imposto aos subalternos estabelecido pelas relações hierárquicas das Forças Armadas. No contexto do golpe, a opinião do depoente parece indicar *a falta de comando* foi algo que pesou para o sucesso do golpe.

O Presidente da República é o comandante das Forças Armadas. Pela Constituição, ele que é o Comandante. O comandante abdicou, faltou [...] iniciativa de algum General, algum oficial de alto posto, assumir o comando e enfrentar o golpe. É uma coisa assim quase que inexplicável para o mundo civil entender essa coisa da hierarquia, mas é! [...] E a oficialidade mais jovem, que não é de Comando, não é de Coronel, essa segue. [...] a hierarquia é um negócio. [...]

E na verdade ninguém tomou iniciativa, nós tínhamos plenas condições de evitar esse golpe. Eu acredito até que não haveria confronto, eles desistiriam do golpe como desistiram em 61. E é aquela história: não derramou sangue por 24 horas, mas derramou sangue por 21 anos. E acho que nem haveria [...] confronto assim, mas faltou. Então na verdade atribuo a essa questão da hierarquia, da disciplina, da questão do comando público. O Comandante desistiu, que é o Presidente da República, entendeu?

O vazio deixado pelo abandono do comandante. O presidente abdica seu comando, deixa seus subordinados sem direcionamento. Subordinados que, sem uma ordem superior, permanecem “*em cima do muro*” até a próxima ordem. Os militares, mesmo com “*plenas condições de evitar o golpe*”, ficam inertes aguardando uma liderança. Jacob Gorender (2014b) entende que a facção dos militares mais democrática e a favor das reformas de base mostrou-se mais fraca, “incapaz de resistir durante o golpe, e se deixou comandar por João Goulart, que não queria luta e evitou dar qualquer ordem de combate” (p.139). A falta de iniciativa de algum general ou oficial de alto posto para o enfrentamento deixa o regimento sem ação ou

praticamente livre para apoiar o golpe. O enfrentamento não acontece, o golpe estava dado.

Nelson Werneck Sodré (2014) considera que o golpe não foi vencido apenas no 1º de abril, mas foi antes amparado por uma burguesia interessada em resguardar seus privilégios. Para o autor, seria possível evitar o golpe se realmente nossas instituições fossem democráticas e sólidas. Jacob Gorender (2014b) entende que o golpe tornou-se inevitável na conjuntura de dois ou três meses que o antecederam. E poderia ter sido evitado se a esquerda tivesse uma unidade e poderio para intimidar a direita, o que não ocorreu.

Há poucos anos atrás o governo norte-americano liberou documentos e gravações²², após perda do caráter de confidencialidade pelo tempo, que comprovam a disponibilidade dos EUA para uma intervenção militar no Brasil com intuito de evitar a *instauração de um governo comunista* (GASPARI, 2014; TAVARES, 2014; TAVARES, C., 2012). O conhecimento e participação dos Estados Unidos no golpe militar ficaram comprovados por documentos do arquivo público estadunidense sobre a operação *Brother Sam*. A operação consistia no deslocamento de uma frota de navios e porta-aviões para a costa brasileira que estaria pronta a intervir, caso houvesse resistência militar para o golpe (TAVARES, 2014; COGGIOLA, 2001, MORAES, 2014).

O depoente revela que na época, era sabido pelos militares que havia um deslocamento de uma esquadra dos EUA a caminho da costa brasileira. A confiança do depoente de que o golpe poderia ser evitado parece sustentar-se na impressão de que a operação *Brother Sam* teria uma função mais de intimidação da resistência.

Era, era a esquadra que estava aqui. Tinha um poder bem acentuado. Mas também acho que uma esquadra americana, [...] tomar conta do Brasil? [...] mas eu acho que era uma coisa muito de intimidação também. [...] Nós sabíamos que havia uma esquadrilha, mas pra nós, pra mim e para os outros oficiais companheiros eles estavam ali – porque eles diziam que era um exercício naval, uma manobra naval –, a gente achava que não era uma manobra naval, mas também era uma intimidação mais no sentido psicológico.

A percepção era de que a esquadra norte americana seria para intimidar a resistência. João Quartim de Moraes (2014) pondera que talvez a notícia da esquadra

²² A gravação da reunião entre John Kennedy e Lincoln Gordon no dia 07/10/1963 pode ser acessada no original <<http://www.jfklibrary.org/Asset-Viewer/Archives/JFKPOF-MTG-114-A50c.aspx>> ou <<http://arquivosdaditadura.com.br/documento/multimedia/pouco-antes-seu-assassinato-kennedy>>.

fosse mais para estimular os golpistas e menos intimidar os golpeados. Os documentos revelam grande poder de fogo da esquadra. Se considerarmos que, no contexto da Guerra Fria, os EUA “jamais admitiriam que no Brasil se instaurasse um regime de esquerda, mesmo não sendo socialista” (GORENDER, 2014b, p.136); somado a posterior participação ativa dos EUA no golpe do Chile em 1973; podemos imaginar que, caso fosse necessário, a esquadra poderia entrar em ação, provocando grandes danos.

A ausência de resistência, a derrota sem luta, talvez tenha contribuído com a sensação de que o golpe poderia ser evitado. A impressão parece conservar-se no imaginário do depoente e, possivelmente, de colegas que assumiram oposição ao golpe: *“Não derramou sangue por 24 horas, mas derramou sangue por 21 anos”*. Ter sucumbido às investidas golpistas sem que houvesse resistência mantém em aberto a dúvida se o derramamento de sangue ao longo de vinte e um anos poderia ou não ser evitado. É possível que essa incerteza seja vivida por oficiais opositores e vítimas que sofreram durante a ditadura com sentimento de frustração, arrependimento, melancolia. A formação do militar é dedicada ao enfrentamento, ao combate, à luta. Ver-se derrotado por desistir do enfrentamento ou ser impedido de empenhá-lo, possivelmente, deve ser uma experiência difícil de ser elaborada para um combatente. Para os poucos militares que se posicionaram contra o golpe – e sofreram severas consequências por sua insurreição – é possível que o abalo psicológico de ser vencido sem lutar seja ainda maior, difícil de superar mesmo com o passar dos anos.

Resistência e perseguição

O dia do golpe nunca mais seria esquecido pelo depoente. A decisão tomada por Ivan na manhã de 01 de abril de 1964 resultou em sua cassação e vinte e um anos de intensa perseguição pelas forças repressivas, marcando definitivamente os rumos da sua vida. O depoente é reconhecido em meios ligados aos direitos humanos pelo seu protagonismo na defesa de estudantes cercados no centro acadêmico da universidade de direito da UFRJ no dia do golpe, episódio conhecido como CACO. Por sua ação, foi preso, cassado e perseguido até o fim da ditadura.

O depoente rememora o episódio CACO, que considera diferenciá-lo dos colegas que se opuseram ao golpe.

Meu caso foi diferente porque quando eu cheguei lá para o CACO, quando eu cheguei lá os caras estavam armados realmente: metralhadora, revólver, várias Kombis com esses grupos paramilitares apontando as armas para a porta da faculdade. E já tinham jogado gás lacrimogêneo lá dentro. Quando eles fugiram – porque eu tinha maior poder de fogo – nós arrombamos a porta e entramos, tinha estudantes caídos nas escadas. [...] Era uma cena dantesca que eu não esqueço, era horrível. Então o enfrentamento ali no meu caso, esse enfrentamento dessa gente me deixou diferente dos outros, de muitos. Porque os outros se manifestaram contra o golpe, foram pessoas dignas que foram cassados, presos por serem contra. Mas não houve um episódio desse tipo, porque na verdade foi um golpe em que não houve enfrentamentos assim. [...] Quer dizer, pessoas dignas que se não aceitaram o golpe foram presas e cassadas.

Ter protagonizado um dos poucos episódios de enfrentamento no dia do golpe diferenciaria o depoente dos outros oficiais que somente se manifestaram contrários. Para todos estes, opor-se ao golpe significou arcar com as consequências de ser preso e futuramente cassado. O caso de Ivan incluía o enfrentamento, além da oposição. A história contada²³ e recontada dezenas de vezes pelo depoente ao longo de mais de 50 anos enfatiza ter feito uma escolha consciente. Considera o episódio CACO circunstancial e, como oficial do exército, cumpria sua função de *salvar vidas*: “O episódio foi de enfrentamento, mas foi pra salvar vidas, foi no momento, né?”. Na opinião de Ivan, a característica de enfrentamento no CACO teria tornado sua situação mais grave que a de outros militares que também não apoiaram o golpe. O enfrentamento afetaria sua carreira: “*Ia ser promovido a major no segundo semestre. Então eu já era antigo, capitão antigo*”. Ao retornar ao Palácio para assumir seu comando foi preso, posteriormente, cassado e perseguido até o fim da ditadura. A prisão inesperada marcou o início do tom a ser adotado em breve pelo regime com os militares opositores.

O golpe nos surpreendeu em relação a essa coisa da consequência. Nós não esperávamos que fosse tão brutal e arbitrária dessa maneira. Isso realmente me surpreendeu, porque eu fiquei preso e [...] só saí uma vez porque me chamaram pra uma reunião com os Generais. No fim foram quatro Generais me dando uma oportunidade de continuar [...] Me transfeririam pra lá [Campo Grande], ficar numa função meio burocrática, que não incomode, “E o senhor prometa que não se manifestará contra o golpe”. Aí não chamaram de golpe não, chamaram de

²³ O episódio é narrado em muitas aparições do depoente em mídias diversas, como em seu livro, nos documentários *Militares da Democracia* e *O dia que durou 21 anos* e em depoimentos diversos acessíveis em sítios da internet <<http://quemtemmedodademocracia.com/2011/10/26/ivan-proenca-ex-capitao-do-regimento-presidencial-de-jango-concede-entrevista-especial-para-o-qtmd/>>.

Movimento Revolucionário Democrático. E eu disse não, absolutamente não há acordo.

A surpresa com sua prisão e o enrijecimento dos militares. A proposta de se redimir e silenciar para continuar no exército não foi aceita pelo depoente. A permanência na corporação implicaria a aceitação e concordância com os rumos do golpe. A proposta dos generais ao depoente parece revelar as mudanças sobre os limites aceitos dentro da instituição militar dali para frente.

Os que tinham mais consciência política foram todos presos, cassados e punidos. Os outros que estavam aguardando, digamos assim, seguiram o rumo do golpe instaurado. E também dentro de um processo hierárquico, um processo disciplinar que caracteriza, seguiram, acompanharam, né? Até colegas de regimento com ideias ou menos atrasados, ou mais evoluídos, ficaram bem comportados e seguiram nas suas carreiras.

Seguir sua carreira de modo *comportado* não foi a opção do depoente. Com o golpe, a corporação não aceitaria mais diversidades de opinião. A escolha do caminho a seguir deixava claro o preço a ser pago: a oposição ao golpe para aqueles com consciência política significaria punições e cassação; a escolha por não posicionar-se implicaria fazer parte da massa militar e seguir acriticamente a insígnia golpista; e, por fim, a escolha pela manutenção da carreira implicaria sujeitar-se ao silenciamento das próprias ideias, assumir uma postura *comportada* e acatar os rumos determinados pela cúpula militar. A característica própria do ambiente militar – atravessado pelo traço rigoroso do controle, disciplina e punição, intensificados após o golpe – sugere um ambiente favorável a certo isolamento, silenciamento, autocensura daqueles que, mesmo opondo-se ao golpe, decidiram permanecer e *comportar-se* na carreira que já seguiam. O depoente parece compreender, porém discordar dos colegas de regimento que fizeram a última opção. Na prisão, Ivan sustentou sua postura contrária ao golpe, ainda sem clareza sobre os impactos que teria sua escolha.

Quando eu fui libertado e ainda não cassado, [...] eu vi e senti tudo que estava acontecendo, o que aconteceria eu soube também direto. E ali sim, essa surpresa se agravou. Quer dizer, de repente você perde uma carreira, você perde uma história de vida dedicada às Forças Armadas.

Ao se apropriar de sua nova condição, em breve Ivan teria que encontrar um caminho para reconstruir sua vida. É possível imaginar o impacto sobre alguém que teve toda sua vida dedicada a uma carreira e, em pouco tempo, é impedido de exercer

a única função para a qual se preparou desde a infância até aquele momento. Para o depoente, o impacto da perda da carreira militar parece parcialmente amenizado por já ter proximidade com os estudos e experiência dando aula: *“Eu tinha [outras possibilidades] porque eu já era ligado ao estudo, [...] já dava aula para oficiais que iam fazer prova para o Estado Maior, colégio, já escrevia muito nas revistas militares, então eu já tinha naturalmente isso”*. Diferentemente de Ivan, outros militares que ousaram manifestar opinião contrária ao golpe – e sofreram consequências semelhantes – pareciam menos preparados para encarar uma vida nova.

Há casos trágicos que eu não gosto nem de falar. Companheiros meus preparadíssimos que no momento que foram cassados, sucumbiram. É uma coisa muito triste. [...] Os companheiros tinham consciência política boa, mas não estavam habilitados para outra profissão. Sendo que os da aeronáutica e os da marinha, foi mais triste ainda, não podiam voar – porque era o que eles sabiam fazer – nas companhias civis que queriam contratá-los. E os outros da Marinha Mercante não podiam... [...] Perderam famílias, mulheres, muitas famílias se dissolveram por causa disso. [...] vários companheiros que perderam o rumo mesmo. Por que o cara é especificamente preparado para aquilo.

A dor dos colegas impedidos de se reerguer é também a dor do depoente. Difícil digerir a indignação mesclada com a impotência. A perseguição foi uma marca do regime nos militares que disseram *não* ao golpe. Os limites da perseguição estavam além da punição e pareciam sustentar características perversas de intervir nos trabalhos que os militares cassados exerceriam na vida civil: *“militares da aeronáutica, proibidos de exercer a profissão. Eles sabiam era voar, não puderam voar na vida civil”*. O depoente conta diversas experiências de perseguição ao longo dos vinte e um anos do regime:

Meu agente do DOPS – que me vigiava, me seguia e mandava me seguir e, ao qual eu era obrigado a me apresentar de 15 em 15 dias, depois de dois em dois meses, pra dizer onde eu estava para eles irem lá e me tirarem como professor, ou me mandarem tirar, intervir – então, esse meu agente disse “Olha, eles não querem o senhor na área de professor”.

[...]

Foram 20 anos muito difíceis, muito complicados, perseguição e proibições. Até palestras e seminários, [...] conferências, eles intervinham, bloqueavam. Enfim, um período muito complicado.

O impedimento de exercer a carreira militar não era suficiente. A carreira civil também era rigorosamente vigiada e cerceada. Por intervenção dos agentes do DOPS,

Ivan era demitido dos empregos que conseguia. As repercussões na vida do cidadão cassado nos anos da ditadura não terminavam com a cassação: *“Muitos episódios curiosos, de eu chegar lá no DOPS e encontrar a [...] minha aula lá. E as burrices deles também interpretando as poesias de uma maneira rigorosamente burra, né?”*. A vigilância no trabalho, o controle rigoroso de suas movimentações. Monitorado de perto pelos órgãos de segurança, o cidadão permanecia alvo do regime, cerceado nas possibilidades de reconstrução da própria vida na sociedade. Ivan lembra a vigilância e perseguição ao ser impedido de assumir concursos públicos nos quais fosse aprovado.

Eu fiz concurso, mas não tomava posse. Como o [Colégio] Pedro II. Tirei primeiro lugar, o cara mandou botar em terceiro e eu disse: “Que ótimo, tá bom. Porque vão chamar bem mais”. Ai chamaram noventa e poucos professores quase, e não botaram meu nome. [...] Na UFS, por exemplo, eu recebi um telegrama: “Por motivos diversos o senhor não fará a inscrição”. Nem me inscrever, né?

A perseguição denota que o cidadão que se opusesse ao regime estaria marcado pelos órgãos repressivos e, dificilmente, se livraria dessa marca. Os exemplos levantados pelo depoente dizem respeito aos militares cassados pela ditadura, mas é possível considerar que perseguições como esta podem ter ocorrido com muitos brasileiros que em algum momento tenham ousado discordar publicamente do regime, mesmo que nunca mais voltassem a fazê-lo. O clima de vigilância experienciado pelos ex-militares na vida civil permite pensarmos que muitos cidadãos também recebiam ser perseguidos, vigiados, monitorados pelos efficientíssimos órgãos de inteligência da ditadura.

O depoimento revela que algumas profissões, provavelmente, seriam consideradas de maior risco para o regime e controladas mais rigorosamente. O agente que acompanhava Ivan mencionou o interesse que ele não fosse professor. O professor pode tornar-se uma liderança crítica, um risco quando o regime não quer ser questionado. O historiador Rodrigo Patto Sá Motta (2014a; 2014b) destaca que os professores estavam entre os mais perseguidos com os expurgos da *Operação Limpeza* imediatamente após o golpe. Ivan lembra que seus agentes frequentemente *“visitavam a faculdade ou o colégio”*. A experiência do depoente reflete esse dado de perseguição.

Vários professores de esquerda mais conscientizados, ou até nem muito de esquerda, mas contra o golpe, foram perseguidos. Foi uma classe muito sofrida a dos

professores. Agora, muitos também ficaram mais ou menos, digamos assim, comportados. O perigo era professor de História, de Literatura, esses professores foram os mais atingidos. Porque eles têm que falar sobre esse assunto [...]. Esses foram muito atingidos sim, muito perseguidos e enfim, até cassados também alguns. Houve essa coisa da profissão de professor.

Assim como na carreira militar, aparentemente, o ambiente institucional de trabalho do professor passou a ser rigorosamente vigiado, controlado. É de se supor que *ficar comportado* trabalhando sob estas condições pode denotar antes precaução, cautela, medo, do que propriamente convivência com o regime.

Os exemplos pontuais elencados pelo depoente sobre a experiência de perseguição aos militares cassados trazem a dimensão da força e abrangência dos órgãos de inteligência desenvolvidos pelo regime. Sua vigilância, focada nos opositores ou instituições de trabalho e de convivência, poderia controlar e interferir de modo bastante amplo na vida do cidadão em sua vida cotidiana.

A perseguição não atingia apenas o alvo principal, mas também quem estivesse próximo àquela pessoa.

Conheci [minha atual esposa] no final dos anos 60, já bem depois do golpe, [...] juntamos primeiro e depois casamos. E ela sofreu as consequências também, muito. Porque é formada em Letras, professora, e foi proibida também de lecionar. E o DOPS negou o atestado ideológico que eles exigiam pra gente desempenhar qualquer profissão, principalmente no magistério. Então ela foi proibida de lecionar, de trabalhar e de prestar concursos, não podia prestar concursos.

O sofrimento do depoente não era apenas por ser perseguido, mas sua esposa também torna-se alvo da repressão. Impedir o trabalho de quem está ao redor da pessoa vigiada sugere que, muitas vezes, a perseguição estaria menos atrelada a uma preocupação com o risco à segurança do Estado e mais ligada à punição. O depoente lembra que havia um “exagero” dos agentes nas avaliações do risco que suas aulas ou palestras representavam ao regime.

Os caras na ânsia de prestar informações exageravam muito, falavam em palestras agitadoras, e eram palestras normais sobre literatura. Aí o informante dizia “palestras com momentos subversivos”. Quer dizer, era uma baixaria, uma baixaria. Porque também quem se presta a esse papel de dedo duro, de informante, [...] é de imaginar que faça também essas coisas. Foi muita injustiça, muito exagero. Eu não representava esse perigo todo não.

A avaliação exacerbada do perigo nas atividades cotidianas de Ivan. A vigilância constante e as denúncias. Na experiência do depoente, a injustiça de ser

perseguido, impedido, coagido. A cada divulgação do conteúdo de palestras, aulas ou empregos, a certeza do cerceamento, do controle, da ameaça. Ao mesmo tempo em que a perseguição ao depoente tem um caráter *único*, seu relato explicita o poder de difusão do controle e vigilância nas instituições de ensino, nas empresas, no trabalho, no convívio do cidadão na cidade. É possível que a abrangência da ação empenhada pelos órgãos de inteligência e segurança ultrapassasse os cidadãos opositores e buscasse prever, antecipar e extirpar opositores em potencial. O depoente considera que nos anos da ditadura não exerceu atividade militante: “*sem nenhum vínculo com nada, com nenhum movimento. E também nenhum desses movimentos armados, de guerrilha urbana*”. Em sua opinião, suas atividades não representariam perigo ao regime, o que não arrefeceu o controle e intervenção repressiva em sua rotina.

Podemos conceber o cotidiano de muitos brasileiros que, provavelmente, não se sentiam seguros em seu trabalho, percebiam a vigilância e perseguição, que poderia facilmente confundir e mesclar na política as desavenças pessoais: uma simples denúncia não fundada poderia enquadrar como subversivo um desafeto do trabalho.

O depoimento de Ivan revela um traço social de controle, vigilância, perseguição e injustiça instaurado no cotidiano do brasileiro pelos órgãos de inteligência do regime ditatorial. Traços que invadem e dominam a vida na escola, na universidade, no trabalho, na vizinhança do bairro, na padaria, no ônibus.

Tomemos os ensinamentos de Simone Weil como auxílio para compreender esse fenômeno. Ao discutir a classe operária, Simone Weil (1996a) estabelece uma distinção entre a exploração e opressão. A primeira se define pelo lucro capitalista e a última diz de um sofrimento prolongado que pode ir além das horas de trabalho e ocupar vinte e quatro horas por dia. Nos anos da ditadura, a perseguição realizada a indivíduos, mais suspeitos ou menos de “subversão”, parece configurar uma espécie de *opressão ao brasileiro*. Uma espécie de sofrimento psicológico decorrente da opressão adotada como política perene do regime, que parece invadir o cotidiano e tomar conta, sem interrupção, de suas atividades de sustento, lazer e descanso.

Essa opressão parece ser um traço constituinte de um ambiente favorável para surgimento de sofrimentos psicológicos que se traduzem como sentimento de injustiça, impotência, fragilidade perante o gigantismo de uma máquina contra a qual pouco se pode fazer. Sugere uma atmosfera que impacta o cotidiano do indivíduo que, diante do isolamento e solidão da perseguição injusta, pode desdobrar em sentimentos

de desesperança, desamparo, como aconteceu a alguns colegas de Ivan e, talvez, muitos outros que também sucumbiram à pressão.

Recrudescimento das Forças Armadas

O depoimento de Ivan dá a entender que a ditadura teve um papel significativo para a consolidação de um corpo de oficiais mais conservadores e menos politizados dentro das Forças Armadas. Com os expurgos dos militares com mais “*consciência crítica e política*” e o fortalecimento da chamada Linha Dura no regime, as Forças Armadas sofreram uma consagração reacionária que perduraria ainda nos dias de hoje.

Ao longo da história militar no Brasil, em muitos momentos o Exército esteve do lado do povo, lutando a favor de causas democráticas e progressistas (CUNHA, 2010). O golpe e a ditadura que se seguiu parecem ter sido definitivos para firmar às Forças Armadas o conservadorismo como direcionamento hegemônico que permanece até hoje. O depoente relembra que os colegas com maior consciência política foram cassados após o golpe.

A maioria foi cassada, esses oficiais mais lúcidos, a maioria foi cassada. E houve um ou outro que silenciou e continuou na carreira. Um ou outro, mas pouquíssimos. Esses oficiais mais preparados, eles na verdade eram muito conhecidos por serem poucos com essa consciência ampla. Então eram bem conhecidos e foi fácil prendê-los e cassá-los, foi fácil.

Mesmo dentro das Forças Armadas, discordar das frentes golpistas significaria a exoneração do cargo. Imediatamente após o golpe, a repressão começa a delinear seus contornos eliminando a discordância dentro da própria corporação. Depois do golpe, aparentemente não há mais espaço nas Forças Armadas para oficiais mais críticos, conscientizados, “*lúcidos*”.

A historiadora francesa Maud Chirio (2012) desmistifica a ideia propagada de que o golpe brasileiro teria sido incruento e bem organizado. Observa que, no âmbito dos quartéis, atos de resistência isolados teriam custado a vida de seus autores e destaca que, desde o início, “o expurgo é voraz: milhares de oponentes, civis e militares, são perseguidos, presos, humilhados em público, torturados, frequentemente sem processo legal” (p.48). O expurgo dos militares que apoiavam o governo Jango

ou não concordavam com o golpe explicitou qual seria a posição única defendida pelos militares. Em uma corporação em que a minoria é crítica, “*oficiais mais preparados*” são facilmente identificados e eliminados. Para quem escolheu permanecer na carreira militar, a força repressora impôs o *silenciamento*, a aceitação da ordem interna vigente na corporação. O depoente mostra compreender a escolha de colegas que seguiram o caminho do silenciamento de sua fala, de suas convicções.

Por que a carreira militar [...], exceto quando acontece um fato desse, ela é estável. Ela não é bem remunerada, mas tem tudo organizadinho, tem suas vilas militares, tem sua assistência médica. [...] Nas guarnições todas onde há tropas militares há recursos para se viver normalmente. [...] é uma carreira segura, estável. [...] Então também isso influi. Eu compreendo, eu compreendo.

O conforto da segurança e estabilidade. A “negociação” para abdicar da própria opinião, do posicionamento político e crítico em nome da garantia da continuidade na carreira foi uma escolha para alguns oficiais. O golpe parece reforçar as diretrizes conservadoras dentro da corporação. O silenciamento, a autocensura, a convivência com o golpismo são agora condições para seguir uma carreira militar. Sobre a influência do medo na decisão por silenciar-se, Ivan responde:

Os que eram oficiais de carreira que tinham aderido ao golpe [...] eram cautelosos, eu não diria medo por que eram eles que estavam comandando. Era “nossa gente que comandava”, então não. [...] Cautelosos. Aí é o perigo de perder a carreira, existia esse perigo. Claro que eles tinham cautela de comentar pouco, não trocavam ideias sobre assuntos políticos. Passou a predominar mesmo, como antes já era, muito cautelosos. Assuntos políticos não.

A permanência nas Forças Armadas implicava o impedimento de comentar assuntos políticos. Se por um lado, havia certa tranquilidade de estar junto com aqueles que estavam no comando do país, por outro, qualquer deslize significaria o perigo da perda da carreira, a perseguição vinda dos próprios colegas. É de se supor que esse ambiente favoreceu uma espécie de *seleção ideológica* dos oficiais, cerceando e oprimindo aqueles que não seguissem o pensamento hegemônico da corporação. Para o oficial de carreira, o panorama estava mais rigorosamente delimitado e, aparentemente, a possibilidade de divergência estaria contida em ser menos ou mais conservador, como a Linha Dura.

Depois do golpe, com o expurgo dos oficiais opositores e silenciamento de outros, prevalece uma voz única entre os militares. Surge uma corrida aos postos de comando e às funções ministeriais, onde todos reivindicam protagonismo na dita

“revolução” (CHIRIO, 2012). Nos anos da ditadura, aparentemente, o cerceamento do militar que atuava nas Forças Armadas, inexoravelmente, impunha a adesão às ações do regime, impedindo o aparecimento e manifestação de ideias diferentes.

Essa “redoutrinação” dos oficiais no período da ditadura parece reforçada pela formação bastante conservadora e não propícia ao desenvolvimento de consciência política. Ivan reafirma no depoimento e em seu livro (PROENÇA, 2012) sua opinião sobre a necessidade de *intervenção* na formação militar, pouco voltada para as áreas humanas e desfavorável à elaboração de uma consciência crítica no militar.

O nosso preparo é muito na área de exatas, das ciências da matemática, da trigonometria, da geometria. [...] Daí eu dizia [...] que precisamos intervir na educação do militar, esse é um grande caminho. [...] Então o ensino é voltado muito pouco para as ciências humanas, [não] favorecendo uma consciência crítica totalizadora, não, não favorece.

Imerso em questões exatas e afastado das questões humanas, o militar é formado dentro de um campo com possibilidades restritas de desenvolvimento de uma consciência crítica e política. Agrava-se a tendência a não pensar em suas ações e apenas cumprir ordens superiores. O depoente entende que os militares são produto do meio em que se formam, que a eles é dado somente um caminho de pensamento.

Esses companheiros [militares] todos, eles são produtos de um meio. Você é massacrado [...] aquela coisa anticomunista, da subversão, aquela coisa... E sem querer é uma rendiçãozinha à ideologia americana [...] E todas as escolas de formação, inclusive desde o colégio militar, criança, a pregação é intensa em relação a essa coisa toda que favorece um golpe desse tipo. Então são companheiros que não tiveram acesso e por temperamento e por, vamos dizer, rotina mesmo, não foram buscar estudar fora dos estudos da própria carreira, como eu fiz. [...] Os colegas, eles todos se formaram nessas escolas, tem que entender isso. É um massacre de coisa intensa.

A doutrinação e propaganda anticomunista feita em massa dificilmente permitiriam que o militar ampliasse seu leque de compreensão do mundo. Esse quadro parece agravar-se com o recrudescimento do regime ao longo dos primeiros anos da ditadura. Como constatado por Maud Chirio (2012), antes mesmo do AI-5, com o AI-2 e a posse do ditador Costa e Silva, “o esforço de despolitização da oficialidade intermediária, que Castelo Branco iniciou pautando-se por um ideal deturpado de civilismo, de legalismo e de ‘Exército profissional’, é mantido pelo novo governo” (p.94). Com uma formação intensamente ideológica, restrita, despolitizada e acrítica, dificilmente um oficial ousaria questionar a hierarquia. No

período da ditadura – com o expurgo dos poucos militares mais “lúcidos” e politizados, a escassez de humanidades no currículo e a formação massacrante de pregação ideológica – é de supor que a constituição do ambiente militar fosse favorável ao surgimento de indivíduos pouco sensíveis ao sofrimento alheio, pouco disponíveis às pessoas, pouco implicados com as questões sociais e acrílicos com relação às ações da própria corporação. Acrescido à rigorosa disciplina hierárquica, o ambiente parece favorável ao surgimento de intensa lealdade corporativa e submissão passiva às ordens superiores.

Desestimulado a pensar criticamente, o oficial pode tornar-se um funcionário capaz de cometer as maiores barbaridades contra o ser humano, sem questionar-se. Sob o lema de estar apenas “cumprindo ordens superiores”, o militar parece desresponsabilizado do peso de suas ações e, formado a agir como máquinas (não humanas) de matar, de coagir, pode ser ordenado a voltar-se contra os semelhantes. Parece dado um quadro que, em algum grau, aproxima-se das condições de possibilidade à *banalidade do mal*, pensada e descrita por Hannah Arendt (2011, 2013). Em outras palavras, os atos monstruosos podem ser cometidos por agentes marcados não necessariamente por uma convicção ideológica, uma maldade intrínseca ou estupidez, mas pela *irreflexão*, pela ausência de pensamento. Na corporação militar, um oficial submisso à forte hierarquia, treinado a obedecer ordens sem crítica ou questionamento, massacrado pela propaganda ideológica anticomunista, pode tornar-se capaz de agir como um torturador e assassino sem consciência, ou plena consciência, da gravidade de sua ação.

Diferentemente da média, Ivan julga ter recebido formação mais humanizada no Colégio Militar e reconhece a influência da intelectualidade do pai em sua consciência política. Seu interesse por literatura e sensibilidade às questões humanas possibilitaram que reconstruísse sua vida após a cassação. O depoente opina ser necessária intervenção na formação dos jovens militares para mudar esse quadro desumanizador e aproximar-se de como era o Colégio Militar.

A formação toda é nesse sentido. Aí eu digo: tem que intervir na educação do militar, abrir mais, tem que haver um currículo mais amplo, professores também. Porque esses professores também das preparatórias e de lá da AMAN são militares, o Colégio Militar tinha professores civis, professores militares e civis.

A mudança do comportamento dos oficiais no Brasil passa pela mudança da formação dos militares, na opinião do depoente. O conservadorismo e propaganda

intensa sobre o jovem em formação militar estariam relacionados às posturas violentas, preconceituosas e pouco disponíveis à população. Para Ivan, pouca coisa mudou nessa área.

A formação continua a mesma, preparatórias apenas aumentaram, eles aumentaram o número de Colégios Militares. Tem mais Colégios Militares funcionando no Brasil, mas a formação é a mesma. A maioria que vai [...] para escolas militares – AMAN, aeronáutica ou naval –, a maioria vem de preparatórias já. Quer dizer, continua a mesma coisa, o programa a mesma coisa, currículo a mesma coisa.

A extensão até os dias de hoje da característica conservadora na formação dos militares, aparentemente, pode estar relacionada à recusa das Forças Armadas em reconhecer as atrocidades da corporação nos anos da ditadura e, ainda hoje, aos frequentes problemas de abusos diversos e violações aos direitos humanos cometidos por militares e policiais.

O regime aparentemente impactou a própria corporação dos militares, aprofundando o autoritarismo da formação, eliminando os oficiais discordantes e praticamente eliminando o currículos de humanas na formação dos militares. O traço institucional autoritário na corporação parece ainda hoje impactar psicologicamente o jovem militar que, assim como no período da ditadura, vindo em sua maioria das classes populares (PROENÇA, 2013), por fim, acaba voltando-se contra os próprios membros da comunidade onde cresceu, absorvendo e reproduzindo os preconceitos raciais, de gênero, contra as minorias sociais e LGBT (QUINALHA, 2014). O antigo “inimigo interno” – opositor político de classe média – é elencado nas camadas mais pobres da sociedade nos anos pós-redemocratização. Maria de Fátima Vicente (2015) constata que no regime democrático, os pobre herdaram o lugar do “subversivo”, dos eternos inimigos dos “homens de bem da sociedade brasileira” (p.219). A proximidade dos pobres é vista como uma ameaça a ser combatida. Marco Aurélio Jorge (2009) sinaliza que um processo de criminalização dos problemas sociais pelas forças militares estaria ligado às taxas crescentes de homicídios relacionados à polícia. O Brasil detém ainda hoje um dos mais elevados recordes de assassinatos cometidos por policiais, muitos “justificados” pela falácia dos “autos de resistência”, isto é, mais um entulho da ditadura que justifica o assassinato como decorrente de suposta resistência do suspeito.

Por fim, assim como no período da ditadura, a institucionalização quase definitiva de valores ideológicos conservadores nas Forças Armadas parece ainda hoje favorecer o distanciamento dos militares das propostas progressivas, sociais e dos valores caros ao povo. Invertendo, assim, o papel originário de proteção própria às Forças Armadas e transformando em opositores uma parcela daqueles que deveriam estar à favor da população.

AI-5 e o recrudescimento do golpe

Em seus depoimentos à pesquisa, à mídia e aos documentários, Ivan enfatiza sua percepção do AI-5 como um recrudescimento de uma ditadura já estruturada desde 1964. A percepção do depoente é de que o quinto Ato Institucional foi resposta aos movimentos que vinham se organizando desde 1966. O depoente destaca que, além do embrutecimento da violência e barbárie, o recrudescimento foi responsável também pela oficialização da degradação do ensino médio e superior, definindo o meio no qual o jovem estaria inserido e cerceando suas possibilidades de formação crítica. O depoente conta sua impressão do AI-5.

O AI-5 pra mim apenas prolongou, particularmente. Mas foi uma diferença, porque aí a perseguição foi muito violenta. Há um erro que vem sendo cometido por pesquisadores e historiadores [...] A barbaridade, as torturas, os assassinatos e a arbitrariedade começaram intensamente em 64. 68 recrudescceu, foi uma nova etapa de recrudescimento quando eles sentiram que a sociedade estava se reorganizando em sindicatos, diretórios nas faculdades, artistas, intelectuais se reunindo, se agrupando [...] aos poucos, foram arrochando, arrochando e jogaram o AI-5 que foi um recrudescimento, mas tudo que já acontecera em 64. Mas foi um recrudescimento do golpe.

O AI-5 trouxe o agravamento do quadro já instalado desde 1964. A ditadura não começa com o AI-5. O ato traz a intensificação e legitimação do autoritarismo, da arbitrariedade, da violência que já vinham sendo praticados pelos agentes do estado, mais sabido ou menos pela população. Na opinião do depoente, o AI-5 não instaura o regime, mas oficializa, explicita e exacerba modos de ação violenta e autoritária.

Em seu livro, Ivan Proença (2013) observa que entre 65 e 70 planejou-se várias intervenções no processo educacional no ensino médio e universitário. O depoente relata essas intervenções.

Substituíram cultura brasileira por OPB, por OSPB²⁴, e não raro professores já doutrinados e muitos deles militares à paisana. Intervieram muito, mas em 66 já o ensino caminhava para uma coisa mais de esperança de abertura. [...] eles tinham prometido ficar dois anos no poder e promover eleições democráticas. Quando a população viu que não ia acontecer isso, os diretórios começaram a funcionar. 68 intervieram sim nas faculdades, intervieram na educação mais intensamente, fecharam os diretórios. E as faculdades que mantiveram diretórios, mantinham com futebol totó, pingue-pongue, churrasquinho, festinhas, churrasco, entendeu? Foi uma vigilância brutal em cima dos diretórios, quer dizer, foi um recrudescimento do que já tinha sido em 64. Porque 66 a sociedade começou já a [...] reestruturar.

As intervenções no ensino médio e superior parecem explicitar um caráter despolitizador do jovem. Enquanto as disciplinas de OPSB, EMC, EPB e outras similares prestavam-se à doutrinação moral conservadora e a propagandear o regime, as intervenções nos diretórios acadêmicos das universidades desmobilizava os estudantes, tornando sua função voltada meramente ao entretenimento. José Willington Germano (2011) observa que na ditadura a questão educacional extrapola a esfera estrita do Estado e passa a preocupar também as classes dominantes. O autor relata a organização pelo IPES de um fórum no Rio de Janeiro no final de 1968, com o título explícito: “A educação que nos convém”. O objetivo do fórum seria declarado: *reformar para desmobilizar*.

O depoente identifica as intervenções na área da educação e associa a degradação do ensino médio e o progressivo empobrecimento da capacidade de pensar e de consciência crítica do estudante com a implantação do CESGRANRIO.

Eles lançaram um órgão chamado CESGRANRIO que era [...] a técnica do não pensar, a múltipla escolha, o teste objetivo. Ora, você estudar literatura, cultura humanista com múltipla escolha é brincadeira. [...] Quer dizer, massificação [e] ao mesmo tempo [...] você fazia uma prova e se não passasse na carreira que você escolheu, ia pra outra. E o cara aceitava porque não aguentava mais pagar o pré-vestibular, os cursinhos. O CESGRANRIO foi um órgão que veio [...] para o vestibular, mas começou a comandar o segundo grau. Segundo grau foi acabando, viraram cursinhos, cursões para o vestibular, aí tinha múltipla escolha [...] na verdade o segundo grau acabou. Os colégios melhores aqui do Rio, por exemplo, colocaram cursinhos dentro do colégio para fazer o segundo grau pra preparar para esse tipo de vestibular. [...] E aí ficou um hiato, é uma coisa incrível como ficou o

²⁴ A disciplina OSPB (Organização Social e Política Brasileira) era ministrada no 2º grau. Aparentemente o depoente refere-se a EPB (Estudos de Problemas Brasileiros), ministrada no ensino superior. Apesar dos nomes supostamente engajados e juntamente com EMC (Educação Moral e Cívica), as disciplinas prestavam-se a reforçar o moralismo e patriotismo ufanista, além de propagandear a ditadura (PROENÇA, 2013).

antigo ginásio, que hoje é o primeiro grau, o ensino destrambelhou completamente. [...as crianças] despreparadas. E aí o ensino sobre essa bandeira do órgão plantado CESGRANRIO, vai decaindo, decaindo [...] se espalhou pelo Brasil. [...] Não havia redação, não havia livro, eram apostilas em vez de livro. O aluno em vez de ler Vidas Secas, lia a apostila, [...] Quer dizer, não havendo redação, não havendo leitura de livros, vai esvaziando a consciência crítica. Os estudantes vão perdendo essa consciência educacional que no fundo favorece a consciência crítica.

A objetificação da avaliação e do ensino. O desestímulo para a leitura e a escrita. A preparação massificadora para os vestibulares desumaniza o processo de aprendizagem e, simultaneamente, reduz a educação a um punhado de informações técnicas e decoradas, reconhecidas como passaporte para ingressar em uma universidade. A objetificação não exige capacidade de pensar, de elaborar. Pela própria falta de uso, o aluno não desenvolve uma consciência crítica, um pensamento questionador: aquilo que é preciso saber já está dado em cinco alternativas, basta decorar a desejada. O historiador e educador Jason Ferreira Mafra (2014) discute como as edições de livros didáticos para o 2º grau preocupam-se com os temas que devem cair no vestibular e, dificilmente, exploram temas diversos que convidem os alunos a pensar. “No limite, poderíamos dizer que este é o fim da estrada de um livro didático: ‘garantir o conhecimento necessário para a aprovação do aluno no vestibular’ (p.46). A ditadura contribuiu para a precarização da educação, sintetizada como preparação para o vestibular. A aprendizagem torna-se uma técnica, em detrimento do exercício do pensamento. Hannah Arendt (2007c) constata que, normalmente, a criança é introduzida ao mundo pela primeira vez pela escola. A criança ainda não tem familiaridade com o mundo e a introdução ao mundo deve ser cuidada e feita aos poucos. Quando a introdução ao mundo é feita por livros didáticos voltados a uma educação massificada, objetificadora e focada no sucesso no vestibular, o jovem é “formado” nesse modo de ver o mundo. É menos provável que desenvolva capacidades mais críticas de pensar e julgar. Herança esta que parece estender-se até os dias de hoje. Não à toa, nos acostumamos com propagandas comerciais de escolas e cursinhos que enfatizam a quantidade de aluno aprovados nos vestibulares. Mais dificilmente veríamos alguma divulgação dizendo ser uma escola que ensina a pensar.

Em seu depoimento, Ivan reconhece os desdobramentos da intervenção militar para um ensino objetificado na formação do jovem.

O esvaziamento da educação não é o jovem, não existe juventude ruim, não existe. A juventude é um produto dessa coisa. Eles intervieram na educação pra valer. Quem comandava o MEC no RJ era um Coronel e um General [...] Então eram essas as diretrizes, a educação foi para o espaço. [...] [com o recrudescimento do AI-5] se oficializou. [...] Já vinha como tentativas, eram tentativas esporádicas, esparsas, homeopáticas. E a partir de 68 a intervenção foi brutal [...] a juventude passou necessariamente e oficialmente então, a representar um perigo. Inimigos. Mas já vinha de antes, só que a coisa aí foi oficial mesmo, ostensiva.

A intervenção de militares diretamente na educação e seu esvaziamento parece ser um determinante para a juventude em formação. Os vinte e um anos de regime foram suficientes para a formação de mais de uma geração “*produto dessa coisa*”. O depoente opina que a intervenção direta na formação do jovem, oficializada com o AI-5, indicaria um posicionamento explícito do regime em relação ao jovem: o jovem pensante é um *inimigo interno*. Ao contrário do jovem pensante, crítico e politizado, o jovem, produto da formação *para* o vestibular, significa um jovem inserido na lógica concorrencial, preocupado com questões individuais de ultrapassar o concorrente na luta por uma das poucas vagas disponíveis.

Apesar do reconhecimento da degradação do ensino durante o regime, o depoente pondera que a manutenção desse sistema até os dias de hoje não pode ser responsabilidade somente da ditadura.

Culpo uma sociedade em que estávamos vivendo, capitalista, uma sociedade rigorosamente voltada ainda para a coisa do chegar lá, do vencedor, do se dar bem, do ver o seu lado. Não é da competição antropofágica, que existe entre os seres humanos. Essa coisa é de uma sociedade em que nós vivemos e os quadros políticos também se ressentem dessa conscientização mais nítida. [...] Agora, a sociedade de fato, esse sistema em que nós vivemos dificulta muito a conscientização.

Na sociedade capitalista de consumo, *somente há lugar para os vencedores*. A lógica do sonho capitalista de “vencer na vida”, de crescer, se dar bem, revela o outro lado da moeda como seu oposto. Aqueles que não alcançarem *esse tipo* de sucesso imposto na sociedade de consumo são, portanto, fracassados, derrotados, secundários. A perversidade da lógica capitalista é explícita: *o sucesso depende somente do seu esforço* e, portanto, o sucesso é fruto do mérito pessoal. Na busca pelo sucesso, um jovem tendo sua formação em um ambiente de *educação esvaziada* tende a preocupar-se prioritariamente com sua vitória pessoal, em detrimento das questões que dizem respeito a todos. O próprio ambiente estudantil instaurado pela ditadura, de competição fervorosa entre os estudantes para a conquista de uma vaga escassa na

universidade, parece favorável à destruição do sentimento de coletividade, de reforço da noção de individualismo, sucesso pessoal e, por fim, *meritocracia*.

As políticas públicas da ditadura na área da educação não são responsáveis pela criação desse sistema, mas o depoimento indica que o regime teria contribuído para a oficialização dessa política de ensino no Brasil ainda na década de 1960. A implantação da CESGRANRIO, e sua expansão para todo o país, teria reforçado a objetificação e massificação do sistema escolar na *concorrência* individual pelo vestibular. O traço objetificante e individualista instituído ao longo de toda cadeia de ensino do jovem parece formar um ambiente bastante avesso a conscientização crítica e política do cidadão. O estímulo exclusivo à inteligência exata e pragmática sugere a perda da capacidade de abstração, elaboração, criatividade. Formado para não pensar, o brasileiro é modelado para funcionar como máquina produtiva, destinada a render mais no mercado de trabalho, favorecer o crescimento da empresa e do país. Seu crescimento significa poder consumir mais e, assim, injetar mais dinheiro na economia. Para, novamente, produzir mais e aumentar o consumo.

É possível supor que um sistema como este seja propício a impactos psicológicos naqueles a ele submetidos. Um sistema meritocrático de formação e ensino pode favorecer àqueles que não alcançam o padrão de “sucesso” o sentimento de fracasso, incapacidade, inferioridade, demérito. Sobre a educação, aprendemos com Hannah Arendt (2007c) que “a meritocracia contradiz, tanto quanto qualquer outra oligarquia, o princípio da igualdade que rege uma democracia igualitária” (p.229). A desigualdade encoberta no próprio sistema vestibular impõe a mensagem perversa de que alguém que não tenha conquistado uma vaga nas universidades mais concorridas – mesmo não contando com preparo das melhores escolas ou sem poder abrir mão de trabalhar para estudar – essa pessoa seria o único culpado pelo seu insucesso e, portanto, não merecedor de cursar uma universidade.

Aparentemente, o sistema de ensino e validação do ensino instituído nos anos da ditadura teria contribuído para reforçar, não somente a desigualdade social, mas a dominação de classes. Na medida em que o vestibular é tido como uma conquista individual, e régua para o estabelecimento daqueles que são mais merecedores ou menos do sucesso, o resultado determina na sociedade quem são os dominantes e os dominados, os superiores e os inferiorizados, os patrões e os serviçais, os mandantes e os subalternos.

AI-5 entre o medo e a cautela

O depoimento de Ivan enfatiza o caráter de recrudescimento do AI-5. A ditadura não se inicia em 1968, mas agrava seu autoritarismo no uso da violência contra os opositores do regime, na arbitrariedade, nas políticas públicas contra os trabalhadores, contra o povo e no favorecimento da elite empresarial.

Em seu relato, o depoente alterna o uso das expressões medo e cautela para designar o clima e sentimento experienciados durante o regime.

Não, não tinha [medo], engraçado que não. [...] eu e muitos outros éramos irresponsáveis nessa coisa do medo. Também a gente não tinha dimensão exata do que eles eram capazes, tudo veio à tona aos poucos. Aí a gente foi vendo que a repressão era muito mais brutal do que se imaginava, e aí fomos ficando mais cautelosos. Mas até 66, 68, ainda se achava que podia o Brasil seguir um rumo democrático como estava mais ou menos previsto quando houve o golpe.

Nos dois primeiros anos do regime, a abrangência e brutalidade do aparelho repressivo ainda não estavam claras para o depoente. A defesa pública de um posicionamento político, possível nos primeiros anos da ditadura, torna-se com o AI-5 um ato de ousadia irresponsável. Se, para o depoente, nos primeiros anos o medo não foi um sentimento propriamente ligado à prisão, cassação, perseguição, instaurado o AI-5, o cotidiano não poderia mais ser vivido sem *cautela*. Alguma atmosfera de risco estava mais explicitamente presente na vida do cidadão.

Ao ser questionado sobre o sentimento que teria permanecido mais forte em sua experiência na ditadura, a esposa respondeu de pronto: “Medo. Eu diria medo”. E Ivan prosseguiu:

É. Recolhimento, medo, contenção, autocensura. [...] Rádio, televisões e editoras começaram a criar um núcleo de censura interna para evitar a censura oficial do militar. Por exemplo, livro. Não há censura prévia em livro, mas depois que um dedo-duro qualquer fala de um livro, denuncia, eles vão lá e recolhem os livros todos e colocam o editor e o autor em inquérito. Então é um prejuízo imenso. Então, algumas editoras colocavam “uma censurazinha interna” para evitar que o livro fosse publicado. As rádios tinham também censuras internas, a televisão também. Quer dizer, havia sim muita cautela, porque como eu disse, não existe censura prévia [...] Então havia censuras. Quer dizer, isso é o medo, uma cautela para depois não ser... [...] Chamar o editor, mas os militares chamavam pra inquérito e ameaças. Então havia medo sim em relação às atividades diversas. Programa de rádio, teatro, teatro sofreu muito, muito com as intervenções da ditadura.

Ao falar dos sentimentos mais marcantes ligados à ditadura, o depoente menciona o recolhimento, medo, contenção e autocensura. O jornalista Bernardo Kucinski (2002) distingue a autocensura principalmente porque “ela é um ato consciente, e com o objetivo, também consciente, de dosar a informação que chegará ao leitor ou mesmo suprimi-la” (p.538). No entanto, a fala do depoente a seguir elenca situações prioritariamente institucionais, em que a necessidade de contenção e autocensura estariam presentes. Nas instituições, a autocensura torna-se um mecanismo endógeno de controle, que se adianta à censura do Estado. Antecipa cautelosamente um corte para evitar repreensões futuras. Kucinski (2002) nomeia de *autocensura sistêmica* quando exercida pelas próprias instituições de comunicação, nela “verificamos claramente o grau de adesão e de identificação dos proprietários dos jornais com os objetivos da repressão – e portanto seu grau de colaboracionismo. No período da ditadura militar, esse adesismo foi quase total e generalizado” (p.542).

Anita Novinsky (2002) destaca a censura como a “mais forte arma que os regimes totalitários têm utilizado, desde a Antiguidade, para impedir a propagação de ideias que podem pôr em dúvida a organização do Poder e o seu direito sobre a sociedade” (p.26). A experiência da ditadura brasileira não foi de totalitarismo, mas parece ter utilizado da censura com fins semelhantes de cerceamento de manifestações públicas oposicionistas. O depoimento indica que por *cautela* ou por *adesão*, a censura e a violência repressora parecem ter sido absorvidas e reproduzidas nas dinâmicas internas das instituições. Esse ambiente sugere evocar medo e cautela naqueles que lá trabalham referente à possibilidade de *inquérito e ameaças*. No depoimento, medo e cautela parecem alternar-se ligados mais às atividades da pessoa física, enquanto contenção e autocensura atreladas à lida institucional dos meios de comunicação.

Questionado sobre os sentimentos que teriam permanecido da experiência dos anos da ditadura, o depoente lembra das relações das instituições com a censura e responde que “*havia medo sim em relação às atividades diversas*”. Em nenhum momento o depoente deixa claro ter *ele mesmo* sentido *medo* ou testemunhado colegas militares que experienciaram o medo pelo risco à própria vida nos anos da ditadura. O depoente tende a utilizar o termo *cautela* quando refere-se ao cuidado tomado pelo militar.

Cautelosos. Aí é o perigo de perder a carreira, existia esse perigo. Claro que eles tinham cautela de comentar pouco, não trocavam ideias sobre assuntos políticos. Passou a predominar mesmo, como antes já era, muito cautelosos. Assuntos políticos não.

O militar deveria ser cauteloso para não colocar em risco *sua carreira*. O depoente julga que as situações que envolviam risco exigiam cautela, resguardo, cuidado com assuntos políticos. Ao contrário da esposa, que menciona abertamente a experiência de *medo* nos anos da ditadura como sentimento mais marcante, para um militar, preparado em sua formação para o combate, para o enfrentamento do inimigo, a relação com o medo talvez não perpassasse as mesmas vias da maioria das pessoas sem esse treinamento. A analista Ana Monteiro de Abreu (2009) destaca que em diversos momentos da história do ocidente, o sentimento de medo foi ocultado por ser considerado vergonhoso e associado à covardia. É de se supor que o militar, treinado para o combate, esconda o sentimento de medo ou tenha alguma permeabilidade a esse sentimento muito diferente da maioria das pessoas, difícil de compreender para quem não teve a mesma formação.

Ivan reconhece que *“foram 20 anos muito difíceis, muito complicados, perseguição e proibições”*. O sofrimento de mais de duas décadas sendo vigiado e impedido de trabalhar, de viver, parece difícil de ser acessado pelo depoente mais de perto. Os sentimentos despertados nesses anos complicados não são facilmente visíveis também para o entrevistador. Hannah Arendt (2011) nos lembra que precisaríamos de um treino considerável de autocontrole para impedir que as paixões se mostrem. A história de Ivan contada e repetida por mais de 50 anos ganha traços herméticos que, em alguns momentos, parece proteger, criar um certo distanciamento dos sentimentos experienciados nos anos da ditadura.

Em recente livro publicado pela equipe de terapeutas da Clínica do Testemunho do Instituto Sedes Sapientae, Maria Cristina Ocariz et al. (2015) encontraram em algumas pessoas atendidas um estranhamento intenso diante da possibilidade de entristecerem. As analistas perceberam em sua prática “questionamentos sobre a dificuldade de reconhecer que tudo está lá e permanece difícil, apesar de passados 50 anos” (p.165). A análise não pretende tirar conclusões definitivas sobre possíveis sentimentos doloridos de Ivan estarem encobertos, protegidos, resguardados. No entanto, com base nessa questão da entrevista, é de supor que, talvez, a ditadura tenha impactado psicologicamente brasileiros como Ivan

e muitos outros que experienciaram situações de ameaça, perseguição, tensão, vigilância, desconfiança, sofrimentos gerais e possam ter dificuldades de acessar sentimentos relativos aos anos da ditadura. O sofrimento psicológico produzido pelo regime pode ter criado mecanismos de enrijecimento, distanciamento, proteção à dor que, não suficientemente elaborada, pode ainda encobrir-se tanto sob discursos eloquentes bem contados ou silenciamentos e esquecimentos.

O sofrimento, o medo, a dor de perdas diversas que muito podem ter sentido nos anos do regime são contrastadas no depoimento de Ivan com a coragem testemunhada em algumas instituições ou regiões do país.

A igreja do Nordeste foi uma coisa maravilhosa, [...] tive a oportunidade de conhecer [...], que resistência maravilhosa. Sofreram muito aqueles herdeiros deles, Dom Hélder Câmara, Dom José Maria Pires, Dom Marcelo Cavalcilha, Dom Frago, Irmã Jacinta, essa gente era muito, muito corajosa. As missas de domingo eram uma coisa assim, eles pregavam mesmo contra: “A terra é de vocês, reajam contra os patrões, contem conosco”. Contavam mesmo, porque eles iam lá, eram terríveis aqueles padres do Nordeste, tão diferentes daqui, [...]. Eram muito corajosos aqueles, e a igreja católica no Nordeste era muito forte, muito boa. Mas também sofreram muito, muitas consequências. Sofreram muitas consequências.

A coragem identificada nos padres do Nordeste, amparados pela igreja católica da região, exercia um papel de apoio para a população, para o assalariado explorado, para o camponês reprimido. O ditado popular diz: *quando falta o Estado, a igreja assume*. Nessa situação específica do Nordeste brasileiro descrita pelo depoente, cabe uma releitura do ditado: *quando o Estado é o opressor, a igreja resiste*. Apesar de diversos núcleos da igreja católica terem apoiado o golpe e as *Marchas para a Família com Deus pela Liberdade*, setores mais progressistas da igreja foram de fundamental importância para o combate à violência e à ditadura. Primeiramente no Nordeste, os movimentos libertários ganharam força e ao longo do regime, núcleos progressistas no Sul, no Sudeste e Centro-Oeste transformaram a igreja na principal organização de oposição à ditadura (CANCION, 2011). A coragem de membros da igreja pode ter sido substrato para o crescimento da coragem na população opor-se ao regime, amparada na coletividade. A coragem dos padres, não é uma coragem isolada, mas amparada pela força da instituição religiosa e pela força da coletividade dos fiéis. Essa coragem de resistir contra a ditadura, contra a dominação dos patrões, dos latifundiários, não era isenta de consequências e muitos sofreram por conta disso.

As consequências da resistência, injustiça, arbitrariedade do regime experienciadas no cotidiano do depoente parecem ter alimentado em Ivan uma espécie de coragem para seguir em frente.

Eu verifiquei em mim mesmo o seguinte, quanto mais eu tinha consciência e noção da injustiça cometida, da arbitrariedade cometida em uma carreira, uma vida, [...] mais isso me estimulou pra luta. Pode ser até uma coisa pessoal, um feitiço pessoal [...]. A gente tem que ter uma visão mais abrangente e mais coletivista, mais universalista. Mas quanto mais eu passei por isso e tinha noção da injustiça, da arbitrariedade, mais me despertou. [Esposa - Despertou a consciência crítica]. É, e a vontade de luta, de ir adiante. Isso então aconteceu sim, esse aspecto carga semântica negativa, mas aconteceu a carga positiva também. E deu certo! E deu certo!

A vontade de seguir, a vontade de luta diante da injustiça, arbitrariedade, perseguição do regime, talvez seja uma reação muito própria do depoente. Da opressão pode surgir a coragem e a força para seguir adiante. Um ambiente persecutório produzido pelo regime parece impactar no brasileiro que tenta reconstruir sua vida: o medo, a cautela, a cidadania impedida. Mas esses sentimentos podem despertar a coragem, o impulso que busca na politização a força e clareza para seguir. O depoente refere-se a essa contrapartida com uma “*carga positiva*” em sua experiência pessoal, no entanto, seu relato já revelara desdobramentos opostos para muitos colegas que não encontraram essa mesma força em circunstâncias similares a dele e sucumbiram diante da pressão, da opressão, da arbitrariedade.

Análise da entrevista com Virgínia

São Paulo, 2014.

Da despolitização à militância. A história de Virgínia ao longo dos vinte e um anos do regime retrata as experiências extremas de alheamento ao golpe até a intensa militância dia e noite. Os anos de árduo e intenso estudo na escola e na faculdade de medicina, distantes dos desdobramentos políticos do golpe, contrastam com a militante engajada e politizada depois que volta da França, em 1979, e dedica seu tempo e trabalho à militância na saúde.

Depois de algumas tentativas para encontrar uma rara brecha na agenda da depoente, a entrevista foi realizada em seu local de trabalho. Ao longo de mais de duas horas de conversa, Virgínia discutiu criticamente diversos temas ligados à universidade, às políticas quantitativas de avaliação institucional, ao descaso das formações e dos profissionais com a saúde pública e à militância na saúde. Ao longo da entrevista, sua fala levemente acelerada mescla o humor, a assertividade e indignação.

Vinda de uma família do interior de Minas Gerais, aos 15 anos mudaram-se todos para Belo Horizonte e Virgínia inicia intensiva dedicação aos estudos. A depoente enfatiza não ter ou ter poucos registros do golpe e do regime até 1975 quando, já formada, viaja à Paris para estudar pediatria. Membro de uma família relativamente conservadora, seu pai evitava envolvimento com política.

Ele ficava mais na dele. Assim, cético e medroso. Eu acho que meu pai era sobretudo medroso [...] muito mais reservado. Ele achava que a gente não devia se manifestar publicamente porque isso podia dar problemas. Essa noção eu tenho dele. Meu pai era fundamentalmente medroso. [...] Ele achava que a gente não devia se expor. [...] um sujeito muito temeroso. Não acho que foi por causa da ditadura, é obvio que o ambiente de ditadura só reforça essa maneira de ser, a sua maneira de estar no mundo, mas ele desde sempre foi assim. [...] acho que é um elemento constitutivo sabe, do jeito de ele ser.

Na percepção da filha, o pai cético e temeroso recolhe-se e evita expressar opiniões publicamente. Característica própria dele, mas provavelmente agravada pelo clima na ditadura. No ambiente familiar, o recolhimento do pai era contrastado pela mãe, que “era mais atirada, [...] no limite de uma pessoa que morava numa cidade do interior, que foi mãe de cinco filhos, trabalhava fora a vida inteira.” A participação política da mãe não alcançava a organização junto a coletivos, mas emitia opiniões,

geralmente, pautadas na posição conservadora defendida pela UDN (União Democrática Nacional).

Minha mãe não era uma pessoa que apoiaria [a ditadura] de jeito nenhum, por que era uma pessoa contra a violência. Ela não apoiaria de jeito nenhum tortura, as prisões, nada disso. [...] Mas ela admirava profundamente Carlos Lacerda. O cara falava muito bem. E eu acho que ela não distinguia uma coisa de outra. Ela não distinguia que interesses que cada um defendia, ela não tinha essa distinção. Não tinha. E ela odiava o povo do PTB e do PSD. Isso eu me lembro perfeitamente. Para ela isto era a corrupção. Então ela tinha essa noção de corrupção muito forte. E o udenismo, como aquilo incorruptível, os tais da UDN. Sabe assim, “um povo incorruptível, que seriam os guardiães da moral.” Ela tinha isso na cabeça.

A depoente cresceu em uma casa em que o pai preferia não envolver-se com política e a mãe, mais participativa, reproduzia opiniões políticas mais estereotipadas e menos críticas e politizadas. Seus irmãos mais velhos também não militaram. A depoente constata a repercussão do golpe em sua casa: *“O golpe militar passou em brancas nuvens na minha casa. Eu me lembro muito mais, por exemplo, do assassinato do Kennedy, em 63, da gente ouvindo no rádio”*. A notícia do assassinato do presidente dos EUA um ano antes permanece mais forte na memória de Virgínia que o golpe em seu próprio país. Há de se ponderar que a imprensa brasileira, bastante conservadora, apoiou largamente o golpe (AMORIM, 2015; CHAGAS, 2014), enquanto a repercussão do espanto e surpresa do assassinato do presidente estadunidense deve ter sido repercutida à exaustão no rádio e jornais.

O ambiente familiar no qual Virgínia foi criada parecia favorecer o desinteresse por questões políticas e o surgimento de opiniões políticas pouco críticas e atravessadas por preconceitos disseminados no senso comum. É possível que essa característica presente no lar da depoente quando jovem fosse comum em muitos lares brasileiros.

Vivendo mais distanciada dos acontecimentos políticos em sua casa, é compreensível que, no período em que estudava para sua formação como médica, a vida política do país tenha passado ao largo. Esse ambiente somente sofre uma ruptura quando muda-se temporariamente para a Europa para estudar pediatria e depois neonatologia. Sua militância política é despertada quando, na França, conhece a história dos brasileiros exilados pelo regime, conscientiza-se sobre o que vinha acontecendo no Brasil, inicia seus estudos políticos e nunca mais abandona a

militância. Passados 40 anos, a depoente mantém intensa atividade militante sindical e na saúde.

Dentre muitos aspectos significativos levantados no depoimento, optamos por focalizar nos traços psicossociais presentes em sua memória nesses dois momentos marcantes do regime: uma certa alienação enquanto somente estudava nos períodos do golpe, consolidação da ditadura e AI-5; e intensa militância quando volta ao Brasil, durante o início da abertura política do regime.

O golpe em brancas nuvens

Em Três Corações, o estudo, e à direita no mapa, se iniciava o golpe. Em 1964, Minas Gerais uniu e distanciou a depoente do golpe civil-militar. Ao mesmo tempo em que o general Mourão inicia o deslocamento de sua tropa partindo de Juiz de Fora, a menos de 300km a oeste, na cidade de Três Corações, a adolescente de 14 anos de idade *estudava, estudava, estudava*. Enquanto estudava para a escola e, posteriormente, para o vestibular, a derrubada de Jango e a ditadura passaram despercebidas. Consolidada a ditadura, os primeiros onze anos do regime praticamente não são notados por Virgínia.

Eu morava em Três Corações. [...] nós fomos para Belo Horizonte quando eu fiz 15 anos. Um ano [depois], o golpe foi em março de 64. A gente mudou para Belo Horizonte foi em agosto de 65. [...] eu não sei como é que foi. Pequena, Três Corações. A minha impressão sobre o golpe militar é zero. Nada, não tem lembrança, não tem nada.

Ao longo da entrevista a depoente enfatiza o quanto o golpe foi algo pouco ou nada percebido na rotina de sua casa e de sua escola. Na pequena cidade de Três Corações, a jovem garota permanecia focada nos estudos e alheia aos acontecimentos políticos do país, que quase nada repercutiam em seu cotidiano. A referência sobre a mudança para Belo Horizonte parece mais marcante que a mudança do governo.

Em casa, a mãe udenista era responsável pelas poucas lembranças que restaram sobre política na década de 1960.

O Jango não [lembro], porque o Jango ele era do PTB? PTB... [...] a pessoa do Jango, não. Eu nunca ouvi ela dizendo: “É isso mesmo, ele tem que ser derrubado”. Não. Esses comentários, não tem registro, entendeu? Não tem registro.

O que eu me lembro muito bem foi da eleição do Jânio versus o [...] General Lott. Nossa, então, esse Lott para ela era um sujeito assim: “É a corrupção de novo, é a roubalheira”. Por isso que aquela questão do Jânio não é a toa. [...] A questão da vassourinha. A gente andava de vassourinha, eu lembro que eu era pequenininha. Ela nos dava as vassourinhas pra gente andar com ela. A gente achava aquilo o máximo, aquele brochinho de vassourinha. Me lembro disso perfeitamente em Três Corações. [...]

E Jânio Quadros depois ela abominou. Depois ela teve tempo de fazer uma autocrítica (risos). Mas o Carlos Lacerda não porque ele morreu. Morreu como grande herói.

As vagas referências à política pareciam resumir-se aos estereótipos de campanha e impressões difundidas pelo líder político da UDN, Carlos Lacerda. A imagem simplista e conservadora de que a corrupção seria característica constitutiva e concentrada em um partido; e de que um herói da nação poderia extirpá-la do governo são fortes instrumentos de campanha que, há mais de meio século, parecem exercer grande poder de sedução a uma parcela menos politizada e crítica da população.

Virgínia *não tem registro* de ouvir em casa a defesa da derrubada de Jango, mas a renúncia de Jânio Quadros da presidência nunca seria perdoada por sua mãe: *“Aquilo foi uma traição [para a mãe] [...] ali acabou a figura do Jânio para ela. Isso com certeza. Porque ela falava isso muitos anos depois. [...] depois disso, o Jânio é uma figura desprezível, o que ele fez ele não podia ter feito.”* Admirado em casa até aquele momento, Jânio passa a ser abominado por sua renúncia, traído a confiança da eleitora devotada.

A vagues da memória sobre os políticos daquele período é característica também da memória da depoente sobre as repercussões da primeira década da ditadura. Consolidado o golpe, a ditadura se estrutura: um militar sobe ao poder e inicia uma nova era antidemocrática no país. Nos primeiros momentos após o golpe a violência e arbitrariedade já correm soltas: militares, professores, estudantes, políticos, sindicalistas, líderes rurais são presos. Muitos são torturados, outros exonerados. Ao longo dos anos, o regime amplia e aprimora a máquina repressora. Ao ser questionada sobre sua percepção da violência naquele período, a depoente é enfática.

Nada, estou dizendo para você, eu não tinha noção. Não tinha noção nenhuma. É impressionante isso, né? Por isso hoje eu consigo compreender os alunos que passam pelas coisas em brancas nuvens, porque eu passei. Totalmente em brancas nuvens. Totalmente.

Distanciada dos acontecimentos políticos, a violência não é percebida, a história passa “*em brancas nuvens*” para a jovem que direcionava-se aos estudos em Minas Gerais. A efervescência política, cultural, sexual vivida em 1968 e a truculência do AI-5 também não são percebidos no cotidiano de Virgínia.

Nada... 1968, eu estudava no colégio universitário de Belo Horizonte. Eu fiz o primeiro e segundo ano no colégio estadual, de Belo Horizonte, que era um colégio ótimo na época. Antes da ditadura acabar com tudo o colégio público. [...] Primeiro que era integral, das 8 as 6 da tarde, público, gratuito, e era longe [...] esse colégio universitário que estudei terceiro ano [...] científico, [...] 1968 o ano inteiro. Eu só estudava. Podia estar caindo o mundo do meu lado, entendeu? Sem noção. Eu chegava às 8 horas da manhã no colégio universitário, a gente almoçava no colégio, era uma época completamente diferente, tinha almoço lá, bandejão, tinha cineclube. [...] Bom, mas não tem registro. Eu entrava às 8, saía às 6 da tarde, estudava, estudava, estudava, estudava.

A dedicação em tempo integral aos estudos na escola e a preparação para o vestibular tomavam toda a atenção da depoente. O deslocamento, a permanência por dez horas no colégio universitário e imersão profunda nos estudos focados na medicina: o que acontecesse ao redor, passa ao largo. No anos seguinte, já na universidade, a dedicação intensa ao curso condensado de medicina torna o AI-5 uma vaga lembrança.

Aí fiz o vestibular, em 1969 eu entrei na Faculdade de Medicina. Não tem registro nenhum. [...] É, porque assim: o meu curso, era um curso que eles estavam fazendo um experimento [...]. Era só de 5 anos. Então era uma coisa condensada, você ficava doido, porque veja: condensar 6 anos em 5 na medicina. Em 6 anos o que eles fazem com os alunos já é uma coisa massacrante, você imagina em 5. A gente dava plantão de 4 em 4 dias no quinto ano Além de ter que assistir às aulas todas.

Aquilo que para muitos é considerado um marco da ditadura, pelo recrudescimento do regime e barbárie explícita dos agentes do Estado não afeta a depoente. Reclusa no mundo da medicina, a violência desatada pelo AI-5 é experienciada apenas indiretamente e memorada pela remanescência de alguns traços sombrios da perseguição aos “procurados”.

Eu me lembro vagamente de ter visto na casa da minha mãe, não sei se foi na televisão [...] um cartaz do tempo da ditadura. Tinha aquelas fotinhos dos procurados. Eu me lembro da sala da casa da minha mãe. Não sei se foi algum jornal. [...] Isso ficou lá na [...] minha memória. [...] A impressão que eu tive é que era uma coisa [...] muito sombria, aquilo ali tinha uma coisa muito sombria, muito estranha. Mas é uma coisa muito vaga.

A imagem dos procurados. A estratégia de doutrinação e convencimento da população sobre os *bonzinhos* e os *malvados*. As cenas de perseguição política que invadem o lar do cidadão pela TV, pelos jornais, revelam quem são os procurados: aqueles “perigosos terroristas que ameaçam a democracia e o crescimento do país”. Para uma jovem de classe média afastada dos temas políticos, o clima sombrio se originaria por identificar que havia perseguição às pessoas? Ou seria pela ameaça ao cidadão retratada naquelas figuras humanas que “queriam o mal do país”? A vaga lembrança da depoente parece ser suficiente para indicar a abrangência e penetração das campanhas do governo contra os opositores do regime. Mesmo uma jovem completamente alheia à política, guarda em sua memória os cartazes publicamente divulgados com pessoa procuradas, supostos inimigos do Estado. É possível que muitas pessoas, mais envolvidas ou menos na política, também fossem acessadas pelos cartazes e seu conteúdo de propaganda política.

O depoimento indica ainda que o poder de penetração e impacto da ditadura no cotidiano do brasileiro parece mais amplo que os cartazes de procurados e invade o convívio com outros cidadãos nas instituições de ensino. Virgínia recorda-se da presença de colegas na faculdade de medicina envolvidos com política.

Outra lembrança muito de passagem que eu tenho é que eu tinha um colega na medicina que se chamava Virgílio. O Virgílio, ele era provavelmente de esquerda por que ele dizia assim: “Virgínia você assina para mim?” nas listas de chamada [...] Ele dizia: “Virgínia, assina porque eu preciso ir lá no DCE”. Então, eu acho que a minha militância se limitava a escorar o Virgílio, entendeu? [...] O Virgílio era um militante, ele vivia no DCE. Com todos os limites que devia ter a militância na medicina que sempre foi menos assim de ponta.

E o outro colega que eu me lembro que era metido com questões sociais era o que tinha passado em primeiro lugar, o Itamar. [...] O Itamar era um menino brilhante, né? E a gente considerava ele um gênio [...] E o Itamar eu me lembro que, na época, [...] a minha impressão dele é que ele queria ser psiquiatra e para nós aquilo era um bicho [grilo]. [...] Ele era um sujeito exótico (risos) Mas o Itamar imediatamente começou assim, ele não estudava, ele cuidava de outras coisas, eu não sei bem do quê. Mas ele era politizado. Então eu me lembro, o Virgílio e o Itamar para mim, eram os dois politizados da história, entendeu? [...] Mas são os únicos dois que eu identificava. O resto de nós eram os estudantes. Não era assim um pessoal de direita, mas era um pessoal que estudava, estudava, estudava, estudava.

A parca militância na faculdade de medicina: um curso há muito elitizado, que exige dedicação integral dos alunos, pouco permite outras atividades. Durante o curso, o convívio com apenas dois colegas politizados dava notícias distantes do clima no país. A militância possível na universidade não cabia na rotina padrão do

estudante e exigia o respaldo da amiga para assinar presença para Virgílio. Enquanto a maioria dos alunos precisava *estudar, estudar, estudar*, aquela outra “*criatura muito mais inteligente [...], começou de cara a desprezar aquilo tudo*”. A percepção de que Itamar tinha envolvimento com algo social, mas *sem saber bem o quê*. A descrição indica possível cuidado do estudante em tempos de risco intenso.

Na fala da depoente, um aspecto bastante significativo em relação à alienação da maioria daqueles estudantes da faculdade de medicina: “*Não era assim um pessoal de direita, mas era um pessoal que estudava*”. O distanciamento e alheamento às questões política no país não significava, necessariamente, convivência com o regime, concordância com a violência. Virgínia enfatiza a preocupação de graduandos como ela que só viam os estudos à frente. O foco restritivo afasta o estudante do mundo ao redor. A imparcialidade alienada, o silenciamento desinformado: sem consciência crítica, calar-se e não assumir uma posição em relação à injustiça significa quase tomar o lado do opressor.

Em 1973, Virgínia se forma médica e os dois anos seguintes são, mais uma vez, intensamente ocupados pelos estudos na residência de pediatria. As notícias da ditadura atravessam brevemente a história da depoente também durante a residência médica.

Eu tive professores na residência de pediatria que [...] diziam que tinham sido chamados pra depor, eu me lembro perfeitamente. [...] eram três irmãos: dois eram cirurgiões e um era pediatra. [...] Eu sei que esses três [...] eram ótimos, por que eles eram médicos completamente diferentes, né? [...] E assim, vagamente, eu sabia que eles tinham algum problema político, entendeu?. Que eles tinham sido chamados para depor, por não sei o quê. Devia ser uma coisa muito leve porque não tinha registro de eles terem sido preso nem coisa nenhuma. Agora, que a gente sabia que eles eram lideranças, a gente sabia. A única coisa. Nunca foi conversado, discutido, coisa alguma da ditadura militar durante a pediatria, mas eu sabia que [...] tinha alguma coisa, só isso.

À distância da política, a depoente experienciava algumas situações que refletem impactos da ditadura na universidade. A presença de professores diferenciados, lideranças que haviam sido chamadas a depor. Apesar da ausência de conversas ou discussões sobre a ditadura, permanece a percepção de que “*tinha alguma coisa*”. A repressão faz-se notar, mais perceptível ou menos, também em ambientes prioritariamente alienantes. É de se supor que ambientes como esta faculdade de medicina e tantos outros cursos afastados da política possam ter sido favoráveis à manutenção da alienação dos alunos, muito embora, dificilmente, a percepção de

resquícios da política repressiva tenham passado totalmente despercebidos pelos alunos, professores e funcionários.

É possível imaginar que uma parcela significativa da população, envolvida com estudos e questões da vida privada, tenha escolhido abster-se das questões políticas e desligar-se do que poderia acontecer ao longo do regime. A depoente termina a residência em 1975 e, em setembro daquele ano, parte para a França para aprofundar seus estudos.

Quando eu saí do Brasil, que foi em 75, eu não militava em coisíssima nenhuma. Eu era uma estudante de medicina absolutamente das convencionais e depois uma residente de pediatria, que era o que eu fui. [...]. Olha, eu me lembro muito vagamente do meu ex-marido falando alguma coisa sobre o golpe no Chile, que ele tinha um amigo, que podia ser perseguido, e que foi nos visitar uma vez lá em Belo Horizonte. Então, obviamente eu não era uma pessoa de direita, mas também não era de esquerda. Eu era uma médica, ponto. Uma estudante de medicina, depois uma médica que queria fazer bem o seu trabalho, acabou-se. Era isso mesmo. Não vou dourar a pílula, entendeu? [...] eu era totalmente a favor de qualquer coisa que fosse democrática, mas não passava disso. Eu não tinha noção.

Um estudante convencional de medicina. A vontade de fazer bem seu trabalho emerge ao lado do desinteresse pela política. Já no início da década de 1970, a formação do médico parece cindir o caráter humano separando a saúde daquilo que diz respeito à política, desvinculando as relações humanas, as condições de vida e sanitárias da possibilidade própria do *existir bem*. O homem visto exclusivamente como *biológico* e não político. O depoimento parece evidenciar a ênfase da visão *biologizante* na formação do médico, a compreensão de que ao médico cabe cuidar do corpo como uma máquina biológica, praticamente desconsiderando que o corpo não é desvinculado da existência humana que se apresenta por ele.

A depoente lembra: “*não era uma pessoa de direita, mas também não era de esquerda. Eu era uma médica, ponto*”. A jovem de 25 anos compreendia-se como médica e a medicina não teria nada a ver com política. O depoimento parece mostrar um recorte que pode assemelhar-se a experiência de muitos brasileiros voltados às suas atividades cotidianas, distantes da política, livre do fardo de assumir um posicionamento e longe de confusões. É possível que uma parcela significativa da população brasileira tenha também se afastado do envolvimento político nos anos da ditadura, mal tenha se dado conta do que se passava politicamente no Brasil. Para muitos brasileiros, focados na vida doméstica, a violência pode ter passado despercebida ou então não quiseram saber. Do mesmo modo, é possível que uma

parcela significativa da população tenha sido permeável ao traço de sedução dos discursos políticos e tenha reproduzido estereótipos e preconceitos acríticos. Na experiência da jovem Virgínia, o desinteresse pela política parece atrelado antes à preocupação com a vida privada, à busca por objetivos pessoais da vida doméstica, do que a uma possível esquiva motivada pelo medo, perseguição, ameaça.

Essa alienação remete a um distanciamento do mundo no qual se está inserido, de costas para aquilo que diz respeito ao próprio existir em comunidade, o cidadão perde também noção do caráter próprio de pluralidade do existir humano.

Álvaro de Campos, heterônimo de Fernando Pessoa, no poema *A Casa Branca Nau Preta*, transforma em imagem um certo alheamento.

*As naus seguiram,
Seguiram viagem não sei em que dia escondido,
E a rota que devem seguir estava escrita nos ritmos,
Os ritmos perdidos das canções mortais só marinheiro de sonho...*

As naus que seguiram, não se sabe quando nem por onde. A vida segue alheia ao destinamento que a acomete. Mais adiante o poeta complementa: *Naus partem – naus não, barcos, mas as naus estão em mim*. A jovem Virgínia parece navegar. Navegando desatenta e atada à vida privada, a embarcação já partiu: nem foi vista, nem sentida. Em naus e barcos sem remo, muitos brasileiros parecem ter vivido a tormenta no oceano e não se dado conta que ali navegavam. À deriva no mesmo mar em que muitos se afogavam, a vida seguiu, mas não sem que a água salgada tenha invadido a embarcação.

Que sonhos? ... Eu não sei se sonhei ... Que naus partiram, para onde?

A viagem a Paris e o contato com os brasileiros exilados na Europa nos quatro anos que lá esteve parecem ter desvelado à depoente onde estaria sua embarcação e quais rotas fariam sentido. O contato com a realidade e o sofrimento dos exilados, as reuniões da Anistia Internacional, os grupos de estudos sobre Marx e Lênin. Os anos na França são divisores de água na vida de Virgínia. Aquela jovem Virgínia, estudante convencional de medicina, que embarcou em 1975 para estudar pediatria, *nunca mais voltaria ao país*. Em seu lugar, no ano de 1979, retorna ao país a politizada militante do MEP (Movimento pela Emancipação do Proletariado) e inicia uma nova vida engajada.

Abertura: Transição pessoal e política

Nada será como antes. Apenas quatro anos separam a Virgínia que em setembro de 1975 saiu do Brasil e a que retorna. Apenas quatro anos separam o Brasil que foi deixado e aquele encontrado em agosto de 1979. O curto espaço de tempo parece pouco para significar as transformações experienciadas pela depoente e as mudanças ocorridas no país.

Oficialmente, quando a depoente partiu para a Europa, o país dava seus primeiros passos no processo de abertura política “lenta, gradual e segura” iniciado pelo ditador Ernesto Geisel. Muito embora, seus efeitos foram mais percebidos somente ao longo dos anos seguintes. Em quatro anos que Virgínia esteve fora, dezenas de grandes e pequenos acontecimentos marcaram significativamente o processo de abertura: os assassinatos do jornalista Vladimir Herzog e do operário Manoel Fiel Filho pelos agentes do DOPS; as mortes (ou assassinatos) de Juscelino Kubitschek e João Goulart; a demissão do linha dura Sylvio Frotta do Ministério do Exército; o fim do AI-5; o arrefecimento do aparelho repressivo; aumento das pressões internacionais e empresariais pelo fim da ditadura; a posse do último ditador militar João Batista Figueiredo; a morte (ou assassinato) do delegado torturador do DOPS Sérgio Paranhos Fleury; as lutas e a conquista da anistia dos perseguidos políticos; o crescimento dos movimentos sociais, sindicais e partidários; e a volta das greves operárias. No contexto da abertura, todos esses acontecimentos foram possíveis e somaram-se pressionando para o fim do regime.

A médica que retorna ao país também não é mais a mesma. Os anos morando na Casa do Brasil na França²⁵ aproximou a depoente de outros brasileiros estudantes de pós-graduação e dos exilados, que lá circulavam. A amizade com essas pessoas e a participação em grupos de estudos, iniciados com a leitura de Marx e Lênin, marcam com espanto seu despertar político: “*eu falei ‘O que que é isso, minha nossa?’ (risos) Gente, eu não entendia nada do mundo até essa data (risos). Nossa, você não*

²⁵ Segundo o site da CAPES, “a Casa do Brasil na França oferece apoio e moradia a estudantes e pesquisadores brasileiros, desempenhando um importante papel no desenvolvimento da pós-graduação. Abriga permanentemente, no mínimo, 120 brasileiros que desenvolvem pesquisas em instituições parisienses” (<http://www.capes.gov.br/bolsas/casa-do-brasil-na-franca>).

imagina”. A amizade, os estudos e discussões políticas, a presença nas reuniões da Anistia Internacional em Paris. “*Conquistada pela questão da classe*”, Virgínia foi convidada a “*entrar no partido que era clandestino*” e inicia sua militância pelo MEP (Movimento pela Emancipação do Proletariado), “*aí as coisas ficaram muito mais regulares*”. Depois veio concomitantemente a militância pelo Movimento Feminista.

Eis a Virgínia que retorna e o Brasil que foi encontrado. Ambos mudados e apontando para rumos ainda desconhecidos. A disposição e embasamento políticos da depoente inauguram veredas na militância na área da saúde, trilhadas intensamente nos anos de abertura e seguidas até hoje.

A volta ao país revelou à depoente um Brasil peculiar. Um país há quinze anos tomado por uma ditadura já mostrava sinais mais perceptíveis da abertura. Coincidentemente ou não, Virgínia retorna na mesma época em que a anistia fora conquistada e muitos outros brasileiros puderam voltar. A primeira decisão de Virgínia foi buscar um curso de saúde pública na Faculdade de Saúde Pública da USP. Em janeiro de 1980, prestou concurso e iniciou a carreira de médica sanitária da Secretaria de Saúde do Estado, trabalhando sempre na zona leste de São Paulo. A militante que aqui chega parece experienciar um clima misto no qual ainda era perigoso entrar no país com livros “subversivos” e a clandestinidade se fazia necessária no MEP, por outro lado, já havia alguma abertura para reunir, dizer, pensar, empenhar certas ações política sem medo.

A militante conta suas primeiras impressões da volta:

A gente ainda tinha problemas, me lembro da gente tendo cuidado, por exemplo, não trazer livro de Marx, de Lenin. A gente ainda tinha essa preocupação quando nós chegamos aqui, ainda tinha clandestinidade. Tanto que imediatamente eles [MEP] nos alocaram com determinadas pessoas que a gente encontrava na Avenida Paulista, era assim: [...] “Ah, eu vou estar de calça vermelha e blusa branca” [...] E aí eu encontrava com não sei quem lá na Paulista, no Center 3, que eu não sabia o nome dessa pessoa, [...] discutia com ela as questões da saúde e políticas mais gerais. Eu nunca soube o nome dessas pessoas. Então, tinha um menino lá que eu lembro perfeitamente dele, [...] não sei o nome do menino, nunca fiquei sabendo. E eu lembro que me encontrava regularmente com ele para discutir questões.

O período de abertura ainda exige muitos cuidados. A repressão parece mais amena em alguns aspectos, algumas conquistas marcam um momento diferente. Comparativamente aos Anos de Chumbo do AI-5, os tempos parecem outros, muito

embora, fazer política ainda não é algo sem consequências. O cuidado com os livros que se lê, a necessidade da proteção da clandestinidade. Cuidadosa e atenta aos riscos de suas ações, a experiência da militante parece refletir a permanência de um clima de cerceamento, de censura, de controle.

O andamento da transição *lenta, gradual e segura* não é segura para a população. O cidadão parece viver uma certa ambiguidade no ambiente: de um lado, os sinais de abertura, uma *luz no fim do túnel*, a diminuição da repressão podem favorecer o crescimento dos movimentos de luta contra a ditadura, o ânimo, a esperança com a abertura; e de outro, o clima exige cuidados, o cidadão ainda não pode ler ou adquirir sem preocupação livros de esquerda, tampouco expressar livremente sua opinião em público, no trabalho, nas ruas, no ônibus.

Aquela história da distensão lenta, gradual e progressiva. Foi tão lenta, gradual... Imperceptível. Hoje é que eu posso dizer para os estudantes o seguinte: a gente não podia discutir, a gente não podia ter qualquer livro, a gente não podia xingar o general presidente. Hoje é que eu me lembro disso. Mas na época foi um deslizamento.

O controle rígido da transição e a liberação lenta, muito lenta. A sensação da depoente de que a abertura gradual era “*imperceptível*” não foi à toa. À distância do tempo, a percepção do *deslizamento* que permitia caminhar, se articular e lutar contra o regime, não é feita sem a clareza de que havia ainda um perigo no ar, a necessidade de cuidados com manifestações em público. O rigoroso acompanhamento do processo pretendia evitar uma reação em massa contra o regime, um estouro de boiada que seria impossível conter. Em longa entrevista fornecida ao CPDOC pouco tempo antes de morrer, o general ditador Ernesto Geisel considera a complexidade de comandar a abertura: enquadrar a oposição à abertura feita pela linha dura dentro das Forças Armadas e, ao mesmo tempo, administrar as forças de oposição ao regime, que queriam acelerar o processo. Articular a distensão significava conter essas duas forças opostas e, no entendimento do ditador, a redemocratização poderia ter sido feita antes, se houvesse “mais cautela” da oposição (D’ARAÚJO; CASTRO, 1997).

Essa ação própria feita “com muita reflexão”, mencionada por Geisel, reflete-se no relaxamento entremeado com a presença de traços coercitivos. O clima experienciado na cidade por essa dualidade sugere um ambiente favorável à sensação de receio, insegurança, fragilidade, incerteza sobre os limites do regime no cotidiano do cidadão.

Esse caráter dúbio parece manifestar-se na opinião de Virgínia quando questionada sobre haver ou não medo naquela época:

Não, eu acho que já era uma época bem mais light, bem mais leve. Eu não me lembro das pessoas terem medo. Não. [...] Gente, já era 79, não teria nem cabimento a gente ter medo, né? Eu acho que não. Então tinha esse coletivo que a gente se reunia entre nós, todo mundo sabia quem era quem.

As reuniões do coletivo aconteciam sem a necessidade da clandestinidade da troca de nomes. A relativa tranquilidade de realizar encontros sabendo quem são os companheiros, a sensação de que era uma época mais *light*, de que “*não teria cabimento*” as pessoas terem medo em 1979, parece contrastar com o receio de carregar livros considerados “subversivos”, de encontros clandestinos com membros do MEP na avenida Paulista. A dubiedade dos sinais da época parece conformar uma atmosfera incerta, duvidosa, instável sobre a abertura.

Como parte do processo de abertura, a reorganização partidária começa a movimentar discussões no final da década de 1970. O surgimento do Partido dos Trabalhadores não acontece sem que haja nova ambiguidade de sentimentos daqueles que participam do processo. A depoente relembra sua participação nos primórdios do PT e as dificuldades enfrentadas entre os próprios pares.

Depois que o PT foi fundado em 80, aí já começou a ter uma discórdia completa. Porque nós já éramos identificados como extrema esquerda e o pessoal da direita do PT que foi indo cada vez mais para a direita, já achava que éramos pessoas suspeitas. Tinha uma coisa muito grande contra nós. [...] Eles sabiam que a gente era de esquerda, desde o início. E nos desolavam desde o início. [...] A gente tinha claro que [...] o partido era um tremendo saco de gatos, que tinha desde gente, os oportunistas todos, a igreja, nós da esquerda, tinha de tudo. [...] Eu brinco com o pessoal, a gente sempre foi minoria e sempre será nesse mundo. [...]

E o problema é que na medida que isso aconteceu o MEP acabou.

A formação de um partido de esquerda com força política para enfrentar democraticamente nas urnas os partidos de direita não ocorre sem conflitos. As divergências entre diferentes ramos da esquerda inviabilizam o trabalho de uns e favorece o de outros. A depoente, pertencente a um grupo considerado por ela como extrema esquerda, percebe a falta de espaço e apoio dentro do partido. A sensação de ser minoria dentro da própria organização das minorias. A adesão do MEP ao partido, a falta de apoio entre os setores mais moderados e à direita levou ao enfraquecimento e fim do antigo grupo militante.

Lincoln Secco (2011) constata que organizações, como a Convergência Socialista, com a perspectiva de legalizar-se como outro partido, ingressam no PT junto com MEP, ALN, PCBR, AP e outros: “a maioria se dissolveu ou formou novas tendências” (p.47). A reorganização partidária e o surgimento de um grande partido de esquerda parecem vir acompanhados de uma frustração por encontrar dificuldades onde deveria haver solução e pelo fim de projetos que não obtiveram apoio nesse novo contexto partidário.

Consideremos as observações de Dênis de Moraes (2011) sobre as características da esquerda em 1964 que favoreceram a consolidação do golpe: “As diversas esquerdas careciam de projetos estratégicos singulares, quanto mais um que fosse unificador, para definir os rumos da ação política” (p.368). A falta de um projeto unificador das esquerdas nos anos 1960 parece ter enfraquecido sua organização e abriu o caminho para que a direita reafirmasse seu lugar e assumisse o poder por meio do golpe. A reorganização partidária nos anos de abertura nos faz questionar o quanto as organizações de esquerda teriam aprendido com a derrota do golpe e os vinte e um anos de regime militar. Na medida em que a própria esquerda fragmentada silencia e exclui vozes minoritárias, parecendo contribuir para as dificuldades de consolidação da democracia.

Virgínia relembra criticamente o autoritarismo e práticas autoritárias travestidas de esquerda nos primórdios do partido.

A esquerda tem muito autoritarismo. Não é por que a pessoa tem assim, determinadas diretrizes políticas e princípios políticos ou estratégias e táticas que ela não é autoritária [...]. A gente enfrenta isso todo dia (risos), tem que enfrentar. [...] É impressionante como as pessoas são autoritárias e se dizem de esquerda. Sempre teve, não é porque é dito de esquerda que a pessoa é democrática.

O autoritarismo arraiga-se nas relações de poder e é reproduzido mesmo entre os pares. O olhar crítico da militante permitia identificar o autoritarismo nas relações dentro do partido e a força do impedimento, da falta de democracia em um coletivo que se propunha democrático. O partido, um coletivo de discussões onde não mais havia espaço para certas discussões contribuiu para que o MEP fosse desfeito.

A experiência militante e partidária de Virgínia não reflete uma situação vivida por todos, mas levanta a questão sobre um modo como a abertura e as conquistas partidárias podem ter sido vivida por brasileiros. O depoimento revela uma atmosfera constituída na abertura que pode ter sido propícia a certo grau de

frustração, insatisfação com o rumo tomado pelas organizações de esquerda na redemocratização, a dissolução de um projeto de militância, enfraquecido pela própria esquerda.

Sem espaço no partido, a depoente reencontra seu caminho na militância na saúde : *“Aí fui deixando disso [partido] e fui ficando na saúde. [...] discutindo com pessoas que são de esquerda, mas na saúde. E o PT abandonei completamente”*. A reorganização partidária significou a dissolução de diversos grupos que, no PT e em outros partidos de esquerda, não encontraram voz para seguir sua militância partidária. Esse ambiente pouco acolhedor para a diversidade de vozes dentro da esquerda parece ter sido favorável ao sentimento de decepção, desmotivação política e, talvez, abandono da causa partidária. A depoente retomou a militância na área da saúde. No entanto, parece possível imaginar que, no processo de abertura e reorganização democrática, muitos que também não tenham sido ouvidos ou contemplados nos grupos de participação política tenham abandonado a luta e se voltado para as preocupações domésticas.

Intervenção na saúde e cotidiano do brasileiro

“Desastroso!” – Deste modo Virgínia julga ter sido a absorção do impacto da ditadura no cotidiano do brasileiro. Na opinião da depoente, a privatização promovida pela ditadura na saúde teria repercussões diretas no cotidiano do profissional e do usuário do serviço. O depoimento revela traços psicossociais atrelados à privatização da saúde e a consequente precarização das condições de trabalho no setor público e privado que carregam indícios de possíveis impactos psicológicos no cidadão.

A depoente relata o processo de privatização na saúde.

Essa privatização ela não é de agora, ela começou na ditadura. [...] Abriram crédito para todo mundo construir hospital, abrir ambulatório privado, e isso tornou qualquer coisa que fosse estatal absolutamente dependente dessa rede privada, que foi cada vez mais sendo beneficiada. Isso foi claríssimo, não é só na saúde, é na educação. O absoluto privilégio e sustentação econômica, política, do setor privado. [...]

[o Estado] credenciava serviço. E a maior parte do serviço era privado. Era rede privada. Então a questão da relação público-privado que privilegia o privado vem de antes. E a ditadura se serviu do INPS para cada vez mais credenciar serviços privados.

O financiamento direto e indireto de hospitais, ambulatorios, laboratorios privados a juros baixissimos, ou até negativos, permitiu em pouco tempo o aparelhamento do setor privado da saúde. Felipe Monte Cardoso (2013) observa que as mudanças no aparelho previdenciário nos anos da ditadura, fundamentalmente, caminharam na direção da “garantia da expansão dos serviços privados mediante incentivos estatais que contemplassem, de forma mais ou menos abrangente, todos os setores ligados ao chamado ‘complexo médico-empresarial’” (p.97). O aparelhamento do setor privado de saúde com dinheiro público e a transferência de verba para a iniciativa privada contribuiu para a degradação do sistema de saúde estatal. Cardoso (2013) constata o declínio e pauperização do sistema estatal com a privatização da saúde: “se os anos 60 e 70 haviam sido marcados pelo crescimento dos seguros de empresas, (...), a partir de meados da década de 1970 o financiamento público começa a declinar” (p.126).

A depoente conta a deterioração gradual da máquina estatal ao atrelar os serviços de saúde do Estado à rede privada, e o impacto no profissional da área.

Na saúde a gente tem esses dados. [...] vai se desmontando aquilo que é estatal e repassando dinheiro. O que isso causa nos profissionais, [...] a repercussão pessoal?

[...]

Ou você vai para uma Organização Social, onde você é tratada como qualquer empregado da iniciativa privada é tratado. Bom, virou e mexeu: rua. Você não pode questionar coisa nenhuma. Ou você fica numa rede pública que está totalmente deteriorada.

[...]

Você pega os nossos estudantes que saem e vão para uma OS, [...] estudantes que voltam, nossos egressos, eles falam: “Eu abri a boca, fui despedido”.

A transferência de verba pública para a iniciativa privada e o desmonte da estrutura estatal na saúde. Virgínia constata o impacto na carreira do profissional da saúde por conta da privatização, intensificada na ditadura. A partir de um exemplo atual do trabalho nas Organizações Sociais, a depoente retrata as consequências da privatização sofridas pelo profissional no médio e longo prazo: o profissional da saúde é encurralado entre uma “rede pública que está totalmente deteriorada” e a rede privada, onde a saúde é mera mercadoria e o profissional contratado é submetido às relações de dominação patronal, exploração e submissão.

Felipe Monte Cardoso (2013) analisa como o modelo assistencial privatista contribui contra a atenção integrada e o modelo preventivo de medicina, favorecendo a submissão do sistema de saúde às grandes empresas, laboratórios de fármacos e fabricantes de valiosos aparelhos médico.

A natureza do modelo assistencial privatista, hegemônico no complexo previdenciário, centrado no consumo de fármacos e equipamentos de última geração, favoreceu uma inédita modernização nos padrões de consumo de bens de saúde, potencializando as distorções entre as necessidades e as possibilidades da sociedade brasileira e o padrão de incorporação tecnológica assumido durante o regime (p.97).

A privatização da saúde transpõe, nas ações, o foco do interesse prioritário da *saúde* do cidadão para o *lucro* das empresas. A ditadura não é responsável direta pela continuidade da deterioração da saúde posterior à redemocratização, mas aparentemente fortalece as condições fundamentais para a continuidade e ampliação do processo de privatização, o crescimento dos planos de saúde e a futura Parceria Público-Privada com as OSs.

É possível conceber que os traços capitalistas que atravessam o sistema de saúde privatizada, instituindo o lucro como foco, provavelmente, afetam o cotidiano do trabalhador da saúde que, pressionado a corresponder aos interesses da empresa, tem o seu trabalho impedido no que concerne o bem estar do usuário.

A depoente questiona o impacto na vida do profissional provocado pela inserção da lógica do lucro no sistema de saúde e nas condições de trabalho.

Como é que uma pessoa pode ter vida pessoal trabalhando de um jeito, sabe? [...] eu não separo minha profissão do que é pessoal. [...] Você não é um profissional e uma pessoa. Você é a mesma pessoa, você é inteiro. [...] Pessoa e profissão não se distingue, você é um só. Então você, acaba tua vida, porque você tá numa situação horrorosa.

O existir não é cindido entre o trabalho e a vida pessoal. Ao impactar as condições de trabalho, a ditadura também impacta o cidadão. Virgínia opina sobre as políticas públicas voltadas à saúde nos anos da ditadura: “*A questão é [...] essa restrição que você sofre ao poder realizar a profissão*”. Submetido a condições precárias de trabalho, restrito na possibilidade de exercer amplo cuidado à saúde, o cidadão no trabalho também é afetado. É possível conceber que o cidadão inserido em uma instituição de saúde deteriorada seja mais suscetível a desmotivação, impactando

não somente na qualidade do serviço praticado, como em um mais elevado grau de insatisfação pessoal pelas dificuldades de realizar satisfatoriamente sua função.

O depoimento de Virgínia destaca outro aspecto concernente a essa situação. O profissional que, com esforço, consegue superar ou contornar as dificuldades às quais se depara no trabalho e realiza um cuidado à saúde satisfatório pode ficar sobrecarregado com o aumento da demanda dos pacientes. A depoente descreve a dificuldade.

A sobrecarga que aquele que procura atender, como eu procurava, tem. Aí você começa a ser a referência, porque as pessoas vão falando umas pras outras: “Olha, Dra. tal atende, Dra. tal conversa, Dra. tal procura resolver”, então, a sobrecarga de alguém que atende bem vai sofrendo é absurda.

A desmotivação, desinteresse, insatisfação com o trabalho parecem atrelados à escassez de atendimentos bem realizados no serviço de saúde. Em contrapartida, aquele que exerce sua função passa a ser reconhecido pela atenção, dedicação e cuidado. O que deveria ser regra, torna-se exceção. E sobre este profissional direciona-se grande demanda de pacientes em busca de tratamento e cuidados médicos. A retirada de verba do sistema estatal e repasse ao privado produz a pauperização do sistema estatal com consequências para o profissional e para a execução do cuidado médico. No entanto, a reverberação dessa política privatizante na prática do médico não ocorre sem impacto no destinatário principal do serviço, o cidadão, usuário que se utiliza dos serviços de saúde estatal.

Virgínia descreve a experiência dos usuários e repercussões no cidadão.

As pessoas num nível de angústia, de aflição, por não terem minimamente atendido as necessidades que elas tinham. Então, é absurdo! [...] o grande problema é a privatização, porque ela retira recursos do setor público.

Um cidadão que necessita atendimento e se depara com um sistema pauperizado pela transferência de recursos para a iniciativa privada. A experiência de não ser adequadamente atendido, de sofrer com a falta de recursos para ser cuidado ou de necessitar a carteira assinada para ser considerado cidadão com direito à saúde é um experiência de angústia, de estar sobre um abismo sem ter onde se apoiar para sair dali. Enquanto o repasse de verbas concentra ainda mais a renda nos cofres dos empresários do ramo, o cidadão permanece encurralado. De um lado, um sistema degradado pelo declínio de investimento público, de outro, tornar-se *consumidor* da

saúde e a ilusão de que os caros planos de saúde possam oferecer um serviço ligeiramente melhor.

No período da ditadura, as classes baixas sofreram esse golpe mais intensamente. A retirada de investimentos do setor público interfere diretamente na possibilidade de acesso à saúde gratuita. O cidadão das classes subalternas é sacrificado por não mais ter acesso à saúde com mínimo de qualidade. A verba que seria destinada ao serviço é investida em setores privados. Impossibilitados financeiramente de recorrer ao serviço particular, o cidadão sofre as consequências de uma política ideológico capitalista na saúde que promove a segregação e revela as forças da dominação de classes agindo por meio do fornecimento da saúde.

Antes do SUS, não havia sido instituído o conceito de *saúde pública*. O cidadão poderia ser atendido pelo INAMPS apenas se tivesse carteira de trabalho assinada. À população desempregada, sem condições de arcar com a saúde privada, as possibilidades de atendimentos estavam restritas aos atendimentos nas Santa Casa ou ambulatórios de universidades. A pessoa sem carteira de trabalho praticamente perde a condição de cidadania. A experiência da depoente na faculdade traz elementos importantes para a compreensão de um possível caráter ideológico presente nas políticas de saúde nos anos da ditadura.

Porque naquele tempo, a gente atendia no ambulatório. E o ambulatório dessas faculdades de medicina era movido [pelo] que era chamado de indigente. [...Também na] residência. E o ambulatório desse hospital atendia indigentes. Que era o pessoal que não tinha carteira assinada. E era o pessoal que internava nas enfermarias. Então vinha muita gente, muita criança do interior com doenças mais graves, internava nas enfermarias da pediatria.

Indigente significava qualquer pessoa sem carteira assinada. Isso inclui o contingente de desempregados, muitos jovens, aposentados e familiares sem condições de arcar com os caros e precários serviços particulares de saúde. A perda de cidadania, a delimitação do lugar de uma parcela da sociedade por meio do atendimento à saúde que tem ou não direito. O golpe e os anos de regime revelam também seu caráter de classe através das intervenções estruturais na saúde, tornando a saúde um artigo de consumo, acessível às classes dominantes e à elite. Virgínia opina que essa política de saúde é parte da “*estratégia que os governantes fazem pra transformar a iniciativa privada na grande benfeitora*”.

Felipe Monte Cardoso (2013) destaca como a centralização do aparelho previdenciário, em 1967, marca uma mudança de qualidade na expansão do modelo. As repercussões das políticas públicas do regime no âmbito da saúde parecem ter afetado mais profundamente as classes subalternas, pauperizadas: “o regime ditatorial desprezou as enfermidades mais ligadas à pobreza, estrangulando seu orçamento exatamente no período do ‘milagre econômico’, que preparou terreno para grandes epidemias” (p.22). A ditadura teve papel fundamental no financiamento e expansão do sistema privado de saúde. Quando a lógica do capital, da obtenção de lucro, toma para si o espaço da saúde, transformando-o em mercadoria a ser consumida, os direitos humanos, respeito à vida e ao ser humano perdem importância, relegados a um segundo plano. Em um ambiente em que a saúde é uma mera mercadoria, fica delimitado que uns têm mais direitos que outros, a saúde passa a ser mais um privilégio das classes dominantes e não uma condição de humanidade. Um traço de humanidade é violentado, o humano perde sua cidadania, sua condição de igualdade.

A depoente desabafa:

Ou a humanidade acaba com isso ou nós vamos acabar. Porque a iniciativa privada tem a sua dinâmica inexorável. Ou os empresários obedecem à dinâmica ou eles perecem, entendeu? E pereceremos todos juntos com eles, porque não tem como.

O cidadão torna-se refém da iniciativa privada. A degradação do sistema estatal nos anos da ditadura fez com que muitos cidadãos dependessem do sistema privado. Cardoso (2013) observa como nos anos 1970, os planos de saúde privados foram estimulados e utilizados como moeda de troca em negociações sindicais. Para a sobrevivência do sistema particular, o empresário necessita crescimento do lucro, ampliação dos seus usuários, redução de custos, seleção dos serviços oferecidos, barateamento da mão de obra. O interesse pelo lucro é contrário ao interesse pela saúde. Enquanto a lógica da saúde for a lógica do lucro, parece não haver saída: “*pereceremos todos juntos com eles, porque não tem como*”.

Felipe Monte Cardoso (2013) chama a atenção para que não seja menosprezado o papel ideológico e político da montagem de um sistema de saúde que replica não apenas a segregação social brasileira, mas as diferenças existentes no interior das classes populares no Brasil. Durante os anos da ditadura, a reestruturação da previdência e a privatização do sistema, contribuíram para a concentração de renda, e favoreceram a elitização do acesso aos serviços de qualidade na saúde. Para

as classes trabalhadoras, mais pobres, a segregação social explicitada pela exclusão do acesso à saúde, reforça ainda mais a condição de inferiorizado, subalternizado, de humilhado que as relações de dominação impõem. O indivíduo perde mais uma vez sua condição de cidadania pela exclusão do direito à saúde. Inserido nessa lógica, o sonho de consumo passa a ser o plano de saúde, ter condições financeiras para fazer o mesmo que as classes dominantes fazem, preocupar-se primeiramente com o que pode fazê-lo sair individualmente daquela situação para conquistar um certo *status* e conforto de não depender dos serviços públicos.

Análise da entrevista com Shoshana e Luiz Carlos

São Paulo, 2015.

Na sala da casa de amigos em comum, a entrevista desdobrou-se em uma roda de conversa. No depoimento, inicialmente previsto para ser realizado apenas com o entrevistado, foi incluída a esposa, que também compartilhou sua experiência nos anos da ditadura. Descontraído e, às vezes, mais disperso, assim foi o encontro com Shoshana e Luiz Carlos. A presença da filha do casal, interessada na história dos pais; da mãe uruguaia de um dos donos da casa, vinda para o Brasil fugida da ditadura em seu país; dos próprios donos da casa; além, claro, dos entrevistados e do entrevistador construiu um clima de *encontro entre amigos*, em uma conversa de mais de 4 horas.

O casal se conheceu nos anos de faculdade e os dois ficaram juntos tempos mais tarde. Ambos, vindos de famílias com traços mais conservadores ligados à religião, foram impactados pelo clima da época, pelo autoritarismo da ditadura arraigado nas instituições, e tiveram suas vidas transformadas. Por caminhos diversos, os dois tiveram relações com a AP (Ação Popular). Luiz Carlos, pela militância, e Shoshana por um relacionamento com um dos líderes do movimento no início dos anos 1970.

Os depoimentos revelam o impacto do traço libertário, vivido quase como uma compensação da tensão da época; a relação entre coletividade e individualidade naqueles que lutavam contra o regime; e o impacto do *fim da utopia* para as esquerdas, quando a abertura não resultou em eleições diretas para presidente, tampouco veio por uma revolução socialista.

Percepções de um mesmo golpe

Em uma pequena comunidade judaica, o golpe passou despercebido. Criada em uma comunidade, um “*pequeno gueto*” de judeus poloneses vindos refugiados da guerra na Europa, de “*uma cultura muito, muito fechada*”, buscando proteger-se da perseguição, Shoshana pouco acessava o mundo fora do seu grupo e nada se lembra do golpe: “*Não lembro. Em 64 eu tinha 14 anos, mas os meus pais, nós tínhamos essa vida muito restrita dentro da comunidade, meio que o golpe de 64 passou batido*”.

Shoshana considera que a atração do pai pelo comunismo na Europa – assim como muitos da comunidade judaica naquele momento – não foi suficiente para que questões políticas não fizessem parte da vida de sua vida adolescente aos 14 anos de idade. A depoente, fechada em um restrito grupo de convívio, não se deu conta do golpe. Talvez a preocupação de sua comunidade fosse antes proteger-se da “perseguição” do que atentar-se ao que se passava politicamente em um país no qual sentiam-se estrangeiros.

A oeste no estado de São Paulo, na pequena cidade de Adamantina, Luiz Carlos tem uma experiência diferente sobre o golpe. Inserido em uma família tradicional e conservadora, o golpe parece ter servido aos anseios da “*velha aristocracia da velha República*”. O depoente descreve sua impressão do pai e do avô naquele período.

É uma família paulista, grande parte paulistana de longa data, e o meu avô, pai do meu pai era um baiano, mas da aristocracia na época. [...] Ele veio pra São Paulo [...] para estudar na Escola de Direito do Largo São Francisco. Era elite da elite o meu avô. [...] E meu pai era um cara marcado pela Revolução de 1932. O meu avô era [...] anti-getulista que perdeu a fortuna que tinha, porque deu pra Revolução de 1932. Nada mais conservador que isso, né? [...] Mas meu pai, [...] teve irmãos mais velhos que lutaram na Revolução de 1932 por São Paulo.

Em uma família aristocrática, com fortes tendências anti-getulistas e, provavelmente, avessa às reformas propostas por João Goulart, a ideia do golpe faz adeptos e é apoiada pelos seus membros conservadores.

Fomos todos adeptos. Eu era um adepto do golpe, meu pai. Marcha da Família com Deus pela Liberdade, a liberdade liberal de poder fazer negócios contra os comunistas. Não tinha nada a ver com a liberdade real, é outra liberdade (risos).

A liberdade que visa os próprios interesses, que cerceia a liberdade do outro. A defesa dos costumes tradicionais e dos privilégios aos quais as elites sempre foram beneficiadas. Diferentemente de Shoshana que não deu-se conta do golpe, Luiz Carlos parecia mais ligado às questões concernentes ao momento histórico pelo viés dos interesses da direita conservadora.

O mesmo jovem que apoia o golpe era ligado à JEC (Juventude Estudantil Católica), sentia que “*tinha esse espírito meio missionário*” e preparava-se para matricular-se no Seminário e tornar-se padre.

Desde quando era adolescente, grupinho na praça de Adamantina, todos com 14, 15 anos, meia-noite, saindo do bailinho, [...] e eu ficava fazendo catequese no meio de todo mundo. [...] Eu era tido como carola, como pudico, moralista. Eu não sentia que tiravam sarro da minha cara. Eu não sentia isso.

O conservadorismo do adolescente parece não ser estranhado pelos amigos da mesma idade. O depoente não sentia que tiravam sarro dele. Talvez os jovens da pequena cidade do interior não estranhassem o modo *carola* do amigo por haver uma prévia familiaridade com o conservadorismo provinciano. É de se imaginar que o ambiente em cidades pequenas no interior seja menos acolhedor à diversidade e mais favorável às atitudes que preservem o *status quo* das camadas mais elevadas da sociedade, os valores tradicionais e elitistas, que se alimentam da dominação das classes mais baixas.

Sobre a aprovação do golpe por parte da população, Shoshana entende que a ditadura sozinha não teria a força que teve sem o apoio do povo, de uma cultura conivente.

A ditadura não fez isso sozinha. Ela se aliou com os empresários, tinha a Marcha da Família. Isso é o povo. Não foi a ditadura que fez uma lavagem cerebral. Não, isso é uma coisa que brotou. [...] O povo, é uma coisa de cultura [...]. Acho que é uma coisa de psicologia, o que leva um povo a colaborar tão facilmente? [...] Para mim, é mais rico pensar, não numa ditadura super eficiente e super competente, mas pensar numa coisa mais ampla. Um povo propício. Uma elite propícia a tudo que aconteceu.

Um povo, uma elite favoráveis às intervenções autoritárias. A naturalização das desigualdades, as relações privadas fundadas no mando e obediência. Trata-se de uma cultura com dinâmica ideológica oligárquica favorável aos interesses do mercado, ao retraimento do público e ampliação do privado no que concerne aos assuntos econômicos. Marilena Chauí (2013) adverte que o hábito de supor que o autoritarismo é um fenômeno político que afetaria o Estado favorece “não perceber que é a sociedade brasileira que é autoritária e que dela provêm as diversas manifestações do autoritarismo político” (p.226). O golpe e a ditadura que se seguiu, provavelmente, não teria alcançado tamanho “êxito” em suas ações se não contasse com apoio direto e indireto de muitos brasileiros. A experiência de Shoshana e Luiz Carlos indica que, provavelmente, o golpe foi menos percebido como um problema, ou sequer percebido, em regiões ou comunidades mais conservadoras, mais voltadas a seus problemas domésticos ou valores tradicionais. Os valores reacionários do golpe

parecem ter encontrado ressonância em uma parcela significativa da população, principalmente, nos seguimentos tradicionalmente privilegiados das classes dominantes. De modo que o golpe pode ter sido reconhecido por essa parcela da população como *solução de um problema*, ou mesmo pouco impactou por resultar na manutenção do *status quo*.

Luiz Carlos complementa considerando a colaboração financeira e política da iniciativa privada à ditadura.

A ditadura ela não se restringe às pessoas. A ditadura é um contexto político, ideológico, um acordo feito entre classes sociais e tem inclusive um forte ou total domínio e liderança da CIA dos Estados Unidos. [...] O Fleury, quando montou a Operação Bandeirantes ele fez os treinos nos Estados Unidos. [...] Era uma política de Estado, mas totalmente sustentada pela iniciativa privada. Totalmente sem um centavo do Estado. Além, obviamente do quartel, as instalações eram do Estado, mas o custo dela era caixa 2.

A ditadura não seria possível sem a conivência e financiamento de civis. Não somente a sociedade é conservadora, mas o empresariado utilizou-se do regime para defender seus interesses privados. Shoshana complementa a observação do companheiro lembrando da conivência dos meios de comunicação e da omissão.

O Estadão era totalmente conivente. Eu acho que aqueles que não participaram diretamente com fundos etc., participaram por omissão, por deixar fazer vista grossa. Deixar o serviço sujo pra eles, para Oban. Eram poucos aqueles que tinham peito de peitar.

A adesão dos grandes meios de comunicação foi uma característica do regime. A propaganda, a divulgação, notícias censuradas ou autocensuradas. A população que não tivesse grau elevado de crítica, estaria à mercê dos valores propagados pelos grandes jornais, telejornais e revistas. Muitas vezes a omissão torna-se um modo de aprovação. Como distinguir com clareza a omissão por medo, cautela, sobrevivência ou a omissão por conivência, interesse, apoio ao regime? A coragem de se opor publicamente era para poucos e raros, geralmente, respaldados por uma forte comunidade.

Shoshana lembra o importante papel do rabino norte-americano e radicado no Brasil, Henry Sobel, no enterro de Vladimir Herzog, assassinado pelos agentes do Estado. O jornalista foi declarado oficialmente pelos órgãos do governo como suicida.

No judaísmo, os suicidas não podem ser enterrados no cemitério principal. Eles têm que ser enterrados na periferia, é uma vergonha. O Sobel peitou enterrar o Vladimir Herzog num lugar normal, dando um recado de que ele não acreditou no laudo, na versão oficial de suicídio. [...] os pouquinhos que botavam a cabecinha pra fora para falar “não”, era uma coisa memorável. Essa coisa do Sobel, porque ninguém botava a cabeça pra fora aqui no Brasil. As pessoas gritavam clandestinamente.

A coragem para manifestar-se contra a ditadura, geralmente, não permanecia livre de consequências. Luiz Carlos lembra que *“As pessoas colocavam a cabeça pra fora e cortavam a cabeça”*. Sobel, Dom Evaristo Arns, Dom Elder Câmara e outros poucos puderam enfrentar a ditadura publicamente. A coragem de levantar voz contra o regime emergia da força coletiva, do reunião de muitos sob o mesmo lema, da força do judaísmo, da igreja católica. Para a maioria dos cidadãos, manifestar-se contra o regime exigia a proteção da clandestinidade. E mesmo assim, muitos foram cortados e silenciados. É possível que o medo da repressão tenha silenciado, desencorajado muito que, mesmo insatisfeitos com o autoritarismo do regime, tiveram apenas o caminho da autopreservação ou, talvez, da omissão.

Rupturas pelo caminho

Na matemática, *menos com menos dá mais*. A clássica formula matemática parece ter ressoado na vida de Luiz Carlos. A vida muda de rumo no momento em que o jovem conservador sai de seu país para fazer um programa de intercambio com propósitos de *americanizar* brasileiros. Em 1965, ao mesmo tempo em que se preparava para ingressar no Seminário e seguir vocação religiosa, Luiz Carlos aplicou para uma bolsa de intercambio nos EUA. O resultado positivo chegou pouco antes que pudesse fazer matrícula no Seminário e, em agosto daquele ano, foi para os Estados Unidos e mudou sua vida.

Então isso foi marcante, foi uma virada [...] Eu vivi um movimento de renovação de costumes, a libertação sexual nos Estados Unidos tava em pleno curso quando eu fui lá. E eu era um cara absolutamente carola, travado, tímido e pudico. Era um cara moralista. Aí cheguei lá e fui pervertido, assediado (risos). Do ponto de vista psicológico, isso pra mim foi uma libertação.

O antigo jovem “moralista”, engajado na pregação da castidade aos amigos em Adamantina, é impactado pelo movimento de liberação sexual e pela cultura

estadunidense. O intercâmbio financiado pela *American Field Service* parece ter tido efeito em Luiz Carlos contrário à intensão da instituição.

O objetivo do (intercâmbio) American Field era fazer cabeças americanófilas totais. Angariar adeptos que iam pras suas terras e iam fazer propaganda do American Way of Life. [...] Mas na minha cabeça a coisa funcionava assim. Primeiro, foi um exercício de democracia. Eu vivi um ano numa democracia, com todas as limitações da democracia, mas tinha. E eu era muito nacionalista. Aí eu voltei com o espírito de que eu quero que o Brasil tenha o que os Estados Unidos tem: crescimento, de educação, de democracia. Eu vim com esse espírito pra cá.

A libertação moral experienciada pelo depoente e o contato com a experiência estadunidense de democracia no intercâmbio parecem desencadear o interesse por estas questões no Brasil e despertar a consciência política ao retornar ao país.

Quando eu cheguei aqui, eu vim pra São Paulo fazer cursinho e me deparei com a polícia batendo em estudante. E eu fiquei indignado. [...] Eu me senti agredido pela polícia, aí rompi eu com a ditadura, por isso rompi com a ditadura. Foi o contraste da tal da democracia. E aí junto com a JUC²⁶ eu fui participando de reuniões. O pessoal da AP se aproximou, eu deixei de ser um cara de direita e passei a ser de esquerda. Se eu não tivesse ido pros EUA, talvez eu tivesse sido padre. Aí seria outra história.

De volta da viagem, o olhar para o mundo era outro. O movimento de politização do depoente é despertado após voltar a ter contato com a realidade vivida pelos estudantes no Brasil. A indignação com a violência, a constatação da falta de democracia, a ruptura com a ditadura. A consciência política começa a ser despertada e o caminho da militância de esquerda se abre pelas reuniões da JUC e pela aproximação com a Ação Popular. Otto Filgueiras (2014) relata como a AP, originalmente ligada à Igreja católica e caracterizada como um movimento social, tornou-se uma das maiores e mais importantes organizações políticas do período da ditadura. Na AP, a militância católica de Luiz Carlos renova-se como militância de esquerda.

Eu mudei de biblia (risos)! Eu demorei muito pra entender isso. Muita terapia. A minha adesão ao movimento de esquerda era uma adesão religiosa. Eu não tenho nenhuma dúvida disso. Como era, em grande parte, com meus colegas.

²⁶ Juventude Universitária Católica.

A intensidade pessoal do modo como o depoente vivia seu engajamento adota uma nova *bíblia*. A esposa confirma: “*E quando ele mudou o objeto da radicalidade ele continuou radical do mesmo jeito!*”. A motivação moralista que alimentava as tentativas de convencer os amigos na juventude sobre a importância da castidade, encontra novos *valores* de inspiração, porém com a mesma veemência de antes. Movido pelos valores da “*igualdade, justiça, bem estar social, liberdade, aceitar o diverso*”, Luiz Carlos trilha uma nova militância.

Trilhando outros caminhos, Shoshana também é impactada pelo movimento libertário que a juventude experienciava naquela época. A descoberta da sexualidade, da afetividade, da quebra de paradigmas.

Então, aí foi quando eu comecei a querer sair do gueto e me perder na multidão. Acho que eu queria me perder na multidão, me sentir igual. Eu acho que essa questão de ser imigrante também foi uma coisa que me marcou muito. [...] Esses sentimentos marcaram.

[...]

Na faculdade é que teve essa coisa de abrir para o mundo, pro Brasil, quebrar com a família, com a religião. [...] com deus, essa coisa libertária mesmo. [...] MPB por exemplo, eu fui conhecer na faculdade. Na minha casa não tinha esse negócio de música brasileira. Era ópera. Apesar do meu pai ser de origem operária, um operário europeu era sofisticado. [...] Ele era escritor de língua iídiche. Então era uma ilha. E então teve esse papel também, de me perder na multidão, de começar a participar da cultura local.

A experiência libertária da depoente se inicia nos anos da faculdade. O contato com outros jovens fora do *gueto*, a cultura brasileira, afastada até então. A sensação de ser estrangeira é amenizada ao encontrar na cultura local, novos lugares de pertença. Shoshana acentua: “*Foi libertário também nesse sentido, de quebrar, de sair do gueto*”. Na faculdade, pode romper com a *ilha* na qual cresceu e deparar-se com um mundo.

Eu estava na Poli, eu era bem travada, com uma educação super conservadora. Em 68, virgem, época de liberação sexual e essa turma era uma turma que além dessas aspirações políticas de liberdade, juntava essa questão libertária, liberação sexual, liberação geral de costumes.

A faculdade parece sintetizar, naquele momento, um grande polo de reunião de juventude, diversidade, cultura, de quebra de padrões. Para a depoente, a universidade parece ter impactado mais pela ruptura dos costumes e menos pela

política. O primeiro companheiro de Shoshana foi o líder da AP, Honestino Guimarães, com quem viveu parcialmente clandestina até o momento da prisão dele.

E eu acabei me unindo ao Honestino Guimarães, fui companheira dele, até ele morrer²⁷. Ele foi preso em 1973, era da AP e tinha uma vida clandestina porque era jurado de morte. [...] Mas o que me atraiu no Honestino, a gente chamava ele de Gui, e eu acho que esse movimento, essa coisa libertária e ele era a reunião de tudo isso. E eu conheci Reich com ele, a gente leu Reich juntos. [...] Ele era de olhar o ser humano, ele tinha amigos em tudo quanto era classe social, e tinha essa questão sexual, de libertação sexual e de todas as libertações. [...] Eu não tinha esse desprendimento, eu era muito medrosa, eu me envolvi com ele por toda essa questão libertária, não foi por uma opção política de transformação do Brasil. Foi uma opção pessoal.

A experiência libertária com o *Gui*. A escolha mais pessoal e menos militante. Em tempos de moralismo, repressão, vigilância, medo, é possível conceber que a liberação sexual, dos costumes, a ruptura das tradições, pudesse ter um efeito quase compensatório para o cidadão. Uma medida de alívio, de resposta a um ambiente sombrio instalado pelo regime. Não apenas no período em que estava com Gui, mas a convivência na faculdade trouxe à depoente uma experiência libertária, acentuou a crítica e simpatia às questões da esquerda.

Eu não tenho uma participação tão direta nesses acontecimentos todos. Eu fui assim mais área de influência do que tive participação. O Luiz teve uma participação direta, militou em partido clandestino, e eu não. Eu fui mais simpatizante, [...] me envolvi mais emocionalmente.

Apesar do impacto e abertura de mundo experienciados pela depoente, a militância nas organizações políticas não foi o caminho trilhado por ela. Assim como Shoshana foi afetada pela efervescência dos estudantes, dos professores, da vida estudantil, provavelmente, muitos outros jovens que frequentaram esses espaços de convívio sentiram mais esse impacto ou menos. A depoente recorda o período em que estudava na Poli.

Eu lembro daquela época, a gente se formou na USP em 72, [...] E a Poli fervia, não a massa dos alunos, mas tinha uma minoria lá que fervia. As Letras nem se fala, a ECA. Mas eu não me lembro de Direito nessa efervescência e nem na Faculdade de Medicina, que além de serem distantes fisicamente, eu não sei se teve.

²⁷ Segundo Taís Morais (2008), depois de preso em outubro de 1973, Honestino Guimarães teria sido levado para Brasília e visto pela última vez pelo agente da repressão *Carioca* na região do Araguaia, levado por um jatinho da empresa Líder, contratado pela Presidência da República.

A Poli fervia. Mesmo que não fosse um movimento generalizado, havia alunos politizados em diversos cursos. Alunos que movimentaram a vida cultural e estudantil, com os quais muitos outros conviveram, participaram, foram interpelados ou até repudiaram. A depoente recorda não ter essa mesma percepção dos cursos mais tradicionais, como Direito e Medicina, que talvez contassem com um contingente reduzido, ou zerado, de alunos envolvidos com a política. Shoshana constata: “*É, a Faculdade de Direito ela fábrica a elite dirigente*”. A percepção de menor envolvimento político desses alunos poderia ter relação com o fato de serem faculdades mais concorridas e ligadas principalmente à classe dominante? Definitivamente não eram todos os alunos desses cursos que poder-se-ia dizer *apolíticos*, entretanto, uma parcela significativa talvez estivesse voltada prioritariamente aos estudos, aos interesses privados.

Marcas entre o individual e o coletivo

O que o indivíduo faz afeta o grupo e vice-versa. O depoimento do casal destaca situações no período da ditadura de dificuldades para encontrar o “*equilíbrio*” entre as questões que diziam respeito ao coletivo e aquelas individuais. O próprio caráter coletivo de relações de militância, de comunidade, por vezes tornava-se um limitador ou empecilho para algumas atividades individuais. Por outro lado, a experiência coletiva trouxe ganhos que perduram até hoje nos modos de relação dos depoentes.

Luiz Carlos lembra da interferência do coletivo também em suas escolhas.

Era uma postura generalizada da crítica, da autocrítica, era um movimento coletivista. Aliás, esse foi um dos meus problemas, porque era tão coletivo que ele afogava o indivíduo. Esse equilíbrio entre coletivo e indivíduo é um equilíbrio difícil. [...] Eu cantava no coral da USP até que o coletivo achou que isso estava sendo incompatível com minhas atividades políticas. Me arrependo até hoje, eu saí do coral da USP, era o coletivo que decidia. [...] Era muito introjetado, eu sentia culpa. Do ponto de vista psíquico, eu larguei o coral, senão eu ia sentir muito culpado de estar no coral e isso ser contra os companheiros. Era uma postura, uma postura psicológica, uma pressão de grupo.

O movimento da crítica e autocrítica, as revisões da postura do grupo e de cada um relativamente ao grupo. As decisões priorizando o interesse do coletivo não

consideravam disponibilidade individual, todos estavam por todos. A decisão individual de participar no coral de um membro isolado não interessava ao grupo, incompatibilizava com as atividades da organização, diminuía sua disponibilidade para a militância. O grupo decide o que cada um faz de acordo com o que é melhor para o coletivo. O sentimento de culpa por contrariar os companheiros, por prejudicar o grupo, impede que seu caminho siga sem a aprovação geral. A intervenção do coletivo no particular parecia acontecer não apenas nos grupos militantes, mas também naqueles que tentavam experimentar atitudes mais democráticas, mais compartilhadas e acordadas entre os iguais.

A culpa vivida no período da ditadura, culpa que impedia tomar uma decisão sem o consentimento dos companheiros, parece ser atualizada nos dias de hoje como uma espécie de culpa pelo que renunciou no passado, pelas escolhas que hoje não fazem mais o mesmo sentido. Olhando para trás, Luiz Carlos mostra certo arrependimento de ter abandonado o coral. Arrependimento que parece acompanhar um certo tom de revisão do passado e de suas escolhas ao longo da entrevista. Um movimento de abrir mão do que construiu até o momento para recriar uma nova vida, como se negasse suas escolhas passadas.

Sobre as relações de grupos naquele período, Shoshana observa a variação experienciada entre as regras, as rígidas normas impostas ou acordadas entre os pares, e o movimento libertário.

Eu acho que naquela época, convivia no movimento de esquerda e dentro de nós, essa coisa de regra por um lado e liberdade por outra. Então em algumas horas vencia essa coisa libertária e em outras coisas vencia essa coisa desse novo conjunto de regras que eram outras.

As regras que impediam que alguém tomasse uma decisão mais individual, passível de repreensão ou punição pelo grupo. A culpa pela quebra das regras do coletivo parece contrapor-se à libertação das normas conservadoras da sociedade. Aparentemente, um paradoxo que delineia um traço presente nos coletivos, nas instituições mais progressistas, talvez, nas universidades. Para o cidadão, uma contradição que pode ser favorável a um descrédito em relação a esse tipo de organização, a um esgotamento pessoal de um sacrifício que pode ser confundido com incoerência.

O fim da utopia e percepções da abertura

Amanhã há de ser outro dia. A percepção de que a abertura acontecia no país não deu-se de imediato desde seu início com a posse do ditador Geisel. Os caracteres lento e gradual são marcantes no processo e seus reflexos começam a ser mais perceptíveis para o depoente entre o final de 1976 e o ano seguinte. Um certo relaxamento da repressão parece uma marca importante para o ressurgimento dos movimentos estudantis, sociais e sindicais.

Luiz Carlos compartilha suas memórias de quando a abertura começa a tornar-se realidade.

Para mim o movimento no ABC, no final de 76, 77. [...] a retomada do movimento estudantil. E que o Geraldo Siqueira, Geraldinho, [...], ele era da AP e [...] ele foi o líder da retomada do movimento [...] . Teve a invasão do TUCA pelo troglodita que invadiu o TUCA [Coronel Erasmo Dias], enfim foi no período Geisel. [...] Erasmo Dias... Ele era um grande troglodita. Foi uma coisa ousada, porque ele estava com a cavalaria querendo dispensar todo mundo [grande passeata estudantil] e o pessoal deitou em cima do Viaduto do Chá e tomou conta. Se ele tivesse disparado a cavalaria, passava por cima de todo mundo e matava metade. Mas ele recuado [...] Mas enfim, esse movimento todo que acabou gerando [...] a Lei da Anistia de 79. Essa que anistiou os dois lados e está igual até hoje. [...] Aí começou a surgir a ideia do PT, a esquerda começou a se reorganizar em torno do PT. E foi um crescendo o espírito na época, os ânimos, o clima era outra história. Era uma história de ver luz no fim do túnel.

Os grandes movimentos coletivos marcam o caminho em direção à volta da democracia. As grandes greves no ABC, a retomada do movimento estudantil, as passeatas, a reorganização partidária e a contenção da repressão. O regime começa a dar sinais de desgaste e enfraquecimento frente os movimentos coletivos. Conseguir ver a *luz no fim do túnel* parece ter alimentado o espírito da época, o ânimo com o que estaria por vir.

A companheira Shoshana, mais distante da política e focada na vida pessoal, avalia criticamente que a abertura não ocorreu igualmente para todas camadas sociais da população. O relaxamento do regime teria sido mais gentil para as classes altas e menos para a população mais pobre.

Em 78 nós já estávamos casados, com filha pequena e já tinha uma vida padrão, ele era profissional, ganhava bem. Então, eu acho que para nosso estrato social a coisa deu uma amainada. Eu acho que aonde o pau continuou comendo foi

na periferia, com o preto pobre de periferia. E eu acho que o pau está comendo até hoje.

A abertura traria de volta o privilégio perdido pelas classes médias durante os anos de chumbo. Jacob Gorender (2014a) observa que as mudanças estruturais dos órgãos de inteligência e de repressão do regime nos primeiros anos do regime e AI-5 havia interrompido os “privilégios da classe média nos meandros do aparelho repressor” (p.258). A violência que havia sido generalizada nos anos do AI-5, atingindo todos os estratos da sociedade, volta a amenizar suas ações para as camadas mais ricas da população, concentrando novamente o empenho dos agentes do Estado na repressão em periferias, aos negros, pobres, homossexuais.

Se por um lado, no âmbito coletivo os grandes movimentos sociais, sindicais, as greves dos operários, tenham ganhado espaço e crescido com o arrefecimento da repressão, permitindo mobilizações, manifestações; por outro, é possível que, no âmbito da vida privada, muitos brasileiros das classes mais populares, habitantes de regiões afastadas do centro, tenham continuado a sofrer repressão em seu bairro ou comunidade e não tenham experienciado a abertura com a mesma sensação de relaxamento da repressão.

O caminho em direção à redemocratização não acontece como sonhado por muitos. A concentração das ações de violência nas classes populares é um sintoma do agravamento e continuidade da desigualdade social. A tão sonhada igualdade e justiça sociais não vêm juntas com a abertura. Um regime socialista tampouco é possibilidade na redemocratização, deixando um certo vazio para o futuro das organizações de esquerda.

Para onde vai a esquerda? Essa pergunta parece ter sido feita por muitos brasileiros que viveram anos alimentados pela esperança do fim da ditadura, da instalação de um regime socialista, uma sociedade mais igualitária, justa e livre. Quando alcançado o sonho da redemocratização, tão almejado por duas décadas, não acontece do modo desejado. Uma certa decepção, frustração com a concretização da abertura começa a delinear a morte de um sonho, o esboço do *fim da utopia*.

Para Luiz Carlos, os últimos anos da ditadura parecem ter significado também dissolução do meio para alcançar os valores que antes o motivavam. O antigo caminho ruiu.

O que me motivava e que me motiva são os valores. Os valores acabaram mudando. Os valores de igualdade, justiça, bem estar social, liberdade, aceitar o diverso e poder conviver pacificamente, sabe essa utopia do Imagine do John Lennon? Tudo bem, mas qual é o caminho? Naquela época a gente achou que o caminho era esse. Aí furou, o caminho não era esse. Aí passei um período de tentar achar o caminho, não achei nunca mais o caminho (risos). Aí mudou tudo. [...] A tal da utopia, da sociedade dos iguais, eu já não busco mais. [...] Não tem mais. Mas acho que dá pra viver melhor do que a gente vive.

O abandono de um caminho já conhecido, no qual se trilhou a busca pelos valores que motivavam. A busca por um novo caminho. A incerteza do rumo a seguir, a falta de referência. Shoshana constata a percepção do companheiro: *“Aquelas utopias nossas acabaram e a gente está se defrontando com o mundo real”*. O impacto com o “mundo real”, a reorganização da própria vida sob novas e desconhecidas condições. Lutar pelo quê e em nome do quê? Quais referências seguir? O depoente prossegue:

A partir de que essas referências todas foram se quebrando, ficou todo mundo perdido. Grande parte voltou e assumiu seu lado conservador, burguês e “vamos defender o capitalismo, o mundo é esse, não tem alternativa, então vamos”. Outros entraram na droga.

A escolha conservadora e capitalista dos antigos companheiros também não era uma alternativa para ele. Luiz Carlos enfrenta mais uma grande revisão do próprio caminho, desde que abandonou a militância religiosa pela política, a direita pela esquerda. Durante a abertura, uma *crise ideológica*.

Eu tive períodos sabáticos. Eu passei por crise ideológica mesmo. Crise de revisão do que eu tinha feito. Qual que era o novo caminho? [...] E muitos acharam que não tinha caminho pela esquerda, só a direita valia e todos viraram liberais e defensores do capitalismo: “Vamos enriquecer!”. [...] Então eu passei um período grande hibernando, quando eu deixei o movimento sindical no final da década de 70, começo da década de 80, justamente na ascensão do movimento sindical no ABC. Eu fui um dos fundadores do sindicato dos metroviários. Eu trabalhava no Metrô. E fui um dos líderes lá, presidente tal. Até eu de repente me dar conta de que eu baseei a minha vida tentando ou batalhando por uma verdade da libertação dos pobres, em defesa dos mais fracos, por um mundo mais igualitário, mais justo. Que isso passaria por politizar os despossuídos, e eu tava do lado deles. Eu fui morar lá. Quando ela [filha] nasceu eu morava na periferia. [...] E aí eu olhava e pensava: “[...] Eu tive uma formação que não tem nada a ver com isso. Adoro esse pessoal, acho justíssima a causa deles, mas não é a minha. Quem tem que batalhar pela liberdade são eles, não eu por eles”. Era essa a postura. A gente batalhava pelos operários, a gente batalhava pelos pobres.

A perda de sentido do projeto antigo. Todo seu percurso anterior convida a uma reflexão. Em períodos sabáticos, o questionamento da própria história em busca de alguma elaboração possível. A experiência do depoente não pode ser generalizada para os brasileiros, tampouco para os militantes. Muitos viveram a abertura como um período de euforia, esperança. Outros cidadãos, que possam ter se frustrado com os rumos da redemocratização continuaram sua luta com outras armas, sob condições ditas mais democráticas, através urnas, da saúde pública, da cultura, dos sindicatos. Devemos considerar, no entanto, que esse momento da ditadura possa ter fomentado um ambiente favorável para que muitos cidadãos descontentes com os rumos da abertura possam ter sentido mais ou menos o período como um abalo de suas próprias convicções e valores, de seus princípios que motivavam seguir adiante.

Em sua busca por elaboração, o depoente confronta os ideias e o julgamento dos companheiros de esquerda.

Mas enfim, aí teve todo um refazer, que passou por reconhecer a necessidade de eu fazer terapia, que era uma coisa condenada pelos movimentos de esquerda. Terapia era uma coisa de pequena burguesia, era uma coisa de dominação ideológica de pequena burguesia sobre o pensamento. [...] Realmente, eu tive problemas. Para participar da terapia eu recebi críticas.

A busca por refazer-se. Descobrir um sentido, um novo modo de estar no mundo. Enfrentar a crítica e condenação da terapia vinda do companheiros da esquerda parece ser um ruptura com a antiga noção de que o coletivo determinaria os rumos individuais. Shoshana lembra o rigor das regras dos coletivos: “*E aqueles que não seguiam as regras eram enquadrados. Ou se enquadravam ou eram expulsos*”. O caminhos de ambos não estaria mais na militância clássica de esquerda, na primazia do coletivo sobre o individual. A depoente opina sobre o movimento geral após a queda das utopias: “*Acho que foi o refluxo do caminho político. A queda das utopias em relação à política fez todo mundo buscar um caminho pessoal. Nós inclusive*”.

A busca por um novo caminho levou o casal a experimentar diversos modos de energia, rituais xamânicos, holísticos. Luiz Carlos considera que esta foi uma opção para muitos companheiros da esquerda que não viam mais sentido na militância.

Eu estou falando como um todo. Esse pessoal do xamanismo era todo de esquerda, mas acreditavam que tinha um caminho espiritual, que não tinha que ficar agindo objetivamente na natureza, você fazia um ritual xamânico e salvava o planeta.

Era mais ou menos parecido com a gente achar que fazendo a revolução socialista íamos salvar o planeta.

Na opinião do depoente, o meio era outro, mas o princípio muito similar: esperar que um ritual, sem uma ação concreta, pudesse transforar o mundo. Outros “*períodos sabáticos*” vieram e os depoentes não percorrem mais o caminho das energias alternativas. Assim como opina Luiz Carlos, é possível que muitos cidadãos que tenham experienciado a perda de referências – depois de mais de duas décadas buscando ou sonhando com um ideal que não pode ser alcançado – possam ter buscados sentido em religiões, crenças, comunidades alternativas.

Reverberações continuadas

Os anos passam, mas algumas marcas prosperam. As transformações vividas pelo casal, as reformulações, as marcas da coletividade, a busca por um caminho, as críticas e autocríticas. Shoshana e Luiz Carlos refizeram seus caminhos, encontraram alternativas mais pessoais para seguir, mas os impactos psicológicos, alguns dos antigos modos de ser permanecem ainda hoje.

Shoshana mostra que apesar do tempo, falar sobre o período da ditadura ainda não é fácil para ela.

Mas é uma fase que me perturba. Hoje eu estou falando nisso de uma forma surpreendentemente tranquila. O Otto [Filgueiras], por exemplo, ele foi lá pra casa me entrevistar, [...] mas eu travei, eu não consegui falar com ele.

O passado que dói no presente, que recusa ser presentificado em palavras, trazido à tona, retirado da proteção onde pode ser parcialmente esquecido, tolerado. Maria Cristina Ocariz et al. (2015) observam nos atendimentos psicológicos da Clínica do Testemunho o conflito entre memória e esquecimento, a resistência e a dor para recordar, reconstruir a história. Shoshana sente as marcas da perda do ex-companheiro desaparecido, do sofrimento solitário, sigiloso, que não podia ser compartilhado para preservar a própria vida. As memórias que algumas vezes, não se permitem vir à tona.

A dor recolhida, o sofrimento mal digerido permanece, e junto com ele outras reverberações conformam as atitudes da depoente ainda hoje. Trazem em suas

relações pessoais em casa, no trabalho, na cidade o aprendizado da coletividade, da renúncia de suas prerrogativas em nome do bem comum. Ainda na década de 1970, Shoshana cursou a faculdade de medicina e mudou seu rumo profissional.

Foi uma época pra mim que passei a achar que eu tinha que resolver essas questões igualitárias na minha vida pessoal. Então, criar filhos com boa cabeça, com gente boa. E até hoje eu só trabalho como médica no serviço público. Isso também pra mim é uma opção. Então acabei fazendo um caminho meio particular, sem partido, sem nada. [...] Então, eu acho que eu sou uma médica do SUS, e sou uma boa médica do SUS. Não estou nem falando do ponto de vista técnico, mas de gostar muito de ter essa prática. [...] não tenho sonho de ser uma médica chique, de consultório. Eu acho que isso que sobrou.

[...] Vou trabalhar contente. É uma escolha política, eu acho que é uma escolha política, mas é individual, dentro desse caminho individual. Porque num caminho político mais amplo, eu não vejo caminhos. Assim, eu não me vejo numa associação, no PT, não me vejo, mas eu acho que é uma escolha política sim.

A escolha por um caminho individual de buscar as questões igualitárias, o trabalho com saúde pública, a renúncia do *status* e fortunas da medicina, a opção por fazer política sem filiação a um partido. Shoshana considera trilhar a política por uma via individual, modo como entende ser possível.

Luiz Carlos observa que, dentre as diversas transformações e reformulações pelas quais passou, alguns valores permanecem, não foram rompidos e sustentam escolhas ainda hoje.

Porque na verdade eu nunca rompi com um conjunto de valores. [...] A relação minha com ela [Shoshana], foi possível a partir dos ideais e das transformações que foram acontecendo ao longo desse percurso, esses valores de liberdade, de democracia. Democracia por exemplo era uma coisa que pra mim sempre foi um valor, e era uma coisa muito inquestionável. [...] E passei bons anos da minha vida para aceitar que ditadura, qualquer uma delas, é ditadura. E democracia é um valor em si mesmo.

A reconciliação com o próprio caminho é também a clareza dos valores que foram e os que ainda são vigentes. Conhecer aquilo que é flexível e o que é irrevogável parece ser o fundamento para reconstruir a vida, as próprias experiências, o próprio destinamento. Se o lado pessoal encontrou novos modos de ser com base nos próprios valores, o saldo social para o depoente é visto com certa tristeza, descrença.

O sentimento que eu tenho hoje do ponto de vista social, eu fico triste. O mundo está difícil, está triste. Eu continuo tentando deixar um legado com a minha

passagem aqui nesse mundo, procuro deixar um legado positivo, mas eu sou mais cético hoje. Eu nunca fui cético, mas estou ficando, talvez.

A descrença com o mundo, um certo ceticismo com os encaminhamentos que são dados às questões sociais. A inviabilidade das grandes transformações políticas no âmbito social, a busca pela via individual voltado ao coletivo. Como deixar um legado positivo, “fazer a minha parte”? O caminho individual de transformação social, sem abandonar alguns valores parece ter sido uma escolha para muitos cidadãos que – descrentes da luta sindical, da militância partidária, da revolução socialista – buscaram uma via pessoal para corresponder ao sentimento de insatisfação com a desigualdade social, as injustiças, a exclusão.

Análise da Entrevista com Francisco

Rio de Janeiro, 2012.

Um certo contraponto. Assim parece caracterizar-se a seleção do depoimento de Francisco para a pesquisa. O seu posicionamento mais conservador e de direita se opõe à visão dos outros oito entrevistados, em sua maioria militantes de esquerda. A riqueza de detalhes pormenorizados em seu depoimento não coube ser explorada à exaustão dentro dos limites dessa pesquisa, embora sua fala traga muitos elementos concretos para compreender o cotidiano do brasileiro. Sua experiência revela ainda que a ditadura impactou o cotidiano também de cidadãos apoiadores do golpe e aderidos ao regime.

A entrevista com o depoente foi realizada no Rio de Janeiro em outubro de 2012. Quando ocorreu o encontro, Francisco tinha 71 anos de idade e estava aposentado já há muitos anos do seu cargo público como fiscal. Em seu apartamento no Rio de Janeiro, permanecemos por horas em sua biblioteca, local onde costuma retirar-se diariamente em suas leituras. Dentre seus livros, uma parcela significativa refere-se ao período da ditadura militar. Desde o início e ao longo de toda a entrevista, sua memória se manifestou mesclando perspectivas de sua experiência própria – trazendo lembranças minuciosa de fatos, datas, nomes e patentes de personagens importantes do Golpe e da ditadura – e seu vasto conhecimento na área, adquirido de suas leituras diárias.

No período que antecedia o Golpe de 1964, o depoente trabalhava no Palácio da Guanabara na campanha do Governador Carlos Lacerda para as eleições presidenciais, que deveriam ter acontecido no ano seguinte ao Golpe. Concluiu o curso de direito em 1968 e também foi professor em uma universidade de direito e administração mantida por uma fundação. Nos anos 1980, cursou como civil a Escola Superior de Guerra, indicado a pedido de seu pai, que exerceu importante cargo na ESG nos anos 1970.

Ao longo da entrevista, o depoente manifesta em diversos momentos uma ideologia conservadora e seu pensamento voltado à direita. Declara, por vezes seu apoio explícito ao golpe, apesar do receio de que não houvesse eleição presidencial em 1965.

Apesar de negar enfaticamente no depoimento, suas memórias revelam situações em que o entrevistado correu riscos e foi atravessado pelo medo ao circular

nas ruas, ao ser detido no aeroporto ou mesmo em seu receio de que a repressão viesse atrás dele por ter assinado o documento da Frente Ampla. Seu relato também mostra que as pessoas nas universidades e em instituições de participação também foram, em maior ou menor grau, impactadas pelas reverberações do golpe e do AI-5.

Assim como em alguns outros depoimentos, no caso da entrevista do Francisco, entendemos que a riqueza dos temas abordados, dos dados pormenorizados e situações experienciadas pelo depoente nos anos da ditadura extrapolam os limites que interessavam a esta pesquisa e recomendamos a leitura do depoimento na íntegra para alcançar maior clareza sobre o ambiente cotidiano do período do golpe e da ditadura que se seguiu. A riqueza de exemplos e casos descritos pelo depoente enriquecem e complementam a leitura da análise, tornando mais claros os traços psicossociais que o regime teria deixado no cotidiano do cidadão.

O medo de ter medo

O depoimento de Francisco traz uma importante articulação sobre o cotidiano dos brasileiros em relação a haver ou não um clima de medo instaurado pelo regime no país, principalmente, nos anos de vigência do AI-5. No discurso do entrevistado, é possível identificar momentos em que sua resposta parte da sua ideologia anticomunista e a favor do golpe – negando imediatamente ter havido medo no cotidiano do brasileiro –, no entanto, sua memória denuncia situações diretamente atreladas ao autoritarismo do regime em que sentiu medo ou foi exposto a um risco.

A experiência do medo em Francisco parece ter uma importância para a compreensão do cotidiano da maioria dos brasileiros também pelo fato do depoente ser apoiador do regime, ter uma relação bastante próxima com as Forças Armadas e manter boas relações com muitos militares de alta patente. Como veremos adiante, o fato do depoente também ter experienciado situações de risco em que foi exposto ao medo – apesar de sustentar postura favorável ao regime e ter se eximido da vida política na maior parte da ditadura – reforça-nos a crença de que, provavelmente, muitos cidadãos, favoráveis ou não ao regime, também sofreram impactos da ditadura em seu cotidiano.

Em diversos momentos de sua narrativa, destaca-se o caráter ideológico do discurso do depoente favorável ao regime. Ao rememorar o ano de 1968, Francisco

constrói sua fala de modo que aparenta justificar as ações repressivas do governo sob o AI-5:

Os militares [...] não entendiam aquilo. Aquilo tava fora do projeto deles. Então tinha lá, vem o festival da canção. Tinha umas canções, [...] começou a cantar música subversiva. Era subversiva mesmo, pregava a revolução, Cuba, [...] não dava. E outra coisa, havia guerrilha interna. [...] Porque o projeto revolucionário que vinha de Cuba, ele queria criar na área do Araguaia uma zona liberta. [...] Teríamos o Araguaia reconhecido internacionalmente na Europa, como sendo um [...] um outro governo. O que colocaria em xeque o governo ditatorial que nós tínhamos em Brasília, que era o general Médici. [...] Ai o governo o que que fez? “Vamos acabar com a guerrilha” [...]

Então você tem o conceito de inimigo interno. Esse conceito é que foi desenvolvido aqui. E esse conceito é que levou você a ficar matando Brasileiro. [...] Porque ele foi treinado lá e ele é brasileiro e ele é inimigo. Essa foi a concepção desse coronel português que a Escola Superior de Guerra assumiu e isso se justifica toda a repressão que o Brasil fez em cima dele. [...] Não era contestador, era inimigo. [...] entra aqui para transformar isso aqui num país igual a Cuba, igual a Tchecoslováquia ou igual a União Soviética.[...]

O inimigo tá aqui dentro. E como é que você vai saber quem é o inimigo? ele fala sua língua, veste sua roupa, ele compra roupa dele nas lojas que você compra, como é que você vai identificá-lo? Capturando e torturando! capturando e torturando!

O discurso ideológico anticomunismo busca justificar as ações repressivas do Estado contra a população. A ideologia parece obscurecer a crítica e tonaliza uma declaração, aparentemente, sem que haja ponderação sobre a posição do que diz. Sua fala parece revelar um clima intenso de uma espécie de doutrinação e instigação do medo na população em relação à “ameaça comunista”. O depoente percebe o outro, o diferente, como uma ameaça: aquele que pretende instalar uma ditadura comunista em *seu* país, o inimigo que veste-se tal como ele e se disfarça nos rostos de qualquer cidadão pelas ruas. A defesa da tortura e de ações repressivas mais duras contra os chamados subversivos dificulta que o depoente entre em contato com a própria experiência de medo vivida por ele nos anos da ditadura. Um medo propagado pelo governo e pelas ideologias de direita, o medo maniqueísta de que o inimigo mora ao lado e faz-se necessário exterminá-lo para *salvar* o país.

Quando questionado se, nas ruas, as pessoas sentiam medo, surge a ambiguidade entre a ideologia e a experiência. Imediatamente após negar enfaticamente qualquer medo de circular pela cidade devido à violência do regime, Francisco relata uma situação em que experienciou o risco:

Naaão, não, eu não. Inclusive em São Paulo [...] eu tô atravessando aquele viaduto que passa pela 9 de Julho, e vem um cara na minha direção. Eu tava sozinho. [...] Era o que? 8 da noite. E o cara vem na minha direção, aí eu cruzo com o cara e continuo andando. Aí de repente, começa um tiroteio atrás de mim. O cara é agarrado por dois caras, ele bate nos dois caras, sai correndo e leva um tiro. Eu escuto o barulho. Aí eu vejo um cara estirado no chão e um Volkswagen pega o cara, bota dentro do carro e vai embora. Foi a única situação. Não sei quem é esse cara.

Presenciar um tiroteio e o sequestro de alguém que foi atingido e estava estirado no chão. Alguém que acabara de passar ao seu lado. Aqui, parece que o risco no qual esteve exposto pode ter gerado um outro tipo de medo diferente do medo dos comunistas. Parece-nos que trata-se aqui de uma experiência que pode impactar no medo da violência, da repressão, de ser envolvido em algum conflito em praça pública. A aparente contradição entre a negação e o episódio relatado parece ser reforçada quando, na sequência, o depoente traz mais um relato em que foi detido no aeroporto em Porto Alegre, logo após o golpe de 1964.

Agora, uma vez, uma vez foi muito engraçado, porque tinha acabado de acabar a revolução. [...] O Castello nem era o Presidente da República, [...] estava tudo em estado de sítio. Aí o Carlos [Lacerda] me manda pra porto Alegre. [...] aí eu embarco no avião sem documento. [...] Cheguei lá fui preso... fui preso, fui preso no aeroporto, né? aí, que que eu faço? "Quem é o senhor?", "Eu sou...eu..." não posso nem provar quem eu sou, aí mostrei uma carteira de estudante... Piorou... (risos), piorou...

O tom inicial de comicidade do episódio em que é detido sem documentos é substituído em seguida pelo receio do que poderia ter acontecido com ele, caso não fosse reconhecido por um general amigo do seu pai:

Aí eu me lembro que [...] um general [...] E por acaso ele conhecia Francisco, meu pai. Aí ele chegou e disse "você é filho de Souza Brasil?" e eu digo "Sou...", aí então "Deixa ele comigo". O general manda... foi quem me livrou do negócio... poderia até me matar lá.

A tensão diante de uma detenção na qual não havia como provar quem era. A relação do pai com a ESG e as Forças Armadas possibilitou que, mesmo sem documentos, fosse liberado por um general que o reconheceu. Apesar de negar ter sentido medo, o depoente parecia estar sujeito a situações de risco que denunciaria ter passado por certo perigo em seu cotidiano. Em duas situações corriqueiras para muitos cidadãos, como circular pela rua ou pelo aeroporto, o depoente experiencia o

risco de estar em meio a um tiroteio e de ser detido por não portar documentos, sem ter como provar quem era.

Seu apoio ao golpe, assim como sua ligação com o Governador do Rio de Janeiro não foram suficientes para isolá-lo de situações de medo e certo risco pelas ações das forças repressivas. Seu relato indica que, possivelmente, muitos cidadãos também poderiam estar expostos a este tipo de situação, independente das convicções políticas, ideológicas e, talvez, de sua classe. O medo de presenciar um tiroteio, o medo de ser abordado por militares, aparentemente, estaria presente no cotidiano de outros cidadãos, muitos sem o privilégio de ser liberado por manter relações com militares ou ter “costas quentes”.

Semelhante contradição entre a ideologia e a memória parece também ocorrer novamente quando afirma que as mudanças promovidas pelo Ato Institucional nº5 não teriam afetado sua vida e, em seguida, relata novas experiências que indicam o contrário:

A mim não atingiu nada... a mim não atingiu nada... não tinha medo de sair na rua, não tinha problema, não tava perseguido, não tava sendo processado, não tava nada...

Sua arguição enfática parece acolher um significativo valor ideológico. Em seu discurso, Francisco busca defender que *ser atingido pelo regime*, *ter medo de sair na rua*, seriam preocupações que afetariam apenas àqueles que tivessem *problemas*, fossem *perseguidos* ou *processados*. Em outras palavras, esse medo caberia apenas aos subversivos: *quem não deve, não teme*.

A ênfase do depoente indicando que o AI-5 não teria afetado sua vida, sua rotina, parece contrária à declaração que faz imediatamente depois sobre medo de que viessem atrás dele:

Eu fiquei com um pouco de medo porque eu tinha sido... [...] muito pouco [...] da Frente Ampla, que o Lacerda tinha criado [...] E eu assinei o manifesto, da Frente Ampla, mas [...] Todo mundo que trabalhava na Casa Civil do Carlos assinou. Bom, eu disse "será que vão me pegar lá atrás?". Não, não me pegaram não. Eu fiquei com medo.

Medo de que viessem atrás de mim. Em algum grau, a violência do regime poderia voltar-se mesmo contra aqueles que apoiaram sua instalação, mesmo os iguais que pensavam de modo conivente ao regime. Apesar de Carlos Lacerda ter apoiado o golpe de início, com a Frente Ampla, passou a ser alvo do regime após a instalação do

AI-5. O recrudescimento do regime com chamado “golpe dentro do golpe” intensificou as ações repressoras, direcionando-as também contra antigos apoiadores do golpe, insatisfeitos com a manutenção dos militares no poder. A possibilidade de ser associado à Frente Ampla cria uma tensão para Francisco. Sob a égide do AI-5, o medo apresentou-se inclusive para as pessoas aderidas ao pensamento defendido pelo regime.

Na sequência imediata do relato, Francisco traz uma outra reverberação do autoritarismo da ditadura em uma situação bastante corriqueira para muitos brasileiros que fossem estudantes ou circulassem pelos ambientes universitários. O depoente queixa-se por ser-lhe retirado o direito de ter uma formatura após concluir seu bacharelado em direito.

Eu sou bacharel de 68, e minha turma não se formou. [...] Eu tinha concluído meu curso de bacharelado. Aí não havia formatura, era proibido. Então, cada... [...] cada bacharelado tinha que ir no gabinete do diretor e diante de dois professores catedráticos, como testemunha, recebia o diploma... [...] Mas eu me recusei... eu me recusei. Então, eu tinha concluído o curso e só fui tirar o diploma em 72. [...] Mas eu não quis. Eu achava aquilo desagradável. [...] Eu não posso entrar na faculdade que eu estudei? Eu tenho que entrar aqui como um bandido? Tenho que entrar pelas portas dos fundos? [...] Porque que proibiram a formatura?

A violência parece invadir a universidade por outras portas. As ações do AI-5 não repercutem apenas nos opositores do regime, mas todos os estudantes parecem ser envolvidos e afetados com a imposição de restrições, como a proibição da realização de formaturas. A indignação do recém formado por sofrer consequências restritivas em sua universidade é também a indignação do jovem reacionário. A revolta por ver-se afetado por uma medida autoritária, da qual joga, provavelmente, ser destinada a outras pessoas, parece aproximá-lo, nivelá-lo àquelas pessoas que em sua visão, talvez mereçam tal punição. O depoente, nascido e criado sob os privilégios da elite do Rio de Janeiro, experimenta com as novas diretrizes do regime um impedimento inédito na vida dele, porém, vivido por muitos brasileiros socialmente excluídos. Nesse aspecto, o AI-5 parece ter tido um amplo impacto em todas as classes sociais, sem fazer distinção.

A violência na vida universitária se fazia perceber também no convívio com pessoas que eram presas. Estudantes que se manifestavam contra o regime, poderiam ser presos e não terminavam o curso. Francisco, mais uma vez percebe a repressão do AI-5 como algo que não o atingia, que não oferecia-lhe riscos:

Não... não tinha risco nenhum. Não, não tinha não... agora na minha turma tinha o Vladimir Palmeira, que era da minha turma, não completou o curso. A mulher dele era da minha turma, não completou o curso, foram pra Suécia [...] Eu soube que ele foi preso... [...] eu soube que o Vladimir tava preso. [...] Vladimir foi expulso porque ele colocou uma bomba... a explicação foi essa. [...] expulsou os dois. Ai eles foram para a clandestinidade.... e foram presos.

A percepção de que os riscos eram inexistentes contrastam com a proximidade da lembrança da prisão de Vladimir Palmeira, depois da expulsão do curso e da clandestinidade. As expulsões e prisões de estudantes, colegas de faculdade, traziam a repressão para perto dos olhos, junto com a mensagem para não envolver-se com a política.

A convivência com colegas que são presos, o medo de ser enquadrado como opositor do regime e a proibição de realização de formatura atingem instituições corriqueiras como a universidade e parecem configurar um ambiente que afetaria para além da experiência individual do depoente. A experiência do estudante impedido, assim como do trabalhador que teme ser associado à oposição da ditadura, parece ser uma experiência que pode ter sido vivida cotidianamente por muitos brasileiros.

A ausência da política e o seu afastamento

O depoimento de Francisco evidencia que seu envolvimento com a política parece ter sido impactado pela ditadura nos anos após o golpe. Em 1964, o depoente trabalhava no gabinete do Governador Carlos Lacerda participando da campanha para eleição presidencial, que aconteceria em 1965. O depoente não se considerava uma pessoa politicamente ingênua e estava atento às movimentações políticas que aconteciam naquele ano. Durante o golpe, participou ativamente nas barricadas que foram montadas no Palácio da Guanabara. No entanto, as mudanças de rumo da política no país o afastaram definitivamente do seu envolvimento com a política. Em 1968, com o decreto do AI-5, disse que já não “*estava mais nem aí*” para política e apenas cumpria seu cargo de funcionário público na periferia do Rio de Janeiro.

Eu não tinha nada a ver com aquilo, já tava fora do governo eu tava no meu cargo público, eu era fiscal. Eu tava trabalhando na baixada, eu tô [me lixando] pro que tá havendo aí no país. Eu saí do Palácio, Carlos perdeu a eleição, o Negrão

assumiu, eu saí do Palácio. Eu tava em São João do Miriti, que é um município da periferia.

As memórias relatadas pelo depoente levam a crer que o ambiente produzido pela violência e pelos impedimentos políticos nos anos após o golpe poderiam repercutir no modo de envolvimento com a política para os cidadãos. Ao mesmo tempo em que relata que alguns colegas, como Vladimir Palmeira parece ter aprofundado o enraizamento com a política, a ponto de cair na clandestinidade, o depoente seguiu direcionamento oposto se eximindo da vida política e retirado seu envolvimento em um campo que parecia minado.

A decisão de afastamento da política do depoente chama a atenção, principalmente, pela sua “militância” anterior. Antes do golpe, Francisco narra ativa participação na campanha presidencial de Lacerda, em uma função que considera *política*.

Eu trabalhava na campanha, só na campanha [...] pro Carlos Lacerda Presidente da República. Eu tava lá só pra fazer isso. Eu não tinha nenhuma função burocrática. [...] Eu fui requisitado pelo Governo do Estado da Guanabara para trabalhar no Palácio e no Palácio eu trabalharia na campanha... era uma função política.

O trabalho do depoente na campanha presidencial é um indicativo de que, às vésperas do golpe, Francisco já possuía algum envolvimento e visão política. Conforme revela o depoimento, Francisco não apenas estava envolvido, como sustentava malícia política apurada. O depoente acompanhava de perto o movimento político e sabia que era preciso instaurar um clima de tensão para que tivessem chance no próximo pleito. O depoente analisa o contexto político pré-eleitoral instaurado em 1964:

Precisava haver uma radicalização para ele ser eleito. [...] Ora o que nos interessava era que não tranquilizasse. Por que? Porque o Carlos só teria chance de ser eleito se o negócio radicalizasse mesmo. [...] Carlos Lacerda precisa de duas coisas: primeiro, que tudo... a eleição ocorra tranquilo. [...] Não se tinha garantia disso porque o próprio Presidente conspirava contra essa eleição. Segundo, ele tem que manter o nível de tensão para poder radicalizar para ele poder ser candidato... com chance de vencer.

Em sua visão política do contexto pré-eleitoral, o depoente revela não ser politicamente ingênuo ao mesmo tempo em que sustenta a preocupação de que o Presidente Jango desse um “golpe” e não houvesse eleições no ano seguinte.

Acontece que do jeito que a radicalização tá indo e do jeito que o Presidente da República tá falando mal da constituição, quem vai dar o Golpe é o Presidente da República... contra a constituição... para instalar uma república sindicalista.

Em sua fala, o depoente enfatiza outras vezes o receio, à época, de que o próprio Jango viesse a “*dar o golpe*” e estaria com os sargentos “*para fazer uma revolução que era de baixo para cima*”. Esse tipo de discurso revela que do lado da direita, ou mesmo para aqueles mais politicamente ingênuos, o ambiente parecia bastante favorável à propagação do medo de que os *comunistas, subversivos, terroristas* viessem a dar um golpe e instalar uma *ditadura sindicalista*. Transformariam o Brasil em uma nova Cuba.

A memória de Francisco sobre o período que antecedia o golpe civil-militar revela – além de seu posicionamento ideológico que parece crer que haveria um risco real na continuidade do governo Jango e, de certa forma, tenta justificar a intervenção dos militares – revela também um certo grau de politização e envolvimento de depoente com questões desta ordem.

O trecho a seguir reforça esta impressão, quando o depoente lembra do momento em que o ditador Castello Branco decide manter Costa e Silva como Ministro do Exército em seu novo governo. Francisco lembra-se que, naquele momento, teve a certeza que Castello “*não tinha controle do exército*” e fez a previsão de que não haveria eleição no ano seguinte, 1965:

Eu previ. Eu não era ingênuo. [...] Eu tinha alguma [vivência política]. Eu não tinha militância na política não, mas eu tinha, eu... eu via as coisas. [...] Então eu cheguei, disse "Olha, acabou a campanha, não vai ter mais, os militares dessa vez chegaram para ficar.

Sua previsão confirmou-se a partir do ano seguinte com a prorrogação do mandato de Castello e o adiamento da eleição presidencial. Em 1965, Francisco ainda participara, contra sua vontade, da campanha de Flexa Ribeiro²⁸ para Governador da Guanabara pela UDN, partido de Lacerda. Apenas vinte e quatro dias da vitória de Francisco Negrão de Lima (Guanabara) e Israel Pinheiro (Minas Gerais), ambos do PSD, Castello baixa o Ato Institucional 2 e os partidos políticos estavam extintos. O

²⁸ Carlos Otávio Flexa Ribeiro.

envolvimento de Francisco com a política estende-se até 1966, quando assina o manifesto da Frente Ampla, contra a ditadura e favor das eleições diretas.

Os dois trechos a seguir revelam a dimensão do distanciamento no qual o depoente se encontrava da política quando foi decretado o Ato Institucional 5, em 1968.

Me lembro do AI5. Aí eu já não tinha mais nada a ver com o governo, eu tava... eu tava em minha função pública. [...] Eu disse "Esse negócio não vai ficar assim não...". Aí eu não tenho... eu não participei de nada disso...

E debrucemo-nos novamente sobre essa fala:

Eu não tinha nada a ver com aquilo, já tava fora do governo, eu tava, eu tava no meu cargo público, eu era fiscal. Eu tava trabalhando na baixada[...] eu tô [me lixando] pro que tá havendo aí no país. Eu saí do Palácio... Carlos perdeu a eleição, o Negrão assumiu, eu saí do Palácio.

Em menos de cinco anos após o golpe, Francisco, que participava diretamente da vida política na campanha de Lacerda, havia se retirado da política e apenas exercia seu cargo público. Os acontecimentos políticos dos anos seguintes ao golpe afetaram o depoente, provocando seu afastamento e desinteresse com o que estava havendo no país.

Assim como o ambiente durante os primeiros anos do regime parecem ter estimulado a intensificação da participação e enraizamento político de alguns brasileiros, o depoimento de Francisco mostra que é possível que, para muitos, o ambiente tenha se tornado excludente ao envolvimento com a política e parte da população também tenha sido afetada de modo a afastar-se da vida pública.

Por mais que o depoimento revele, em diversos momentos, que o cotidiano do depoente também fora atingido pela ditadura, mesmo que indiretamente, é importante destacar que Francisco não se enquadra dentro dos principais alvos de repressão do regime àquela época. Sua anterior participação na campanha de Lacerda, até o AI-5, não representava um risco direto. Ideologicamente, Francisco também não se colocava como oposição ao regime. Apesar de haver certa afinidade do depoente com as direções para as quais caminhava o país, seu relato leva a crer que, aparentemente, o clima político instaurado pelo regime teria sido convidativo, a ele e a muitos cidadãos, a eximir-se da política para cuidar da vida privada.

Algumas considerações sobre a pesquisa

A ditadura influiu sobre o cotidiano do brasileiro na cidade, no trabalho, na família. Partimos desse ponto para sondar traços psicossociais dessa influência com base em depoimentos de cidadãos que testemunharam criticamente o cotidiano nos anos de vigência do regime. Interessou a nós investigar repercussões psicológicas do período no existir do brasileiro, compreender características da paisagem cotidiana e seus traços psicossociais.

Dada esta característica, a pesquisa não poderia deixar de assumir um caráter piloto, o caráter de uma pesquisa que testou procedimentos metodológicos adequados e ensaiou os primeiros tópicos de psicologia que se impuseram à percepção e interpretação do pesquisador. Trata-se, portanto, de uma investigação preliminar.

O procedimento metodológico mais difícil de conceber foi o que respondesse à seguinte pergunta: como obter informações sobre a vida cotidiana e sobre o sentimento do cotidiano naquele período? Como obter, portanto, informação psicológica sobre o período? Decidimos obter estas informações por testemunhas e não apenas por documentos. As entrevistas, por enquanto, privilegiaram testemunhas que se haviam posicionado contra a violência do período, e testemunhas que mostraram posicionamento político militante. A atenção concedida para estas testemunhas foi explicada entre as páginas de 14-17 e 21-23. Dentre os depoentes, somente Francisco representou uma testemunha alinhada com o golpe e o regime, mas, paradoxalmente, sua narrativa pode ser colocada em comunicação com as demais testemunhas quanto ao sentimento do cotidiano (o medo e a tendência para uma concentração na vida privada, por exemplo). De modo resumido, foram ouvidas, sobretudo, testemunhas de esquerda, esclarecendo que informação esperava delas, mas não porque julgasse só delas provir a informação necessária e válida; o exemplo de Francisco indica como a audição de testemunhas mais à direita poderá também trazer informação e, possivelmente, informação que se poderá conjugar à informação de testemunhas contrárias.

Os depoimentos indicaram uma ampla variedade de modos pelos quais a ditadura teria influenciado no cotidiano do brasileiro. Modos que teriam contribuído para instaurar ambientes sociais e institucionais mais ou menos favoráveis à manifestação de diferentes sentimentos e reações psicológicas. Estes sentimentos

parecem se articular entre si e tomam o cotidiano do cidadão, interferindo em posturas, atitudes, possibilidades.

Quanto aos tópicos de psicologia que se impõem para o período, a menção de alguns basta para mostrar que a lista não foi obtida de especulação tanto quanto retirada de depoimentos e de depoimentos cruzados: o medo, a solidariedade (ou a amizade), o recuo defensivo para a vida privada e também, paradoxalmente, a inclinação para a consciência política e para a ação coletiva, prazeres compensatórios que viessem temperar o cerceamento das alegrias ligadas à liberdade pública e à participação; o preconceito ou desprezo acentuado contra militantes de esquerda ou contra cidadãos das classes pobres ou contra programas populares, preconceito acentuado por políticas que favoreciam os ricos e desguarneciam os pobres, como, por outro lado, também um protesto acentuado contra um preconceito assim e o apreço acentuado por militantes sociais, cidadãos pobres e políticas democráticas ou mesmo socialistas.

Ao final, tentamos destacar aqueles traços que mostraram-se de modo mais significativo em todos, ou na maioria dos depoimentos, e que pudessem dizer respeito, possivelmente, ao existir de muitos outros brasileiros. São eles: o *medo*, que parece ter amplamente adentrado e aderido às relações no trabalho, nas ruas, nas praças, na própria família; a *solidariedade*, um sentimento de busca por unidade, apoio entre os pares em meio a uma situação tensa de medo e ameaça; e a *coragem*, conquistada no encontro com o outro, na coletividade que permite o crescimento dos movimentos sociais de modo amplo, uma voz que se faz ouvir como resposta à ditadura, depois de anos (e séculos) de opressão, impedimento, emudecimento.

Apesar da seleção e articulação da tríade medo-solidariedade-coragem, como dissemos, os depoimentos revelaram inúmeros outros impactos psicológicos significativos da ditadura que buscamos discutir nas análises. São aspectos que trazem indícios, chamam a atenção, apontam em uma direção, mas necessitam ser mais investigados e esclarecidos na continuidade da pesquisa. Alguns destes aspectos merecem maior destaque: identificamos em depoimentos indícios de que a ditadura teria impactado diferentemente o cotidiano de cidadãos de classes mais altas e aqueles das classes mais populares. O regime teria sacrificado pelo arrocho salarial, degradação do ensino e privatização da saúde indivíduos mais pobres em benefícios das classes médias e elite empresarial. Aparentemente, o regime teria contribuído para a intensificação de traços de conservadorismo, de humilhação, das condições que

possibilitam e fomentam a dominação de uns sobre outros, de padrões sobre empregados, ricos sobre os pobres, brancos sobre os negros, homens sobre as mulheres.

Vale destacar outro traço mais explorado nas análises que pareceu-nos marcante nas entrevistas: a experiência de *enraizamento* político nos anos da ditadura. As entrevistas indicam que o ambiente estabelecido pelo regime (ou como reação ao regime) no cotidiano em algumas instituições de convívio parece ter sido favorável à politização de muitos cidadãos. Giba, que já acompanhava a situação à distância pelos jornais, aprofunda suas relações com a política e militância no *Partidão* a partir da truculência do AI-5. Paulo, ainda adolescente e “*meio ingênuo*”, vem para São Paulo e descobre na cultura um caminho de politização, de conscientização, de crítica. Ausonia e Reginaldo, durante a ditadura, encontraram no contato com professores provocadores, que estimulavam o aluno a pensar, o início da vida política, e as transformações vindas com o golpe corroboraram para o enraizamento político de ambos.

Por outro lado, a ditadura parece também ter tido importante papel no afastamento da política por uma parcela significativa da população ou no enraizamento conservador à direita. É possível apenas sondar pelos depoimentos que, durante a ditadura, muitos cidadãos podem ter se afastado da política, da vida pública, e concentrado suas atenções na vida privada, em seus interesses domésticos. Seja por medo, impotência, insatisfação, desesperança, proteção ou mesmo por concordância e conivência com as políticas do regime. Francisco, que “*não era politicamente ingênuo*” antes do golpe, transitava no meio político e acompanhava as estratégias de tensionar e radicalizar com fins meramente eleitoreiros. Apesar do apoio ao golpe e ao regime, sob a ditadura, decide afastar-se da política e cuidar da sua vida pessoal. Virginia, mencionando o medo característico de seu pai, julga que a ditadura teria agravado o medo dele, marcado pela insistência para que não se envolvessem ou manifestassem politicamente, pois isso poderia “*dar problemas*”.

Consideramos a questão do enraizamento político à esquerda, à direita ou o alheamento que apareceu nas entrevistas uma questão de extrema relevância dentro do tema da pesquisa. Essa questão nos traz um indício, ainda pouco sustentável, de que o golpe e a ditadura que se seguiu teriam passado *completamente* despercebidos para muitos poucos cidadãos ou mesmo para ninguém. Isso nos permite apenas sondar, ainda que de modo inicial, que a politização do cidadão, o recrudescimento

conservador e mesmo o alheamento político teriam sido modos de *responder* ao regime, modos de relação com a política favorecidos por um ambiente instituído pela ditadura. Delinear mais claramente e aprofundar esta questão exige a escuta de mais depoentes na continuidade futura deste estudo.

Ciente dos limites qualitativos e quantitativos que a seleção dos depoentes representa, a pesquisa não pretende generalizar suas observações para todos os brasileiros, mas começar um estudo muito mais amplo sobre os impactos psicológicos da ditadura. Portanto, essa investigação é um ponto de partida, um início a ser continuado, ampliado e aprofundado futuramente.

A continuidade futura desta investigação pretende também escutar experiências de outros lugares: trabalhadores do campo; operários; representantes das classes populares; negros; homossexuais; cidadãos de outros grandes centros urbanos e de regiões interioranas; moradores das periferias; pessoas com posicionamento mais conservador ou progressista; que possam ter sido beneficiadas ou prejudicadas pelo regime; os filhos, gerações seguintes, de pais ou parentes que viveram criticamente o período da ditadura entre muitos outros que podem contribuir para enriquecer e aprofundar a questão desta pesquisa.

O medo nosso de cada dia

“Quem dissesse que não tinha medo naquela época era mentiroso. Muito mentiroso, porque tinha muito medo. Todo mundo tinha muito medo. Muito medo!” Deste modo, Reginaldo enfatiza sua percepção sobre o período da ditadura no Brasil. Com base nas memórias dos entrevistados, encontramos indicações de que a ditadura teria deixado um traço psicossocial de medo que marcou muitas relações cotidianas nos âmbitos do trabalho, da cidade e da família. Em diferentes contextos e modos de percepção, os depoimentos trazem a forte sensação sobre o período de que *onde quer que estivesse, nunca se está plenamente seguro*.

O medo parece ter atingido, primeiramente, pessoas em ambientes em que se podia julgar o perigo político do golpe e onde houve repressão ou prisões desses agentes. Universidades, escolas, sindicatos, ambientes em que a consciência crítica encontrasse maior espaço para desenvolvimento são propícios a percepção mais apurada pelas pessoas sobre a ameaça presente no golpe e nos anos do regime. De

modo mais geral, o medo parece ter atingido também pessoas que podiam estimar o perigo de maneira mais vaga.

O dia do golpe civil-militar parece ter marcado muitos brasileiros. Nas ruas, no trabalho, nas escolas, universidades, na família, a derrubada do presidente João Goulart foi comemorada ou lamentada por muitos anos. Gestado pelo menos desde 1961, a possibilidade do golpe não era propriamente inédita, porém sua concretização em 01 de abril de 1964 parece ter aberto uma atmosfera de incerteza, insegurança, apreensão, tonalizada pelo medo.

No cotidiano da *cidade*, o clima com o golpe tornou-se outro. Em um grande centro urbano como São Paulo, a movimentação dos cidadãos parece estampar o medo. Ausonia, lembrando os primeiros momentos após o golpe, menciona a Praça da Sé: *“Tinha lá pessoas, uma coisa, um movimento. [...] Eram pessoas assustadas, a sensação minha. [...] Naquele dia era uma outra configuração a praça”*. O impacto na movimentação das pessoas nas ruas, a mudança, a incerteza assustaram a população: *“Foi uma coisa de muito medo, muito medo. Não se sabia a consequência, o que ia ser aquilo, era tudo dúvida”*.

Paulo fala das repercussões aparentes do golpe no convívio entre as pessoas na cidade, nas discussões na rua: *“lembro de sair na rua, a rua já meio perigosa. [...] Na frente do Estadão, policiais. Já tinha pessoal do exército protegendo o Estadão”*. O clima de efervescência das discussões políticas na Sé e no Anhangabaú de esvai. De início, menos o medo e mais a intimidação, havia *“uma expectativa que daqui a pouco vai passar, daqui a pouco vai passar e não passava, né?”*.

Francisco nega enfaticamente que tenha sentido medo após o golpe, mas relata situações de medo ao embarcar em um avião sem documento logo após o golpe: *“Cheguei lá fui preso no aeroporto, né? [...] não posso nem provar quem eu sou, aí mostrei uma carteira de estudante. Piorou. [...] um general [...] E por acaso ele conhecia Francisco, meu pai. [...] O general manda. Foi quem me livrou do negócio, poderia até me matar lá”*. Já nos primeiros momentos após o golpe, as relações nas grandes metrópoles urbanas parecem manifestar impactos da mudança, um medo incipiente mostra seus contornos nos espaços de convívio. Na circulação pela cidade sitiada, há um clima de intimidação, controle, incerteza, dúvida.

Reginaldo, morador de um bairro de operários, um bairro fabril, acostumado a ver comícios, greves e movimentações sindicais da varanda de sua casa percebe a mudança na circulação imediatamente após o golpe: *“Acabou. Acabou. Ah não, claro.*

Piquete, greve se sabia que isso já era". Sua percepção indica que o medo presente nas ruas permeou as relações do mundo do *trabalho* e as instituições de convívio. As pessoas pareciam temerosas do que viria a ser dali em diante: "*meus tios trabalhavam em fábrica e eu me lembro que eles ficaram um pouco receosos*". Para o trabalhador, o receio com o golpe parece ligado ao receio com o futuro de suas lutas, a incerteza ou o fim de novas conquistas.

Outros trabalhadores também sentem imediatamente o impacto do golpe. Reginaldo, lembrando do clima na escola, percebe o medo: "*Eu me lembro que depois do golpe teve muito medo porque alguns professores, dizia-se que tinham sumido por conta do golpe*". Ausonia e Paulo também lembram os professores deprimidos, em pânico, um clima de maior cuidado com o que diz ou faz em aula. O desaparecimento de professores parece ser uma marca significativa, gerando medo nos alunos e nos outros professores, que reconhecidos como comunistas, deviam se perguntar quem seria o próximo.

O traço psicológico do medo ligado ao golpe parece ultrapassar os limites da rua, do trabalho, das instituições de convívio e invade os lares de muitos brasileiros. Os depoimentos indicam que nas relações *familiares*, nas casas dos cidadãos, o golpe também teria deixado marcas de medo, preocupação, receio. Ausonia se recorda da recepção da notícia do golpe pelo seu pai, que acompanhava o que se passava no país por meio do jornal: "*Aí fui para casa, e papai estava chorando, porque ele também tinha recebido essa notícia. Enfim, foi uma coisa meio de pânico*".

Se o golpe é experienciado com medo e receio pela maioria dos depoentes, nos defrontamos com outras duas situações ligadas àquele momento. O golpe é recebido com aprovação por Francisco e Luiz Carlos. Na época, ambos os dois aderidos ao pensamento de direita. Já para as jovens Shoshana e Virgínia, a derrubada de Jango passa despercebida. A primeira, muito fechada na comunidade judaica, pouco convivia fora do seu "*gueto*"; enquanto Virgínia, voltada somente aos estudos, não se atentou ao que se passava no país. Lembra que em sua casa, a mãe udenista adorava Carlos Lacerda, apoiador do golpe. E seu pai evitava envolvimento com política e opina sobre ele: "*Cético e medroso. [...] muito mais reservado. Ele achava que a gente não devia se manifestar publicamente porque isso podia dar problemas. [...] Meu pai era fundamentalmente medroso*". Virgínia julga que o medo era uma característica anterior de seu pai, mas, provavelmente, agravada pela ditadura.

Com o passar dos meses e anos, a consolidação do regime e, posteriormente, o AI-5, parecem ter ampliado ainda mais as marcas do medo no cotidiano do brasileiro, determinando atitudes, reclusões, autocensura, cerceamentos, cautelas e escolhas. O clima de medo e perseguição, aparentemente, podia dilacerar os laços sanguíneos e familiares e impedia que muitos se sentissem seguros, mesmo em casa. Reginaldo, falando das suas relações familiares, revela o medo que soubessem de suas atividades militantes em casa: *“Meu avô era ademarista. Ademar [de Barros] era um golpista”*. Se o avô apoiava o golpe, maior perigo havia na presença de um dos tios: *“E ele era muito amigo de militares, policiais, fazia discurso de direita aonde podia. Esse era um canalha, esse aí eu tenho que tomar cuidado. Esse eu não posso abrir o bico”*.

Giba, Reginaldo e Paulo trazem outra dimensão do medo *na porta de casa*. Seus depoimentos revelam a pulverização da vigilância na cidade por meio dos porteiros e zeladores dos prédios em São Paulo. Cooptados pelo DOPS, faziam uma espécie de curso preparatório para controlar a entrada e saída de moradores e visitantes. A vigilância dentro da própria casa, o cuidado com os hábitos que poderiam ser ou não revelados, ter que fingir sair para o trabalho ou ser casado torna-se uma preocupação, um cuidado do morador e do militante. Do lado dos funcionários, mesmo aqueles que não concordavam com o regime, por medo de perder o emprego, serem presos, eram coagidos e “colaboravam” com os órgãos de Inteligência do Estado.

Com bases nos depoimentos, os anos após o golpe são determinantes em relação às marcas do medo no trabalho. A presença de informantes, a vigilância, o receio, a precaução, a autocensura. O medo parece ter atravessado o cotidiano do cidadão em seu ambiente de trabalho impondo silenciamentos, moderações, adequações na postura, expressão e criação.

Paulo lembra que muitos profissionais da classe artística precisaram adequar-se para não serem excluídos dos centros de divulgação, dos meios de comunicação. O medo do ostracismo, de repreensões por falar *“mais do que devia”*, levaram muitos artistas a autocensurar sua produção, a expressão de suas ideias e pensamentos.

Ivan lembra a escolha de ex-colegas militares que não concordavam com o golpe e o regime: *“Até colegas de regimento com ideias ou menos atrasados, ou mais evoluídos, ficaram bem comportados e seguiram nas suas carreiras”*. O medo da exoneração, da perda da carreira, favoreceu que muitos militares, funcionários públicos, trabalhadores civis, silenciassem e aceitassem que assim seria.

No hospital em que Giba trabalhava, falar sobre política, tornava-se assunto proibido, exposição de si em um terreno perigoso: *“Não tinha a menor condição de poder falar com o outro. Eu por exemplo, eu trabalhava lá no hospital [...]. Não tinha espaço pra eu fazer qualquer tipo de comentário ou eu me mostrar: “é favorável” ou “não favorável”*. No cotidiano do trabalho, o cidadão existe amedrontado, desconfiado de quem está ao redor, protegendo-se de todos.

O conhecimento sobre a presença de *dedos-duros*, informantes e policiais nas aulas em cursinhos e universidades ou como colegas de trabalho dão conta da rigorosa vigilância no período. Paulo acentua a necessidade de assumir uma postura pragmática como professor: *“Estávamos de fato vigiados [...] a gente sabia que tinha na classe policial. [...] na aula nós tínhamos uma postura mais pragmática de fazer com que o indivíduo entrasse na universidade de fato [...] o aluno estava ali para entrar na universidade e não para ser formado”*. A restrição da liberdade do professor, a tarefa assumida de passar um conteúdo e não instigar os alunos a pensar, a ser crítico, *“Passou a ter um peso”*.

Reginaldo, nos anos em que também deu aulas em cursinhos pré-vestibular, experienciou situação semelhante: *“Tinha um cara que era de direita, era informante e todo mundo sabia. [...] Esse cara todo mundo sabia e todo mundo isolava. [...] Acontecia muito de gente que você identificava e sabia que era informante. Tinha que ficar de olho. [...] esse era um canalha mesmo”*. A presença de colegas delatores tensiona o cotidiano de trabalho. A convivência com o inimigo, o canalha que pode te denunciar a qualquer descuido, impõe a necessidade de autoproteção constante, fragiliza ao revelar a impotência: *“não tinha jeito de colocá-lo pra fora”*. Reginaldo conta que, para minimizar os riscos e ganhar tempo, em caso de visita da polícia, no local onde trabalhava, *“não dava meu endereço, eu dava o endereço da minha mãe”*.

O medo não atravessava o cotidiano somente de quem estava envolvido politicamente. Reginaldo lembra das fábricas: *“os ambientes de trabalhos eram muito envenenados, mas muito dedo-duro, muita vigilância”*. Para um operário, tão ameaçador quanto envolver-se em política, é *ser envolvido* pela proximidade ou contato com algum colega metido com política: *“as pessoas tinham medo, mesmo quem não tava envolvido, [tinha] medo de ser envolvido”*. O medo instaura um ambiente de desconfiança e persecutoriedade nos trabalhadores: *“você não podia falar a palavra sindicato, já era um palavrão. Ah não, falou a palavra sindicato é porque você é comunista, subversivo, terrorista. Você tinha um ambiente muito,*

muito, muito complicado". O cidadão vivia com medo de ser considerado comunista, subversivo, terrorista, de ser denunciado pelos colegas de trabalho, pelos vizinhos, pelo dono da banca de jornal.

Soa-nos imprescindível considerar um contraponto a *este* medo, vivido amplamente por aqueles que poderiam ser reconhecidos ou tidos como comunistas: o *medo da ameaça comunista*. No caso de Francisco, a visão ideológica de quem apoiou o golpe junto com Lacerda, revela o medo incutido pela direita na população sobre o *inimigo interno*, aquele que mora ao lado, se veste e fala como você: "*ele foi treinado lá, é brasileiro e ele é inimigo. [...] Não era contestador, era inimigo. [...] entra aqui para transformar isso aqui num país igual a Cuba, igual a Tchecoslováquia ou igual a União Soviética*". Para muitos cidadãos simpatizante das ideias da direita, mais conservadores, pouco politizados ou mais preocupados com as questões domésticas, o medo parecia mais atrelado à quebra do *status quo*, à possibilidade do Brasil tornar-se uma "ditadura sindicalista", transformar-se em uma nova Cuba. Acuados pela "ameaça comunista", tudo é permitido para *defender* o país. Francisco acentua: "*O inimigo tá aqui dentro. [...] e isso justifica toda a repressão que o Brasil fez em cima dele*". O medo generalizado autoriza voltar-se contra seus semelhantes, delatar seu vizinho, permite ao porteiro entregar o morador amigo que lhe emprestou dinheiro, a denuncia de um colega de trabalho, até mesmo de um parente. Muitos cidadãos, menos conscientizados e mais influenciáveis pelas propagandas de governo, mais conservadores, aderidos aos princípios do regime ou convencidos do suposto risco da perda de seus benefícios particulares, parecem ter sido impactado psicologicamente pela ideia de que o perigo é *barbudo e veste-se de vermelho*.

O apoio massivo da mídia censurada ou conivente, a propaganda massiva de governo, a vasta difusão da mensagem de que o país tricampeão mundial de futebol *ia bem*, bombardearam o cotidiano do brasileiro incutindo a mensagem de que o inimigo é o *comunista subversivo* que quer atrapalhar o desenvolvimento do país. É de se supor que todo esforço para convencer a população de que os "*terroristas*" são os inimigos surtiu efeito em parte dos brasileiros, amedrontados com a ameaça comunista, dos inimigos que queriam destruir o país, e muitos, mais ingenuamente ou menos, voltaram-se contra seus iguais.

Marcelo Rubens Paiva (2015), em seu recente livro que narra a história do desaparecimento do pai em 1971 e a luta da sua mãe para criar os cinco filhos, faz um

relato que ilustra a amplitude generalizada do medo no cotidiano de muitos cidadãos médios, de esquerda, de direita ou menos críticos:

Todo mundo que era contra a ditadura era comunista. Todos se tornaram suspeitos, subversivos em potencial. O comunista estava na fronteira, atrás da porta, na sombra, na igreja, na escola, no cinema, no teatro, na música, no Exército, o comunista vendia pipocas, estava disfarçado em balés, óperas, podia ser seu vizinho, podia estar debaixo da sua cama, poluir o reservatório de água, dopar os bebedouros. Os comunistas tomariam o poder. Até os não comunistas eram comunistas disfarçados, foram doutrinados, sofreram lavagem cerebral (p.90).

O pânico em *uns* de que a ameaça comunista estava em todo lugar repercute em *outros*, como medo de ser reconhecido como tal. Na circulação pela cidade, no contato com o outro nas ruas, no trabalho, na escola, no ônibus, na padaria: por onde o cidadão circulasse parecia haver um embate de medos. De um lado, o medo de ser considerado comunista, subversivo, ser denunciado, ser envolvido com questões políticas. De outro, o medo do barbudo que quer prejudicar o país, daquele que ameaça acabar com a “liberdade” do *cidadão de bem*, tomar a sua casa e dá-la para um comunista. Em seu questionamento, Hannah Arendt (2008a) nos traz uma importante advertência: “Quem ousaria medir e comparar os medos vividos por seres humanos?” (p.320). Um medo não é mais justo ou menos justo que outro. Afinados pelo medo, o mundo se revela como ameaça. O medo assujeita o cidadão, nos rende à sua força e retira o discernimento. No extremo, o medo interrompe a capacidade de pensar e evoca com todas as forças a luta pela sobrevivência. A presença da ameaça sempre ao lado, à espreita, instiga o cidadão aos mais primitivos ímpetos de autoproteção, de preservação.

Os depoimentos trazem indícios de que o medo na ditadura tornou-se um importante instrumento de controle social, de ordenação e disciplinamento da população. Atravessados pelo medo, a maioria dos cidadãos recuavam antes de manifestarem-se contra os interesses impostos pelo regime. Outros corroborariam com o governo, agindo como pequenas células de informação pulverizada por todo território nacional. A força da violência e o medo subsequente teriam liberado os caminhos para o regime empenhar suas políticas econômicas e sociais de interesse privados, prioritariamente, das elites empresariais.

Arendt (2003), ao retomar a vida na Grécia antiga, levanta um aspecto fundamental para compreendermos o uso instrumental do medo nos anos da ditadura: “todo o conceito de domínio e de submissão, de governo e de poder no sentido em

que concebemos, bem como a ordem regulamentada que os acompanha, eram tidos como pré-políticos, pertencentes à esfera privada, e não à esfera pública” (p.41). A palavra, o discurso, a persuasão, próprios da política são contrários à dominação e se dão na esfera pública. A dominação, o controle, assujeitamento do cidadão pelo medo são fenômenos ligados à esfera privada, nela, impede-se a *política*. A força do Estado sobre a população nos anos da ditadura parece ter fomentado amplamente no cotidiano do brasileiro modos pré-políticos ou apolíticos de relação, pertinentes à esfera privada. A privatização da “política” em função de interesses da ordem do capital aponta para o beneficiamento de políticas estatais de acumulação de capital, concentração de renda na mão de parcela reduzida da elite, aprofundamento da desigualdade social, isto é, sintomas do fenômeno mais originário da *dominação*.

Vera Vital Brasil (2009) complementa e acentua o caráter de dominação do medo e seu uso como instrumento de controle social para a defesa e produção da ordem que se impõe. Multiplicados pela espetacularização midiática, medo e a insegurança passam a reger as relações sociais. Nos anos da ditadura, a violência parece ter se mostrado de modos explícitos e silenciosos, permeado amplamente as instituições e o cotidiano dos cidadãos. Sob o medo da violência direta e indireta, muitos cidadãos foram assujeitados e tiveram sua liberdade impedida, sua voz emudecida, seu destino controlado.

Tomemos as palavras da filósofa alemã, mencionando o funcionamento da concepção de confiança nos regimes totalitários, para pensar os desdobramentos do medo como controle social durante o regime: “Os únicos confiáveis são os que sabem o suficiente ou são treinados o suficiente para não ter opinião, e além disso nem sabem mais o que significa ter convicções” (ARENDT, 2003, p.328). O contexto refere-se ao funcionalismo totalitário, isto é, àqueles que não deveriam ter vida para além de sua função. No entanto, somos convocados a pensar paralelamente à ordem totalitária descrita. No período da ditadura, teria o medo favorecido, não somente que militares e agentes da repressão atuassem sem questionamento, mas também que parcela significativa da população – doutrinação pela propaganda, pelos benefícios do “milagre econômico” – tivesse perdido a própria opinião, a crítica, e por força do medo adotado convicções impostas pelo regime? A indicação de uma resposta positiva é um aspecto a ser aprofundado.

Mia Couto (2011), em seu texto *Murar o Medo*, preparado para uma conferência sobre segurança, aproxima essa questão.

A nossa indignação, porém, é bem menor que o medo. Sem darmos conta, fomos convertidos em soldados de um exército sem nome e, como militares sem farda, deixamos de questionar. Deixamos de fazer perguntas e discutir razões. As questões de ética são esquecidas, porque está provada a barbaridade dos outros e, porque estamos em guerra, não temos que fazer prova de coerência, nem de ética nem de legalidade”.

O medo parece favorecer a despolitização, desconscientização, ausência de crítica e, às vezes, convivência com o regime. As relações permeadas pelo traço do medo parecem contrários à noção de política. O cidadão ameaçado, acuado, volta-se para a esfera privada, para a necessidade de preservação da sobrevivência. Recluso na esfera privada, o indivíduo é impedido, destituído de sua voz, perde um traço de cidadania. Nesse sentido, mesmo para aqueles cidadãos que perceberam o período da ditadura como um problema, atentos aos mandos do regime, críticos e menos ingênuos sobre o que se passava no país, o traço psicossocial do medo não teve impacto menor. No âmbito cotidiano da família, do trabalho, na cidade, o militante ou o cidadão crítico parece ver-se impelido ao cuidado constante, apreensão, autocensura e autocerceamento de próprio pensamento.

A pensadora Hannah Arendt (2003) nos ensina que nas sociedades, ou histeria de massa e nas tiranias

os homens tornam-se seres inteiramente privados, isto é, privados de ver e ouvir os outros e privados de ser vistos e ouvidos por eles. São todos prisioneiros da subjetividade de sua própria existência singular, que continua a ser singular ainda que a mesma experiência seja multiplicada inúmeras vezes. O mundo comum acaba quando é visto somente sob um aspecto e só se lhe permite uma perspectiva (p.67-8).

Privados de ver e ouvir o outro, serem vistos e ouvidos pelo outro. A pluralidade do existir é tamponada na singularidade isolada e multiplicada entre os cidadãos. Com base nas reflexões sobre as memórias dos depoentes, as repercussões psicológicas do uso instrumental do medo inserido no cotidiano do cidadão na família, no trabalho e na cidade, parecem ter configurado uma espécie de golpe à condição humana fundamental, isto é, da possibilidade de vir à público, a *aparência* – ser visto e ouvido pelos outros e por nós mesmos.

Relegado à esfera privada pela força do medo, o cidadão é destituído de um traço de humanidade. Parece-nos possível apontar na direção de que a atmosfera de medo instaurado no cotidiano do brasileiro com a ditadura e seu impacto psicológico poderia ter contribuído com uma certa configuração de sociedade mais individualista,

menos permeável à existência do outro e menos implicada com as questões humanas concernentes aos iguais. E, portanto, menos sensível à percepção e mais rendidos aos fenômenos próprios à dominação, subjugação, mandonismo, à soberba.

A coragem na solidariedade

Os depoimentos mostraram que a ditadura militar contribuiu para instaurar, em diversos âmbitos, uma atmosfera de ameaça, perseguição, desconfiança, vigilância, que parece ter impactado psicologicamente brasileiros atravessados pelo medo no cotidiano na cidade, no trabalho e na casa. Além do medo, o ambiente institucional nos anos da ditadura também parece ter favorecido o surgimento de outros traços psicossociais, correlacionados e articulados entre si, que interferiram na vida dos cidadãos.

Nesta parte das primeiras considerações da pesquisa, parece possível indicar, com base nos depoimentos, que a ditadura também teria impactado psicologicamente o cotidiano de modo a favorecer o surgimento de traços de solidariedade e de coragem. Na vida do brasileiro, a solidariedade e a coragem parecem estar articuladas entre si na maior parte das vezes e, para melhor retomá-las, serão aqui reunidas em um par.

Da ameaça, risco, medo, sofrimento, pode nascer a *solidariedade*. Nas entrevistas, a solidariedade mostrou-se presente em diversas formas na experiência dos depoentes. Em meio a uma atmosfera de medo, a solidariedade muitas vezes amenizava a solidão, a impotência, o desamparo. A busca pela presença do outro, pela constituição de uma unidade, um apoio entre os pares, a partilha dos prazeres, muitas vezes foi o elemento que deu forças para não sucumbir. A reunião em um grupo, a constituição de um poder coletivo, também mostrou-se fundamental para encontrar a *coragem* na presença do outro para enfrentar a ditadura. Na política, na força coletiva, a coragem pode emergir em situações ligadas aos movimentos sociais, sindicais, em questões de caráter público.

Giba considera a principal marca do período “*uma questão ligada a solidariedade humana*”. Solidariedade caminha junto com a amizade na vida do depoente e parece remeter ao fato de sermos iguais: “*raça humana que é uma coisa*

só. [...] *a partir daí eu sou solidário com você, com as coisas e eu vou lutar [...] pra todos e tudo o mais*”. Fazer pelo outro é fazer por mim e por todos.

Paulo, lembrando a tensão do período: *“o medo era tão grande que permitiu essa junção. A sobrevivência faz com que você tenha essa procura da unidade”*. Vencer ou sobreviver ao medo convocava *estar junto*: *“a solidariedade e o medo são complementares”*. Quando quase tudo está perdido, o espírito de corpo parece ser a alternativa encontrada para enfrentar a situação: *“solidariedade no câncer. Estávamos juntos [...] a situação era muito ruim”*.

O *outro* era o apoio e também aquele com quem compartilhar o prazer das pequenas coisas: *“você tinha que curtir com os outros”*. A compensação no deserto era o oásis da presença: *“o Eros era muito forte [...] a gente tinha uma carência tamanha, que o que vinha era muito bem-vindo, a gente sorvia com muito prazer”*, conta-nos Paulo. Para muitos jovens, o prazer, a libertação sexual, a ruptura dos costumes, parece ter sido um modo de estar com o outro em um período de tensão e perigo. Shoshana lembra dos anos de universidade: *“época de liberação sexual [...] além dessas aspirações políticas de liberdade, juntava [...] liberação sexual, liberação geral de costumes”*.

Na solidariedade e participação em grupo, o medo e a tensão do período podem ser extravasados pela quebra dos costumes, compartilhamento dos prazeres, dos corpos, do sexo, dos afetos. Paulo lembra dos perigos desse jogo de *“compensação”* afetiva: *“nada como o afeto para apagar o trauma, [...] necessidade do outro, que é um problema. Uma dependência muito grande”*. O medo parece encontrar vazão na companhia e no afeto, porém, não sem novos perigos, desta vez, da ordem do privado.

A experiência de Ausonia traz um sentido mais político à vazão do medo: *“a motivação era o medo e não o desejo. [...] Era mais o medo que nos regia, que nos mobilizava”*. Do medo surgiu a força e a coragem para quebrar regras das instituições onde trabalhava e fazer o que acreditava ser o melhor para seus alunos, ensiná-los a ler, levá-los à biblioteca, ao teatro. Algumas vezes, sacrificando seu emprego ou curso na faculdade.

A coragem, mobilizada solitariamente em Ausonia, parecia exigir muito mais do cidadão nas duas décadas de ameaça instaurada amplamente no cotidiano do brasileiro. Luiz Carlos, lembrando que a coragem para manifestar-se contra a ditadura não era livre de consequências: *“As pessoas colocavam a cabeça pra fora e cortavam*

a cabeça”. Sua companheira complementa: *“os pouquinhos que botavam a cabecinha pra fora para falar ‘não’, era uma coisa memorável”*.

Hannah Arendt (2003), retomando o pensamento grego, observa que para alguém ingressar na esfera política, deveria estar disposto a “arriscar a própria vida”, “a coragem, portanto, tornou-se a virtude política por excelência, e só aqueles que a possuíam podiam ser admitidos a uma associação dotada de conteúdo e finalidade políticos” (p.45-6). Em tempos de dominação da força do terrorismo de Estado e autoritarismo institucionalizado vividos no Brasil, não havia espaço para a política acontecer. Os depoimentos indicaram que para aqueles que, nos anos da ditadura, buscaram resgatar traços da política, a coragem de arriscar a própria vida fez-se muito necessária.

Algumas personalidades, ligadas principalmente à religião, destacaram-se no período da ditadura pela coragem de ações públicas em defesa dos direitos humanos. No judaísmo, Shoshana destaca a coragem de Henry Sobel em relação ao enterro de Herzog: *“um recado de que ele não acreditou [...] na versão oficial de suicídio”*. Ivan lembra com entusiasmo os padres do Nordeste: *“que resistência maravilhosa. [...] essa gente era muito, muito corajosa. As missas de domingo [...] pregavam mesmo contra: ‘A terra é de vocês, reajam contra os patrões, contem conosco’*. A coragem de posicionar-se contra o regime, lutar contra os patrões, pelos trabalhadores, pelos mais pobres, recebia certo amparo da comunidade religiosa, instituição forte, que muitas vezes esteve do lado dos desfavorecidos. De uma liderança, em nome da comunidade, emergiu a coragem de levantar a voz contra o regime, não sem arriscar a própria vida. Ivan acentua que estes padres *“também sofreram muito, muitas consequências”*.

Uma liderança, respaldada pelos seus seguidores ou subordinados pode sustentar a coragem coletiva, pode ser o disparador de um poder coletivo, da união de muitos para um propósito. Lembrando o dia do golpe, Ivan lamenta a ausência da liderança, do comando, de João Goulart ou algum general para resistir: *“O comandante [Jango] abdicou, faltou [...] algum oficial de alto posto, assumir o comando e enfrentar o golpe”*. Na ausência de uma liderança e de um direcionamento, a coragem pode dispersar, ficar sem rumo e perder força.

Por outro lado, a coletividade pode reunir e multiplicar a coragem de um e de todos quando há um propósito centralizador, a motivação que traga unidade à força dos movimentos coletivos. Giba lembra as lutas coletivas do Movimento de

Renovação Médica por uma saúde mais atrelada às necessidades sociais, lutas que culminaram nas discussões pela criação do SUS. Reginaldo percebe que as coisas estavam mudando quando a polícia, armada com metralhadoras, decide recuar diante da força da reunião de mais de 150 mil pessoas em São Bernardo do Campo, em uma das maiores greves da região do ABC.

Atentemos aos versos de *Canción con todos*²⁹:

*Todas las voces, todas
Todas las manos, todas
Toda la sangre puede
Ser canción en el viento.
¡Canta conmigo, canta
Hermano americano
Libera tu esperanza
Con un grito en la voz!*

Todas as vozes, todas as mãos, todo o sangue. A canção argentina, eternizada na empostada voz de Mercedes Sosa, parece evocar a união do povo latino a dar as mãos e o sangue, cantar em um mesmo tom, uma mesma voz. Uma voz empoderada porque uma voz coletiva, uma voz de muitos, que faz-se ouvir na reverberação de um grito. Os depoimentos levam-nos a supor que, no período da abertura, as mudanças ocorridas na organização do Estado, nas ações, instituições, tenham instaurado um ambiente favorável para muitos brasileiros responderem à evocação semelhante.

A pequena brecha aberta pelo relaxamento da repressão e encaminhamento para a redemocratização, parece ter sido suficiente para oxigenar e dar voz à insatisfação coletiva de brasileiros, sufocados por anos de medo, violência, vigilância e censura. É possível que muitos cidadãos tenham percebido esta brecha como oportunidade para corresponder a convocação: *Canta conmigo!* E, assim, reunir forças com os iguais, os *irmãos*, para pressionar, enfrentar, lutar por mudanças políticas e, enfim, *liberar sua esperança*.

Um espaço se abria, mas o país ainda vivia um regime autoritário, de opressão. As manifestações violentas do Estado se transformaram, mas não foram estancadas. Na coletividade, parece que o cidadão encontrou a *coragem* de enfrentamento da opressão do regime. Reginaldo relembra essas mudanças: “*uma porção de movimentos sociais se formou nessa ocasião e com uma força muito grande*”, uma nova conjuntura se instala.

²⁹ *Canción con todos* foi composta em 1969 pelos argentinos César Isella e Armando Tejada Gómez.

Giba faz uma importante consideração sobre as possibilidades de mudanças, de resistência, de luta por um mundo diferente: “*eu tenho uma ideia, uma avaliação de que as coisas só são possíveis quando possíveis. [...] Você não antecipa nada e você tem que ter uma condição favorecedora*”. A condição favorável parece impactar o cidadão que se vê impelido a manifestar-se, que sente sua voz reconhecida quando pertencente a um grupo na busca por mesmas conquistas. A *condição favorecedora* permite o resgate do ânimo, da esperança, alimentados pelo crescimento dos movimentos (sociais, sindicais, universitários), o surgimento das discussões pela universalidade e equidade na saúde, as grandes greves e o movimento de massa pelas *Diretas Já*.

Renato Tapajós (1979), no romance *Em Câmara Lenta*, faz uma intensa descrição da emoção que o personagem narrador teria sentido junto a outros estudantes quando souberam da reação à invasão da Baía dos Porcos, em Cuba:

Pela primeira vez, eu senti o contágio da agitação, a embriaguez de se fundir na massa e partilhar de um sentimento coletivo, a exaltação do impulso que deixa de ser ideia para se transformar em movimento (p.71).

O episódio era outro, o tempo também. Mas talvez o contágio, a embriaguez que toma o existir embrenhado em uma massa coesa seja semelhante ao impacto experienciado por muitos brasileiros nos últimos anos da ditadura, nas lutas coletivas, na esperança alimentada por novas possibilidades ainda porvir.

A escuta atenta aos depoimentos permite reconhecermos – na cidade, no trabalho e na casa – a presença em suas falas dos “novos personagens” tão bem descritos Eder Sader (1988):

A imagem viva da emergência de um sujeito coletivo, como um ato de afirmação de setores sociais até então excluídos do cenário oficial, foi logo elaborada por testemunhas, que chamaram a atenção para novos personagens que alteravam os roteiros preestabelecidos (p.29).

Um novo personagem adentrava o palco e encenava uma coreografia antes desconhecida. Um passo novo, desconhecido, inesperado, mas um passo em conjunto, ensaiado na coletividade. Uma movimentação que tornara-se um caminhar por veredas inéditas sem que se soubesse aonde poderiam chegar. Na ditadura, essas novas cenas e personagens parecem surgir quando se consegue montar um palco diferente, com cenários favoráveis.

Há indicações, com base nos depoimentos, que depois dos primeiros quinze anos de violência desde o golpe parecia haver aproximado uma espécie de saturação

do regime na atmosfera da população. Um certo esgotamento de existir sob circunstâncias de cerceamento, impedimento. Um cansaço que pode ter favorecido o surgimento das movimentações coletivas de oposição ao regime.

Reginaldo acentua as manifestações populares como uma resposta à ditadura: *“Teve várias manifestações desse tipo com confrontações, mas foi um claro ‘chega’*. Um basta! Giba pondera sobre o crescimento dos movimentos do final da década de 1970: *“Eu acho que a ditadura foi um fator ‘estimulatório’ para o surgimento das oposições em todas as áreas profissionais, sindicais etc. Acho que desencadeia isso”*. A física tradicional consideraria que toda resistência é uma resposta a uma força que se impõe. A reorganização dos movimentos sociais (universitários, partidários e profissionais), aparentemente, poderia ter sido estimulada pelas condições de existência estabelecidas nos anos da ditadura.

Debrucemo-nos sobre os versos do poema *Patmos*, do poeta alemão Friedrich Hölderlin (2000):

*Mas onde há perigo, cresce
Também a salvação³⁰.*

A salvação pode crescer ali onde habita o perigo. A salvação não significa uma solução mágica, dogmática, definitiva. Muito antes, o que podemos compreender como salvação está mais ligado à possibilidade de ver, constatar o perigo, compreender o modo de essenciar da periculosidade, e perceber o crescimento do que salva. Com Martin Heidegger (2001b) entendemos que “salvar” significa avizinhar-se da essência para fazê-la aparecer em seu próprio brilho. A salvação mencionada pelo poeta e pensada pelo filósofo aproxima-se da possibilidade de aparecimento, da mostração do seu brilho. O pensador complementa: “Segundo as palavras do poeta, porém, não nos é permitido esperar que, no perigo, se possa apanhar a força salvadora, imediatamente e sem preparação” (p.31). Depois de anos de violência e repressão da ditadura, a coletividade dos trabalhadores, dos estudantes, dos movimentos sociais parece começar a levantar sua voz, a mostrá-la, a conquistar a aparição na sociedade após delongado período de impedimento, silenciamento, exclusão. Uma esperança de salvação parece se configurar, um brilho desvelado no poder construído na coletividade.

³⁰ *Wo aber Gefahr ist, wächst/ Das Rettende auch.*

Por fim, Reginaldo lembra da abertura com certa frustração pela não concretização da revolução socialista, mas guarda o discernimento de que o que estava se configurando politicamente era totalmente novo, não poderia ser referenciado a qualquer outra história. A possibilidade do novo não se dá sem a renúncia do caminho já conhecido. Aprendemos com Heidegger (2003b) que “a renúncia consiste na prontidão para um outro relacionamento” (p.128). A mudança exige a renúncia do anteriormente conhecido e a prontidão para que algo outro surja, para que o ainda desconhecido possa se mostrar.

Se a postura de renúncia parece-nos fundamental para permitir a aproximação do novo, de um pensamento, uma postura, um olhar diferente, não poderia acontecer de outro modo com esta pesquisa. Guardamos que os limites qualitativos e quantitativos desta etapa da pesquisa, iniciada com este doutorado, reforçam a impossibilidade de afirmarmos, tampouco empenharmos uma posição definitiva e única sobre o modo como a ditadura teria influenciado o cotidiano dos brasileiros. No âmbito da pesquisa, tal postura pretensiosa e não fenomenológica incorreria no encerramento da própria possibilidade de aparecimento de outras vozes e cidadãos interrompidos, silenciados, tamponados.

A sustentação da postura de renúncia quanto ao tema da pesquisa pretende manter a escuta aberta para as vozes que ainda não puderam se fazer ouvir. A manutenção da questão em aberto intenciona mantê-la viva, respeitar seus mistérios e seus brilhos, e continuar desvelando e percorrendo seus caminhos.

Sobre a sustentação da nossa questão em aberto, emprestamos as palavras do escritor Eduardo Galeano em *Para que serve a utopia?*³¹:

*Essa pergunta há de se fazer todos os dias:
 “Para que servia a utopia?
 Se é que a utopia servia para alguma coisa...”
 Então disse: “Veja bem, a utopia está no horizonte
 e se está no horizonte, nunca vou alcançá-la.
 Porque se caminho dez passos, a utopia vai se distanciar dez passos
 e se caminho vinte passos, a utopia vai se colocar vinte passos mais além.
 Ou seja, sei que jamais, nunca, a alcançarei.
 Então para que serve?
 Para isso, para caminhar.*

³¹ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=gujK5WEVG8g>.

Bibliografia

- ABREU, A.M. Medo, direitos humanos e modos de subjetivação. In: MOURÃO, J.C. (Org.) *Clínica e Política 2: subjetividade, direitos humanos e invenção de práticas clínicas*. Rio de Janeiro: Abaçar: Grupo Tortura Nunca Mais, 2009.
- ADESG. *Atualização da Doutrina de Segurança nacional – Teoria do Planejamento*. Rio Grande do Sul: Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, 1969.
- ALMEIDA, S.S. Violência e subjetividade. In: RAUTER, C.; PASSOS, E.; BARROS, R.B. (orgs.) *Clínica e política: subjetividade e violação dos direitos humanos*. Rio de Janeiro: Instituto Franco Basaglia/Editora TeCorá. 2002.
- AMORIM, P.H. *O Quarto Poder: uma outra história*. São Paulo: Hedra, 2015.
- ARANTES, P. 1964, o anos que não terminou. In: SAFATLE, V. e TELES, E., (orgs). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- ARAÚJO, P.C. *Roberto Carlos em detalhes*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2006.
- ARENDT, H. *A Condição Humana*. Trad. Roberto Raposo – 10ª ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.
- ARENDT, H. Trabalho, Obra, Ação. In: _____. *Cadernos de Ética e Filosofia Política* 7, 2/2005
- ARENDT, H. A Crise na Cultura: sua importância social e política. In: _____. *Entre o passado e o futuro*. Trad. Mauro W. Barbosa – 6ª ed. – São Paulo: Perspectiva, 2007a.
- ARENDT, H. O que é Autoridade?. In: _____. *Entre o passado e o futuro*. Trad. Mauro W. Barbosa – 6ª ed. – São Paulo: Perspectiva, 2007b.
- ARENDT, H. A Crise na Educação. In: _____. *Entre o passado e o futuro*. Trad. Mauro W. Barbosa – 6ª ed. – São Paulo: Perspectiva, 2007c.
- ARENDT, H. Compreensão e Política (as dificuldades da compreensão). In: _____. *Compreensão: formação, exílio, totalitarismo*. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008a.
- ARENDT, H. Humanidade e Terror. In: _____. *Compreensão: formação, exílio, totalitarismo*. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008b.
- ARENDT, H. Compreensão e Política (as dificuldades da compreensão). In: _____. *Compreensão: formação, exílio, totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008c.
- ARENDT, H. *Sobre a Violência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009a.
- ARENDT, H. *O que é Política?*. 8ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009b.
- ARENDT, H. *A Vida do Espírito*. Vol.1. Lisboa: Piaget, 2011.
- ARENDT, H. *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- AQUINO, M.A. *Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento*. Bauru: EDUSC, 1999.
- BANDEIRA, L.A.M. *O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil 1961-1964*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.
- BANDEIRA, L.A.M. O golpe militar de 1964 como fenômeno de política internacional. In: TOLEDO, C.N.(org.) *1964: visões críticas do golpe: Democracia e reformas no populismo*. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.
- BERGSON, Henri. *Memória e Vida*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- BRASIL. Lei 4.725, de 13 de julho de 1965. *Estabelece normas para o processo dos dissídios coletivos e dá outras providências*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4725.htm>. Acesso em 13 jan. 2016.
- BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. *Legislação Estruturante do SUS*. Brasília: CONASS, 2007.
- BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório: textos temáticos*. v.2. Brasília: CNV, 2014.

- BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Depoimento de Luís Inácio Lula da Silva– 08/12/2014*. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Cvcv3RP1qCc>>. Acesso em 17/01/2016.
- BOSI, A. *Céu, Inferno: ensaios de crítica literária*. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2003.
- BOSI, A. *Entre a Literatura e a História*. São Paulo: Editora 34, 2013.
- BOSI, E. *O Tempo Vivo da Memória: ensaios de Psicologia Social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- BOSI, E. *Memória e Sociedade: lembrança dos velhos*. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009a.
- BOSI, E. *Cultura de massa e Cultura Popular: leituras de operárias*. 13ªed. Petrópolis: Vozes, 2009b.
- CALDAS, A. Prefácio. In: CHACEL, C. *Seu Amigo Esteve Aqui: a história do desaparecido político Carlos Alberto Soares de Freitas, assassinado na Casa da Morte*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- CALIRMAN, C. *Arte Brasileira na Ditadura Militar: Antônio Manuel, Artur Bárrio e Cildo Meireles*. Rio de Janeiro: Reptil, 2013.
- CANCIAN, R. *Igreja Católica e Ditadura Militar no Brasil*. São Paulo: Claridade, 2011.
- CARDOSO, F.M. *Saúde entre os Negócios e a Questão Social: privatização, modernização e segregação na ditadura civil-militar (1964-1985)*. 207f. Dissertação (Mestrado Saúde Coletiva) – Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.
- CASALECCHI, J.Ê. *O Brasil de 1945 ao Golpe Militar*. São Paulo: Contexto, 2002.
- CHAGAS, C. *A Ditadura Militar e o Golpe dentro do Golpe*. Rio de Janeiro: Record, 2014.
- CHAUÍ, M. Prefácio. In: SADER, Eder. *Quando novos Personagens Entraram em Cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- CHAUÍ, M. *Manifestações Ideológicas do Autoritarismo Brasileiro*. Belo Horizonte: Autêntica Editora; São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.
- CHICO – Artista Brasileiro. Direção de Miguel Faria Jr. Rio de Janeiro: Globo Filmes, 1001 Filmes, 2015.
- CHIRIO, M. *A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- CLASTRES, P. *A Sociedade Contra o Estado – pesquisas de antropologia política*. São Paulo: Cosac Naify, 2013.
- COGGIOLA, O. *Governos militares na América Latina*; São Paulo: Contexto, 2001.
- COIMBRA, C.M.B. Doutrina de Segurança Nacional e produção de subjetividade. In: RAUTER, C.; PASSOS, E.; BARROS, R.B. (orgs.) *Clínica e política: subjetividade e violação dos direitos humanos*. Rio de Janeiro: Instituto Franco Basaglia/Editora TeCorá. 2002.
- COUTO, M. [2011] *Murar o Medo*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5xtgUxggt_4>. Acesso em 10jan2016.
- CUNHA, P.R. Um clássico mais que contemporâneo. In: SODRÉ, N.W. *História Militar do Brasil*. 2ªed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- DAMASCENO, D. Guia do Leiro do Romanceiro da Inconfidência. In: MEIRELES, C. *Obra Poética*. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1977.
- D'ARAÚJO, M.C., CASTRO, C. (orgs.) *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- DEO, A. Uma transição à *long terme*: a institucionalização da autocracia burguesa no Brasil. In: PINHEIRO, M.(org.). *Ditadura: o que resta da transição*. São Paulo, SP: Boitempo, 2014.
- DIEGUES, C. *Vida de Cinema: antes, durante e depois do Cinema Novo*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.
- FERREIRA, J. Entre a história e a memória: João Goulart. In: FERREIRA, J., AARÃO REIS, D. (orgs.) *Nacionalismo e Reformismo Radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- FERREIRA, J. *João Goulart: uma biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- FICO, C. *Como eles agiam*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

- FICO, C. Brasil: a transição inconclusa. In: ARAÚJO, M.P., FICO, C.; GRIN, M. *Violência na história: Memória, trauma e reparação*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012.
- FICO, C. *O golpe de 64: momentos decisivos*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.
- FILGUEIRAS, O. *Revolucionários sem Rosto: uma história da Ação Popular*. São Paulo: ICP, 2014.
- FRANCO JUNIOR, H. *A Dança dos Deuses: futebol, sociedade, cultura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- GALEANO, E. *Para que serve utopia?*. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=gujK5WEVG8g>>. Acessado em 30jan2016.
- GASPARI, E. *A Ditadura Envergonhada*. 2ª ed. rev. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014a.
- GASPARI, E. *A Ditadura Escancarada*. 2ª ed. rev. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014b.
- GASPARI, E. *A Ditadura Derrotada*. 2ª ed. rev. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014c.
- GASPARI, E. *A Ditadura Encurralada*. 2ª ed. rev. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014d.
- GERMANO, J.W. *Estado Militar e Educação no Brasil (1964-1985)*. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- GIANAZZI, C. *Marcha Contra o Saber: o Golpe Militar de 1964 e o AI-5 na Universidade de São Paulo*. São Paulo: Global, 2014.
- GONÇALVES FILHO, J.M. Humilhação social – um problema político em psicologia. In: *Psicologia USP*, São Paulo, v.9, n.2, 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65641998000200002&lng=en&nrm=iso. Acessado em 11/07/2011.
- GONÇALVES FILHO, J.M. A invisibilidade pública (prefácio). In: COSTA, F.B. *Homens invisíveis – relatos de uma humilhação social*. São Paulo: Globo, 2004.
- GONÇALVES FILHO, J.M. Humilhação Social: humilhação política. In: SOUZA, B.P. (org.) *Orientação à queixa escolar*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.
- GONÇALVES FILHO, J.M. Problemas de método em Psicologia Social: algumas notas sobre humilhação política e o pesquisador participante. In: BOCK, A.M.B. (org.) *Psicologia e o Compromisso Social*. 2ªed. rev. São Paulo: Cortez, 2009.
- GORENDER, J. *Combate nas Trevas*. 5ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Editora Perseu Abramo: Expressão Popular, 2014a.
- GORENDER, J. Era o golpe de 1964 inevitável? In: TOLEDO, C.N.(org.) *1964: visões críticas do golpe: Democracia e reformas no populismo*. Campinas: Editora da Unicamp, 2014b.
- GTNM/RJ, CINTRAS, EATIP, SERSOC. *Danão Transgeneracional: consecuencias de la repression política en el Cono Sur*. Santiago, 2009.
- GUERRA, C., NETTO, M., MEDEIROS, R. *Memórias de uma Guerra Suja*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2012.
- HEIDEGGER, M. *Seminários de Zollikon*. São Paulo: EDUC; Petrópolis, RJ: Vozes, 2001a.
- HEIDEGGER, M. A questão da técnica. In: _____. *Ensaio e Conferências*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001b.
- HEIDEGGER, M. A Origem da Obra de Arte. In: _____, *Caminhos de Floresta*; Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.
- HEIDEGGER, M. A essência da linguagem. In: _____. *A Caminho da Linguagem*. Petrópolis, RJ: Vozes; Bragança, SP: Editora Universitária São Francisco, 2003.
- HEIDEGGER, M. *Hinos de Hölderlin*. Lisboa: Instituto Piaget, 2004.
- HEIDEGGER, M. *Aclaraciones a la poesía de Hölderlin*. Madrid: Alianza Editorial, 2005.
- HEIDEGGER, M. *Nietzsche I*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- HEIDEGGER, M. *Ser e tempo*. Edição bilíngue. Trad. Fausto Castilho. Campinas, SP: Editora Unicamp; Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2012.
- HELLER, A. *O Cotidiano e a História*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- HÖLDERLIN, F. *Hinos Tardios*. Lisboa: Assírio & Alvim, 2000.
- HOLLANDA, H.B. *Impressões de Viagem: CPC, vanguarda e desbunde 1960/70*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2004.
- HOMEM, W. *História de Canções: Chico Buarque*. São Paulo: Leya, 2009.

- IANNI, O. *Capitalismo, Violência e Terrorismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- IOKOI, Z.M.G. A longa tradição de conciliação ou estigma da cordialidade: democracia descontínua e de baixa intensidade. In: SANTOS, C.M.; TELES, E.; TELES, J.(orgs.). *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil*. Vol.II. São Paulo: Aderaldo & Rothschild Editores, 2009. P.499-423.
- IOKOI, Z.M.G. A longa trajetória dos deslocamentos e das intolerâncias no Brasil. In: DOTTO, K.M., ENDO, P.C., SPOSITO, S.H., ENDO, T.C. (orgs.) *Psicologia, Violência e direitos humanos. Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região*. São Paulo: CRP SP, 2011. P.257-273.
- JORGE, M.A. A violência e o processo de mundialização. In: MOURÃO, J.C. (Org.) *Clínica e Política 2: subjetividade, direitos humanos e invenção de práticas clínicas*. Rio de Janeiro: Abaquare: Grupo Tortura Nunca Mais, 2009.
- KUCINSKI, B. A primeira vítima: a autocensura durante o regime militar. In: CARNEIRO, M.L.T. (org.) *Minorias Silenciadas: história da censura no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Imprensa Oficial do Estado/Fapesp, 2002.
- LINHART, D. Modernização e Precarização da Vida do Trabalho. In: ANTUNES, R.(org.). *Riqueza e Miséria do trabalho no Brasil III*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- LINZ, J., STEPAN, A. *A Transição e Consolidação da Democracia: a experiência do Sul da Europa e da América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- MAFRA, J.F. *A Ditadura Espelhada: conservadorismo e crítica na memória didática dos anos de chumbo*. São Paulo: BT Acadêmica/Brasília: Liber Livro, 2014.
- MARTINS, F. Há 35 anos, prisão de Lula transformou ato sindical em político. *Diário do Grande ABC*, ABC, 19abr.2015. Disponível em: <http://www.dgabc.com.br/Noticia/1305920/ha-35-anos-prisao-de-lula-transformou-ato-sindical-em-politico>. Acesso em: 15 jan.2016.
- MEIRELES, C. *Obra Poética*. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1977.
- MÉSZÁROS, I. *A Educação para além do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- MILITARES da democracia: os militares que disseram NÃO. Direção Silvio Tendler. Produção de Ana Rosa Tendler. Brasil, 2014. 88min.
- MORAES, D. *A Esquerda e o Golpe de 64*. São Paulo: Expressão População, 2011.
- MORAES, J.Q. O colapso da resistência militar ao golpe de 1964. In: TOLEDO, C.N.(org.) *1964: visões críticas do golpe: Democracia e reformas no populismo*. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.
- MORAIS, T. *Sem Vestígios: revelações de um agente secreto da ditadura militar brasileira*. São Paulo: Geração Editorial, 2008.
- MOTTA, R.P.S. *As Universidades e o Regime Militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014a.
- MOTTA, R.P.S. A modernização autoritário-conservadora nas universidades e a influência da cultura política. In: AARÃO REIS, D., RIDENTI, M., MOTTA, R.P.S. (orgs.) *A Ditadura que Mudou o Brasil: 50 anos depois do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014b.
- MOTTA, R.P.S. A política universitária da ditadura e as ciências sociais. In: ALONSO, A., DOLHNIKOFF, M. (orgs.). *1964: do golpe à democracia*. São Paulo: Hedra, 2015.
- NEGRO, A.L. *Linhas de Montagem: o industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores, 1945-1978*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- NIVINSKI, A. Os regimes totalitários e a censura. In: CARNEIRO, M.L.T. (org.) *Minorias Silenciadas: história da censura no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Imprensa Oficial do Estado/Fapesp, 2002.
- O dia que durou 21 anos. Direção de Camilo Tavares. Produção de Flávio Tavares. Brasil, 2012. 77min.
- OCARIZ, M.C. et al. O trauma, a palavra e a memória na Clínica do Testemunho. In: OCARIZ, M.C. (org.) *Violência de Estado na ditadura civil-militar brasileira (1964-1985): efeitos psíquicos e testemunhos clínicos*. São Paulo: Escuta, 2015.
- OLIVEIRA, F. A persistência da noção de ato inseguro e a construção da culpa: os discursos sobre os acidentes de trabalho em uma indústria metalúrgica. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, São Paulo, v.32 n.115, p.19-27, 2007.

- PAIVA, M.R. *Ainda Estou Aqui*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.
- PERDIGÃO, F. *O Destacamento de Operações de Informações (DOI) no EB – Histórico papel no combate à subversão: situação atual e perspectivas*. In: GUERRA, C., NETTO, M., MEDEIROS, R. *Memórias de uma Guerra Suja*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1978/2012.
- PEREIRA, A.W. *Ditadura e Repressão: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- PESSOA, F. (Heterônimo Álvaro de Campos) *A Casa Branca Nau Preta*. Disponível em: <http://www.citador.pt/poemas/a-casa-branca-nau-preta-alvaro-de-camposbrbheteronimo-de-fernando-pessoa>. Acesso em: 19jan.2016.
- POCHMANN, M. Políticas Públicas e Situação Social na Primeira Década do Século XXI. In: SADER, Emir. (org.) *Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.
- POCHMANN, M. *O Mito da Grande Classe Média: capitalismo e estrutura social*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- PROENÇA, I. *O Golpe Militar e Civil de 64: 40 anos depois: edição definitiva*. 2ªed. Rio de Janeiro: Oficina do Livro, 2013.
- QUINALHA, R.H. *Justiça de Transição: contornos do conceito*. São Paulo, SP: Outras Expressões; Dobra Editorial, 2013.
- QUINALHA, R.H. A questão LGBT no trabalho de memória e justiça após a ditadura brasileira. In: GREEN, J.N.; QUINALHA, R.H. (orgs.) *Ditadura e Homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade*. São Carlos: EduFSCar, 2014.
- RAUTER, C. Notas sobre o tratamento de pessoas atingidas pela violência institucionalizada. In: RAUTER, C.; PASSOS, E.; BARROS, R.B. (orgs.) *Clínica e política: subjetividade e violação dos direitos humanos*. Rio de Janeiro: Instituto Franco Basaglia/Editora TeCorá. 2002.
- REZENDE, M.J. *A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade 1964-1984*. Londrina: Ed. UEL, 2001.
- RIDENTI, M. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. 2ª ed. rev. e ampliada. São Paulo: Editora UNESP, 2010.
- ROSA, J.G. *Grande Sertão: Veredas*. 19ªed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- RODRIGUES, H.B.C.; MOURÃO, J.C. A herança da violência: o silêncio e a dor das famílias atingidas – aspectos do tratamento. In: RAUTER, C. e col. (orgs) *Clínica e política: subjetividade e violação dos direitos humanos*. Equipe Clínico-Grupal, Grupo tortura Nunca Mais – RJ. Instituto Franco Basaglia/Editora TeCorá. Rio de Janeiro: 2002.
- SÁ, F.; MUNTEAL, O.; MARTINS, P.E. (orgs.) *Os Advogados e a Ditadura de 1964: a defesa dos perseguidos políticos*. Petrópolis, RJ: Vozes; Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2010.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.
- SAFATLE, V.; TELES, E. Apresentação. In: _____, (orgs). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- SANTANA, M.A. Trabalhadores, sindicatos e regime militar no Brasil. In: PINHEIRO, M.(org.). *Ditadura: o que resta da transição*. São Paulo, SP: Boitempo, 2014.
- SÃO PAULO (Estado). Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva. *Infância Roubada: crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil*. Assembleia Legislativa, Comissão da Verdade do Estado de São Paulo. São Paulo: ALESP, 2014.
- SCHWARCZ, L.M.; STARLING, H.M. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- SECCO, L. *História do PT 1978-2010*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2011.
- SEVERIANO, J. *Uma História da Música Popular Brasileira: das origens à modernidade*. São Paulo: Ed.34, 2008.
- SILVEIRA, E. A resistência no plano da cultura. In: TOLEDO, C.N.(org.) *1964: visões críticas do golpe: Democracia e reformas no populismo*. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.
- SKIDMORE, T.E. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Trad. Berilo Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

- SODRÉ, N.W. *História Militar do Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- SODRÉ, N.W. Era o golpe de 1964 inevitável? In: TOLEDO, C.N.(org.) *1964: visões críticas do golpe*: Democracia e reformas no populismo. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.
- SVARTMAN, B.P. *Trabalho e desenraizamento operário: um estudo de depoimentos sobre a experiência de vida na fábrica*. 228f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.
- TAPAJÓS, R. *Em Câmara Lenta: romance*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977.
- TAVARES, C. *O Dia que Durou 21 Anos*.
- TAVARES, F. *1961: o golpe derrotado. Luzes e sombra do Movimento da legalidade*. Porto Alegre, RS: L&PM, 2012a.
- TAVARES, F. *Memórias do Esquecimento: os segredos dos porões da ditadura*. Porto Alegre, RS: L&PM, 2012b.
- TAVARES, F. *1964: o golpe*. Porto Alegre: L&PM, 2014.
- TELES, E. Políticas do silêncio e interditos da memória na transição do consenso. In: SANTOS, C.M., TELES, E., TELES, J. (orgs.) *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil. Vol.II*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild Editores, 2009.
- TELES, E. Entre Justiça e Violência: estado de exceção nas democracias do Brasil e da África do Sul. In: SAFATLE, V.; TELES, E.(orgs). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- TELES, E. *Ação Política em Hannah Arendt*. São Paulo: Editora Barcarolla: Discurso Editorial, 2013.
- TELES, E. *Democracia e Estado de Exceção: transição e memória política no Brasil e na África do Sul*. São Paulo: Editora Fap-Unifesp, 2015.
- TELLES, V.S. Anos 70: experiências, práticas e espaços políticos. In: KOWARICK, L. (org.). *As Lutas Sociais e a Cidade*: São Paulo, passado e presente. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- VENTURA, Z. *1968: o ano que não terminou*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2008.
- VICENTE, M.F. Violência de Estado e resistência(s). In: OCARIZ, M.C. *Violência de Estado na ditadura civil-militar brasileira (1964-1985): efeitos psíquicos e testemunhos clínicos*. São Paulo: Escuta, 2015.
- VIEIRA, E. *Estado e Miséria Social no Brasil: de Getúlio a Geisel*. São Paulo, Cortez, 1985.
- VITAL BRASIL, V. Subjetividade e violência: a produção do medo e da insegurança. In: MOURÃO, J.C. (Org.) *Clínica e Política 2: subjetividade, direitos humanos e invenção de práticas clínicas*. Rio de Janeiro: Abaquar/Grupo Tortura Nunca Mais, 2009.
- VITAL BRASIL, V. Efectos transgeneracionales del terrorismo de Estado. Entre el silencio y la memoria. In: GTNM/RJ, CINTRAS, EATIP, SERSOC. *Danõ Transgeneracional: consecuencias de la repression política en el Cono Sur*. Santiago, 2009a.
- WEIL, S. A Racionalização. In: _____. *A condição operária e outros estudos sobre a opressão*. Trad. Therezinha G.G. Langlada. 2ª ed. revisada. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996a.
- WEIL, S. A Experiência da Vida de Fábrica. In: _____. *A condição operária e outros estudos sobre a opressão*. Trad. Therezinha G.G. Langlada. 2ª ed. revisada. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996b.
- WERNECK, H. Biografia. In: BUARQUE, C. *Tantas Palavras*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

Anexos

Entrevistas

1ª Entrevista com Ausonia

São Paulo, 2014.

L- A ideia é a gente a partir desse encontro, poder identificar algumas repercussões da Ditadura no cotidiano do brasileiro. Seja nas relações pessoais, em casa, no dia-a-dia no trabalho e também nessa questão estrutural dessas áreas, no teu caso na Educação.

A- E Saúde Pública também.

L- E Saúde Pública também. Então eu queria começar perguntando era se você se lembra que idade que você tinha na época do golpe?

A- Eu tinha dezoito. Dezoito anos. Tinha acabado de fazer dezoito.

L- E você lembra como você recebeu a notícia do Golpe?

A- Um professor. Professor [...] Villa Lobos. Era um professor de Filosofia. Eu passei lá na USP, ele tinha sido meu professor no curso clássico no Colégio Estadual [...], e aí eu estava ouvindo burburinhos, não entendia direito, e ele que falou sobre o Golpe, [...] Villa Lobos.

(risos) É que ele era uma pessoa tão especial. Já se foi. É isso que eu lembro, filho. Então, será que é isso? Eu não sou muito lacônica mas eu tenho que ver ainda umas coisas. Eu nunca mais falei dessas coisas.

L- No seu ritmo. Você prefere...

A- Não, não, está ótimo.

L- E você se lembra Ausonia, o que você sentiu naquele momento quando você recebeu a notícia, onde você estava, como foi?

A- Então, eu recebi lá na USP... Eu fiquei apavorada, muito medo... Aí eu liguei para uma prima que era professora de História, ela estava mais apavorada que eu. Aí fui para casa, e... papai estava chorando, porque ele também tinha recebido essa notícia. Enfim, foi uma coisa meio de pânico, eu não lembro direito. Mas foi uma coisa de muito medo, filho, muito medo. Não se sabia a consequência, o que ia ser aquilo, era tudo dúvida. Afinal eu tinha acabado de fazer dezoito anos, era uma adolescente, né? Então eu não tinha clareza, e aí fui procurar clareza, alguma coisa, e vi que as pessoas estavam ao meu redor estavam tanto quanto, ou até mais amedrontadas pela notícia. Eu lembro disso, mas tudo vago assim que eu lembro.

L- E você falou do seu pai, ele também estava...

A- Meu papai, embora assim com pouca escolaridade, mas era uma pessoa que sempre foi acompanhando as coisas do país, o seu jornalzinho, e ele tinha visto notícias, lido, e estava preocupado comigo, com os sobrinhos, que eram todos estudantes. Então ele foi ficando também, como pai e como tio, muito... amedrontado, muito, muito.

L- você lembra se naquela época você já esperava, já tinha ouvido sobre isso antes?

A- Eu lembro de algumas aulas de história no Colégio [...], que eu falei que eu estudei, a professora ela tocava um pouco nisso, filho. Mas com meus dezesseis, dezessete anos eu não tinha muita atenção, pra te falar a verdade. Eu não lembro. Era uma adolescência um pouco diferente acho que da de hoje. Então alguns professores acho que eles não começavam a falar em sala de aula as coisas. Não eram muito claras. O professor Villa Lobos falou comigo porque eu já tinha terminado o Colégio e já estava indo para a Universidade.

L- Ah, ele era do Colégio?

A- Sim, e uma referência pra mim. Um dos professores referência, por isso que fui atrás dele.

L- Mas pelo que você está falando você já tinha uma proximidade com o tema...

A- Com meu professor, né? Ele era um professor muito próximo, mas o dia que descobri que ele sabia meu nome foi a maior alegria do mundo. (risos) Mas eu tinha uma confiança enorme nele, né? Pela inteligência, pela sensibilidade, pelo compromisso ético que ele com ensino, aí fui atrás dele pra saber o que é isso que está acontecendo. Então ele era uma referência pra mim.

L- Você se lembra qual foi o clima que ficou na cidade naquele momento? O que que as pessoas pensaram, você se lembra disso? Tinha alguma movimentação na cidade?

A- Era tudo assim. Tinha um burburinho. Eu lembro que não sei porque nesse dia que eu fui falar com o professor Villa Lobos, eu passei pela praça da Sé, e tinha lá pessoas, uma coisa, um movimento. Mas eu não identifiquei que movimento era, eram de pessoas e eram pra mim pessoas assustadas. Eram pessoas assustadas, a sensação minha. Tanto é, que eu sempre sabia que na praça da Sé tinham reuniões dos músicos aposentados, músicos ali nos bancos, e eu tinha aquela coisa de sentadinhos ali. Naquele dia era uma outra configuração a praça, gente, inclusive eu lembro das pessoas sentadas ali na Catedral, ali naquela escada. Porque era diferente a praça da Sé, não era igual hoje, você sabe, né? Mas eu lembro disso. Agora no meu bairro, eu morava ali perto da Moóca, eu não lembro de movimento nenhum, isso não. Não lembro filho.

L- Nada do que as pessoas falavam?

A- Não, isso não. Que coisa, não lembro nada disso. Que horror, você vê, a memória nos trai, acho. Sei lá o que que é filho.

L- Bom, nesse primeiro momento do golpe você se lembra se as pessoas ficaram sabendo das prisões que aconteceram? você se lembra o que que falavam sobre isso? Se já tinham claro que elas estavam acontecendo, ou as pessoas não sabiam?

A- No começo não. Acho que foi bem depois, que aí a gente fica sabendo, que os professores nossos foram presos, ex-colegas, sabe? Um parente... Enfim, eu acho que no início não. Eu associo depois de um tempo, não sei precisar que tempo é esse, mas não foi no início. Eu nem associava no início com prisão, eu não associava com nada concreto, só ficava um medo. E o medo não faz você saber, né? Mas depois de um tempo a gente sabia. Eu sabia inclusive de quando aqui nessa escola, no Equipe, professores daqui eram presos.

L- Aqui no Equipe?

A- É. Então eu me lembro disso, que era uma escola muito conhecida, né? Então eu lembro disso. Aí entraram em pânico total. Professores presos, e qual a razão?

L- Não tinha muita divulgação disso?

A- Não, não, não tinha. Não tinha divulgação. Era só quem tinha acesso a alguns lugares, não era a população que sabia.

L- A população não se deu conta?

A- Não. Eu tinha porque estudei em tal lugar, tinha primas que estudaram no Equipe, então por essa aproximação de parentes ou de grupos de amigos, pelo menos esse é meu jeito de ver, filho. Então a gente não sabia não.

L- E nesse momento você conheceu alguém que que foi preso, ou que foi perseguido nesse início do golpe, 64, 65?

A- Eu conheci, conheci até melhor depois. Que foi um professor daqui mesmo, o Leonel, de História, foi o... Ah esse começo eu não lembro direito, filho. Esse começo eu não lembro... Esse professor eu fiquei sabendo mas eu fiquei sabendo, agora não sei como, que um jornalista da Folha, que era Paulo [...], foi o primeiro a ser exilado, isso eu lembro. Porque depois coincidentemente eu fui ser orientadora dos filhos na Anistia, aqui. Como que eu soube do Paulo eu não sei também. [...] É, não sei, não sei como é que foi. [...]

L- Ausonia, antes do golpe, o que você lembra do que se falava do governo do Jango? Que que se falava sobre as reformas?

A- Olha, eu tinha pessoas que eram apaixonadas por ele. Você falou do Jango, né?!? Então, nossa, quase tinha discursos apologeticos do Jango, na minha escola. Eu tinha primas que estudavam em escolas religiosas, da elite, que não escutavam falar uma palavra.

L- Na época vocês tinham bem clara essa diferença?

A- É, não vou citar o nome da escola, mas era escola religiosa de elite, e elas nunca escutaram nem falar nada dele. E na minha era uma escola pública, que acabava sendo um pouco de elite, naquela época, aí sim a gente sabia. Eu fui desrespeitosa com meus

professores, não é discurso apologético, mas são discursos assim afirmativos, né? De elogios e tal.

Pfessora Maria [...], grande professora de história. Tinham aulas e ela era muito séria, ela discutia por exemplo sobre Jango, mas ela trazia jornais, revistas. Imagina, naquela época, 65, 66. E aí ela, aí a gente tinha uma imagem positiva, mas não era positiva assim de alienada, sabe? Não, era um conhecimento que a professora trazia para nós. Muito interessante, filho. Também a professora Dulce [...], de latim. Séria, muito competente, maravilhosa. Muito séria, muito competente. Depois da aula tinha uma brecha para conversar conosco. Deu saudade. (se emociona) Imagina depois de 40 e poucos anos eu lembro deles, a saudade, você não pode imaginar! Professores, por isso eu sou professora! [...] Foi uma escolha na vida ser professora. Já vou para cinquenta anos... de escola. Não se preocupe, é emoção. Tenho saudade, Eu amava tanto eles, aprendi tudo com eles, são referências... continuamos.

L- Dá pra entender a emoção. Suas referências são fortes, não é? [...]

A- E eu soube posteriormente que eles foram presos, esses professores. Não todos, mas eu soube depois. Soube depois por uma colega que estava muito engajada no movimento e tal, e ela me passou. Pelo menos seis deles.

L- Bastante!

A- Mas eles não eram ligados, eram professores, cuidavam do ensino, o que é importante. Se tivessem assim participação em algum partido, alguma frente, isso eu não sei, sobre o movimento eu não sei. A gente não sabe isso, né?

L- É, a gente fica sabendo depois.

A- É, depois, isso sim.

L- Naquela época você ouvia falar alguma coisa do movimento sindical, movimento partidário? O que que se falava disso antes do golpe?

A- Antes do golpe? Ai filho... Eu lembro dos movimentos no ABC, mas isso foi depois, né?

L- Foi, foi.

A- Mas antes... Eu ouvia falar forças do movimento sindical. No primeiro de maio eu fui também, era juvenzinha, lá para São Bernardo, que fomos todos, a polícia em cima da gente e tinha a cavalaria. Eu era uma menina, desesseis, não sei... desenove, não sei. Fiquei tão assustada e todo mundo correu. Eu corri para dentro de uma igreja aí fui parar debaixo do altar. Sabe quem estava do meu lado? Vandrê. Eu lembro disso, tá vendo? Tudo que eu lembro é de flash, não sei direito o momento que foi, nem nada. Era uma multidão, multidão, multidão. Eu lembro que eu fui com dois amigos que tinham feito ITA. Mas que tavam... Um deles nem recebeu o diploma na época porque era envolvido em debates políticos. Foi negado o diploma.

L- Isso aconteceu com muita gente.

A- Fez cinco anos de ITA e não foi diplomado.

L- você chegou a ter algum problema desse tipo, Ausonia, com faculdade?

A- Não, isso não. Só que eu lembro que quando eu comecei Filosofia na USP, tinham greves, prisões diárias e etc, aí eu parei isto, e pra me sentir mais segura fui fazer um curso com Madre Cristina na PUC. Fui fazer o curso lá, comecei meu estudo lá depois da USP, né filho?

L- Foi primeiro fazer Filosofia, e depois...

A- É. Depois eu fui para a Educação, com a Madre Cristina na PUC. Depois mais tarde eu fiz também mestrado lá, fiz doutorado na USP.

L- Foi indo para a educação, né?

A- Foi, uma escolha.

L- Agora pegando um pouquinho mais pra frente. Na época do... quando em 68... Claro, se tiver outros marcos também que te chamem a atenção. Mas eu queria perguntar como foi também em dezembro de 68, quando decretado o AI-5, você se lembra? Você deveria estar na faculdade.

A- Olha filho, eu lembro que eu fui atrás de um curso na Saúde Pública, eu fui procurar. Estava terminando educação, e aí eu fui atrás de um curso na Faculdade de Saúde

Pública, quando teve o AI-5. Aí eu lembro, eu já era mais velhinha, já tinha 21, 22. Foi uma coisa horrível, a perseguição política, tinha poucos professores porque ali tinha uma área reacionária enorme, aí fui prejudicada em função disso também. Foi uma coisa meio que perseguição. E tinham colegas, na América Latina inteira para esse curso, lembro de um chileno que sumiu. Colega nosso, ele era um dentista. Lembro de um médico argentino que sumiu. Não sabíamos nem para onde. Nossa, e muita repressão! Os professores pensavam duas vezes o que falar. Isso nessa época. Eu estava ligada muito já, eu estava pensando em fazer educação e saúde pública. Olha que escolhas.

L- Você estava fazendo junto?

A- É... Eu lembro por exemplo que eu quis fazer um trabalho para questionar uma Lei Nacional de Tóxicos. Nossa, me afastaram da faculdade. Era uma coisa assim né filho, que era... Aí era mais explícito, eu acho. Não sei se eu já estava com 21, 22 anos e isso também torna... adolescente... Enfim, mas de qualquer forma era mais explícito assim o desaparecimento das pessoas, talvez não o destino, mas o desaparecimento, professores com receio. Alguém dizer assim, "Cuidado heim Ausonia, a coisa não está assim... Olha que trabalho você está fazendo". Eles tinham essa coisa assim me prevenindo, os professores.

L- Sobre o que você estava...

A- É, fazendo, essas coisas... Na verdade era tudo muito assim os professores, sabe filho? Eu lembro por exemplo que eu fiz um estágio dessa disciplina, que era... nossa, que absurdo, que era... Eu tinha... Será que vai mostrar?

L- Tem os nomes todos mudados.

A- Uma das coisas que eu fazia parte, era de um estágio de dois meses em algum lugar. Como eu não tinha dinheiro, eu escolhi Araraquara porque tinha o aca... pra dormir. E eu achei, que naquela época, com tanta necessidade de instrução etc. A professora que era maior reaçã, era irmã de militares, conseguisse ver a gente, dedurar, bom... Era de Saúde. [...]. Aí escolhi Araraquara. E olha que coisa mais ridícula, o meu trabalho era pra motivar, assim era o nome inclusive, motivar os colonos de uma fazenda, que eram latifundiários no interior de Araraquara, a construir as suas fossas.

A- Fossas, para fazerem suas necessidades. Meu Deus mas que coisa absurda. Nessa época, eu lá dois meses. Bom, seja o que Deus quiser. Comecei a estudar fossa, fossa daqui, fossa de lá. [...] Bom, deve ser importante fazer fossa pra eles, né? Enfim. Eu tinha um questionamento, não pude questionar, aí eu fui. Quando eu cheguei lá, sabendo tudo de fossa mas menos do que quem morava lá, tinham dezoito pessoas me olhando assim, dezoito senhores. Quer dizer, eu era mocinha então não sei dizer que idade que eles tinham, uns quarenta e pouco já devia ser senhor pra mim, né? Eles nem um pouco interessados, eu acho que eu nem falei boa tarde e já comecei a falar de fossa, "porque fossa é importante, o jeito de fazer fossa". Eu olhei para eles e resolvi encarar isso, falei assim "Olha eu estou percebendo que vocês não estão interessados nem um pouco nisso". E "não estavam mesmo". Eu disse "Vou ficar dois meses aqui, eu não vou trabalhar com vocês se vocês acham...", "Nós queremos saber ler e escrever". Que lindos, aí brilhou tudo sabe? Aí eu disse, "então vocês vão aprender a ler e escrever". Eu não sabia nada, nunca fui alfabetizadora. Eu sou educadora da filosofia, não sou alfabetizadora, nunca. Aí, trabalhei já com outros níveis de escolaridade mas eu não tinha noção de alfabetização. Conheço teorias todas, mas enfim. Aí eu tinha um grande amigo, que ficou apavorado, "Ausonia, me liga você está brincando?", que ele estava aqui em São Paulo, da USP. E eu digo "Olha, estou com vontade de usar a metodologia Paulo Freire". E ele "Porque que você me liga?". A coisa estava tão assim, que eu não podia ligar. Ele tinha materiais, tinha tudo para ajudar. Bom, daí fui pra Araraquara, que hoje é UNESP, mas antes era uma faculdade de Filosofia de Araraquara. Aí eu fui lá, os estudantes, que maravilha a meninada assim, ajudasse. Eles aprenderam a ler, escrever pouco, aprenderam a ler. Fizemos escondido uma formatura. E aí fizemos uma avaliação, aí era impressionante. Quer dizer, coisas tão simples, mas olha que lindo filhinho. Sr. Davi, que era o mais assim, "Agora aquele danado daquele vendeiro, nunca mais vai me

enganar. Quanta dívida que ele me pôs, eu nunca comi essas coisas e nem sei o que é.” Porque eles tinham um empório em uma cidadezinha lá que chamava Gavião Peixoto, também o que ele precisa saber é ler sabe. Aí o outro disse “Olha Ausonia, eu também, a hora que chegar na cidade não vou ficar dependendo dos outros pra saber onde vai o ônibus...” Cada um tinha uma coisa, era o cotidiano de uma autonomia, que era pequena, né? E um deles também dizia “Agora eu quero ver o meu patrão escrever aquelas coisas para a gente assinar, se a gente vai assinar.” Bom, eu pra mim me realizei, esqueci o que estava acontecendo. Parece que eu me isolei. Voltei para São Paulo, fiz seriamente o relatório. Aliás no último dia de aula eu brincava dizendo “Professora, agora se a senhora quiser me falar sobre fossa, pode falar”. (risos) Você acha que a gente precisava falar para eles de fossa filho? Aí eu fui expulsa do curso.

L- Expulsa?

A- Foi. USP. Tudo isso é USP.

L- Você foi expulsa?

A- Fui, é. Aí houve um movimento lá dos professores, dizendo “Ela é a melhor aluna gente, que é isso?” Enfim, esse é um dos casinhos, né filho? Você vê que aí já era mais forte mesmo? Mas até a gente vivenciando né? E muitos, muitos, colegas sumiram, de faculdade. Muitos da América Latina, da Argentina, do Chile. E tinha também o Ventura, ele era, ele era... dentista, ele era da Venezuela. Também a gente sentiu falta. Muito ruim filho, coisa assim de um tinha medo do outro.

L- Um tinha medo do outro?

A- É. Então por exemplo, achava que aquela lá era... olheiro... Eu esqueci o termo filho... Tinha um adjetivo, esqueci, esqueci o nome. Tinha assim muito medo né?

L- Isso na própria universidade ou você sentia isso em outros lugares?

A- Era geral. Mas na universidade Deus me livre, muito mais. Aí também eu já fui para um trabalho na Secretaria Estadual da Saúde, e tinha uma coisa até meio cômica, porque eu falava da importância da vacinação, eu achava que as pessoas não podiam ser vacinadas como gado. Então você vê como eram as coisas, muito mocinha de tudo, né, tinha 23 anos. Aí eu ia para o interior em uma perua preta e branca, e levava junto os vacinadores, tinha o “pedle jet”³², era um revólverinho. Aí um dia a gente estava passando pela estrada que a gente ia pra Barretos, Polícia Federal para a gente e tivemos que ficar assim, acharam que era revólver. Aí vieram com metralhadora pra mim, para o motorista e para o vacinador, assim... pera aí, era vacina. Então tinha alguns episódios, que denotam essa repressão, né? Esse espanto, o medo de tudo.

L- É, você viveu isso muito próximo, né?

A- Ah sim! Tinha uma cidadezinha, Mariápolis, próximo à Marília, quando eu fui lá para trabalhar com pessoas e etc, todo mundo se escondeu, porque viu a perua, era uma Rural preta e branca.

L- Associaram a polícia?

A- Exatamente. Aí eu dizia para o motorista “Não tem ninguém nessa cidadezinha? Que é isto?” Não tinha ninguém, mas era pequeninha, sabe pequeninha? É assim, de Marília dista uns 40 km, uma colônia japonesa. Aí ele era inteligente, sabido, o Vagner que era o vacinador, ele tinha sido seminarista e ele sabia qual o toque de sino de quando morre alguém no interior. Um tipo de um toque... E ele foi lá, ele era gordinho, conseguiu entrar na igreja “Pode deixar professora, eu vou arrumar isso para nós”, até o prefeito sumiu, ele tocou o sino e aí a população toda veio ver quem morreu. Eu aproveitei e falei “Um momentinho, eu sou da Secretaria de Saúde”, aí consegui falar, senão não ia ter vacinação.

L- E eles ouviram?

³² “Needle-free jet”

A- Claro, eu falei “Oh, meu nome é Ausonia, eu não tenho nada, sou da Secretaria do Estado da Saúde, olha os cartazes sobre vacinação”. Nossa, eu falando no meio da praça. Muitas histórias né filhinho?

L- É mesmo, eu imagino.

A- Ih filho, mas eu sei que você tem um roteirinho.

L- Não tem problema, aqui e livre. Nesses caminhos que a gente vai vendo, e você está trazendo muita coisa como o medo também estava muito presente na cidade, né Ausonia?

A- A motivação era o medo e não o desejo.

L- O medo e não o desejo.

A- A gente pode ser movido, motivados pelo medo e pelo desejo. Era mais o medo que nos regia, que nos mobilizava. Era medo, não era desejo.

L- Nessa época você estava mais na saúde do que na educação? Como era isso?

A- Eu estava começando nos dois.

L- Você começou nos dois juntos?

A- É, um pouquinho depois na saúde. Mas também na educação. E na educação em 69 eu comecei a lecionar em uma escola... história, uma escola lá no alto da Vila Maria. E aí não tinha concurso, tinha uma seleção interna, e eu fui lecionar. E nossa, adorava meus alunos, ex-alunos. E aí eu tive ideia de levá-los para conhecer uma Biblioteca Municipal, Mário de Andrade. Peguei os meninos todos em um ônibus, eles nunca tinham visto nada, nada (se emociona). E também fui levá-los em Morte e Vida Severina, é um direito deles. Fui exonerada.

L- Foi exonerada?

A- É. Sem direito a... não tinha um canal... Eu ia na Secretaria de Educação? Não ué. Era uma coisa. Então não tinha pra onde ir. Os alunos tentaram se mobilizar coitados, mas foram reprimidos, né? E no lugar de umas atividades que eu fazia de debate, puseram fanfarra. Fanfarra tipo militar, sabe?

L- Era o jeito como eles...

A- É...

L- E você fazia as coisa não é?

A- Fazia! Eu era metida, mas era porque eu era juvenzinha, né? Não que eu não tivesse medo, mas meu desejo por ajudá-las era maior do que o medo. O medo é impeditivo sempre, freia. Mas a minha vontade de que aqueles alunos conhecessem uma biblioteca, pudessem ler, se desenvolver, era direito deles, era maior. Então eu pegava, arrumava ônibus, ia embora para uma biblioteca, ficávamos o dia inteiro na biblioteca no sábado. Eu falava com os patrões deles, porque eles todos trabalhavam né? Falava com jeitinho para eles liberarem que a gente ia passar um dia na biblioteca. Imagina, duas coisas, Morte e Vida e a biblioteca... E aí vai. E tem cada caso.

L- É, estou vendo, tem bastante coisa, né? Nessa época você percebeu alguma diferença, alguma influência do regime autoritário nessas áreas que você estava envolvida? Educação, saúde. Você percebeu alguma mudança na estrutura do trabalho? Ou alguma mudança nas condições e possibilidades para atuar?

A- Cara, eu falei inclusive, eu era professora de história, achei que eles iam conhecer a biblioteca e fui mandada embora direto. Foi direto. Era direto... Por exemplo, na saúde, eu falei, várias pessoas foram afastadas, né? Eu tinha um grupo de amigos que eram médicos sanitários, inclusive a Virgínia [...], que militares chamaram o Secretário de Saúde o Sr. Walter Leser, para afastá-los, considerando que eles eram subversivos. Aí o Leser respondeu “Bom, se eles são subversivos, David Capistrano, Pedro Mitrov, me traz mais subversivos desse jeito”. Isso foi clássico. Mas não era assim tudo tranquilo não... Então eu tinha umas propostas de saúde de uma formação um pouco mais, não vou chamar politizada, mas que as pessoas entendessem já o que determina a falta de saúde. Porque não é falta de remédio e médico. Porque é que você não tem saúde, porque você fica doente? Também não pode culpar os vírus e as bactérias. E isso chamava saúde da comunidade. Lá o diretor... [...], fechou-se todo, qualificar diferente os funcionários. Não

era uma politização a nada, nem partidária, nem nada. Era uma coisa que se tivesse clareza do papel deles inclusive, qual o sentido do trabalho deles e o significado social disso. Não adianta ficar dando vacina, vacina, dando remédio, remédio. Não adianta nada! Imagina aquela mãe que tem dez filhos toda vez dar um vermífugo, tem que ver o que está. Aí mais adiante filhinho, eu pedi demissão de lá, fui exonerada do Experimental da Lapa, pedi exoneração de lá e ele não queria me dar. Exoneração não, demissão. Ele dizia assim “Onde você tá pensando que vai? Não vou liberar você”. E eu falava “Eu vou, eu vou porque não concordo com o jeito de pensar”. Isso me fazia até mal. “Eu não vejo contribuição minha sendo desse jeito aqui. Analisando as coisas eu não consigo.” Aí ele disse assim “Pra onde você tá querendo ir?”, eu pensei no colégio Equipe, o único que abriu as portas pra mim.

L- Isso já em que ano?

A- Já em 75. Eu pulei bastante. (risos)

L- Não tem problema.

A- É que eu vi uma coisa aqui. Não sei fazer desse jeito. (risos) Aí ele falou assim “Naquele coleginho, onde só tem vermelhinhos? Vai fazer o que lá? Se fosse ainda pro Objetivo, tudo bem.” [...] professor do Equipe não aceitava dar aula no Objetivo. Aquela imagem, subversão e tudo isso, aquela coisa toda. Não era não. Porque os alunos que faziam entrevista para os projetos aqui, porque existe censura, um deles escolheu fazer Censuras em escolas, 77 eu acho. Aí, Objetivo não permitiu, voltaram da Paulista, 900, das escadas pra baixo.

L- E na época você já sabia de alguma ligação deles com o regime militar?

A- Não, a gente foi intuindo tudo. Porque que é assim, porque que é assim, não tinha nada que evidenciasse. Não. Aí ele ficou louco, aí eu tive que ter intersecção do Secretário do Estado de Saúde para sair de lá, porque ele não assinava.

L- Eles não permitiam sair?

A- Não. É filho, várias coisas assim, pra bloquear a gente. Porque o pensamento não é bloqueado, são as ações nossas, mas continuava pensando, continuava o sonho, continuava tudo. E aí a ação era impeditiva. Eu pulei algumas coisas, me desculpa vai.

L- Não, é isso mesmo.

A- Você prefere que eu vá contando alguma coisa?

L- É livre, é livre.

A- Aí filhinho, Já em 69 eu passei por uma seleção no Ginásio Estadual Pluri Curricular e experimental do Edmundo de Carvalho. A população chamava de Experimental da Lapa. Bom, o Zé Carlos [...] que era o coordenador. Então me entrevistou e tal, eu fui com essa experiência...

(a entrevistada recebe uma ligação)

A- E aí foi uma experiência extraordinária, a unidade que eu fui... tínhamos quatro experimentais, eu fui para o 2. Que era assim, um vespertino noturno, mais noturno. Aí era para um pessoal que tinha para essa unidade aqui, sei lá, dos quatorze a cinquenta anos, que queriam ou concluir o ginásio porque tinham repetido, na época ótima, enfim, não tinham vez na rede. Eles eram os excluídos porque tinham repetido então sido jubilados, ou porque tinham que trabalhar e tinham trancado, ou porque muitos vinham do nordeste e eles queriam estudar, lá não estudaram e queriam vir aqui. Então a gente aceitava os que não eram aceitos na rede pública. Era experimental porque era uma experiência importantíssima. A gente criava experimentos e experiências em educação e a gente socializava para a rede pública. Era uma escola pública estadual e sem nenhuma regalia, nenhum privilégio. Porque a ditadura fechou alegando que a gente tinha muitos privilégios, muitos gastos, e não era verdade. A verba era igual para qualquer outra escola. Diferente porque nós não éramos efetivos, a maioria de nós não, exatamente porque tinha um compromisso político, social e pedagógico com os alunos. Aí nós no Experimental a gente criava experiências, por exemplo, tinham alguns alunos que tinham uma dificuldade grande de aprender, tinham seus 20 anos para a frente. Principalmente quando alguns eram migrantes, né? Especial do nordeste, agora das

regiões do sudeste também. Na rede eles não iriam poder estudar, e se estudassem eram taxados de ignorantes, limitados, burrinhos, incapazes de aprender. Então éramos desafiados no sentido de nos desafiávamos a que eles aprendessem. Posso contar um caso? (...) Então por exemplo, o que a gente fazia, a gente não constata a dificuldade do aluno, a gente ia atrás pra ver como é que esse aluno pode sair desse lugar. Como pode sair? Eu lembro de dois alunos, dá para ilustrar o trabalho que a gente fazia. Um deles tinha dezoito anos, veio de Mossoró interior do Rio Grande do Norte, o Zé Cordeiro, ele trabalhava em Salinas. Ele entrou e era totalmente gago, veio me procurar porque ele queria estudar e queria trabalhar. Bom, trabalhar aqui, eu arrumei um parente, perguntei pra ele “você sabe fazer o que?”, e eu descobri que coitado, Salinas... não tinha Salinas, aqui na Água Branca, ali na Lapa, mas ele era moleque de rio, nadava muito. Então eu arrumei ali perto em um clube para ele ser salva-vidas. Nossa, os pais adoravam, todo mundo adorava o Zé. Bom, a gente era um pouquinho, não era assistencialismo, mas como o cara precisa pra sobreviver, e daí? Bom, muito gago, comecei a conversar com ele, foi, foi se alfabetizando, etc, aí quando chegou já no comecinho do antigo ginásio, né filho? um professor de matemática virou pra mim e disse “Ausonia, não tem jeito, ele não abstrai nada”, ele até falou uma expressão feia que não pode falar. Ele disse “Um mais um é alta abstração para um cara desse, tudo bem a gente aceitar, mas tem que ter uma restrição”. Nós fazíamos uma experiência assim um pouco lúdica, por dois três alunos em uma lousa para eles resolverem exercícios de classes diferentes, uma maratoninha de matemática. Nesse dia esse professor pôs ele... era equação, sei lá... e uma menininha que hoje em dia seria chamada de *patricinha*. Já achei que não tava certo isso aí. Aí chega os dois, tá a lousa aqui, né? Aí a menininha x igual a y , x vem pra cá, sabe aquelas passagens? E o Zé parado igual um postinho assim. Eu falei Meu Deus do céu o que que está acontecendo, bloqueou minha hipótese, está completamente furada. De repente filho, está todo mundo lá, né? Aí ele vira para mim e penso que ele estava bloqueadinho. Deu dois minutinhos ele: x igual e o resultado. Acredita que esse professor achou que ele colou? Pegou a conta da onde? Pegou o exercício e novamente, ficou ficou e... olha aí. Daí eu descobri filho que para esse aluno, o giz era pesado (se emociona), muito pesado, porque era a inchada, entendeu? Então giz é uma coisa que não dá. Ele foi desenvolvendo aqui. Então duas coisas eu vi, primeiro realmente contemplar essas diferenças tem que ser com a verdade, pra valer, e depois eu descobri também que a gente não sabe nada sobre aprendizagem. Só mais um caso que eu lembrei agora...

L- Tô achando ótimo.

A- Vou falar seu Zé, mas ele deve ter uns trinta e poucos aninhos. Falava senhor, porque a gente tinha 23, 24, né? Seu Zé também, matemática, e aí o professor de matemática outra vez. Aí outra coisa que a gente fazia era conhecer. Olha que pena, fechou tudo isso. Conhecer de fato a realidade desse aluno, como vive, como mora, como adoce, como trabalha, sabe? Conhecer. Então, um dos projetos era esse. Aonde meus alunos... Muitos não trabalhavam, alguns já tinham até filhos. O que os diferenciava não era poder aquisitivo, tinha filho ali de dono de indústria.

L- Era bem misturado?

A- Nossa, a heterogeneidade... Aí esse que trabalhava eu ia conhecer onde ele trabalhava. E sem ganhar nada assim no sentido material que fala, nada. Aí eu fui falar com um senhor engenheiro alemão. Falei “Oi, sou professora, coordenadora assim, assim, assim, queria saber e faz parte do nosso estudo, do nosso trabalho, conhecer onde nossos alunos trabalham. Aqui queria saber do seu Zé.” “Seu Zé? Ah, excelente. Ele é único trabalhador (trabalhava com alguma coisa que é polegada) Trabalha bem com cálculo. Nas férias da escola vou mandar ele para a Alemanha. Vai treinar lá, porque é raro quem faz isso.” O cara abstrai, faz miséria e não sabia dividir por dez, sabe? Tá achando ruim? Nós somos ruins. Isso eu peguei dois casinhos, eu teria N, eu ficaria o resto da minha vida, sei lá quantos anos eu tenho pela frente, contando esses causos. Entendeu filhinho? Isso quer dizer, a gente sabe pouco da aprendizagem e, portanto, o ensino nosso fica

inadequado pra aquilo que a gente sabe, para aprendizagem. Tinham pessoas riquíssimas, o outro, também achavam que ele tinha... deficiência, grave, cognitiva, intelectual etc. Ele é um cara que hoje ele exporta um negócio que ele inventou lá pra gente na aula de artes, é uma escultura de araminhos, de arames. Ele começou na... na Praça da República, depois foi para Embu e agora vai pra fora. Tinha um outro que fazia *estalta*... estátua. “Eu gostaria de aprender a fazer “*estálta*””, “Estátua? Então vamos ver, como a gente pode fazer uma estátua aqui? Vamos lá.” E ele começou a fazer, hoje também é um cara que está fora, começou fazendo umas que ele deixava na minha mesa. Ele gostava de mim. Aí era tão ruim que ficava tudo cheio de terra a minha mesa. Que era a “*estálta*” dele que desmontava, né? Claro, tinham muitos. Como outro que não pode falar o nome porque fica feio, né? Que não conseguia aprender português, matemática, mas saiu cidadão. Ele foi ser, junto com aquele Sócrates do Corinthians, da Democracia Corinthiana, você já ouviu falar? Esse jogador que foi aluno nosso teve muita dificuldade, ralou tanto. Você vê ele dando entrevista na televisão, da democracia, são os valores, né? Não aprendeu muita geografia e história, mas aprendeu a ser cidadão, um democrata, ir para um time de futebol e envolver seus colegas para discutir a tal da democracia. [...]

Aí um dia um amigo ligou e falou “Ei, nós ficamos tantas horas discutindo o porque que o [ex-aluno] não aprende”, hoje o salário dele no mês é maior que nosso salário inteiro do ano. (risos) Enfim filho, aí o que acontece com essa experiência, em 74... E agora, 74? Está vendo, estou perdendo, filhinho... saiu o Diário Oficial que o governador estava, não é criando... constituindo uma comissão, que era coordenada por um coronel, que era uma intervenção no colégio, nesse, experimental. Aí eu não vou saber te falar como é que foi. Vou saber um pouquinho do nosso, os outros três foram os primeiros a serem fechados, eram quatro, lembra que eu falei? Um deles a Selma [...], maravilhosa educadora, trabalhou, em dois deles. Esther [...] trabalhou em três deles, coordenadora [...], enfim. Aí, teve esse comissão, diferentemente do vocacional, que o vocacional foi muito violência física, violência psicológica, simbólica. Então a gente vê aquele grupo, tiraram do diretor, tiraram a sala do nosso diretor, afastaram o diretor. Assumiu aquele coronel com a farda verde. Nossa Senhora, a gente não sabia o que ia acontecer. E você percebe que com essa proposta aqui tem que tem uma grande dedicação? Fazia experiências maravilhosas. Só uma coisa, chama pluricurricular porque o currículo dessa meninada aqui, meninada e gente adulta, tinha artes plásticas, artes industriais, técnicas comerciais, teatro, música, e também integração. Coisas que a gente fala hoje, mas tem trinta e poucos anos isso aí. Eu quando entrei fui para a área de saúde, a primeira coisa, a gente fez um convênio, a gente chamava um... de parceria, com Centro de Saúde da Lapa. Então mutirões de saúde, a gente fazia exames de saúde que alguns alunos mais velhos, de acuidade visual, tem exames de fezes. Então a gente tinha isso, tinha uma aluna que desmaiava muito, eu fazia um trabalho de saúde com o pessoal da Ed. Física, professor de Ciências, e de Estudos Sociais. Quer dizer, hoje o que a gente chama de multidisciplinaridade a gente fazia.

L- Já fazia naquela época.

A- Claro. Esses alunos saíam, ninguém acredita como eles saíram né?

L- É uma coisa como você estava falando, abrir para eles essa possibilidade de ser cidadão, que é muito mais amplo...

A- Claro! Enxergar, saber ler a vida. Saber ver o outro, o mundo, claro! E aí fizeram lá. Tinha uma ascendência entre os professores, alunos e tal, me afastaram. Eu era orientadora Pedagógica Educacional depois da saúde, né? e orientava professores e alunos e aí me afastaram por distribuir merenda.

L- Distribuir merenda?

A- É, aí como eu não sou prática, escondidamente alguns alunos me ajudaram... E tinha empregada doméstica lá também. Então todos nós ficamos lá e foi um tormento, porque também tinha esse compromisso com os alunos e os colegas. Por outro lado como fica desse jeito, eles foram pegando, bloqueando tudo. Tirando professor, no dia seguinte o professor vinha dar aula já tinha outro no lugar. Não foi um plano assim. Minha salinha,

que os moleques adoravam, desde os quatorze que aprontavam, né... iam tomar banho na caixa d'água, até os mais velhos. Foi demolida. Aí um dos alunos chorava, Genésio [...]. Ele trabalhava com britadeira. Me ensinou tanto sobre educação. Um dia eu conto pra você. E ele chorava, nunca vi. “Não é justo, que outros não vão ter o que eu tenho. Eu já escrevi para os meus conterrâneos *vir* pra cá.” Enfim, aí eu não consigo lembrar, não lembro da Comissão, da gente sendo afastado, professor de Ed. Física foi afastado também, a professora de História também, por um trabalho lindo “Teatro, música, artes plásticas, história e geografia sobre a revolução francesa”. Coisas que hoje são inovadoras.

L- Ausonia, o que que você entende que acontecia que teve tanto esforço para encerrar com esse trabalho. Porque você estava dizendo que conseguia distribuir merendas, você trazia esse lado cidadão. E o que você acha que, eles ameaçavam? Qual era a questão?

A- Claro! Alunos que pensavam! Pensavam, posicionavam, criticavam, saíam daquele lugar de cegueira política, cegueira social e etc, e se posicionavam. Alunos que conseguiram, não todos, mas muitos foram para universidades com um papel importante. Dos Ensino Médio que também foram, também tinham um papel. Vladimir também teve um papel importante. No próprio time do Corinthians. Foi para lá e o Sócrates que era uma pessoa, médico, jogador, ficou admiradíssimo pela formação dele. Uma das primeiras coisas que ele perguntou foi onde ele estudou. Então não é interesse né filho? É claro isso aí. Então veja, uma coisa que era tão bonita, aí fechou tudo, acabou. Aí em 76 essas escolas foram anexadas à rede e tiraram tudo que era do currículo, que era, ficou uma escola comum.

L- Nas escolas comuns você lembra o que aconteceu com elas também naquela época? Você estava fazendo essas ações voltadas para escolas experimentais que traziam isso muito fortemente, esse exercício pluridisciplinar, né? E nas escolas comuns, você sabia também o que que acontecia? Que ações tiveram nas escolas comuns nesse sentido?

A- A gente tinha toda noite que cantar o hino nacional com bandeira hasteando. Nunca a gente teve isso. Era tudo imposto, e tudo de fora, uma cultura de fora. Então coitado, não fazia sentido para os alunos, e eles questionavam, queriam que a gente se... horrível, não quero mais falar disso. Então as escolas públicas também tinham o hino nacional, muitos professores que tinham até uma ideia mais avançada da educação, um pouco mais problematizadora se calaram. Um ou outro tinha mais liderança nas escolas públicas, ficaram mais abafadas né? Porque elas lidam diretamente com a Secretaria. Nós tínhamos um certo distanciamento disso. Eu lembro que em 73 ou 72, nós fizemos uma “capacitação”, esse nome vou por entre aspas, para professores da rede com uma metodologia que ele desenvolvia, alguns não queriam nem escutar. De tão assim “nós vamos fazer isso aí?” Fizemos para cento e poucos professores... da rede, porque o papel do... o espírito era esse, socializar experiências. Para que a rede pudesse ou não se apropriar delas, inovar um pouco sua prática, enfim. Que fosse uma prática mais conseqüente. Montávamos festivais de músicas, aí já estava montado e essa comissão quis ver as músicas, aí cortou 90 por cento das músicas. Alguns alunos eram compositores, das questões do dia-a-dia, né? E eu lembro que teve uma coisa engraçada, foi o... foi o Paulinho... não o da Viola, nossa esqueci... wilson... Paulinho Nogueira, que era um grande professor, ele ia fazer a abertura com uma determinada música que não lembro agora. Não era um protesto mas não era ... Aí sugeriram que fosse Carlos Gonzaga.

L- Mudaram o nome?

A- Não, tiraram ele! Aí o Carlos Gonzaga, muito humilde, ele cantava uma música chamada Diana “oh Diana, meu amor, lá lá lá...” era isso, pronto, era isso “te quero, te quero, oh oh oh”. Esse foi nosso último festival. Teve um outro que a gente fez junto com a PUC. Enfim, essas escolas foram todas incorporadas na rede pública, e nós todos, por aí, e depois de um ano e pouco foi queimado todo o arquivo de materiais que a gente deixou lá.

L- É mesmo?

A- Só sobrou isso aqui porque estava comigo. Olha o que a gente fazia. Sem receber nada, sem nada, olha. Relatórios para que a gente pudesse ver também.

(Ausonia fala dos arquivos que guardou contendo relatórios de ex-alunos e lê trechos dos relatórios)

A- Tudo que estava lá sumiu, foi bem na época que teve um incêndio criminoso na PUC, que acabou com biblioteca, com um monte de coisa, e aí no dia seguinte, no mesmo estilo, tipo de incêndio... mesmo tipo de incêndio. Que eles qualificam de criminoso porque tem um tipo de... tem um jeito de localizar se é por acaso ou se é criminoso, sei lá. Tem um negócio assim, não sei como é que é. Entao... a gente ia socializando essa coisa... (lê trechos dos relatórios)

A- Então você vê, esses dois pouquinhos consegui, mas acabou com tudo que tinha. É isso. Enfim, filho. Aí eu vim pra cá e foi um momento desafiador da minha vida. 78, 79, quando muitos alunos anistiados vieram todos para cá. O Equipe generosamente abriu a casa para os filhos dos presos políticos anistiados. Aí encontrei muita gente que a gente não sabia onde tava, que tinham sido exilados, vieram para cá.

L- Você reencontrou?

A- Aí aqui eu tive um desafio que falei para você do experimental. Aqui por exemplo, desafio era assim, eu tinha alunos que por conta dos golpes de estado, que eles viviam no exterior, tinham passado por dez, doze escolas.

L- Dez, doze escolas?

A- [...] Então, a maioria deles não sabia o que era o vínculo educacional. Sabe? Que tinha uma seqüenciação. Que tinha um caderno que podia ser registrado. Não tinha. Você entendeu o desafio? [...] E quando ele começou a criar um vínculo, foi com a família do Paulo Freire no Chile, que quando teve o golpe do Pinochet e teve que sair também. O menino que demorou para ter, assim, algum vínculo. Entendeu, filho? Então as dificuldades eram de outra ordem, entendeu filho? Por outro lado eu tinha um sentimento de alegria, que a gente, por exemplo, tinha assim o Valter [...], eu o vi feliz um dia, o Valtinho disse assim “Ausonia, sabe quem vem hoje na reunião de pais?”, “Não filhinho”, “Meu pai!”. Tinha saído naquele dia. Aí veio o Vladimir todo... nossa... Veio para a reunião de pais. Ah, teve uma menina que durante anos eu nunca tinha visto o sorriso dela, [...], Mônica, nunca tinha visto. Um dia assustei, eu estava na minha sala, ela era grandona, filho. Abriu a porta e sorriu, me assustei, me impactou. Três anos sem ver o sorriso? Opa! “Meu pai saiu agora da cadeia”. No fim é isso a vida né filhinho? Muito cheia de altos e baixos, aí fomos erguendo, vamos... tem muita história...

L- Ausonia, estou preocupado com seu horário. Se você me permitir vir mais uma vez, se for possível. Acho que tem tanta coisa que eu ainda gostaria de ouvir. [...]

A- Posso te ligar? Porque não tenho agora de imediato. [...]

L- Claro. Aliás tem algum nome que você gostaria que eu usasse para me referir a você?

A- Nome como?

L- O seu nome, você gostaria que eu utilizasse algum nome específico ao invés do seu?

A- Não, não! O meu pode ser...

2ª Entrevista com Ausonia

São Paulo, 2014

A- Eu nunca trabalhei com crianças. Porque eu tinha medo de não saber como brincar. Mas eu sei!

(risos) Que bonitinhos! Eles me ensinaram. Um pouquinho do repertório deles, do jeito deles de agir, eles que me ensinaram. Eu era um teórica em relação às crianças. Teoria pura filhinho. Não sabia... que lindos eles. Tem o de três anos agora, mas tem os de dez, doze, quinze. Eram bebezinhos. Estão de malas... Eles vão depois de amanhã para Cubatão. Fazer uma excursão lá. É possível viver em ou sem Cubatão? Então eles vão e a

parte de saúde pública eu dei aula para eles, principalmente a parte de política pública de saúde maior inclusão social, que é o SUS. Quer dizer, uma coisa a ser desenvolvida. Mas a concepção dela é uma coisa revolucionária. Que é muito pouco tempo, quer dizer, desde...

Bom, temos quinhentos e poucos anos de uma política de saúde que privilegiava o indivíduo, o hospital, o médico e o remédio. Quer dizer, aí nós temos só vinte e cinco anos pra mudar isto, então é muito pouco tempo para essa revolução acontecer. Primeiro, as pessoas ainda são formadas para atender o indivíduo. Olha que coisa interessante, mudou o objeto de trabalho de todos nós que trabalhamos na saúde pública. Antes era o indivíduo transformado, como trabalho, em são. Então alguém achava medicamentos, cirurgia, médico, pronto, e hospital. Essa visão biologizante acabou! Não é mais o indivíduo. Por isso que são equipes multi... multiprofissionais.

O objeto não é mais o indivíduo, mas problemas de saúde, para serem transformados no processo de trabalho, em qualidade de vida. Mudou tudo, qualidade de vida, mas as pessoas não acompanham, as pessoas não acompanham, filhinho. Tem muito pouco tempo, isso eu mostrei para os meus alunos. Mostrei perguntando assim, “quem tem aqui plano de saúde?” A maioria, né? Eu disse “você sabem que pagam duas vezes a saúde?” Eu só tenho uma pessoa aqui, neta do Chico [...], disse pra mim há muito tempo que a família fez um plano pra ele, ele queria ser atendido no SUS como os companheiros dele. Uma coerência, e a família fez o plano, ele não gostou. Não, não gostou. E eu citei isso.

Uma coerência... quer dizer, tanta luta de redemocratização do país passou por isso, para ter o acesso à saúde. E aí você paga? É um direito público, não é pra pagar. Não é um pacote que você vai comprar. Não é mercadoria, é direito. É igual educação. Não se deveria pagar por educação, não devia pagar escola. Claro que não. E muita luta nesse país pra que redemocratizasse isso, né?

L- Você participou da luta...

A- Do SUS? Muita coisa eu participei. Nas primeiras conferências de saúde, eu trabalhava muito com o pessoal da reforma sanitária. Foi realmente uma coisa revolucionária. Pena que aí o que hoje essa meninada vê e até os adultos, é o SUS... Vamos discutir o seguinte, o SUS que vemos, o SUS que temos, que é pra leigo ver, você não vê nos planos, você não vê DST, AIDS, AIDS nenhum plano cobre, tuberculose nenhum, hanseníase nenhum, os cânceres nenhum! Isso tudo é SUS!

Entendeu? O Sistema Nacional de Imunização, um dos maiores do mundo, é SUS! Vigilância de estabelecimentos, de comer, restaurantes, tudo é SUS. O plano não vai te cobrir isso. Então, quer dizer, nós vemos isso aqui e falamos “O que é SUS pra vocês?”. “Ah, o centro de saúde sujo, ninguém tem acesso, demora tudo...”. Então fui analisando com eles, desconstruindo essas análises e dizendo, “Como que era então? Antes do SUS, só quem tivesse carteira assinada era atendido”. Só isso, olha que mudança. Você tinha uma ligação com o sindicato, senão, você era indigente. Ou então se você podia pagar tudo. Tuberculoso? Vai pagar.

L- Saúde privada?

A- Claro. Privatização...

L- E quando começa o movimento inverso? Vem desse lugar privado a saúde?

A- Filho, na verdade foi assim, foi no processo, com o retorno da ditadura. Quando começa a se redemocratizar o país, é que surge o movimento do SUS mais forte. Porque foi assim, chega dessa coisa privatizada, saúde é direito de todo mundo. Então foi exatamente o movimento que teve no ano passado nas ruas. Só que era específico da saúde. Então teve um grupo enorme de médicos sanitaristas, dentre os quais o Eduardo Jorge...

L- O candidato?

A- É, o candidato. Mas ele e outros médicos, quer dizer, tinha um grupo grande que já discutia esse outro conceito de saúde, essa outra concepção. Saúde como resultante das condições de vida. Não é um vírus, não é uma bactéria, mas as condições que você tem

de vida. Isso que te adocece ou te mata, enfim. Então com essa concepção a gente ia nos lugares, ia nos centros de saúde, vamos discutir e tal. Mas é muito novo como eu falei.

Claro, filhinho. E aí como eu falei, só tem vinte e cinco anos o SUS. As escolas todas como eu falei ainda formam para um trabalho individualizante, biologizante, hospitalocêntrico, medicamentoso. Ainda formam! É muito difícil, porque é pouco tempo também. Não é todo mundo que probatizou a sua prática. Eu ajudo um grupo da UNICAMP a pensar em um projeto pra Diabetes e Hipertensão de acordo com os princípios doutrinados do SUS. Não é fácil, porque as pessoas não... “Ué, mas pra que ter Educador Físico na equipe?”

Não, não. É uma visão monocausal, é biologizante e monocausal. Se não tem uma causa externa, não. Então uma das coisas revolucionárias é o projeto de equidade, quer dizer, o que é equidade? Olha que maravilha filho. Só isso teria que ser um orgulho para nós. Equidade, ao contrário do que se pensa, quer dizer, universalidade é pra todos, não é mais quem tem carteira assinada ou quem tem grana, é pra todos nós. Bom, eu mesma contei que um dia passei mal no interior de Minas, SUS, fui lá, super bem atendida. É único, todo o Brasil te atende. Se você tem TB, tuberculose, e está no tratamento, e você vai para o Maranhão, você vai continuar o tratamento, porque o médico daqui manda uma cartinha para o de lá e já sabem como vai ser. É uma beleza, humanizadíssimo. Bom, tem tudo isso, não tem tempo... não tem lugar, não tem médico...

Bom, agora a equidade é assim, é tratar diferentemente os diferentes. Ou seja, por exemplo, se você, você é um menino... um rapazinho com seus dezenove anos que está com Bacilo de Koch, ou seja, com tuberculose. Agora veja as condições dele, ele deve dormir quatro, quatro horas e meia por dia, ele estuda até as onze, onze e pouco, aí toma condução, chega em casa dorme pouquinho, levanta cedo, pega uma marmitinha que ele mesmo faz... isso tem milhares... pega uma condução de duas horas e meia para chegar ao trabalho, e vai, e vai, e vai. Come mal, dorme mal, mora mal. Ou seja, é uma predileção para o Bacilo de Koch.

Agora tem um digamos, lá... digamos, em um bairro nobre de São Paulo, uma família bem abastada, o rapaz vive só nas chamadas baladas, também não come direito, às vezes usa drogas, enfim, está morando mal também, mas não é que ele mora mal, mora no Morumbi, não se cuida, o Bacilo também vai lá. Só que ele, olha que interessante o que é desigual... o que é igual pra eles? Tem um remédio que só o SUS dá, é um remédio caro, para tuberculose.

Só que assim, esse coitado quando ele para de tossir, ele já acha que está bom... esse outro tem mãe, tem pai, tem avó, tem família que vai curtir, tem família que vai alimentá-lo melhor, hoje em dia tem umas babás desses grandinhos aqui. Ou seja, não adianta nada dar o remédio para os dois, tínhamos que ter alguma política pública que ajudasse esse daqui, com seus dezenove aninhos, que ajudasse ele a sair dessa, não só dar o remédio. Só o medicamento não adianta nada. É só uma parte, né? Agora para o outro adianta, porque o outro tem tudo. Isso eu estou falando de casos reais, não estou inventando casos.

L- É aquilo que você falou no nosso último encontro, você falou da importância de conhecer o outro. No exemplo que você estava falando do aluno, conhecer o aluno, saber o que que ele faz, o que ele passa, como que ele vive, trabalha... Saúde precisa ter isso também, não é?

A- Claro! Não adianta nada se fazer um mutirão, fazer exames de fezes, de urina. Como é que ele vive? Quais são suas condições? Eu te falei que tem uma equipe me ajudando? Acho que te falei, não lembro. Até na semana passada eu falei para duzentos e oitenta Agentes de Promoção Ambiental, que são jovenzinhos assim que incorporam a Saúde da Família. E a gente tinha uma família que toda semana ia lá pegar remédio, olha só, eram cinco crianças, e o pai e a mãe, sete. Cada vez era para um, remedinho para o sistema respiratório, catarrinho, enfim. Aí vamos estudar isso, o que que está acontecendo? Eles tem que aprender isso, não é natural usar tanto remédio. Não problematizam, porque não tem outra referência, não tem modelo.

Bom, aí escuta só, vamos conhecer onde eles moram. Aí eles moram em um lugarzinho filho, um casebrezinho de madeira, bem periferia nossa, Zona Norte, tinha até um córrego tudo sujinho aqui e tal. E a casinha deles, uma casinha de madeira, que tinha um buraquinho para a pessoa atender a gente, não via nem o rosto praticamente, agora imagina sete pessoas lá dentro. Agora o que que era? Era remédio para ajudar? O que precisaria ali? Eles não respiravam! Conversamos com a família, explicamos e a moçadinha assim, “prááá”, fez um janelão. Não tivemos mais, respiram!

Filho, você entendeu? Tínhamos que ter políticas que conversassem. Não é? Na própria educação, os alunos discutam esse conceito, saibam que eles podem participar de um Conselho de Saúde Gestor de uma unidade. Eles podem acompanhar inclusive distribuição de verbas. Falta conhecimento. Falta...

L- Ausonia, o que você lembra do surgimento do movimento pelo SUS? Ele começa no final dos anos 70? Antes era só INAMPS, não era?

A- Isso, exatamente. Inclusive não tinham nem o Ministério para a Saúde só. Era Ministério da Previdência. Então a verba da aposentadoria era destinada para a saúde. Entendeu? Era o INAMPS, você lembrou bem. Era o INAMPS e os IAP... E os Institutos de Aposentadoria... Como é que chamava? Institutos de Aposentadoria dos Comerciários... Eram uns institutos também. Ou seja, a previdência e a saúde eram juntas. Não tinha coisa separada. Você imagina? E acho que uma das coisas interessantes nessa história é que a primeira coisa foi o movimento popular.

Claro! Movimento de carestia para a democratização do país. Entendeu? De carestia, outros movimentos por saúde, por atendimento mais humanizado, por uma compreensão de saúde que não fosse só essa biologizante. Quer dizer, então há uma discussão sobre... Os intelectuais assessoravam os grupos, os movimentos, nesse novo modelo assistencial.

Na época da ditadura muitos desses líderes foram presos. Um deles eu até citei, acho que citei, David Capistrano da Costa Filho, um dos presos. Quer dizer, então eles nos assessoravam para refletir sobre o novo modelo assistencial, uma nova organização do serviço, e o outro jeito de formar os profissionais. São três coisas assim: modelo, que é o trabalho, qual o teu processo de trabalho? O que é isso? Você não pode ser doutorzinho, você sozinho, porque não é mais algo monocausal. Agora é epidemiologia, que é a ciência que discute como as doenças ocorrem, são distribuídas, tem secção do espaço, do lugar, do tempo. São essas variáveis. E aí as pessoas vão se mostrando, quer dizer, aquela vida que estava miserável, essa saúde que nada acontecia, uma verdadeira explosão. Tanto é que em 1986 houve uma conferência nacional, a 8ª Conferência Nacional de Saúde em Brasília que tinha assim milhares de pessoas de todos os segmentos sociais em Brasília. Isso foi fruto da redemocratização.

Também na educação começaram a crescer o número de participantes nas Conferências Nacionais de Educação. Porque não tinha nada, né? Quer dizer, aí nesse período, no começo da Anistia e tal, já começam os profissionais a não terem tanto medo... Enfim, já podem se aglutinar, convergir, para coisas comuns.

L- Você está falando do medo? Você acha que isso não acontecia por medo?

A- Eu acho que também. As pessoas não se reuniam, claro. Qualquer coisa assim, ainda outro dia, estava lembrando uma prima minha, não sei se em 69, 70, o acordo MEC-USAID, perdão não me lembro a data. Que horror! Então assim, eu estudava, estava na Universidade, ainda estava no clássico do curso, e ela tinha um grupo de universitários contra essa questão, essa gerência dos Estados Unidos aqui em termos de educação porque eles estavam ditando as normas. A Universidade estava sendo transformada, o vestibular transformado, o ensino técnico... quer dizer, o ensino médio transformado em ensino profissionalizante, quer dizer, uma gerência direta dos Estados Unidos aqui. Aí houve um grupo de universitários, com professores mais conscientes disso e uma das coisas era... ela falava pra mim... é panfletar, foram todos presos. Presos, quer dizer, na segunda vez quem ia, não ia mais. Entendeu, filho? Tinha uma coisa direta, né? Na saúde também, claro.

L- Quando começa a abertura “lenta, gradual e segura”, você lembra se já era perceptível alguma diferença nesse momento sobre esse aspecto?

A- Essa abertura?

L- Por que também os movimentos pelo SUS, pela saúde e pela educação já começam no final dos anos 70, que está nesse processo já, né? Era perceptível alguma abertura? Já se via uma saída?

A- Eu não sei, acho que a gente já via. Essas conferências nacionais mobilizavam um mundo de gente, mobilizava muita gente. Assim, eu não sei se para as pessoas, se a população geral via. Isso eu não sei filho. É, eu estava bastante envolvida. Agora não sei as pessoas no geral, não sei. Eu não sei te falar, agora eu sei dizer assim que alguns funcionários, por exemplo, de Centros de Saúde que também estavam cansados com aquele modelo, eles endossavam as nossas fileiras. Funcionários simples inclusive. Sim, endossar as fileiras. Porque eles estavam lá o dia-a-dia, entendeu filho? Estudantes, alguns estudantes viam que já estava meio caduco a forma de ensiná-los. Que não era possível. Aquela história, mora em um lugar com tantas dificuldades de moradia, o que que adianta se o seu médico vai te dar remédio? O conhecimento da clínica e da epidemiologia, você tem que usar epidemiologia, filho. Porque você vai ver a determinação social que tem as doenças. Na clínica não, na clínica pra todo mundo é igual. Você, eu, qualquer um é igual. Vê qual o exame que deu, o seu exame deu Bacilo de Koch ou uma Nófilis (anófilis), nós somos iguais perante os vírus e os bacilos, não há diferença nenhuma. Não só no tratamento... não tem.

Então esse jeito de raciocinar é muito atual... é muito novo, sabe? Ver o que a gente chama de determinação social, do processo saúde e doença, filho. Por exemplo, a saúde do trabalhador é uma área que recebe... começa. Porque claro que ele não morre porque ele foi acometido por um vírus, por uma moléstia, ele morre porque ele teve um acidente, porque a condição dele é terrível.

Quer dizer, o Hospital do Servidor Público Estadual está cheio de motoristas de ônibus, um percentual altíssimo, perturbados. Porque olha a condição deles, 12 horas por dia em média naquele barulho, começa a andar um pouco já para, quando chega no ponto final, o inspetor manda voltar porque está atrasado, não pode nem descer para fazer xixi, cocô, um lanchinho. Agora esses caras estão lá, eles não estão acometidos por um agente patológico, é a vida que adocece. Mas para pensar assim filho, muitos séculos.

L- E você lembra como era isso durante a ditadura? Você lembra se teve diferença no modo de lidar com o trabalhador antes da ditadura, durante e depois? Porque isso ainda é uma coisa muito presente ainda hoje em dia, né? Houve alguma interferência nesse jeito de lidar?

A- Ah, lógico que eu vejo. Eles não tinham proteção nenhuma, nenhuma proteção. Eles eram descuidados e tudo que acontecia com eles, eles eram culpados, vitimados. Então tinha patrão que não pagava nada porque achava que ele era descuidado, era displicente. Então essa liderança da Saúde Pública juntamente com sindicatos, nossa eu fui até discutir no Sindicato dos Padeiros. Também fui discutir com o Sindicato dos Motoristas de Ônibus. Enfim, há toda uma conscientização e mesmo assim às vezes ele não consegue abstrair porque que ele tem que usar aquele negócio que dói tanto o ouvido dele, aquele fone enorme, se ele já trabalhou tanto disso e não aconteceu nada. É difícil.

Por exemplo, eu participei de um projeto em 81 no Vale do Ribeira, tinha trabalhador que morria, aqueles que aplicavam... agrotóxico, era tanta quantidade disso e o trabalhador sem proteção nenhuma ficava doente, de cama etc.

Também aqui em Campinas, como que chamava aquilo? Era uma indústria enorme perto de Paulínia, que era tudo com problema de pulmão.

Ou seja, na cabeça de quem pensa biologia só, jamais vai pensar que a condição de trabalho causa a doença também. Não sei se o outro dia eu te contei de um trabalho que eu fui assessorar em oitenta e poucos em Marília...

L- Da vacinação?

A- Da vacinação não, da Marechal Rondon que estava matando muita gente, não? Rapidinho, se eu tiver fugindo você me fala. Sou desorganizada... Eu sei dar aula, não! Mas aqui conversando eu pulo, não fecho parênteses nenhum...

Então, em setenta e poucos, no comecinho de oitenta, me pediram para ajudar o pessoal dentro desse modelo aqui a rever o currículo de medicina, de enfermagem, de Marília. Me pediram ajuda. A vida é engraçada, não dá para contar tudo, mas enfim. Aí eu pedi alguns colegas meus ajudarem, eles não são de São Paulo mas eu tenho certeza que eles estariam nessa com vocês. Aí a primeira coisa que eu vou ver não é quantos doentes tem, é do que morrem, do que adoecem as pessoas de Marília, que é a partir daí que você vai construir o currículo destinado à essas necessidades. Se tem um lugar que não tem nenhum problema, por exemplo, de dermatite ou dermatose, você não vai por uma disciplina de dermatologia. Você pode dar alguns subsídios. Agora se você está em um lugar que entre uma safra e outra os trabalhadores são acometidos por uma determinada moléstia, vai ter que ter no currículo isto, claro. Pelas necessidades de saúde vem as necessidades de aprendizado. Essa é a lógica. Aí filho, eu me assustei muito. Ali tinha um número grande de atropelamentos, muitos morriam e muitos sequelados, porque? Aí vamos ver qual é a situação.

(Ausonia atende à uma ligação)

A- Então, você conhece a Marechal Rondon? É a que vai lá para Mato Grosso, quando ela chega perto de Marília, é assim, a população, incluindo estudantes de medicina, enfim, mora aqui... O lugar de trabalho é aqui, a cidade. Então, essa população de estudantes, trabalhadores, enfim, tem que andar dois quilômetros para cá, porque aqui tem uma passarela, mais dois para cá, ou seja, em média quatro quilômetros às seis horas da manhã. O que que essa população fazia?

Atravessa aqui, claro! Aqueles milhares, centenas de caminhões, matavam eles. Era uma quantidade enorme, enorme! Presta atenção filhinho. Eu falei assim: “Bom, o que vocês estão vendo como uma medida para resolver esse problema?” “Ampliando o Pronto Socorro.”. Olha a lógica. Você entendeu o que é o outro modelo? Uma inversão que para eles era normal. Então já tinham seis ou sete plantas para aumentar.

Eu disse “Fica claro para vocês que a causa está aqui? O que determina está aqui.” “Ah mas o nosso pronto socorro é muito pequeno, não dá pra atender a todos.”. Ou seja, é o raciocínio que eu falo clínico, biológico, hospitalocêntrico. E não com o que determina. Que esse modelo chama-se Determinação Social do Processo de Saúde e Doença.

Então o que que a gente conseguiu? Não era brigar com a saúde, não era a saúde. Eles foram, chegaram por eles mesmos aqui na Dersa. Como chama aquele negocio de estrada lá? Claro que construíram em poucos meses, porque houve uma movimentação, uma bela passarela aqui, e não tivemos mais morte por atropelamento.

E eu digo, o pronto socorro pode ser desse tamanho, porque se você for ver na média de 86% de uma fila aleatoriamente, não precisavam estar na fila.

Igual aqueles lá do peitinho, da criança. É condição de vida, e a grande maioria, nós temos um pinguinho, um pinguinho, não sei o percentual na epidemiologia, de pessoas que de fato tem alguma coisa que precisa ser internada, tem um problema.

Por exemplo, morrem criancinhas antes de um ano de idade, isso é um absurdo, isso é questão de alimentação. Não tem nada que uma criança morra antes de um ano de idade. Agora só se for alguma doença congênita, que não pode.. hoje em dia já está podendo ser diagnosticada. Aí morrem criancinhas no Brasil. É porque elas não tem nenhuma condição de vida! Imagina que absurdo, antes de um aninho, que coisa horrível, não dá para aceitar (emociona-se). Bom, filho, eu estou falando tudo fora do lugar, né?

L- Essa lógica clínica de criar hospital sem olhar qual que é o problema mesmo, que a população vive, não é?

A- Olha, a gente devia por bandinha, cantar, não construir mais um hospital. Quando tem um campinho de futebol, quando tem um teatro para o povo, quando tem uma praça,

quando tem um parque aí a gente vive. Quando tem hospital, aí é falência de uma sociedade. É isso. Isso eu falei em um discurso público em Campo Limpo. Quando a população levou até banda porque estava inaugurando um hospital novo. Eu falei, isso é tristeza! A gente deveria detonar os hospitais, não ampliar. E falei “Olha, aqui as crianças não tem um espaço para brincar, os adolescentes não tem um espaço de se reunir, não tem uma distração, um lazer. É saúde isso. Não tem nada aqui e vocês fazem festa quando tem um hospital?”. Aí começou movimento, comecei a trabalhar com eles e foi assim aos poucos, né? Tem que pegar coisa concreta. Perdão, você me fez uma pergunta e eu falei da bandinha, né?

L- É, esse modelo clínico privatizante de olhar saúde como medicação...

A- É privatizante, claro.

L- Como foi o caminhar desse aspecto nos últimos quarenta anos e como você vê a saúde nesse sentido? E você vê alguma relação com as políticas públicas do período da ditadura?

A- Não sei se eu vou saber responder, é uma bela pergunta.

L- Você lembra de algum agravamento disso naquela época ou não?

A- Por exemplo, a mortalidade infantil era muito alta. Muito alta! Inclusive em São Paulo que é uma das mais baixas. Então esse é o indicador mais fiel para mostrar a miséria do país. É a mortalidade infantil, é o mais sensível indicador, coeficiente para dizer que o país está em uma miséria. Agora acho que uma das coisas que a gente está conseguindo aos poucos, é pensar na promoção da saúde. Que é muito recente... Completamente.

Veja, o Canadá começou com um movimento há trinta anos a primeira vez, sobre promoção. Que eles chamam de cidade saudável. Até tem um grupo interessante na USP da Saúde Pública, coordenado pela Márcia [...]. Cidade saudável é isso, promove saúde, não tem a cura. Promoção e prevenção. A cura em últimos casos, entendeu? As doenças que mais matam hoje, todas tem forma de prevenir.

Claro. Por exemplo, tem um hospital enorme, você sabe, né? Não tem nenhuma doença do adolescente, de criança tem, tem sarampo, varicela, tem difteria, adolescente não tem nada. No entanto, o número de mortes e adoecimento em adolescentes é altíssimo. Tem o hospital do Rio de Janeiro que eu fui há dois anos para conhecer, tem duas áreas enormes. Quer dizer, outros doentes de clínica geral que chama, foram desalojados só para adolescentes. Mas que doenças? Do que você acha que adolescente morre ou fica sequelado, ou é internado? Não é um sarampo, eles não tem doenças para eles. São as chamadas causas externas: violência. Eles não se percebem vulneráveis, acham que nada vai acontecer consigo próprios e vão para as aventuras da vida sendo alvos de violência. Tem muitos que não se recuperam mais.

Eu vi por exemplo uma menina, como toda adolescente queria passar batonzinho, né? Ela está já há cinco anos dentro do hospital, não tem jeito mais, sem andar. Eu acho que a família não buscou mais, não sei.

Enfim, eu me perdi outra vez. Perdi o fiozinho... Mas eu falei para mostrar que é sempre a determinação social, sabe? Se a gente não mudar o raciocínio, você não vai ter políticas para o adolescente, você não vai ter políticas saudáveis para esse adolescente.

Por exemplo, para a gente pensar em cidade saudável é pensar os vários espaços de promoção da saúde. E prevenção é vacina, vacina é para prevenir, mas não tem vacina que eles precisam tomar, vacina para o HPV, eles tem. Mas não tem, a criancinha tem carteira de vacinação, tem todas as vacininhas. Agora o que que é promoção? Debates, tem a questão da cultura, várias políticas que deviam tratar de formas diferentes os vários adolescentes, não é? Como é que esses adolescentes da periferia, que consciência ele tem de que ele está correndo risco o tempo inteiro? Que consciência ele tem por exemplo quando ele vai para aquela escola e acontece tudo de ruim, não é porque é escola pública é necessariamente ruim, é o jeito que está sendo conduzida que é ruim. Mas o ideal é que todos tivessem Equipe. A gente tem que trabalhar filho.

Vou te contar um projetinho que a gente fez aqui rapidinho. Chamava TeVer... Alunos meus iam para o Grajaú. Como chama? Aquele lugar que falavam que era o mais violento...

L- Jardim Ângela?

A- Isso! Obrigada. Jardim Ângela... E assistiam com eles, com os jovens mais engajados que queriam conhecer um pouco mais. E viam por exemplo Jornais Nacionais, jornais de TV, e ajudavam a problematizar as informações. A criticar, a se posicionar, a analisá-las, se posicionar diante delas etc. Ver que brechas que poderia se ter, enfim. Bom, aí foi tão bonito, aqueles meninos de lá perceberam que eles eram vistos de uma forma igual, quer dizer, eram todos trabalhadorezinhos, trabalhador e estudante. Tudo trabalhava, trabalhava e estudava. Mas eles eram vistos pela mídia como marginais, violentos, drogados, enfim. Há uma unificação, né? Uma massificação... Aí filho, olha que bonito, eles vieram aqui, discutiram, tiveram a ideia de fazer um... como que chama? Não é abaixo assinado, um instrumento formal, não me lembro... Que eles não sabiam como escrever, mas meus alunos sabiam, eles queriam apresentar esse documento para autoridades. Que eles não queriam mais ser vistos como todo mundo via, drogados, nenhum deles era, nenhum deles matava, nenhum deles era assassino, eles eram juvenzinhos só que não tiveram acesso.

E teve um dia aqui em que eles chamaram três ou quatro pessoas da imprensa, os de lá, e leram, mas você vê, é pequenininho isso. Se isso fosse um movimento amplo, já começa, entendeu? Veio aquele Eugênio Bucci da USP, da ECA, veio a própria Maria Rita Kehl. Bom, enfim, pessoas com uma sensibilidade! Também veio não sei se foi aquela. Bom, uma outra jornalista filho. Ouviram a leitura, debateram, só que é muito pouco filho, o que que é isso, filho?

Estou só ilustrando como há possibilidade de alguns movimentos. Eu não vejo nada como impossibilidade, não sou otimista. Eu sou realista, mas eu vejo a história como possibilidade. Possibilidade quando eu falo é de transformar, de mudar, já foi muito pior. Sim! Acho que sim, filhinho, acho que sim. Já, já fomos.

E é interessante você me entrevistando, porque acho que eu sofri dos dois lados, da saúde pública, quer dizer, aquilo que eu defendia ia contra a ordem estabelecida, na saúde como na educação, né? Quer dizer, eu fui exonerada de um espaço, né filho? E eu lembro também que uma das consequências da ditadura na época, final de 70 por aí filho, era a abertura indiscriminada dessas faculdades por aí. Mas eram coisas absurdas!

L- Você lembra como que foi esse processo?

A- Olha, como foi eu não sei, eu sei te falar assim, começou com uma faculdade grande ali na Liberdade, e eu tinha interesse de trabalhar também. Interesse e precisava também, acho que era uma coisa importante para mim em vários sentidos, saber uma outra experiência, fui mandada embora porque tinham os chamados olheiros e tal. Eu dava aula de Sociologia da Educação e eu não sei como chegou à diretoria... sei lá o que eu discutia, não discutia nada! Não sei até hoje. Mas o que alegaram, pode ser verdade também, é que eu corrigia com maior apreço, seriedade e, modéstia a parte, competência, as provas dos meus alunos. Deixava recados, conceitos, tal, você precisa ver! Era uma orientação muito séria para cada um e eram 100 na sala.

Bom filho, aí um belo dia o bedel bate na porta e diz assim para mim: "Professora, o diretor quer falar já com a senhora." E eu disse "Não, estou dando aula. O que aconteceu?", "Uma coisa muito séria com a senhora e ele manda a senhora ir já.", "Não, eu não vou, estou dando aula para os meus alunos. Vou terminar as aulas e aí eu vou. Por gentileza, fala para ele." Ele voltou outra vez: "Professora ele falou para a senhora ir já!", "Eu estou dando aula! Prezo o respeito aos meus alunos e a mim também.". Enfim, nessa hora aluno já vaiava, nossa, foi horrível. Ou seja, eu nunca podia saber que essa mercadoria, essa coisa, meus alunos para ver as provas tinham que pagar!

É. Na [universidade...], pagar! "A senhora deu as provas para ele e eles não pagaram!", o diretor gritando comigo. Pagar para ver prova? "Eles tem que ver a nota,

mas para isso precisam pagar.”, “Como? Porque? O instrumento é deles, a avaliação é deles! Eles tem direito de ver o que eles incorporaram, não incorporaram, eu deixo recados longos de orientação educacional para os meus alunos!”, “Bom, a senhora vai ter que pagar”. Foi um horror.

Depois ele me chamou e falou uma outra vez, isso tudo em seis meses, falou assim: “A senhora é daquele Equipe, né? Tudo vermelhinho”, Vermelhinho? “Oh, aquilo lá não foi esquecido!”, de pagar sabe? Eu continuei mostrando as provas para meus alunos, eram dos meus alunos, como eu não vou mostrar? Aí já estava acumulando não sei quanto, (risos) mais do que o meu salário, pequenininho, coitada. Aí eu preparava as aulas que eram para alunos simples, que trabalhavam o dia inteiro e estudavam à noite. Eu lia e preparava o que era melhor para eles, o que eu achava, né?

Enfim, aí a [universidade] tinha uma rádio, como uma das disciplinas que eu dava era Princípios e Métodos da Orientação Educacional, e uma das frentes é formação profissional, queriam que eu desse orientações pela rádio para orientar profissionalmente os alunos. Que que é isso filho? Nem pessoalmente a gente consegue, imagina por telefone? Aí ele deu e um monte de gente começou a escrever para a rádio, porque já foi anunciado. E eu disse que então alguém ia responder por mim, porque eu não vou. Então tinha coisa assim: “Não sei se eu faço Artes Plásticas ou Medicina...” E eu disse: “Você há de convir comigo diretor, que isso aqui seria uma irresponsabilidade!” Aí ele teve uma frase feia comigo: “A senhora é o maior Ibope!”. Fiquei tão triste, me chamou de Ibope, é mercado né? E eu falei: “Não sou Ibope, sou educadora!”, “É o maior Ibope e agora eu vou ser obrigado a tomar uma medida que eu não queria!”. Enfim, aí esperou as férias e me mandou embora. Isso foi o mínimo, teve uma outra pior. Então demorou a redemocratização. Sabe? Mesmo com a Anistia chegando, quer dizer, ficaram resquícios.

É, então por exemplo [...] eu consegui um lugar para darmos aulas juntos, [...] era um grupo lindo que estava sendo anistiado. Uma faculdade em Itaquera, que era porque era para o povão. Eu falei “Olha, é um desafio para nós.” Nós fomos lá e tal, quando o diretor, ou seja, dono daquilo lá, que eu não sei como na época foi aprovado, eu não sei. Ele tinha conhecimentos com milicos lá de Brasília. Olhe, imagina que na época tinha até o curso de Odontologia e não tinha nem laboratório, consultório, bancadas. Um horror.

Bom, nós queríamos moralizar o curso, o [amigo] disse “Ausonia, meus alunos não conseguem ler.”, e eu disse “Pois é [...], mesmo os teus da USP, vai ver que hoje não conseguem ler os textos que você dava”, quando ele foi exilado, né? Antes dele ser exilado, né filhinho? Acho que ficou uns dez anos exilado. Eu falei que mesmo para o pessoal da USP a coisa caiu totalmente.

Eles não são mais bons leitores, nem os da USP. Imagina dar um texto de Max Weber para o pessoal de Itaquera, não vai! Então a gente tem que ver como é que a gente chega ao Max Weber. É quase um processo de alfabetização de adultos se a gente quiser ser sério, senão a gente vai embora. Mas a gente se dedicava, tudo gente séria né? A gente criava textos, eu escrevia textos, ele escrevia textos, levava o material do Equipe, dos menores. Também, quando ele descobriu que eles tinham sido exilados, você vê como a coisa continuou? Anistia mas que algumas coisas perduraram... Todos nós fomos mandados embora. Eu fui a última porque ele dizia que tinha medo que os alunos fizessem uma certa rebelião lá.

L- Ausonia, nessa época ainda precisava daqueles atestados de atecedentes?

A- Precisava, sim precisava.

L- E exílio não aparecia?

A- Então, isso que eu não sei... Por exemplo, eu não sei como eles descobriram que eles foram exilados, eu não sei. Fomos todos para a rua. É. Perdurou, sabe? Acho que esses resquícios, essas faculdades tão ruins, de nível tão baixo, é de lá que vem. Para mim foi o período da ditadura. Sabe a fragilidade das escolas públicas, esses professores mal formados... ninguém quer saber da escola pública, esse ensino médio sem cara nenhuma. Não tem rosto, não tem identidade, são coisas que vêm de lá. Não tem dúvida. E como eu

falo, essa proliferação. Teve época que só de curso de Pedagogia, tinha em qualquer vendinha, passava por um espacinho já tinha qualquer coisa era aprovado pelo Ministério, filho. Cursos que não formavam ninguém, imagina formar especialista de educação?

Aí os cursos, um deles me convidaram uma vez, Meu Deus. Aluno não conseguia ler, ler! Literalmente ler um textinho, não conseguia. Então não foi uma coisa assim, foi uma derrocada nesse país. O fato por exemplo que alguns livros os professores não podiam ler porque os professores não podiam usar, os alunos não podiam ler.

Uma coisa simples... Por exemplo, eu tinha uma prima que dava aula em uma escola particular francesa aí. Então aqui no Equipe a gente sempre usou o Léo Huberman, História da riqueza do homem. Ela falou "Ausonia acho que eu vou inovar um pouquinho.", Ué, o diretor mandou ela embora. Falou "Quer botar em risco a escola?". Por que usou um livro. (risos)

A coisa era feia, né filho? Várias escolas, não lembro se foi aqui, aquele Resistência de Materiais, que achavam que eram resistência de material, que era o materialismo, ao invés de ser de física, queimaram os livros nossos, mas não lembro em que situação. É, mas não lembro qual foi, não lembro agora.

L- Ausonia, no nosso outro encontro você tinha falado do movimento de pauperização do estudo e você trouxe o aspecto das pessoas não poderem pensar, não poderem ter crítica. Além desse aspecto fundamental, como você vê esse esforço muito grande para que a educação não acontecesse como ela deveria acontecer?

A- É, tudo era feito para não ter um estudo crítico. Como eu te falei, fui mandada embora de uma escola pública porque eu levei meus alunos para ver Morte e vida Severina. E eram alunos de uma periferia, eram ávidos de estudar, aprender e não puderam ver Morte e vida Severina. Quer dizer, viram aí pronto, me mandaram embora. Então eram as mínimas coisas. E às vezes eu queria levar para debates, nas bibliotecas públicas tinham muitos debates. Não tinha condição disso, era uma coisa orquestrada. Queria formar alguém para trabalhar, sabe? Subserviente, que atendesse os patrões, jamais alguém que questionasse ou problematizasse algo. O ensino era linear... Quando veio, você sabe, era obrigatório, uma das coisas da ditadura é que o ensino médio se torne profissionalizante. Aqui no Equipe tinham três, a gente conseguiu driblar... Tinha Técnico de Decoração, (risos) nunca teve, né? Técnico de Jornalismo e Técnico de Laboratório... Quer dizer todos tinham que saber Filosofia, Geografia, História... (risos) Passou, né? Porque quando vê que é técnico passava. Driblamos, né filho? Senão não funcionava, o Equipe não podia funcionar, né?

L- E era obrigatório ter isso?

A- Era obrigatório. Todos. Era um jeito de controlar o não acesso. Porque uma das consequências nefastas é que se privatizou o ensino universitário no país. E o jeito de controlar o acesso universitário era tornar profissionalizante, porque aí o cara já ia trabalhar. É, é um jeito, um mecanismo, né? Tudo era muito orquestrado, muito sólido, triste. Era um plano mesmo, né? Por isso que eu acho que houve sim o empobrecimento do país, de tudo, né? Houve um empobrecimento. Na cultura, na saúde, na educação, empobrece o país.

E até hoje a gente tem resquícios. Mesmo depois de vinte anos que tenha passado, vinte, trinta... gerações e gerações que não conheciam um clássico da literatura, não tinham o hábito de ver um jornalzinho, sabe? Foi vindo assim esse embrutecimento do espírito da inteligência, do intelecto, foi assim, gerações que não viram nada, nada... E que adoravam certos programas e certos jornais sensacionalistas.

L- Você vê isso então como um desdobramento daquela política?

A- Eu vejo, como um desdobramento. Eu vejo sim, eu vejo.

L- É uma repercussão que vem até hoje, a gente ainda está vivendo essa herança de certa forma?

A- Até hoje, é uma repercussão... Eu vejo, parece que as pessoas tem preguiça. Essas pessoas com seus quarenta, cinquenta anos, com uma preguiça mental, alguns são

incapazes de enxergar para além do que estão vendo. Alguns são incapazes de discutir de uma forma mais reflexiva, mais problematizadora. Eu acho, filho... eu acho.

Porque é isso que eles tinham, quer dizer, professores tinham uma formação péssima. Inclusive certas obras literárias científicas não podiam usar, sociológico, não podiam. Isso passa para os alunos filho, vai passando. Se configura como realmente um plano, tanto é, que veja bem, tudo foi massacrado pela educação. Não tinha mais conferências federais, nacionais de educação.

Em 1980 já começa assim a ter grandes conferências de educação, tanto é a concepção crítica de educação foi lançado em uma dessas, acho que em Niterói pelo grupo do José Carlos [...], Dermeval [...] e acho que também o... Acho que em uma das conferências de 1982, será? Enfim, que se discute pela primeira vez a concepção histórico crítica da educação. Eu tive a impressão que estava tudo assim enfiado, sabe? Estava tudo guardado aí veio essas possibilidades, vai se ampliando a participação dos professores e tal. Mas mesmo assim filho, para todo esse período de impedimentos, foi pouco. Entendeu? Foi pouco para poder contagiar os professores todos.

Não, acho que os mais... fica feio falar intelectualizados, mas os que tinham mais acesso à Universidade, ou então com movimentos com intelectuais, acho que sim. O próprio... Moacir [...] teve muita participação nisso né? É filho, acho que não sei se estou me perdendo um pouquinho, né?

L- Ausonia, na área da educação você falou desse aspecto da crítica. Na saúde, como que você viu o movimento da pauperização? O que você entende que acontece durante a ditadura e como você vê esse projeto de empobrecimento da saúde?

A- É difícil o que você está perguntando. Para mim, não é que é difícil assim. (risos)

L- Como que você falou, para a educação era muito claro esse esforço para evitar criar uma consciência crítica. Como se deu essa ação na saúde? Quais eram os propósitos, os sentidos de haver também um certo esforço para que a saúde não acontecesse, ou para que não acontecesse de um determinado modo?

A- Eu vou te dar uma resposta que eu acho que não vai te satisfazer, mas eu acho que durante anos a gente foi naturalizando... que existe uma saúde para rico e uma saúde para pobre, mas que isso se configurava como a natureza. Não havia nenhum esforço coletivo para se mudar essa situação. O que foi muito reforçado nesse momento da ditadura. Muito reforçado. Então era assim, por exemplo, as unidades de saúde que teve acesso era só para vacina para criança, e às vezes pré-natal e ainda muito mal feito. Isso décadas, décadas. Então quando pintava uma vacinação em massa era porque vinha meningite, vinha uma epidemia. Esse foi o modelinho. O resto atendia convênio nas Santas Casas, quando tinha jeito, ou então pagamento. Se você tinha dinheiro você...

L- Que é a saúde para o rico?

A- Exatamente, saúde pro rico. Sempre teve isso, sempre teve. Sempre teve. É modelo de sociedade, nada é por acaso. Você privativa, hoje por exemplo os convênios como estão, filho. Quer dizer, quem paga convênio, reforça que o SUS não presta, sabe? Reforça...

L- E aí uma coisa interessante isso do convênio, que você começou falando. Convênio hoje a pessoa começa a ganhar um pouco mais e já quer pagar convênio achando que está melhor que o SUS, e na verdade o atendimento de convênio é pior que o do SUS...

A- É pior, é pior filho porque ele não é abrangente, filho. Essa lógica de que você vai ter um acesso. É muito forte, a mídia faz uma campanha muito forte contrária ao SUS, filho. As imagens que tem do SUS. Ao invés da sociedade participar dos conselhos que ela pode, até para ver destinação de verbas e quais são as prioridades de saúde ninguém participa, é mais fácil se acomodar e ver diante da Globo o que a Globo fala só SUS. Sinto muito. A Globo não fala por exemplo que remédios caríssimos, os que têm dinheiro pagam, pega um convênio do Einstein, só que os remédios vão pegar no SUS.

Tem remédios caríssimos para câncer, mil e tanto... tudo na Baixada do Glicério, tudo é o SUS. O SUS gasta bilhões com isso filho. Esses exames mais sofisticados, o convênio não faz. Você acredita que é uma coisa já, eu te contei do David Capistrano quando uma vez um senhorzinho, do marcapasso? (...) O meu amigo ele foi Secretário

Municipal de Saúde, então ele foi implementar o SUS em Santos, uma beleza, primeiríssimo mundo, os Psicólogos, uma beleza. Ele foi um dos grandes batalhadores, né?

L- O filho ou o pai?

A- O filho... O outro foi desaparecido. Aí o Davidzinho é seu filho, implantou o SUS, uma beleza, veio uma pessoa da Itália porque na Itália também estavam fazendo a reforma sanitária. O Giovanni [...], grande... sanitarista, médico, Giovanni [...] uma beleza a obra dele. Daí eu estava lá para agradecer, porque São Paulo estava começando a implantação e ele falou "Ausonia, vem fazer com a Dadilina os exames que ela precisa." Eu fui a Santos que eu tinha que fazer um trabalho e fui. "Nossa filha, mas quem vai pagar?", "Não mãe, é o SUS.". E aí eu fui agradecer, então tinha uma salinha, um lugarzinho que eu fiquei, e falei para a mocinha: "Eu queria agradecer o Dr. David." e ela falou que não sabia se ele ia poder porque tinha um pessoal da Itália para conhecer a política de habitacao. Aí Davidzinho chega apressado e eu nem fui falar com ele, mas esse senhorzinho que estava ali, simplezinho que estava com roupinha de trabalhador da construção civil, falou "Dr., queria agradecer ao senhor". E o Davizinho perguntou "Quem é o senhor? Desculpa, eu não estou lembrando, que eu saiba não fiz nada com o senhor.", "Dr., eu sou nordestino, tenho cinco filhos, e óh, estou com o marcapasso que o senhor me deu."

E eu olhava e pensava que bonito. E o Davizinho disse "Agradecer para mim? O senhor tem que falar pros contrerrâneos, pros parentes que todo mundo tem direito! É o SUS! Tem muita gente que morreu nesse país para ter esse direito do senhor. Todos têm direito, pode mandar todos os contrerrâneos aqui! Espero que não precisem mais de marcapasso... tudo aqui... É de vocês, o SUS é nosso! O povo que lutou nas ruas para ter SUS.". Foi uma aula de universalidade, de princípio... princípio doutrinário primeiro, universalidade, que é acesso para todo mundo! Não é de rico ou de pobre filho.

Bom, eu também ia ilustrar com outro caso, que quando tem seriedade de prefeitura, não há desvio de verba etc., é possível o SUS. Nessa nossa proporção é difícil, não sei nem como eu começaria se eu fosse um gestor.

Eu fiquei emocionada com a lembrança do Davidzinho, que lindo! Então era um outro projeto, era outra coisa, investir na pessoa, no ser humano. Olha que outro princípio bonito, integralidade! Isso nunca teve. Era natural que você visse hora tua cabeça, psiquismo, hora o teu corpo, nunca alguém total ali na tua frente. Até isso, por exemplo, se tivesse uma gestante, vai lá examinar a gestante, aí ela está com uma tosse horrível, escuta só, não ia passar no clínico, ficava naquele pré-natal. Nem essa concepção da pessoa, nada.

A integralidade tem um sentido assim... Então as Unidades Básicas de Saúde hoje elas atendem prevenção e tratamento. Antes não, era só isso, vacina e pré-natal. O resto, se tivesse... Quer dizer, é uma ampliação do papel da saúde, a questão por exemplo da participação social é revolucionária. A população, os vários segmentos da população, os vários segmentos sociais discutindo política, implantando suas prioridades, todo mundo tem direito de se candidatar e ser do conselho gestor, enfim, são coisas revolucionárias, são transformadoras e que precisa de um belo tempo. A própria USP como que forma um médico? Integralidade jamais, filho. Não, não passa.

L- E aí é um lugar que reúne educação com a saúde. Estamos falando de educação para a saúde, só que não é feito assim...

A- Não tem, não se conversa as políticas. Por isso que eu digo, tem um projetinho aqui em São Paulo que se chama PAVS, Programa de Ambientes Verdes e Saudáveis, uma experiência que há 10 anos... eu até ajudei bastante e tenho discutido um pouquinho. Que estão tentando integrar a maioria das unidades políticas do verde, com a saúde, que por exemplo se tiver muito lixo ali no lugar, não tem saúde. Não adianta, por mais que ponha médico, enfermeiro, remédio, não adianta se tem ali tem um córrego cheio de dengue, esquistosomose, não adianta.

E tem uma historinha bonita que eu conheci uma vez, eu fui fazer um trabalho de uma semana no Panamá, no Hospital del Niño, uma beleza. Já morreu o velhinho Renan [...], um intelectual e um cara sensível, Hospital del Niño. E quando ele assumiu o Ministério da Saúde do Panamá, a primeira coisa que ele pediu foi tratores, sementes e encanamentos. Aí foi para o Ministério das Finanças, aí mandou de volta dizendo que houve um equívoco, a Saúde não mandou seu pedido. E o japonês que cuidava disso voltou três vezes o pedido até que o Dr. foi lá e falou “É para mim mesmo!”. Estavam esperando remédio, medicamentos, esparadrapos, mas pedir sementes, tratores e encanamentos? Ele reduziu em 82% a mortalidade infantil com trator, sementes e encanamentos. Com trabalho e alimentação. Sementes! Olha que lindo.

E eu conheci essas duas figuras aqui em São Paulo, ficaram amigos para o resto da vida, e o japonês dizia “Eu não entendia porque ele me mandava sempre, eu não entendia o que que tem haver?”, tá vendo? O que que tem haver o Ministério da Saúde com trator e com sementes? Ele reduziu em 82%. Ou seja, acho que é um pouco isso. São coisas que eu lembro e que ajudam a pensar, mas como é difícil fazer as pessoas... pensar assim.

L- A gente falando do SUS, enquanto um modo de pensar saúde, que vai surgindo mais para o final, da ditadura, quando começa a abertura, começam a ter essas discussões e isso vai se consolidar em 88, 89... Ausonia, como que você vê a relação da ditadura, que foi um período de 21 anos de intensa repressão, que promoveu uma pauperização grande e intensa da educação e da saúde... como você vê o SUS em relação a esse período? É uma resposta a esse contexto?

A- É uma resposta às necessidades e sofrimentos da população. Como eu falei foi um basta ao modelo excludente, é modelo excludente filho. É aquilo lá de mercadoria, é ver saúde de um outro jeito como você falou. É ver que é um processo e que é direito, isso já é revolucionário. Quando se achava que não era...

Eu tive uma experiência... há 30 anos atrás, não tinha o SUS ainda, eu tinha que fazer uma operação, não sei se te falei, na Santa Casa. Era um carocinho grande aqui, aí fui no Dr. Nelson e ele disse que tinha que operar. “Mas como é que eu vou fazer para operar?”, porque ele operava no Einstein, para rico, era lá para rico, eu não era rica e nem sou (risos), imagina sou educadora, e também para indigentes na Santa Casa. E aí eu falei “Então eu posso ir como indigente?”, “Pode”. Isso foi setenta e poucos. E tinha que ficar três dias internadas, peguei meus livros, coisas de alunos e tal.

Primeiro eu cheguei lá e me tiraram tudo, porque imagina se indigente levava livro, tinha que tirar. Bom, depois eu estava deitada com “N” macas, nada de privacidade, com aquelas roupinhas, sabe de hospital? Em um corredor imenso, cheio de coisas, e eu estava nervosa, tremia. E eu pensava que coisa horrível que é isso. Tinha velhinho, eu não era velhinha, tinha trinta e poucos anos, mocinha, velhinhos tudo ali esperando sair gente. E Santa Casa que era o que o pobre tinha direito. E olha que loucura, veio uma mão na minha boca, eu fazia assim, foi me virando o estômago, me dando falta de ar. A pessoa conversava com a outra que estava lá e fazia assim, quando eu olhei no saco, próteses dentárias, dentaduras. Achavam que eu não tinha dente. Porque quem ia lá era pobre, não tem dente e fica na maca, então você vai tirar. É um despossuído, não pode ter livro, muito menos coisas de aluno, porque é indigente. Ah, Nossa Senhora! E fazia assim, e não prestava atenção, até que ela olhou para mim com raiva, porque era meu! Ela olhou estranhamente e foi para o outro. E foi pra outro... colocando no saco.

Tinha um númerozinho e ela ia fazendo assim e colocando. Ai filho! Então isso é indigente, Santa Casa. E o Dr. Nelson, claro que eu não podia jamais com o que eu ganhava, nem com o que eu ganho hoje pagar um Einstein. Nunca poderia pagar. Que era natural quem pudesse pagar o Einstein, o médico, quem não podia era indigente. Não tinha hospital do Estado, era uma coisa assim, excludente mesmo.

L – E entra na questão da saúde para o pobre que você estava dizendo, não é? O pobre não pode ter bom tratamento, não pode ter livro, não pode ter dente...

A- Não. Não pode ter dente, não pode ter livro. Você está vendo como é uma lógica? Então é assim filho, é tudo muito articulado em prol de um projeto.

L – Ausonia, mas só para a gente fechar, eu tenho mais duas perguntas que eu gostaria de fazer. Gostaria de perguntar como que você julga que a ditadura foi elaborada na nossa sociedade, se você julga que ela foi suficientemente elaborada? Se ela não foi? Você identifica problemas, melhorias ou dificuldades que tenham origem na ditadura? E como que você julga a elaboração da ditadura na nossa história, Ausonia?

A – Belo projeto político para destruir todo e qualquer avanço de reformas. Sabe, acho que o projeto foi de estagnação, de impedimento de pessoas, uma coisa restritiva. Bom filho, quando você cerceia a liberdade, o que você quer? Liberdade de expressão, liberdade de ensinar... Para mim o projeto deles se consagrou, conseguiram.

E olha quantas pessoas mutiladas. Te falei os pais que vieram para cá por exemplo, mutiladas, e algumas, quantas, assassinadas! Quantas desaparecidas! Então imagina que foi um projeto que deu certo. É isso mesmo, é naturalizar todas as diferenças, naturalizar as desigualdades, sabe? Nós somos naturalmente desiguais, se você tem grana você vai para cá, entendeu? Você vai fazer escolinha profissionalizante para não chegar na faculdade porque nós mandamos no ensino universitário. O Ministério que mandava, Brasília mandava no ensino universitário, a privatização se deu por aí. Até hoje é consequência disso. Alguns jovens estão se enganando porque pagam uma mensalidade pequena. Eu sei, eu faço seleção de alunos recém-formados para uma bolsa de estudo de um ano em saúde coletiva, que eu coordeno. Não escrevem, não lêem, não se posicionam, e tudo fazendo essas faculdades por aí. Que é isso? É pseudo acesso. Uma falácia, completamente.

E da saúde filho ainda tem muito disso. Funcionário dizendo “Essa população só enche a gente”. Por exemplo, é comum que em alguns lugares do interior, na segunda-feira vai muita mulher, “Ah, essa vagabunda não tem o que fazer”. Não é... são as que passaram solidão às vezes no final de semana, sozinhas... solidão é nada.

Eu vou só incluir esse pedacinho, a formação. Há três anos, um aluno meu que fez medicina, ele estava em uma universidade pública importantíssima. E aí fizeram um tipo de um trote com ele que ele foi ser residente, aí qual era o trote? Tem um velhinho lá de 86 anos que estava indo todos os dias lá, e eles falaram que o velhinho tinha uma coisa muito complicada, que não sabiam, que ele tinha que descobrir, porque exame disso, mentiram. Filho, mentiram em cima de uma vida! Aí olha a formação que eu quero dizer, eu gosto de ilustrar. Mas o que que ele tem? Não sabemos, tal... Aí esse meu aluno foi conversar com ele, teve uma formação diferenciada, né? Esse velhinho tinha perdido a esposa com quem foi casado 62 anos, era tristeza, era angústia e eles diziam “Não tem nada”... esse velho vem encher a gente... Porque é isso, tristeza não é vírus. Não é bactéria, não sai no exame de laboratório, então imagina que tristeza? E aí o que que se faz? Medicalização. Em vez de conversar com o velhinho, que foi o que meu aluno fez, eles iam medicar. Que é um modelo, já enraizado, né? Que é a medicalização que eu estava dizendo...

Eu lembro quando eu perdi minha mama e meu papai, sou filha única, eu fiquei doida. Ah, meu Deus! Eu adorava os dois. Bom, mas não tinha uma pessoa que não perguntava, “Professora, a senhora está tomando algum remédio?”. E eu dizia: “Não! Eu tenho tristeza, eu tenho saudade! Eu queria abraçar minha mama, meu papai!” Não quero tomar remédio...

É um absurdo, já está na cultura da gente. É triste. Eu fui na UNIFESP há dois anos atrás para inciar a discussão de saúde pública, nenhum aluno queria. Então por isso que me convidaram, porque eles sabem que eu sou educadora e eu chamo atenção e vou e pego. “Pode tirar o pé daqui, pode deixar de abraçar tua namorada.” Faço isso filho, pareço uma doida mas eu faço isso, “quero ser respeitada, quero ser ouvida para depois ouvir vocês”. Eles não ouviram nem o chefe do departamento, Dr. Lacaz, que é especialista em saúde do trabalho, uma beleza de sanitarista, sério, Lacaizinho me apresentou e bla bla bla, eles não ouviram. Porque eles não querem, eles querem coisa

plástica, querem ser cirurgião plástico. Entendeu? São os valores. Não tem essa, são valores da nossa sociedade. Muitos anos foi desse jeito.

E hoje assim, o lucro, ninguém vai ter lucro com saúde pública no país. Ninguém vai ter lucro em educação a não ser que sejam essas escolas que enganam os estudantes, não tem nem vestibular. E isso vem da ditadura, filho. Claro, não tenho dúvida. Essas faculdades por aí.

O que a gente queria era democratizar, não é massificar, nossa bandeira era democratizar o ensino, o direito, não era massificar. Massificamos... A diferença foi, quando tínhamos o Paulo Freire, metodologia de alfabetização, depois veio o MOBRAL. MOBRAL é massificador. Claro!

Uma vez eu conheci o Paulo Freire porque os netos estudaram aqui. Então eu conversava com ele, com o avô dos meninos. Aí ele achava engraçado e dizia que eu chorava com emoção, porque eu choro, não ligo filho. Choro! Não ligo, vou ficar segurando o choro? Quando eu quero chorar eu choro. A gente já não tem muita coisa na vida, ainda vai prender a emoção? Mas não é porque eu tenho idade, sempre foi assim. Choro e rio...

Aí ele falou que nunca tinha chorado na vida e uma vez ele chorou de raiva. Aí ele disse que foi uma vez que chegou um.. coronel? Um General, ele estava na França, exilado, trabalhando lá na Unesco. Chegou um General e falou para ele, "Professor, preciso te falar...", como se fosse assim, falando com cuidados, "Olha, eu preciso falar uma coisa para o senhor, eu não entendo como é que o senhor foi preso, foi exilado por causa de alfabetizar o povo? O nosso exército com o MOBRAL está alfabetizando todo mundo e o senhor foi preso?" Diz que ele chorou de raiva, o professor, porque não tem nada a ver, filhinho. Quando é que eu discuto o que é uma metodologia, toda metodologia tem uma dimensão ideológica e filosófica, toda. Não são técnicas. Técnicas como o MOBRAL utilizou, exatamente, quase que exatamente como a do professor Paulo Freire, só que a intencionalidade, a diretividade do ato educativo completamente distintos. Um era para humanizar, sabe? Desenvolver, promover, os sujeitos sociais. O outro era massificar, o outro era para decifrar letras. Sem nenhum cunho político, de ideologia, nada. Então essas coisas a gente tem que cuidar muito para comparar coisas. Precisa ver a finalidade, sempre.

L- Ausonia, para você depois de todo esse tempo, todo esse trabalho, e você ter acompanhado desde os 18 anos o golpe militar, até o final essa luta pelo SUS, foi um período constante de trabalho e militância. E você falou uma coisa muito forte da outra vez, que as pessoas se moviam pelo medo e não pelo desejo, mas sim pelo medo. Você falou que tinha um desejo muito grande de fazer tudo isso, de movimentar, de fazer acontecer, e trazer isso para as pessoas. Ausonia, eu queria te perguntar, ao longo de todo esse tempo até hoje, o que você acha que ficou de mais forte para você? Que sentimentos que ficaram daquele período? Que sentimentos que hoje você entende que ainda te marcam? Que marcas você vê em você a partir desse período todo que você viveu?

A- Olha, primeiro eu ainda tenho a marca da indignação. Coisas arbitrárias e injustas. Eu falei para você, amigos meus por exemplo que faziam a parte cultural e política do ITA, não puderam tirar seus diplomas. Pessoas injustamente presas, experiências educacionais fabulosas, extintas. Intervenção do dia-a-dia do professor. Então quando a gente ia descobrir tinha um aparelho, a gente estava dando aula e tinha um aparelho na sala de aula, que tinha contato com o diretor. Isso a gente achava que não era, depois a gente vê que é.

Mas tem um pouco de indignação, de tristeza, de revolta. Principalmente eu digo isso porque há pessoas hoje que não sabem nem que aconteceu esse movimento, a ditadura. Tem professores por aí que não tem a menor ideia do que aconteceu. Essa falta de consciência política me assusta muito, principalmente no educador e no sanitarista.

Eu volto a falar, estou redundando, mas acho que resquício de um mal ensino, dessa evasão, essa falta de sentido no aprender em uma escola. Essa falta de estímulo tanto a professores quanto a alunos, falta de significado social da educação e da saúde

pública. E assim, saudade de algumas pessoas que se foram (se emociona), e assim, quando eu falo em indignação, porque eram pessoas tão especiais... Porque tudo aquilo? Sabe quando você não entende alguma coisa e fica a agonia? Agonia e angústia, quando você não entende. Não estou falando em aceitar. Tanto amigo triste porque os pais tinham desaparecido, e que a gente não podia fazer nada, né? Tanto que quando eu lembro, por exemplo, porque que a gente fica triste, por isso os filósofos discutiam tudo isso, quando você sente interiormente que você não consegue transformar nada diante de você. Então era uma tristeza absoluta.

Esse David quantas vezes foi preso, depois ele ficou até doente em consequência disso. Quando eu perdi a grande Maria [...], grande educadora de escola pública, tortura, Maria [...], grande referência, foi diretora e fundadora do Vocacional, né filhinho? Foi torturada, acabou morrendo em função disso. Que era para a escola pública era um projeto maravilhoso vocacional, experimental.

Filho, eu não sei, sou um pouco assim, eu não sei. Tanto é que eu me esqueci um monte de coisa. Minha memória... (risos) Eu lembro de detalhes em sala de aula, eu lembro das Diretas por exemplo. Uma estratégia que a gente usou aqui, porque os pequeninhos, sabem, das Diretas Já? Em 84, né? Aí os pequeninhos "Ausonia, a gente quer ir nas Diretas!". Ficaram inconformados, aí eu disse que tudo a gente tem que ter coerência. Aí eu fiz uma simulação com dois professores que eles adoravam, e que eles não eram a favor das Diretas, para ver capacidade de argumentação. "Se vocês souberem porque, a Ausonia leva vocês, se não não. Só vai a partir do nono ano. Que era nona série antes." Eles adoravam os professores, eu entrei na dança também, eles concordaram tudo, que era indireta... "Vocês estão vendo agora porque não pode ir? Só pode ir quem tem clareza".

Aí fomos a escola inteira menos os pequeninhos, né? E que os pais adoraram. Porque não é massa de manobra. Eu ia levar a criança que não sabe nada? Então eu lembrei disso! Eles assim: "Como é que é Maurício, você não é a favor das Diretas?", o Maurício "Não sou a favor das Diretas", "Porque?" aí ele falava... Então eu lembrei disso, eu lembro de alguns detalhes, da carinha deles, mas de algumas coisas eu não me lembro mais, principalmente lá do Experimental que eu falei. Não lembro mais, foi tão assustador....

L- Acho que você trouxe muita coisa. Você lembra das Diretas também, é um dos pontos que eu queria falar, mas acabei não entrando. Só para a gente fechar mesmo, acho que até estourei seu tempo. Mas que sentimento que ficou para você das Diretas?

A- Eu não sei! (risos) Minha alma ficou meio festiva. Porque a gente encontrou gente naquela Praça da Sé que a gente achou que nunca mais ia ver também. Sabe? Foi reencontro de pessoas, de movimentos, de lideranças, ficou uma grande festa lá, para mim foi uma coisa mais festiva.

Agora se você quer perguntar o resultado, não sei filho. Não sei, foi um marco importante para a nossa democracia, sem dúvida foi um marco importante.

Se bem que teve um certo continuismo, que existe até hoje, né? Com certos políticos, tem umas coisinhas que a gente ainda continua. Mas naquele dia eu chorava muito porque eu nunca, durante anos eu tinha pavor desse Hino Nacional, porque a gente era obrigado a cantar por causa do exército. Então não fazia sentido o Hino Nacional para mim. A primeira vez que eu ouvi o Hino Nacional, cantado pelas democracias, aquelas bandeiras... nossa eu chorava copiosamente, batia muita palma. E meus alunos tudo assim em mim. Tinha o Rafael [...] e ele fazia assim "Mas você está chorando porque está feliz, né?", "Tô". Não entrei em detalhes, mas eu lembro do geral.

Entrevista Reginaldo

São Paulo, 2015.

Luís: Que idade você tinha quando houve o golpe de 1964?

Reginaldo: É... 64 eu fiz 14 anos em outubro de 64. O Golpe foi em primeiro de abril e eu tinha 13 anos.

Luís: Você lembra de como recebeu a notícia?

Reginaldo: Então não lembro muita coisa. Porque na verdade, política não era uma coisa que... Principalmente debate político era uma coisa muito elitizada na época, né? Pouca gente participava disso. Me lembro dessa época o que eu ouvia de política propriamente... eu morava num bairro aqui em SP que era um bairro de fábricas, Vila Leopoldina. Hoje não é.

Luís: Hoje não é mais, né?

Reginaldo: Todo cheio de condomínios, mas era um bairro só de operários, um bairro fabril. Então o que que era Política ali? Política eram discursos, comícios populistas. Jânio teve várias vezes lá fazendo comícios e tal e tinha, como tinha muita fábrica ali que eu via inclusive eram muitas greves, os piquetes, havia muita fábrica metalúrgica naquela região e o sindicato dos metalúrgicos era muito forte. Comandou várias greves ali. Eu assistia as greves de camarote. Tudo em volta da minha casa, né?

Então, mas essa coisa mesmo do golpe, dos militares foi um troço meio que... Bom, primeiro que tinha 13 anos, não tinha lá grande coisa. Eu estava fazendo na época o que se chamava de ginásio, hoje seria o fundamental 2. Na escola mesmo falava-se pouco disso pelo menos no meio da gente. Eu me lembro que depois do golpe teve muito medo porque alguns professores, dizia-se que tinham sumido por conta do golpe.

Luís: Você chegou a ter professores na época que sumiram? No ginásio?

Reginaldo: É, mas não sumiram de uma vez. Eles ficaram, digamos, sem ir pra escola durante uma semana e havia um boato de que eles tinham sumido por conta de suas simpatias pelo janguismo. E a direção da escola, o diretor da escola era quase um milico, era um advogado, professor advogado, diretor do colégio público, né!? Muito, muito simpatizante dos milicos. Fazia cantar o hino nacional. O professor de educação física era um milico que terminava toda aula de educação física gritando: “Brasil 64!”. Era bem forte isso aí. Isso eu me lembro, depois do golpe isso virou uma prática. Terminava a aula e todo mundo tinha que gritar “Brasil 64!” na hora de dissolver. Como que é que os milicos chamam isso? E dispersar, dispersar. Porque a aula era um negócio militar mesmo. A aula de educação física era coisa de milico mesmo.

Luís: Essa escola já tinha aparentemente uma tendência militar antes ou só depois?

Reginaldo: Devia ter, antes não se notava não. Durante quanto tempo no Brasil a direita ficou com vergonha de dizer que era direita. Até pouco tempo atrás era todo mundo era alguma coisa, mas direita? Então, agora eu me lembro de mais repercussões desse tipo fora esse negócio da escola.

Luís: Na tua casa como é que foi?

Reginaldo: Minha família não tinha muito... Meu avó era ademarista. Ademar era um golpista. Se bem que depois foi cassado também. E eu me lembro que a gente recebia em casa, o meu avô lia mal em português, porque foi alfabetizado em italiano, mas ele lia e assinava um jornal que era dos Diários Associados, chama-se Diário de São

Paulo. Os Diários Associados eram uma cadeia: São Paulo, Diário de São Paulo, Diário da Noite etc. A sede era ali na Sete de Abril e tinha sido de um dos organizadores do Golpe na imprensa. Era um grupo bem de direita, do Assis Chateaubriand e o diretor do Jornal não era mais o Assis Chateaubriand, era outro cara que não me lembro, fez uma campanha: Ouro para o bem do Brasil. Brasil foi roubado, era um troço bem de direita.

Luís: Das alianças, não é?

Reginaldo: É, isso. Dê Ouro pro Brasil pagar sua dívida, era um golpe, que eles pegaram todo aquele ouro e ficaram pra eles.

Luís: Isso foi depois do Golpe, né?

Reginaldo: Isso foi em 65, 66, no ano seguinte do Golpe. Aproveitando, né? Então, dessa época eu me lembro muito pouco, porque o impacto disso aí não foi tão grande assim no cotidiano meu. Teve no pessoal que eu conhecia: meus tios trabalhavam em fábrica e eu me lembro que eles ficaram um pouco, um pouco receosos. Participavam de um sindicato etc., mas também não sei, mas parece que algum impacto teve.

Luís: Aqueles movimentos que você via de camarote na sua casa, você chegou a...?

Reginaldo: Acabou. Acabou. Ah não claro. Piquete, greve se sabia que isso já era. Eu nem sei se você...por exemplo, você está aqui me perguntando se a repressão está mais focada contra os apoiadores do Jango, do PC. Não sei, porque eu não tinha nenhum contato com gente do Partido Comunista. Naquela época era só Partido Comunista, o PCdoB tinha recém-criado. Mas, então não sei se isso posso te dizer muita coisa. Comentário disso nas ruas? No imediato pós Golpe eu não sei, porque realmente não me era muito, eu não tava muito... eu só fui me interessar por política depois do Golpe. Depois do Golpe, porque aí comecei a ler noticiário, ver o que era e o que que não era e assim por diante. Porque logo depois do Golpe, o Golpe foi em 64 tinha o boato, tinha ainda a história da expectativa das eleições de 65, então já se falava que ia ter candidatos etc. e tinha algum comentário que ia ter comício, etc., mas isso também aí que comecei a me interessar um pouco pra saber o que ia acontecer.

Luís: Nessa época você devia ter 14, 15 anos?

Reginaldo: É por aí, mas eu... e mesmo essa história do Jango, como é que isso afetava a vida da...não era uma coisa que, que eu, que me tocasse. Eu só vim me interessar por isso aí quando, naquela época a agente fazia assim: tinha 4 anos de ensino primário; 4 anos de ginásio, hoje fundamental 2, hoje é 5, né?

Luís: Hoje aumentaram um ano.

Reginaldo: E depois o ensino médio... tinha muito pouca escola naquela época, escola pública... muito pouco. Essa história de ginásio, que eram os 4 anos depois do primário e colégio, ensino médio, poucos em SP... ensino desse tamaninho. A história da universalização do ensino primário, mesmo naquela época era pequena...tinha pouco grupo escolar....chamava-se grupo escolar, escola primária. E o ensino de...chamado ginásio era disputadíssimo, você tinha que fazer o concurso pra entrar...uma espécie de Vestibulinho, uma seleção... chama-se “Concurso de Admissão”. Tal, então tinha muito pouco.

Luís: A admissão era para selecionar mesmo?

Reginaldo: Selecionar... tinha vagas limitadas, tal. E tinha muito pouca escola pública, e menos ainda pro ensino médio, que antigamente chamava-se colégio. Tinha o colegial científico, clássico e normal, eram três variantes, né? Um pra, pras carreiras

científicas, outro pras carreiras literárias, tal, que é clássica e o normal que era preparação de professores.

O nível médio era dessa maneira. O científico tinha até umas subdivisões, geralmente biológicas e engenharia e tinha muito pouco, muito, muito pouco. Quando a gente entrava, portanto, no ensino médio, entrava num mundo meio seletivo. Muito, muito limitado. Sabe quanto estudantes de ensino superior tinha em 68, já? 100 mil no Brasil. 100 mil... E concentrado em São Paulo, Rio... pouquinho fora disso... então um universo desse tamanho. E o colégio, o chamado ensino médio já era uma coisa mais selecionada, aí acontece o seguinte, quando eu entrei no colegial, isso foi... então. Péra aí eu fiz 14 anos, tirei carteira de trabalho, porque eu comecei a trabalhar exatamente em 65. Então, foi quando eu entrei no colégio, porque o colégio era noturno. Aí então podia trabalhar de dia. Não tinha ginásio à noite naquela ocasião. Acho que, se não me engano, aí que teve o colegial noturno e podia trabalhar de dia.

Luís: Você trabalhava com o que nessa época?

Reginaldo: Com o que? Eu fui trabalhar num laboratório farmacêutico. Naquela época a gente tirava uma carteira de trabalho chamada “Carteira de Menor”. Acho que hoje é proibido isso, porque era um modo das empresas te pagarem pela metade. Você entrava com a história que... não chamava de menor, “de menor” era o apelido que a gente dava. Então era uma carteira diferente uma era azul a outra verde, enfim cor diferente e você recebia só metade do salário mínimo, porque você era classificado como “Aprendiz”.

Aprendiz era o seguinte: você ia entrar, rodar dentro da empresa, aprender uma coisa supostamente e depois quando fizesse 18 anos, aí se não entrasse no exercito e continuasse trabalhando aí o seu salário ia ser o salário mínimo. Antes era, durante o período de aprendizagem, antes dos 18 anos, era tudo pela metade. Então eu fui trabalhar no laboratório farmacêutico, eu trabalhava, trabalhei uma parte do tempo no almoxarifado que era na fábrica e tinha um escritório, que eram separados eu trabalhei no almoxarifado, que era expedição, receber material, expedir, etc. e tal...remédio e eu trabalhei também mais no escritório, fui trabalhar no chamado, naquela época chamava departamento de pessoal. Hoje é RI, RH, essas coisas.

Naquela ocasião você não precisava ter, aliás como eu te falei, a escola era pouca e o nível acadêmico era desse tamanho, mundo do ensino superior era menorzinho. Ninguém praticamente tinha o superior em porra nenhuma, coisa nenhuma. Não era nem querer. A maior parte. Olha...eu acho que eu conhecia todo mundo daquele laboratório, dos donos aos peões e quem tinha nível superior lá era o médico e o farmacêutico. Que era um laboratório farmacêutico e tinha que ter um médico responsável. E o farmacêutico responsável, o resto ninguém tinha....tinha o dono que era, tinha feito medicina até o 3º ano e fugiu da escola, o resto não tinha, ninguém tinha nível superior. Os caras que trabalhavam, por exemplo, eu com 16 anos eu fazia toda folha de pagamentos do laboratório. Não precisava mais do que o ginásio pra isso, por que era saber quatro operações, percentagem, regra de três... era isso. Aliás, não é mais do que você precisa pra hoje também, só que eles querem que você tenha MBA pra fazer bobagem. Pra ser ascensorista do Congresso você precisa ser advogado, né? A beleza do crescimento do nível cultural, né? Sociedade brasileira. Tem um monte de advogados ignorantes e analfabetos, e... mas que ganham muitos... pra ser ascensorista do Congresso ou segurança, né?

Bom, mas é que então aí eu entrei nesse...e aí você começa a ter outro, outro, no colégio era diferente, tinha professor comunista. Aí...

Luís: Era sabido quem eram os comunistas?

Reginaldo: Ah! Ah, era muito marcado, porque o cara já era e não tinha como apagar, então não adiantava. E ainda não tinha havido o AI-5, então tinha uma certa marca. Nessa época eles publicavam muita revista de esquerda no Brasil. Tinha uma revista aí famosa, você deve ter visto aí em algum lugar, revista Civilização Brasileira era do partido comunista. É, e era dirigida por um antigo militante do partido comunista, o Ênio... Ênio Silveira. A revista, a editora Civilização Brasileira era a revista dos comunistas, era a editora dos comunistas. A revista era uma revista de esquerda, tinha ainda antes do...

Luís: Essa foi a origem da editora?

Reginaldo: A editora vem antes da revista.

Esposa: Vem antes da revista... era publicada pela editora.

Reginaldo: Do sogro dele.

Esposa: A Civilização é que era do sogro, né!? Do Ênio.

Reginaldo: Era do Ênio. Do sogro dele.

Esposa: Era do Sogro.

Reginaldo: Ai você tinha uma cultura de esquerda permitida, tolerada digamos. Tolerada. Tinha aí a revista e os professores eu tinha um professor de filosofia que era conhecido como militante do partido comunista. Todo mundo, sabia, dizia e tal. Não era muito isso. E havia um outro mais, um pouco mais, menos declarado. Então você começa a ter contato com uma cultura diferente da coisa e começava a ter também dentro dos colégios um movimento secundarista um pouco maior. Por exemplo, tinha, ainda existe, isso que hoje se chama UPES, UBIS, União Paulista dos Estudantes Secundarista, união dos estudantes secundaristas era pequenininha é claro. Hoje ela é grande, mas era pequenininha, mas muito ativa, e era disputada pelos grupos de esquerda.

Então, por exemplo, eu me lembro da primeira reunião que eu participei da UPES - União Paulista dos Estudantes Secundaristas foi... a gente fazia reunião de final de semana porque durante a semana tinha aula a noite e trabalhava de dia. Da UPES foi... acho que em 66, por aí, não é!? Então tinha já um movimento estudantil. A maior parte das chapas da UPES eram partidárias...o Partidão, a AP. O Partidão tava rachando, tava parecendo o grupo do Marighella, que ia gerar a ALN. A dissidência comunista que ia gerar a ALN. Tinha uma grande disputa entre o Partidão e a AP pela UPES, pela união dos estudantes, então começa a haver uma movimentação entre os secundaristas, aí que enfim, a política começa a ser um assunto.

Luís: Você já tinha alguma aproximação com algum desses grupos?

Reginaldo: Eu tinha uma certa, um grupo que nos passou, passou pra mim e pra outros colegas lá alguns documentos, sei lá o que é a AP, na verdade era o pessoal do PCdoB tinha um uma confusão muito grande entre AP e PCdoB porque eles tinham uma certa proximidade eram maoístas. Então tinha uma chapa da UPES que era AP, depois eles foram todos para o PCdoB. E tinha uma dissidência dos comunistas, do Marighella, que também tava na UPES, que eu me lembro me passaram um documento, eles estavam preparando aquela chamada conferência da... não era da Cordilheira, como é que chama? Da Mantiqueira, que era o racha, era aonde ia ter o racha do Marighella. Então, a gente tinha contato...na ocasião eu nem sabia exatamente o que eram as tendências. Sabia que era uma coisa difusa. Mas, ainda não

era muito claro o que elas eram. O que só começou a ficar um pouco mais claro em 68 porque foi se acirrando. Em 68 foi um ano muito enfim, se acelerou tudo, tudo se acelerou, muito movimento, muita passeata, muito movimento estudantil. Teve um movimento primeiro de maio, muito importante aqui em SP Foi primeiro de maio vermelho, aqui na Praça da Sé. Quebra, quebra...

Luís: Antes disso você não sentia muita diferença, Reginaldo?

Reginaldo: Não, tinha muito pouco, viu!? 68 acelerou muito...teve uma crise...a crise econômica que era muito pesada. Havia um desemprego, uma crise econômica pesada nos anos depois do Golpe, até 67. 67 começou a haver uma recuperação, ligeira, ligeira, mas havia muito, muita dissidência dentro do regime, dentro do regime... então tinha rachas, em que uma parte, por exemplo, o empresariado queria que os militares voltassem pros quartéis... tinha uma mobilização de antigos golpistas: Lacerda, Jango, Juscelino, Ademar etc., chamada Frente Ampla, que queria meio que rever o Golpe que os militares voltassem que tivesse eleições...tinha um certo, uma certa crise também do regime

Luís: E no laboratório que você trabalhava você sentiu alguma coisa com relação a isso? Crise ou mesmo alguma pressão em cima disso...

Reginaldo: Não, porque ninguém falava de política, ninguém abria o bico.

Luís: Não se podia abrir o bico ou não era interesse?

Reginaldo: Bom é o seguinte, lembra aquela história, olha eu não sei de nada porque o último que sabia ninguém nunca mais ficou sabendo dele. Entendeu!? Então tinha um certo medo de falar disso, né?

Luís: Mesmo antes do AI-5?

Reginaldo: Mesmo... depois piorou. Agora em 68 se acelerou tudo e parecia que a coisa estava rachando mesmo... teve um 1º de Maio importante, teve uma greve importante em Contagem, depois uma outra aqui em Osasco, ocupação da Maria Antônia, passeatas monstruosas Brasil a fora que, então você teve um.... e aí é que começam a aparecer as correntes novas da esquerda, que... e muito panfleto, muita revista, muito, muita publicação legal, para-legal, semi-legal, circulando né!? Então, você tem contato com muita coisa, embora ainda esteja sendo geminado. A maior parte das correntes de ultraesquerda se formou no final de 68. Já nesse avanço. Quando chega o AI-5, tem um balde de água fria que é claro que...tinha um amigo meu, que eu não conhecia ele na época porque ele tava lá no Rio Grande do Sul, um militante ativo, chama-se Flávio Koutzii. Talvez você já tenha ouvido falar dele? Flávio Koutzii. É Flávio Koutzii.

Ele escreveu um livro sobre a prisão dele muito tempo, que ele foi preso na Argentina, ele passou dez anos, solitário na Argentina, coisa pesada, né? Destruição física e intelectual muito interessante a tese que virou um livro, né!? Ele em 68 ele era militante, jovem militante de esquerda em Porto Alegre e o entusiasmo pela crise, abertura, agora vai, não, a ditadura vai cair, não sei o que.... empolgou ele, que criou uma livraria de esquerda em Porto Alegre, a inauguração ia ser na semana do AI-5.... (risos) quer dizer ele inaugurou e entrou na clandestinidade.

É. Então foi uma ducha de água fria pesada, porque o AI-5 foi imediatamente seguido do fechamento do Congresso, endurecimento... milico em tudo que é lugar...Ai a coisa encrespou né?

Luís: Você já tava com 18 anos, né?

Reginaldo: 18 anos. Tinha acabado de fazer 18, é. 18 anos. Fiz 18 em 68.

Luís: Você lembra como é que foi que você recebeu a notícia do AI-5?

Reginaldo: Bom, eu já participava de grupos estudantis, de muito debate de esquerda. Eu fazia o colegial e fazia simultaneamente um cursinho. Aí eu parei seis meses de trabalhar e fui fazer um cursinho de... desse que como é que se chama.... intensivo, pra preparação do vestibular, né? E o cursinho era num, tinha um cursinho chamado Equipe, que depois virou colégio.

Antigamente era, começou num cursinho pré-vestibular. Na verdade a história do Equipe é a seguinte: o cursinho do grêmio da filosofia, que era de esquerda, tinha o grêmio da faculdade, tinha um cursinho pré-vestibular que funcionava ali na... perto da Santa Casa... como é que chama isso?

Luís: Santa Cecília?

Reginaldo: Santa Cecília, ali... o cursinho do grêmio era ali. Perto da Maria Antônia. Encostado, né? A escola era na Maria Antônia e o cursinho do grêmio era ali...ali encostado né? E o cursinho do grêmio, teve um racha lá, uma briga política qualquer lá, e uma parte criou um cursinho separado, que era o Equipe. O Equipe, 90% dos professores do Equipe tava envolvido em algum grupo e tal. Dois deles eu me lembro, explodiram com uma bomba ali perto do Estadão, num taxi. Um taxi não, um fusca. Um deles explodiu. A bomba explodiu antes deles jogarem, sei lá...foi um acidente. Então, era um ambiente muito de esquerda. Tinha uma professora que depois foi exilada, Helena Hirata. Você deve ter ouvido falar dela?

Helena Hirata, socióloga, que de vez em quando, tá aqui no Brasil também...era professora do Equipe e depois foi... saiu, na verdade saiu em 71, mais adiante, durante um tempo tava clandestina também. Então, os professores, tinha muita gente de esquerda no Equipe. Gente que era mais ou menos simpática com a esquerda, mas que depois foram muitos pra direita. Carlos Alberto Sardemberg. Esse cara aí, ele amigo de todo mundo de esquerda em 68, aí teve o AI-5. Sabe como é que é? O cara começa a ficar mais arredio e some, né? E vai indo, vai indo até que vai de uma vez. Mas tem gente que foi muito mais de direita logo de cara, né? Então teve o AI-5, foi uma ducha, uma ducha de água fria, porque engessou tudo. Aí inclusive, aí que isso reforçou dentro dos grupos de esquerda que tavam surgindo, nessa época e se dividindo muito, surgiram as tendências mais militaristas, né?

A estratégia tinha que ser a luta armada porque a luta política tava quase que inviabilizada. Isso fazer passeata, fora de questão! Era o fim! Quase como planejar uma insurreição, fazer passeata. Distribuir panfleto, fazer comício. O que é isso!? Juntou mais de cinco pessoas na rua, os... os zeladores de prédio foram convocados pelo DOPS para serem espiões, né?

Eles tinham que fazer um cursinho no DOPS e levar as fichas dos moradores. Para o DOPS e observar e tudo, uma coisa bem, enfim, em um ambiente como esse, a história dos grupos optarem pela chamada luta armada foi um passo.

Luís: Reginaldo, naquela época vocês já sabia dessa situação dos porteiros, por exemplo?

Reginaldo: Já. Não, não, pouco depois. Em 68 não, porque isso foi durante 69, quando teve a junta militar, imediatamente depois do AI-5 o Costa e Silva teve aquele piri paque. Sei lá, diarreia mental, e virou um vegetal. Aí ele foi substituído pela junta militar, que eram os coronéis, que depois escolheram Médici pra ser o capo. É, então nesse período, esse foi o período que a máquina foi sendo montada. Máquina de... porque, de certo modo era pra endurecer, mas também pra responder, às organizações armadas. Foi aí que foi se criando todo esse sistema de vigilância, de informação, de

repressão mais sofisticado. Aí foi, bom aí que vai nascendo, por exemplo, a OBAN, a famosa Operação Bandeirantes, começa a ser montada, aí com os empresários que vão juntando aquele... Você deve ter visto aquele filme Cidadão Boilesen. Então, vai se formando. Eu vim a saber dessa história dos zeladores um pouco depois, mas eu sei que começaram já a serem montados nesse período de 69, 70, já tinha um esquema, não é?

Luís: Nessa época, logo no AI-5, você tava fazendo o cursinho do Equipe. Você sentiu alguma pressão imediata... porque era uma escola de esquerda, um cursinho de esquerda, certo?

Reginaldo: Sim, imediatamente. Uma porção de gente do Equipe sumiu. Sim, porque entrou na clandestinidade. Eu me lembro tinha dois funcionários do Equipe, que eram obviamente militantes, que sumiram do dia pra noite. Um deles em 70 ou em 69, 69 mesmo eu me lembro que explodiu com uma bomba, perto do Estadão, onde era o Estadão. O Estadão era ali em frente da Biblioteca Municipal. Aonde tem o Hotel hoje, era o prédio do Estadão. Então, teve um impacto já de imediato. Mas aí teve uma história da... tava terminando o ano também, começaram os vestibulares e o cursinho fechou, praticamente fechou, né! E aí teve os vestibulares, já teve a mudança da Maria Antônia. A Maria Antônia fechou, foi ocupada. É, foi fechada e mudou tudo lá pro Butantã. Todos os cursos da Maria Antônia mudaram pra lá. Economia não sei, a Economia talvez tenha demorado um pouco mais. Porque a Economia não era na Maria Antônia, era naquela ruazinha que desce. Aquela rua do SESC, o prédio da Economia era ali. Talvez tenha, não me lembro, mas pode ser que ela tenha demorado um pouco mais.

Luís: Você fez filosofia?

Reginaldo: Filosofia. Fiz o vestibular de Filosofia, já foi no Campus de Butantã. Não tinha prédio que Filosofia porque era, tava meio improvisado aquilo, depois eles fizeram um barracões perto da raia olímpica, aí foram construindo os prédios, não é? Mas demorou muito.

E aí o clima já tava envenenado... Quando começou 1969 a coisa já tava....ainda começou em 69, ainda não tinha caído a ficha pra muita gente, porque eu me lembro que no começo de 69, Helena... Helena Hirata ainda estava ou se dizia que ia ser contratada como professora pelo Departamento de Filosofia. O Gianotti era professor lá, o Bento Prado, foram cassados né? O Bento e o Gianotti. Depois tinha o pessoal da Sociologia que também foi cassado, Florestan etc.

É...e eu me lembro que no começo de 69 ainda tinha um pouco essa coisa...tinha até um certo... ainda não tinha caído inteiramente a ficha de que a coisa iria encrespar. Mais foi acho que logo em abril, mais ou mesmo, teve as cassações... as cassações dos professores. Eu cheguei a ter um mês de aula, acho com o Gianotti, então acho que foi mais ou menos isso... É abril ou maio já aí, já tinha encrespado tudo, né? E realmente o clima era infernal. Você ficava...Todo mundo ficava olhando porque achava que tinha informante, que tinha não sei o que...

Luís: Já nessa época?

Reginaldo: É...não aí, já era o terror, já era o terror. E também, como eu tinha vários colegas meus que deram uma sumida também. É e deixa eu me lembrar de alguns casos...em 69 pra 70, mas acho que foi em 69... em 69 tinha uns... me lembro que os dominicanos estudavam lá na Filosofia ou na Sociologia ou na Filosofia, que era junto, encostado... o departamento era encostado... Ciências Sociais era encostado na Filosofia... no mesmo barracão. Psicologia... era Psicologia, Filosofia e Ciências

Sociais eram no mesmo conjunto de barracões... cada barracão era um curso na verdade. E alguns deles, os dominicanos sumiram logo, que foi a fundação da ALN e muitos deles eram militantes da ALN... Frei Betto... O Yves Lesbaupin, o Ivo, o Raton, enfim uma porção de, de militantes da ALN que sumiram nessa época. Teve outros também, de outros grupos, que foram, foram desaparecendo... foram desaparecendo porque eles tinham muita gente ali. Então, o clima era meio pesado, não era...

Nessa ocasião também eu tinha conhecido, tinha um colega meu que era estudante da Filosofia também, que morava em Osasco, e era antigo militante, tinha sido militante do Partidão e depois da VAR-Palmares e era próximo de um grupo de militantes operários de Osasco, operários católicos, aí nós começamos a fazer umas atividades de formação política e tal, em Osasco. Mas também, num clima de meio semiclandestinidade. Tudo tinha que ser clandestino, impressionante. Até pra fazer...acho que só faltava a missa ser clandestina, porque o resto era muito, muito difícil. Nesse período é que eu tava também me aproximando de um grupo político, que era o grupo trotskista, que tinha um pequeno núcleo lá na Filosofia, chama-se POC – Partido Operário Comunista. A Helena era militante do POC, Helena Hirata, Gilberto Mathias, que era um economista, filho daquele Simão Mathias, químico da USP. Professor de Sociologia, ele era sobrinho do, aquele professor de Sociologia cego... Aziz Simão, tinha uma porção de militantes do POC ali na Filosofia. Comecei a me aproximar deles, a gente começou a formar a célula para-partidária... mas aí teve no começo, deixa eu ver uma coisa... de 70 pra 71 teve uma prisão em massa do POC. Sobrou, pouca gente sobrou, três ou quatro fugiram pro Chile, alguns foram pra França, a Helena e o Gilberto, conseguiram ir pra França e... Matoso foi pra França também e o resto foi preso aqui.

Luís: Você foi preso também?

Reginaldo: Eu não fui, o Otacílio foi, ficou acho que uns quatro meses em cana e isso... você sabe que agora tô me lembrando... 70, acho que foi 1970, 70 e é saíram em 71 a maior parte... alguns ficaram um pouco mais... Dois morreram... O Merlino morreu em 70, não foi em 70, o Merlino? É deixa eu me lembrar... quer dizer agora eu não tô... deixa eu me lembrar a data da morte do Merlino que aí eu me localizo. Eu conheci ele bem nessa época...

Luís: Você conheceu ele antes da....

Reginaldo: Um pouco antes da cana...só que eu não o conhecia por nome e ele a mim pelo nome. É todo mundo usava nome de guerra. Vários.

Luís: Você teve vários também?

Reginaldo: É a gente vivia trocando de nome... É deixa eu ver Merlino... Merlino é um nome muito comum (procurando no Ipad). Deixa eu ver quando é que ele foi preso. Luiz Eduardo Merlino... na Wikipédia...morreu em 19 de julho de 71. Exatamente, isso. Então foi no começo de 71, primeiro semestre de 71 que teve essa queda geral.

Luís: Ele era do POC também?

Reginaldo: É era do POC, ele era dirigente do POC. O POC tava dividido, não sabia se entrava na estratégia da luta armada ou não, tinha uma divisão... ele e a Taís, Ângela Mendes... Taís era o nome de guerra dela, o dele era Nicolau. Nicolau e Tais lideravam a ala que era favorável a estratégia da luta armada. A estratégia da luta

armada, o foquismo, o foco guerrilheiro... inspirado no Debray³³ aquela história do foco cubano, atingiu a maior parte dos grupos de esquerda daqui, né? Fora o partidão a AP, o PCdoB era a favor da luta armada mas um outro tipo de guerrilha, guerrilha rural, guerrilha da Araguaia.

Os outros grupos eram muito partidários da chamada guerrilha urbana. O POC entrou nisso aí, era a estratégia do grupo, da parte internacional, dos trotskistas franceses, também pra América Latina, e esse grupo no começo de 71 foi dissolvido, com essa onda de prisões. Teve dezenas de prisões e se desmanchou praticamente. O POC se desestruturou e aí a gente começou a reconstruir o POC no ano seguinte. Aí já com o pessoal que voltou... dois ou três que voltaram do Chile, ficaram um tempo escondidos lá e voltaram... aí a gente começou a reorganizar em 72.

Luís: Você tava clandestino nessa época, Reginaldo?

Reginaldo: Não, clandestino depende... É porque, por exemplo, no lugar onde eu trabalhava eu não dava meu endereço. Eu dava o endereço da minha mãe.

Luís: Você tava aonde trabalhando nessa época?

Reginaldo: Em 71 eu dava aula em cursinhos de, como é que chama.... madureza, supletivo. E pré-vestibular. Tinha uma porção, tinha muitos, dezenas em São Paulo.

Luís: Você não morava mais com seus pais, com sua mãe?

Reginaldo: Em 72 eu mudei, mas eu durante todos os anos 70 eu não dava meu endereço. Em lugar nenhum. Em lugar nenhum. Nem escola, nem trabalho, nada. Porque aí demoraria algum tempo pra chegarem, não é? E quantas pessoas sabiam do meu endereço... 4 ou 5. Minha mãe, meu pai e o pai e a mãe da minha mulher, na ocasião... Patrícia, minha companheira na ocasião. Não mais do que isso.... eu escondia totalmente, também outras coisas eram enfim, claro que a política era inteira clandestina. Esse negócio de fazer reunião em lugar aberto. Fazer reunião era assim...encontrar em ponto, local marcado, uns cinco minutos antes, cinco minutos depois... às vezes com senha ou sem senha. E depois que se encontrava alguém tinha que ter um carro, botar todo mundo no carro e todo mundo ia de olho fechado pra algum lugar. Pra ninguém saber onde tava indo, nem quem era o quê... todo mundo usava nome de guerra... essas coisas, que eram, que eram... que a gente tinha previsto que era preciso. Naquela época fazia muita diferença um ano de idade.

Luís: Um ano!?

Reginaldo: Ah sim, porque eu me lembro que os caras que foram presos em 71, que a gente aprendeu com eles. Claro, foi todo mundo preso em 71... começo de 71. Eu tinha acabado de entrar no POC. Aí que se começa a ver porque os caras caíram e como... Como, por que, o que, o que é que foi, o jeito pelo qual a polícia chegou até eles. Aí que você aprende tudo que não se deve fazer. Então essa diferença, quem entrou um ano antes de mim na coisa.... Sabia menos, sabia menos... Ingênuo não, porque aprendeu no Golpe. É aprendeu apanhando. Aí a gente pegava todas histórias. O que aconteceu, o que não aconteceu, como é que foi... pra depois aprender rapidamente a se organizar. Então, todas essas técnicas de clandestinidade forma aprendidas assim rapidamente, muito rapidamente.

Quando a gente começou a reconstruir o POC em 1972, tudo isso já era uma aquisição. E a gente trabalhava a maior parte das... os ambientes de trabalhos eram muito envenenados, mas muito dedo duro, muita vigilância. Qualquer... você não

³³ Regis Debray.

podia falar a palavra sindicato, já era um palavrão. Ah não, falou a palavra sindicato é porque você é comunista, subversivo, terrorista. Você tinha que era um ambiente muito, muito, muito complicado.

Luís: Reginaldo, você estava envolvido com a militância... você tinha conhecimento disso.... Você entende que pras pessoas que não estavam envolvidas também passavam por essa pressão, por esse medo?

Reginaldo: Claro. Tavam apavorados. Todos! Conhecia um monte de gente, por exemplo, que mesmo depois, tô falando de 71, 72 que foi o período mais duro e tenebroso. Mesmo depois, 74, 75 quando o regime já tava começando... – o Herzog já tinha morrido, Geisel já tinha começado a pressão sobre os grupos torturadores – mesmo nessa época você tinha muito medo. Eu me lembro que continuava essa história de não falar certas coisas. As pessoas tinham medo, mesmo quem não tava envolvido, medo de ser envolvido... “Pô, se eu conheço o cara vai me dar”...

Em 72, eu fiz muita panfletagem em 72, eu entrei numa campanha da oposição metalúrgica aqui em São Paulo, que nós resolvemos fazer uma campanha aberta, campanha de massa. Bom, já que é uma eleição legal, a gente ia fazer uma distribuição de panfleto legal. Estávamos concorrendo a uma direção de um sindicato. Era um negócio meio maluco, mas enfim, a gente sabia que corria o risco de ser preso mesmo assim, por arbitrariedade da polícia: não podia, mas podia. Mas, tinha a ver também com a reação de operários em algumas fábricas.

Luís: De operários!?

Reginaldo: Sim, porque eles tinham medo, eles te olhavam meio assim... se eu pegar o panfleto que esse cara tá distribuindo, vão pensar que nessa fábrica, que na minha fábrica, que eu sou, que eu tenho tal, não sei o que. Eles ficavam assim: “Pô isso aí... esses caras vieram me prejudicar”. Era assim. Tinha também o seguinte: depois de muito tempo de recessão, de 70 pra diante, o Brasil tava crescendo muito economicamente. O desemprego diminuiu terrivelmente. Quase pleno emprego. Nego fazendo hora extra, ganhando um pouco melhor e tal...aí chega um monte de barbudo querendo perturbar sua vida, né!?

Luís: Reginaldo, essa repercussão do crescimento foi pra todas as classes?

Reginaldo: Todo mundo.

Luís: Todo mundo!? Mesmo as classes mais....

Reginaldo: Sabe quantos votos nós, a oposição, teve em 72 pra disputar o sindicato? Era uma oposição de uma composição: era gente da AP, do PCdoB, do Partidão, gente que não era de nada. Então, uma chapa de esquerda disfarçada, contra um policial, o presidente do sindicato era um policial. Nós tivemos 21% dos votos. Quer dizer 80%. Tudo bem, aí tem eleição manipulada, voto de aposentado que não era mais operários, que era clientela do pelego e tudo mais, mas nós tivemos só 21% dos votos. A Arena foi muito bem votada na eleição de 72, só perdeu em 74. Você entendeu... foi um massacre da direita. Então a direita tava por cima da carne seca, não eram só os empresários que tavam achando bom. Tinha, pra classe média, nesse período [...] tinha televisão em cores, tinha não sei o que... o Brasil tava crescendo, TV a cores, correção monetária em caderneta de poupança, tinha política de financiamento de imóveis pra classe média: BNH. Sim, o BNH financiava apartamento, não era apartamento popular que financiava. Tinha muito crédito para apartamento de classe média, muito carro, automóvel. Enfim, teve um período de crescimento que pra classe média obviamente foi positivo. Mas o operariado, péra aí... depois de anos e anos, pra arrumar emprego você demorava um ano.

A Ford chegou a pendurar, me lembro dessa história, a pendurar uma placa pedindo, em 77, em 67, 68.. pedindo ferramenteiro com 10 anos de experiência. Não existia no mercado, ferramenteiro com 10 anos de experiência. Impossível, porque praticamente os ferramenteiros se formaram em menos do que isso. Por que? Porque o desemprego era tão grande que eles podiam se dar ao luxo de fazer exigências dessa natureza. O desemprego muito grande. Aí você tem um monte de emprego, muita hora extra e ganho, muita gente da família trabalhando e, portanto, melhorando de vida.

E propaganda. Nossa senhora, propaganda massiva do Governo. Pô, a Rede Globo era a rede da Ditadura, as outras também e era assim: “Brasil tá indo pra frente, só tem um bando de cretinos que tá querendo atrapalhar”.

Pra ajudar nós tínhamos ainda entre nós, ainda, uns que ajudaram isso...sabe que teve um episódio interessante... em 71, por aí, 71 eu acho ou 72, não me lembro mais... o chamado episódio dos arrependidos. Não é gente que... tudo bem, o cara vai preso e fala na prisão, sob tortura o cara fala mesmo, não é isso. Não é nem que era delator ou nada disso. É gente que foi convencida a ir pra TV e fazer campanha. Um deles tá aí, escreve até hoje, um tal de Celso Lungaretti, que tem um site chamado Náufrago e num sei o quê da utopia. Hoje ele diz que é de esquerda, é doido varrido, doido varrido. Ele foi um dos arrependidos. Ia pra TV pra dizer que o regime militar tava tal, que a esquerda era um bando de terrorista que queria travancar o progresso do país e assim por diante. Então você imagina essa campanha de TV, propaganda e ainda a situação econômica estabilizada, aí era contra a corrente.

Luís: Você sentia que essa propaganda estava fazendo efeito nas pessoas?

Reginaldo: Muito, muito, muito mesmo. Olha, não se esqueça que teve uma Copa de futebol. Teve uma comemoração do sesquicentenário da independência que foi em massa, Médici encarnando D. Pedro I, né? E fazendo essa identificação. Foi uma época boa para os milicos.

Luís: Reginaldo, na casa...por exemplo, na relação com seus pais, você falou que tinham tios que trabalhavam lá também...eles lidavam como com a sua relação com a militância? Como eles lidavam?

Reginaldo: Você acha que eles sabiam?

Luís: Eles não sabiam?

Reginaldo: Minha mãe e meu pai sabiam, desconfiavam, sabiam o que exatamente eu fazia, não... é obvio, mas e aí viviam apavorados. Minha mãe acha que qualquer hora eu iria desaparecer, né? Bom, meu ainda tinha um amigo dele, cuja, um amigo dele que era um pequeno empresário que colaborou com o grupo guerrilheiro, com a ALN, então, e por um acaso um outro amigo teve uma filha que ficou famosa depois... Aurora da ALN, não era da ALN.

Luís: Aurora Furtado?

Reginaldo: Furtado o sobrenome dela?

Luís: Aquela que era da psicologia da USP?

Reginaldo: Que foi morta com um torniquete na cabeça... um negócio horroroso. Ela era... tinha um amigo do meu pai que era, meu pai conhecia o pai dela...por algum motivo, conheceu... sei lá por onde. Ele ficou apavorado com aquilo, né... claro. E um pouco, esse pavor era um pouco generalizado. Eu tinha uma tia que era maluca. Maluca no sentido literal do termo... ela tomou eletrochoque, era doida, enfim...doida completa. Foi internada, e ela tinha alucinações e a doida tinha aquelas alucinações

que não batiam coisa com coisa... Então ela andava distribuindo pelo meu bairro, lá... que eu encontrava por aí, em algum lugar, com uns barbudos e eu tinha uma rádio em casa que sintonizava Cuba.

E ela ligava pra delegacia de polícia do bairro pra avisar eles. Sorte que o delegado já sabia que ela era louca. Já era conhecida e tal... e não esquentava muito. Por aí você vê um pouco do clima da coisa. As pessoas começavam a ver fantasma em tudo o que é canto, não é!?

Luís: E na rua você percebia isso também?

Reginaldo: Claro. Meu caro, você marcava lugares, então você ia... você tinha que ficar... esse negócio de marcar ponto. Você sabia que os caras iam começar a te olhar, te olhar esquisito. Porque as pessoas eram instruídas pela propaganda a ver assim. Você tinha distribuição de cartaz: “Procurado”, “Procurado”, “Cuidado com pessoas assim...”. Tem uns caras que fazem isso, só aparecendo na TV. Aí, garçom de bar, era instruído a ser... eu conheci... isso em 74, tive uns amigos meus que foram presos assim. Porque o garçom, o cara... atendente... balconista de um bar perto de um lugar onde eles costumavam se encontrar era informante... da polícia. Banca de jornal... é coisa de prédio... é o zelador. Então, você tinha um pouco isso... o que aconteceu em todo regime, em todo lugar que teve regime desse tipo. Em Portugal, me lembro que era famosa a história dos donos de bares que eram da PIDE³⁴.

Sabe, a PIDE passava lá pra pegar informação, quem teve lá, quem não teve, quem encontrou com quem, quem falou com quem. Tinha bares em São Paulo que eram conhecidos por serem frequentados pela polícia. E o pior é que era frequentado por gente de esquerda também.

O Redondo, ali perto da, tinha o Teatro de Arena, era ali na esquina da Consolação... em frente a igreja da Consolação tem aquela ruazinha pequena. Igreja Consolação, Ipiranga, tem uma ruazinha pequena onde ficava o teatro de Arena, que é o teatro de esquerda, né? Em frente tinha um bar chamado Redondo, que era onde o pessoal do teatro de Arena, de esquerda, ia também a polícia, porque sabia que ali ia ouvir coisas. Então botava os caras lá de butuca. O Gato que Ri era da polícia. O Olido no Arouche era da polícia, enfim a polícia punha gente... tinha um bar ali em frente ao Belas Artes, aonde é o Belas Artes hoje... parece que ele reabriu, né? Riviera... Riviera era um bar também assim... a polícia botava uns nêgo lá pra ficar escutando.

Luís: Vocês já sabiam nessa época?

Reginaldo: Já se sabia... Quando, por isso que eu te falei... fazia uma diferença, né? Uma das coisas que a gente sabia em 71 é que muita gente tinha, era o que a gente chamava de liberal demais. Falava de coisas que não devia falar em lugar que não devia falar. Partir daí é o seguinte: você não tem mais vida social. Você não vai encontrar com ninguém em bar, não vai participar de festa, não vai ter amigos. Porque isso é meio caminho pra você ser preso. Então aí a gente tinha que saber claramente que... você tinha que ter uma vida meio que, uma vida isolada.

Luís: Você chegou a ter que se isolar também?

Reginaldo: É claro. Claro. Eu não ia na casa de ninguém. Na minha casa ninguém ia por o pé de jeito nenhum. Ninguém sabia. E eu ia raramente em casa de outras pessoas. Que era um cuidado mínimo. Bar, festa, que as pessoas vão lá falam demais

³⁴ Polícia Internacional e de Defesa do Estado.

e sempre tem alguém escutando e pescando alguma coisa. Então, esse era o clima. Não tem muito segredo.

Agora se era assim para nós, gente estudante, gente de classe média, era o mesmo para os operários. Ah, claro. Eu tinha esse meu amigo italiano, eu me lembro que achavam estranho. Ele começou a se dar conta da história dele entrar na fábrica com um jornal.

Luís: De entrar com um jornal?

Reginaldo: É que ninguém lê jornal. Operário que lê jornal? Daí ele começou a perceber que tinha dado uma mancada. Duas, três vezes percebeu que as pessoas olhavam “Você lê jornal?”. Aí ele começou a comprar de vez em quando um Gazeta Esportiva, não sei o quê, pra dizer que se interessava por esportes. Depois disse que lia muita notícia de crime. Jornal mesmo, livro, ele escondia na maletinha, junto com a marmita. Já dizia que o cara tem interesses que não deveria ter. Livro? Esse cara não presta. Isso aí? Alguma coisa tem errado. Era muito desse jeito. Isso foi mudando ao longo dos anos 70, foi diminuindo, quando chegou nos últimos anos da década, amoleceu um pouco. 78, 79 já amoleceu um pouco. Mas entre 70 e 76, 77...

Luís: Nessa época... Você conheceu também pessoas que não foram beneficiadas ou que foram prejudicadas pelo milagre econômico? Ou todos foram beneficiados?

Reginaldo: Não, beneficiado não foi. Que benefício? O cara trabalha feito um cachorro. Sabe qual é o número de acidentes de trabalho que tinha? Tudo bem. O cara ganhava bem durante cinco anos só que envelhecia em 5, 50. Porque trabalhava feito um condenado. Muito acidente de trabalho. Muito. Um negócio... Porque as fábricas faziam o que bem entendiam, obrigavam o cara a trabalhar horas e horas seguidas sem a menor condição de segurança. Então, você tem a contrapartida disso, né?!

Luís: E nessa época tem um aumento da precarização do trabalho ou já era instituído isso antes?

Reginaldo: O que você entende por precarização?

Luís: Nesse sentido de não ter a segurança de trabalho, não ter condições de trabalho...

Reginaldo: Segurança sempre foi um nada no trabalho fabril, mas piorou muito porque se [...] ao invés de você trabalhar oito horas por dia, você trabalha doze. Se você trabalha quatro horas a mais essas quatro horas... Trabalha numa prensa 12 horas: dançou.

Depois é o seguinte: você tem que dar produção. Trabalho de prensa é um trabalho que você pega uma coisa... Um trabalho meio besta. Pega uma chapa, põe na prensa, aperta o tá, não sei o quê, pra prensa fazer ou a dobra ou o corte, né? Muito bem. Aí você tá trabalhando nisso oito horas. Você trabalha doze horas você já tá distraído, já tá cansado. Uma hora sua mão vai acabar ali... Depois também como você tem que dar produção a fábrica põe você aperta esse botão aqui e este outro deste outro lado pra prensa descer. Aí que o peão fazia: travava esse botão aqui pra ficar só lá e botava com a mão aqui. Já é candidato a perder uma mão.

E torno? Torno também é a mesma coisa. Trocar peça com o torno andando. Então, bota o dedão lá e quando viu o dedo já era. Enfim... é assim. Quando o ritmo de trabalho... Bom, construção civil é pior ainda né?! Esse negócio de ter que andar com capacete: bobagem. Capacete é merda de segurança. Capacete não existia em construção civil. Não existia [01:05:05 – inaudível] de balancim ou de... O menor

equipamento de segurança, a menor condição de segurança. Então você tinha um índice de acidente de trabalho, de doença de trabalho impressionante...

O meu...a minha...o meu papel dentro do POC era a organização do setor sindical do POC. Porque eu já tinha muito, desde 69, fazia esse tipo de coisa e depois, eu era desenhista mecânico, então eu dava aula e treinava operários pra ler instrumentos, controle de qualidade, treinava torneiro, ferramenteiro, ajustador etc., desenhistas e tal. Eu trabalhava muito com isso. E eu era no POC o responsável pela organização do setor sindical. Então eu, a minha área de militância era essa. Nunca... Praticamente nunca militei no movimento estudantil. Muito pouco. Só muito ocasionalmente participar de uma ou outra assembleia etc. Mas não... Inclusive tinha uma certa regra da gente de não misturar as coisas porque tinha uma iniciativa muito aberto, muito digamos... muito vulnerável. Tinha muita festa, as pessoas se conheciam, tinham convivência diária e... Era muito perigoso.

Era muito visado porque era fácil também a polícia se infiltrar. Tinha muito. Tinha infiltrado em fábrica, claro que tem. A chefia de fábrica era informante, os caras eram informantes. Mas... A gente tinha uma certa regra de quem tá atuando na frente estudantil não deve atuar na outra e vice-versa. Estancado. Era estancado pra não contaminar. Pra não ter informação correndo de um pro outro. Nem sempre dava certo. Nem sempre tinha que ser estritamente assim, mas se tentava pra evitar isso. Tinha uma certa regra....

Agora, isso até ajudou um pouco a gente a escapar de muitas frias, justamente pelo fato de ter esses critérios muito rígidos de segurança que de certo modo, eu nunca fui preso, alguns companheiros foram presos em 70, depois voltaram a militar e escaparam de outras também porque tinham esse tipo de... Mas... Todo mundo tinha medo pra caramba. Quem dissesse que não tinha medo naquela época era mentiroso. Muito mentiroso, porque tinha muito medo. Todo mundo tinha muito medo. Muito medo.

Luís: Reginaldo, pelo que você falou – me corrija se eu estiver enganado – a sua militância foi crescendo nesse período da ditadura?

Reginaldo: Praticamente no período da ditadura... Antes eu tinha 13 anos. Quando eu comecei a militar mesmo eu tinha 16 anos.

Luís: E o que você julga que contribuiu pro seu envolvimento com a militância?

Reginaldo: Uma questão moral. Não era... Porque tudo bem... Tem gente, que entra na militância, muitos operários entram na militância através da luta sindical, pra chamada dos interesses materiais, pra mim era um pouco isso, eu achava que aquilo não tava certo. Então, eu na verdade, nunca passei fome, nunca fui rico, mas também nunca passei fome. Sempre estudei em escola pública, mas tive oportunidade até de entrar na Universidade de São Paulo que era um negócio de elite. Poderia ter feito toda a minha vida profissional, enfim, poderia ter virado qualquer coisa, engenheiro, médico, sei lá, que diabo... Não me era impossível. Então não era propriamente o interesse material ou a história de, da exploração, era uma questão moral, era convicção política. Isso não tá certo e tem que ser de outro jeito, tem que derrubar a ditadura, tem que fazer revolução socialista. Mas eu acho que pra maior parte dos militantes estudantis foi por aí também. A maior parte dos militantes que vieram da universidade e que entraram nisso aí, ou que tinham história parecida, não era por... era por uma razão ideológica, ideal.

Luís: Reginaldo, as pessoas que se afastaram da política ou que, como você falou, não queriam saber ou ser envolvidas, que você julga que pesou mais pra elas...

Reginaldo: São coisas diferentes. Tem gente que não queria se envolver porque tinha medo e porque achava que isso não tinha futuro. Têm outros que começaram depois saíram porque.... Enfim, teve muita gente que ficou destruída, foi presa, torturada, depois ficou com medo, teve gente que saiu do Brasil, teve gente que se isolou por causa disso. Teve gente que se destruiu mentalmente, muita gente ficou abalada com isso aí. O medo foi o elemento principal. O medo. Ou porque tinha medo do que ia acontecer ou medo porque já tinha acontecido e não queria repetir.

Na época a gente usava uma expressão: o cara que “desbundou”. Desbundou. Era o cara que tinha sido, tinha participado de coisa etc e que depois pegou e se desligou de tudo, virou hippie, ou então desistiu, não fazer mais, retirou-se pra vida privada, e assim por diante. Mas muito do que a gente chamava de desbundou, ou porque desacreditou ou porque falou “pô, esse troço não vai dar certo mesmo”, ou ficou com medo. O que era absolutamente compreensível. Quem não tivesse medo era louco.

Luís: E como que vocês viam os que desbundaram?

Reginaldo: Ah, depende do tipo de desbunde, né?! Teve gente que fez isso, desbundou, e passou pro outro lado... Os arrependidos são gente então que virou: eu vou enriquecer e vou ferrar com a vida dos outros. Enfim, resolveu virar bem-sucedido. Aí, tinha aquela história de ninguém de esquerda gostava dessas pessoas. Assim, gostava ideologicamente. Podia, às vezes, até ter relações pessoais, mas não gostava. Agora... Eu pessoalmente achava que era muito natural que as pessoas tivessem medo. Porque eu tinha. Então, eu acho que na ocasião eu acho até que separava um pouco o que era as pessoas que tinham medo e as pessoas que eram canalhas.

Luís: Dava pra separar?

Reginaldo: Ah, dava pra separar. Eu tinha um tio meu que era um canalha. Era um canalha e ele era amigo de gente... Me lembro que tinha um amigo dele que tinha sido policial da operação Bandeirantes. Era PM, sargento da PM, e tinha trabalhado na... em operações da PM, da OBAN. E ele era muito amigo de militares, policiais, fazia discurso de direita aonde podia. Esse era um canalha, esse aí eu tenho que tomar cuidado. Esse eu não posso abrir o bico.

Os outros, tinha um monte de gente que meio que tava apavorado. É bom não falar nesse assunto porque... Porque, você tem que saber um pouco distinguir... Eu me lembro que tinha um cara num cursinho. Esse cara trabalhava no CAIRU, Otacílio trabalhou no CAIRU uma ocasião também. Eu me lembro dele, era um professor. CAIRU era um cursinho de pré-vestibular do Centro de Estudantes da Economia e tinham também um cursinho pré-vestibular. E o CAIRU tinha muita gente de esquerda também, mas tinha um cara que era de direita, era informante e todo mundo sabia... Era até um professor de História que tinha um problema de... Eu acho que ele teve paralisia infantil. Ele andava com umas muletas, era até um cara muito estranho, muito esquisito. Esse cara todo mundo sabia e todo mundo isolava, não é?! Mas sabia que não podia, não tinha jeito de colocá-lo pra fora; se pudesse botava. Acontecia muito de gente que você identificava e sabia que era informante. Tinha que ficar de olho. Esse não era um desbundado; esse era um canalha mesmo. Esse era outra coisa.

Luís: Reginaldo, apesar do medo, o que fez com que você se mantivesse na militância?

Reginaldo: Primeiro a gente achava que dali a pouco a gente ia mesmo derrubar a ditadura e ia construir uma outra alternativa. Ficava vivendo do veneno né?! Primeiro

é isso, a esperança. De que isso ia acabar. Isso é forte. Era essencial, senão... E a outra continuava sendo a questão moral. Pô, não dá pra continuar com isso. Não dá pra deixar esses caras fazerem isso que eles estão fazendo. Não dá pra ter um país desse jeito. Isso não tem cabimento. Então, era um pouco isso. E a gente acreditava que ia dar certo. Que ia derrubar. E demorou um pouquinho, demorou bastante né?! E não foi exatamente do jeito como a gente pensava que ia ocorrer, mas cada vez que tinha, por exemplo... Teve em 71... Em 71 o Allende ganhou a eleição? Foi em 1970, né?! O Allende ganhou a eleição, tal, aí teve processo chileno. Isso animou muita gente. Nós távamos aqui no pior momento. Aí, Allende cai no golpe do 11 de setembro de 73 e tal, mas ainda tinha um pouquinho de esperança na Argentina. Porque na Argentina tinha o Peronismo de esquerda, ainda tinha uma disputa etc, mas logo em seguida teve o golpe na Argentina.

Então cada uma dessas... Então, aí teve a Revolução dos Cravos, Portugal; teve a queda do Franquismo, teve não sei o quê da Nicarágua, então cada um desses ia te dando um pouco de fôlego. Pô, quem sabe isso aí é assim, tal. Uma derrota, uma vitória; uma derrota; uma vitória. Isso... é um veneno que às vezes a gente tinha que viver do veneno. Da ideologia. Tinha esperança que ia mudar, que ia ser diferente. Que a história vai nos absolver.

Luís: Reginaldo, quando você se dá conta de que tem um relaxamento...

Reginaldo: Ah, quando o regime desmoralizou né?! Acho que já quando teve a Lei da Anistia já se percebia que estava difícil, o Figueiredo já era um sujeito desmoralizado, já era ridicularizado. Quando o cara começa a ser ridicularizado é porque o negócio já está degradingando. Ninguém fazia piada, fazia com Geisel, tal, mas não era um cara desmoralizado, ridicularizado etc. Figueiredo já era um cara ridicularizado, já tinha um racha muito grande dentro do regime e a gente percebia isso. Percebia claramente.

Então, de 79 pra 80 já se percebia que tinha uma... entre 80 e 84 a ditadura tinha quebrado os dentes, já tinha quebrado. A gente começava, por exemplo, já ter na televisão surgir notícia das greves, operárias; das manifestações; das eleições sindicais e não sei o quê. Isso foi de 78 pra diante, que começa isso aí. Nos anos 80, bom, já começa a ter a reestruturação partidária. Em 82 já tinha a reestruturação partidária, a gente começou a organizar o PT em 80, 79 pra 80. Colher assinatura, fazer aquele negócio pra fundar o PT. E organizar a CUT. Aí teve as primeiras assembleias da chamada CONCLAT – Conferência Nacional da Classe Trabalhadora, que eram ainda a preparação da formação da CUT. Isso foi 79, 80. Então você já notava claramente que tava recuando, a direita estava recuando.

Luís: Antes da anistia, do fim da AI-5, você já percebia alguma coisa desse recuo?

Reginaldo: Em 78 sim. Sim, porque em 78, quando teve as greves do ABC e as greves aqui de São Paulo, eleições sindicais e que aparecia na TV, então você começava a notar que tava mudando o clima. Isso foi antes da anistia. Anistia é 79, a volta dos exilados, tal, né?! Quando eles começaram a voltar, bom agora o negócio tá.....

Luís: Você lembra que sentimentos que vieram nessa época quando você começa a ter essas notícias de um relaxamento, acompanhando as greves pela TV?

Reginaldo: Aí aconteceu uma coisa curiosa porque teve a abertura e a reestruturação partidária, esse troço todo, já final de 70, começo de 80, mas os grupos de esquerda começaram aí a se desmanchar. Por exemplo, o POC desapareceu em 78. Desmanchou-se. Mas os outros grupos também já tinham passado digamos, pelo seu momento de... Quando começou os anos 80 eles já tavam em processo de

esvaziamento ou eu diria até de... Não sei se esvaziamento, alguns sobreviveram mais tempo, mas de integração nos grupos que já estavam surgindo. No PT, por exemplo, ou para o PT convergiram vários grupos de esquerda que meio que se dissolveram dentro do PT. Continuaram com tendências, correntes etc., mas estavam dentro do PT, de certo modo com uma outra lógica. Já não eram mais a revolução socialista, derrubada da ditadura etc. Já era um outro processo. Era o Partido de massa, o avanço da democracia. E aí por diante. POC, OSI, que antigamente o apelido era Libelu; a Liga Operária, depois Convergência Socialista, que depois virou PST, PSTU; o MEP, Movimento de Emancipação do Proletariado que era esse grupo do Ivan Valente a ALN, começou a se reorganizar clandestinamente, mas não era. Virou uma facção do PT; a AP, PCdoB, eles começaram a virar... PC do B continuou dentro do PMDB durante muito tempo. Eles viviam meio que com uma parte dentro e uma parte fora do antigo MDB, né?! Então, teve uma coisa que... Uma combinação. Porque ao mesmo tempo se teve um avanço e ao mesmo tempo uma dissolução dos antigos grupos de esquerda ou mudança de programa deles.

Luís: Como você entende essa mudança de programa?

Reginaldo: Porque o horizonte da revolução socialista tinha desaparecido de certo modo. Ou desse tipo de revolução. Tava sofrendo uma mutação aí. Ia ser de outro jeito, ia ser diferente... não ia ser uma queda de ditadura a quente. A queda da ditadura portuguesa foi a quente né?! O golpe, o movimento militar, que derruba uma ditadura e cria um processo constituinte, né?! A queda da ditadura espanhola não foi. Da Grécia foi a quente, mas também não teve uma revolução socialista. A queda da ditadura na Espanha foi a frio, quer dizer, foi uma transição negociada.

Nos outros países da América Latina também tava havendo processos de desagregação da ditadura, mas também sempre meio negociada; nunca propriamente com rupturas. Então, isso de certo modo, muda o horizonte dos grupos né?! Grupos que achavam que iam ser o núcleo da revolução socialista, daqui vai surgir o partido da Revolução Socialista... Essa ideia de um núcleo que ia ser o partido da Revolução Bolchevique no Brasil começa a desaparecer. Então, mudou... Quer dizer, ao mesmo tempo você tem um avanço da esquerda e ao mesmo tempo uma dissolução da esquerda.

Luís: Tem esse lado ambíguo, né?!

Reginaldo: É. E vai de certo modo, meio que... O grupo... Esse grupo trotskista, chamado Libelu, chamava-se OSI – Organização Socialista Internacionalista. Quando surgiu o PT, ele era absolutamente contra o PT. Depois virou assim... Os mais petistas dos petistas. Tão petistas, tão petista que viraram capacho de direção do partido, os mais... Assim: vamos abandonar tudo em nome de ser capacho do Lula, né?! Começo dos anos 80 já estavam enveredando... Tanto que rachou uma parte, uma parte pequenininha achou que era exagerada. Mas aí eles viravam assim, de inimigos extremos, para dissolver-se dentro. Mas dissolveram mesmo. O grupo da Libelu se dissolveu dentro do PT. Recusava até ser uma tendência. Porque tinha a estratégia de ganhar por dentro, de ser amigo dos chefes, até hoje.

Aí vai lá o Palocci, o fulaninho, não sei o quê, essa coisa toda aí. E se tornaram os mais aparelhistas dos aparelhados. O resto dos grupos, alguns ficaram como tendência, como o grupo PSTU que chamava-se na época de Convergência Socialista, que depois fundou o PSTU, mas ficou como corrente do PT durante muito tempo, foi expulso em 83, né?! Acho que é isso. Não me lembro exatamente a data. Porque eles se recusavam a... tinha uma resolução no Congresso do PT de fazer isso e

fazer aquilo, as tendências que tinham que ter, uma determinada prática lá, disseram que não iam fazer e foram expulsos.

Luís: E como foi a sua participação nesse momento da abertura em você percebia esse relaxamento, esse crescimento...

Reginaldo: A maior parte das pessoas que vieram desses grupos... O POC se dissolveu, de certo modo, porque muito porque seus militantes entraram num grupo novo chamado Democracia Socialista, que editava um jornal chamado Em Tempo. O Democracia Socialista era um grupo trotskista também que juntava um pessoal que vinha de uma corrente estudantil de Minas que se chamava... não me lembro. Tal, um grupo que vinha da convergência outro grupo que vinha do POC etc. e viraram Democracia Socialista. Democracia Socialista foi pra onde foram esses grupos como o meu, né?! E se tornou uma outra... Mas você tinha me perguntado outra coisa...

Luís: Como foi o seu envolvimento nesse período da abertura, como é que você viveu isso...

Reginaldo: Ah eu fui entrando, eu entrei no grupo da Democracia Socialista e depois a gente foi... Particpei da edição do jornal Em tempo durante muito tempo, durante uns quatro anos eu editei as páginas do sindicato no jornal Em tempo; particpei da fundação da CUT, do PT, da organização da CUT, do primeiro congresso. Porque o congresso/fundação foi aqui em São Bernardo, onde era antigamente aquela coisa de cinema, tinha uma companhia de cinema chamada Vera Cruz, né?! Famosa Vera Cruz tinha um galpão lá; o congresso foi lá. Não sei se ainda tem. Eu me lembro que em 80 e... 81, não sei o quê... eu não me lembro mais a data, a fundação da CUT foi lá, era um galpão enorme e tal. E depois teve o primeiro congresso já da CUT constituída que foi no Maracanzinho, isso já foi em 83.

Porque eu me lembro porque o Brizola tinha ganho a eleição em 82 e ele cedeu pra gente o Maracanzinho pro congresso da CUT. Foi um negócio monstruoso, com quatro mil delegados, um trabalho do cão, organizar aquele troço, a gente dormiu... A UERJ tava sendo construída, os prédios ainda eram estruturas abandonadas, estruturas semiconstruídas, dormia nos andaimes e era um negócio impressionante. Tinha uns quatro, cinco mil delegados pro congresso da CUT vindo de tudo quanto é canto do país. E aí a gente começou a organizar aí a CUT e o PT, particpei da formação da secretaria de Formação da CUT, durante os anos 80, foi um período de organização propriamente da CUT e do PT, começo dos anos 80.

Luís: Qual era o clima nessa época já? Ainda havia medo? 1:30:26

Reginaldo: Já não tinha mais propriamente medo. Ai, claro tinha o cálculo do embate sim. Claro! Ah tinha, polícia, tinha pancadaria... tudo isso tinha e continuou existindo.. isso não... e a polícia não vai mudar... não mudou até hoje. Continua sendo o que é. Mas o medo do sequestro não existia, porque você era preso. Você era sequestrado nos anos 70, não era preso, por isso que existia a OBAN.

As primeiras 48 horas são decisivas pra repressão, porque nessas 48 horas que eles vão extrair de você, quem é você e quem são os seus contatos, que não sei o que... porque passou 48 horas seus amigos já perceberam que você foi preso, então já vaza... você caiu os outros já reestruturam tudo, então você não podia ser preso e declarar... você era sequestrado, torturado e se necessário morto e desaparecido. Então, você não ia ser preso, nos anos 80 você podia ser preso, outra coisa... aí já é outra coisa... que de certo modo o Estado era responsável por você.

Luís: Era mais uma prisão clandestina!?

Reginaldo: É claro, não era mais a Folha de São Paulo, com a sua... com seus torturadores... era outra coisa. Agora tem... o medo tinha passado de certo... tinha mudado de certo modo e aí tinha outros problemas pra resolver e que era ver como é que na nova situação você, se é comum se acomodava com ela, se encaixava, porque é toda uma situação diferente, né? Você fazia política em condições muito diferentes. Podia distribuir panfleto pra cima e pra baixo, podia até fazer programa de rádio e de TV... Aí é outra coisa... não era mais o terror.

Luís: E na cidade mudou o clima também?

Reginaldo: Também, esse negócio, ninguém estranharia se você ficasse distribuindo panfleto de camisa vermelha na cidade. Você distribuir um panfleto de propaganda de restaurante na cidade nos anos 70 já dava medo, porque alguém podia achar que era outra coisa. Pô, faz uma diferença brutal, mas brutal. Marcar uma reunião, você marcar uma reunião sindical nos anos 80 em lugares públicos, e convocava pra lugares públicos. Em 70 você fazia tudo escondido. Por que em 70 era importante a gente ter o apoio da igreja? Católica... católica, porque era a mais enraizada... porque era decisivo ter locais de reunião, locais de impressão...mimeógrafos, mimeógrafo foi um aparelhinho que....precisava ter tudo isso aí... como é que a gente ia ter? Tinha que ter uma convivência com a igreja católica. Tinha que se reunir em igrejas, em catacumbas.

É não e tinha uma coisa que você não sabia se era uma coisa ou se era outra e a polícia também não sabia... até que ponto ia aquilo, até que ponto não...

Como é que cresceu todo o grupo? Tinha um grupo de esquerda que cresceu muito nessa faixa, o AP e PC do B, dois grupos de esquerda grandes, Ação Popular e Partido Comunista do Brasil, estavam absolutamente colados na igreja católica, os militantes eram de uma coisa e outra, o Aurélio Peres, militante do PCdoB, candidato a... foi deputado tudo, militante metalúrgico, etc... ele era um dos coordenadores da pastoral operaria. A irmã Passoni que era da AP e que depois entrou no PCdoB, foi deputado também pelo PT, etc. era uma freira, ou tinha sido, e era uma animadora de grupos católicos.

Então, isso era importantíssimo, porque a gente tinha lugar onde se reunir, lugar... isso já não era assim tão necessário fazer nos anos 80. Porque, já tinha conquistado o espaço público. Mudou muito. Mudou terrivelmente. Completamente. E você já podia falar certas coisas em círculos... A direita tinha um pouco que... recuado.

Luís: O que você julga que foi o marco que começou a abrir? Foi a Anistia, o fim do AI-5?

Reginaldo: Anistia, foi um elemento importante. Porque aí foi o sinal de que o regime tinha... depois teve um momento, que eu não vou te dizer agora quando foi, que a data não me ocorre, que no final do governo Geisel, o Geisel escolheu – como é que escolheu eu não sei – o Figueiredo como seu sucessor. As escolhas eram sempre votadas entre os generais de quatro estrelas, mas o Figueiredo era o Delfim do regime, era o sucessor do Geisel. Havia uma disputa interna muita forte entre correntes. E a corrente da linha dura do regime era liderada pelo ministro do exército, general Frota, que era o candidato da Folha de São Paulo. A Folha de São Paulo, apesar dessa história de ser moderninha, sempre foi de ultradireita. Então, o Frota era o candidato da Folha e da ultradireita e o Frota tentou dar o golpe, tentou dar um golpe e o Geisel cortou as asas dele. Eu acho que esse momento foi a última tentativa da direita de... e aí foi, imagina... o cara da não ultradireita era o Figueiredo, que era um cavalo daquele. Nasceu um cavalo. Eu acho que esse momento foi decisivo, porque...se o

Frota tivesse conseguido dar o golpe ele revertia o processo de abertura, então era sinal de que a abertura tinha ganho entre os militares. Quer dizer, os militares tavam decididos a não entrar mais naquilo que tá num... e a história também... os empresários provavelmente não tavam mais apostando nisso, enfim....

É, digamos que acontecia com o regime naquele momento, uma coisa parecida eu acho, que acontecia com os empresários em 2013, quando resolveram se livrar do PT. “Acho que dá pra gente partir pra outra”. É, eu acho que os empresários e uma parte grande dos militares perceberam que era melhor mesmo ir pra outra direção.

A Arena começou a se dividir fortemente... mais adiante ia dar naquele racha que criou o PFL etc. Começou a ter esse, essa divisão grande no regime... ninguém segurava mais. A direita ainda fez vários atentados... lá no 1º de maio no Rio Centro. Teve o episódio das bombas na OAB nas bancas de jornal. As escaramuças da direita, mas eram ainda... eram as escaramuças, a coisa já tinha alterado...já tinha mudado. Provavelmente também já tinha uma mudança com relação ao apoio externo. É enfim, já não tinha tanto apoio externo da ditadura.

Luís: Qual que era o seu sentimento, Reginaldo, quando você já se dava conta dessa abertura, desse relaxamento da direita?

Reginaldo: A gente tava naquela situação, né? De um lado a gente tava vendo que tava ganhando espaço e que tava se abrindo pra gente, por outro lado a gente via também que todo aquele projeto que a gente tinha de como é que ia ser... não ia ser...sabíamos que não ia ser aquele modelo de derrubada da ditadura, revolução socialista etc....vai ser outra coisa.

Luís: Tinha alguma frustração nisso?

Reginaldo: Acho que pra muita gente teve....

Luís: Pra você teve?

Reginaldo: Ah, em partes sim, porque os grupos que a gente tava organizado desapareciam... então... tudo bem, a gente entrava em outros e ia construindo uma nova saída, né? Pra mais gente acho que a frustração foi muito maior. Teve gente que não se conformou nunca com isso. Acho que continuavam nos grupos até hoje... conheci alguns que eram... conheci muito alguns... conheci até a direção do PSTU nos anos 70, quando eles ainda chamavam Liga Operária, em 74. Zé Maria, Mauro Puerro, aquele que morreu, o Didi, o Arcari... todos esses caras eram dirigentes do grupo, da liga trotskista que depois deu convergência no PSTU em 74... muitos desses até hoje vivem encanados com essa história de... continuam sendo supostamente meio bolcheviques. O grupo da Causa Operária, o grupo da Libelu se rachou em 78, 78 pra 79, por aí e surgiu uma facção chamada Partido da Causa Operaria, que é esse que se chama PCO. O apelidado pão com ovo.

Pão com ovo. O pão com ovo era um grupo que eu acho que até hoje eles vivem achando que ele são o núcleo. Não sei, mas até pouco tempo atrás eles ainda acreditava que eles eram um grupo da Revolução Socialista, o PCB, que ainda tem essa sigla aqui. O PCB desse cara aí, Mauro Iasi, grupo todo. Ainda acreditam que... ainda tem aquela coisa meio stalinista da revolução. Eles são o núcleo da revolução. Um negócio meio, meia exótica... o negócio continua. Eu imagino que esse cara esteja frustrado. Exalam frustração aliás, né!? Mas acho que pra muita gente foi coisa assim... foi um pouco se adaptar e partir pra outra.

Luís: Existia esperança, ânimo? Qual você acha que era o sentimento nessa época?

Reginaldo: Muito ânimo... Ah sim, porque a maior parte das vezes tinha perdido esse horizonte, mas falava: poxa tá abrindo um caminho aí que agora a gente vai passar... vai ser diferente, vai ser de outro jeito... um negócio que não tinha ainda... sem muita história antes, muita teoria, mas o ânimo dos anos 80 era barra pesada, muito entusiasmo. Nos anos 80 teve um avanço dos movimentos sociais brutal, o MST nasceu aí, a CUT nasceu aí, o PT nasceu aí... uma porção de movimentos sociais se formou nessa ocasião e com uma força muito grande.

Luís: O que você julga que tenha fomentado o surgimento desses movimentos nessa época?

Reginaldo: A ditadura perdeu, deixou de reprimir. Deixou de ter aquela força pra reprimir e aí o medo deixou, desapareceu. Quando desapareceu o medo, cresceu o movimento de sindicalização de segmentos médios. Por exemplo, o sindicato começou a ser uma palavra acessível e aceitável também entre médicos, advogados, engenheiros, psicólogos. O sindicato dos psicólogos tinha uma direção de esquerda, eu me lembro nos anos 80, não sei como é que é agora, mas era assim: os sindicatos de chamado classe média, professores, a APOESP, a direção virou muito a esquerda. O sindicato de docentes que chamava-se Associação de Docentes, virou sindicato [inaudível: 1:44:46], que hoje é ultra esquerdista. Começou a se formar, enfim, teve um sindicalismo de classe média que cresceu muito nessa época, muito. Então, quando a ditadura recuou, abriu-se um caminho pra a criação de coisas novas. Mudou, aí mudou o jogo.

Luís: Reginaldo, nessa época você via algum impacto direto da ditadura nas classes mais pobres? Isso era visível pra vocês?

Reginaldo: Arrocho salarial é uma coisa que existe desde a época de Jesus Cristo. A lei do arrocho salarial é uma lei da ditadura, quer dizer, os reajustes tem que ser decretados pelo Governo segundo o índice inflacionário, calculado na mesinha do Ministro da Fazenda. O cara que inventou uma fórmula, isso vem desde do Castello, mas no final do governo Castello, do governo Costa e Silva, acho que foi isso ou começo do Médici já. Teve a famosa fórmula Simonsen de reajuste salarial, né? Aquela história de botar a inflação presente mais a antecipação da inflação futura, uma formulazinha matemática que era o limite, o regime estabelecia os acordos salariais, tinha isso como teto. O famoso teto para os reajustes salariais, era a lei do arrocho. Isso significava que as negociações de condições de trabalho e salário tinham que ser administradas pelo regime militar, o estado.

Isso começou a ser destruídos pelas greves do ABC. Greve de 78, aí foram...a lei não caiu, mas ela foi sendo desmoralizada, então o arrocho salarial foi virando uma outra coisa....não era mais lei, não era mais... bom enfim, existe uma outra coisa que é exploração do trabalho, do capital, mas isso não depende de ter ditadura, de ter democracia, faz parte do capitalismo.

Luís: E nesse sentido do capitalismo: a gente começou falando da sua vida estudantil na escola pública. Você falou da escassez de vagas. Como você viu, ao longo da ditadura, o progresso ou regresso, com a privatização da educação?

Reginaldo: Não veja só, eu tava te falando educação elementar já era limitada, a elementar, primária, era limitada desde os anos 50 ou 60. Ela foi crescendo, por exemplo, em São Paulo, os grupos escolares, ginásio, etc. foram crescendo muito por conta das pressões populistas, as associações de amigos de bairros, deputados e vereadores de bairro, com base nelas que iam fazendo movimentos para instalação de escolas, situação da escola... foi uma luta dura pra expansão da escola elementar, mesmo assim ela era limitada.

Eu não tenho na cabeça qual era o grau de cobertura da escola elementar nos anos 60, mas tava longe de ser os noventa e pouco, 95 que são hoje. Esse negócio da universalização do ensino elementar era ainda longínqua, nos anos 60. E do ensino médio mais ainda. Pouca escola média, pouca escola... escola média ginásial, que é o hoje o fundamental 2 e ensino médio, que antigamente chamava-se colegial... muito pouco... eram escolas para poucos, pra muito poucos. E teve uma reforma do ensino elementar e médio em 69 e uma reforma, aliás reforma universitária em 69 e do ensino médio em 72 ambas orientadas por consultorias americanas, né!?

MEC-USAID, foi muito conhecido como MEC-USAID por conta da reforma universitária, mas a reforma do ensino médio também foi inspirada nos modelos americanos... foi muito estimulada pelos americanos. E a partir daí você teve uma privatização, eu acho que no começo foi mais forte no ensino superior. Nos anos 70, você teve a criação de muita escola superior privada, crédito estudantil... o regime militar criou o crédito estudantil naquela época e estimulou a criação de faculdades isoladas privadas. Cresceram muito nos anos 70.

Nos final dos anos 60, na época das passeatas, 68, o estudantado de nível superior tava 70% em escolas públicas, 30% era privada e esse 30% privado era sobretudo confessional, escolas católicas e protestantes. Mackenzie que é protestante, Metodista, PUC, não sei o que... tudo igrejas que tinham escolas.

Eram escolas de origem confessional... sem fins lucrativos. O que é que houve durante os anos 70? Houve o crescimento das escolas privadas com fins lucrativos, mesmo quando não diziam que tinham fins lucrativos. Diziam que eram associações filantrópicas, disfarçadas, mas não eram. Aí você tem o crescimento do ensino empresarial. Na verdade foi empresarial disfarçado até os anos 90 quando teve a reformulação da lei e o Paulo Renato criou aquela história de que a escola tinha que dizer se era isso ou aquilo.

Abriu de vez e aí podia declarar privada, ter fins lucrativos. Então, ela cresceu muito a privatização no ensino superior e depois foi crescendo também no ensino médio com o surgimento das escolas médias pros filhos da classe média, não é? Inclusive pra dar conta da história dos cursinhos, depois com colégios da classe média pra filtrar o ensino superior. Que o ensino superior é até hoje a maior parte das escolas de prestígio está na mão dos 10% mais rico do país. 70 ou 80% das matrículas em escolas de prestígio e cursos de prestígio tá nos 10%. É tão concentrada quanto renda e terra. E a privatização do ensino médio se deu por aí... eu acho que hoje uns menos de 80% do ensino médio, 83 talvez ou 82 do ensino médio é público e uns 18, por aí, deve ser privado. Não sei exatamente... a memorial pode me trair, mas deve ser por aí... em São Paulo um pouco mais eu acho. São Paulo o ensino privado é maior do que na média do país. Tanto no nível superior como no ensino médio... aqui o ensino privado é maior... proporcionalmente maior.

No nível superior, a federal aqui é pequena. No estado de São Paulo é pequena, a estadual está na média do país, não é grande também. O ensino superior privado aqui acho que é responsável por uns 85% das matrículas ou mais.

É, essas escolas foram criadas e se expandiram a partir dos anos 70, cresceram bastante...nos anos 80 as escolas públicas não cresceram e as privadas foram absorvendo o crescimento da oferta, da demanda... foram respondendo a demanda num ritmo muito maior e durante os anos 90 pra cá aí deslancharam, que foram muito favorecidas por investimento público, né? Porque o Governo botou muito dinheiro na construção das escolas privadas. Pouca gente se dá conta disso aí. Escolas e hospitais, nos anos 90 foram construídos com o dinheiro do BNDES. O Paulo Renato em 95

negociou com o BNDES um programa especial de financiamento para escolas. Construção dos prédios e aparelhamento, material, equipamento, etc., que é o financiar com o fundo subsidiado. Dinheiro que ao invés de pagar juros recebia... é juros negativos. Isso foi nos anos 95. Aí, eles construíram esses gigantes. Negócio impressionante... catedrais em tudo quanto é canto... tem ruas que são praticamente... você pega a Av. Liberdade, aqui em São Paulo, do começo até o fim é tudo BNDES ali, tudo BNDES. Aí você vai também em outros lugares... Av. Imperatriz Leopoldina, tem uma sede da UMC, Mogi das Cruzes.

Uh...É um troço enorme. Aquilo lá... não sei o que... mais a Barra Funda. Lá no Centro... No Interior aquelas coisas... além da UNIP, tal... isso é tudo dinheiro do BNDES.

Pros hospitais aconteceu também aconteceu uma coisa parecida e aí e eram privados. Depois o investimento público correspondente que é a isenção né? Mas isso vem desde, pelo menos, que eu me lembre, desde 45. A constituição de 45 já isentou.

É essa história de não pagar imposto, não pagar taxa, não pagar não sei o que... isso tem desde a Constituição de 1945, a de 88 manteve. Nunca foi regulado, então é terra do qualquer coisa vale. De certo modo Prouni é uma tentativa de regular a isenção, tendo como contra partida as bolsas, né!? Que quando chegou no Congresso teve 260 emendas e foi desfigurado, aí virou um... mas na verdade Prouni não é uma coisa nova. É a isenção que já existia na Constituição de 88 regulada aí de algum modo. O FIES também, o FIES na verdade não repasse de dinheiro pra escola em troca da matrícula. O que a escola recebe é um papel, um crédito, para pagamento de dividas fiscais. A escola tem dividas... É...imposto disso, imposto daquilo, previdência e sei lá o que... recebe aquele papel e isso já é um dinheiro carimbado. Se a escola não tem divida, aquilo fica sobrando, fica com crédito. De tempo em tempo o Tesouro recompra o crédito e aí vira dinheiro. Então... é tudo dinheiro publico na base de subvenção ou de isenção fiscal, tributária, etc. então, você tem uma privatização E o ensino médio também. O ensino médio também foi muito privatizado.

Eu escrevi muita coisa sobre isso. Igual, ultimamente eu tô fazendo, fiz um livro sobre educação americana. Educação superior americana, saiu esse ano.

Luís: Nesse período você já trabalhava com educação, Reginaldo?

Reginaldo: Não. Na verdade eu na universidade comecei a fazer um trabalho acadêmico em outra direção. Eu comecei a fazer o meu primeiro... o meu mestrado era sobre dependência e as teorias do desenvolvimento econômico. O mestrado era uma crítica de dependência. Depois eu fiz um trabalho sobre a CEPAL, a CEPAL, Celso Furtado e Prebisch, a idéia... o surgimento da CEPAL e da teoria do desenvolvimento, depois sobre formação das ideias políticas, etc... depois é que eu entrei no tema da educação superior como política de desenvolvimento, né?

Luís: Você tava aonde nessa época trabalhando, Reginaldo?

Reginaldo: Eu entrei na universidade em 1980. Eu entrei na UNESP em Araraquara. Trabalhei lá cinco anos. Na UNESP em Araraquara. É...em abril, começo de 1980, começo de 1980... fiquei até o final de 84... 80,81,82,83 e 84...

Aí eu fui pra UNICAMP fui pra faculdade de educação. Trabalhei lá mais uns cinco anos. Aí eu fui pro Instituto de Filosofia, no departamento de Ciência Política... isso em 89, final de 89. É, mas não era educação o começo do meu trabalho. Educação foi depois, tal... quer dizer, na verdade eu sempre me interessei pelo assunto porque era um pouco ver onde é que a gente tava pisando, né?

Acho engraçado que a maior parte dos professores, falo pros meus colegas... tem muito colega meu que estudou no exterior durante muito tempo. Eu não fiz curso de doutorado no exterior, mas teve colegas meus que ficaram três ou quatro anos fazendo isso, o doutorado lá, etc. E aí eles voltam ao Brasil e não sabem como é que funciona o sistema de educação do país onde eles estudaram... acho engraçado isso. Como é que as pessoas falam as coisas mais disparatadas sobre o que é o ensino superior nos Estados Unidos... chove bobagem, ninguém sabe o que é. Tô exagerando, não é ninguém, mas chove muita bobagem.

As pessoas falam coisas sobre a universidade francesa como se ela fosse isso e aquilo. A universidade francesa não é um elemento importante na educação francesa, não é... e, mas as pessoas vão pra lá, estudam lá e nem tem a curiosidade de saber como é que funciona aquele troço. Isso é uma lacuna que acho que a gente tem, a gente não sabe. Não tem... eu escrevi esse livro sobre a educação superior americana agora... tamo fugindo do assunto. E aí eu até brinco com meus amigos que é a melhor coisa publicada em língua portuguesa sobre o assunto. Sabe por quê? Por que é a melhor? Porque é a única...

Não tem! Não tem nada que explique como é que é o sistema de ensino superior americano...nem no Brasil nem em Portugal. Em língua portuguesa... na Angola muito menos. Não tem, mas também não tem sobre o Alemão, sobre o Francês... quer dizer como é o sistema, como ele funciona, como é que ele é dividido, organizado, estruturas, hierarquias, etc.

Isso é...as pessoas ignoram, mas a gente ignora muitas outras coisas No movimento operário, por exemplo, eu me lembro que nos anos 70, eu me lembro que eu fiz uma brochura clandestina, que a gente publicou clandestinamente, sobre as Comisiones Obreras espanholas. Uma história da construção do movimento operário na Espanha, que é heroica... debaixo da ditadura. A reconstrução do movimento operário debaixo daquela ditadura tremenda...um troço medieval. Ditadura brutal... e o movimento se reconstruiu lá um movimento de Comisiones Obreras...e eu escrevi uma brochura sobre isso. A reconstrução do movimento operário espanhol, Comisiones Obreras, como é que se deu a reconstrução, etc.. Que até a gente explorou muito isso aqui no momento operário em São Paulo. Muito da reconstrução do movimento operário da oposição metalúrgica, das oposições sindicais, etc foi muito, foi muito calcado em experimentos como esse, mas a ignorância sobre o que que é essa experiência do movimento operário. É enorme... enorme. E sobre essa história da representação, por exemplo, em todos esses países em que as ditaduras caíram, você teve também uma mudança, todos não, mas quase todos, uma mudança radical da representação operária.

Quando houve a queda do fascismo na Itália e na Alemanha, as estruturas sindicais, de representação, foram absolutamente transformadas, com a representação do local de trabalho, com o sindicalismo livre e assim por diante, né!? Uns mais outros menos, em ritmos diferentes, mas teve. Quando caiu a ditadura na Espanha, eu me lembro porque acompanhei isso muito de perto, fui lá entrevistar pessoas pra fazer esse livro. A ditadura caiu, a Social Democracia Alemã, que tava investindo já no processo de transição... que eles estavam disputando com os comunistas quem é que ia ficar no controle da transição. A Social Democracia Alemã pegou a legislação alemã de representação do local de trabalho, os comitês de empresa, os documentos de como era feita a eleição, a composições, a formação das negociações de trabalho, etc. e levou pra Espanha e traduziu. A Fundação Friedrich Ebert inclusive está aqui no Brasil, traduziu e depois mandou pras Cortes, que era o Parlamento Espanhol, pra ser

a base da nova legislação espanhola de comitês de empresa e virou. Virou! Tem eleição pra comitê de empresa, estruturou tudo isso. Isso aconteceu parcialmente também em Portugal, quando caiu a ditadura, etc. A mudança da legislação trabalhista, isto não aconteceu no Brasil e as pessoas ignoram que isto é... que isso existe e ignoram até que isso é um problema. Que é o fato de você ter um sistema legal que permite, induz e protege a eleição de comitês de empresa, que é o que acontece nesses países, né!? Isso é um elemento imprescindível pra democracia, pra organização do local de trabalho, fiscalização dos atos da empresa e tudo mais. O mínimo! o mínimo pra isso e as pessoas ignoram. Então quando eu falo que sistemas educativos são ignorados, ninguém sabe etc e tal, mas os sistemas trabalhistas também. Então a ignorância é brutal. Isso dentro do movimento operário, dentro das lideranças operárias, dentro dos estudiosos do movimento operário... isso é muito subestimado. Agora um pouco menos, mas um pouco menos.

Luís: E nessa época você já se dava conta disso?

Reginaldo: Ah, sim. Mesmo essa história de como é que foram as transições e as quedas e tal. Eu me lembro de uma discussão muito grande dentro da Democracia Socialista, a DS. Quando o PT tava surgindo, muitos estudiosos, os intelectuais do partido, da organização do DS, insistiam muito em fazer comparações sobre a história do PT, pra onde vai, se vai virar um partido de massa, de grupo, um partido de vanguarda. Aquela discussão sobre que forma que o PT vai ter, sobre o papel, o modo que vai ter a mudança política, então começava aquela coisa... a inspiração era o partido bolchevique. Eu falei: a gente precisa ampliar um pouco o nosso horizonte de experiências internacionais. Porque pode não ser nada parecido com esse troço da Rússia, depois União Soviética, não ter nada a ver com isso... pode ser que a gente tenha que pensar muito mais com o que aconteceu com o partido trabalhista inglês, com o partido social democrata espanhol, ou o partido social democrata alemão, etc. pode ser que vá muito mais além. outro caminho... precisa conhecer melhor essas experiências. Porque se a gente ignorar isso aí, pode ser que a gente seja surpreendido. Eu acho que até hoje a gente é surpreendido por isso.

Se você observar o que aconteceu com o partido socialista operário espanhol, quando chegou ao governo, isso em 82, porque a ditadura caiu em 76, houve um período em que a nova direita governou. O PSOE chegou ao governo em 82 com Felipe Gonzalez, que governou durante 14 anos. Quando você observa a história do PSOE é muito instrutiva, mostra muito o que é um partido socialista quando chega ao governo. Isso foi ignorado, ignorado. Eu escrevi sobre isso já

Ah já, faz tempo. O que que a evolução do partido socialista operário espanhol mostra. Como é que foi a degradação? Como é que foi a disputa dentro do PSOE? Quando o PSOE ganhou as eleições, Felipe Gonzalez tinha... Felipe Gonzalez era um advogado trabalhista de Sevilha e que antes de ganhar as eleições ele teve que ganhar o próprio PS, porque o PS tinha uma linha velha, uma linha da velha guarda socialista tradicional e o Felipe Gonzalez era modernizador. Um advogado trabalhista que queria aproximar o PSOE das democracias ocidentais, europeizar a Espanha. E queria amansar o programa, queria suavizar o programa para tornar viável a chegada ao governo. E fez isso auxiliado por um... ele tinha um segundo dele, uma espécie de braço direito, que chamava-se Alfonso Guerra, que era um cara de Sevilha também, que era o cara do partido... o cara que organizava a máquina, etc.. Representava a ortodoxia também do partido e a máquina do partido.

Quando chegou ao governo, o Felipe Gonzalez tinha que fazer algumas escolhas meio dramáticas, programa de modernização, liberalização, reformas,

privatizações e assim por diante. E nomeou o ministro da economia que era o cara dos banqueiros, esqueci o nome dele. Um cara que, enfim, ia ter uma direção ortodoxa para a economia, então o governo ficava dividido entre o Alfonso Guerra que dizia: “Não, isso aqui precisamos saber se isso aqui é o governo do PS ou o governo do Ministro da Fazenda”.

E aí o Ministro da Fazenda começava dar a linha e o Alfonso ficava em segundo plano, mas tinha ao mesmo tempo que a história da sustentação da máquina partidária, das campanhas eleitorais, etc. Aí entra como é que a máquina partidária se sustenta, como que as campanhas são financiadas, e tal... o envolvimento com as administrações locais e regionais e toda degradação que ocorre dentro do partido e a divisão em torno de governar e ser partido. E um monte de circunstâncias muito curiosas, muito curiosas, que você vê muitas das... dos dilemas dos partidos que chegam em situações como essa.

Isso é um laboratório... pra que que você faz experiência em laboratório? Pra ver como é que vai funcionar depois, né? Você não observa no laboratório o que tá acontecendo a céu aberto? E a gente tem um pouco essa... ignora um pouco. A esquerda tem uma tradição de aprender com o movimento operário internacional etc., mas é muito seletiva, e nesse caso, por exemplo, eu me lembro, que todo mundo fixava lá no que aconteceu na revolução chinesa ou na revolução bolchevique... pode não ser nada disso... pode ir pra outro lugar...

Luís: Nesse sentido, o que você entende como um marco da transição? O que foi mais marcante pra você naquele momento que não foi a transição esperada?

Reginaldo: Ah, Teve a queda da ditadura!? Não sei te dizer se teve alguma coisa que foi particularmente... Teve uma coisa nos anos 80 que é o crescimento dos movimentos sociais, sindicais etc. Isso que se chama de década perdida, não sei se foi, mas que se chama de década perdida, na economia do ponto de vista social e político, não foi perdida. Foi um avanço muito grande. Não é!? O que eu acho que foi um elemento muito importante aí, que talvez tenha gerado muita confusão na esquerda, foi o fato de que a gente insistia muito na história que tinha uma sociedade contra o estado militar, não é!?

Só que isso depois virou, sociedade contra o Estado e aí teve uma certa dificuldade em entender que tinha mudado a própria natureza do... o Estado militar era realmente um negócio que é completamente distante, externo e brutalmente repressivo. Quando teve essa mudança, a gente não soube perceber também essa... e continuou trabalhando com essa história de sociedade contra o Estado. Saber o que exatamente que marcou? Não sei... Teve momentos que foram marcantes, mas....

Momentos marcantes de que mostraram que a ditadura já tinha ido. Não é? Teve a Anistia, teve os avanços. Aconteceu um momento em que se falou “esse troço já foi. Já foi”. Foi, o primeiro de maio, o famoso primeiro de maio da prisão do Lula. 81? Caraca. Como é que a gente foi pro Paço? Pro estádio, vou procurar Vila Euclides aqui que, me lembro da data. Um dos problemas de passar muito tempo é que a gente... primeiro de maio, deixa eu me lembrar. [risos]

Luís: 80 talvez... Aquela foto famosa dele preso com a placa. Tem a data na foto, né?

Reginaldo: Mas foi em 81, acho. É, teve a comemoração do primeiro de maio, teve a prisão toda da comissão do comitê de greve de São Bernardo, teve uma concentração na Praça da Matriz, que era perto da sede do sindicato, ali inclusive teve novas prisões. A polícia ainda tinha dito que ia proibir a concentração no estádio. E tava

sobrevoando com helicópteros a Matriz. Foi juntando gente lá. E juntando gente lá. E juntando, aí saiu a marcha. Foi uma passeata da Matriz pela rua comprida que leva ao Paço Municipal e chegou no estádio. Uma manifestação enorme. Cento e não sei quantas mil pessoas de lá pra cá. E aí ficou claro o seguinte, eles desistiram e reprimir. Houve um momento que os helicópteros desapareceriam e aí correu o *zum zum zum* de que a polícia tinha desistido de conter, porque viu que era muita gente e aí não ia dar. Aí a gente ocupou o estádio.

Acho que foi aí, se não me engano, nesse dia ou no dia anterior tinha morrido o Fleury, o delegado. Eu acho que foi naquele momento que alguém noticiou lá no palanque, alguém anunciou: “Olha ontem, morreu tal... morte suspeita, vamos fazer um minuto de uivo, de vaías”. Morreu o Fleury, aquele momento foi marcante. Que eu acho que ali ficou claro que eles tinham perdido o controle da coisa. Que a partir dali, claro, teve os atentados, terríveis, ainda não tinha eleição direta, mas ali que a coisa tinha ido pro brejo. Aí já não dava mais pra segurar. Acho que esse momento foi simbólico.

Ah, inclusive, tudo bem, teve a campanha das diretas, aquela coisa imponente depois das emendas das diretas, mas já tinha uma composição política de cúpula muito mais forte. Esse momento do ABC foi um momento muito de base popular.

A greve dos peões do ABC conseguiu meio que canalizar coisas do Brasil inteiro. Você tinha comitê de apoio à greve dos metalúrgicos em cada cafundó do Brasil. Um negócio impressionante, impressionante. E chegava comitivas, mensagens etc. de nego do Amazonas, de nego não sei o quê, e 150 mil pessoas marchando ali, sabendo que tinha tanque, que tinha o diabo e eles recuaram.

Luís: Você vê esse crescimento do movimento como uma resposta à ditadura?

Reginaldo: Claro. Teve várias manifestações desse tipo com confrontações, mas foi um claro “chega”. Isso foi muito importante. Eu acho que esse momento, se tivesse que escolher um, acho que pegava esse, porque era uma coisa muito enraizada, muito enraizada. E enraizada a partir de um movimento de resistência de uma greve. Um negócio importante. Bom, eu não sei. Enfim, cada um tem um pouco a sua escolha, eu acho que esse momento.

Tinha um negócio até que você tinha notado, que eu me lembro, que você fez no seu questionário, na sua... deixa eu ver aqui... ah, não sobre a punição dos agressores. A história dos limites da anistia.

Luís: Nessa época vocês já tinham notícia disso? Como que era a expectativa com relação a isso?

Reginaldo: O fato é que quando teve a anistia, teve uma polêmica muito grande sobre que a anistia também anistiava os torturadores e... a história de levar o desmantelamento dos aparatos repressivos dispersos aí. Porque uma coisa é você derrubar o AI-5, outra coisa é você derrubar os espirros do AI-5 na universidade, no local de trabalho, que é muito mais complicado, não é? Porque muita coisa continua existindo né?

Muita coisa continua existindo. Continua existindo. E hoje, o próprio fato da polícia ser militar. Ah, isso aí ainda é um... tem tortura até hoje. Toda delegacia tem tortura e todo mundo sabe.

Você tem uma cultura de ditadura que... eu não faria essa comparação. Já vi essa comparação sendo feita e acho que foi exagerado. Uma vez tinha uma historiadora da... anistia, da repressão militar etc. que dizia que essa repressão militar tinha marcado toda uma geração e que era comparável à história da escravidão no

brasil, acho um pouco exagerado. Exagerado porque a repressão no Brasil atingiu... não tô falando que tenha sido uma ditamole, muito pelo contrário, foi uma ditadura pesada, mas a... a repressão propriamente da vanguarda da esquerda, etc., e os assassinatos então, embora tenha intimidado deus e o mundo, causou medo em todo mundo, atingiu seletivamente uma parcela pequena, né? No Brasil, até menor, claro, do que, na Argentina e no Chile que foi uma coisa de massa, um negócio que, na Argentina foram dezenas de milhares de milhares de desaparecidos, no Chile, calcula-se muito mais então, foram escalas grandes. Claro que você tem situações diferentes. Agora, a anistia, a repressão aqui marcou muito mais pelo que ela deixou de cultura de repressão... pelo que ela deixou... pela... tem muita coisa que não se desmantelou mesmo...

Quando você ouve certas coisas, como... teve o célebre episódio do bate boca da Dilma com Agripino Maia em que ele: “ah, você mentiu como mentiu...” aquilo lá, quando você ouve o cara falar aquilo e tem coragem de falar aquilo, se ele tem coragem de dizer aquilo, quer dizer que ele se sente amparado nisso. Quando você ouve certas figuras dizerem certas coisas e terem eco, e tem muito... os Bolsonaro da vida, etc., É porque você tem uma coisa que a ditadura... não é só a ditadura, mas a ditadura ajudou a consolidar, né!?

Luís: É um anteparo para o autoritarismo...

Reginaldo: É. Uma espécie de autorização pra fazer isso. Não sei se é exagerado dizer que isso é só... herança da ditadura porque, tem coisas que são criadas e recriadas, né? Nem tudo o que é fascista na Europa hoje é herança do nazismo dos anos 40, tem fascismo que é criado em outras localidades.

A direta também alimenta-se de outras fontes. Mas isso, ainda temos, ainda temos esse resto da ditadura. A organização do exército, até hoje, a forma de educação dos militares... Muito parecida. Quer dizer, não mudou muito, a história da polícia, a organização da justiça... É muito... é meio preocupante isso.

Como muitas das instituições, o sistema sindical, a representação sindical, mudou muita coisa, mas tem certas coisas que não se mexe. Por exemplo, essa de... lugar sagrado da fábrica. De não poder ter representação no local de trabalho. Se não é protegida pela lei é porque não pode. Lógico que o patrão vai reprimir. Ai não tem. É uma legislação que você tem na Espanha, em Portugal, na Alemanha, na Itália, não sei mais aonde, mas aqui no Brasil não tem.

Luís: Acaba favorecendo, mais uma vez as elites empresariais, o capital... Isso você vê também como um resquício da ditadura?

Reginaldo: Claro. Ah, sim. Não conseguimos quebrar isso aí. Se você pensar bem, a história da estrutura e da propriedade da terra do Brasil, que é extremamente concentrado... por não mudou nada, quer dizer, nada, posso exagerar sempre, nada é exagerado, mas mudou muito pouco. Tudo bem, os latifundiários, os latifundiários da... de morte e vida Severina mudaram de cara. São modernos, são jagunços pós modernos e tudo mais. Tem um núcleo empresarial dentro, dentro do... agronegócio que é outro, mas, se você vê bem a estrutura da propriedade da terra, da concentração, da exploração. Tem um resquício aí que sobreviveu.

Luís: Qual sentimento você acha que ficou mais forte para você desse período todo da ditadura?

Reginaldo: Mudou muita coisa, mas a gente não conseguiu mudar muita coisa, não é? Nos livramos de um... olha, cada vez que eu ouço essas ameaças de retrocesso aí, eu fico pensando, puta que os pariu será? Porque, honesta e francamente, cada vez que

eu ouço o Aluísio Nunes, que já foi de esquerda – picareta de esquerda, mas foi –, Aluísio Nunes foi do partido comunista brasileiro, da ALN, e depois ele foi motorista daquele assalto, depois voltou ao partido comunista. Então, toda vez que eu ouço aqueles discursos raivosos dele e dos outros – e vejo o que eles prometem, o discurso deles e o que eles querem fazer –, eu fico pensando: esses caras vão recriar um ambiente de caça às bruxas, de perseguição, porque o que tava no horizonte daquela ultra direta de agora, não é simplesmente mudar o presidente. É um retrocesso muito maior. Mas muito maior. Que é o mesmo retrocesso político, cultural, de costumes, o diabo muito mais forte, um projeto entreguista ainda tão forte quanto os do Roberto Campos e companhia. Um troço assim de subordinação aos americanos brutal, é chocante ver os troços. Serra, Aluísio Nunes, etc., as coisas que eles dizem é uma desfaçatez.

E o que me faz pensar, porra, depois de tanto tempo, velho, agora eu vou me exilar... nunca saí do Brasil, me recusava a sair, agora vou ter que puxar o carro pra sair desses caras? Pelo amor de deus, outra ditadura? Isso dá um pavor.

Luís: E sem ter um militar no poder...

Reginaldo: Não sei... Chega um momento, em que esses caras viram, que os militares viram, o que que é obvio que a Ucrânia, a Ucrânia não tem governo militar, acho que não, né? Um governo é supostamente civil. Pô.

Aliás o Bordaberry³⁵ deu um golpe em si mesmo, continuou sendo presidente, mas sem ser presidente no Uruguai em 1970. E os militares governaram. Isso, isso é uma coisa que apavora. A memória da ditadura pra muita gente também funciona assim. Acho que muita gente que viveu aquela época fica pensando assim: pelo amor de deus isso, isso é demais. Isso é demais.

E eu acho que, cada vez que aparece essa história que todo mundo acha que é folclore, assim, que vai aparecer na avenida paulista com intervenção militar, tem os militares etc., tudo bem tem folclore, tem exageros, os milicos não tão a fim, mas que dá um arrepiozinho, dá.

E, quem viveu aquilo, é como passar num necrotério. Da frio. Não é só porque o ambiente é frio não, é porque você tá vendo os cadáveres. É um negócio... Isso é um negócio que a ditadura deixou que a maior parte de quem viveu aquilo do outro lado, quem viveu aquilo explorando, aproveitando é que deve achar bom, ne? Ou mesmo gente que viveu aquilo lá e não se envolveu com política, sabe que era um momento de medo.

Luís: E daquela época, o que que você acha que fica mais forte pra você?

Reginaldo: O medo! A coisa mais importante da ditadura é o medo que criava nas pessoas de abrir o bico, de olhar pro lado, isso era... Tinha gente que tinha medo? Até hoje acho que ainda tem, mas não quer admitir que tinha, aí é ruim porque fica arrumando racionalização. “Não, porque era bom, até que eles botavam ordem, até que não era tão ruim” e aí ficam inventando. Não porque, se você deixou acontecer aquilo é porque você tinha medo. E ninguém admite isso. Porque não é feio ter medo, não é? Todo mundo tinha medo. Acontece que, se tendo medo sabia que se tinha que fazer alguma coisa. Teve gente que tinha medo e não admitia que tinha medo, e ficava inventando racionalização pra livrar a cara do poder. “Ah não, eu não tô sendo oprimido, eu não tô sendo silenciado, eu não sendo censurado, concordo com isso,

³⁵ Juan Maria Bordaberry, presidente do Uruguai entre 1 de março de 1972 e 12 de junho de 1976.

acho bom isso porque olha, esses caras também não prestam, porque, onde já se viu”, aí é onde que os caras começam a racionalizar e, inventam desculpas pra não admitir que tavam lá e tavam lá com o cú na mão.

E é isso aí. Claro, melhor você dizer tô com um puta de um medo mas não tem outro jeito. Vou ter que partir pras cabeças. É melhor. Ah, ou então “eu tô com um puta de um medo, com medo, tô calado porque tô com medo mesmo...” Mas é duro. É duro cara dizer, “olha tô com medo, tô com um medo desgraçado”, o cara não quer. Ah não!

Imagina se as pessoas... eu não diria que é machismo porque, também as mulheres que fazem isso, não diria que é machismo de mulher não existe isso, mas, são pessoas que não admitem isso. Vai admitir que tinha medo, vai admitir que se rendeu porque tinha medo? Admitir que concordou, que tolerou, que concordou e tal porque tinha medo. Que deixou torturar, que deixou assassinar porque tinha medo. É. Não quer admitir.

Isso talvez seja u grande problema no lance do negócio da revelação das ... da coisa da... Comissão da Verdade. Porque, tocar nisso pra muita gente, tocar nisso é uma covardia, na colaboração... Pros franceses, tem muita literatura sobre isso, você deve conhecer alguma, sobre a história de como é que os franceses convivem com o fato de terem sido colaboracionistas, que é quase tão pesado... quer dizer, admitir isso o quanto foram, a resistência, a resistência, é...

Luis: Pra você Reginaldo, como é falar sobre isso? Como que é reviver isso, falar sobre esse medo?

Reginaldo: Tem um elemento que eu acho que, precisa dizer, me faz bem. Lembrar disso e dizer isso faz bem. Outra, faz bem e não faz também porque isso, cada vez que você lembra, você fica um pouco, assustado. Cada vez eu lembro... te falei, essas ameaças de retrocesso, pô, eu penso, será que vou ter que puxar o carro? Às vezes tenho pesadelo é... imagina a situação que você matou alguém e que você vai ser preso ou condenado, pena de morte, o que seja... nessa situação você tem que fugir do país, é mais ou menos isso.

Luís: Você tinha esses pesadelos? Ainda tem até hoje?

Reginaldo: De vez em quando... de vez em quando. E se esses caras inventam uma história de retrocesso desses e você tem que puxar o carro? Porra, a essa altura do campeonato, então é melhor tomar cianureto. Porque não vai dar certo. Não sei se você conhece um cara chamado Stanley Milgram.

Luís: Não, não conheço.

Reginaldo: Psicólogo. Importante. Milgram. Ele escreveu um livro chamado “Obediência e autoridade”, é *Obedience to authority*.

Luís: Americano?

Reginaldo: Ele é um migrado, ele trabalhou em Boston, fez um experimento importante no final dos anos 50. É um experimento sobre... ficou famoso, porque fez um experimento com ser humano. Hoje não seria permitido. Depois virou filme, até, exploraram isso em algumas coisas, era um experimento que ele criou, no final dos anos 50, ele colocou um anúncio no jornal dizendo que faria um experimento pedagógico.

Esse experimento pedagógico era o seguinte: ele queria voluntários que fariam papel de professor, instrutor e aluno. Pra ver se a punição aumentava a memória... relação entre punição e memória... o reflexo e, botou o anuncio, pegou os voluntários

e tal, e o grupo era separado pelos grupos dos professores e grupo dos aprendizes, estudantes. E era assim: os aprendizes recebiam uma lista de 50 substantivos e 50 adjetivos e iam relacionando. Por exemplo, mar, azul, e assim por diante. Com relações. Cada um, substantivo com um adjetivo. Tinha que decorar. E os professores, os alunos eram amarrados numa cadeira metálica com eletrodos e os professores ficavam numa mesa com controles de aplicação de choque. O professor começava perguntando os substantivos, os alunos tinham que responder os adjetivos. Errou, um choquezinho de 15 volts. Segundo erro, 30... Fazia esse exercício, mais e menos 70 por cento, passaram dos 440 volts. Aplicava, o cara tomava um choque e tinha reações, chilique, babava, gritava, urrava, e o professor faz o próximo, continua. E, a maior parte dos professores, chegou a limites que, alguns teriam matado as pessoas tranquilamente. Aí, ele faz o relato da pesquisa e diz: nenhum desses professores que davam choque, eram cidadãos suspeitos, assassinos, sádicos, tinham ficha... pelo contrário, cidadãos exemplares, alguns eram pastores, excelentes pais de família, gente... criaturas doces. E no entanto, a maior parte deles chegavam a aplicar choques que matariam pessoas.

Luís: Eram os professores que aplicavam?

Reginaldo: Eram. Os caras que eram escolhidos como voluntários para ser professor. Era um cara lá que ficava dando choque como professor, perguntando e, se o aluno errada e dava o choque e o outro que era o aluno, né, os dois eram cobaias. Na verdade, os alunos não eram cobaias. Eram atores que ele contratou. Não dava choque. O cara não tava tomando choque ele simulava. Não dava não, se não tinha matado. Ele só queria checar, qual era o grau de obediência que os caras tinham com a autoridade deles. Que o cientista tá avaliando lá, ele disse, olha aplica isso aqui e pra saber se lembram.

Essa pesquisa ficou famosa, ficou conhecida. Se puder ler esse livro, porque ele explora essa coisa que era o objetivo dele. Ele falou, olha, eu quero mostrar aqui na abertura do livro ele diz que muita gente diz que nazismo é coisa de alemão. Os americanos têm mania de dizer isso aqui. Eu quero mostrar que a nossa sociedade, os nossos bons cidadãos estão tão abertos a um comportamento nazificante, a um comportamento ditatorial etc., quanto qualquer cidadão do mundo.

Luís: A “banalidade do mal” não é só do nazismo?

Reginaldo: Alguma coisa assim, na realidade dessa natureza. Um troço chocante. Pois é, eu acho que, eu acho que a gente vive situações como essa que eu acho que a gente não pode admitir. Que colaboraram, que suportavam e que as vezes até aplaudiam a tortura. E aplaudiam.

É um negócio... e olha, eu ouvia coisas na época, que às vezes você... “precisa mesmo matar”, “esses caras só torturando”, não sei o quê. Se vai tudo indo bem, como eu te falei, vai até distribuir panfleto em fábrica, você percebia que tinha um olhar hostil. Pelo menos medroso. Os caras pensavam: “Isso vai me complicar a vida. Agora que eu tô trabalhando, ganhando dinheiro e comprei um radinho à pilha, vem esse nego torrando o saco aqui e eles vão me botar na rua. Os caras vão me complicar a vida”. E isso o mais, o mais tênue, digamos. Depois tem aqueles que fala, “pô, esse cara é um filho da puta”. Os que vão te entregar, né!? E isso, e a história de te entregar, você não podia confiar em muita gente.

E às vezes até gente doces de criaturas, excelentes pessoas tal, te tratavam bem etc., mas se tinham alguma desconfiança de que você era vermelho, Pô, e pra ser vermelho você não precisava dizer mais do que, “você não acha que tá errado esse negócio? “Transamazônica...”?

Luís: Ah. Já era considerado comunista?

Reginaldo: Qualquer coisinha, “você tá com ideias...” Isso era o principal traço da ditadura então eu acho que deixou uma marca fodida. Ainda tem! Não sei se é herança ou se é reposição, mas você vê a mesma coisa em outras circunstâncias, mas tem. E isso recria, isso recria.

Luís: O autoritarismo se renova...

Reginaldo: Renova, barra pesada, né!?

Luís: Reginaldo eu não quero também me alongar muito mas você tinha falado, é, eu fiquei com uma questão lá de trás ainda, você falou que começou a trabalhar na UNESP, em 80, se não me engano.

Reginaldo: 1980.

Luís: E o que você trabalhou antes?

Reginaldo: Oh, eu fiz de tudo. Eu só não fui soldado oficial, soldado do exército brasileiro e não fui motorista de caminhão. Fiz um monte de coisa. Eu fui professor de tudo o que você possa imaginar: português, história da arte, matemática.

Luís: Em escola ou cursinho?

Reginaldo: Em tudo quanto é tipo de escola, até escola para militares. Preparação de sargento da aeronáutica. Trabalhei nisso em 1969 pra 70 quando tava... negócio que você precisava trabalhar, eu arrumei um emprego num lugar preparava essa história do cara que ia fazer escola de... da aeronáutica. Escola de sargento. Aula de... não sei, não me lembro se era aula de português ou matemática. Dei aula, como eu era desenhista, trabalhei muito tempo com ensino profissional. SENAI, em escolas privadas etc. Treinando operário, ensinando desenhistas ou ensinando operários que tinham que ler, que tinham que usar instrumentos para trabalhar com máquina. Eu trabalhei nisso, muito tempo. Depois trabalhei também com professor, trabalhei como revisor do Estadão, por um tempo. Aliás quando morreu o... antes do Herzog, teve uma morte importante que foi do Alexandre Vannucchi, estudante... Eu não me lembro, foi em 73 acho, o Herzog foi em 74?

Luís: Foi em 75.

Reginaldo: 75? Então eu acho que o Vannucchi acho que foi em 74... Não me lembro. Quando o Vannucchi morreu, eu tava trabalhando no Estadão. Eu me lembro muito bem porque a gente trabalhava de madrugada, entrava às nove e saía às duas da manhã, uma coisa assim, fechava tarde. E eu me lembro que teve, quando o Vannucchi morreu, o Dom Paulo tinha acabado de assumir aqui a Arquidiocese, e já queria mandar um recado pros milicos que ele não ia ser, não ia ser o mesmo que o antigo. O antigo era um colaborador do regime. Era um filho da puta. Aí, ele resolveu fazer uma missa de protesto, uma missa, do Vannucchi, que ia virar um desafio pros militares. E eu, fui pro Estadão, eu ai trabalhar, ia entrar às oito, oito e meia, não me lembro. Falei, eu vou pra Sé antes, não é? Tinha um negócio, um acordo entre a gente de que as pessoas de coordenação, de direção do grupo político, deveriam ter cuidado com manifestações de massa, porque a gente não podia se expor muito. Mas essa eu não vou perder, pelo menos pra ver.

Aí eu fui, antes de ir pro Estadão, fui passar lá. Pô, tava tudo cercado... claro aquela missa era um enfrentamento. Bom, eu vou até dar uma olhadinha pra ver, como é que era o ambiente e, entrei lá, vejo na primeira fila da missa tava o Ruy Mesquita e o Júlio Mesquita Neto. Os dois. Aí, como eu tinha que ir lá no Estadão trabalhar, aí que eu me lembrei, eles estavam lá. E os donos da Folha? Tavam

comemorando o assassinato. Isso é que era um negócio interessante. No Estadão, a gente trabalhava com a Polícia Federal, que ficava toda noite lá pra vigiar, o fechamento do jornal eles liberavam, pra não ter notícia, tinha censura previa. O Estadão que era de ultra direita e continua sendo, mas era contra a linha dura. E a tortura. E a Folha era o jornal que contratava os torturadores. Na verdade, era uma empresa de torturadores. Aí eu falei, porra que cazzo, eu tô trabalhando num jornal de ultradireita, eu tô aqui trabalhando, o patrão tá lá no protesto contra a tortura, que troço maluco, ne? Que situação exótica. Era um pouco essa situação. Foi em 73, exatamente. Quando o Arcebispo Franciscano, Dom Paulo Evaristo tinha acabado de tomar posse. Cardeal.

Luís: E você ficou no Estadão até quando?

Reginaldo: Ah, fiquei pouco tempo, acho que fiquei, o que? Um ano, coisa assim, aí fui trabalhando, fui dar aula de outra coisa. Me lembro que fui dar aula em algum cursinho também, cansei de trabalhar de madrugada, eu... mudei.

A maior parte do tempo, ensino profissional. Cinco ou seis anos trabalhei nisso. Alguns cursos a gente organizava dentro das fábricas que, tinha um programa do SENAI que era de organizar as fábricas ou as associações de moradores, entidades... que hoje a gente chama de terceiro setor. Podiam organizar cursos para determinadas fábricas. Até teve um curso que a gente organizou pra uma fábrica de tratores que depois através do curso nos organizamos uma greve, e deu certo. Era uma fábrica de tratores chamada Massey Ferguson. Ali no Campo Limpo, Zona Sul. E a gente organizava os cursos, reunia o pessoal das fábricas, fazia uma lista e tal, organizava com o SENAI o local, o fornecimento dos materiais etc. e tal e utilizava o local de uma igreja ou de uma associação de moradores etc., como local de reunião pra... pro curso porque era dado aparelhos, naquela época já se fazia transmissão por rede, era um sincronizador de módulo UHF, não me lembro, que era um programa à distância com aula de tecnologia mecânica, que era na TV e depois, monitoragem pros estudantes aprenderem aquilo etc. E aí, a gente organizava esse curso, eu me lembro que essa turma aí e esse local foram utilizados para organizar as reuniões da greve. Fizeram uma greve bem sucedida inclusive, conseguimos um monte de coisa, até montamos um comitê de empresa que a fábrica admitiu tal e depois, um ano depois, conseguiu demitir todo mundo. Mas durou. Durou. Então eu trabalhei muito tempo nisso. Muito tempo. Desenhei muito. Muitas peças...

Luís: Reginaldo, tem mais alguma coisa que você gostaria de falar?

Reginaldo: Não, depois dá uma olhada, acho que isso aí vai te interessar, isso vai ser interessante esse pessoal, viu? Tem muita coisa, muita história interessante desses peões aí, viu? Esse livro eu achei muita coisa furada... tem umas informações boas, mas o tom... É, o tom de “ah, nós, coitadinhos”, é não gosto disso não. Mas tem muita coisa boa e tem muita gente que você vai poder localizar através desse canal. Se você quiser depois eu te dou os endereços e você vai atrás.

Luís: Tem alguma pessoa que você acha que poderia se interessar em falar?

Reginaldo: Tem, tem os operários que ainda estão vivos... te dou de várias origens, de várias linhas políticas. Desses aí inclusive. Te passo os endereços. Te dou os e-mails deles. E você entra em contato. Um é Trotskista, outro é ex-maoísta, outro é católico, enfim, tem vários... Tem que escolher.

Luís: Reginaldo, antes de a gente encerrar, a não ser que tenha alguma coisa que você lembre também...

Reginaldo: Não eu, depois se eu lembrar eu te mando. Eu vou pegar o e-mail dessas pessoas e vou te mandar.

Luís: Agradeço bastante. Eu queria te perguntar com relação ao sigilo... se você prefere que oculte o seu nome e use outro nome? Ou prefere que use o seu nome mesmo? Prefere que seja algo que não te identifique? Ou não há problema em usar o nome “Reginaldo”?

Reginaldo: Não, não tem. A essa altura do campeonato, se quiser me prender, já era (risos).

Luís: Tá ótimo. Agradeço muito.

Entrevista com Giba³⁶
São Paulo, 2014.

Giba: E é interessante porque... Interessante porque às vezes você se remete a um episódio antigo e a outra pessoa fala não foi nada disso que aconteceu. Então às vezes você tem uma visão de um fato que aconteceu e a outra pes... pessoa tem uma visão. Fala não, não é isso você tá enganado e tal...

Luis: Mas é isso mesmo que eu quero ouvir, o que você viveu.

G: E então, eu conheci a... Quinha em 1968 no dia do AI5 que eu *tava* lá com o Paulo e a Ana Carolina, cineastas, né? Junto com a Carlinha que também é uma arquiteta. Contemporânea da Quinha, tal... e a gente *tava* começando. E aí quando ela soube do AI5, na época, né? Tirando todas as medalhas, fechando congresso e aquela coisa toda, ela ligou pra Quinha pra saber o que que é que se poderia fazer diante dessa truculência por parte da... da ditadura. Foi aí que eu conheci a Quinha. Ela apareceu super jovem, aluna ainda do curso de arquitetura da FAU. Foi aí que eu a conheci. No dia. E a partir daí ... eu *tava* solteirão (risos), *tava* bem de vida, tal, já tinha 30 e poucos anos ... eu comecei ... Achei que poderia dar samba. Mas a Quinha não queria muito saber não. Não queria saber de casar... Porque tinha um projeto de terminar a faculdade, de fazer um curso no exterior, ficar fora do Brasil. E... Mas aí no fim... Em 1970, a gente... a gente acabou ficando juntos. [...] Só. Só em 70. Em maio de 1970. ... E foi interessante porque a família da Quinha é uma família como a minha, conservadora, burguesa. E eu, eu era um cara já desquitado, separado, já tinha casado. Estranho com uma puta de uma barba. (risos). E o pai dela é um arquiteto famoso. [Omissão do nome] Um cara com uma série de projetos aí na... no campo da... da arquitetura esportiva, né? [Omissão de uma obra em São Paulo]. [...] Então é uma família muito e... a gente inventou um casamento por correspondência. (risos).

L: Por correspondência?

G: É. ... (risos). Eu digo por correspondência porque foi... nós fomos uma associação comercial Brasil-Bolívia. E tinha no centro da cidade, na Barão de Itapetininga. E lá a gente fez uma tramitação e aí num dado momento chegou lá um documento dizendo que a gente *tava* casado. Você veja que é interessante porque não sai do Brasil. Não fui pra Bolívia. Veio esse documento dizendo. De lá pra cá. Então alguém me representou...

L: E a Quinha *tava* com você aqui?

G: E a Quinha aqui em São Paulo. E foi interessante porque esse fato gerou na minha pequena ficha do DOPS uma informação de que eu tinha sido exilado na Bolívia... (risos). A Clara, minha filha, quando abriram os arquivos do DOPS... Aqui, você, no, no arquivo do estado, se você quiser você vai lá e você tem a ficha de todo mundo, né? Ela fez um levantamento e consta lá tal o, entre coisas, que eu tinha sido exilado. Só pra mostrar como é que era o levantamento de dados sobre as pessoas por parte do DOPS. Dessas... era uma coisa maluca. E então a partir desse documento a gente resolveu morar juntos. E a família... tá bom. E como caracterização da união, nós recebemos de presente uma viagem pela América. Do pai dela, da família.

³⁶ O nome do depoente foi substituído para preservar o sigilo da entrevista. A escolha por *Giba* visa acompanhar e preservar o mesmo caráter do nome original. O depoente, já pelo nome, apresenta-se de maneira despojada, sem fiar-se em traços de pompa e solenidade, muitas vezes, ligadas ao nome. O mesmo foi feito com os nomes originais da esposa e filhas.

L: Ah, eles apoiaram, então?

G: Eles apoiaram, ah, não tinha jeito (risos). Não tinha jeito. Então nós viajamos pro Peru, pro Chile e pra Argentina. Então a família foi lá fazer a despedida, a família dela, a minha família. Não teve festa, não teve nada. Isso em maio de 70. Maio. E aí tivemos... e aí ... vimos movimentos pré-eleitorais lá no Chile, lá em Santiago. Acho que era época do desfile na rua. O povo na rua... Era uma movimentação bastante intensa aqui na América, né? ... Período pré-eleição do Allende...

L: Vocês viveram isso lá no Chile?

G: Ah, vivemos. Tivemos na rua. Isso aí traz em você assim um entusiasmo. Pô, que legal, enquanto você tem lá no teu país uma repressão, uma perda de liberdade que é uma coisa intensa, né?... Isso quando a gente voltou, isso em maio de 70, quando a gente voltou dessa viagem a gente foi morar juntos... E é interessante porque... eu tinha estado na Argentina em 69 e acho que em 68. 68 e 69 eu tinha estado na Argentina. Aí voltei em 1970. Nessa viagem com a Quinha... E eu me lembro, eu não sei em qual viagem, por isso que eu digo que a memória da gente fica meio falha e tal. Eu me lembro de ter trazido, numa dessas viagens da Argentina, uma coisa... estúpida que você faz... porque eu trouxe o diário do Che Guevara. Editado na época, eram três livrinhos pequenos sobre a figura do Che Guevara. Trouxe um pôster... a imagem do Che Guevara e trouxe um LP com músicas revolucionárias, Cuba... e a despedida do Che em Cuba. Quando ele abandona a burocracia cubana...

L: Aquela carta que ele escreve?

G: É a carta. Então, trazia... nesse LP então... É esse discurso, a leitura tal. Era uma coisa muito... muito legal.

L: Você falou, Giba, de coisas que a gente faz e não devia?

G: Não, faz porque você, você... já era uma repressão, 68 você já tinha uma repressão gigantesca aqui tal. Não em relação as pessoas que pertenciam por exemplo ao Partidão. Porque o Partidão era anti-guerrilha é anti-luta armada, né? Quer dizer, ele era totalmente fora... contra essa forma de atuar contra a repressão.

L: Na época você estava no Partidão?

G: Na época, eu... Então, eu comecei mais ou menos nessa época. Porque quando eu era estudante de medicina, estudei na Escola Paulista de Medicina... e eu tinha vindo da minha cidade pra São Paulo... Você ainda é um interiorano meio sem grande ligações com movimentos, você não conhece, você não tem... E na faculdade eu também não desenvolvi uma relação de turma, nem nada, porque sempre que era possível voltava pra Minha cidade . Que era meu núcleo... a minha ideia era me formar em medicina e depois voltar pra Minha cidade onde meu pai era médico. Era uma família tradicional da minha cidade né? E eu teria muito mais possibilidade de eu poder desenvolver uma atividade médica lá. Mas aí conheci a... a pessoa que viria a ser minha primeira mulher.

L: Isso na Escola Paulista mesmo?

G: É eu tava... Isso foi em 1960, eu tava no terceiro ano 58, 59, 60, quarto ano de medicina. Quando eu a conheci. Então eu comecei muito a frequentar, ela, a família dela, viagens etc... então tive muita pouca vivência na faculdade com os meus colegas de turma. E pra ser sincero eu nunca convivi muito com médico. Nunca, nunca convivi muito com médico porque eu... não é... não é o meu desejo cultural entre aspas, entendeu, de vida. Não é... Médico só fala de medicina e eu, e eu quero essas coisas distante de mim, de modo que seja profissional.

L: Mas dá pra ver que você vive outros, outros aspectos que os médicos geralmente não vivem, né?

G: É uma outra realidade e tal. Então foi um período... E quando eu me formei, eu também... Em 1964 *tava* formado. Fui fazer um estágio na Santa Casa de São Paulo. Estágio na Santa Casa, estágio no Hospital Brigadeiro... Então, eu era um recém-formado, sem nenhuma ligação social aqui em São Paulo, sem conhecimentos, embora eu sempre acompanhasse tudo através de jornais porque... É interessante porque... eu sou muito ligado a leitura do jornal. Mas isso vem da minha infância. Porque o meu pai... meu pai, médico, mas também era um cara que se interessava por tudo... Ele tinha uma biblioteca enorme na casa dele lá na minha cidade, que era um lugar meio sagrado, você não podia entrar... Só que quando ele não *tava* em casa a gente entrava... Você ficava olhando lá coleções de arte, é... livros sobre a questão do menor abandonado, a parte do que se faziam na França com o menor abandonado, com prostitutas. Ou seja...

L: É um interesse que muitas vezes os médicos não têm, né?

G: É, não, mas ele era uma figura pública porque também foi professor, também era, era médico do abrigo de menores, também foi vereador na minha cidade... Entendeu? Então, ele também tinha... Foi diretor do hospital. Então, ele também tinha. Então, eu acho que foi uma grande influência na minha vida. A grande influência humanista! Na nossa relação de vida... Que eu acho que... politicamente é a nossa posição. Você entendeu? Hoje, ontem eu *tava* conversando com a Quinha... e aí a gente até... té... *tava* comentando que a gente é contra autoritarismo de direita, de esquerda. Então, as diz... ideologias às vezes caminham pra isso. Não é verdade? Toda a experiência que você tem relacionada com... uma tentativa revolucionária de você mudar um país, sempre leva pra uma questão dessa natureza, não é verdade?... Não sei se, se é a única possibilidade que você tem como modelo de transformação do mundo, não sei. Mas então eu acho que essa, essa informação, que essa formação minha assim, acho que vem mais relacionada com... a minha família. Que era uma família religiosa, conservadora, classe média, mas que... figura do meu pai, que era uma figura muito... respeitada na cidade, ele era mais desse campo humanista de visão do mundo... Que eu acho que isso foi a minha influência. Então, nesse período, quando há a revolução, o golpe, que é um golpe que... que já vem bem de antes, né? Você tem a morte do Getúlio em 54... você tem vários episódios que tão mostrando que em algum momento...

L: Na época você já percebia isso, Giba?

G: Percebia pouco porque eu lia os jornais... Eu acompanhava através dos jornais. E você tinha suas opiniões, mas eu não tinha discussões.

L: Os jornais traziam esse tipo de informação?

G: Os jornais tradicionais e... e aí você... então, mas não tinha com quem conversar. Não tinha um grupo político de discussão. Grupo político para discussão, é só a partir de 68 quando eu começo a ter uma convivência com a Quinha, com as amigas, com... vários professores dela que eram de esquerda, ligados ao Partidão... insere aí uma conjuntura que começa a mudar...

L: Que começa a mudar?

G: E aí que começa a mudar porque aí você tem um interlocutor com quem conversar... né? Mas até 68, era apenas um leitor que podia ficar indignado com as coisas como *tavam* ocorrendo, né? As cassações, os desaparecimentos, etc. mas...

L: Você lembra de ter sentido isso, Giba? Essa indignação na época?

G: É, mas eu, então, por isso que eu, eu... eu falo essas coisas, mas... você veja, é interessante, viu? Porque... se você fala hoje indignação como uma sensação que você tem, cê falar hoje nisso, ela não rebate em você, porque isso são coisas que já passaram. Entendeu? Uma coisa é você ter uma vivência numa dada época quando provoca em você uma reação de natureza emocional e 50 anos depois... É, é, é, eu digo assim, eu fico indignado com um monte de coisas que ocorrem nesse mundo: As matanças... a pobreza... as pessoas que morrem de fome, Aids, tudo isso te traz um, um sentimento de indigna... indignação, um sentimento de vergonha, mas... e aí? Né, porque ... não gera em você um, um, uma reação do tipo assim: vou pegar em arma e vou começar a matar as pessoas porque, tão indignado. Não, porque você entende isso como um processo que tá ocorrendo na humanidade. Apesar dessas coisas todas ocorrerem, muita coisa já mudou no mundo. Não é verdade? Agora... a partir de 68 quando eu começo ter essa convivência com pessoas ligadas a universidade, é... A Quinha quando entra na universidade, ela também sai de, de uma família dessa natureza... mas imediatamente ela já é uma liderança... Sem ter nenhuma relação política anterior. Ela já tinha um perfil. Um perfil... de luta... De liderança... E aí, a, a Universidade de São Paulo, era uma universidade muito politizada. A FAU. Você tinha um grupo bastante... de alunos já muito vinculados às lutas políticas... Muitos deles foram para a luta armada, inclusive professores da época. Cê tem todo um... alguns que foram para a luta armada e se filiaram a esse movimento. Mas que não foi nunca nossa opção.

L: Nunca foi?

G: Não, nem... Jamais... Jamais... foi a nossa opção. Porque... na época nossa aí da... Você tinha uma figura muito forte do partido comunista que era o Álvaro³⁷, né? Que tinha sido cassado, era um arquiteto. Que tinha ganho um prêmio mundial na área de educação voltada pra arquitetura. O Álvaro era uma pessoa que chamava para o contato com ele. Então, a gente frequentava muito a casa deles. A gente frequentava muito a casa dele e a gente *tava* sempre começando. E a casa do Álvaro era frequentada por jornalistas, estudantes, muitos deles posteriormente presos, né? O Paulo [...], o Serjão [...], o irmão Fernando. a gente, a Carlinha, a Quinha. Então, era uma casa fervilhando do ponto de vista político e tal... E... a gente vivia isso, mas vivia sempre... clandestinamente sem... sem grandes manifestações. Porque era, era... o que eu sinto... da nossa, da nossa posição... E contra a luta armada, né? Contra a luta armada sempre. Contra a luta armada... Sempre acompanhando essas coisas que, que iam acontecendo, ocorrendo, ficando meio... meio desesperado com, com essas mortes, desaparecimentos que na época você não tinha nem condição de poder levantar alguma coisa, de fazer algum questionamento que não tinha espaço pra isso.

L: E as pessoas sabiam disso na época?

G: A gente sabia porque a gente *tava* vinculado, né? Mas é... eu acho que a maioria das pessoas até desacreditava porque... é, você sempre tinha aquela imagem de que quando você falava a respeito disso, as pessoas diziam: “ah, isso não é verdade”. É porque você...

L: Como se fosse intriga?

G: É, você é um comunista e tá querendo fazer intriga, né? Porque se você se lembra lá da época da, da ditadura... (celular toca). Dá licença...

³⁷ Nome alterado a pedido do depoente.

(PAUSA).

G: Então, você tinha toda a imprensa favorável, né? E evidentemente que você, também não me lembro bem a partir de que época, você tinha uma imprensa que é dita imprensa alternativa, né? Que surge no sentido de mostrar que as coisas não eram bem assim, né?

L: A população tinha acesso ou eram mais vocês que estavam envolvidos?

G: Ah, era, era mais a gente. O pessoal era mais ligado na Globo, no Estadão, Folha, é, é jornal conservador... Porque apesar de você ter... uma, um pensamento de esquerda, uma vivência de esquerda, a população de esquerda sempre foi muito pequena. Sempre... E como, e como continua sendo num certo sentido mesmo... E... então as repercussões não eram aí... Brasil, futebol, Médici, ame-o ou deixe-o, música... As pessoas acabavam ficando impregnadas com essas noções que eram difundidas pela ditadura, né? Houve uma época, um período na ditadura em que economicamente o Brasil cresceu, né?

L: O Milagre Econômico, né?

G: O milagre econômico, nacionalismo, indústrias etc. Então, você, isso tudo repercutia...

L: E Giba, quando você falou de quando você conheceu a Quinha, que foi bem no dia da divulgação do AI5. E começou falando desse impacto, dessa preocupação, o que é que a gente ia fazer... E como é que as outras pessoas ou no trabalho, na rua viam isso? Porque você *tava* falando da imprensa que a maior parte das pessoas viviam esse clima mais... Eles sentiam isso, não?

G: Então, a gente vive isso...

L: Eles sentiam isso? Na rua?

G: Não, era, era... Sabe. É, é... Porque você vivia uma situação em que essas coisas você só conversava com teus pares. Porque você não tinha a menor condição de poder falar com o outro. Eu por exemplo, eu trabalhava lá no hospital do Servidor Público... Municipal... Não tinha espaço pra eu fazer qualquer tipo de comentário ou eu me mostrar... é, favorável ou não favorável porque... é... Aí sempre tem questões de datas, a gente fica sem saber muito bem é, uma correlação de episódios... porque... Quando eu passo a, a ter uma ligação com o Partidão... ligação essa inicialmente com um, um grupo de arquitetos... É interessante que, que nós tínhamos uma assessora política, uma assessora política na época... que a gente encontrava lá, sei lá, periodicamente... E que posteriormente a gente veio saber que era filha do Prestes. Na época a gente não sabia... Ela também absolutamente clandestina... E a gente ia lá pá conversar das discussões políticas, das orientações etc. Interessante, né? [...] Mas eu *tava* te dizendo o seguinte, que não dava muito pra, pra você se expor porque ... eu trabalhava lá no hospital. Eu comecei a trabalhar lá em 66 e em alguma época, que eu também não me lembro quando, eu periodicamente ou de vez em quando, eu recebia um pessoal do Partidão... *Cé* entendeu? Que iam lá levar o jornal do Partidão...

L: Lá no hospital mesmo?

G: Lá no hospital. E a gente contribuía com o Partidão. Então, não dava pra eu... quem é essa pessoa, quem não é etc. Porque você tinha todo aquele aspecto de clandestinidade, coisas assim, né?

L: Era no, no aspecto do risco mesmo? Do perigo?

G: Era, lógico. Porque a ditadura não foi brincadeira. É, no começo tudo, mas depois de 68 com a criação dos DOI-CODIs, é, toda essas estruturas

absolutamente desvinculadas de legalidade, não tinha conversa.... Não tinha conversa... *Cê* podia ser penalizado, julgado, preso...

L: E havia desconfiança entre as pessoas que estavam próximas? No trabalho, vocês...

G: Não, porque... não, porque você trabalha, você atende as pessoas e você tem uma dinâmica de trabalho que muitas vezes, não pelo menos pra mim que sou médico... você não tinha grandes espaços. Os espaços eram fora...

L: Fora daquele ambiente...

G: Fora do ambiente de trabalho, na casa do Álvaro, na casa de outras pessoas e, então, a gente, nesses espaços que a gente discutia... Então as coisas eram mais ou menos assim, né? Primeiro eu começo nesse grupo mais ligado a... a Quinha, a arquitetura. Mas depois eu passo a pertencer às bases médicas, porque um colega meu, veio de Brasília pra cá... que é interessado que também, também usava barba e era conhecido como o Barba. Só que a minha barba era muito maior que a dele (risos). Mas ele era o Barba... E aí a gente começou a ter bases, bases na área médica. Entendeu? Então tinha um grupo de médicos que se encontravam... e a gente, né, discutia... E havia uma proposta de você poder ter uma atuação de tal forma que, é... pudesse conquistar as entidades representativas dos médicos. Pra que você pudesse atuar junto a sociedade... Porque as representações médicas eram extremamente conservadoras.... Só defendiam status, né, não tinha nada voltado realmente pra... pras camadas mais desfavorecidas etc., né?.. Então você... a nossa proposta era essa... Você veja que eu tô misturando o tempo porque isso já é década de 70, entendeu? Mas de qualquer forma, a gente faz um movimento chamado Movimento de Renovação Médica.

L: E era público ou eram só vocês, entre vocês?

G: É, Movimento de Renovação Médica, entrava quem quisesse. Era aberto, era público... E você tinha representação de esquerdas mais variadas, né? Você tinha lá os maoístas, *cê* tinha os trotskistas, *cê* tinha o ... o pessoal ligado ao ... como é que chama aquela lá na Península Balcânica, lá embaixo, aquele país lá, o...

L: Albânia?

G: Albânia. Você tinha os albaneses e então você tinha tudo e era muito interessante porque era um movimento muito legal... Porque a gente se reunia e as reuniões eram com muita gente. Chegava a reunir cem pessoas num debate. E propostas como fazer, como não fazer...

L: E que tipo de proposta? Em relação a saúde mesmo?

G: Em relação a, em relação a conseguir... conseguir... assumir as entidades médicas, né? Então você tinha... contra o conservadorismo, políticas públicas, favorável às políticas públicas de saúde, é... tirar uma visão corporativa profissional. Porque toda a visão era uma visão de corporação. Quer dizer, você tinha uma proteção entre os médicos, entendeu? Quer dizer, tornar essa sociedade mais próxima da comunidade, mais atuantes no meio da comunidade e mais fácil de serem acessados pela comunidade.

G: Sem fazer esse tipo de relação e aí você tinha o sindicato da defesa dos interesses dos trabalhadores médicos, questão de salários, trabalho e tudo mais. Então eram essas discussões que acabavam sendo levadas a efeito.

L: E Giba, sobre essas discussões em saúde, você se lembra se tiveram mais mudanças, transformações pós golpe ou pós AI5?

G: É pós o AI-5, é década de 70 pra frente...

L: Você sentiu muita diferença do modo como se lidava com a saúde depois disso?

G: Olha, a diferença, por exemplo, eu, eu acabei é, me direcionando pro [uma entidade médica - MO]... Então, a primeira vez que nós entramos foi em 78, você vê que o movimento... Porque não era fácil você... você assumir essas entidades porque era uma luta, cara. Pessoal que dominava essas entidades faziam de tudo pra que não houvesse a nossa vitória... Mas é interessante porque é, quem votava eram os médicos. E os médicos é que nos elegeram... Então, então você já tinha, no, na, no, no movimento médico, também, você já tinha uma certa, uma certa manifestação de... de não concordância com a representação das entidades. Porque os médicos, a partir de um certo momento também, passaram a viver a questão da, das medicinas de grupo, a exploração do trabalho médico. Quer dizer então, você tinha toda uma insatisfação na área médica que acaba gerando uma, essa reação...

L: E isso era mais, não eram só os grupos de esquerda, né, era mais amplo...

G: Não, isso já era no meio médico. Agora o nosso grupo, os grupos de esquerda, tentavam capitalizar essa insatisfação, esses movimentos que a gente, que a gente *tava* fazendo. Você veja que é interessante porque... quando nós fomos *eleito*, em 78... eu não me lembro bem, houve alguma reação daqueles que dominavam a instituição... de tal forma que... eu não me lembro qual foi a reação, que que foi que na realidade aconteceu, que tal forma pra gente poder preservar a nossa vitória, imediatamente nós entramos na justiça. Nós entramos com um processo, alguma coisa assim, eu e mais uma médica lá... pra preservar aquela vitória... Entendeu? Porque se você facilitasse eles... Conseguiram dar um jeito, escamotear o resultado, fazer alguma coisa. Dizer: não, nós é que vencemos...

L: Isso em 78?

G: Isso em 78 quando a gente entra e toda, e toda nossa ação. Então, em 78 você tem lá um grupo de profissionais eleitos, nem todos eram de esquerda. Não. Nem todos, eram figuras com alguma representação no meio médico. Mas evidentemente que tinha o grupo das esquerdas lá dentro... Mas é... então sempre com essa preocupação... Abrir o jogo, é... assim, acolher a, a... acolher a, as demandas da população. Cê veja que... cê veja que esse movi... a, a o surgimento do SUS, o Sistema Único de Saúde... foi, foi a partir de grandes discussões, cara... Sindicatos de trabalhador, sindicatos de profissionais, entidades e a gente *tava* lá. Sindicato médico, Conselho Regional de Medicina. *Tava* todo mundo participando dessas conferências no sentido de você estabelecer aí um sistema de saúde que pudesse privilegiar a população, que, que era o Sistema Único de Saúde. Então isso tudo a, a advém daquela concepção que a gente tinha de participação, né? E você passa a participar, em tudo.

L: E nessa época havia risco na sua área?

G: Nessa época, nessa época não porque você já *tava* no período daquela distensão. Você não tinha tanto. Eu acho que o grande perigo, você veja, é pós 68, e que você tem... é a ditadura numa reação muito intensa... Já tinha, né, antes... em combater a guerrilha. Os movimentos de guerrilha... E isso vai até sesse... 75. Quer dizer, quando esgota o movimento de guerrilha, quer dizer no... bom... “onde é que estão os guerrilheiros”? Os guerrilheiros, já tinham sido dominados, presos, exilados. Eles começam a... a atuar contra o Partidão.... Se voltam contra o Partidão porque na realidade o Partidão, apesar de não, não ser favorável a luta armada, era, era o ninho de formação das esquerdas. Sempre foi no país. É, o primeiro partido que surge aqui de esquerda caracterizado e tal era o Partidão. Já desde muitos anos antes das revoluções. Década de 20 pra frente e... e né, e você começa a ter aí o surgimento das pessoas que vem lá da Europa pra

cá, os anarquistas, etc., né, que vão posteriormente dar origem aí a esses núcleos partidários mais de esquerda, né? Então, o Partidão era, era o... o que formava. Apesar das dissidências, né, o PCdoB, né, vinculado a questão do Stalin tudo, você tem o Partidão como formador dos quadros. Você forma o quadro de esquerda que de repente é co-optado pela luta armada. Vai pra luta armada. E aí em 75, você tem aqui no Brasil todo, você tem a prisão dos partidários do Partidão. Os vinculados ao Partidão.

L: Você conheceu gente que foi presa?

G: Conheci muita gente que foi presa. A minha mulher foi presa em 75.

L: Foi em 75?

G: Em outubro de 75. Você já tinha outras pessoas já tinham sido presas, então, você já *tava* vivendo aquela condição de teus amigos *tavam* sendo presos.

L: Até esse momento, essa relação com o Partidão não tinha isso?

G: Até esse momento não. É evidente que na ditadura você teve situações, assim, escabrosas, escabrosas logo pós 64, entendeu? *Cê* tem na época as imagens do Gregório Bezerra sendo arrastado nas ruas do Recife e corda no pescoço, *cê* entendeu? É uma coisa maluca isso, cara. É uma coisa louca...

L: Na época essas imagens veiculavam?

G: Pois é, isso que fica em dúvida quando é que essas imagens aparecem assim chocantemente, entendeu? Eu acho que... aparecem em que época, aparecem. Tão na, tão na memória da gente, mas eu também não sei localizar pra você mesmo quando é que essas coisas surgem, entende? Então mesmo antes de 75, você, acho que 74, 73 você já começa a ter uma queda de alguns políticos ligados a... ao Partidão. Né, a queda da gráfica do Partidão, que... que fazia o jornal do partido, né, que era distribuído. E... a coisa, rapaz, era muito interessante porque... eu..., a gente às vezes fazia em casa reuniões com assessores políticos, etc... E aí você depois ia levar o assessor político pro ponto dele de ir embora tal, que você não, *cê* não conhecia, né, porque todo mundo usava nomes falsos. Você não sabia a identidade.

L: Não era só na luta armada que se usava nome falso?

G: Não, não era não. No Partidão também era tudo camuflado, tudo mais. Tanto é que as pessoas que me procuravam no hospital, eu também não tinha a ideia de quem era, mas depois eu fiquei sabendo que um deles era um ex-deputado pernambucano que desapareceu na ditadura, que era o Maranhão... Que deve, que foi preso em alguma época e... desapareceu. Deve ter sido morto, torturado, etc. e desapareceu... A gente recebia em casa um ex-militar que era um cara muito simpático..., muito simpático... que também desapareceu, um ex-militar. Que depois *cê* fica sabendo quem, ah é o Walter Ribeiro³⁸. Então você convivia com pessoas que de repente desapareciam, então, *cê* ficava amedrontado, você tinha a noção de que alguma coisa *tava* acontecendo na sua área que antes tinha sido relativamente preservada. Não com episódios do tipo Bezerra, cassação dos professores da USP, um monte de gente foi cassado, em todas as áreas... e... mas na, nas pessoas clandestinas atuando ainda não tinham uma coisa... É interessante porque a Quinha é, é presa em... é presa em outubro de 75, mas ela, ela já tinha uma ideia de que *tavam* procurando por ela.

L: Já sabia disso?

³⁸ Walter de Souza Ribeiro. Ex-militar e jornalista. Desaparecido político em 1974.

G: Já sabia, mas aparentemente *tava* tudo bem, entendeu? Ah, não sei o que tal. Aí, de repente, de madrugada, toca a campainha da tua casa. É a turma do DOI CODI... que já sabia de todos... o andamento da sua rotina porque o zelador do prédio, né, você, as, as zeladorias dos prédios de São Paulo inteiro provavelmente já *tavam* orientados no sentido de você ficar vigiando as pessoas. Se tiver alguma coisa estranha ter que comunicar, não, uma coisa maluca. Uma coisa muito maluca... [...] Então, a Quinha acho que já sabia dessa possibilidade porque ela era recém-formada e *tava* trabalhando no escritório de arquitetura do Paulo [...]. E já tinham ido procurar por ela lá. Mas as pessoas assim sempre têm uma ideia de que ah, eu sou forte... Eu aguento. Aguenta nada, cara... Não aguenta... E aí é presa. E quando ela é presa, eu... três caras que entram na minha casa. ‘Esse livro aqui é subversivo.’ “Não sei o que” e começa a olhar o que *cê* tem e tal, e eu faço um comentário com um cara dizendo: olha, ah, tudo e tal, queria que você tivesse um pouco de cuidado porque minha mulher não tem boa saúde, não sei o quê. O cara falou assim: o que *cê* tá insinuando? Eu não *tô* insinuando nada, só *tô* fazendo um comentário de ela não tinha uma boa saúde. Que a Quinha tinha lá umas crises, de vez em quando desmaiava, tinha uns percalços assim vinculados a um acidente que ela teve, caiu do cavalo, umas coisas assim... E eu na época, eu me lembro que eu me propus, eu me propus a levá-la para o DOI CODI. Foi uma loucura minha, cara, que eu tinha duas filhas pequenas. A Manoela tinha, ela nasceu em abril, ela tinha um ano e meio e a Clara devia tá com um... 3 anos e meio. Tinha duas crianças em casa... Aí eu saio com a Quinha.

L: À noite mesmo?

G: Não, não, de madrugada. E eu também era militante, entendeu? A área médica tinha sido até que meio preservada. Ninguém tinha caído, nem nada... Então, eu também não sabia se eu ia voltar. Lembro que aí os caras pegaram meu documento, entraram e aí me liberaram... Mas a Quinha desapareceu... Dez dias... Desapareceu e... e aí, foi uma época muito terrível, muito... sofrida porque... pessoa desaparecia, você não tinha acesso a nenhuma informação no DOI CODI. Então, você tinha que se mobilizar, você tinha que fazer alguma coisa pra ver se você protegia... Ninguém tinha acesso. [omissão a pedido do depoente] Era uma tentativa porque você sabia das coisas que *tavam* acontecendo, né? Você tinha as informações, desmentidas sobre a verdade, como até hoje... Como até hoje os caras mentem “tortura? nunca houve tortura”. É uma puta de um absurdo. Até hoje os caras são cínicos. Na cara dura, no sentido de dizer que nunca houve nada disso... E eu, se, quando a Quinha é presa, já amigos já estavam presos, que era o Paulo [...], o Jorge [...], o Serjão [...], vários na área de jornalista inteirinha *tava* lá dentro... E ela, é, você entra, tira toda a roupa e é encapuzada. E é levado pra um lugar qualquer. De repente, você começa a ouvir o grito das pessoas que tão sendo torturadas. Não sei o que, tal. E... e aí ela tem uma crise... Ela cai no chão. Médico! Médico! E aí chama um médico, *tava* preso também, que eu sei que era um médico. [...] E ele, e vai lá examina, fala: não, pô, não pode, tem que levar ela pra algum lugar, tal. E ela é levada pra cela... Onde já várias pessoas já estavam na cela. Na cela das mulheres... Então, ela teve chance de poder conversar com quem já estava preso pra saber o que tinha sido falado, o que não tinha sido falado pra poder tentar montar... um depoimento tentando evitar o máximo possível, sabe. Porque os caras tem uma ideia de que vai ser herói. Pô, ninguém é herói. Numa situação dessa, ah não pode abrir o jogo, aguenta. Não, ninguém aguenta, cara.... Porque é cruel... Então, ela pode conversar, tal, então, quando ela pode prestar depoimento, ela já *tava* mais ou menos... Sabia o que

tinha sido feito, falado e tudo mais. E, e... e é interessante você veja que o mundo é muito, o mundo é muito... surpreendente. Porque um dos caras que tomava o depoimento dela disse assim: ah, *cê* tá aí, tá protegendo o teu maridinho, olha vou trazer ele aqui, hein?... Sabe, vou trazer ele aqui. Você tá aí não sei o que, tal... Que eu vim a saber posteriormente, quando meu pai morre em seguida no começo de 76. Quer dizer, é, vivenciei a situação em, em outubro, no começo de 76 morre meu pai na minha cidade . Eu vou a Minha cidade com ela, super deprimida... E aí entra um primo meu... que era um militar. Não militar, polícia civil, coisa, sei lá, meganha que se chamava na época, tal. E quando ele entra, a Quinha fala: quem é esse cara? Falo: não, é meu primo, o Biro, o meu primo. Nada, esse cara é o Jorjão! Esse cara que tomava depoimento meu! No DOI CODI! E dizia que ia trazer o meu maridinho. Falei: porra, caralho...

L: Era o seu primo?

G: Era meu primo, cara, primo... Morava na minha cidade , de uma família, que ficou num dado momento sem condições de viver, porque o, morre o pai, não tinham dinheiro, não tinham nada... E a gente levava comida pro cara, pô. Levava lá, vai, vai levar na casa lá de fulano lá um quilo de arroz, sei lá, um saco de feijão, arroz, não sei o que. Você fazia uma ajuda, uma, uma solidariedade a uns parentes seu meio distantes, mas parentes que você tinha que dar uma mão porque a família não tinha recursos... Então, você vê que coisa surpreendente? Eu no dia lá também eu até fui conversar: oh, Biro, como vai você? *Cê* tá bem? Que *cê* fez da vida? Tal. Eu tentei ver se eu conseguia... Evidentemente que num...

L: E quando ele interrogou a Quinha, ele sabia que era, que era sua esposa?

G: Pois é, isso a gente não sabe, provavelmente deve saber porque os cara tinham todas as informações sobre você, teu nome, o que *cê* fazia, não fazia, tinham tudo.

L: Como, como você falou também eles sabiam que você tinha “casado na Bolívia”, né?

G: É. Na Bolívia. Coisas assim, entendeu? Então, provavelmente ele já devia saber. Porque... ele tinha o mesmo sobrenome que eu... Né? E... Então, *cê* veja foi.... E essa, essa prisão da Quinha foi um grande marco da nossa existência, meu e dela. Porque... cara, foi difícil... Aí foi sofrido, sofrido porque você se perde, né? O que eu faço com a Clara e a Manoela? Então, eu resolvi até sair de casa. Fui morar na casa do pai... dela. Morar lá na casa do pai dela, que aí tinha pai, a mãe, etc., que eram absolutamente contra tudo. E, aí você tem uma reação da, da mãe, dizendo assim, odiosa, né: das pessoas que tinham desvirtuado o caminho da, da minha filhinha. Tinha dessas coisas. Isso fulano, ciclano, levaram pro mal caminho. Porque é levar pro mal caminho. (risos). Você tem uma posição política ideológica, é você sair do caminho bom, tradicional, né, Deus, pátria e etc. E aí desvirtua teu caminho *cê* vai virar um cara de esquerda... E, então, eu *tava* conversando outro dia com a minha menor... então, essa semana, e ela *tava* comentando a sensação que ela teve, né?... Um ano e meio de idade e ela falou: pai, de repente sua mãe desaparece. Onde tá minha mãe? Desapareceu... Tudo mudou. Que que eu tô aqui na casa do vovô e da vovó? Sai lá de casa? E a Quinha quando é libertada, dez dias depois, [omissão a pedido do depoente] E o advogado falou: olha... a Quinha saiu lá do DOI CODI porque a Quinha já *tava*, já estava numa instância acima da hierarquia partidária, entendeu?... Eu era peão... Mas ela já estava numa instância acima que era um comitê de cultura. Onde você tinha engenheiro, jornalista, advogado, arquiteto, médico... Você tinha lá um grupo de profissionais pra discutir culturalmente os destinos... Então, ela já

tava num. Então, ela sai da, do DOI CODI com uma, com uma indicação, um indicativo de, pra se manter presa. [omissão a pedido do depoente]

E aí ela tá... pelo meio da rua, ali em frente ao DOPS, ali que, no centro da cidade, onde é o, a sala São Paulo, aquela região ali... absolutamente *baratinada*, sem dinheiro, não sei o que etc. E aí... liga, sei lá de que forma pra família e a família então vai lá buscá-la... Depressão total... (choro). Ai, ai... são as emoções tardias... (choro). Aí eu me lembro assim que... chorava 24 horas. Remédio psiquiátrico, era uma... uma situação muito difícil... E ela ficou muito tempo nessa condição depressiva. Muito, muito tempo... Muito tempo. Não foi... não foi uma... não foi uma superação fácil... E eu acho até que... que essa condição... acho que quebrou um pouco ... internamente.

A gente.... Ah, então, quebrou porque não que você num, num consiga, não, não que você não seja ainda um cara vinculado às teses de esquerda, visão de mundo diferente do que existe... Mas são episódios assim difíceis de você superar, porque muita gente morreu, aí *cê* fala: puta, o Walter morre, Walter Ribeiro morreu, puta, um cara tão legal... Outro desaparece. Havia um... um rapaz, um assessor político, ligado aos universitários, que era o Montenegro de Lima³⁹, que a gente conhecia, um rapaz... legal que fazia a, as intermediações entre os estudantes, etc. E que... *se* faz todo um movimento pra ele poder sair... sabe? E... aí ele é preso, desaparece. Ninguém sabe o que aconteceu...

L: Isso ficou muito próximo a vocês, né?

G: É, a gente, é, bom, é porque, porque tinha reunião em casa, as pessoas iam, você tinha convivência, né, você conhecia um monte de gente de todos ligados ao Partidão. Todos. Então você tinha convivência. Você não tinha uma vida social, mas a coisa era muito louca, cara. Sabe por que? Porque... havia uma certa irresponsabilidade.

L: Irresponsabilidade?

G: É, pelo seguinte: imagine que você sai e você mais um amigos com um cara que é, que é um assessor político clandestino. Aí você tá andando pela rua, vai visitar aí a casa Bandeirista e o cara briga com o guarda por uma razão qualquer... Como um cara clandestino com a gente vai lá e briga com o guarda? Podendo criar uma situação naquele momento. É evidente, não vou dizer nem o nome do cara, é evidente que esse cara aí é, a gente acha que ele era infiltrado. A gente acha que ele era infiltrado porque ne, na morte desse Montenegro de Lima aí, é, parece que esse cara que tinha que dar o dinheiro pro tal de Montenegro e as coisas não ocorreram dessa forma. Tem... umas coisas que você não tem condição de provar, nem nada, que são faladas... Aí você vai numa festa... num lugar público, todo mundo, etc. e tá lá o cara que é o assessor político também do Partidão na festa. Uhu, não sei o que. (risos). Então você, sabe? Tinha é, esses, essas manifestações... que... Bom, talvez até fosse necessárias. Né, porque o fato de você ser um assessor político clandestino não implica que *cê* também não viva, né?

L: Apesar desse lado clandestino muito forte, ainda conseguia se fazer coisas da vida, né?

G: De repente você se depara com o cara lá, fala: opa! Que bom! *Tamos* aí, todo mundo junto, todo mundo festejando. É interessante isso, né?

L: Vocês mantinham uma vida social...

³⁹ José Montenegro de Lima

G: Não, totalmente. Não, totalmente. Sempre. Não, de jeito nenhum. A gente, a gente tinha relações sociais, vida, amigos, tudo. Nada, nada dificultava, né? Você quando tem essa condição da prisão de um companheiro, de uma companheira, processo que envolveu muita gente, muita gente, muita, muita... Pessoas com as quais você convivia foram presa, cara. Na minha área ninguém foi preso porque ... não foi preso ninguém da, da nossa estrutura que pudesse dizer: fulano, fulano e fulano. Porque na estrutura da Quinha foi preso um cara que denunciou todo mundo.

L: E foi aí que foram atrás dela?

G: Daí que foram, as pessoas foram caindo... Tá?!? Quinha, fulano, não sei o que, etc. Foram caindo porque o cara não teve jeito, cara. Olha... terrível, terrível, terrível, terrível porque posteriormente esse rapaz, também não vou dizer o nome dele..., faz uma carta que sai nos jornais é, sabe? Dizendo do arrependimento, das coisas que tinha feito nesse, nessa militância, das pessoas...

L: Se arrependendo *da* militância?

G: Fazendo um... uma confissão... Também não sei se... se alguém deixaria de fazer em sobre as condições... Porque você imagina, você... enquanto você não tem o, o AI5, né, com esse, esse poder que a ditadura se dá, você tinha uma convivência. Você podia ser contra, podia falar contra, as suas discussões com pessoas, podiam, podia fazer propostas contra isso, contra aquilo...

L: Mesmo depois do golpe?

G: Mesmo depois de 64. Porque os professores *tavam* sendo cassados, então você tinha os movimentos anti-cassação. Pô, como cassar, não sei o que. Porque ainda essas coisas eram permitidas porque agora vem o (bate as mãos) o AI5, não tem mais conversa, cara. Acabou. Não tem mais conversa. Né, porque aí você tem a, a ditadura chamada Os Anos de Chumbo. Você tem caracterizado mais a partir desse 68 quando começa... né, o, as ações de prisão, de morte, de tudo o que *cê* puder imaginar... Num é verdade?... Então você tinha uma vida social, você conversava com as pessoas, você ia ao clube... sim.

L: Você sentiu, nessa mudança pós 68, a necessidade de se fechar mais?

G: Você tinha que se fechar mais e, então, e uma forma de você se fechar na clandestinidade, é você ser sociável. Uma figura pública, você vai pra Cinemateca, fazer isso, entendeu? *Cê* tem lá uma, uma vivência, todo mundo te conhece... não ele é médico...

L: Você passa a ser uma pessoa não suspeita, né?

G: Não suspeita porque você tenta... tenta criar uma imagem... de que você é um, é um cara do bem... Pra ninguém desconfiar de você. Jamais iria discutir política com o cara: é, você é um reacionário, você é isso e você é aquilo. Não. Jamais porque, calma, meu amigo, porque os tempos não são pra isso... Sempre é... os tempos são pra você se reunir com o teu grupo clandestinamente, etc., fazer discussões, ver o que nós vamos fazer, quais são os nosso direcionamentos. *Vamo* fazer isso, *vamo* fazer aquilo, né? E, e isto evidentemente ficava só entre a gente. Agora, evidentemente que as pessoas sabem, de uma forma ou de outra, quem era de esquerda, quem não era. As pessoas sabem porque se você faz uma proposta num determinado direcionamento, vão dizer ah, isso é coisa de comunista... Não é verdade? É, justamente. Ah não, isso é coisa de comunista, não sei o que, tal. Então, apesar desses cuidados todos, sempre tem esse, esse viés de que isso é coisa de comunistas e tal. Mas você sempre tem essa tentativa de, de você camuflar um pouco tua vida e viver socialmente como se nada tivesse acontecido. Evidente que num episódio da prisão e etc., uma, a tua companheira numa

situação de uma... uma de uma depressão profunda, *cabou*. Você se recolhe pra tua casa e fica em casa e fica mais no processo mais de proteção do psiquismo de quem tá sofrendo. E é interessante, cara, *cê* veja que, eu me lembro uma das coisas assim que eu fiquei meio surpreso e... eu até, na época assim, “meio magoado”, entre aspas, era o fato de que... no, no episódio de 75 em que as pessoas começam a ser presa, de repente *cê* sai na rua e você encontra um amigo, de convivência política, o cara faz de conta que não te conhece. Tipo, ele passa reto. Não te cumprimenta e passa reto...

L: Medo de ser relacionado a você?

G: Justamente. Medo de se denunciar. Só que num primeiro momento, é foda porque você se surpreende. Fala: catzo...

L: Você fica sozinho, né?

G: O que que é isso, cara? Toda essa vivência que eu *tô* tendo e o cara passa por mim, faz de conta que, nem fala: pô, *tô* com você, te apoio, não sei o que, etc. Não, né? Que era uma forma, depois analisando tudo isso, você verifica que era uma forma das pessoas também se protegerem. Não dá pra você abrir o jogo... É difícil pra danar. São vivências assim... difíceis. Não dá pro *cê* abrir o jogo: não, eu não conheço... não, não sei quem é, não conheço. Porque você não sabe se você tá sendo seguido, se as pessoas tão tomando conta de você. Porque é uma paranoia. Se cria uma paranoia. ... Os atos que te pegam drasticamente criam paranoia em todo mundo, cara. Naquela época more o, morre o Herzog.

L: Foi bem na mesma época, né?

G: Na mesma época. Depois morre o Manuel Fiel Filho, entendeu? Tudo naquela, naquela época assim, sabe, assim. Fatos chocantes que não tiveram como, como evitar que essas coisas se, se tornassem *pública*...

L: É que isso foi um diferencial também muito grande desses episódios, né? Em relação aos anteriores...

G: Diferencial grande porque se considera inclusive que a morte do Herzog é o disparador, o disparador de um processo de superação desse estado ditatorial... Né?... Então... evidentemente que *cê* tem livros, *cê* tem um monte de coisa falando a esse respeito, mas é um disparador. Mas é uma, é uma coisa que mexe com... O cara se apresenta espontaneamente, um jornalista da cultura, se apresenta espontaneamente ao DOI CODI pra prestar depoimento. No dia seguinte o cara morre. Aí falam que o cara se suicida? Põem a foto dele daquele jeito... Né?...

[...]

G: Uma coisa absurda, né? *Cê* veja, então, só que é o Federal. E é interessante porque a gente que *tava* no MO, *cê* veja como é a tua visão de mundo, né, o que você faz. Nós recebíamos jetões por sessão de julgamento, etc. Só que você pegava o seu dinheiro de jetão e fazia um, um caixa geral. Pra quem quisesse participar juntava o dinheiro, você tinha um caixa. Porque nós estávamos fazendo um movimento de oposição no Brasil inteiro. Então as pessoas mais atuantes, as pessoas... né?... A gente viajava pelo Brasil, cara, com esse dinheiro pra estimular as oposições em todos os estados do movimento de renovação. Do movimento de você conquistar as entidades e... até você ter no Brasil uma estrutura de... representativa dos médicos que pudesse realmente ter um papel social de outra natureza do, do que havia até então. E era uma coisa, olha, muito interessante...

L: E isso já mais pro final, né? Já tinha caído o AI5?

G: É, isso é década de 70 pra década de 80. Já, não. O AI5 já *tava* desmoralizado e tudo mais, né? Mas é, são consequências que vão ocorrendo de... acontece isso, faça assim... Os passos que você vai dar.

L: Você julga que o que viviam nesse momento seria possível antes? Isso já era um sinal da distensão?

G: Eu acho que a, eu, eu tenho uma ideia, uma avaliação de que as coisas só são possíveis quando possíveis. *Cê* entendeu? Você não antecipa nada e, e você tem que ter uma condição favorecedora, né? Eu acho que a ditadura foi um, um fator *estimulatório*... para o surgimento das oposições... em todas as áreas profissionais, sindicais etc. né?... Acho que desencadeia isso.

L: E Giba, você identifica se tem diferenças desses movimentos que surgem no final dos anos 70, no início dos 80 de oposição, movimentos sindicais, populares, enfim. Existia diferença desses movimentos, ou do modo como eles lidavam em relação àqueles do início, antes do golpe mesmo?

G: Antes do golpe você nem sabia... Não tinha, num tinha... Porque a, a associação, as associações médicas que eram associações civis só pensavam na medicina... Né?... Coisas científicas, etc., tal. Quer dizer não tinha nada, nenhuma preocupação voltada pra comunidade que atendia. Quando você começa a ter um movimento, você passa a ter uma tentativa de outra representação. *Vamo* discutir a ética médica, *vamo* discutir drogas, *vamo* discutir medicalização. Quer dizer, tudo aquilo que...

L: Também foi nesse contexto, né?

G: É, tudo aquilo que, que faz parte de uma ação profissional numa comunidade passa a ser de interesse de todo mundo. [...] Agora é muito interessante, olha *cê* veja. Você, você quando entra num movimento de natureza ideológica, e ser do Partidão é uma ideologia que tá vinculado a Marx, que vem... de anos atrás, né?... Começa lá no século XIX, manifesto de 1845 e assim por diante... você, você tem uma ideologia... Que faz com que você se sinta dono de uma verdade, de uma visão de mundo que é verdadeira, e que você acha que você tem condição de passar aos outros e você se sente como um porta voz. Você acha que você é um porta voz... Aí você vai nas reuniões: porque num sei o que, falando etc. Acontece que você faz esses movimentos, eles têm um resultado, tem um resultado... significa alguma coisa... E quando você sai de cena, você começa a ter um retrocesso. (risos). Você começa a ter perdas.

L: Perdas?

G: É. Perdas de, dentro daquela visão, que você tinha, você começa a ter perdas. As pessoas já num são mais assim, a... as representações médicas é, elas perde espaço como toda a representação. Elas *perde* espaço. Hoje a minha posição, por exemplo, eu digo o seguinte: é, não precisa ter MO, discussão de natureza ética, moral pra medicina. Isso os juízes civis, podem fazer isso... Por que eu preciso ter uma instituição... Que pode ser muitas vezes ser corporativa, etc., quando você tem uma estrutura civil que dê conta desse recado.

E se o juiz achar que for necessário, solicita um perito médico pra analisar um fato qualquer e você tem lá uma opinião e o cara tem uma opinião que ele através da qual ele pode dar um parecer dele. Requer toda uma estrutura. Então você, você tem um certo retrocesso. É, eu acho, se você for analisar aí os movimentos sindicais hoje não têm mais a força que tinha antigamente. Não tem mais... Todos os campos. Professorado, tudo, tudo. Aí você começa a... a pensar e perceber que você não é porta voz de nada, cara. (risos). *Cê* sai daquele

endeusamento: eu sou não sei o quê. E você percebe que as coisas não são bem assim, viu?

L: Desde aquela época você já começou a sentir isso?

G: Não, não. Posteriormente quando você, você passa não, não ter mais uma estrutura política a qual você pertence porque a gente hoje não tem mais. Não é mais do Partidão. Não, não é vinculado mais a partido nenhum. Evidentemente que você quando vai num processo eleitoral, você tende a escolher em quem votar e... Infelizmente a política é... em algum momento ela é extremamente desmoralizante... Entendeu? Ela é... sabe, é, então, por isso que eu digo pra você. Hoje, a gente diz assim: ah, a gente é mais humanista do que ideológico no sentido de através de uma ideologia você aceitar as coisas como são conduzidas. Não dá, cara. Sabe, não dá. Né? Você tem, você tem uma confiança a partir do momento do surgimento de um partido com uma, que é partido, estrutura, que tem uma ideologia por trás, que era o PT, etc. Mesmo o PSDB poderia ter um caminho diferente e não tem, cara.

L: Muito difícil sair dessas...

G: Sabe? Não tem e aí você veja que o jogo político, caralho, é foda. O jogo político, ele aceita qualquer coisa ou você faz qualquer coisa pra manutenção de um poder e tal. Posso ser um cara ingênuo, né, numa análise absolutamente sem valor num sentido de entender o que é o, a política, o que é o jogo político e como as coisas devem ser na realidade. Eu não quero mais pensar nessas coisas, eu quero achar que, que nós devemos fazer um trabalho, de qualquer natureza, sempre pensando na sociedade, na comunidade e não em você, como indivíduo. Né, quer dizer, o meu trabalho não é pra mim. O meu trabalho é pra fora de mim. Pro coletivo, é pra quem precisa e pra isto eu dou o meu melhor e luto pro que, pra que as coisas possam ser o melhor. Entendeu? Acho que isso aí, pra mim, toda a atividade tem que ser muito mais nesse sentido. Porque infelizmente os partidos não dão conta disso. Os partidos hoje e o nosso parlamento, ele... pra que que serve, cara? Não que a gente não tenha tido ganhos, através das lutas, tudo o que foi feito, não que as coisas não tenham se modificado, mas a... Você vê hoje, você vê aí atualmente esse jogo político, essa pressão política sobre o executivo, né? Se não fizer isso, então eu não aprovo aquilo. Eu quero verba pra não sei o que...

L: É sempre no sentido de interesses, né?

G: Isso é interesses. Então ela, ela... ela é uma política no fim acaba... acho que é uma questão de idade também. *Tô ficando véio.* (risos). Então a gente vai perdendo um pouco (risos) a paciência com essas coisas todas, né? Mas você acha que... apesar de você, eu continuar votando, apesar de você escolher em quem votar, vou lá, escolho, converso com as pessoas, é, não é mais como era antes, cara. Antigamente, fazia... quando as eleições voltam com toda a sua, a gente tinha parti..., tinha políticos indicados pelo Partidão. Olha, *temo* que fazer a campanha de fulano e a campanha de ciclano.

L: Isso antes mesmo das eleições pra presidente, né? Você diz já em 82 com eleição pra governador...

G: Isso, tal. Você tinha lá então seus, aqueles que eram indicados pelo Partidão. Aí cê fazia arrecadação de fundos, churrascos, jantares e não sei o que, distribuição de cédulas, tudo. Cê tinha uma, mobilizava todo mundo, cara. Cê *tava*, ainda *tava* vinculado a uma ação, que era uma ação partidária... *Cabou.* (risos).

L: Giba, como que foi pra você o momento pós Diretas Já?

G: Diretas já foi um movimento sensacional, cara. Foi um movimento de público, de população ... geral, né? Cê veja que foi um movimento tão intenso que eu fui pra praia, fui pra praia, fui pra praça levando a Clara, minha filha pequena... Vamo lá Clara, me dá a mão, filha, vamo lá ver a direta já. Oh (onomatopeia).

L: E o que que motivava vocês a participarem?

G: É motiva... eu acho que nós somos seres políticos. O homem é um ser político. Cê, entendeu? E evidentemente que você, mesmo quando você tá em baixa, qualquer coisa, mas às vezes politicamente você numa, numa situação, desencadeia em você uma reação, que é de natureza política. Então você pode tá meio descrente tal, mas vem o movimento diretas já, você fala: opa! *Vamo* nessa porque é pra mudar alguma coisa, vamo tirar essas possibilidade de indicar o Presidente da República, um grupo pequeno e se é pra que haja eleições. O povo é tem que resolver, o povo é que tem que ir lá e dizer queremos tal presidente. Evidente que isso é... tem por trás uma ideologia, sabe? Tem toda por trás uma visão que você tem de mundo, uma visão que, de participação nas coisas do mundo. Né, sabe? Quando eu digo que o homem é um ser político é porque ele é participante. Embora a grande maioria se omita, né, a, aceite pacificamente as coisas como vem, mas de repente as coisas não são bem assim, não é verdade? As coisas não são bem assim. E só através dos movimentos de massa, de gente, de discussões e muitas vezes não, não e nem dirigidos por partido nem nada, que as coisas às vezes pressionam uma mudança... Não é verdade?

L: Sem dúvida...

G: Você veja, você pega o movimento, entre aspas, porque gente não sabe, apartidário, do Passe Livre, tá aí, cara. A coisa que você não vê a muito tempo, de repente ressurgem esses movimentos. Ah, nós não somos ligados a partido nenhum. Não é um gesto político? Lógico que é. Vai dar resultado? Dá um resultado imediato... Vai permanecer como resultado? Não sei. Não sei porque no Rio já aumentaram a passagem. (risos). Aumentaram a passagem e qual é a reação? Né?

Então, você... você tem idas e vindas, idas e vindas, desses movimentos todos aí que, que é interessante. As coisas acabam mudando? Acho que acabam. É... influencia num certo sentido o pensamento da massa? Eu acho que acaba influenciando por outras vias. Apesar de você falar: poxa, mas eu... cada vez aumenta mais as pessoas que, digo pra você: Deus foi com você. Pô, cara, não quero Deus comigo (risos). Deus foi com você, Jesus não sei o que, sabe? Tal, isso aumenta na população pobre, etc. Mas eu acho que você, que você tem um, um movimento que tende a acabar com o reacionarismo, como a gente conhece. Que muitas coisas foram superadas...

É, você supera a escravidão, você tem uma luta hoje contra o racismo e, e tá aí nos jornais, as pessoas tão lutando, né? Você tem uma luta contra homofobia, né, todo movimento que tem repercussão. Hoje... hoje, eu acho que, que a população aceita o casamento entre dois homens e entre duas mulheres. Né, quer dizer, se, se eu imaginar, se eu imaginar a minha família, conservadora, religiosa, o tio que era bispo, que não sei o que, etc., né? Falar em casamento gay, casamento, era inconcebível, era uma tragédia, o que que é isso? Não sei se continua, né? (risos).

L: Mas é um caminhar. Se a gente for ver de modo geral, caminhou-se muita coisa...

G: Caminhou-se muita coisa. Eu hoje, então, eu convivo com amigos homossexuais, casados, vou ao casamento de homossexual. Pra mim é uma coisa absolutamente ... tranquila, absolutamente..., é.

L: Eu acho interessante também que mesmo nas instâncias mais conservadoras como o judiciário, por exemplo, hoje já é permitido o casamento e também a adoção de crianças, né?.. Que é uma instituição hiper conservadora, né?

G: Super conservadora... É. O judiciário precisava mudar, rapaz. O judiciário que nós temos ele é, é, é um, ele é trágico porque em algumas áreas, ele não tem o conhecimento suficientes da natureza social pra tomar atitudes... Por exemplo: eu li um artigo aí sobre a internação de adolescentes. Adolescentes com distúrbio de comportamento e etc., em instituições é manicomiais. Cara, é uma tragédia. Então acontece que esses adolescentes em crise, muitas vezes são, são encaminhados pelo judiciário, pela polícia judiciária, etc. a essas instituições. E às vezes são trabalhados, etc., estão em condições de voltar pra sociedade e o judiciário breca. Fica mantendo num processo de...

L: Um processo de exclusão, né?

G: De exclusão. De, sabe, que acaba sendo tão prejudicial... a esses adolescentes, é que depois eles não conseguem sair mais dessa condição de ter que viver hospitalizado, num núcleo com as pessoas mandando nas piores condições. E o judiciário é o, a instituição que mais faz isso. *Cê*, entendeu?

L: Que tem poder, né?

G: Que tem poder, mas então isso reflete um, uma visão absolutamente deturpada hoje em dia do que é o, a questão das psicoses, dos distúrbios comportamentais, ou seja lá o que for, pô. ... A luta anti-manicômios, é uma coisa muito antiga, né? É toda uma superação de uma condição terrível. De antigamente. E de repente você ainda tem... Núcleos que agem dessa forma, quer dizer, é uma coisa trágica...

L: Eu queria retomar essa parte que estava falando do movimento pelas Diretas Já. Como que foi quando recebeu a notícia ou ficou sabendo que as eleições diretas não foram aprovadas naquele momento?

G: É, você, você é... olha... viver emoções é uma coisa... indescritível. O movimento direta já, é um movimento que naquele momento que *cê* tá vivendo, ele é muito intenso. As suas adrenalinhas, endorfinas, seja lá o que for, estão, né? É, é muito, é muito legal, é muito.

L: Foi uma coisa que abrangeu muita gente, né, muita gente foi tocada...

G: É, muita gente. Muita gente foi tocada, muita gente... Aí você tá no, você tá na rua com o povo, todo mundo. Aí *cê* encontra um bando de ciganas, eu tava com a Clara. Ah, como chama a menina? Clara. *Clahrra*? Achei tão bonito *Clahrra*... Uma coisa tão eufônica (risos). Ah, então *cê*s tão indo? Tão. Então, você tem isto. E aí você tem aquela comunhão... Sem nenhuma conotação religiosa, mas *cê* tem uma comunhão com todo mundo. Ah, uma comunhão, cara... E você acha sempre que você vai vencer. Né? E quando as coisas... não dão o resultado que *cê* esperava, é aquela ducha fria. Mas não o suficiente pra você deixar de imaginar que, que essa possibilidade de vencer a estrutura tá presente. Falei não, tudo bem. Isso é um processo. É um processo, é um processo. Aconteceu assim, mas vamo nessa. Vamo nessa. Vamo aquilo que for possível ser feito tem que ser feito. Continuar a ser feito. Né? Quer dizer, você tem uma ducha de água fria, pô. Todo o entristecimento que você tem de, de um movimento tão vivido, tão vivenciado, né? Mas você acha que... que as coisas continuam. Né, quer dizer, é interessante porque você tem uma, você tem uma frase do, do Galeano... Eduardo Galeano... que diz o seguinte: que a história, ela anda muito lentamente e a gente tem muita pressa. (risos).

L: A gente tem pressa. (risos).

G: Então, a mesma coisa. A gente tem pressa, cara. Movimento direta já, pá, no dia seguinte: opa! *Vencemos!* Mudou tudo! Calma, amigo. (risos). A história não é assim. A história vai te mostrar: não, ainda temo que dar mais um passinho pra frente, não sei o que, tal. *Vamo* andando até poder concretizar realmente. Mas é... é o que eu penso da vida. Olha, quando eu penso na vida... e... tem uma visão de mundo, de vida que é o seguinte: esse negócio de felicidade como se fosse coisas... isso não existe, cara. Você tem momentos de alegria, momentos felizes, tristezas, derrotas, depressão. Tudo isso faz parte da vida... Sabe, porque eu, eu como um bom ateu, ... a, o, o que vale pra mim é a vida. Então, essas vivências do tipo Diretas Já, a derrubada do Collor, tudo isso, são vivências que naquele momento... foram muito vividas por mim. Muito vividas por mim.

L: E Giba, como que foi de um lado as Diretas Já e, por outro, houve também um banho de água fria? Que sensação ficou para você em relação a transição?

G: Sabe o que acontece? A gente tem uma forma de pensar, de que você acaba desenvolvendo ao longo da sua vida... que... ela nunca te tira num certo sentido, é... a perspectiva de que as coisas vão mudar. Se, se, sempre tem uma questão de um, de um, da permanência de uma expectativa de que as coisas tão aí e que as coisas vão mudar. Ou seja... Você, você pode ter hoje uma visão assim... me falta um pouco o tema agora... em que você não acredita muito nas coisas, tem um nome próprio pra isso, que você tá meio decepcionado como as coisas...

L: Descrente?

G: Descrente... Estão andando, mas isso num impede que você seja otimista. Não, não ingenuamente otimismo, otimista, entendeu? Porque a história te mostra que as coisas tão aí em andamento, velho. As coisas tão em andamento. E tem muita coisa em andamento que às vezes você nem percebe. Que é muito interessante, quando você lê o, o “Guerra e paz” do, do Tolstói, ele, além de ser um romance, um romance histórico, 1812 Napoleão invadindo a União, a Rússia, ele faz algumas considerações é, de natureza política. Era a visão política dele. Ele, ele era um anarquista cristão, né, ... então ele faz análises políticas. E uma das análises que ele faz, é desses movimentos imperceptíveis que existe nas sociedades que num dado momento elas acabam confluindo e nessa confluência, alguma coisa surge.

Entendeu? Eu acho um pensamento super interessante. Né, e, e isso é um pensamento que quando eu lia, há muitos anos atrás, eu achei muito interessante. E, e eu realmente hoje penso que as coisas são assim. Ou seja, é, é, eu posso tá descrente, puta que coisa, a corrupção, essa merda toda que não dá mais pra acreditar em ninguém, em quem que cê vai votar. Ah, eu já não voto nem mais. Eu tenho direito a não votar então já nem voto. Pra que votar? Ninguém te representa mais, etc. Mas eu, eu sou otimista eu, eu acho que, acho que lentamente, conforme o nosso amigo Galeano, as coisas vão mudar. Eu, sabe, eu acredito que as coisas, é, a tendência, a longo prazo, é de você ter mudanças. Eu acho que essas mudanças, elas são, elas são fortalecidas por esses movimentos pontuais. Diretas já. Pá! ... O movimento anti-corrupção com a, com a derrubada do Collor, o povo na rua, aquela loucura, etc., são pontuais. Eles são pontuais, mas eles tão aí. Eles, eles tiveram o seu papel e muitas dessas coisas acabam permanecendo...

Ele acaba permanecendo. Eu acho que mesmo a, as situações de indignação que você tem, de muitos anos atrás, estão aí presentes em você. Hoje quando você rememora, sabe, o Gregório Bezerra, naquela condição, cara, ainda gera em

you indignity. Still, you know? When this group started to return to Brazil, I went to Rio de Janeiro. At the airport...

L: You met a lot of people who had been exiled?

G: I met. I met Prestes, Gregório Bezerra. Then, I...

L: You went to accompany the arrival of them?

G: I went to accompany the arrival and, and ... the dominant structure in the Party I knew, Salomão Malina. They were people that I had contact with, he was a doctor, he attended children. And... understood? Then these things, they are, they mark you, they are so present. In some moment..., in some moments I think that you yourself unconsciously you have actions that reflect what were your experiences... né? The people... the people, you are very worried about, about the question of memory. The people are memory... Understood? The people are memory. You can't remember... Understood? But the people are memory. We, we are products of memories, of experiences of a whole life. ... Even when you were not yet. (laughs). The anthropological memories. The memories anterior to the people, that. Another thing that was interesting too, you see, né, I also don't remember in which epoch..., that in a given moment I... I participated, through the Commission of Justice and Peace, that I think was linked to the Church, it was, in the area of health, I attended in my consulting office, people that they were sending... Refugees, from Latin America. Chile, Argentina, etc., that they had been tortured, etc., and that many times they had sequelae in my area of action, otorhinolaryngology. Many sequelae... of traumas that they suffered. Then you examined the face, it had a perforation in the eardrum because pá! Pá! (onomatopoeia). They were hitting the eardrum... Terminating, treating and making the referrals for the people known for operations, for treatments and everything else... In that, in that period there is, there is, it is ... to date the things I already don't have the condition... Evidently, if I had raised my papers I could have said: ah, it's here, give a date because I don't know if it exists today, but I received acknowledgments from the Commission. Look, we thank your help, I don't know what and etc.

L: That was a way too of participating, né?

G: That was a way, um, another form of you giving participation, participating more broadly already linked to... to the questions of America, né? ... Then, ah, the whole world participated like this... The people that were on the left, the people *tava* always with this disposition. Then, a lot of consulting office probably attended.

L: That was clandestine, right?

G: No... Oh, that I don't remember... That was linked to the church, né?

L: That was also a certain protection, né?

G: That was a certain protection, né, that the church was a strong church, here in São Paulo. Don Paulo... was a church, You had lawyers, I think that was the Dias that was... the lawyer linked to this... Then you have many, many actions that are lost in time, etc., but always linked to political positions... It's not true? The election of vereador, the election of deputado. People, money, let's go. ... The whole world was with everything. Know? ... You get the movie... the people of, of ... of FAU, while student, you were there, to make an exhibition of Oscar Niemeyer, that is an icon of architecture, communist, I don't know what. I was there, you know? Ah, let's make a magazine. They made a magazine, journals like students and with, with themes in the area of architecture like this... very interesting like, like the people understand that it should be architecture... Then you were there, you were, you had a, you had an action linked to the possible things to be done.

L: Com o que era possível, né?

G: O que era possível... Bem forte porque você tem, quando cê tem AI5, ditadura ferrenha, etc., é impossível. Só na clandestinidade, só migalhas que você tenta conduzir. Quando começa a liberar, você começa a botar as manguinhas de fora... Né?... E são vivências assim que eu, que eu considero, vivências assim, sabe, tão interessantes, cara. Muito positivas na minha vida, muito positivas.

L: Positivas. Você consegue identificar qual é o sentimento ou quais são os sentimentos mais fortes que ficaram ou que mais te tocou esse período todo que você viveu suas histórias? Você acha que consegue identificar o que mais forte ficou?

G: Olha, o que mais me marca, do meu ponto de vista, é uma questão ligada a uma solidariedade humana, né? E através dessa visão solidária que você tem do mundo, você tentar desenvolver coisas que sejam benéficas. Isso eu acho que é um aspecto assim pra mim importantíssimo, né? Que eu acho que, que a visão solidária do mundo é uma visão pra mim maravilhosa, sabe? Eu sou solidário porque nós pertencemos a chamada raça humana que é uma coisa só. Bom, não há divisão e não tem nada aí, se é preto, branco, alto, baixo, isso não interessa. São seres humanos e a partir daí eu sou solidário com você, com as coisas e eu vou lutar porque pra que eu possa dar o melhor ou desenvolver algo que possa ser benéfico pra todos e tudo o mais. Então, isso aí eu acho que é uma coisa muito interessante. Uma outra coisa que eu acho muito interessante também são as amizades que você forma que são amizades, inicialmente vinculadas a uma questão ideológica, a uma questão política, etc., mas que de repente permanece como de outra natureza. Que é diferente você ter amigos com os quais você conversa banalidade. Pô, o mundo não tá aí pra banalidades. Em alguns momentos até tudo bem, mas o mundo não é isso. O mundo não é, não é banalidade, né? Não é isso. ... Eu nas minhas relações de amigos que eu tenho, e provavelmente você também, o que a gente conversa é o mundo. O que a gente conversa é a política, as coisas que tão acontecendo, cê entendeu? É a arte, é a produção humana, isso que a gente conversa. ... Ah, então eu acho que quando você sai de um seio familiar conservador, pequeno, interiorano, etc., sabe. A ampliação que cê faz das tuas relações e o conhecimento te dá um... Te abre o mundo que é outra coisa, cara. É um... que, que eu, que eu acho também é fundamental... importante porque acaba se refletindo na tuas, no teus filhos, no, nos filhos dos teus amigos.

L: Que também se expande, repercute...

[...]

G: E acho que você tem esses movimentos e evidentemente que quando eu tô falando de solidariedade, tô falando em amizade, isso aí é uma sensação enquanto pessoa, mas cê também não pode se esquecer quando eu falo da questão da memória e etc., que essas vivências pontuais te marcam, te marcam. Cê entendeu? Cê vai, olha, analisa, vivencia, vê o resultado. Poxa, não foi dessa vez, etc. Ou seja, elas são geradoras de, de um movimento de reflexão. Que é uma outra coisa que cê que acaba se desenvolvendo pra gente. Nós somos também seres reflexivos, né? As tuas vivências te levam a reflexão.

L: Convidam para isso, ne?

G: Te convidam pra isso, quer dizer, todas as coisas que você vivencia, você ... sempre tá lá refletindo, pensando na justeza ou na *injusteza*, seja lá o que for, cê tá refletindo o que significa, o que não significa, se o caminho é esse, não é. Não

é verdade? Então isso tudo, isso tudo... é... acaba... presente em você, que é uma coisa que você num, não se livra mais disso.

L: Não se livra mais disso...

G: Não se livra mais. Você diz assim: ah, não quero mais pensar. Não adianta, cara. Ah, isso não me interessa. Cara, num, não adianta. Já tá lá. Pega o jornal, lê uma no jor... lê uma notícia no jornal. Fala: puta que pariu, que merda é essa? Né, que eu continuo lendo o jornal inteirinho... Que é o, eu ia até te contar que isso é uma coisa que veio da minha infância, você veja, né? As memórias... Quando eu era garoto, já sabia ler e escrever, meu pai lia o Estadão... E então, quando o jornal chegava, o jornal era do meu pai... Mas aí tinha briga entre os filhos. Depois sou eu. Quer dizer, quem falasse primeiro depois sou eu, tinha direito de ler o jornal depois que meu pai lia. (risos).

L: Tinha primeiro lugar. (risos). E eram muitos irmãos, né?

G: É, né, estávamos *em* doze... “Depois sou eu...” Aí não tinha conversa. Você tinha o direito de ler o jornal depois do seu pai. Você veja, eu continuo até hoje lendo jornal, fiz a opção pelo Estadão, porque eu sei que já é um jornal conservador. Uma linha conservadora de visão de mundo, mas eu, tá bom, então, eu consigo ler.

L: Você lê já sabendo disso, né?

G: Já sabendo disso. Esses jornais que se metem a achar que é de esquerda, que não é de esquerda, etc., que você percebe que é um oportunismo, não dá. Isso aí é um... isso aí eu deixo de ler (risos). Imprensa marrom, essas coisas todas tão fora. Né, cê veja, então, são as memórias, as memórias da minha infância hoje pra que eu todo dia pegue o jornal.

É. Assim como... é interessante, eu tenho um colega meu de turma, que é um psicanalista, e... e um dia a gente tava conversando, tal, numa reunião nossa pós formados, há muitos anos assim atrás. Ele ti... até fez um comentário aí que... de que da turma nossa de médicos eu tinha sido o cara que mais tinha... tinha tido uma presença. É, MO, movimento, etc... E eu me lembro de ter feito um comentário com ele... que... sobre... porque que essa coisa tinha acontecido, né? Eu falei: olha, sabe o que acontece, o meu pai era um cara... público... Um cara que num, não tinha essa coisa de pegar no colo. Não tinha essas... Era um cara distante e... e, então, você não sabia muito bem porque ele falava pouco ... e quando ele falava, não falava duas vezes... Aí tinha um escritório com milhares de livros que cê entrava aquilo era um mundo pra você, onde cê não podia entrar se ele não estivesse presente. Quer dizer, então, fica uma, uma figura misteriosa pra você. Porque você não tem acesso. As emoções, as... questões da vida como penso, como não penso. Cê, cê acompanha no teu pai o fazer. Meu pai faz isso, faz aquilo, etc. Então, meu pai fez: foi vereador, político, foi professor, foi... médico, diretor de Santa Casa, etc. Então, eu falei: então, quando você tem um pai que é um estranho pra você... eu acho que a gente tenta reproduzir o pai pra você poder entendê-lo... Você entendeu? Então, ... o que que é a minha vida? É a mesma coisa. Fiz política médica, fui presidente do MO, sou professor, etc. ... Como o meu pai foi de uma outra forma, de uma outra maneira. (risos). Talvez seja um jeito de eu poder...

L: Entender um pouco. Dar um lugar pra aquilo também...

G: Dar um lugar, né, nesse, nessa relação familiar que às vezes é distante, tal. Eu acho que é meio... Que eu acho que a vida da gente também é meio por aí. São as marcas que você vai... e que acaba se reproduzindo na tua vida, em tudo, né?

L: Mas você me parece, pelo o que você fala, uma pessoa mais afetiva...

G: Totalmente. Eu sou muito aberto, sou muito afetivo, sou muito .. sou muito dado e...

L: E isso parece bem diferente de como você descreve seu pai...

G: Não, totalmente. Sou totalmente diferente da minha família também, né, no jeito de ser, tal. E... né? Eu, eu sou um cara que acha que amizade é fundamental. Então, eu luto pelas amizades, que eu acho que é uma das coisas mais importantes da gente é a amizade. Mais do que família. Família cê tem afeto, etc., mas você não tem... cê tem afeto... Tolerável, tenho meu irmão, tenho irmãs, não sei o que, os primos, então, tudo bem, tudo bem, etc. Aí eu falo: amigo é outra coisa. Né, amigo é com quem você conversa, com quem fala de você, das coisas que tão acontecendo, de tudo.

L: Tem uma troca, né?

G: É uma troca... Né? Então, eu penso dessa forma. [...] [sobre a pesquisa] É, porque você veja, a memória humana, a memória humana, ela, ela, ela não é linear, né? A memória humana vai aqui, depois ela tá lá em cima depois vai pra cá, não sei o que.

L: Algo retoma aqui e vai.

G: Ela retoma aqui, quer dizer, ela não é uma coisa linear. Bom, memória ba ba ba, não, não é assim... Então, não é fácil a gente... recuperar fatos, e vivências e, e emoções. Você veja, eu quando falo da prisão da Quinha, quer dizer, eu acabo chorando, cara. Eu num... Quer dizer, então, essa memória... é, não é fácil de ser recordada, assim, porque ela gera em você novamente um... As emoções acabam aparecendo aí, né? ... Então, por mais é ... assim, duro que você ache que: não, não sei o que, tal. E aí quando você fala em determinada situação, você chora, né? (risos).

Eu tenho um irmão meu, que é dos, dos doze irmãos, o, o meu irmão mais moço, o Renato, a gente era muito amigo. Porque as idades são próximas e a gente conviveu muito. E ele morreu muito cedo. Teve um câncer fulminante de fígado que quando diagnosticaram, ele morreu... E até interessante porque no caso dele, ... ele, eu tava aqui em casa, em São Paulo, a, a minha cunhada me liga dizendo: ah, ele pediu pra ligar pra você, pra você passar a noite com ele... Dá pra você chegar aqui? Ele tava internado. É, dá... Aí eu fui lá pra Minha cidade e fui lá pro hospital. Quando eu cheguei, ele tava morrendo... As pessoas tavam tentando recuperá-lo. Massagem, não sei o que, eu falei: pessoal... chega, não precisa mais, já foi. Era o momento dele. *Cabou*. Não tem... Mas ele não me viu... Quando eu cheguei, ele já tava, já... A coisa aconteceu. Um episódio que você... Bom... Há uns tempos atrás aí, sei lá quanto tempo atrás, relativamente recente, de repente quando eu tô falando com ele, eu começo a chorar, cara. Quer dizer, então, das primeiras vezes assim que a emoção aflora novamente. Apesar de anos e anos e anos.... O que que será que desencadeia isso, né? Quer dizer, ou qual foi o fermentinho que naquela hora falou: ‘Opa! *Vamo* nessa!’ E desencadeia em você essa reação. ... Elas aparecem, né? ... Quando é possível, tal, o... Tá lá. [...] *Falamos* já o suficiente?

L: É, fica pra mim uma porta aberta se você lembrar de alguma coisa que queira falar.

G: Não, quando, não, eventualmente se você de repente quiser voltar a conversar, a gente papeia.

L: Queria te perguntar se tem algum nome que você gostaria que eu usasse? Um nome fictício, tem algum nome que você gostaria para você?

G: É, pode usar o meu nome mesmo. Não, pode. Tem problema não. Não, não tenho nenhum. Não tenho porque.... A gente é responsável, não é verdade? Então, se eu, se eu sou uma pessoa responsável, e eu tô falando alguma coisa...

L: é no sentido de te preservar mesmo.

G: Que se, se você falar em Giba, você não vai botar sobrenome? É uma figura qualquer. Eu sempre tive uma certa preocupação, te falei no começo, né? Que os fatos às vezes vivenciados por você, você fala que vivenciou dessa forma e outra pessoa fala: não, não é assim, não foi bem assim, é diferente, você tá enganado. Não.

L: E, e é o como aconteceu, né? Como aconteceu pra muitos Gibas, muitas Quinhas, pra muitas pessoas, que acho que isso é o mais bonito, né, dessa... O mais bacana.

G: É verdade. ... Bom, *falamos* bastante, né? Já é meio dia.

Entrevistas com Paulo

São Paulo, 2014.

Paulo: Eu fui militante do movimento estudantil, entrei na universidade em 67 no curso de filosofia em 1967. Vivi o 68, quer dizer, não houve o curso. Historicamente, você conhece bem, teve a invasão da Maria Antônia, ocupada, o curso acabou não acontecendo, teve movimento político intenso. Em 69 a transferência para os barracos aqui na cidade universitária, fechou a Maria Antônia, meio de improviso o Ato 5 em 69. O movimento estudantil tentando uma organização política para resistência da ditadura, até então, que já era uma ditadura brava, mas em 69 a coisa ganham proporções mais radicais ainda. Uma radicalização violenta de um lado, radicalização dos grupos de oposição de outro, quer dizer, como vencer, como mudar esse tanto de coisa, através a luta armada, conscientização, da politização, o movimento estudantil no meio disso... eu fui fazer movimento estudantil no meio disso, na época tinha uma organização chamada de política operária, tinha a sigla de POLOP, enfim. Fazia uma participação na POLOP, a discussão era... claro que a luta de classe tem sempre essa questão do choque, da violência de classe, mesmo que isso não signifique um enfrentamento armado, mas a violência está em todos os níveis.

Mas a tentativa era de regimentação, de fazer com que houvesse uma conscientização do operariado, que é fundamental no conceito marxista, no sentido de que a conscientização era vital para haver a mudança, a... a consciência de classe fazer a classe... consciência para si, aquela história toda que a gente discutia na época. Alienação, que eles eram subjugados pela ditadura e depois pelos elementos também de uma cultura de alienação que levava a uma perda da visão crítica. Bom, como eu interferi? Interferi através de uma ação política, e o movimento estudantil tentando auxiliar nisso aqui, militantes alguns iam para trabalhar junto aos operários, outros davam retaguarda para isso, outros no movimento estudantil, que era o meu caso, estar no movimento estudantil.

Luis - Você não estava junto aos operários?

P - Indiretamente, porque passei a dar aula em curso em de madureza para operários, passei a dar aulas em cursos que tentavam atrair o operários, tinham cursos técnicos, apesar de eu dar curso, no que eles chamam de madureza, que era a forma do indivíduo se formar com mais rapidez, hoje acho que nem existe mais. Sujeito não fez a escola e podia através de um curso fazer um exame depois de um tempo menor, ter o seu diploma. Era mais ligado mais a adultos, era uma opção boa, uma opção para operário que enfim, tinham pouco tempo para estudar, tinham sido alijados da formação, então era uma forma de inserção. Eu trabalhei, estudava é claro, na universidade. Eu tinha minha família classe média baixa, meu pai era alfaiate, não tinha condições financeiras pra... pra que eu pudesse só ficar estudando, tinha que trabalhar para minha sobrevivência...

L.- Você trabalhava com o que nessa época?

P.- Eu dava aula, né? E é uma época interessante, porque já no primeiro ano de universidade eu fui dar aula em cursinho pré-universitário, quer dizer, o que é um absurdo hoje pros padrões atuais. Era... sessenta... eu acabei dando aula em 68 no cursinho pré-universitário.

L.- Você estava com que idade nessa época?

P.- Eu estava com vinte... eu sou de 45. É... cinquenta... setenta... é... sessenta e sete então eu estou com é... 21, 22 anos. No Golpe eu *tava* com 18 anos na época do Golpe. Então, o que que eu acabei fazendo... no ano de 67 ate então eu trabalhava em período integral, tinha que fazer o curso noturno... na faculdade. Eu no colegial eu vim para São Paulo e fui trabalhar [numa Multinacional] em Santo André, uma empresa grande. Saí, fui trabalhar em outra empresa grande, [...], era uma empresa multinacional, trabalhava o dia inteiro e ia à noite para universidade, e a partir daí tentei mudar um pouco, saí desse trabalho...

L.- Lá você fazia o quê?

P.- Não, na... [primeira] era na área de Recursos humanos, burocracia e tal. Era na época uma coisa absurda, meio taylorista, de você metrificar salários. Dava uma pontuação para graduar, você chegava em tal graduação aumentava o salário em tal nível da escala... uma dita metodologia científica, uma enganação, que no fundo, no fundo, o salário é dado, você faz uma racionalização para dizer que o indivíduo está ali.

L.- E como era trabalhar com isso?

P.- Era uma contradição, evidentemente que era um porre, acabava não gostando e tal. E era primeiro a sobrevivência, né? Mas é... isso vai entrando em conflito que você acaba dizendo: bom, aqui eu não fico. E foi quando eu passei a dar aulas, né? Na universidade tinha um cursinho pré-vestibular que era o cursinho da USP, que era um cursinho... era uma formação de quadro, né? para política, pregava para universitário, para formação para o partido e tal. Mas tinha um concurso e tal, acabei entrando nesse concurso e acabei dando aula nesse primeiro ano. Depois em 70 eu fui em outro cursinho pré-vestibular, que era da economia que chamava Visconde de Cairú, que é o nome do centro acadêmico, centro acadêmico que tinha um curso pré-vestibular para economia. Esse era bem administrado, rentável e tal. E eu fiquei dando aula lá também. Então eu era um aluno dando aula, quer dizer, era aluno de...

L- Você chegou a estudar nesses cursinho pré-vestibular?

P- Não, eu acabei entrando sem o vestibular, sem o cursinho pré-vestibular, mas foi a época que começaram a aparecer os cursinhos pré-vestibular, quer dizer, não que não existiam antes, mas eles passaram a ter mais importância, talvez uma concorrência maior e tal. Então a USP tinha, eu trabalhei também no... tinha um curso de madureza mas não para os operários que chamava Santa Inez, que era um curso massivo, comercialzinho, eu também dava aula lá. E dava aula no começo do Objetivo, do colégio Objetivo, que era o cursinho Objetivo. Então eu fiquei nesse ramo, trabalhando com aula.

Então, com aula você podia. Primeiro sobreviver, sobreviver para época, até para a minha idade e para minhas condições até muito melhor do que no escritório, tinha o tempo livre, era muito mais estimulante, você estudava e tal. E podia também... o tempo, você se dedicar a... ao... ao partido à política, tal... como? No cursinho pré-vestibular num certo instante, depois eu passei, reduzi um pouco em termos de aula, para ir dessa madureza em Osasco. Osasco em 68 teve uma grande greve, greve da Cobrás, uma empresa de fabricante de vagões para trem. Material ferroviário e tal. uma empresa razoavelmente grande, com número grande de operários, tinha lá um movimento político, um pequeno embrião do sindicato de metalurgia em Osasco. E eu dava aula em um bairro próximo dali onde os operários mais politizados iam, frequentavam o curso, o aprendizado, então foi uma forma de me... bom, primeiro fazer uma ação muito mais útil... então foi essa ponte com a política e ao mesmo tempo com a legalidade. Eu era um professor, era minha função e tal. E... então foi assim que eu vivi esse período. É...

L- A aproximação com a política surge durante a faculdade?

P- Não, não... antes... no movimento secundarista eu... essa consciência digamos mais à esquerda, mais socialista foi aparecendo aos poucos. Todo jovem tem uma visão muito ingênua, ainda mais eu, no caso, classe média baixa, então... no muro entre as funções proletárias... não chegaria a ser um operário, estava numa classe média de um artesão que podia te dar possibilidade para trabalhos mais, ditos, nobres, burocráticos e tal. Eu fui trabalhar desde os 14 anos, enfim... office boy, depois escriturário... e... mas dos 13 pros 14 anos inclusive tive uma função que era oficial proletária que... na época tinha uns tamancos... a gente estava em Niterói, tinha muito uma tradição portuguesa de tamanco de madeira... era uma peça de madeira com couro em cima. Então eu trabalhava para furar, pegar os pares do mesmo número, as pessoas produziam, eu ia lá, olhava o tamanho 40-40, cor-cor, e fazia um furo e amarrava o par, fazia o par. Quer dizer, era uma... um trabalho de operário e comecei trabalhando assim tal... não chegou a um ano, depois fui ser office boy, depois escriturário. Então, fiquei sempre no limite de classe, digamos né? Nesse período. Mas, é... e quando eu... eu fui fazer um colégio com muita... bom... eu *tava* no lugar certo e na hora certa nesse sentido, porque, cidade grande, muita efervescência política e tudo mais... e então, pela cultura você passa a ter uma ascensão, a cultura te permite isso, você pode... primeiro abrir a mente e de outro lado você tem uma convivência com pessoas mais solidárias, mais interessantes... então, uma rede de... proteção de um lado... uma rede de... de suporte emocional até... então... eu fui estimulado por isso. Bom, vim pra São Paulo fazer o curso na USP, onde é... um sonho do tipo onde havia o pensamento mais crítico, então eu já estava evidentemente, mais dirigido para um pensamento mais crítico por causa disso.

Mas eu sai de lá na ingenuidade, nesse período de operário você tem uma visão meio ingênua de 14-15 anos, tal, de moleque ainda... e antes do golpe. Então eu lembro que antes do golpe, tudo bem, toda a vizinhança... uma tradição getulista, uma tradição, o Jango tendo isso... e um movimento popular forte. Eu lembro que eu tinha até uma postura assim meio conservadora, elitista, meio conservadora aos 14-15 anos... do tipo, porra... do tipo é... algumas coisas que a direita colocava, do tipo... precisava de uma relativa ordem... enfim, sabe aquela história... me sentia meio diferenciado... usava umas palavras erradas ainda, achava que queria uma democracia, mas sem anarquia... aquela história que a direita sempre usa.

Nos anos do Jango tinha isso, que movimento social na rua assustava, era visto como anarquia, como não democrático e tal... pelo contrário, não era visto como democrático. E era a forma também de crescimento do movimento sindical, mas é claro, aquele movimento sindical ainda muito atrelado ao partido comunista, que depois eu fui entender, né? que era *parelista*, que era... um movimento meio burocrático e tal. Por isso que também, digamos, o golpe foi dado, sem nenhuma resistência muito grande. Mas enfim, ele fazia um certo clamor e tal. Eu acompanhava, escutava, mas com visão crítica muito baixa.

Quando eu fui pro colegial, no colégio havia uns professores e um meio mais estruturado, mais crítico, e foi quando eu, minha consciência, foi despertada, quer dizer, eu comecei a perceber minha ingenuidade nessa história toda, né? Eu... é... a identificação, quer dizer, a... com quem eu tinha que identificar era uma rejeição burguesa, eu queria uma ascensão, nada mais do que isso. Enfim, passei a ter essa consciência não muito crítica, você vai acabando tendo no colegial. Foi no colegial que foi... e a coisa vem também pela cultura, bom, os movimento no colegial, vem o teatro, vem uma utilização do teatro como estímulo, depois vem umas peças, começa a ver Brecht aqui, aquela história de uns professores mais, mais inteligentes, mais sensíveis e tal, que te estimulam mais.

Não, eu não atuava. Não cheguei a ser a... a atuar, mas eu ficava... por exemplo eu ia mais pra imprensa do tipo jornal da escola, eu ficava mais nessa história do jornal, mas gostava de ver, ajudava na montagem, era uma linha meio auxiliar nisso aí...

E além da questão do teatro, cinema principalmente, também me chamava muito. Então, foi a época que assisti tudo do neorrealismo, começa a entrar o neorrealismo na história e eu adorava aquilo e passava desde a comédia até o realismo, o cinema italiano muito interessante, muito... muito identificado com aquilo e tal... bom, não só neorrealismo, comecei o cinema pelo teatro, me pegou fortemente. Gostava muito e... tem isso... e a leitura entra com o cinema, então foi uma abertura imensa essa questão. Isso pelos professores, isso por alguns militantes mais antigos dos últimos anos da universidade... do colégio, e o movimento estudantil secundarista era forte na época e tinha a UNE, tinha os... o teatro popular da UNE... é... o pessoal se infiltrava aí na escola, se estimulava... entra a música, eu não sabia tocar, mas a música entra com tudo também, esse período era um período muito fértil, a Arena conta Zumbi, toda aquela geração, da Bossa Nova forte e tal. E isso foi um caldeirão legal. E isso foi um caldeirão legal.

Foi um período curto. Dos 15 anos até os 18, uns três anos então. Mas é intenso porque é um período forte da sua formação. Eu acho que hoje, é nesse período que você se forma mais, eu acho. Porque é nesse período que você tem, a necessidade de sobrevivência vai aparecer cada vez mais, ainda mais numa família de classe média baixa. E nesse período que você ou pode ter a sorte de ter revelado, né? Pela estética e a política, ou você pode ficar alienado, absolutamente alienado. Eu vejo uma garotada, por exemplo, na minha época, no meu bairro, eu volto a ver aqueles que eram meus coleguinhos de rua, de escola, eu voltava nos 70 e ficava, assim, pensando muito nisso. Uns ficaram onde estavam, então tinha um lá que entregava marmita. Ele continua nesse período entregando marmita, limitado. Gostava do futebol, ele continuou no futebol. O futebol era tudo, aquele universo meio limitado, o lúdico do futebol que é muito gostoso e tal, mas ficar só naquilo a crítica não entra.

- Para você a cultura teve...

- Teve um papel muito grande. Porque estar numa cidade grande que é palco de uma coisa que é muito intensa e onde a história toda estava acontecendo, onde o getulismo nasceu, onde os movimentos de massa viveram, onde tudo quanto é política no Brasil aconteceu ali. Enfim,

essa herança, você está ali no meio. E onde principalmente o... a... a estética explodia, partia... era um centro gerador muito forte, então eu tive a sorte de estar ali. E vindo pra São Paulo que também, é a mesma história, mais do que lá, com mais oportunidade, quer dizer, onde o capitalismo é mais avançado de trabalho, proletariado mais estruturado, a questão política mais sedimentada, eu vim de uma classe média de funcionários públicos, né? Então com toda limitação que isso dá para... e... principalmente a USP, começou a entrar o valor nos 18, 19 anos. Que é um valor de procurar uma escola...

De estar entre os bons e então achei que a filosofia era *in*, era... tinha isso também, porque, não como hoje, mas na época, pô... havia muito, era muito valorizada socialmente, tem isso também que te leva na rua. E eu *tava* meio que isso era um valor imenso. E não vou fazer um curso de utilitário, não vou fazer administração, não. Vou fazer aquele que me dá prazer e é reconhecido pelo meu meio e tal.

Eu tive a sorte também porque você acaba tendo independência dos familiares, meus pais até por não... não tinham controle muito grande, pelo contrário, porque desde os 14-15 anos você tem uma independência, você participa na casa, você é um igual, ou seja, fica meio adulto e tal. Além do que um pai meio ausente, né? Nessa questão da educação um pouco mais presente, o que hoje é uma vantagem. Você não tinha muito aquela história de pressão para fazer um curso mais prático, pra ganhar dinheiro, que é muito comum. Então isso não teve também, que abriu um campo de mais... mais livre.

Então eu cheguei numa idade, que vejo pelos meus filhos hoje, 18-19 anos, independente, com auto suficiência econômica, não, claro... não de poder econômico não, não é nada disso, para eu sobreviver. E pra mim era o máximo sobreviver e ter isso aí. Eu tive esses trabalhos que te falei para sobreviver aqui em São Paulo na multinacional aqui, tal. Mas já nessa fase de ruptura com isso. Era incompatível, não ia dar certo. E vem sempre a escolha, vai pra cá ou vai continuar estudando, não tem jeito. Meio incompatível. O próprio meio também te empurra pra fora, porque ou você vai crescer na empresa e você vai ser um gerente, um chefinho, pra isso você tem que entrar na expectativa, pra isso você não tem que ter sinais críticos, né? Então meio que na [Multinacional 1], já tinha tido o golpe quando eu... eu tô na [Multinacional 1], era recente o ano do golpe que eu tô na [Multinacional 1]. Aí o diretor da área de recursos humanos entra no escritório pra meia dúzia de gatos pingados sentados lá. Faz um discurso defendendo, falando do perigo do comunismo, não sei o quê, e você ouvindo aquilo, contando até 10. Aquele silêncio, você fala... você já sabe o que te espera. Você não pode dar sinais que vai ser demitido, então é preferível sair do que ficar num lugar desse.

L- Foi logo depois?

- Foi, depois do golpe a direita segura mesmo, né? Passou a, digamos, a mostrar a cara assim direto. O diretor desce e diz pra você, sabendo que ali tinha resistência, sabendo que ali tinha sinais pelo menos de que o pessoal tudo era universitário, o único que era pré-universitário era eu ali. Então ele sabia que o meio universitário não *tava* contente, finge uma falsa democracia de discutir.

Na época tinha uma discussão forte com o trabalhador que era a introdução do fundo de garantia, que era do instituto do fundo de garantia. Porque era forte, claro, porque hoje a gente vê. Tem que ver tudo de um anglo meio dialético, claro, hoje o fundo de garantia era um bem do trabalhador, mas na época trabalhador era... ele... cada ano de trabalho ele, pra ser demitido recebia um abono. Depois do décimo ano ele não, ele tinha que ser pago em dobro, tinha uma estabilidade. Então as empresas não deixavam chegar no décimo ano e demitiam. Mas mesmo assim, tinha 9 anos então era um capitalzinho que entrava, então ele... diferente do fundo de garantia era um dinheiro que ia pra tua mão, era um dinheiro que ia pra tua mão. Um dinheiro que o governo aplicava, podia tê-lo em situações como comprar a casa própria hoje, naquela época era um dinheiro que ao ser demitido automaticamente é teu.

Então, pra colocar isso pro trabalhador foi difícil. Claro que tinha um argumento bom, argumento da poupança, mas era abstrato ainda, então tinha muita resistência e tal. O cara fez um discurso sobre isso pra nós, discurso sobre é... Questão do sindicato, uma crítica ao sindicato, à manipulação. Claro, você vendo à distância, você vê o seguinte, não era equilibrado o discurso dele, mas tinha elementos que a esquerda tinha que pensar, né? De fato, havia uma condição autoritária do sindicato, o partido comunista tinha uma posição

estalinista, mas não era isso que ele falava, ele queria atacar o sindicalismo, né? Usava uma ou outra informação correta, mas que nem servia na época, né? Porque também não trabalhava bem esses conceitos ainda né? Bom...

L.- Você sentiu diferença nesse sentido depois do golpe?

O.- Ah, sim, antes do golpe, o que você tinha? Vou te dar um exemplo assim visual, Eu trabalhava na... na... na... no Largo... no Vale do Anhangabaú, naquele edifício do SNI⁴⁰, do CNI⁴¹, um edifício grande do lado do teatro municipal, edifício imponente que tem ali e tal. Você descia ali pra almoçar, nos botecos ali daquela região. Você atravessava um mar de pessoas discutindo política ali, na Praça da Sé, na rua Direita, eram ativistas discutindo. A Última Hora, alias eu deixava ate meu carro que eu trabalhava na região, num estacionamento que era onde estava o última hora que era o jornal... getulismo teve um jornal que acho que você conhece a história, era um jornal popular e tal. Que era o mais vendido e fazia a defesa do governo e tal. E o jornal saia duas ou três vezes no dia, tinha de manhã de tarde, a notícia era o jornal. Sujeito tá... comprando, jornal vendendo, todo mundo com Notícias Populares debaixo do braço discutindo e tal. Aquela coisa efervescente ali. Na frente do teatro municipal discussão política, na Praça da Sé, então se tinha isso... é... tinha um prédio na época ero o... não era o INSS o nome. Era IAPI, instituto de aposentadoria e previdência. E tinha um prédio que era comida popular, o sujeito pagava pouco pra comer... então filas pra comer. Se passava ali. Era um... enfim, você via uma movimentação sindical na porta, na tua rua, na frente, no meio da cidade... acontecendo.

Claro, vinha um reacionário falar e se intimidava, era minoria, e tal. uma coisa. Agora, e não tão longe dali, se tinha... meu pai trabalhava na rua barão de Itapetininga, que era a rua chique de São Paulo, então você via uma rua chique, a augusta era uma rua chique, praça da República e tal. Então o que acontecia, você percebia que do lado de cá, Anhangabaú, Sé, esse tipo... na rua chique, já... essa população que era limítrofe ali,... tanto é que a marcha da família foi feita na Barão de Itapetininga, era ali... a ocupação do espaço, praça da República.

E eu lembro que os meios de comunicação são importantes né? tinha a Última Hora muito forte. Eu lembro que... os meios de comunicação são importantes né? Mas a direita tinha a rádio e o Estadão, que é hoje o Estadão que era a Eldorado, que é a... colocava, manipulava muito a questão, preparava o golpe... enfim, era o estado de São Paulo preparando golpe tal.

- Você já percebia essa preparação do Golpe na época?

- Ah, sim. Já estava com 18-19 anos então já percebia. E quando aconteceu o golpe... Eu lembro, eu estava... eu lembro que... eu... nós estávamos de mudança, nós moramos um tempo, que eu tinha acabado de chegar a São Paulo, morei uns seis meses num bairro que, hoje está meio elitizado na zona leste, ali no Tatuapé, um lugar que chamava Água Rasa, tinha uns parentes, que hoje é um lugar *elite* do Tatuapé, mas na minha época não tinha nada disso. E nós mudamos pra 9 de julho. E eu lembro que nos dias da mudança aconteceu o golpe e... o que que eu lembro?

Eu ali perto da Martins Fontes, lembro que no dia do golpe eu fui tirar a carteira profissional de 18 anos, não a de menor de idade que eu tinha, fui apresentar a carteira de maior de idade no dia do Golpe. Então o que acontece? No dia do golpe. Então, o que acontece, o golpe foi no dia 1 de abril, eles vão dizer 31 de março a noite, mas não dia primeiro foi o golpe. E eu chego lá no lugar e está um alvoroço, eu consigo entrar pra tirar a carteira, os funcionários públicos, lá, xingando, que os militares, onde já viu? e... acabei fazendo o documento e logo depois que terminei o documento, "Agora não vai atender mais ninguém, tal..." aquele clima, né? Tanto que lembro que tirei a foto, aquela foto horrível. O cara com a maior... sem vontade de fazer o documento. Lembro disso, lembro de sair na rua, a rua já meio perigosa.

- Já tinha essa sensação?

- Ah, sim. Onde eu tirei a carteira profissional é perto do Estadão, Estadão onde é aquele prédio ali onde é o hotel, perto da biblioteca municipal, então na frente do Estadão,

⁴⁰ Serviço Nacional de Informações.

⁴¹ Confederação Nacional da Indústria.

policiais... Já tinha pessoal do exército protegendo o Estadão... vai que tem grupos querendo... não invadir, mas xingando e tal, mas frágeis ali perto daquilo. Ali na região central, zum zum zum, e tal. Então eu estava num bairro que naquela época aquele bairro ali não é o que é hoje, na 9 de julho era um lugar dito de classe média alta, morava-se pessoas de classe média alta, os apartamento, não sei o quê. A augusta era uma rua chique, então aquele era ambiente digamos, favorável. Tinha gente exultante na rua. O clima era digamos favorável... clima de tensão.

Alguns dias depois, que começou a haver uma certa euforia da direita, campanha pro ouro do brasil, aquele história de dar uma aliança de ouro, eles davam uma aliança de um negocinho de lata. Uma malandragem total, era mais simbólica lá pros fieis lá. Eu lembro que tinha um tio que deu, bom ele tinha separado, a mulher abandonou. Ele deu a aliança, acho que mais pra abandonar a mulher do que pelo Brasil, mas ele estava feliz mostrando que tinha participado.

L- Essa mudança de clima foi imediata?

- É, digamos... nas primeira horas não. Primeiro dia, segundo dia não. Mas depois foi crescente, quando eles ganharam confiança foi crescente.

L- Você lembra o que sentiu nesse momento?

- Uma certa chateação, né? Porque, por exemplo, comecei a perceber o seguinte: já não estava no colégio, já não estava... desculpe-me, estava no colégio, era meu último ano de colégio. Não... Estava no colégio, estava nos primeiros anos de colégio, 64... só fui pra faculdade em 67. Então estava no primeiro, segundo ano. Então eu lembro de ir pro colégio e o pessoal mais ativo não, não estavam... eles não estavam felizes com a história, né? E uns tinham desaparecido. Já tinha um pessoal... não iam na aula. Uma tentativa assim de resistência não muito sólida, fazer uma pichação na parede do colégio, uma coisa assim por aí... muito desorganizado, um clima de desânimo, de prostração e tal... e a imprensa dando as notícias de uma forma grandiosa, desmoralizando que o Brizola tinha fugido fantasiado de mulher, um machismo. Essa história virou mito que ele tinha saído e tal, para desmoralizar. É a direita que a gente conhece do tipo cria imagens que pegam bem, então o Brizola que é um líder ativo fugir, vestido de mulher... para arrasar... total. O Jango fugindo então aquela ideia de fracasso, todo mundo esperando uma resistência que não vinha, um líder que não aparecia, um desamparo. Uma ideia meio de desamparo. E de frustração grande, tal, né? no colégio isso...

Mas, veja, nesse primeiro estante, a ditadura não apareceu com todas as garras. O Castello Branco fazendo discurso, ela... apesar de demonstrar poderio militar, ela não havia digamos, uma força militar contra a população. Havia uma intimidação, sim. Alguns pontos chaves sim, como o Estadão, defendido. Então, você sabia que porra, lá onde esses caras estão, lógico. Mas o povo... não.

L - E nesse momento você chegava a sentir medo com a presença dos militares ou ainda não?

- Não, não dava medo ainda. Dava o seguinte: isso aí não vai durar, não vai durar, tal... daqui a pouco passa. Sabe, uma expectativa que daqui a pouco vai passar, daqui a pouco vai passar e tal... e não passava e... né? A resistência começa a crescer, aí a coisa fica um pouco mais difícil, tem... a esquerda católica tinha no meio estudantil o JEC, que é a Juventude Estudantil Católica e o JOC que era a Juventude Operária que ela passa a se articular um pouquinho mais e tal que veio da AP depois... e então ia via sinais dele. A faculdade 11 de Agosto era o ponto de mais resistência., da poligalismo (?) 42:45 mas enfim era o ponto de maior resistência. E aí, lembro que... e muito lá pelo 11 de agosto, porque, a Tribuna Livre, tinha um mito de que a polícia não entrava na faculdade de direito e tal. Não era um mito, de fato não entrava, até então. Cercava, mas não entreva. O pessoal fazia discurso, a gente ia ouvir o discurso. Mas cercava, começava a cercar, então a coisa começou a ganhar um... O movimento estudantil começa a se organizar de outra forma na tentativa de se impor, começam as primeira passeatas... Que eram pequenas no começo.

L - Você participava nessa época?

- Sim, então é a história da passeata aqui, passeata ali. Ainda sem muita repressão. Mas intimidação havia, a polícia intimidando e tal.

No... outra coisa que aconteceu no golpe, por exemplo, que a gente sentiu de início é, no meu caso, no meu colégio eu tinha um colega que era chinês, cujo pai era chinês e o pai foi perseguido. Porque? O Partido Comunista da China e tal. O pai de fato deveria ter alguma atividade ligada ao consulado Chinês, era funcionário do consulado chinês, então foi prestar depoimento no Dops, então eu senti isso no colégio. Mas era assim, foi um cara que era ligado ao consulado chinês, não um brasileiro... estão era muito específico.

L- Nas aulas você chegou a sentir alguma diferença?

- Sim, os professores, como a gente, deprimidos. Passou a ter um clima mais contido, um pouquinho mais de cuidado. Do tipo até então, fazer uma peça com Brecht... essa criatividade dá uma murchada, um clima já mais de espanto, digamos, né? Onde, a alegria né? Não é uma alegria, digamos, onde começou a ter uma certa... o prazer foi pra música, então começa o teatro, a música de protesto, então isso dá uma unidade, *Arena Conta Zumbi*. Enfim, começa o teatro de Arena, então todo mundo vai no teatro de Arena. O teatro começa, "Vamos ao teatro", começa a haver uma certa retomada. Mas só que a retomada que começa a vir agora era mais politizada, as peças eram todas politizadas. Arena eram peças politizadas, Arena conta Tiradentes, O Boal que dava muito o tom ali, não só ele, mas enfim, tudo... então começa a haver uma resistência estética, assim, na música... festivais de música que começam a ter um outro sabor até então. Você vê até nas músicas, né? A Banda do Chico e daqui a pouco até o Chico... um lirismo mais no cotidiano e tal.

L- Nesse primeiro momento, então você sentiu a cultura se fortalecer?

- É, ela se fortalece como resistência. Antes, era uma música da alegria, de uma certa euforia pelo país, meio ingênua, pelo novo e tal. Com o Golpe há uma resistência. Pegar uma ideia mais de, enfim, de resistência, resistência negra, heroica, ela vai mais por aí. E os festivais passam a ter essa conotação de passar um recado, passar um recado. A história de passar um recado, então fica claro a história de se por contra cada vez mais.

Bom, e começa a haver na estética as divisões. Aí eu já estou indo para a universidade quando eu lembro disso. Eu não ia em festival, porque quem faz política não ia para festival isso é coisa de... não se vai. Gosta-se de uma música, mas Festival é uma manobra, então já tem essa história. Claro que torcemos para alguns, mas está errado esse negócio de Festival. Aí começa essa história de música popular brasileira ou Rita Lee, ou Roberto Carlos com... Roberto Carlos é reacionário... aquelas divisões, tem um certo sentido, mas... já não era estética, era política se discutindo quem está aqui, quem está lá. Já não tinha uma isenção de ouvir: Roberto Carlos pode ser interessante, não tem essa, é uma radicalização que começa a acontecer.

Então, onde eu percebo que a coisa ganha definições e aprofunda é 68. Porque em 67 quando eu entrei na universidade, vestibular era uma coisa extremamente elitista. Quando a gente fez o exame, tinha exame oral. Exame oral, tinha escrito, mas tinha o oral. E valia nota, então tinha uma caixinha de giz, uns papeizinhos... você tirava um número e qualquer número ele ia fazer minha pergunta e... na minha banca estava o [professor da filosofia] que era professor e o [outro professor] que era professor de lógica. Ele faz uma pergunta pra mim: o que eu achava do governo Juscelino Kubitschek. Então, o que que eu vou dizer, né? Aí entra essa questão da ditadura já. 64 tinha ditadura. Porque esse cara está me perguntando isso? Tinha um clima de desconfiança. O que esse cara tá me dizendo?

Eu dou uma enrolada e ele me provoca pela esquerda: "Postura mais reacionária?" Aí me pegou no brio e começo tal. Aí ele faz ao contrário, o [professor] é sempre assim, faz aquela dialética do provocador, pra lá e pra cá...

Eu lembro de uma colega que sentou bem vestida, bonita e tal foi prestar o exame. Ele pegou o papel, eu sentado atrás, ia ser o próximo. "A senhora já traiu o seu marido?" Que isso? A senhora, estou dizendo no sentido... no sentido metafórico a senhora é muito conservadora. Bom veja bem, ela tenta dizer não trai tal... mas não vejo nada mal. "A senhora é um verme..." agressivo e tal. Fiquei meio assustado com aquilo. E depois dessa senhora que saiu chorando e tal. Como eu, ela estava tentando entrar na Universidade. Então era um período meio louco.

E se diz, como é que pode ser? Então a universidade era uma coisa... muitos de nós entram lá porque? Essa objetividade do X não resolve muito, que vem a acontecer depois,

mas eu acho que... porque eu entrei? Eu não sei. Eu não era um aluno brilhante e nem tinha condições porque eu trabalhava mais do que eu podia estudar. [...]

De todos, acho que o único que não ficou na universidade fui eu. Aliás, dos 50, ficaram uns 8 ou 9 no final do curso que se formaram. E o único que não ficou na universidade fui eu, claro. Um dos motivos, além de não ter a capacidade intelectual, não poder competir com eles, esse era o principal motivo, mas o outro também era o político. Do tipo, apesar que filosofia é mais liberal, mas... colocar alguém, um preso político lá dentro não era muito fácil, filosofia colocava, dava um jeitinho tal... no meu caso nem tinha interesse, eu também não tinha interesse, demorei 7, 8 anos para terminar o curso, não fui um bom aluno.

Mas estou dizendo o seguinte, muito dos que saíram, que não terminaram comigo, não tem nem ideia de porque entraram. Por esse tipo de exame e por esse tipo de examinador. O curso era anárquico. Foi uma decepção. Porque... um formalismo, então aquela história francesismo, essa postura arrogante [...], para mim foi uma ducha de água fria, logo na entrevista inicial.

Depois você ia perceber que eles viviam... não sei se é o caso de perguntar, mas havia um pouco desse elitismo... eu lembro do Fernando Henrique, que a gente gostou quando... mas esse elitismo de uma coisa muito... é... um floreado em tudo que faz, o [...]... então foi uma decepção, o primeiro ano foi uma decepção. Pô, que eu vim fazer aqui? Eu achava que era até um pouco de auto defesa minha. Bom, eu tinha uma formação bem menor do que muita gente aqui dentro, não consigo acompanhar, mas não tinha prazer nenhum, pra dizer a verdade... prazer nenhum de estudar texto clássico antigo, uma eloquência, uma coisa que não era muito legal.

Aí em 68 eu saio ou não saio disso, saio ou não são disso, acho que vou para a psicologia... saio ou não saio disso, saio ou não são disso, acho que vou para a psicologia... comecei a fazer história. Alguma coisa diz aqui que não está bom. Fiz vestibular de história, pé nos dois lugares, vou fazer psicologia ou não.

Quando eu estou nessa vem 68. Bom foi o ano que eu mais estudei na minha vida, porque? Porque a universidade passou a ter aulas abertas, então, os professores mais interessantes... o Gianotti nem aparecia, os alunos que estavam formando, fazendo mestrado, se revelando ali... estudando. Então veio o Marcuse, era isso que eu queria estudar, não queria ficar nesses clássicos. Então você vai ler Marcuse, Altusser para você ler, e agora sim... discutir o Capital. Discutir o Capital... Aí ficou uma beleza. Encorpou um pouco, eu *tô* onde eu queria estar, onde eu achei que ia estar, era muito interessante.

Então era uma contradição muito grande, durante uma ditadura, a universidade ganha uma vida impressionante, um território livre, muito defendido com paixão, era uma... ganhou um interesse incrível para mim principalmente e foi quando eu combinava a universidade com o trabalho...

Mas em suma, aí pessoalmente então, o que que acontece, a gente passa a ter a repressão com caráter mais violento, o AI5, professores cassados, começa a haver um movimento da esquerda discutindo que não tem saída, a luta armada. O AI5 vem, tem as primeiras ações da esquerda um pouquinho antes do ai5, com o ai5, a discussão que fica não é por aí o caminho, eu penso não é por aí, mas tem uma certa razão porque pelo proselitismo, isso não sei o que vai dar e pela política instituída é impossível alguma coisa, PMDB com... enfim, legalizando a ditadura em certo sentido tal. Bom, mas, uma efervescência, todo mundo discutindo, a universidade é assim... começam as invasões da USP, a gente tem que sair correndo pelo mato escondido para não ser preso e tal.

As invasões começam logo depois do AI-5, a primeira foi com o AI-5 no dia do AI-5, nós tivemos que fugir pela... não tinham os muros ainda, então saímos pelo mato, saía no CEASA, do lado de lá do rio, era um matagal... O CRUSP, nós dominamos o CRUSP e era um território meio livre que com o AI-5 acabou.

Então essa efervescência toda que eu estou te contando, ela crescia, mas numa redoma. Nós estávamos cada vez mais fechado. Então, mas do ponto de vista intelectual era muito interessante, porque procurava-se em vez de estudar, havia um espírito de corpo que hoje não tem. Vamos dizer assim, solidariedade no câncer. Estávamos juntos e... enfim,

estudávamos bastante, era muito agradável, o estudo, a situação era muito ruim. Com a história de mudança de comportamento, o feminismo, a liberação sexual e uma solidariedade que eu não vejo hoje. Eu tenho pouco contato com jovens, mas quando eu tenho, vejo assim um individualismo que né, pô onde... perdeu aquele espírito de uma solidariedade grupal forte...

L- Você relaciona a que essa solidariedade?

- Primeiro ao medo, quer dizer, você tem um inimigo externo você se junta até para a defesa, isso me parece um pouco. Mas tem também uma coisa do que faz um indivíduo querer uma mudança social, podendo se acomodar? É só para jovem que acontece isso. Jovem tem uma coisa legal ali, ele quer mudar, tem um instinto de melhoria, pelo menos na minha época tinha tal.

Hoje eu tenho uma dúvida disso aí, eu vejo o pessoal muito conservador muito ele... muito individualista. Mas tinha uma ideia de que só é bom quando estamos juntos, e mesmo o pessoal que é mais alienado, porque tinha a turma que ia fazer a revolução, ia mudar o mundo, um idealismo que tinha um quê de messiânico, até as vezes sem muita crítica, com uma certa rigidez, e tinha posições até muito estalinistas e tal, críticas a isso, grupo mais liberal trotskista no meio, mais essa panela, e tinha um pessoal que estava contra, mas era uma pessoal mais... uma postura idônea da vida... e com razão, hoje eu vejo, mas na época não... eles querem mudar o mundo, são manipulados.

Eu estava no lado careta... mas quando eu digo careta eu digo, até hoje eu estou no lado que faz a visão da mudança política, evitar alienação... o prazer pelo prazer, cuidado com isso, que pode te alienar. Mas enfim, apesar dessas divisões, havia digamos, um conluio.

Tinha uma coisa bem pior fora que nos margeava, a eles e a nós, então... bom... Como a coisa era... não só sentíamos, mas estávamos de fato vigiados. No meu caso eu dava aula no Santa Inês. O Santa Inês era uma empresa forte e tal, a gente sabia que tinha na classe policial. No cursinho tinha policial, fecharam o cursinho da USP em 69, aí fechou. O Cairú continuou, o Cairú era um curso mais... o pessoal da economia era mais conservador e tal, permitiam. E mesmo na aula nós tínhamos uma postura mais pragmática de fazer com que o indivíduo entrasse na universidade de fato, havia um *diretantismo* que era ruim... o aluno estava ali para entrar na universidade e não para ser formado.

L- Mudaram as aulas depois do AI-5? Havia um peso saber que haviam policiais na aula?

- Passou a ter um peso. Eu, por exemplo, dava aula na época de atualidades, que em história... que caia no vestibular deles perguntas sobre atualidade que era chamado porque, para saber se o indivíduo tinha uma cultura geral, então valia tudo: cinema, teatro, informações da história contemporânea e tal. Era o que eu gostava. Então eu dava esse tipo de aula. Era uma aula que mais permitia exercer a crítica e tal. Então, mas eu tinha que ser eficiente, não podia fazer proselitismo, tinha que dar informação... a escolha já é política, você escolhe um assunto aqui, Vietnã, pegava textos mais interessantes, enfim, era o que podia ser feito... diferente lá da Cobrás onde você dava formação para o indivíduo passar e tinha informação de história do sindicalismo, história getulismo e tal, uma história mais de classe...

Mas em suma, esse é um período muito intenso, mas ao mesmo tempo muito estressante, porque? Porque se sabia que tinha policial na classe, eles sabiam, né? Tinham informações... no meu caso, meu irmão foi preso no congresso da Une, meu irmão um pouco mais novo do que eu. Minha irmã fazia movimento estudantil também, o namorado dela na época foi preso, foi pra ALN, que era barra pesada... começou a aparecer... o meu irmão não podia dormir em casa, tinha que encontrar ele escondido. Também ele não estava na casa dos meus pais, mas era um certo refúgio essa história, quando se corria risco você ia para casa dos pais. No prédio, o porteiro tinha que colocar uma ficha do Dops. Todos os prédios tinham uma ficha dos moradores com nome, endereço e tal. E se tinha visitante tinha que fazer uma ficha que era enviada pro Dops. Em algumas regiões da cidade e em outras menos, mas não dava pra fazer a cidade inteira.

Todos os prédios de São Paulo tinham isso, todos os prédios de São Paulo tinham isso. E o zelador cumpria, o que era terrível, até para não perder o emprego. Um vigia na porta. E ele cumpria porque? Porque aí começa também um erro também da esquerda. Atentado de bomba no Estadão, bom, bobagem... eu acho que até que foi a direita que fez,

mas sai... machuca alguém... o proletariado, não é essa violência que ele quer, ele repudia isso.

“Pô, esses caras são bandidos. Que é isso? E se a polícia tá dizendo, por mais que eu não goste da polícia, porra, esses caras tão dando tiro por aí, estão assaltando banco...” Então não havia ligação, a lógica que a esquerda queria dar da expropriação, porque isso aí não existe, isso aí era roubar, roubar mesmo... “garoto mimado”, filho de rico, como é que vai fazer um negócio desse? O cara não entende menos ainda. A opinião pública era contra, totalmente contra.

L- Da onde que você entende que se construiu essa opinião?

- Eu acho o seguinte, a direita é eficiente no seguinte sentido: economicamente houve entrada de muito capital no Brasil, que se endividou e depois foi dar no que deu. Claro, injetaram dinheiro para que houvesse uma modernização. Então, foi um período onde houve um... a taxa de desemprego caiu, havia digamos uma certa estabilidade... isso nos anos 70... nos anos 74, 75 e esse é um período em que... o Pra-frente Brasil, Brasil Grandioso. Muito dinheiro em grandes obras, Ponte Rio Niterói, Itaipu. São projetos importantes, Itaipu é muito importante, claro, mas enfim... são projetos importantes, mas ao mesmo tempo grandioso, dá uma marca, né? do progresso. Uma situação de emprego razoavelmente boa, então, isso é o pano de fundo que faz com que a direita cresça, claro, não seria "milagre" se fosse de outro jeito. E usa muito bem a propaganda... Jornal Nacional todo mundo via, até hoje é um tipo de didatismo diário, didatismo diário. Um didatismo contra a esquerda diário, né?

Colocando pessoas como assassinos, pessoas como... A imagem do Marighela é a imagem do ladrão, imagem é... de todos os líderes da esquerda eram imagens desse tipo. De quando em quando algum desertor da esquerda que tinha sido preso, torturado e depois fraco e tal... acaba sendo cooptado, vai na televisão e faz... então você vive numa situação em que você sabe que a televisão está mentindo, você sabe que o teu porteiro está vendo e que ele está sendo educado assim e que você está impotente, você pode atingir uma liderança muito pequena que não vai mudar, que não vai conseguir, aparentemente, é uma luta desigual. Totalmente desigual.

A coisa vai mais para a estética, a estética fica meio desesperadora, porque você começa a atacar teatro, bater em artista. Eles começam em 71, 72... começa a ter esse tipo de coisa. Mais violenta, né?

L- Você notou nessa época alguma diferença na expressão das arte?

- O que começa a acontecer é que você começa a ter uma música digamos mais engajada, um Vandré... e depois começa a acontecer um... e aí eu já estou mais maduro, já estou mais digamos... um pouco mais pensando melhor, estudei um pouco mais. E começo a notar o seguinte que começa a entrar um panfletarismo na arte. Aquilo que me agradava aos 18, 19 anos e eu começo, pô, não é bem por aí. Um raciocínio mais dialético, onde está o belo? Não é por aí... então, mas eu começo a perceber uma coisa de engajamento de uma lado e o que a direita coloca é o lixo da... que nem é estética, é uma coisa, mas eu começo a sentir também que, bom, o cinema que era o meu grande forte, a ditadura começa a fazer, a fazer censuras... então não são todos os filmes que você vê, começa a cortar alguns pedaços aqui no Brasil e tal. Ou então começa a ser mais inteligente, e libera em algumas sessões em poucas salas sabendo que vai ser aquela coisa que se auto consome. Tudo bem você deixa lá no Belas Artes, você deixa ali na praça Roosevelt no cine Bijoux, não tem abrangência.

E cinema nacional era pornochanchada, dinheiro para pornochanchada. Isso não tinha antes. Porque o cinema nacional era até então geração do cinema novo, com tudo que eles produziram, 64... um boom. E depois de 64 você tem o Bandido da Luz Vermelha, uma coisa ou outra que aparece aqui e ali, mas sem recurso, claro que depois muda o governo então não tem recurso, o pessoal todo fora do Brasil. Dinheiro tem para Independência, um filme que fizeram sobre a independência do Brasil que fizeram com um canastrão... esqueci o nome dele, um artista da Globo. Enfim, não tem nada, se você pegar é um lixo.

Antes do ai5 já não tinha, porque você não botava dinheiro em cinema. Começou a porno-chanchada a ser produzido porque enfim, tinha censura pra tudo, mas pra isso não tinha, podia, estava liberado.

Bom, um clima sitiado totalmente, uma população da época que, grandes campeonatos nacionais de futebol, brasileiro... os “ão” da vida, Castelhão, Mineirão, muita ênfase nisso. A Globo com as novelas pra cá e novela pra lá... Eu acho que a novela veio do rádio, porque quando eu era garoto, eu lembro que lá no rio a Rádio Nacional tinha novelas. O Brasil inteiro escutava novelas, rádio-novela. Isso é uma coisa da cultura brasileira, anterior.

Na televisão, no começo lembro que não pegava bem, porque o pessoal estava acostumado a ouvir, mas foi aos pouquinhos, tanto é que eu lembro das primeiras novelas que teve eram novelas do rádio que foram para a televisão. Passava o texto para a televisão e aí... na imaginação era melhor do que o que *tava*... os cenários não eram bons, os artistas... mas aí começa a ter produção agradando. Então tem o período em que ninguém sai na rua pra ver novela.

Os cinemas passam a... a fechar, ficar esvaziados então ficam muito acelerados mesmo, né? Tem um período antes de 64 que a população vai ver Mazarropi, Oscarito, Grande Otello, vai no cinema ver as músicas de carnaval que iam ser lançadas no ano. No cinema... com a vinda da televisão, era muita comédia na televisão, muito esquete de comédia. Escolinha de não sei o que... e aí começa a novela, e a novela pega no brio e vai e vai. A Globo passa a viver com isso aí. Eu não acompanhei, porque eu já estava com a consciência maior, então...

L- Como você olhava para esse crescimento das comédias, porno-chanchada, novelas?

- A gente achava um absurdo, que sabia que era manipulação e tal, mas como não fazia uma crítica errada, errônea, né? Pô uma repressão sexual violenta no proletariado, vai por aí mesmo. Válvula de escape, era... mas não... ao mesmo tempo não entrava uma crítica só moralista, porra, a libido é a libido, tem que... e... então, ficava difícil...

L- Você estava falando de como na estética teve...

- Um refluxo muito grande. Agora, o que acabou acontecendo do ponto de vista da estética. A música passou a ter... ficou cada vez melhor eu acho. Chico com uma produção fantástica, Gil com uma produção fantástica. Melhor nesse sentido... a resistência muito sutil e boa, então sai o Pasquim com um texto formidável, uma forma enxuta de escrever, direta, um humor bem colocado e tal. As tiras do Ziraldo, que era digamos mais conservador, mas o Jaguar fantástico com a crítica. E o Henfil, que era mais... enfim, o Pasquim era disputado a tapa... chegava na banca e todo mundo lendo o Pasquim, todo mundo... a esquerda depois tenta lançar o Movimento, com informações, uma série de... Mais Estético Versos que... era um pessoal tentando fazer uma visão mais estética. Enfim, a vida por aí, mas debaixo de uma ditadura violenta.

Eu fui preso em 71. A POLOP estava... eu tava dando aula, eu tinha uma namorada na época, ela tinha vindo do sul, fugida da repressão do Sul, teve que vir pra São Paulo com documento falso para sobreviver aqui, escondida. Passamos a namorar... uma colega dela foi presa... e por algum motivo sabia do nosso endereço, fui preso de madrugada, dormindo e tal. Era 14 de julho, voltando, chegando meia noite e tanto do trabalho porque dava aula e ia trabalhar às 7 da manhã de novo e na madrugada eles entram, 6 e pouco da manhã e nos levam.

Fui pro Doi-Codi, tive toda a história que todo mundo teve, tortura... toda parte... tragédia... um dos colegas nossos foi morto, que é o Merlino, Luiz Eduardo Merlino. Eu acompanhei que estava preso do lado, juntos e tal. Eu tive no período inicial, como eu não era procurado ainda, só como suspeito, eu só fui ser torturado depois quando os que eram suspeitos foram massacrados ali e, bom... esses cara é irmão de fulano, é irmão de beltrana... casado com cicrana... esse cara tem alguma coisa... então... Não conseguiram fazer as ligações, apesar de eu estar no partido, eu tive a sorte por não ser procurado direto, de conseguir um alibi, um roteiro que fez com que a inteligência deles não me ligasse. Eu tinha um nome de guerra que tinha uma das pessoas do partido que tinha, por coincidência, um nome parecido e ficou uma confusão se era ela que eles se referiam, não era eu e tal. E isso não ficou muito claro e...

Eles sabiam que eu era um cara de esquerda, que era um cara que eles chamavam de simpatizante, saía assim do tipo... e meio ingênuo, casar com uma mulher militante... quer

dizer, ele acharam que eu era um cara que era de esquerda sim claro, mas que não tinha militado profundamente, porque meu irmão tinha sido preso na... na UNE e porque meu irmão nesse período estava refugiado e teve que fugir pro Chile... era mais velho, então eles colocavam assim, bom talvez por isso o cara se inibiu... eu também fiz esse roteiro, que era o roteiro que agradava o... torturador ali, do tipo, tem lógica nesse roteiro. A família sem dinheiro, sobrevivendo, esse cara não... foi fazer essa besteira... quer dizer, até fez, mas depois recuou, irmão tá fora, irmã tá fora... esses cara trabalhava, porque eu trabalhava pra cacete das 7h da manhã até meia noite.

Não chegavam a saber que “pô esse cara... mas estava num curso de esquerda”, sem dúvida... por isso que me.. tortura porque esse cara é de esquerda, deixa na prisão 6 meses porque sabe que é de esquerda. Abre processo contra ele, esse cara aí não é... é um Zé ninguém... No início porque ao tentar prendê-la eu estava em casa, foi uma surpresa para eles. Eu fui no pacote.

L- Na cidade as pessoas sabiam que havia tortura?

- Ah sim, a gente sabia e tal sobre as torturas... na cidade as pessoas sabiam que a polícia, eles não escondiam isso, a polícia era violenta com a esquerda. Com o “cidadão bom”, não. Mas para esquerda... o “cidadão bom” não tem problema, se você é um “bom cidadão”, só que todo sujeito proletário, negro e tal sabia que ele tinha que andar com a carteira profissional no bolso. Se ele vai dar uma batida no bar, a primeira coisa que PM dizia era “cadê sua carteira profissional?” Todo mundo andava com a profissional no bolso. Sem profissional você já era suspeito, aí você tinha que dar informações aqui e ali. Então pro proletariado era isso, o cara ia num boteco, com a carteira no bolso. Na rua, com a carteira no bolso. De noite com a carteira no bolso. Era o diploma de bom cidadão. Sou trabalhador, não faço besteira. E para nós, era aquela história, bom, esse cara já é vigiado pelo porteiro, todo mundo com documento, andar com documento e tal porque...

Agora, na prisão teve essa questão traumática da morte do Merlino que... eu conheci na prisão. Ele teve uma tortura violenta, passou a ter um problema de circulação nas pernas, eu estava com ele. Ajudei no sentido de enfim... sem roupa, coitado, ele evacuava, urinava, precisava de ajudar e tal. Eu vi a cena de tentarem resolver com ele fazendo massagem na perna e ia dar gangrena depois. Um colega preso, que é o psiquiatra [...] e ele avisou, ele era recém formado em medicina, e ele falou “olha”, apesar de ser psiquiatra, sabia da questão. “Ele vai ter problemas, gangrena”.

Eu fui pra uma sessão de, enfim, de análise lá que repete pela décima quinta vez, pela vigésima vez a mesma história, eu fui e estou sendo interrogado na mesa, atrás, alguns policiais sempre ameaçando que vai te bater, e entra o Ulstra... que era ao comandante lá. Entra na sala e tal fazendo umas perguntas e vem um sujeito policial e diz, olha estão ligando do hospital porque precisam de amputar a perna do rapaz lá e estão pedindo autorização pra família. Teria que avisar a família, ou que a gente... o que fazer?

Ele foi morto pela gangrena, não fizeram a intervenção, sei lá porque. E a notícia depois que saiu no jornal era que *tava* fugindo, foi atropelado e tal. Era uma caso como o dele, eram vários... a gente sabia antes de ser preso... e 71 foi um ano terrível... 71, 72 com várias prisões, várias mortes. Então foi um negócio massacrante e tal.

E eu saí depois de 6 meses da Oban, nós fomos pro DOPS. Quando você vai pro DOPS, você estava com tua vida garantida. Porque aí você passava a ser cidadão. Porque na Oban, familiar não entrava, não tinha informação, lá poderia acontecer qualquer coisa. E depois da burocracia te levava, porque é uma sucursal do 2º Exército ali. Te levava pro DOPS, aí escrevão batia teu processo. RG tal... E você voltava se houvesse, digamos, uma contradição qualquer ou a necessidade de interrogatório. Foi preso mais um e você não falou isso, apanha de novo... então tinha essa história que era sempre o terror, mas você não ia morrer mais. Você não ia morrer porque agora você está legalizado.

O DOPS era na Luz, onde é a Sala São Paulo, onde era a Sorocabana, aquele prédio do lado, que hoje é até o Museu da Resistência. Então era aquele prédio ali, tinha uma cela no porão e tal. Então, ali, você chegava e tal. Ali você chegava... Agora virei cidadão de novo. A família podia visitar um dia rapidinho, podia trazer comida, eles *entreg...* roubavam, mas traziam um pouco pra você e tal. E à noite... nove, dez da noite havia uma serenata, então os

meninos da cela 1 cantavam pras meninas da cela 5... então o humanismo voltava. As meninas, eram mulheres sempre muito fortes nisso, então faziam canto pros meninos, apaixonados... recados pro namorado... enfim... músicas, e podíamos cantar. Havia, digamos, uma tolerância, você voltava a uma vida normal... mudava bastante.

L- Quanto tempo você ficou na Oban?

- Na Oban fiquei uns 30 e poucos dias. Então na Oban, cela... cela... chão de cimento... tortura... e, enfim, uma tensão intensa e tal. Além do problema do teu trauma terrível porque você está com alguém que você ama, sua companheira sendo torturada... você sendo torturado e ela sabendo, teus colegas sendo torturados... a volta de um torturado pra tua *pri*... pra tua cela... a dificuldade ali. Lá na Tutóia.

Então isso é... o contato com a cara do regime e a população até.... esses caras são assim mesmo, entende? Passavam uma ideia de bandido e tal. Tudo era meio que permitido. É claro que eles não contavam o que faziam totalmente, uma morte podia chocar. Então diziam que fugiu, que deu um tiro... revidou e tal...

No... e depois no Tiradentes era quando você ia cumprir pena ou sair. Quer dizer, os que ficavam esperando julgamento, que podia acontecer não sei quando ficavam... então minha companheira daquela época, então ela ficou quase 3 anos, 2 anos e meio... indo daqui, indo pra Porto Alegre e tal... da geração dela, várias pessoas, inclusive a Dilma... a Dilma estava lá com a gente nesse período tal...

Eu saí em seis meses, mais ou menos. Do tipo, bom, esse cara vai responder processo. Eu tinha que uma vez por semana na auditoria militar na Brigadeiro Luiz Antônio assinar o livro num período X, das 9 às 11h. Então eu tinha que passar lá e assinar e tal. Fui dar aula no Solidariedade na esquerda, fui dar aula no [escola judaica] que é uma escola judaica no Bom Retiro... pessoal de esquerda que fugiu do Nazismo e fez uma escola com orientação... iídiche, mais liberal judaica de esquerda e... enfim... acolhido por isso e sobrevivendo cm isso e... eu podia entrar no presídio feminino porque tinha uma companheira, logo eu já não era mais suspeito porque tinha sido preso e tal. Podia... passei a ser digamos o elo delas com o mundo e o elo da esquerda com elas ali... quem estava fora tinha que ter um cuidado imenso para mandar recado e tal... fulano fugiu, foi pro chile, cicrano está aqui não conseguiu sair ainda... e vai sair... aquela história mais no sentido da auto defesa mesmo. E de vez em quando tinha que ir pra Porto Alegre porque ela tinha que ir pra Porto Alegre e eu tinha que ir junto e tal. Passava informação para o pessoal de Porto Alegre e tal. Passei a ter assim... L

L- Você considerava isso uma vida clandestina?

P- Não, não, porque eu fazia... até pra fazer a política possível que era ajudar ali, eu tinha que fazer o mais aberto possível... então eu dava aula, eu trabalhava, então eu mostrava a cara do sujeito, digamos, o sujeito solidário, que tinha que ser, mas era isso só que restava. Mas era isso mesmo que restava. E era pouco, muito pouco. Um pouco era valioso, porque atenuava o sofrimento de um, juntava alimentos para pessoal na prisão porque.. remédio... e tinha uma rede de solidariedade atrás que tinha que ser muito discreta, gente que tinha sido preso que ajudava, família e gente de esquerda. Então eu dando aula no [escola judaica], ali no bom retiro, tinha o teatro, dava para entrar meio tranquilo, dava para ir dar alimentos, dar remédios entregava e tal... passei a fazer esse tipo de coisa... de trabalho possível que era esse e ao mesmo tempo do ponto de vista pessoal, me dava uma certa segurança de poder apoiar minha companheira, os companheiros e saber o que estava... meus irmão no Chile... e eu podia sair pro Brasil e voltar pro Brasil... Pô, esse cara tem lá... ter que ajudar o irmão a família... então eu fiquei com trânsito meio livre nesse período.

Só que eu fiz um concurso pro SESC e não pude entrar porque o SESC pedia um atestado de antecedentes do DOPS que não me davam... diziam tem um processo na verdade e isso matava. Eles faziam concurso aberto pra um cargo lá... que a gente dá risada até hoje, a gente se encontra uma vez por ano e a gente dá risada... era Orientador Social o nome do cargo... e o trabalho era de ser um agente cultural.. Eles andavam pelo interior, com cinema, com teatro... iam nas comunidades trabalhar e tal. Para isso precisavam de um pessoal de alto nível intelectual, os melhores, que faziam um exame muito... um vestibular para entrar os melhores. Os melhores geralmente eram críticos de esquerda e era uma entidade reacionária, patronal e tal. Só que tinha suas contradições, o presidente era um cara do CCC... da

Federação do Comércio que era dona do SESC, que dava o dinheiro... era o [diretor] que era uma cara ligado ao CCC, só que colocou na presidência um cara iluminista e tal não sei o que... que tinha uma habilidade incrível. Ele... todos nós tínhamos de certa forma, ele convivia com o perigo, ele fazia um cenário e protegia até onde era possível... jovem... idealista... é claro, dentro de algum preceito, do tipo não vá me fazer besteira. Mas ele era tolerante com... inclusive porque precisava dessa criatividade, desse pessoal e tal.

Eu já estava no SESC... eu fiz exame e não... como eu dava aula de atualidades, ou seja... eu tinha uma formação... e dava aula em cursinho eu estava bem *afiadinho* para fazer... eu fui o primeiro colocado nesse exame. Então, pô esse cara é bom pra ficar aqui. Eu tirei o grau máximo... bom pra ficar aqui... na entrevista me acharam bom, está bem atualizado com tudo de cultura... eu também no [escola judaica], eles conheciam o [escola judaica] tinha o conceito de uma escola de vanguarda, eles faziam que hoje é banal, mas na época... estudo do meio... estudo aproveitar... visitas né, fazíamos visitas para usinas de carvão em Santa Catarina, as aulas integradas. Então eles achavam aquilo muito valioso e tal e queriam que eu entrasse. E quando foram com a relação de documento eu não pude dizer que não tinha. Eu contei uma lorota daquelas do tipo queria muito, mas só vou poder no ano que vem... não lembro o que contei, mas alguma coisa do tipo universidade que vou terminar... tentaram me convencer... aí me ligaram dizendo que eu ia ter um... só que eu ia ter que fazer outro concurso de novo, que aquele já tinha vencido 1 ano, 1 ano e meio depois...

Mas aí eu tive a sorte porque o meu processo nesse período encerrou... o processo e eu fui considerado não culpado, quer dizer, inocente. Aquela história da ditadura... esse aqui é inocente e tal. A partir daí o DOPS me dava o papel, então, logo depois, um pouquinho depois teve o concurso, eu fiz de novo e fui trabalhar no SESC... 71...

Eu estava na faculdade. Quando eu fui pro SESC, eu dava aula no Cairú, fui preso, depois fui pro [escola judaica] e dava aula no Objetivo, no cursinho colégio Objetivo. Então eu saí do Objetivo e do [escola judaica] pra ir pro SESC.

E no SESC eu fiquei trabalhando em São Paulo... o pessoal foi mandado pro interior e como eu tinha sido bem colocado e também por causa da minha companheira que tinha ficado em São Paulo... continuava presa. E eu pedi pra ficar em São Paulo porque o... eu tinha interesse, eles também tinham interesse... o cargo teu é aqui em São Paulo... me colocaram num lugar ótimo aqui em São Paulo... um departamento de criar programas pro SESC, de criar programas pro SESC. Uma coisa formidável e tal. De criar programas culturais e tal. uma equipe excelente.

Nesse período eu ganhei na loteria, porque além de ficar nisso, me dava possibilidade de ficar acompanhando minha companheira... que depois saiu e ainda estava no SESC, felizmente e tal. Ficamos um tempo juntos... com pouco tempo porque 1 ano, 1 ano e meio depois. Claro, depois dela ter esse trauma todo, de ser estabilizada e tal, aí a relação chegou no ponto em que devia estar. Uma relação que sobrevivia só... na situação especial nova... na nova situação.

E o SESC me mandou para a França para fazer uma formação na França... pagando... eu tinha meu salário, ia estudar na França, pô, ganhei na loteria. Eu fiquei ao todo... fui duas vezes, eu fui uma vez e depois fomos juntos até... porque eu já estava namorando a Mara... fui uma segunda vez. Ao todo deve ter dado um ano, um ano e pouco... foi em setenta e... setenta eu entrei no SESC... em 74... foi nos anos setenta e... oito... 78.

L- Você percebeu nesses anos de SESC alguma interferência mais direta da censura ou do regime?

- Ah, sim... era direto. Quer ver um exemplo de trabalho? Tinha uma censura muito forte no Brasil, mas esse presidente do SESC [...] na época, que era o cara do SESC. Ele tinha que submeter ao conselho, os caras reacionárrissimos... [Diretor] fascista... depois eu te conto detalhes do perfil dele. Mas o que acontecia? O conselho tinha uma certa vaidade, porque a cultura é sacralizada pela elite... o [diretor] é o homem que promovia a cultura e ele não entendia porcaria nenhuma. mas era de bom tom e [...] A imagem que me veio é o Châteaubriant e o *Bardi*... enrolando e sendo enrolado pelo Châteaubriant... fazia um pouco isso. E a vaidade do [diretor], e isso também inseria o cara nesse mundo e no mundo político.

Quer ver um exemplo? Teve uma feira, fantástica... tem um amigo meu, amigão até hoje. Até se precisar de uma entrevista, você vai ganhar muito com isso... [...]. Ele fez uma feira Nacional de Cultura Popular, deu do Brasil inteiro. trouxe exemplos de artesanato do Brasil inteiro. Depoimento... uma coisa valiosíssima... brinquedoteca... aquelas gerigonças fabricadas... e era... além de ser um cara muito inteligente, tinha um *approach* muito humano, muito fácil... chegava na cidade: tem louco aqui? Ia nos meninos engraxates e dizia tem louco na cidade? Ele ia no louco, ele sempre foi criativo... e aí ele era o cara que transformava coisa em gerigonça... os doidinhos eram o... marginalizados, que estavam infantilizados... que faziam bonequinho de barro...

Bom... fez uma exposição e na época era o Geisel, e o Geisel tinha a filha Luci. A Luci tinha uma síndrome qualquer, tinha *down*, mas em grau pequeno ainda. E ela gostava muito de arte popular, ela foi educada para se desenvolver por isso. Bom, era o ponto de contato dele com a ditadura, então porque ele sabia que a menina gostava, o que acontece... faz uma coisa de cultura popular. A ideia não é fazer uma demanda dele, a demanda vinha e ele aproveitava essa demanda... então ele ia jogando... o Geisel agradecia e ele se projetava perante os militares... então... onde dava pra fazer esse jogo, a coisa ia, e dava bastante. Tinha hora que não dava, mas também era aproveitado.

Por exemplo, tinha o projeto seis e meia no Rio que era um projeto de música, que era um pessoal de esquerda. Ivan Lins... o Chico não cantava... porque também ele estava perseguido... Aldir Blanc... fundaram um negócio que chamava Sombras... Sombrás... porque iam nas sombras... Gonzaguinha... pegavam um cara já... já enfim... já... reconhecido com os jovens... para botar os jovens... numa coisa bonita. Seis e Meia porque? Os caras saiam do comércio seis e meia e iam no teatro lá... era caminho e enchia... Um real... era coisa baratinha... Não tinha repressão... porque era bem feitinho. O Aldir Blanc era inteligente, fazia de uma forma que não fazia discurso político, ia muito comerciante, e o SESC ficava envaidecido, porque enchia... não tinha discurso político... cantavam... vamos por aí...

Aí, vamos trazer pra São Paulo. Eu ficava nesse projeto, como eu tinha amigos lá no Rio e conhecia essa história. Pegava... vamos trazer pra São Paulo. Estourou o conceito Seis e Meia aqui em São Paulo. Fizeram de uma quadra, construíram um teatro. Teatro Pixinguinha. Os shows ficavam tão cheios, era um puta de um teatro Vila Nova... dava imprensa, era isso que ele queria. Dava imprensa, TV Cultura... fazia filmagem do show, passava no SESC, passava... SESC passou a entrar no que lhe faz hoje, mas até então, era uma entidade patronal, burocrática e desconhecida. Então passava a ser uma entidade moderna, das artes, a imagem dele hoje.

E a mídia que não divulgava, passou a divulgar e passou a se servir também dessa imagem. Então o [presidente do sesc] tinha isso em vista e passava isso pra eles. Um marketing social. Usava muito esse termo Marketing Social. Pegava bem pro comerciante. Pô Marketing Social... vamos fazer a imagem do Bom Comerciante. A imagem do dadivoso, do mecenas... do mecenato, e ele ia com esse discurso.

L- Você via esse discurso como uso da cultura pelo regime?

- Pelo contrário, veja, o mecenato é fundamental, não importa. Se aquele que tá dando dinheiro vai com vaidade? Ok, o problema é o seguinte, você está podendo criar? E o belo está indo? Beleza. Beleza... Então... o governo te dá dinheiro, ok... ele vai usar a imagem? Vai usar... não tem jeito. O problema do artista o que é? Ele tem que ter público, tem que ter canais, e esses canais são dominados. Não tem jeito.

Agora, tinha artistas que não podiam ir. Tinha artistas que nem iam, por outro lado também não seriam convidados, vai. O Vandrê nessa época não estava... também já estava meio doidinho, estava mais pra direita do que pra outra coisa. Coitado, voltou meio delirando e tal. Mas não ia. O Ivan Lins ia dar os shows lá, Gonzaguinha foi dar os shows no Sesc, o Gonzaguinha é um puta de um militante. Mas chegava no show e fazia um show profissional, cantava, tal, não fazia discurso. Passou a ganhar confiança. Então não havia repressão porque a repressão já era dada, as músicas que eles cantavam a repressão já tinha sido liberadas lá atrás, então...

L- Nesse aspecto da criação, você se lembra se houve algum impacto em relação criação?

- Em relação à criação, eu acho que ela passou a ficar... nesse equilíbrio que nós estamos falando... passou a ficar mais adequada, ela não *tava* panfletária. Ela ficou mais adequada, ela ficou digamos assim, mais adequada sem ser comportada, porque a arte não pode ser comportada. Ela ficou mais adequada. E o Aldir Blanc, as músicas são de uma crítica social impressionante. Mas de uma forma, bela, bonita... então... E os sujeitos de um lado cordato e inteligentes, então, por exemplo, se preservava a imagem, o Aldir Blanc, por exemplo, não aparecia no SESC, mas ele incentivava... vamos lá... entre eles e ele fazia aquela história de "pô, que é isso? vamos ousar, vamos divulgar.." E quem ia à frente, o Hermínio Belo, o Hermínio Belo, deve estar vivo ainda, era muito hábil, letrista, poeta de música popular... muito hábil, tinha sido amigo dos grandes mestre, muito hábil e ele entrava nesse meio e sabe o cara que fazia... ele entregava ao vaidoso o que ele queria... a vaidade... e ele se prestava a isso. Quer dizer, alguém tem que fazer esse papel de aproximação e tal. então isso favorecia. Eu acho que sempre tem que ter um agente desse para as coisas andarem, pro artista trabalhar. O Renato que do jeito dele mais iluminista... ele teve um papel, teve um papel muito grande, né?

L- Com a Abertura, você se lembra de ter sentido alguma diferença nas artes, no regime?

- Começa a existir... essa história que eu conto já é período Geisel. O período Médici, que foi o período que eu *tô* começando no SESC, foi o período turbulento, terrível de extrema repressão e tal. Mas o que acontece? Tinha um agente político que era o Golbery. Ele passa por todos os governos militares. Então, ele era inteligente, que ele percebeu o seguinte, tudo bem... a eficácia do período Médici, por um tempo... ele derrotou a esquerda, acabou com a esquerda. Só que aquele método ia se voltar contra e você teria que fazer a transição lenta e gradual, que era o que eles sempre diziam.

Então, O Príncipe, né? O Príncipe faz a maldade de uma vez só e absoluta.. mas a bondade aos poucos. Sabe a história da bondade aos poucos? Então tinha bondade aos poucos. Quem era da esquerda percebia... a gente discutia muito isso. Glauber Rocha percebeu isso... dizia assim, o gênio da raça, o Golbery... ironizava, fazia rapa pé... gênio da raça... que o Golbery não caía na dele, mas também usava o Glauber pra fazer aproximação com a cultura e tal. O Glauber fez isso, né? quando voltou pro Brasil.... então o que acontecia?

O Golbery sabia que ele ia precisar ter uma amalgama, porque não dava pra ter uma sociedade com essa chaga... e como fazer isso de uma forma que virasse um cotidiano normal e tal. E que os militares saíssem sem... sem serem expulsos, sem serem humilhados, que era o grande objetivo... de fazer gradual. Então o Geisel, duríssimo e tal e tal. Mas é o cara que aceitava um relativo... gradual... mas um relativo... Um cara puritano, protestante alemão... duro e tal. Mas você vê era possível... teve inauguração no centro campestre do SESC. Uma obra suntuosa, grandes piscinas, móveis... a Lina Bobardi escolhe os móveis, um puta de um bom gosto e tal pra comerciar... então o [diretor] dizia assim, "só nós na democracia podemos oferecer ao trabalhador isso".

E atrás desse discurso que você tinha que ouvir, ia colocando gradualmente obras de artes... que claro... cinema... teatro, as coisas iam indo e tal. E nesse dia que o Geisel vai lá, tinha aquelas história dos círculos de quem podia entrar, de quem podia entrar nos círculos. Eu por exemplo ia ficar no primeiro círculo e não pude ficar no primeiro círculo, porque tinha que ficar no círculo mais atrás por causa de segurança. Então apesar da abertura a coisa estava muito sob controle mesmo.

L- Você sentiu alguma diferença em relação ao medo que se tinha na cidade, entre as pessoas na rua?

- Eu percebi que o medo tinha arrefecido... tinha medo, mas você já não tinha mais a Oban batendo na tua porta... continuava, mas já não tinha mais o assalto à esquerda. E o que acontecia? A questão era jogar cachorro em cima do Ulisses no discurso... já começou a ir pros políticos a coisa, mas de uma forma ameaçadora... o MDB começou a crescer... era tática do Golbery... só que vai crescer no tacão, no tacão... controlado e tal.

E a cena que eu lembro, eu morava no comecinho da Rebouças, perto daquele pontilhão na frente do hospital das clínicas, tinha uma vilinha, uma casinha gostosa, subia à pé na paulista até o Belas Artes. Eu lembro da Paulista cheia porque o Corinthians foi

campeão em setenta e não sei quanto lá... 74... por aí... tomaram a Paulista inteira. Aquela esquina da Consolação, os intelectuais na Consolação e foi uma festa popular fora do controle, assustou... e a gente olhava... fora do controle, porque porra, a polícia relaxou, não teve nada, nada, nada... festa na madrugada inteira...

Um relaxamento, eu lembro de algum gaiato lá... “Corinthians campeão, pau no cu do meu patrão...” O cara cantando... e opa... o que tá acontecendo aqui? aquele começo de ir relaxando. E, mas junto com isso as primeira greves no ABC, então... Um movimento sindical mais forte...

L- Nessa época você ainda estava próximo ao movimento sindical?

- O que aconteceu? nessa época, o Geisel... esquerda esfacelada... teve que sair do Chile, teve que sair da Argentina... depois do golpe foi pra França e tal... todos lá e tal. O que começa acontecer aqui no Brasil? A esquerda vai pra jornais... então... vem o Em Tempo... fiquei no Em Tempo um tempo... o pessoal, ex-POLOP, Trotskista, Movimento, então começa a ter *acionistas* (?) fazendo os jornais... o movimento feminista... então... os grupos começam a se juntar em jornais que não tem grande circulação, mas que entram na universidade, que tem um público... era a forma de trabalhar... muitos vão pro MDB pra fazer uma... corrente para a esquerda, começa a autocritica da luta armada, que a esquerda olha e diz: “erramos e tal”, como fazer uma inserção que trabalhava no parlamento ou não... colocar nossos deputados de esquerda, então começam alguns deputados de esquerda a entrar... isso antes da Anistia.

No caso da Polop era o seguinte, não colocar a força nisso... estimulava, mas não colocar a força nisso... nas organizações das comissões operárias... nos sindicatos onde tinha pelego, fazer comissões operárias, que eram células de base livres de sindicato pelego... pra oxigenar. Que era o sindicato de São Paulo... e quem fazia muito isso era o pessoal da esquerda católica... nós, o POLOPI.. então os sindicatos que tinham o Joaquinção, que era um pelegão aqui tal... essas comissões passam a ser muito eficientes. Muito mesmo.

E no ABC que não precisava disso, que o sindicato era pra esquerda, Lula e tal... você não precisava disso... essa base já estava muito forte. As comissões operárias começam a migrar pra cá, pra lá, pra lá... começam a ter movimento no campo que vem depois MST. Começa a ter um conceito no fim dos anos 70 e começo dos 80 que... começando a diluir a ditadura que era... esses movimentos de base no operariado. De uma forma não militarista. Era o caminho, porque o movimento de conscientização e tem... porra, sindical... preparar greve, preparar greve... e aí começava a pipocar greve e aí começou o embate, aí ficou legal.

Nessa época... a gente participou, mas veja, como todo grupo de esquerda minoritário... estudando, mandando informação para quem *tava* no exterior, atuando dessa forma pequena, em grupo, e informação... fim de semana indo pra escola... só que no fim de semana... vai lá em reunião de operário, estavam os sindicatos para dar informação...

L- Nessa época não havia mais medo ou ainda era escondido?

- Era escondido, tinha que ser escondido, só que não tinha mais medo porque você ia num bairro operário, podia ter polícia, só que a Oban não estava ativa, porque você vai prender pra que? E eles não tinham mais tantos agentes assim, porque era muita gente já, não dava pra ter controle. Eles tinham perdido o controle. Era muito gente pipocando que... isso graças à esquerda católica, que começou dentro da igreja... acabou nosso preconceito que isso é da religião, isso é da esquerda... começou a ter a utilização da igreja católica, a esquerda católica e alguns padres que acobertavam... e era difícil entrar a repressão porque tinha questões religiosas que protegiam.

Eu via esse crescimento muito feliz... todos nós sabíamos que as análises que a POLOP fazia era a seguinte... somos um movimento de massa organizado, que vai chegar uma certa hora de enfrentamento... tomara que não tenha, mas saber recuar... para não volta o militarismo... evitar o militarismo.

L- Havia esse receio que pudesse recrudescer novamente?

- Recrudescer... medir força... então... mas as análises iam muito pela análise econômica porque o Brasil passou a ter vários problemas econômicos. O pagamento da dívida era impossível, todo o dinheiro que colocaram aqui, que gerou... economicamente a coisa começou a degradingolar... o milagre acabou. A direita então não tinha mais essa hegemonia... o desemprego, então era um caldo que favorecia esse crescimento. Aí o sindicalismo, as greves

economicistas, era por aí que a coisa ia... ninguém quer derrubar o governo, mas ninguém quer derrubar governo, mas...

L- O que as pessoas pensavam sobre as greves e movimento sindical?

- A direita, se você ouvisse o telejornal é uma coisa muito parecido com o que tem hoje. O telejornal tentava uma realidade que o povo começava a duvidar da notícia. A greve não aparecia na televisão... Porque não aparece? A Globo era... helicóptero da Globo no ar... as notícias eram manipuladas, então eles começavam a perceber que a notícia deles era manipulada. A População começou a perceber...

Uma parte da população podia ter uma posição... mas as greves eram inteligentes. Não eram greves de serviços públicos da saúde, educação... era greve dentro da metalúrgica, metalurgia... automobilística. E a população não era sacrificada, não tinha greve de ônibus por exemplo, que a população era sacrificada. Os setores trabalhavam, não sacrificavam a população e ela percebia que aquele movimento até incentivava a aumentar suas... suas... reivindicações. Mesmo os sindicatos fracos torciam porque... o sindicato metalúrgico era muito forte e ele levantava o resto, levantava a massa.

Então foi... o Lula foi preso, por exemplo, ele vai pro Dops... o... delegado Tuma, que fazia o carcereiro amigo... então não é Oban... é o carcereiro amigo. Porque? já é o Golbery nessa jogada... vai matar um líder desse e vai incendiar... como você vai dizer que foi atropelado? Não tinha mais... o que tinha era fazer um tipo de argumento do tipo... fazendo reivindicação para a elite operária, não cuida dos sindicatos fracos, uma crítica pela esquerda... então... você acaba manipulado por gente de esquerda e tal... esse tipo de crítica, mas uma crítica frontal já não cabia mais.

Agora, foi num crescente e começou a pegar setores da classe média que queriam liberdade, queriam liberdade estética, liberdade... os jornais começam a reclamar da censura porque tinha que colocar receita... de Camões... começam a dizer que são contra a censura... os mesmos jornais que tinham apoiado. Então a coisa ganha uma outra dinâmica. Mas tudo isso em função da crise econômica... que é um nicho que dispara tudo... o MDB cresce... centro-esquerda, o MDB cresce... tenta capitalizar e fica aquela briga, não ninguém vai nos dirigir.

Começa a ter uma projeção direita-esquerda que depois se rompeu... que o Fernando Henrique candidato a prefeito de São Paulo, a Folha apoiando... ele sentado na cadeira na véspera porque achou que ia ganhar... Jânio Quadros ganha, a direita ganha depois, passa *Detefon* na cadeira porque ele sentou... chama no discurso o Fernando Henrique de maconheiro porque ele tinha olho inchado... já começa aquela história o Lula apoia o Fernando Henrique e depois diz que é a última vez que faço isso porque percebeu que era um caminho mais pra direita, vou fundar o nosso partido, vai fundar o partido dos Trabalhadores... Podemos continuar outro dia?

(...)

L - E tem algum nome que você gostaria que usasse para te identificar?

- O que você quiser, qualquer um... Paulo... fica interessante. É uma molecagem... tem a ver com a história (risos).

.....
2ª Entrevista com Paulo

São Paulo, 27/nov/2014

PAULO: Na questão da cultura da época, do SESC, eu achei que você estava focando mais na criatividade da estética, né? É mais uma questão psicossocial, não é? Você quer ver o ambiente da época. Das relações do cotidiano?

LUIS: A questão é pensar nas áreas de saúde, cultura, educação para ver as repercussões também nessas áreas, que são áreas importantes na formação da sociedade, mas não precisamos ficar presos.

P. - O aspecto dessas manifestações, estética e tal, sempre reflete um momento, né? Sem dúvida. Bom, nesse sentido, fiquei pensando em pegar mais a questão do cotidiano. Tenho um amigo, se quiser, entrego o contato. Um trabalhou comigo no SESC e como é escritor, tem

esse olhar do cotidiano que é muito boa. O outro [...], um professor universitário que trabalha com política, dava aula na Unicamp, já aposentado e tem uma visão mais estruturada. Se quiser, eu entro em contato...

L - Eu vi alguns pontos que a gente já falou, mas teve um ponto que ouvindo, eu gostaria de retomar. Você falou de uma comparação de antes do golpe e depois você começou a falar de quando você trabalhava lá no Vale do Anhangabaú. Que tinha nas ruas um mar de pessoas discutindo política e você deu esse exemplo da comida popular que tinha no prédio do IAPE, que tinha uma movimentação muito ativa acontecendo, e eu fiz uma pergunta que eu gostaria de retomar. O que você lembra de ter mudado por ali depois do golpe? Você trouxe umas questões que depois do golpe tinha um clima, uma vigilância maior do exército, não é? Mas essa questão do Vale do Anhangabaú me chamou bastante atenção porque havia uma vida ativa da população num espaço público. Como ficou isso?

PAULO: Bom, o pré. O que acontece foi que 63, 64 a Praça da Sé, do lado da Praça da Sé também, do lado do Sindicato dos Metalúrgicos, era um ponto importante, todos os ônibus, todo o transporte público se dirigia para essas regiões centrais, que aliás eram duas praças. Alias, eram duas praças. Quando em cheguei em São Paulo, tinha a Praça Clóvis Beviláqua, que é aonde está o metrô hoje. Tinha até um quarteirão no meio que derrubaram e emendaram a Praça da Sé com Clóvis Beviláqua. As duas praças, por isso que ficou uma praça grande que a gente chama de Sé hoje.

E todos os ônibus praticamente paravam ali. A Zona Leste era intensamente habitada como hoje, a Zona mais proletária, o ABC. O Parque do Anhangabaú e a Praça da Sé, ali, aquela região de muita intensidade. Todo mundo se dirigia para aquela área, uma área de concentração muito forte.

Como hoje, o planejamento também era complicado, os operários ficavam no Ipiranga, Mooca, Penha. O centro ali tinha muita indústria e muito comércio, comércio pequeno, comércio grande, não havia shopping, você tinha o Mappin, grandes lojas de departamentos, com uma configuração um pouco diferente. O que é o Shopping hoje era mais a céu aberto. Então era o passeio, cinema. O cinema era muito frequentado. Você não tinha essa história da televisão, e o cinema era muito popular também, né? O cinema, por exemplo, as salas ficavam todas no centro, era um acontecimento você ir ao cinema. Você passa hoje em frente, está todo arrebitado, mas a arquitetura do Marabá, cinema imenso e tal, Olido que acho que nem existe mais, mas tinham muitos cinemas lá no centro, uma intensa...

E restaurantes, né? Concentraram esse monte de comércio, já tinha o problema da alimentação, eu acho que eu citei sobre a alimentação popular, a maioria tinha pouco dinheiro. Perto do Instituto de Aposentadoria tinha um restaurante popular, o que hoje é aqueles restaurantes com prato de R\$ 1,00 no Centro da Cidade, aquilo tudo, né? Então na hora do almoço ia todo mundo para o restaurante, para o lanche, era uma vida muito intensa. E a questão política também era muito intensa.

E é interessante porque eu tinha vindo do Rio, e era a mesma história. No Rio tinha a Praça XV, então na Cinelândia ali, onde chegam os barcos de Niterói e em frente ao Teatro Municipal era mesma história. Foi muito semelhante o processo de urbanização de uma cidade e de outra. Naquela região tinha o comércio. O que era o Mappin aqui, no Rio era a Mesbla, a mesma história. Então eu estava acostumado com isso no Rio, mas no Rio tinha a Central do Brasil. Na frente da Central, na Candelária ali, na XV, na Rio Branco, era um eixo, assim como é a Praça da Sé e Anhangabaú. Toda a cidade acabava se reunindo ali. Então a vida na cidade era meio bucólica, mas no centro da cidade era essa efervescência. Essa era a característica que hoje não tem mais, né? Hoje está muito descentralizado, Shopping. Então isso gerava uma acrópole. Você tinha uma possibilidade de interação social muito forte nesses grandes centros, ainda. Não estava pulverizado.

É claro que como sempre tinham os guetos, né? O gueto homossexual na Praça da República, o gueto das senhoras de meia idade separadas à procura da segunda relação ali na... tinha uma Galeria chamada Prestes Maia, ali na... perto da Prefeitura... gueto A, gueto B. Então essa característica da cidade era muito intensa. Na Praça da Sé, no Sindicato dos Metalúrgicos com uma conotação mais proletária e, acho que eu citei, para o lado de lá do viaduto, depois do Mappin, a rua Barão de Itapetininga, era a rua que tinha o charme da Oscar

Freire de hoje. Não havia essa descentralização ainda. Então, tinha confeitarias. Tinha a Vienense, que hoje é essa rede Viena. Que hoje é *fast food*. Tinha piano, violino, etc. Então naquele lado da cidade tinha uma cidade, São Luis e tal era mais aburguesada. Eu falei de restaurantes, então nessa região tinham também os restaurantes mais finos para o Lado da República, primeiro o Almanara ali naquela região; e você tinha o restaurante popular lá em baixo que eu falei, lá no Anhangabaú, era mais popular, onde tinham cachorro quente, o sanduíche de pernil que eu vim conhecer em São Paulo. O cara fatiava um pernil gorduroso no pão, aquela história do sujeito tomar uma refeição ali de pé. E aquela história que eu estava rememorando com uns amigos... E aí eu ia comer e achava um absurdo e falava: “Vou sair dessa cidade, onde já se viu comer de pé!”. Tinha um lugar que chamava Salada Paulista que o sujeito comia um cachorro quente com purê e tomava um Guaraná. E comia de pé o cachorro quente ali.

LUIS: E pra você que tinha vindo do Rio, comer de pé era novidade?

PAULO: Era novidade essa questão. No Rio essa questão era: “Pô, você tem que sentar!”. Não tinha essa de comer de pé. Era uma refeição. Era um absurdo. Claro, era uma coisa muito mais simples. A gente comia lá um mocotó do Gomes. Era um carrinho no meio da rua, você comia pegava o mocotó, mas sentava pra comer. Então já era uma coisa assim, de uma cidade... é populosa, congestionada, de um capitalismo mais avançado, imitando uma coisa americanizada e tal. Não havia esse bando de lanchonete. E hoje por ironia onde era a Salada Paulista tem um Mc Donald's, não é por menos. Mas uma coisa que eu lembro que me chamou atenção, eu ia comer num lugar que era um lugar um pouco mais barato, era um restaurante giratório... na Praça... na praça... no Paysandu, Largo do Paysandu tinha uma travessinha, era em cima de uma correia, no chão, sabe essa questão industrial? Você sentava em cadeirinhas, tua mesinha e uma cadeirinha, como carteira escolar. E era giratório porque você sentava e ia colocando no seu prato a comida. Era uma coisa muito simples, arroz, feijão e um bifinho... uma sobremesinha e... à medida que você ia andando, no final da girada, como um carrossel, você saía que outro ia sentar no lugar. Não era o prato que andava, você saía porque ia ser expulso, que você tinha que comer num tempo determinado, num ritmo. Para mim era um choque essa questão. Era questão de uma cidade com um capitalismo mais avançado e o choque de classe. Você percebia intensamente. Como? Você não tinha nesses guetos, como é hoje, não tinha a presença da burguesia ali, da parte mais chique da cidade.

LUIS: Isso antes do golpe?

PAULO: Antes do Golpe. Mas era uma classe mais assumida. Era o sujeito com o jornal debaixo do braço, eu acho que eu citei isso para você, no Anhangabaú era do forno para a mão do indivíduo. Saía o Última Hora, que era jornal trabalhista e tal. Saía 2 ou 3 edições, se fosse necessário até uma quarta. Na Cásper Líbero tinha a Gazeta Esportiva, que era o futebol. Era o grande... grande... grande público proletariado. Na Praça da Sé tinha o Diário Popular, na Praça Clóvis, né? Diário Popular seria rotativa deles... Ele tinha uma página de notícia. Uma última página sindical e no meio, empregos. Ou seja, hoje é internet, mas naquela época ia por ordem alfabética, os tijolinhos e tal... Muito consumido pelo emprego. E um segundo caderno de Classificados. Você tinha então o Diário Popular para o proletariado e o Estado de São Paulo que era o arauto da burguesia, sofisticado com anúncios... e os cargos oferecidos não tinha popularidade, era em escritório, gerente, chefia e apartamentos de maior nível. E a classe era demarcada pelos jornais focados numa classe. E isso, eu diria que meio que sumiu. Hoje você não tem essa característica tão demarcada.

LUIS: Quando você começou a notar essa mudança?

PAULO: A mudança ela vai evoluindo porque a imprensa ficou monocórdia, com o golpe você não tinha oposição. Em 64, o Notícias Populares que era um jornal Janguista e tal ele é empastelado, ele é fechado e ele abre depois com gente perseguida, ele tenta sobreviver em 65, 66 e em 68 ele acaba. Deve ter sido até um pouco antes. Então de 64 a 68 você tem uma ditadura envergonhada, vamos chamar assim. Castello Branco e tal. Uma ditadura que quer ainda ganhar os corações e as mentes. Tem uma preocupação digamos ideológica de provar que o fundo de garantia é melhor que o sistema anterior, de provar que estavam defendendo a liberdade, prometendo que ia ter eleição.

Havia uma tentativa forte de... de conter, mas a contenção não era ainda com tortura. Claro, ela foi pesada, foi um golpe militar, mas um golpe militar tipo Batalha de Itararé. Os caras em Minas... um contingente vai pela estrada com tanque, que não tomam tiro. Outro contingente que vai, não vai... vai não vai... no Rio adere depois, enfim, foi um golpe mais publicitário, digamos... que passou pelos meios de comunicação, rádio... a impressão de que o presidente tinha fugido, ele não tinha, mas era uma mentira... o Brizola tinha fugido e não tinha, ele estava tentando a resistência, mas claro, prendendo líderes para não falar... Mas o primeiro ato... as primeiras horas e tal foi da população meio atônita, “o que que tá acontecendo?”

LUIS: E na época você tinha essa impressão, essa sensação de que era algo que estava lá, mas tinha essa tentativa de amenizar?

PAULO: Sim, tinha a sensação de que era uma ditadura, mas tentava amenizar, ganhar as mentes. Então, claro, a propaganda intensa, os jornais controlados, mas sem censura. Podia aparecer uma crítica tímida ali, isso era possível. Claro, os líderes sindicais foram presos, depois soltos mas não podiam voltar para os sindicatos, então não estavam articulados.

LUIS: E você sabia disso? Você acompanhava?

PAULO: Sim, isso a gente sabia, acompanhava... Começa aquela história da difamação, né? O Juscelino roubou demais... Eles usavam a palavra IPM (Inquérito Político Militar). O nome era interessante, Político e Militar. Davam uma “*áurea*” de legalidade, que era inquérito, conduzido por uma autoridade judiciária... Esse ritual de botar a justiça limpa, técnica e tal. Só que era acompanhado por um militar, porque ia para um tribunal militar, porque? Porque a corrupção etc. Aquela história toda, a direita usa muito isso. Você que tem uma boa formação, é politizado, sabe da história da UDN, autor do golpe, um partido de direita, corrupto extremo, mas que usava esse discurso. E usava o Lacerda, que era um agitador muito forte, o rádio... Quando eu cheguei aqui em São Paulo a coisa estava mais estruturada do que no Rio. Tinha uma rádio de direita, que era a rádio Eldorado, atual Estadão, que botava discurso do Lacerda. Tinham diários associados, como seria como é a Rede Globo hoje. Diários associados, Diário da Noite, Diário de São Paulo, era o Assis Chateaubriand famoso... que era o Cidadão Kane brasileiro... nordestino que se enriqueceu fazendo chantagem (se não pagar eu falo mal de você), fez chantagem com o Matarazzo, com todas as fortunas e tal, e a chantagem política. Então, populista ao extremo, e usando a imprensa dessa forma, que no golpe, deu todo apoio à revolução, fez toda a campanha pelo ouro no Brasil, que era o anelzinho, né? O anelzinho de lata que substituiu o de ouro. Foi no Saguão de Diários Associados que ele socorreu. Ele tinha a primeira televisão no Brasil, que era um grande canal que era a Tupi. Aqui em São Paulo, aqui no Sumaré essa torre, que era o Auditório da Tupi. Aquela história também do muito bom gosto, né? Pode-se ver que é um prédio bonito, linha arrojada, um cara com fortuna. O Museu de Arte Moderna foi ele que criou, era na Sete de abril. A Lina Bobardi e o marido, ele trouxe da Itália pra fazer o Museu de Arte Moderna... Esse mecenato foi às custas de chantagem: “Me dá um quadro se não eu falo de você no jornal!”.

LUIS: Na época você sabia disso?

PAULO: Eu sabia porque eu já era politizado, tava com 18 anos, vinha de um movimento estudantil em contato com a elite mais politizada e tal. E isso a gente sabia. A população gostava que a TV Tupi tinha boas novelas, passava futebol, tinha repórteres que passavam credibilidade. É como a Globo. Trabalhava muito bem essa questão e ocupavam esse espaço. Então, mas você tinha uma outra imprensa, que até então, como o Última Hora, que tinha o contraditório.

LUIS: E não era um jornal alternativo, né?

PAULO: Não, era um jornal com maior circulação em São Paulo, no Brasil. Ela tinha aqui e no Rio... se não me engano, no Nordeste, tinha em vários locais muito forte. Então era um caldeirão interessante de conflito. A direita, quando entre em 64 o que ela fez foi tentar não fechar, nos primeiros dias fechou, prendeu jornalista e tal; depois aquela história de liberalidade: “Olha, não matamos ninguém!”. Claro, prendemos o Arraes, prendemos o Bezerra no Nordeste, tiramos o Prestes que fugiu.

LUIS: Chegaram a ser noticiadas essas prisões?

PAULO: Sim, eram noticiados do tipo: por corrupção etc. E veja, a notícia era o seguinte: por quererem *comunizar* o Brasil. Nós somos uma terra cristã, somo... gostamos de paz; eles querem guerra, eles matam, eles usam violência. Então, na Guerra Fria colocavam muito o comunismo como ateu, sem princípios morais, destruidor da família e propriedade. Se você tem um pequeno negócio, você vai perder, sua casa vai ser tomada. Aquele imaginário... Leva o medo. E quanto mais você trabalha a paranoia, mais você passa a ter uma contenção, né?

Bom, isso que eu chamo de tomar os corações e mentes, pela religiosidade, pelo medo e pela insegurança. Então foi criando cada vez mais uma certa paranoia. Mas uma paranoia no nível imaginário: “Você vai perder tua casa, eles não têm moral, eles roubam!”, mas fazendo que vai ter eleição e vai ser ótimo, “votem em mim, não votem neles”. Até porque eles não vão poder ser candidatos. Os menos notórios ainda podiam ser candidatos, os partidos ainda teoricamente existiam; só os partidos de esquerda que não.

LUIS: Os partidos de esquerda já estavam proibidos nesta época?

PAULO: Já estavam proibidos, PC... então eles foram colocados na clandestinidade. Só eles. Entretanto, que o PTB ficava: “o PTB era um partido trabalhista, com líderes presos e ficava e tal”. Então 64 foi uma tentativa de não perder o poder, que chegou meio de surpresa para eles também, que imaginaram que ia ter uma resistência que não houve.

Eles entram firme nessa história da ideologia, né? É nesse período que a Tupi passa a ter seu papel, mas aos poucos a Globo começa a crescer. A Globo começa aqui em São Paulo, tinha uma TV secundária, como seria a Record hoje, que chamava Nacional. As grandes eram a Record, que era... músicas brasileiras, música popular, festivais de música, Elis Regina, Chico, aquela história que vai em 68, 69. Então a Record tinha grande audiência, a Tupi tinha grande audiência. Tentou-se uma meio Chapa Branca que era muito boa que era o Simonsen, que faz a TV Excelsior, de muito boa qualidade. E essas TVs reproduzindo isso com uma relativa liberdade. Quando entra a Globo com a Nacional, eu não sei que ano é, mas pode ser 65, 66, ela entra e a história que quem colocou, quem era o Testa de Ferro, que foi o Globo e o Roberto Marinho, foi a Times Life, a organização americana. Quer dizer, na verdade o governo americano não podia ter propriedade brasileira, mas injetaram dinheiro, compraram o canal, e a Globo tinha muito dinheiro, e como é esse muito dinheiro? Estranho, né? E passa a ter esse poderio, 70% de audiência... Aí entra o Jornal Nacional. Quando isso acontece, já era uma preparação mais estruturada no nível da propaganda, e preparando o que viria depois, os programas Brasil Grande, Amaral Neto repórter sobre a Amazônia sobre o Brasil que cresce. O pessoal chamava de “Amoral” Neto, sempre com militar...

Tem o golpe dentro do golpe, o Castello Branco morre e havia a história de que ia ter eleição para presidente; e esquece a eleição para presidente. A ditadura começa a se mostrar e até o AI-5, 69. 67 para 68 ganha-se um pouco mais de fôlego, a oposição começa a se articular, há uma tentativa de uma guerrilha, o Brizola tenta um núcleo de militares para fazer uma resistência incipiente numa regiãozinha do Paraná. Uma coisa insipiente, mas “Ah... está vendo...” justifica mais repressão. Já começaram a ensaiar essa história de enfrentamento.

LUIS: Nessa época você percebia essa pré-resposta do Estado em relação a esses movimentos?

PAULO: A gente percebia... Claro, você não tinha, mesmo estando na esquerda, conhecimento sobre esses grupos. Eram grupos extremamente... feitos no exterior, com ex-militares e não estava muito estruturado ainda. Lembrando que Cuba foi assim, entra a história de osmose, poucos e tal e a massa da cidade se levantou; mas era uma coisa insipiente, não tinha ligação com sindicato, não tinha estrutura. Era uma coisa de mostrar resistência militar, o que não tinha condição. Mas isso foi, digamos, um aglutinador para a direita “tá vendo, a gente não pode abrir. Se abrir esses caras voltam com tudo!”.

E começou a manipulação da população, sem jornal de esquerda. O movimento sindical só com pelego... com corrupção, do tipo: pode roubar, pode ficar, pega o imposto sindical. O sindicato já tinha se deteriorado totalmente. Bom, politicamente o Moreira Alves faz um discurso... e caça. E começa uma história, o AI-5 fecha partido político (o discurso dele foi muito radical), é bom fechar parlamento... senador biônico... começa a ganhar corpo. É claro que nesse momento a elite mais intelectualizada, as escolas percebem para onde a coisa vai. Mas nesse momento também, pela conjuntura internacional, o capitalismo

internacional, conduzido principalmente pelos Estado Unidos começam a injetar muito dinheiro, emprestar dinheiro a juros baixos... para grandes projetos. Havia essa possibilidade no mundo, quer dizer, eles tinham um excedente que podiam colocar.

Além do que, era interessante não usar a mão militar, ficaria mais custoso, né? E fazer uma forma mais sedutora e que ganharia as massas, com a introdução do dinheiro. Já tinham tentado isso antes de 64, quando com o Lacerda era governador do Rio. Então botaram muito dinheiro no Rio. O Aterro do Flamengo foi feito nesse período, era um cartão. Copacabana era estreita. Fizeram um recuo. A praia de Copacabana é um aterro, é um recuo... A água chegava até praticamente a primeira faixa. Fizeram todo um estudo, colocaram areia. Então Lacerda ampliou a grande avenida, iluminou. Fez uma coisa bonita, um aterro...

LUIS: E era sabido que era capital estrangeiro?

PAULO: Sabido, sabido sim. E era assim, tinha programas nos Estados Unidos que eles carimbavam: era a Aliança para o Progresso. Então o Kennedy colocando isso lá, então quer dizer vai colocar, por que? Fazer construções populares, Vila Kennedy, por que? Tira o pessoal do morro, “limpa a cidade” e vai morar lá. Lugares distantes, etc. O pessoal não queria morar lá, voltava pro morro. Começou a ter coisas terríveis de “limpeza”: mendigo, estelionatos, morte e jogavam no rio... antes do golpe. O Lacerda governador em 64, então ficava o Rio cartão postal bonito, com dinheiro. Então a Aliança para o Progresso começa a botar dinheiro por esse governador. No Nordeste, traziam restos de alimentação para os mais pobres e carimbando, Aliança para o Progresso. Em 64 faz um acordo o MEC e USAID. O USAID vindo com especialistas em educação para fazer a reforma do ensino no Brasil. Uma ocupação ideológica, do tipo, a universidade é uma universidade Marxista e tal. Então, o USAID ia fazer uma universidade mais moderna, voltada aos interesses do país. Essas modernizações... Por outro lado, começa a universidade paga.

LUIS: Você lembra quando começam as Universidade Privada?

PAULO: As universidades privadas começam a crescer depois de 68, 69. Mas você tinha algumas, tinha o Mackenzie, por exemplo, mas você não tinha esse número de universidades que tem hoje. Elas foram crescendo, crescendo mais nos 80 que tomam essa dimensão maior. Mas de 70 até essa década foram vários ensaios. Começou pelo curso secundário. Entrar na Universidade era um ritual para poucos... econômico. Então as melhores escolas... “Ah, o colégio Bandeirantes põe o indivíduo na universidade...”. começou a acontecer o fenômeno cursinho, que eu falei que eu dava aula nesse período. Bom, “você não vai entrar na Universidade sem reforço”. A peneira era terrível, o funil era terrível, pouquíssimas vagas. A frustração do sujeito terminar secundário e era aquele drama. Ou tentava-se uma universidade, ou tentava um curso profissionalizante ou parava de estudar. Era o limite entre ser o colarinho branco ou operário. A coisa era dada cedo.

E então, a classe média, o sonho era a universidade, ser doutor, advogado, engenheiro. Os cursinhos... não foi pela universidade que a coisa cresceu, foi pelos cursinhos. Começaram a crescer para colocar dentro das universidades essa população interessada... mais do que interessada... sonhando com a possibilidade de ascensão social, era um diferencial. Eram poucas vagas, pouco recurso.

Com o MEC-USAID e a reforma universitária, tinham a ideia de que a Universidade fiaria com mais vagas se o governo pudesse abrir para iniciativa privada, porque haveria financiamento e o governo não teria condições de financiar. A história de sempre. E havia muita resistência. Em 68 houve uma grande resistência nisso: “sem polícia no Campus, o Campus não pode ter polícia, a Universidade é livre”. O princípio secular medieval de que a área da Universidade é uma área livre, sem repressão, sem repressão intelectual, que é o Princípio do Iluminismo, né? A discussão era essa. E havia um certo pudor, antes de 68, antes de 69 com o Golpe, não se invadia universidade, era ainda um certo tabu. Com o AI-5, “acabou a brincadeira”. Assumimos a nossa face. Mas foram aos poucos assumindo a face, né?

Aquilo que era ganhar pelo coração não estava dando resultado esperado, e eles continuaram tentando ganhar pelo coração, mas com maior prudência, que era a mão militar. Usando legislação mais dura, que foi o Ato 5, o AI-5. Mas até então, mudando o Código dentro do sindicato, o Ministério do Trabalho baixava portaria não permitindo que ex-preso

político fosse se candidatar. Uma série de questões. E dentro das redações, com o auxílio dos donos de jornal, tira... não dê emprego pra comunista, não dê emprego...

LUIS: E você sabia disso?

PAULO: Sim. Isso foi antes do AI-5. Nós sabíamos... da universidade, pessoal mais intelectualizado sabíamos. Para a população o que aconteceu? Voltando nessa questão da tática do capitalismo aqui. Para a população era necessária uma melhora qualitativa das condições de trabalho. como? Aumentar o nível de emprego, diminuir o desemprego. Dando maior estabilidade e maior adesão. Como fazer isso? Com grandes obras. Hidrelétrica de Itaipu, Transamazônica, Ponte Rio-Niterói. Então são marcos desse período. Você não tem programas como hoje a gente escuta: ferrovias, pelo contrário... acaba com as ferrovias... moderniza o país, vai para indústria automobilística, abre estrada... fazer grandes canteiros de obra e projetos de hidrelétricas, que são fundamentais, importantes, sem dúvida nenhuma.

LUIS: É o chamado milagre econômico?

PAULO: Sim. Já é o chamado Milagre Econômico. Começa a haver uma situação de emprego muito parecida com a que temos hoje. Alias, era pior. Tinha maior desemprego, mas tão diminuta, que 6, 7% significava o que? Significava estabilidade. Significava um conforto que o operariado tinha. Tá bom, tem líder preso, “mas esses caras são arruaceiros”, sabe, começou a haver essa história... o medo de perder o trabalho, perder as condições. Porque estava muito na memória, muito fresca a ideia do que fazia o capitalista em 64: demitia... depois de uma greve demitia um monte de gente, havia sempre uma insegurança no trabalho, não fazia modernização na fábrica, o mercado interno não tinha fôlego para grande crescimento. Tinha tido um fôlego com a época do Juscelino, a construção de Brasília, que foi um período desenvolvimentista. Mas depois do Juscelino não havia fôlego para investimento, inflação muito alta, um certo descontrole com a questão do caixa, que foi o período pós Juscelino, com tentativa do golpe do Jânio, com aquele populismo. Então foi um período de instabilidade, desemprego, e a direita começa sempre a ameaçar por aí. Não bota dinheiro no país porque tem desemprego, a indústria automobilística recua, demite...

LUIS: Esses acontecimentos também surtiram efeito nesse sentido de ganhar pelo coração? Você via a população aderindo ao regime?

PAULO: Sim, porque essa combinação: taxa de desemprego baixa significa maior nível salarial, maior poder de consumo com isso. Não é o nível de consumo que a gente tem hoje, é bem menor, mas para quem não tinha nada, começa a ter uma possibilidade maior de consumo. Não é ter um carro não, era televisão. O grande sonho era o rádio, a televisão. E nem era colorida. Era televisão em casa. Então o sonho do operário era ir em uma dessas lojas de prestação e comprar uma televisão. O máximo de consumo... Mas isso, para quem não tinha nada, uma população que tinha acabado de sair do campo, da pequena propriedade rural de sobrevivência, o capitalismo entra no campo e comprando... e a população vem para a periferia de São Paulo, para tentar se tornar operário, para aprender agora uma profissão, para aprender a construir carro, para aprender a ser torneiro e se sofisticar. Então ter uma televisão, era morar numa cidade grande, com o progresso e com a TV, estar ligado ao mundo. TV não tinha esse aspecto de ligar ao mundo, não tinha essa ligação direta com os países. O futebol, para fazer uma transmissão do Rio para São Paulo, um jogo, era impossível, você passava vídeo tape. Vídeo Tape era primário, né? Um gravador que você põe uma fita e passava o jogo, tal. E as primeiras tentativas era botar uma antena no meio do caminho de Rio e São Paulo, a Record, com chuveiro, passava direto o jogo e era um acontecimento.

A Copa do Chile, em 62... não... 64 ou 66... os tapes vinham e você via o jogo de noite, no dia seguinte ou de madrugada. Já sabia até o resultado. Na Praça da Sé, meio folclórico para a época, mas a Rádio Bandeirantes colocava um telão, que era uma tela cheia de lâmpadas imitando um campo de futebol e a lampadazinha amarela era um jogador brasileiro. O sujeito ia radiando e o cara lá atrás apertava e dizia que estava vendo o jogo. Mas o alto falante e você olhando para a tela que eram lâmpadas. Um simulacro de televisão. Depois você ia ver o jogo de noite. Então, para a gente introduzir a imprensa e a Globo, a primazia do jornal e do rádio. Os diários associados tinham o jornal, o rádio, a Rádio Tupi aqui em São Paulo e tinha a televisão. Esse ganhar o coração queria diminuir a crítica, tirar os jornalistas e os radialistas mais à esquerda, tirar comunistas da redação...

LUIS: Você sentiu esses efeitos?

PAULO: Esse feito surtiu resultado. Mas não adianta você tirar, você tem que dar qualidade. Mas o que o povo quer? O futebol, boa qualidade no futebol; música, o Festival de Música da Record. Pode até vir gente fazer um panfleto de esquerda, mas dá para absorver desde que a gente controle. E Jovem Guarda, um enorme fenômeno em 66, 67. Roberto Carlos, Erasmo Carlos, Wanderleia.. Aí começa a música alienada, internacionalista com guitarra versus a música brasileira. Era um caldeirão bom para a televisão, ganhava muito dinheiro.

Bom, começa a vir então a TV Tupi tinha um teatro ao vivo, esquetes assim de teatro, a câmera... bom, domingo à noite, a população via... mas isso começou a ficar bem melhor, porque fazia um sucesso no rádio, que era a rádio novela. Tinha um sucesso incrível, incrível... ligava e assistia a rádio novela... vai pra tv a rádio novela... O Balança mais não cai, programa de humor no rio... todo mundo ligava pra ouvir. A hora da novela todo mundo em torno do rádio. Programa de auditório no Rio, Emilinha Borba... tinha esse apelo popular. O futebol... Então a TV começa a imitar o rádio. Aí, voltando, para poder entender. A Globo passa a incorporar melhor isso e ela começa a fazer novela e ela põe Chacrinha, que era um sucesso na rádio, mas o Chacrinha na TV tinha imensa audiência, e o futebol, e vai.

E não dava dinheiro, a publicidade era mínima, não é como hoje. Você não podia ter muita coisa. Tinha publicidade mas uma rede não cresce assim. Aí vem a história do Time Life. Todos os artistas de renome eram contratados pela Globo, trabalhando ou não. Isso até hoje, né? Recebe uma quantia por mês e não pode trabalhar em outro. Mas de onde vem esse dinheiro?

Aí vem o Jornal Nacional, com a mesma abertura até hoje que faz, a mesma música, que faz, aí sim, ainda mais depois de 69, um porta voz oficial da ditadura, mas não se assina assim. Eles “fazem jornalismo”... como hoje, né? Tem programas no fim da noite... o Globo Repórter... o programa do “Amoral” Neto, o Amaral Neto... programas da construção da Transamazônica... Itaipu... esse Brasil que cresce...

Todas as empresas públicas ou de economia mista, dirigida por militares já em 67, 68, começa... porque militar é melhor e tal. A Escola Superior de Guerra começa a fazer cursos para os staffs das empresas. Todos os presidentes das empresas, todos os gerentes, eram chamados para fazer curso na Escola Superior de Guerra. Era o máximo. Eles eram chamados pra fazer um curso na Escola Superior de Guerra. Curso de formação. É a mesma coisa que você hoje em dia fazer um doutorado na GV, sabe. O sujeito ia e era um orgulho. Não era todo mundo que ia, tinha que ser convidado e tal. Então essa questão da formação ideológica era muito bem estruturada. Só que funcionava porque a economia injetou muito dinheiro nessas obras e nessa... nesse financiamento do dito Progresso Brasileiro.

LUIS: Paulo, falando dessa injeção de capital, que traz a movimentação dessas obras faraônicas e o quanto isso repercutiu no chamado milagre econômico. Na época você conheceu alguém beneficiado nesse período? E também pessoas que foram prejudicadas economicamente por isso?

PAULO: É. As pessoas que foram influenciadas, de um modo geral, todo mundo acabou ganhando, né? Mesmo o proletariado, né? Isso foi terrível para a esquerda, pois sabia que estava num terreno não fértil. Não que eles tenham ganhado mais salário e tal. Mas tinha emprego, e isso era suficiente para atenuar a crise. Mas, quem perdeu com isso? Quem não estava contente, digamos, era pequena a parcela. O cara desempregado, mas o cara desempregado “a culpa era dele” na maioria das vezes, como hoje. “Tem emprego, se quiser trabalhar, tem emprego”...

Então tinha esse sentimento de que não havia crise. Por outro lado, quem ganhou? Bom, começou a roleta da bolsa, aquela história do tipo: capitalismo é tão bom que você pode fazer uma poupança, e pode ganhar dinheiro sendo sócio de uma empresa... vai para a bolsa. Teve um período que muita gente fazia poupança (operário não era bolsa, porque era muito sofisticado para eles), mas fazia poupança, guardava um dinheirinho na poupança para comprar uma TV, um negocinho... Então começou o fascínio pela TV como eu falei, depois TV colorida, porque em 68, 69 já é TV colorida, começa as primeiras transmissões. Então, mudar de status e ter TV colorida. Tem um status... eu lembro que eu não tinha TV aqui em São Paulo, então você tinha que ir na casa de um amigo para ver o futebol. Ia muita gente na

casa... Telefone, não tinha telefone na rua, então deixava recado. Era uma sociedade em que os objetos passavam status. O status menor era o rádio de pilha, o pequeno rádio, que hoje nem existe mais. O sujeito levava no futebol... E com essa característica de 68 e 69, começa o crescimento. Nos anos 70, quando já estava no governo Médici... é o auge disso. Médici vai no Maracanã torcer pelo Flamengo e a torcida bate palma para o Médici, popularíssimo e tal.

E é quando a tortura core solta... Quando a esquerda discute: como fazer a cabeça, e tal se você só tem dois partidos, depois do AI-5 você só tem dois partidos... ou tem gente ingênua, ou tem oportunista, que no fundo ele referenda a ditadura. “Vamos pra luta armada”... Bom aquela discussão que você já sabe da esquerda. “Não, tem que ir pela base, pelo Sindicato, tinha que fazer um trabalho de conscientização”... “Não, tem que ser a longo prazo”... A análise de conjuntura era negativa, então como recuar, teve enfrentamento militar, então o estopim da guerrilha, que você conhece bem. Tudo isso acaba fortalecendo ainda mais o poderio militar, porque como o operariado cumpre com medo de perder o emprego, e eles começam, com certeza a se trabalhar, criar fatores dessa história da paranoia... uma paranoia no sentido da aglutinação. Então soltam uma bomba na frente do Estadão. Pô, atentado à liberdade de imprensa, “porque o Estadão?”. Não morreu ninguém, mas “Parece que um jornalista foi morto”, “parece que”, parece que... “Pode ser o teu filho amanhã na rua, esses caras são criminosos”. Aí começa as ações da esquerda, roubam supermercados, roubam bancos... Começa a ter mortes. Morte daqui, morte dali. Tem um atentado no I Exército, um soldado foi morto... um garoto vai do lado de uma bomba... um garoto ingênuo vai do lado do carro que bateu no muro e tinha uma bomba... é o pré-caldo do AI-5.

LUIS: E você se lembra que sentimento você tinha em relação à isso? Quando você ouvia tanto o jogo que a imprensa fazia, quanto os acontecimentos mesmo.

PAULO: O sentimento com a imprensa é o mesmo sentimento que eu tenho hoje, isso não é imprensa, é publicidade... A imprensa é outra história. É um debate de ideias. A Globo desenvolveu e os outros copiaram de uma forma perfeita. Claro, hoje é diferente, porque com a democracia a manipulação fica diminuída. Ou às vezes fica ridícula. Capa da Veja... a crítica é maior... Mas nesse período tinha isso, a população meio anestesiada, porque depois do jornal tinha a novela. E mesmo que o cara não quisesse ver o jornal, ele via o jornal, ele vê a novela posteriormente. Então a gente percebia: não temos canal de comunicação, ia com o panfletinho etc. E do outro lado, economia ia bem, então não tinha nenhum espaço, com medo que esses caras atrapassem o governo. Tá bom, o governo melhorando, votar pra quê? Mas você pode votar, têm o PMDB e o ARENA, “você pode votar, estamos numa democracia”. “Esse não pode ser candidato, porque é aliado desses caras. A gente tem que limpar”... Não aparece corrupção, mesmo com enorme corrupção.

LUIS: e você sentia já a população contra a esquerda? Já havia uma mudança quanto a isso?

Paulo: eu sentia é que a população já está meio catequizada, do tipo olha se a gente continuasse como estava, a gente não estaria assim. Então era uma aderência. Aparentemente, era quase que generalizada. Ela não pegava intelectuais, pessoas com nível crítico maior, mas do ponto de vista da classe média e classe média baixa já era generalizada. Difícil até... você pegava operário, um aqui o outro ali... A coisa começa a mudar na medida que eles não puderam mas injetar dinheiro aqui e passaram a exigir o pagamento da dívida.

LUIS: e você lembra quando foi isso?

Paulo: o que eles chamam de crise do petróleo na verdade era a crise do capitalismo. Você tem os países árabes começam a aumentar, tem a produção a preço de banana, diminui a produção para criar um aumento no preço do petróleo. Os países árabes passam a ser enriquecer com isso. Aprendem a fazer o jogo. Passa a ter o endividamento. Um país extremamente dependente do petróleo. A Petrobrás sem pesquisar poço, sem produzir. Começa a crise na balança pagamento, aumento de débito, não tem mais a injeção de dinheiro, porque você não tem mais como colocar... Também não tem tanto dinheiro lá fora para colocar. Se já dominaram, e a esquerda está em frangalhos, para quê colocar dinheiro? Eles tinham que colocar o dinheiro também na Alemanha Ocidental para fazer uma vitrine capitalista... “Isso aqui já está dominado”... Tinham que colocar dinheiro no Chile, na Argentina. Também tinha concorrência...

E além do que, com a crise do petróleo começa a ter reflexo, desemprego nas indústrias. Aí começa o caldo, principalmente das indústrias automobilísticas, que são as maiores. Aí começa a aparecer uma luzinha no fim do túnel. A greve de Osasco em 68 era prenúncio de que isso podia acontecer. Mas a greve foi massacrada porque o país estava bem. Era uma liderança ensaiando a greve. Não tinha um apoio imenso da população. Mas a forma de se organizar estava dada para a esquerda também. Comissão de base, comissão operária fora do sindicato... A ideia era essa, de uma certa esquerda... militando pela conscientização, pela base, esperando a conjuntura melhor de crescimento da oposição, não pelo MDB, mas usar os deputados da esquerda para alto falante, usar o congresso para ecoar a crítica etc. Nesse período é sintomático, começa a ter uma relativa eficiência essa questão, tanto que o governo lança o "Brasil, ame-o ou deixe-o". Copiado dos americanos, né? Lá era "ame ou deixe-o" em função da guerra do Vietnã. Quem era contra a guerra do Vietnã... E aqui foi adaptado sendo a mesma propaganda...

LUIS: isso já no governo Médici, né?

PAULO: ainda no governo Médici. Então começa a haver sinais de que o modelo em curto prazo em média de 5 anos, começava a dar sinais de cansaço.

LUIS: você já percebia isso nessa época?

PAULO: já percebia. No meu caso, nunca foi uma percepção individual, era coletiva. O partido funcionava assim, você tinha que ter nome de guerra, mas todo mundo era da mesma universidade, e você acabava conhecendo a pessoa mesmo assim. Muita gente foi presa por isso. Mas aqueles que eram... que estavam do movimento sindical, tinha que ter nome de guerra, não podiam saber onde moravam.

LUIS: você chegou a ter essa vida? Você chegou a ter essa vida na clandestinidade?

PAULO: Todo mundo tinha que ter isso. No meu caso, quando eu dava aula... Aliás, na minha organização se incentivava isso. Tem uma fachada legal, que é o melhor artifício... os operários vão trabalhar... faziam dentro da fábrica um cerco... era cansativo, no fim de semana ao invés de ir pro futebol, tinha curso de formação, mais um, mais outro... nós também... Para os mais ingênuos que chegavam, não podia dar o endereço. Nem informações pessoais, com quem você namorava... o marido... A simulação era a forma de ser. Você simulava um papel, você vivia um outro papel... Isso era uma característica nossa da época.

Eu lembro que a Dilma teve uma CPI esses anos aí quando ela estava na casa civil, sabiam que ela ia ser candidata, tinham sinais de que eles queriam destruir tudo do PT e queriam destruí-la. E teve uma fulana lá que disse uma mentira qualquer, que teve uma reunião, que ela tinha pedido para esconder o processo, essa intrigas e tal... era do DEM, pessoal ligado ao pessoal do DEM. Teve a CPI e o cara do DEM, o Aprígio lá pergunta: "a senhora está falando a verdade aqui, mas eu tenho informação de que a senhora não falou a verdade na prisão. A senhora é dissimulada, aprendeu desde aquela época". E ela deu uma resposta ótima para o cara, dizendo: "na prisão, mentir é uma questão de sobrevivência, não só minha, mas de meus amigos. E de todo o mundo que eu estava lutando por uma democracia. Na democracia, dissimulada não sou, dissimulado é quem faz esse tipo de pergunta. O torturador"...

Isso para mim foi o emblema de uma época, né? A direita hoje é desmoralizada nesse sentido. Essa questão de falar a verdade, né? como se eles falassem, né? Usam isso para desmoralizar, que é o jogo que pega o ingênuo, né? Então, nessa época, nós tínhamos que ter essa dissimulação. Fazer uma reunião, onde é que você faz uma reunião? Você não pode fazer em uma casa, ninguém podia saber aonde morava. Nós morávamos, eu, apesar de ter uma vida clandestina, eu tinha uma vida pública, ninguém podia desconfiar de mim, eu dava aula, eu trabalhava e tal. Só que eu não podia morar com os meus pais. O núcleo familiar não existia. Você tinha que ter, digamos, a condescendência dos pais. Tem uma relação de mãe que, conservadora e tal, por amor ao filho, começa a ajudá-lo, e começa a ter noção do que é repressão, do que é ditadura. Fica dividida entre o risco que o filho corre, mas perceber que está contra uma coisa importante, que aquilo é um absurdo... Bom, mães perdendo filhos, elas se conhecem, elas se amparam.

Na Argentina a coisa é maior... Tem até hoje essa geração de mães, uma geração que está acabando, que teve essa luta. Então, você não podia colocar pais em risco, você dependia

deles até para sua sobrevivência. Conte a história de você entrar escondido no prédio, o porteiro por ser... vê que você entra só de vez em quando, então “como é que é isso?”. Pra você morar num prédio, tem que fingir... tem casos que você não tinha nem uma namorada, mas tinha que andar com uma aliança, porque aliança era fundamental. Fingia que era marido e mulher... não temos filho ainda... Às vezes, saía de manha, fingia que ia trabalhar e ia para rua, até a biblioteca, ler... cochilava na biblioteca, e voltava para mostrar que tinha ido no trabalho. Então esse tipo de coisa, toda esquerda passou por isso. Os encontros... se encontrava no meio da rua, encontro na sorveteria tal. Aí você tomava um sorvete e discutia as questões, o ponto, as informações. Às vezes para uma discussão mais aprofundada, íamos para uma casa, de olho fechado... você não sabia onde estava... Ia fazer piquenique na Guarapiranga, fingia um piquenique familiar, levava até as crianças para discutir, era esse o clima. Quem não era militante, não precisava ter isso, mas sabia que... eu ate contei pra você, tinha que andar com a carteira profissional, para provar que era um sujeito honesto, trabalhador...

LUIS: Paulo, você lembra quando você começa viver na clandestinidade? Uma clandestinidade para pensar, para poder discutir, para poder sobreviver?

PAULO: Isso é datado, né? 69... Em 68, um ou outro era procurado, o “Dirceu era o presidente da UEE”... O Dirceu andava com a gente lá. Mas já tinha guarda costas, tinha gente atrás pra que a polícia não chegasse perto, mas a polícia estava ali, fingia que era aluno. Com essa convivência, invadimos e tomamos a escola, a USP. Ficou um território livre, na Maria Antônia. Tinham palestras, estudos, o dia inteiro. Então, o círculo de leitura do Capital e a discussão do Capital era ali, os professores mais de esquerda, discutindo, orientando. A psicanálise, Guatarri, a antipsiquiatria, a Hobsbawn, e lê história, Marcuse... emancipação sexual, que era prazeroso, era uma sociedade mais autêntica, a pílula... Além do crescimento intelectual, a libido, a satisfação é um território livre, melhor e tal. A Universidade ocupada, dessacraliza o espaço, dorme-se naquele espaço, vive-se naquele espaço... não é clandestino ainda, mas é uma vida alternativa. Quando a polícia invade, onde é que você vai fazer esse espaço? Aí nós fomos para o CRUSP, que era território livre, a polícia não entrava. O CRUSP a gente já se apresentava com nome falso, não falava em que bloco morava, em que apartamento morava... morando ali...

LUIS: E um tinha desconfiança do outro?

PAULO: Tinha e com razão, né? Porque você vê, o cara que foi líder dos fuzileiros no rio, o Anselmo, um canalha total, né?

LUIS: você soube disso naquela época?

PAULO: Eu vim a saber mais tarde, a esquerda sempre tinha aquela dúvida, “será que é?” “Mas esse cara já regimentou tanta gente!” Era difícil você achar o que de fato o que aconteceu...

Mas essa paranoia vai perseguir a esquerda o tempo todo, e até hoje... Eu acho que tem uma geração que ficou marcada por isso. Tenho amigos que você percebe claramente até hoje, algum traço de paranoia mesmo. Claro, atenuado, mas você percebe... O cara num sinal já vê uma tragédia. Politicamente analisa... isso é um golpe, faz uma teoria da conspiração... toda análise vai sempre pro pior, pro trágico... não podemos ser ingênuos... Essa história: a tragédia e estar sempre reativos...

LUIS: E você acha que isso aconteceu com você também?

PAULO: Eu devo ter um traço também...

LUIS: Naquela época isso era algo comum, né?

PAULO: Sim, eu lembro que eu era mais tranquilo. Tinha uma certa crítica, tal. Também por não estar envolvido no militarismo, o meu medo era menor. Em termos, porque teve colega meu que foi morto também, por tortura... Cheguei a ser preso, torturado... Mas eu tinha um pensamento em relativizar um pouquinho, não cheguei a ter uma paranoia desse tipo. A minha companheira na época, ela tinha razão, tinha vindo do sul pra cá muito jovem. Muito assustada com tudo, coitada, depois foi presa. Era para ter medo mesmo. Então nós fomos uma geração com isso, com uma... estar alerta sempre, com uma visão... isso dá uma contradição também, um amor à vida um pouco maior. Porque parece que o tempo é curto ou

o risco é intenso, e as relações mais profundas, eu acho. Pelo bem e pelo mal... dependência... mas ficam mais profundas...

E tem uma história da geração que eu não vejo hoje: era... a solidariedade era fundamental para a sobrevivência. Você não pode viver no meio desse se não tem confiança, e se você não divide o que tem. E no nível afetivo, a relação fica mais profunda, mais intensa, menos superficial. Então era normal viver nas repúblicas... alugava-se uma casa e moravam 10,15... As regras da casa sempre democráticas, discutia-se tudo: iogurte na geladeira até ronco... e vai... Então, mesmo quem não era de esquerda, que era o pessoal digamos que era de esquerda no sentido do costume, mas não na política, gostavam da esquerda porque era mais libertária, menos careta em relação à sexualidade, em relação a drogas... Então o cara geração rock'n'roll do tipo woodstock aí, que virou o hippie, tinha um conflito, né? Vocês são alienados, vocês são muito rígidos e religiosos. Tinha um conflito, mas havia uma base meio comum que dava para conviver. E eram grupais, não eram individualistas.

LUIS: Você vê alguma relação entre esse modo de viver com a ditadura?

PAULO: Essa dúvida eu sempre tenho e acho que o teu trabalho tem uma coisa legal de desenvolver. Eu acho que tem uma diferença incrível de uma geração pra outra. Então quando você está numa geração mais velha, você começa a se ver é claro, você tem um comportamento sempre conservador, é uma questão de geração. Você vê a geração nova, você quer retificar algumas coisas, tem coisas que você não gosta... é natural, né? Mas mesmo que você tenha uma crítica mais aguçada, intelectualizada, você tem que dizer: vamos ver com a tolerância de quem já passou e o motivo. Tem um motivo... Você não tem uma atitude individualista em relação a minha geração por nada. É alguma coisa mais estrutural.

Como o individualismo é uma característica, como tudo, é ambivalente, né? Você tem que ver de uma forma dialética. Você não pode ter aquela visão stalinista da esquerda onde tudo é coletivo, e os comportamentos tem que ser coletivizados. E não permitindo a manifestação da individualidade. Então isso é um perigo, o fascismo tem isso, né? A esquerda pode ir para um caminho não como o fascismo, mas quase que religioso, que é uma crença em algo, crença no futuro é que você tem que ter uma ideia de irmandade, né? Que é perigosa, perigosa... Então aí você tem que defender a individualidade.

Eu lembro... que em um certo instante, minha organização tinha uma influência trostkista, da quarta internacional, Trotsky sempre muito crítico ao stalinismo... as organizações de esquerda eram mais simpáticas à Libelu, tinha uma certa crítica, mas não queria ser stalinista... mais voltado para o proletariado, mais contida porque a ética no proletariado é uma ética mais calvinista, não é uma festa... eu venho de uma formação assim lá atrás... ia te dar um exemplo que fui num congresso desse pessoal, eu estava na França... tinha um grupo de jovens... eu já estava um pouquinho mais maduro e fiquei meio assustado. O pessoal tinha um movimento feminista intenso, era muito liberal, as meninas iam jogar vôlei de shorts e seio de fora... algumas estavam tomando banho nua com as portas abertas, então é aquele negócio: a geração estava se liberando e tal. E tinha um rapaz suíço, e o cara começou a olhar com desejo, mas não foi agressivo. Era bonito, era atraente. E aí a menina viu, mas aí ela quis fazer mais um tipo: no coletivo e começou a criticar o cara, colocar o machismo dele e aquela história meio de tribunal, né? “A postura que ele tem que passar, tem que fazer uma autocritica”, seria igual no catolicismo a punição de quem vai no confessionário.

E eu lembro que eu fiquei incomodado e tal. E eu comecei a falar... e comecei a falar do Reich... “tem alguma coisa que não estão vendo, tem que ter uma literatura mais humanista, e tem que ter uma literatura mais na psicanálise”... “psicanálise não, tem que ser mais no marxismo”... Naquela época a psicanálise e o marxismo, havia uma distância... a psicanálise era o individualismo... e outra coisa, na verdade é uma adaptação: ela não permite a revolução, essa bobagem toda... muita bobagem. E isso atenua, adapta o indivíduo à situação, e tira o ímpeto da crítica, e tal. É adaptativa... é a palavra mais correta. Depois um falou “É o Reich? Deixa falar, Reich é um marxista...”, essa bobagem toda...

Eu tenho desde aquela época, mas hoje muito mais, a importância do indivíduo, da manifestação, eu não tenho dúvida nenhuma de que a psicanálise teve uma grande contribuição nessa história. O ser humano é um ser ímpar único e preserva isso e tal né? E

tem um valor que é fundamental. Mas eu não estou dizendo isso na juventude, mas é uma tribo, uma tribo que quer se mostrar diferente: mesma roupa, mesmo lugar, mesmos gestos. Então a unidade fica na competição. Não há uma interação e é se mostrar oposto sempre. O cara esquece o valor. Competir e se mostrar sempre. Nosso grupo contra os outros. Eu vejo a minha filha na adolescência. As sociais ou populares x as outras. Todo mundo queria se popular, mas era pra poucos. Uma centralizava por motivo A, B, C, excluía O princípio é o da exclusão, que é o princípio da competição.

Nos anos 80 eu trabalhava numa multinacional, aí eu vivi essa questão intensamente. A competição como motor. E tirar proveito dessa competição. Tirar o máximo do indivíduo. A organização sabe disso. Então a academia: máximo do músculo, o máximo do tônus, o máximo do exercício. Esportes radicais... E sempre um desafio maior. E pô, eu vivi isso na empresa, porque a academia já existia, mas não tinha essa conotação que tem hoje. E sinal de fraqueza, o sócio vai se aliar para você tirar proveito. Então, não é imoral, a moral é essa. Você é um ser... tem que ser um ser vencedor. E esse sentido para a guerra pessoal, que vai levando pras relações, né? Então eu vejo muito essa questão das relações. A competitividade.. a mulher num sentido de que... não era aquela história do feminismo: vou usar meu corpo, dou para quem eu quero, para procurar prazer, quero um encontro... da geração do encontro. Estou integralmente... mesmo que pareça impura, tenha duas ou três relações... que eu mude de relação.

Então era um valor essa questão das relações. Eu vejo na atual geração aparentemente o mesmo comportamento. Mas... dominante Eu sendo a dominante: “eu fico com quem eu quero, eu domino a relação, eu ganho, eu trabalho”. Essa questão da imposição. Eu vejo na relação do trabalho... Era uma liberação pelo econômico, era uma liberação capitalista, né? O poder de possuir, inclusive possuir o outro.

E então eu tive filhos, e sempre procurei colocar essa minha crítica, mas eu vi namoros em volta com essa característica, vi aqui dentro de casa isso e fui perdendo um pouco. Mas voltando a essa questão de geração, eu acho que na nossa geração, acho que o medo era tão grande que permitiu essa junção. A sobrevivência faz com que você tenha essa procura da unidade. Primeiro, como uma autodefesa, no sentido da sobrevivência pessoal. Segundo, pela sobrevivência psicológica. Nada como o afeto para apagar o trauma, para te deixar inteiro, nada como o afeto para você ter a vontade de descobrir, para se ter vontade de ver mais. Afeto era muito presente.

LUIS: E é nesse sentido que você fala das relações mais profundas?

PAULO: Exatamente, eu diria profundidade no sentido do afeto, porque esse querer bem o outro é uma arte, um esforço cotidiano intenso. Mas o que leva isso? Levava nessa estrutura neurótica – o medo que te envolve – à intensificação da necessidade do outro, que é um problema. Uma dependência muito grande... Uma paixão preocupante, possessiva, às vezes.

Bom... O medo levava a uma situação de união maior, te permitia isso. Hoje eu não vejo esse medo... e o que eu vejo é que mesmo dentro de casa, os pais estão mais tolerantes, quer dizer, você não tem essa relação. Esse não foi o meu caso... mas eu convivi a maior parte dos meus amigos com pais muito austeros, muito punitivos, a punição com dinheiro, com poder. Nós tivemos uma geração que quebramos com isso e foi uma grande vitória. E transferimos para uma outra geração uma situação de mais tolerância. Acho que foi um ganho geracional...

Agora, tinha um amigo psicólogo e ele brincava assim: “Estou preocupado... essa história da liberdade... no sentido absoluto de nossa geração... veja os hippies, você vai na casa de um hippie, as crianças abre a geladeira, deixa a porta da geladeira aberta, joga suco no chão, a falta do limite... e ninguém fala nada... nós fomos condicionados a não limitar isso”. Fomos uma geração que mimamos e deturpamos essa questão de responsabilidade. Às vezes vai para o inverso. Como toda revolução tem isso. Tem que mediar. Mas eu acho que permitiu essa geração mais libertária, mas mais sem limites. No fundo, nós colocamos água no moinho de uma postura individualista que a essência que o capitalismo que do humano, que é o vencedor, o mito do vencedor.

LUIS: De certa forma, a luta contra uma posição mais conservadora acaba alimentando essa posição individualista numa geração seguinte?

PAULO: Eu acho que o velho da geração anterior, que queria que o filho fosse fazer medicina ou advocacia, e pagou cursinho, vigiou se ele estava estudando, que entrava no quarto de noite para ver o que ele tava fazendo; esse velho que depois fica orgulhoso que ele entrou na faculdade, que deu o carro de presente depois que ele se formou, que foi o orgulho da vida dele e depois casou, sabe? Esse velho teria muito orgulho dessa geração atual. Deve estar preocupados: estão drogados, tão usando o corpo de uma forma absurda. Isso é bem tentador para esse velho também. Mas o que que está acontecendo? Bom, mas estão ganhando dinheiro, e vão para o “bom caminho”, vão ser “bons pais de família” e tal, porque vão colocar as coisas em dia, vão ter poder e tal.

LUIS: Quase como uma contra resposta? Como você vê esse princípio de exclusão que acaba sendo alimentado numa geração seguinte? Você consegue identificar de que modo que o autoritarismo ou a violência pode ter alimentado isso?

PAULO: Sim, eles não entendem o método, mas o objetivo chegou onde queria. Eu acho que essa postura libertária que a esquerda teve em 68 foi um embrião. Vamos pegar um exemplo. Marcuse... que foi herdeiro dessa geração antinazista. Nós somos herdeiros dessa geração. Bom, é uma geração que sofreu muito mais que nós, que teve muito maior privação e que teve uma atitude humanista profunda. Escola de Frankfurt... Esse pessoal deu um salto qualitativo imenso. A gente é fruto disso...

Eles não conseguiram colocar, mas o intelectual está sempre à frente... mas a geração que seguiu deu outro tom. A nossa geração que foi tentar dançar essa música. 68 é típico... Pegar isso e colocar na rua. Tanto é que eles ficaram fascinados com a gente. Você pega toda essa geração... feliz com o que tava acontecendo, os intelectuais tudo... enfim, vivendo, acho que deve ser a coisa mais gratificante para um intelectual ver suas ideias em ação, né? E foi a nossa geração. Bom, e ganhamos muito com isso. A gente rompeu radicalmente... foi pra estética, foi pra tudo quanto é lado... uma maré que varreu a calçada. Mas como toda maré, tem o refluxo. Eu acho que aí vem o movimento refluxo e o que fica dessa história.

No movimento refluxo, eu estou falando de tom, não estou falando de guetos. Se você pegar os guetos... enfim, eles são uma resistência muito importante. Mas vejamos, vamos pegar um exemplo que vem à cabeça agora: faculdade de medicina. Hoje a questão do estupro da menina. Minha mulher fez a medicina... estava lá nessa época... entrou em 70... Bom, eu ficava lá no Centro Acadêmico, tinha que trabalhar lá, não podia ir na escola, não podia aparecer... Bom, o teatro da medicina, que só homem entra... que as meninas preparavam e costuravam fantasias e até hoje é assim, o que que acontece? Esse teatro tem 30 anos. Em 68 ele era feito por uma minoria. A Atlética era frequentada por uma minoria. Só o cara de direita machista frequentava a Atlética. Era vergonhoso você ir para a Atlética. Só ia para a Atlética os caras do CCC. É claro, não só, né? Se o cara gostava de futebol ele ia lá, convivía, mas não era da turma, mas era vergonhoso estar lá. Isso foi derrotado...

Hoje em dia é de outro jeito, não tem mais CCC, você pode ser comunista, não importa o que você seja, não há mais hipocrisia com essas coisas. Essa despolitização entrou nessa geração. “O Congresso só tem ladrão”. Essa atitude, essa apatia também foi o princípio do nazismo lá atrás. Se repete de outra forma. Mas esse embrião, que entra no individualismo não leva nem para um lado e nem para o outro, porque a única coisa que nos une é levar vantagem, né? Aí dá para se formar um time: levar vantagem contra os da Santa Casa... levar vantagem... e levar vantagem com mulher. Faz a rodinha... canta coisas absurdas... de estuprador... não tem crítica. Assumem a postura sem crítica...

LUIS: Como se não tivesse importância nenhuma?

PAULO: Sim, então, não se tem o princípio da ética, da moral. E isso não tem religião que segure... e nem queria que tivesse religião que segurasse. Não tem uma ética que segure... E o pior: a instituição é conivente, porque eles se sentem superiores mesmo. Eles não têm limites, porque entraram na mesma escola: “eu tenho todo o direito do mundo”. Pega essa semana que o Juiz achou que era Deus. “Tenho todo o direito...” E não há mais o sentimento de paridade, o princípio do humanismo, da projeção no outro, a empatia, né? Então, sem moralismo, essa questão eu acho que é o capitalismo na fase financeira, né? Tem alguma coisa a ver que passou pelos filmes, pela música, pelo rock... alguma coisa passou por esse nível da estética... de que você tem que ser vencedor... e não pode ter mais vergonha de querer isso... o princípio

do calvinismo... que colocou contra o cristianismo que você tem que ser... não era vergonhoso acumular... ele ficou vitorioso! Isso entrou no proletariado... essas religiões pentecostais... dá o dízimo.. dá o dízimo pra ficar rico... tem que acumular mesmo.

LUIS: Você estava falando dessas duas gerações, que naquele momento que você viveu essa questão muito forte de relações mais profundas, a importância do afeto naquele momento também, e que isso vinha junto com uma solidariedade. E você me falou em relação a esse medo, como um dos aspectos que convocavam essa solidariedade. E eu queria te perguntar em relação a isso, se você julga que isso era algo que afetava também o cidadão que não estava envolvido?

PAULO: Por exemplo... Teve um operário que eu convivi muito, muito querido e tal, morreu há um tempo atrás aí, e eu perguntava muito. Eu comecei a fazer filosofia e fiz cadeiras na psicologia, então eu sempre me interessei muito pelo social e nessa linha mais da psicossocial e tal. E eu ficava muito curioso com esse rapaz. E com o grupo de operários também, né? E com a militância, a gente se conhecia, conhecia a família... E o que acontece com o operário? A solidariedade deles é imensa pela sobrevivência, não é o medo... Então ele dizia que se você fosse morar na periferia, não é possível alguém passar fome no meio deles. De onde vem esse valor? Esse valor talvez da religião, mas não... o cristianismo na época era muito intenso, mas não...

Se tem alguém desempregado, é problema nosso. A comunidade tinha relações muito profundas. Ficou doente? Quebra-se um galho. Como? “Ah, eu conheço fulano”, no nosso caso, aí você vai lá na Faculdade de Medicina “não dá pra botar alguém na fila, porque é filho de militante?”. Esses tipos de arranjos... Então isso é sobrevivência. Não sei como é isso hoje, não tenho a mínima ideia. O que eu vejo hoje no trabalho, já é uma classe média que ascendeu, os trabalhadores mais jovens, que tenho contato, que ganham 1600, 1800 reais... tão no colégio, uma outra geração. Não é uma geração de proletários. Como é entre eles? Não tem-se solidariedade coisa nenhuma, não divide quase nada. Aparentemente eles não estão precisando disso, aparentemente. Mas eu percebi nessa geração uma coisa muito forte e eu conversei com gente que trabalhava em comunidade de base... favela no Rio a solidariedade é imensa, imensa.

LUIS: E só na militância ou você via nas outras pessoas também?

PAULO: Não, as outras pessoas também. Mas eu digo, eu tive contato indo nessas comunidades... indo lá você via outras pessoas que não eram militantes. O lugar do oprimido... O que é o medo para nós, que unia, para eles, era a luta pela vida. A luta pela vida faz com que a solidariedade floresça. Claro, eu estou dizendo do movimento como um todo... é dado como condição naquela comunidade. A liderança muito respeitada sempre...

Tanto é que agora recente, no trabalho, eu coordenava unidades móveis... chegava em lugares... geralmente, lugares de risco, onde o PCC dominava. Então o estado fica presente levando o caminhão para fazer documentos, a PM ocupava militarmente, mas o estado armado é um... então vai lá um caminhão... o Estado aparece com a boa cara dele... Para entrar gente tinha que fazer boas relações com a liderança. Aquele que fazia meio com o tráfico. Ele pode não ser do tráfico, ele é respeitado ali, então tem que fazer o meio de campo. Bom, e o tráfico convive porque? Porque ele é útil ali também, entra alguma coisinha, um dinheirinho aqui, um dinheirinho ali, uma proteção deles.

Então essa ética eu acho que na classe média e nos intelectuais, na época da ditadura, era o medo de perder a liberdade. O medo de não poder pensar ou de não ter espaço para exercer o livre pensar; e que poderia chegar, no caso, até o medo físico da morte, que foi o que aconteceu com alguns operários. Com o operário essa questão é pra sobreviver. E acaba tendo mais tolerância. Então o meu amigo dizia assim: “Pô, eu era assim, gostava só de futebol, mas você tem que criar uma ponte”. [meu amigo] tinha uma tolerância com o pessoal reacionário... dizia assim: “você tem que criar uma ponte...” E todo o ser humano tem um lado que permite isso. Era uma coisa admirável. Criava amizades profundíssimas... Em compensação, quando o cara era esperto e reacionário de fato, era inimigo mortal. Ele tinha um radicalismo nessa questão. Mas essa história da tolerância, de criar pontes, eu acho que isso existe muito. Primeiro pela sobrevivência e segundo por intuição de “é como eu...”. Eu

fico preocupado hoje com essa história de MC, de ostentação; a garotada gastando uma grana, indo em shopping, colocando roupa cara. Alguma coisa está complicada aí no meio né?

LUIS: Por conta desse valor da individualidade?

PAULO: Deve estar acontecendo uma caca aí no meio dessa história que eu não sei o que é, que não existia. E se impõe porque compra, porque tem dinheiro. De alguma forma está identificado com o dominador.

LUIS: Eu queria ouvir sobre o período de abertura. E eu queria saber como que foi o processo da anistia. Você lembra como você recebeu a notícia?

PAULO: Nos anos 79, 80, eu trabalhava no SESC e eu falei pra você, já começa a ter essa questão da crise do petróleo, um movimento social grande, no ABC aparece um tal de líder metalúrgico, um tal de Lula... que a esquerda queria ir, mas falavam que ele era reacionário, que não queria saber da esquerda... economicista, aquela história de esquerda toda, mas mantendo o movimento lá. E vão ter os operários que estavam lá na oposição sindical, que eram os metalúrgicos. Começa uma cara a se mostrar, uma cara aparecer. Bom, então isso nos anos 78, 79... a crise econômica... aparecem primeiros embriões de greve e tal... a oposição sindical crescendo já mostra a cara, aí já tem núcleos em todas as fábricas.

LUIS: Então você percebia já todo esse movimento?

PAULO: A gente já mais feliz e pô, pipocava oposição na fábrica. Todas as fábricas tinham oposição sindical. Demissões, os que saiam iam mais para a formação, pro crescimento do sindicato, porque eles precisavam de dinheiro para sobreviver...

Aí aparece o Gonzaguinha, que pega todo o dinheiro do show e compra uma serralheria, essas de fazer portão, de fachada, em São Bernardo e emprega todo mundo lá para ter carteira assinada e a polícia não pegar. Ele na frente, mas os outros músicos atrás, o Aldir Blanc, o João Bosco e tal contribuem aqui, fazem show e botam um dinheirinho lá. É a história da solidariedade que eu estava dizendo. O medo podia estar contra o sindicato, mas aí acho que o Lula é formidável na luta economicista, contra o capitalismo, esse esforço... Porque a esquerda é burra, tinha que chegar lá e acabar com o patrão. “Precisamos erguer a fábrica, precisamos ter consumo e tal”. E isso aí é o que o governo quer ouvir. Ele quer manutenção. E no fundo ele é conservador nesse sentido... é difícil a esquerda entender.

O intelectual nunca é conservador, ele é sonhador, quer fazer o futuro hoje. Então o que é que começa a acontecer? A gente começa a ver esse tipo de movimento. Começa a voltar caras do exterior, se arriscar. Glauber Rocha entra, acho que chegou aqui em 78, e o que aconteceu? Glauber Rocha esperto, entra elogiando o gênio da raça. O Golbery era o cara mais inteligente da ditadura, que queria fazer a transição. Começa a ter um caldo legal. A direita já começa a ficar dividida, e até então ela era unida e forte. Então começa a crise. Faltou pão, tem briga na família.

As empresas começam a ir mal, aparece a corrupção; esse monte de general em empresa, começa a ter disputa entre eles. Quem pega o lugar de quem... Eu fiz um trabalho, um trabalho grandioso, chamado CENAFOR, Centro Nacional de Formação de Mão de Obra, eram os primeiro embrião da TV educativa. Eu fui trabalhar lá, tinha um projeto na rádio que chamava Projeto Minerva, e o pessoal chamava de “Me enerva”, que era educação pelo rádio no Brasil inteiro; e as TVs educativas, programa de TV educativa na TV cultura, na TV cultura do Maranhão, aí os embriões, né? Que o governo militar queria fazer, mas estavam sem dinheiro. Iam lançar até satélite para fazer a nível nacional, mas não tinha dinheiro... ou seja, começou a fraquejar o plano, já não ia mais para frente. Então dava para perceber isso. Certo ânimo ali, certo ânimo aqui...

LUIS: E você lembra o que você sentia nessa época? Havia uma esperança de que ia acabar em breve?

PAULO: Nós, que analisávamos a conjuntura, sabíamos que estava chegando a hora. Claro, falando hoje fica fácil, historicamente... algumas horas você tinha dúvida, mas em outras a gente sentia que eles estavam fraquejando. E eu estava dentro do SESC, em um certo instante, que a direção era do CCC, o presidente do SESC... havia uma convivência ali e você percebe o cara fraquejando... ele vai na Itália e canta o hino fascista... Tem uma greve em Milão, que começou no hotel e eles tiveram que sair do hotel com a mala na mão, sem carregador, foram expulso da Itália.

Aí ele chega aqui e a ditadura dá uma brinca nele... tinha uma relação com a Itália... já começa a criticar o ditador, faz uma atitude fascista. Vem aqui e começa a criticar: “Precisamos acabar com o governo militar”. Se ajoelha bêbado na frente do Figueiredo numa festa e fala: “Abertura, abertura pelo amor de Deus, é o que nós estamos pedindo...”. Mas enfim, para nós é uma beleza isso. Está acontecendo alguma coisa com esses caras aí...

Então começa a ter distensões, fraqueja ali, mostra abertura ali. Então a gente sentia isso. Mas como é que vai acontecer?

Começa a pipocar uma grevezinha aqui, começam a aparecer jornais alternativos e eu comecei a trabalhar, até para a sobrevivência, escrevia no *Em Tempo*, que era um jornal do pessoal ligado ao meu grupo. Foi o primeiro a lançar a relação de torturadores, e eu ajudei. E... é um barato, porque o Flávio que botou o dinheirinho dele. Eu disse dinheirinho porque naquela época não tinha dinheiro, ele tinha estudado na França quando eu estava lá e tal. Que era de família rica... fui saber depois aqui no Brasil... Ele era um Andrade Gutierrez, ele é o Andrade. Aí ele colocava o jornalzinho e os militares ligavam para o pai dele e falavam: “pô, segura seu moleque”. Estava naquela fase. O moleque podia fazer suas traquinagens. Então tenho a sensação de que a coisa estava diferente. Já sentia por todos esses sinais... começa a voltar o pessoal... mas o mais importante são as greves do ABC... aí dá um ânimo... é o operariado mesmo que levanta isso aí, não é a arma não... tá fazendo a crítica do militarismo...

E aí vão fundar o PT. E o Lula antes não queria fundar partido... Manoel da Conceição que estava lá no exterior volta líder camponês aqui, só com o pessoal da esquerda... Tem o lançamento, eu vejo que dá um certo orgulho, é claro... Eu dava aula no [escola judaica] no Bom Retiro, e a primeira reunião foi ali, com a polícia, todo mundo sabendo, mas pô, vai que esses caras invadem aqui... Um grupo de cento e poucas pessoas que vai fundar o PT... Em suma, nos anos 80 era isso aí... E um certo ânimo no ar. Tinha um ânimo... Então foi um período difícil, mas com esperança.

LUIS: E em relação a um tema que vem logo na sequência, você participou no movimento pelas Diretas Já?

PAULO: Essa história, quando tem o movimento Diretas Já, eu estou um senhor né? Estou brincando de senhor, porque estou com 35, 38 anos... acabo de ter filhos, aliás, tinha uma filha, recém nascida... e até então eu trabalhava no SESC e ganhava bem para a ocasião, eu era de classe média “ajuizada”, digamos... mas eu sempre tive que trabalhar. Mas aí com o filho eu começa aquela questão... que tipo de militância é possível... fazer militância no jornal, o *Em Tempo*... decisão de ter um filho, decisão muito pensada... faço a militância mais em termos de jornal, inclusive nós não éramos mais em nada necessários... felizmente, no movimento operário... porque os operários já não precisavam mais, eles andavam com seus próprios pés. Dá uma satisfação incrível. Eu fiquei por aí.

Eu fui trabalhar numa multinacional, porque saí do SESC... eu fui demitido do SESC... em 79 eu e a [esposa] já estava namorando. Eu estava fazendo Pós-Graduação na Europa. Quase dois anos... um ano e meio já. Eu tinha feito a primeira fase, voltei para o Brasil e eles me demitiram. Por questão política mesmo: “agora esse cara está lá, estão pagando pra ele”, porque nessa contradição. Achei que nunca mais ia ser demitido, porque agora tava na liberdade, né? Mas aí entra a política interna... “o cara, nós estamos botando dinheiro pra esse cara ainda...” e lutando contra a abertura... de política interna... de grupos contra a abertura... O SESC agora queria uma abertura, mas uma abertura controlada, do tipo que os militares, que o Figueiredo ia fazer, sem partido de esquerda...

E eu sei que fui demitido, claramente por isso... mas tinha que terminar o curso e vou com o dinheiro próprio, dinheiro que recebi... Fui, terminei o curso... voltei, quando eu voltei, acabou todo meu dinheiro, porque até então eu recebia salário, bolsa, vida de rei... estava morando em Paris, estudando e ganhando. Aí, botando do próprio bolso... voltei, nós voltamos.

Eu volto em 80. Quando eu volto está a abertura aqui, o movimento sindical intenso e tal. E o que que eu fiz? Eu tinha que procurar emprego, fui trabalhar... um período free lancer, fazendo trabalho pro SENAI de educação por 6 meses e tal, pela experiência que eu tinha na TV Cultura. Aí eu fui para a multinacional, pra Unilever... um amigo me levou lá... o salário era muito bom e eu falei: “Olha, ficar aqui ganhando e ficar lá, eu prefiro ficar lá, mas eu vou

ver o que é isso... prefiro ficar lá, mas vou ficar 1 ano para sobreviver, depois vejo o que eu faço”.

Aí os cursinhos já não eram mais empregadores para mim, porque eu não tinha feito carreira. Os professores estavam ganhando muito pouco e aquele fenômeno que eu citei lá atrás dos cursinhos cresceram muito, eram os cursinhos e as universidades particulares agora. Os que investiam em cursinho estavam investindo em universidade particulares. Rebaixando salário de todo mundo. Os cursinhos pagavam bem menos que antes, e as universidades pagavam bem menos do que pagavam antes.

LUIS: Isso você viu relação direta com a ditadura?

PAULO: Os cursinhos sim, tentar acabar com o ensino público como tentaram acabar com a telefonia e passaram... era destruir, para que algo entre e a população ache que fique melhor...

LUIS: Com a escola fundamental também?

PAULO: A escola fundamental não precisou chegar até lá, mas destruiu naturalmente, né? Com salários baixos também... Só que a escola, o secundário, na minha época, entrar num colégio estadual era o máximo... porque era a melhor formação que podia ter. Quem não estudava ia para a escola particular, que tirava o diploma e não estudava e isso se inverteu com os cursinhos. Os cursinhos formavam as pessoas para entrar na universidade... O Objetivo... dei aula no cursinho Objetivo quando ele começou com o Colégio Objetivo, que era para dar qualidade de cursinho no Colégio. E foi pioneiro nisso. “Os colégios particulares agora vão ficar bom”... quem coloca gente na universidade... vai ter economia... e mudou essa questão...

LUIS: Você falou uma coisa que chamou bastante atenção: você falou que a qualidade também cai com a diminuição dos salários. Você vê isso como uma política que foi presente na ditadura?

PAULO: Eu acho que na ditadura... claro, você não abaixa o salário de uma hora pra outra... tem que fazer de uma forma progressiva... se você tira dinheiro da universidade, vai acabando o salário...

Então tirou dinheiro da universidade, da pesquisa, para fazer aquilo que o MEC-USAID ditava: “não pode ter universidade pública porque é desperdício”, e mais ainda, quem entra na universidade é filho de rico, o que existe até hoje... logo, a universidade tinha que ser paga. Por que? Porque ela tem maior controle: o empregador demite a hora que quer, se sair da linha; mas também se ele tiver poder, diminui o salário a hora que querem. É o que está acontecendo hoje na USP.. tem o Boris Fausto ganhando 60 mil reais... o Fernando Henrique 22 mil reais...

A minha mulher dá aula na Medicina... a chefe dela, diretora da pediatria... a primeira a ganhar 22 mil reais em tempo integral... a chefe dela, meio período ta ganhando 5 mil e 500 reais; em compensação alguns colegas estão ganhando 50, 60 mil no Hospital Universitário. Então, na Universidade Pública é possível isso. Faz-se uma norma aqui, outra ali, ajustam pro amigo aqui...

Na particular isso não existe. O patrão sabe controlar muito bem isso. E então, a universidade particular passou a ter, agora está na fase das internacionais vindo pra cá, não só o controle do salário, mas também uma fonte de contradição... que o MEC e a política do PT fez... do tipo: “já que não vamos investir na universidade pública, que não temos dinheiro, vamos investir nas bolsas”, porque havia ociosidade nas universidades particulares.

Aí as particulares estouraram... Só que a custo do que, né? Então foi o salário o complemento dessa política. Uma política de tornar a direção capitalista. Na direção capitalista, o salário..., até para a sobrevivência do sistema, tem que ser controlado, tem que ter um *pool* de universidades que controlem o mercado, como a gente fazia na multinacional. Elas se reúnem, trocam informação de salário e fazem grades salariais... ficam no primeiro quartil, no segundo quartil... de acordo com sua possibilidade de comprar mão de obra... mas ninguém sai desses quartis...

LUIS: De que modo a ditadura contribuiu?

PAULO: É mais o capitalismo que ensina... usa a ditadura, usa o modelo político para referendar isso.... Então, você escuta até hoje a meritocracia... quem é mais produtivo... O professor produtivo ganha um pouco mais...

LUIS: Você falou da solidariedade como um sentimento muito forte naquela época. Você se lembra de algum outro sentimento que permanecia no seu cotidiano?

PAULO: Um é essa questão do medo... A solidariedade e o medo que são complementares aí, como a gente falou lá atrás... E tinha o sentimento de, como eu vou dizer? o ser humano, o que ele procura? É, algum gesto de compensação... o prazer... era tanta carência que você sorvia mais o prato. Então, em música, a gente adorava um show, era uma coisa assim: as coisas tinham mais o sentido do... Eros. O Eros era muito forte... o sentimento do Eros... É uma lembrança boa, do tipo: a gente tinha uma carência tamanha, que o que vinha era muito bem-vindo... a gente sorvia com muito prazer.

E não é uma coisa de lembrança romanceada não. Porra, pegar um fusca e ir para Bahia, pra geração era o máximo... passar um carnaval em Salvador... foi a geração de acampar por aí fora... de sair, de comer uma lata de sardinha, então uma felicidade imensa... E era a curtidão da natureza, as viagens sem conforto nenhum, mas... A gente vivia o prazer das pequenas coisas intensamente e sempre em grupo. Tinha essa ideia que você tinha que curtir com os outros... Tinha esse sentimento de estar junto. Era muito ruim curtir sozinho... Sozinho não tinha graça...

Eu lembro... tinha um amigo da França que morava em Salvador, amigo queridíssimo, morreu... um câncer, coitado, terrível... chegar e ver o Zé Baiano em Salvador era uma epopeia, ir até lá...

A [minha esposa] tinha uma [amiga]... uma psiquiatra, uma das primeiras psiquiatras negras... “Vamos reunir em uma praia...” uma dessas praias do litoral norte... a gente chega debaixo de uma chuva... chovia... lembro dessa cena... dizia: “Pô, que bom que nós estamos aqui...” ninguém tava chateado porque não ia ter praia... claro, estava chateado, mas o que a gente pode fazer? Tava junto... a gente chegou atrasado, moral meio baixa e eles: “Mais um... mais um...” (risos)

E isso... eu acho que é um retrato da época e eram coisas pequenas... mas acho que pode marcar toda geração, mas na nossa foi muito marcante... E hoje, por exemplo, esses velhos hoje não tem isso, a gente pouco se vê... Claro, a vida muda, mas acho que ficou para todo mundo. Quando a gente se encontra... os do SESC, a gente se encontra uma vez por ano... e eu nem tenho muita vontade de ir, porque o grupo está meio complicado, mas poucos eu gostaria de ver. Esses poucos, a gente fala muito sobre isso...

LUIS: Em relação à abertura, qual o clima que havia no momento em 85? Havia alguma expectativa de justiça ou retratação? E o que você vê que permaneceu daquele momento e continua hoje em dia? O que você identifica claramente que foi fruto daquela época?

PAULO: Bom, fazendo a ligação das três... em relação à abertura, eu diria que é um momento, uma força-união geral. Na abertura, eu me lembro, na multinacional, o diretor de recursos humanos [...]. uma das empresas tava aqui e tinha um chefe geral, um cara simpático, mas reacionário... tinha feito escola de guerra. Bom, aí nós estamos num treinamento e ia ter uma votação... das Diretas Já... Sócrates, o Corinthians... estava um clima... para nós era o máximo. Lutamos a vida inteira pra ter esse sonho, e Vai Passar, a música do Chico.... E eu lá, feliz da vida... mas na multinacional era meio falso... Todo mundo queria acabar com a ditadura... Todo mundo queria Diretas. Lógico, tinha um malufista, “mas veja, vamos fazer a eleição sim...” Mas aí é que está, essa união, era o seguinte: era impossível preservar os militares. Eles tinham levado o país numa situação caótica. Como fazer a transição?

Vai entrar na segunda pergunta. Uns dizendo: “Pô, não dá para entrar na transição dizendo que está tudo bem!”. Virou uma festa, igual as manifestações de junho [de 2013], extrema direita com extrema esquerda. Alguma coisa está errada. Que catarse é essa? Então foi uma catarse. Uma catarse histórica, eu acho. Não tinha motivo de catarse...

A direita sim, vamos fingir que está tudo bem... pra não perder os anéis... Então meu chefe: “Pô, beleza, vai ter eleição”. “Ótimo, esse país entra agora no capitalismo, ele vai ver o que é livre competição, livre mercado...” As multinacionais vão provar seu valor aqui, que elas são democráticas, que elas sofriam aqui porque tinham gente corrompida... esses militares corrompiam... favoreciam empresa brasileira que não pagava imposto... Um discurso de adaptação ao que viria...

Estão acostumados a viver em tudo quanto é país do mundo... pode abrir o que quiser, porque conosco, nós somos democráticos... O cara é brasileiro mas está fazendo o discurso da matriz. Para as empresas multinacionais era importante a abertura... percebeu que já deu o que tinha que dar. Melhor isso, transição lenta e gradual.. do que, vai que esse doido do Lula, esse doido operário tome o poder. Não precisa de ameaçar nada, não disseram tirar o capital do Brasil; pelo contrário, agora a gente coloca mais dinheiro! Então era um otimismo falso, mas oportunista... E por outro lado também a transição, a eleição direta, o Tancredo, a comoção nacional. Por que? Porque era oportunista. Todo mundo seguro. Vai ser uma transição com segurança...

Não tinha ameaça, e a esquerda quer o que? Você fazer aquela imagem... “quer um baseado aqui, cantar aquelas musiquinhas de lá, querem andar com maiô de crochê, o Gabeira... A esquerda quer isso aí, então tá bom... dê a eles... isso é pouco...” Eu acho que se fizer uma caricatura, é um pouco isso... mas não vai ter punição.

LUIS: E você já tinha essa sensação?

PAULO: Ah sim, só ia poder assumir se não mexesse com os torturadores, desde que não humilhasse. E aquele espírito cristão brasileiro: “todo mundo erra... coitados, eles estavam cumprindo ordens...”.

Essa história de mediação, que não teve na Argentina, que não teve no Chile, que a gente teve aqui, é meio que um: “tá bom, deixa pra lá”. Esse “deixa pra lá”, que a própria esquerda... eu também pensei, prefiro um passo à frente e deixar pra depois... que essa conta não vai dar. E objetivamente não dava mesmo. Na conjuntura, era um salto à frente e você não tem força social pra passar a limpo...

Claro, nesse período, eu e os colegas tal, contra o colégio eleitoral, contra eleições diretas, contra a eleição do Tancredo, poxa, isso aí é jogo de cena. Não é para ter luta armada, mas não é por aí. Acusar que não é por aí... Tem que colocar candidatos de esquerda no Parlamento, mas isso aí... acusar isto, pegar 2 ou 3 candidatos do PT e fazer campanha para eles... Erundina, Airton Soares... vão por aí a luta da via parlamentar... não esquecer o movimento de base. Os movimentos de base da igreja católica foram fundamentais... As oposições operárias, as comissões obreiras operárias continuaram fortes, então foi um movimento legal.

Não dá para colocar na conta essa limpeza. E de fato, só ia poder colocar quando você tivesse um governo mais trabalhista... que é a Comissão da Verdade agora, mesmo com todos os tropeços. Porque você tem uma justiça conservadora, que não a punir, essa visão conservadora é muito forte ainda, muito forte... E se bobear, dá até um golpe, dá até um impeachment se deixar na mão desses caras...

LUIS: Tinha sensação de fragilidade ainda? De que qualquer hora podia voltar?

PAULO: Não, tinha clareza que não ia voltar, mas dava clareza que ia ser manipulado, que a direita ia se organizar de uma forma.

A gente sabe que o parlamento burguês é manipulado economicamente. Que veio dar, naquilo que o Lula... pragmático, dizia: “disputou eleição para marcar presença e fazer discurso...”. Mas quando ele ganha, ele vai lá e diz: “só disputo a eleição se ganhar”. Então tem que ser profissional, tem que ter dinheiro e tem que ter publicitário. Se você não faz o jogo você não ganha... essa merda que estamos encalacrado hoje...

No fundo, no fundo... ou é isso, ou é fora do Parlamento. O Parlamento é isso, ele é conservador. Que tipo de salto à frente... Você pode fazer um ministério que não representa o capital? Impossível, você está no capitalismo... Sabe essas questões? Desde lá já discutiam.

Você tem que saber a correlação da força, né? Qual a tua força. Se não te... diagnosticar sua força acontece o que aconteceu com o Jango... temos uma força, vamos botar o comunismo no Brasil e é derrubado com um traque...

E outra coisa, é uma sabedoria. Felizmente na minha juventude eu tive isso, mas hoje é uma sabedoria... Você usar a força no sentido de primeiro, não colocar uma violência sanguinária... não usar uma forma anti-democrática para se impor... e usar tolerância e persuasão. Se você não for por aí, não tem mudança... porque é a lei dos humanos, ela vai cair numa coisa desumana... Então, não é para a minha geração, porque a gente tem um mito de

tudo ser finito e semideus, né? É pra mim e comigo, né? Não é pra mim e nem comigo, mas é por aí que a coisa vai.

Então, essa questão do torturador, em 80... estamos... tem 35 anos, e começa a arranhar o problema agora; eu sou testemunha num processo, e pela primeira vez o juiz abre a possibilidade de no mínimo... abrir um processo contra o Ulstra, que era o chefe do DOI-CODI e tal. E eu não tenho medo do cara saber onde eu moro, vir aqui e me dar um tiro. Hoje já não tem mais isso. O Ulstra já não tem esse poder... Ninguém vai ser louco de fazer isso. Diferente do que era. Quando começou o processo, eu pensei: “pô, como vai ser isso?”, mas é outro instante, outra história.

LUIS: Que sentimento você percebe que ficou hoje? E que marcas foram deixadas pela ditadura em você?

PAULO: Mas aí eu tenho que fazer terapia lá no teu consultório! (risos) Bom, a questão do que foi transmitido para próxima geração, eu acho que eu falei que me frustra um pouco essa questão da solidariedade, mas eu não posso ficar reclamando nisso. Alguma coisa ficou. Eu acho que ficou uma vontade de liberdade na garotada. Mulheres não querem mais se submeter... meninas são donas do corpo delas... e meninos têm uma convivência com o feminino não boa, mas um pouco melhor.

Bom, há o elogio da alienação, mas na hora H, os caras sabem aonde o calo aperta. Se tivesse uma crise econômica, essa molecada toda estaria no lugar certo. Eu até brinquei com o meu amigo: “pô, você vota na Dilma e ela dá abertura para esse cara da direita!”, esse meu amigo falando... Ele é mais radical. Mas não dá pra você fazer uma composição... Não é o governo de um partido, você tem que saber fazer coalisão. E tem que ter movimento social mesmo... não tô dizendo que não tem que ter... Ela mesmo deve estar querendo que o movimento social dê suporte. Esses caras deviam sair na rua para pedir impeachment. Enche mais de gente na rua para dizer não é impeachment...

E, segundo, fazer com que ela não coloque um cara de direita no ministério da agricultura, porque nós estamos no capitalismo, e o ministro da agricultura cuida da política agrária, é o maior exportador; não tá em questão o capitalismo... não é só aqui, é no mundo inteiro.

Tá em questão outra coisa: como fazer uma distribuição de renda maior, mais igualitária, dentro do capitalismo ainda. Então não bota teu sonho, é meio por aí. Bom, aí o que fica. Aí eu brinquei, divaguei mas não falei: “Se o Aécio tivesse ganho seria melhor para a esquerda... É claro, ia ter movimento social um atrás do outro.” Eu acho que esses jovens iam se unir contra isso, contra aquilo, contra o desemprego, porque isso é uma política contra o proletariado, está na cara... Então, ia colocar um salto histórico de uma geração onde aprendeu o que se falar num discurso. O que uma política leva e o que outra política leva... Mas sem verborreia...

Mas é claro que eu não queria isso, não quero esse aprendizado duro... Tem que ser de outra forma. Mas dando exemplo então dessa questão. Eu tenho, mesmo que não manifesto... mas eu tenho, e é uma convicção teórica, de que, as questões econômicas determinam muito essa letargia, por exemplo, você tem uma juventude que tem um poder aquisitivo que nunca teve... você tem um proletariado com ostentação... que os pais não tiveram.. Tem pai que deve estar orgulhoso de poder dar um carrinho para o filho... o proletariado. “Tá usando boné... vai dentro do shopping...” Esse orgulho... não é um governo revolucionário, é um governo consumista. Mas é um valor de ganho, de ascensão... Não sei se estou sendo ingênuo ou lírico, mas isso é um aprendizado... uma geração que passa para outra um desejo de participar... errado, que é pelo consumo, mas tudo bem. Vamos dar salto qualitativo... um [passo] atrás do outro... Porque quando isso faltar vai vir uma lição para ele. Tomara que não falte e tomara que ele tenha lição de uma outra forma, porque quando a economia faz com que os desejos não sejam satisfeitos, aglutina. Quando nós sentimos medo da liberdade, aglutinou. Quando você tem o medo da sobrevivência, aglutina.

Eu acho que os movimentos... a história da humanidade é uma história de trabalho conjunto, com um objetivo conjunto. E o objetivo conjunto do proletariado é a ascensão. Não tem outro. “Ah, mas é economicismo”...como intelectual, não vai colocar valores que ele pode até ter, mas que são abstratos para ele, ele fica muito em cima do concreto. E para nós,

enquanto intelectual, nós somos sempre os eternos “é o pessimismo que move a história...”, “os tuberculosos criativos...”

Vai ser sempre assim, nós somos sempre do contra. Estamos sempre insatisfeitos. Eu particularmente, não tem saco de [aguentar] intelectual, nesse sentido... eu quero aprender com eles, mas eu quero viver, esses caras encham o saco de vez em quando. Aí eu gosto muito mais, eu acho que o Freud é muito mais importante nessa fase da minha vida do que qualquer coisa... porque se você não tem prazer, não adianta viver. Prazer no outro sentido, é claro, prazer com o outro e tal.

Então, entenda esse desejo de ascensão, entenda isso, entenda... Então eu acho que nós colocamos o desejo dessa geração, o elo está dado. Pode ser falso, pode ser hipocrisia, mas o sexo está aí, está assumido. E por outro lado, é uma autodefesa razoável. São alguns valores importantes. Eu acho que... uma aventura, essa babaquice de aventura militar não pega. Os caras, chefe não agradam ninguém... eles beberam dessa liberdade, de se defender do mandonismo, né?

LUIS: Do outro lado você acha que ficou algum prejuízo?

PAULO: Prejuízo perene... eu acho que numa geração. Vamos pegar... não vou falar da minha de início, até pra ganhar um pouco de fôlego... Você pega, por exemplo, quem passou pelo campo de concentração, não tem como não ter lesado. A geração seguinte não tem como. A única liberação possível é pela razão, que te humaniza, para entender e principalmente, entender o outro. A questão de entender o inimigo, não no sentido da complacência... da lógica, você só pode dominar a questão pela lógica. Então, teve uma geração sofrida do pós-guerra que fez esse exercício... de compreensão, de desvelar... ajuda na superação, né? Mas quem não teve essa possibilidade ou esse estímulo analítico, não teve essa fonte, sofreu. Então tem uma geração toda, judaica, que sofreu violentamente. Eu convivi... dei aula em uma escola judaica, que passou isso para a geração de filhos. Isso é um câncer, ele vai. É um sofrimento que fica.

Na minha geração, eu não vou em reunião de ex-presos político para se martirizar. Primeiro, para procurar aura de herói, que ninguém foi. Segundo, para cultivar o sofrimento, porque acho que isso é masoquista. Então eu tive que ir em umas, porque eu sou testemunha de um caso. [um amigo] dizia assim: “Não tem que ter o cultivo do sofrimento, tem que elogiar os heróis com alegria, com vida. Não pode exaltar o sofrimento, a ferida, isso é cristão. É exaltar com vida, com alegria.”

Porque senão, volta, a gente passa a ser uma relação sofrida. Eu estou dizendo uma coisa que eu falei para mim. Eu fui para a terapia muito tempo, depois da prisão, eu tive acho que uns 13, 14 anos de terapia, e foi a coisa muito importante para mim. E por que? Essa história do entendimento... a teoria colocada na prática, ou seja, você tem entendimento terapêutico, que é pela razão, não tem jeito... e a recuperação de tais pontes que eu estava dizendo... que era a recuperação do humanismo, do tipo de se sentir um igual.

Bom, depois ao ser pai, aí um dia você vai sentir isso, é quando o seu Universo diminui. Isso pode ser conservador, mas não acho não. Que o que você quer passar para o mundo, você passa para os teus filhos. E se você passa para os teus filhos, você passa para os outros. E o que é que você passa? Passa valores, não tem outra... valores e dê a eles a liberdade de aceitá-los ou não.

Bom, como é que você chega? Você não pode chegar lesado nisso. Tem pessoas da esquerda que transferem para o filho o sofrimento, então eu vejo filhos de militantes falando do sofrimento, fazendo exaltação. Mas eles não viveram isso. Tenho uma amiga que o filho faz isso, faz panfletagem. Ele não viveu isso. Rapaz tá sofrendo, tá religioso... Está errada essa questão. Eu me polio para não ter esse comportamento, porque eu vou lesar o outro com esse comportamento. Não é por aí.

Então, que teve violência, teve. Bom, mas foi uma escolha. E não coloco isso como valor, a coisa não é por aí, é terrível a violência. Mas o que eu posso fazer é não usar contra o filho e nem contra ninguém. E o máximo que eu posso fazer é cortar essa violência... em todos os gestos que eu vejo no meu cotidiano. É política do cotidiano que é a cura para quem passou por isso. E não imitar violência, ficar muito sensível a isso e sensibilizar os outros.

Agora, o que é que fica? Fica um cara muito sensível a isso... você começa a ver traços e fica muito crítico com essas questões. Uma notícia qualquer você faz a crítica. Não é a raiva, mas é uma decodificação... decodificação... decodificação... Porque a racionalidade é tua salvação. Como numa violência dessa você se define? Com a racionalidade... Senão você vai virar um cara sofredor. Então, é a racionalidade... racionalidade... Eu acho que isso é compulsivo... se eu vejo alguma coisa é por aí. Isso eu vejo em mim. A sequela física, não ficou? Deve ter ficado. Eu sou um cara estressado, calmo por fora... tive um problema cardíaco, estresse de salvar o cachorro... estresse... é familiar, mas de qualquer modo, tive um componente de pressão alta, tive que colocar um stent... Então, conversando com um amigo, ele conhece a história e disse: “pô, esse componente de estresse é um comportamento herdado”. Não é só a prisão, são outras coisas. Você tem que ficar sempre atento, e diante da tortura, ou qualquer coisa, você tem que soltar adrenalina para defesa, você não pode esmorecer. Então isso eu sei que eu tenho, sempre na defensiva. Aprendi. E aí volta a razão. É bom isso! Vamos pegar o lado bom disso, você fica atento... o lado ruim é que você está sempre atento... cansa... tem um desgaste.

Entrevista com Ivan

São Paulo, 2014.

Isis – Esposa do depoente que acompanhou toda a entrevista participou em alguns momentos.

[Sobre os diversos depoimentos que já forneceu para documentários ou vídeos publicados na internet]

I- Tortura nunca mais. Grupo Tortura Nunca Mais. E a medalha Chico Mendes. Quando eu ganhei a medalha eu dei uma entrevista longa também que eles estão passando até na TV e no rádio, Medalha Chico Mendes, sobre esses assuntos, mais ou menos parecidos.

L- Lembrando também que a entrevista é sigilosa.

I- Eu entendo perfeitamente, claro. Não tem problema nenhum.

L- Enfim, eu queria começar, como é uma pesquisa baseada na memória, eu queria começar então pelo golpe, e ouvir um pouquinho do senhor como foi, se você acompanhou o momento do golpe, como foi que você recebeu essa notícia, ou você já estava sabendo antes. Como que foi?

I- Eu estava ali. Eu era do capitão do regimento presidencial, que é Dragões da Independência que hoje está em Brasília. E na manhã do dia primeiro, quer dizer, o golpe já vinha sendo trabalhado, a gente sabia disso no meu regimento, e nós estávamos preparados. Inclusive a esquadrilha de caça do Rui Moreira Lima, que nós conversamos um pouquinho antes sobre isso, a esquadrilha de caça, alguns núcleos das Forças Armadas, estávamos preparados pra enfrentar o golpe, isso não há dúvida nenhuma e esse golpe não ia vingar. Foi um golpe muito fácil, você vai entender daqui a pouco se for o caso. Não houve reação e no dia primeiro de abril, que é o dia do golpe, não é no dia trinta e um, que é uma farsa, foi no dia primeiro. Nós já sabíamos que a tropa de Juiz de Fora estava acampada, ou acantonada, ali no Maracanã, porque os sargentos vieram procurar o sub-comandante do regimento do Dragões, Coronel Raul Carnaúba, que na época era Major, pra dizer que não iam apoiar a intervenção da tropa pra derrubar o governo. Quer dizer, os sargentos estavam de posse da munição, estavam dispostos a não acompanhar o comando deles...

Eu tô dando uma ideia disso pra mostrar como era vulnerável essa questão da tropa que veio de Juiz de Fora pra dar o golpe, pra derrubar, não, eles vieram procurar o meu sub-comandante. O sub-comandante me chamou, e porque a mim? Porque na sondagem que o comando fez de quais oficiais estavam à favor ou contra o golpe, a grande maioria não se manifestou. Em cima do muro, a velha história do muro, porque tem a coisa da hierarquia também, que é assim uma obsessão no meio militar e é um dos sustentáculos da nossa vida militar. Mas eu me manifestei dizendo que era contra o golpe, que o nosso juramento era de lealdade à ordem constituída e ao poder constituído legalmente, e eu era contra, eu e mais dois.

Então o sub-comandante me chamou e disse “Olha, nós não podemos fazer as comunicações nos meios usuais, porque está havendo interceptação. Você vai ao Palácio Laranjeiras, e no Palácio Laranjeiras entra em contato com a Presidência.” Porque nós Capitães, dávamos serviço junto à Presidência da República, comandávamos a guarda do Presidente da República. Não raro tínhamos contato com o presidente. “E você vai ao Palácio Laranjeiras, verifica como está, porque há informações de que elementos golpistas ali no Palácio da Guanabara... do Lacerda, Carlos Lacerda, estão agitados e com armas. Vai ao Palácio Laranjeiras que é pertinho e verifica lá com o presidente como está a situação. Comunica depois pra nós através de telefone, não os meios oficiais de comunicação, e vai para o Ministério do Exército assumir o comando da guarda, porque alguns coronéis oficiais superiores estão lá no Ministério do Exército (que é hoje o Palácio da Guerra), estão lá no Ministério já tramando e querendo ocupar o Ministério do Exército. Você assume o comando e nos comunica, nós podemos agir, etc, etc, etc.”

Eu saí e fui para o Palácio Laranjeiras. Quando cheguei no Palácio Laranjeiras o presidente tinha acabado de sair, já tinha ido pra Brasília, depois Rio Grande do Sul, depois exílio. Já tinha saído e tinha dito lá para o Tenente que estava lá na guarnição, que estava dando uma satisfação que ia embora e tal, e teria dito aquela frase: “Não quero derramamento de sangue entre irmãos brasileiros. Não quero, vou abdicar.” E foi realmente, apesar de Brizola ter estado com ele lá no Sul, e ter insistido que ele não largasse o governo. Brizola estava disposto a reagir, como reagiu em 61 pra evitar o golpe, o mesmo golpe em 61, Brizola criou a Cadeia da Legalidade através da rádio e conseguiu desfazer o golpe, e insistiu e brigou com ele agora em 64 também. Nesse episódio que estou contando Brizola ainda discutiu, brigou, mas ele quis abdicar, não quis o enfrentamento e não quis resistir.

Então eu dali fui para o Ministério do Exército assumir o comando quando dois sargentos vieram assustados e preocupados correndo lá da Casa da Moeda, que era guarnição nossa também, do lado da Faculdade Nacional de Direito, faculdade da UFRJ hoje (faculdade imensa né, ali ao lado da Casa da Moeda), nossa guarnição estava ali... dois sargentos vieram, é pertinho do Ministério do Exército, e me avisaram que haveria aquele massacre dos estudantes. Os grupos paramilitares estavam armados, já estavam começando a jogar gás lacrimogêneo para os estudantes saírem de dentro da faculdade, serem metralhados, estavam com as metralhadoras apontadas para a porta da faculdade. Eu na mesma hora reuni meu grupamento e fui ali do lado, em cinco, quatro minutos de jipe, né? E fui para lá para a região quando aconteceu o famoso episódio CACO. E eu vou te dar até o livro com a parte, não vou repetir aqui o episódio, porque é um episódio de enfrentamento, episódio difícil, delicado e grave. Eram cerca de 600 estudantes da UNE e do CACO – Centro Acadêmico Cândido de Oliveira, da Faculdade de Direito, e é um episódio, que eu vou te dar o livro onde eu falo do episódio. Existem tantas versões me colocando como herói, herói da base, herói disso, herói daquilo e eu não aceito esse rótulo, acho que ali qualquer ser humano que despusesse de armas e de disposição para evitar um massacre faria o que eu fiz. Então eu vou dar pra você esse livro onde tem o episódio do CACO, que resultou na minha prisão... eu resolvi o problema, libertei os estudantes todos e voltei para o Ministério do Exército e já fui preso ali mesmo.

L- Preso ali nesse momento?

I- Preso ali mesmo eu fui enviado para o Forte São João de lancha. Uma lancha me esperava para me levar para Santa Cruz, fortaleza, e da fortaleza dois ou três dias depois eu fui para prisão isolado no Imbuí, no outro Forte onde fiquei 58 dias. Vários outros episódios ao longo disso, outro assunto. Mas estou dizendo, no dia eu estava ali! Quer dizer, acompanhei a coisa de perto e vivi aquela coisa e posso lhe dizer que faltou... a hierarquia é um problema, uma coisa curiosa. O Presidente da República é o comandante das Forças Armadas, pela Constituição, ele que é o Comandante. Comandante abdicou, faltou... aí é uma coisa, iniciativa de algum General, algum oficial de alto posto, assumir o comando e enfrentar o golpe. É uma coisa assim quase que inexplicável para o mundo civil entender essa coisa da hierarquia, mas é! A hierarquia... E a oficialidade mais jovem, que não é de Comando, não é de Coronel, essa segue. É um pouco de ilusão falar a oficialidade mais jovem... não é muito hierárquica, a hierarquia é um negócio.

E na verdade ninguém tomou iniciativa, nós tínhamos plenas condições de evitar esse golpe. Eu acredito até que não haveria confronto, eles desistiriam do golpe como desistiram em 61. E é aquela história, né? Não derramou sangue por 24 horas mas derramou sangue por 21 anos. E acho que nem haveria isso, não haveria confronto assim, mas faltou. Então na verdade atribuo a essa questão da hierarquia, da disciplina, da questão do comando público; o Comandante desistiu, que é o Presidente da República, entendeu? E havia outros fatores que fizeram com que oficiais superiores considerassem verdadeira a campanha do IPES/IBAD, a campanha dentro das Forças Armadas, obsessiva, muito intensa, muito permanente de que era realmente o

Comunismo que ia tomar conta do Brasil com a República chamada Sindicalista do Jango Goulart. Tudo isso é uma farsa e desistiram dessa versão, já desistiram, não falam mais nisso. Agora é, falar hoje que Brizola é comunista, que Jango é comunista, que Darcy Ribeiro, bom, isso é brincadeira. Então desistiram, já apresentaram uma versão nos livros deles, publicados pelo Ministério do Exército, dez volumes, que eu comprei e estou com eles. Eles dizem agora que era um golpe que os comunistas iam dar no governo, então eles se anteciparam. Ora, porque que eles então não se uniram ao governo pra repelir esse golpe comunista que seria para derrubar o governo? E agora inventaram outra ainda, que é uma coisa que eu não... É que a esquadra americana (quer dizer, inventaram entre aspas, eu realmente não tenho condições de afirmar assim), a esquadra americana que estava aqui, na qual no meu livro achei que ela não tinha grande poder de fogo, de enfrentamento, de guerra, mas tinha, eu me enganei, eles tinham sim.

L- Que era Operação Brother Sam?

I- Era, era a esquadra que estava aqui. Tinha um poder bem acentuado. Mas também acho que uma esquadra americana, uma titica de uma esquadra tomar conta do Brasil? Então é melhor, pra que eu vou usar arma? Bom, mas enfim...

Isis- Quero interferir...(risos) Não é uma titica de uma esquadra, você sabe muito bem que o americano adora uma guerra. Que vai uma esquadrinha na frente e o resto vem tudo....

I- Pode ser até, mas eu acho que era uma coisa muito de intimidação também. Mas tudo bem, de qualquer maneira não era o que eu pensava, tinham algum poder sim de fogo.

L- Na época você sabia que já estava lá?

I- Estava aqui no litoral.

Isis- Mas você sabia?

L- Na época você sabia, Ivan, que estava lá a esquadra?

I- Sabia, sabia mas eu... Nós sabíamos que havia uma esquadilha, mas pra nós, pra mim e para os outros oficiais companheiros e tal eles estavam ali (porque eles diziam que era um exercício naval, uma manobra naval), a gente achava que não era uma manobra naval, mas também era uma intimidação mais no sentido psicológico, mais no sentido de... estava sim, enfim. Eu reconheço que estava mas, o Presidente da República, a nova versão que surge agora, inclusive no meio vamos dizer democrático, e que realmente rejeitou o golpe, é uma versão de que Jango soubera que havia interesse imperialista americano de dividir o Brasil. Quer dizer, a esquadra teria poder de se unir aos golpistas no Sudeste, Rio, São Paulo e Minas Gerais, e o Brasil poderia ficar dividido. E Jango ao saber dessa possibilidade de o Brasil ficar dividido (Coréia do Norte e Coréia do Sul, Vietnã do Norte e do Sul), que o Jango então abdicou por isso, por saber disso.

Olha, nenhuma prova contundente refutável disso existe. É uma nova versão também em relação ao golpe, e que o Jango abdicou por isso. Mas as versões deles, vamos dizer a que prevalece no momento, é a versão que está nesses volumes que saíram da biblioteca do exército há pouco tempo, em que eles dizem que era um golpe comunista que iria tomar conta do governo. Já tiraram aquela coisa de que era um governo comunista, Jango, Brizola... ninguém mais acreditaria em uma coisa dessa.

Mas tudo isso é uma balela, o golpe mesmo foi produto de três fatores que são a elite econômica brasileira, o poder civil, (eu fui o primeiro a colocar em livro o título O golpe Militar e Civil de 64, eu fui a primeira pessoa a colocar), os banqueiros, os latifundiários, os usineiros, colaboraram o tempo todo para esse golpe. Quer dizer, o poder econômico brasileiro, os interesses americanos e a cúpula das Forças Armadas. A cúpula das forças armadas seguem as diretrizes, ainda mais naquela época que havia a questão de ou estar com o mundo soviético ou estar com o mundo soviético ou está com o mundo... Então era melhor estar com o imperialismo americano, com a... No nosso continente e tal. Eu não entendi nunca isso, o nacionalismo dos companheiros militares... é um nacionalismo, exceto em relação aos americanos. É uma coisa que eu nunca entendi. Quer dizer, e as escolas de Estado Maior e as escolas militares, elas seguem

muito as doutrinas inclusive do Pentágono. Existe uma intimidade entre as Forças Armadas Brasileiras e as Forças Armadas Americanas e o poder, tanto que os oficiais brasileiros tiram curso nos Estados Unidos, há um intercâmbio muito grande dos comandos de Estado maior.

Então a cúpula militar unida ao poder econômico civil nosso, e unida, no caso a cúpula militar, e os interesses americanos. Quer dizer, um, dois e três, três fatores. Interesses americanos no Brasil, jamais eles quereriam o Brasil fora de um colonialismo social político cultural. Seriam então esses três fatores que originaram o golpe. E eu estava ali.

Colega de turma em um dos encontros da minha turma recente, nesses encontros recentes, disse que eu estava no lugar errado na hora errada. E é exatamente o contrário, eu estava na hora certa, no lugar certo. E tive livre arbítrio pra interferir e hoje fico feliz de ver que aquelas moças, aqueles jovens todos de 17, 18 anos, hoje são líderes. O grupo Tortura Nunca Mais é dirigido por 5 ou 6 senhoras que eram essas jovens que estavam lá no dia. Inclusive que me deram a medalha Chico Mendes de resistência à ditadura. Inclusive a faculdade hoje tem sala, tem espaço com o meu nome. Eu sou o presidente perpétuo do diretório da Faculdade e tal. Isso que me deixa feliz, ver que essas pessoas continuaram seus processos de luta e de conscientização.

L- Que idade você tinha naquela época?

I- Eu estava com 33. É, 33 anos. Não era tão velho, tão acima dos estudantes. Haviam estudantes de 20 e poucos anos e eu estava com 33. Tinha... não, faria 33 em março, é isso mesmo. E sairia major em setembro, né?

Isis- Não, você fez em março.

I- Fiz em março 33, é. Não, to dizendo ao longo desse período, desse ano de 64, 33 anos, né?

Isis- Uhum.

I- É isso. Ia ser promovido a major no segundo semestre. Então eu já era antigo... capitão antigo.

L- E naquela época as pessoas estavam com você também, na sua resistência? Os seus colegas, seus companheiros eles estavam...

I- Não, os que tinham mais consciência política foram todos presos, cassados e punidos. Os outros que estavam aguardando, digamos assim, seguiram o rumo do golpe instaurado. E também dentro de um processo hierárquico, um processo disciplinar que caracteriza, seguiram, acompanharam, né? Até colegas de regimento com ideias bastante, ou menos atrasados, ou mais evoluídos, ficaram bem comportados e seguiram nas suas carreiras e tal.

Por que a carreira militar tem uma coisa, ela na verdade, exceto quando acontece um fato desse, ela é estável. Ela não é bem remunerada mas tem tudo organizadinho, tem suas vilas militares, tem sua assistência médica, tem enfim... Nas guarnições todas onde há tropas militares há recursos para se viver normalmente. Não é bem remunerada não, mas é uma carreira segura, estável. E aí se pensa muito nessas horas em tomar uma atitude que resulte no que resultou pra mim e pra outros, né? Então também isso influi. Eu compreendo, eu compreendo.

L- Na época você já sabia dessas possíveis consequências que teria?

I- Não, o golpe nos surpreendeu em relação à essa coisa da consequência. Nós não esperávamos que fosse tão brutal assim e arbitrária dessa maneira. Isso realmente me surpreendeu, porque eu fiquei preso e saí dessa prisão quando eu estava sozinho lá no Forte Imbuí, eu só saí uma vez porque me chamaram pra uma reunião com os Generais. No fim foram quatro Generais me dando uma oportunidade de continuar, aquela história de sua carreira brilhante, o senhor é isso, o senhor é aquilo... Aqueles elogios de momento e “prometo que vamos transferi-lo para Campo Grande, Mato Grosso”, hoje Mato Grosso do Sul, né? Me transfeririam pra lá, ficar numa função meio burocrática, que não incomode, “E o senhor prometa que não se manifestará contra o golpe...”. Aí não chamaram de golpe não, chamaram de Movimento Revolucionário Democrático. E eu

disse não, absolutamente não há acordo, “Agora eu sou mais ainda contra, agora eu sou mais radical, estou mais radical contra o movimento dos senhores” (que eram os Generais, chamava eles de senhores), Estevão Taurino de Rezende, General Estevão Taurino de Rezende, pai do Sérgio Rezende que fez o Lamarca. O General Estevão também teve um filho depois preso e torturado, o General era um homem de bem, a favor do golpe, mas um homem de bem. Me chamou à parte e me pediu para eu continuar, para eu concordar e tal, chorou e tal. Ele me conhecia, da cavalaria né? Regimento da Cavalaria, e nós cavalarianos nos conhecemos dos concursos hípicas e tal, e eu disse que não. E realmente aí suspenderam a transferência, eu continuei preso, e depois fui cassado e perseguido por 20 anos, que eu também conto essa história das perseguições no livro que eu vou te dar. Pra completar você pode usar o livro à vontade, que eu autorizo usar o livro. Estou gravando isso aqui, minha autorização. Pode retirar o que desejar do livro, porque eu confio no trabalho que você e outros fazem, confio e sei que não vão pinçar uma coisa isolada do contexto para pegar pela palavra, sei disso. De modo que em relação aos 20 anos, o que ocorreu nesse período eu autorizo que retire, senão fica muito longa a história.

Isis- A pesquisa é muito mais focada, ou bem focada, em relação ao trabalho, né? O que resultou, nas consequências também? E aí você vai falar da sua vida de professor... O que que aconteceu (risos).

I- É, eu fui para o magistério. Mas eu vou esperar, se ele quiser, eu falo depois sobre isso.

L- A ideia é que a gente vá seguindo. E na área militar, que diferenças você sentiu mais naquele momento pós golpe? Qual a diferença que você sentiu dentro, o que você percebeu que aconteceu dentro da estrutura ou da organização, ou do trabalho mesmo militar?

I- É... Quando eu fui libertado e ainda não cassado, eu fui libertado, eu vi e senti de tudo que estava acontecendo, o que aconteceria eu soube também direto. E ali sim, essa surpresa se agravou. Quer dizer, de repente você perde uma carreira, você perde uma história de vida dedicada às Forças Armadas. Eu entrei com 10 para 11 anos de idade, quer dizer, entrei no Colégio Militar, eu não fui da vida civil. Do Colégio Militar, fui pra AMAN, e da AMAN para a tropa e depois para o Regimento Presidencial, o Dragões da Independência.

Então ali eu senti sim uma... Porque digo, bom, e agora? Eu já era casado, tinha dois filhos na época. A Isis eu conheci bem depois, quando me separei. Eu a conheci no final dos anos 60, já bem depois do golpe, o golpe foi em 64. E no final dos anos 60 pronto, viemos e casamos, juntamos primeiro e depois casamos e tudo, e ela sofreu as consequências também, muito. Porque é formada em Letras, professora, e foi proibida também de lecionar e o DOPS negou o atestado ideológico que eles exigiam pra gente desempenhar qualquer profissão, principalmente no magistério. Então ela foi proibida de lecionar, de trabalhar e de prestar concursos, não podia prestar concursos. Depois de 64 prestou concurso para o Tribunal de Justiça, depois de 84, quando houve a abertura em 85, ela fez Direito. Já tinha feito Letras que não deu em nada, porque não pode lecionar, ela professora. E ela fez Direito aqui na Bennett, fez concurso para o Tribunal de Justiça e passou a trabalhar normalmente depois de 85. Como eu também tive um grande alívio, né? Como professor eu segui a carreira do magistério. Era o que eu podia fazer, eu já dava aula de Português e Inglês lá para alguns colegas que iriam fazer prova para o Estado Maior. E eu gostava muito de ler, de estudar, no Colégio Militar eu já era muito estudioso em Português, Literatura, e tal. Fiz Letras e tive a sorte, isso foi uma sorte mesmo, não pela... Eu fiz o exame da UERJ, da nossa Universidade Estadual, a UEG na época, e tirei o primeiro lugar geral, e foi um escândalo, um escândalo entre aspas, mas foi repercussão em rádio, TV e jornal, um cara sai preso, um cara cassado, Oficial do Exército Brasileiro supostamente meio ignorante, porque o meio civil não tem a dimensão do nosso preparo. E realmente o nosso preparo é muito na área de exatas, das ciências, da matemática, da trigonometria, da geometria. Não temos um... Daí eu dizia no

livro que precisamos intervir na educação do militar, esse é um grande caminho. Da educação, no currículo.

Por exemplo, no Colégio Militar o programa do currículo dos militares não tem nada a ver com o MEC, é rigorosamente a parte. Então o ensino é voltado muito pouco para as ciências humanas... favorecendo uma consciência crítica totalizadora, não, não favorece. Mas eu gostava de estudar, então tirar esse primeiro lugar foi uma repercussão muito grande.

Aí meu agente, o cara do DOPS que me vigiava, que me seguia e mandava me seguir, e ao qual eu era obrigado a me apresentar de 15 em 15 dias, depois de dois em dois meses, pra eu dizer onde eu estava para eles irem lá e me tirarem como professor, ou me mandarem tirar, intervir. Então esse meu agente disse "Olha, eles não querem o senhor na área de professor. O senhor vai tirar esse curso da UERJ de Letras, porque seria um escândalo pra imagem da revolução intervir", porque eu tinha tirado o primeiro lugar no exame então imagina se os caras me... "Pra imagem da revolução não interessa, o senhor vai, mas o senhor não vai poder lecionar, o senhor não vai". É, foi assim na lata, e de fato eles me perseguiram muito, muito, muito. Eu tirei vários outros primeiros lugares em concursos, quando pude fazer o concurso... bobearam e eu fiz concurso... eu fiz concurso e não tomei posse. Inclusive no Pedro II e não tomei posse... Isso tudo eu cito no livro, dando nomes, dando tudo, inclusive o nome de dois donos de estabelecimentos de ensino que resistiram à eles, que os enfrentaram... Eu também depois de um certo tempo passei a não dizer mais onde eu estava não, eles se quisessem que estavam me seguindo que descobrissem, né? Mas enfim, foram 20 anos muito difíceis, muito complicados, perseguição e proibições. Até palestras e seminários, e palestras minhas, conferências, eles intervinham, bloqueavam. Enfim, um período muito complicado, mas depois de 85 eu consegui de alguma forma tirar a Pós-Graduação, porque aí eu não tava... eu tava como aluno. Tirei Mestrado, tirei Doutorado na UFRJ. E quer dizer, quando houve a abertura eu já estava, eu tinha, eles me tiravam daqui dessa faculdade ou daquele estabelecimento de ensino e eu aparecia em outra, ficou uma coisa assim, o tempo todo.

É. Aí eu ia e me aceitavam, por que eu tinha um currículo bom. Já tinha livros publicados de literatura e de cultura popular brasileira, então eu era aceito.

Isis- E a sobrevivência nesse período, que ele perguntou, você escreveu para tudo que era livro da Ediouro, né?

I- Ah sim, escrevi muito e pesquisei muito. Trabalhei em dicionários, esses livros Clássicos Brasileiros da Ediouro, de Machado de Assis, José de Alencar, todos têm meu nome lá como estudo introdutivo... Vários livros que eu fiz os estudos e outros de minha autoria também. E enfim, muitos episódios curiosos, de eu chegar lá no DOPS e encontrar a minha aula, de onde eu dava aula, e encontrar minha aula lá. E as burrices deles também interpretando as poesias de uma maneira rigorosamente burra, né? E isso ajudava também, porque às vezes não percebiam alguma coisa que pudessem perceber.

Isis- O prêmio...

I- É, o prêmio. Ah sim, eu ganhei o prêmio Esso Especial de Literatura, com o ensaio sobre Augusto dos Anjos, poeta que eu gosto muito, ganhei o Prêmio Esso Especial de Literatura, cujo prêmio era uma viagem a Portugal e um medalhão com diploma que foi entregue no MAM. Mas na hora de eu viajar a Portugal, meu passaporte só era, eles disseram "O senhor vai com o passaporte de ida, mas o senhor não volta, porque se o senhor voltar..." Foi uma ameaça e aí eu digo que então eu não vou, vou continuar perturbando. Eles estavam doidos para eu não voltar, então eu vou ficar. Vou continuar perturbando aqui e não fui. E nunca mais fui, quer dizer, fui muito tempo depois como turista.

Isis- Podendo voltar (risos).

I- "O senhor fica por lá, porque se o senhor voltar, não passa do aeroporto".

É, muito tumulto. São 21 anos, e eu tô nesse filme, O dia que durou 21 anos. Estou e estou no filme do Silvio Tendler também, esse eu estou bastante, eu apareço

muito. No do Silvio Tendler eu apareço muito, no outro ele está preparando um documentário sobre o episódio do... que ele gravou já, sobre o episódio do CACO, um documentário que vai sair. Mas no filme O dia que durou 21 anos eu apareço umas três vezes só, umas três ou quatro vezes que eu me lembro. Estou lá dando os depoimentos.

Isis- Relação de trabalho foi assim, contratavam ele, com carteira, né Ivan? Com carteira assinada, direitinho, que já era civil, né? E aí os agentes iam lá no colégio pra mandar embora.

I- É, visitavam a faculdade ou o colégio.

L- E eram escolas particulares, só? As públicas você não podia, você conseguiu?

I- Concurso não mesmo. Eu fiz, algumas eu fiz concurso, mas não tomava posse. Como o Pedro II. Tirei primeiro lugar, o cara mandou botar em terceiro e eu disse que ótimo, tá bom, né? Porque vão chamar bem mais. Aí chamaram noventa e poucos professores quase, e aí não botaram meu nome. Aí eu falei, fui lá, mas quase deu um conflito isso lá com o diretor, Wandick Londres da Nóbrega, diretor do Pedro II.

E na UFS, por exemplo, eu recebi um telegrama, isso está no livro também, o telegrama “Por motivos diversos o senhor não fará a inscrição...”. Nem me inscrever, né? Agora esses prestadores de serviços, esses agentes, também exageravam muito. Quer dizer, na verdade eles colocavam a gente, mesmo como militar, os que prestavam informações exageravam muito, como se eu representasse um perigo. E não era, eu não tinha nenhuma ligação com grupos assim, com grupos de enfrentamento ou qualquer tipo de guerrilha. Nada. Mas os caras na ânsia de prestar informações exageravam muito, falavam em palestras agitadoras, e eram palestras normais sobre literatura. Aí o informante dizia “palestras com momentos subversivos”. Quer dizer, era uma baixaria, uma baixaria. Porque também quem se presta a esse papel, de dedo duro, de informante, quem ganha... é de imaginar que faça também essas coisas. Foi muita injustiça, muito exagero. Eu não representava esse perigo todo não. O episódio foi de enfrentamento, mas foi pra salvar vidas, foi no momento, né?

L- E você julga que isso acontecia principalmente com você ou com todos os militares que afastados...

I- Não, no meu caso foi diferente porque quando eu cheguei lá para o CACO, quando eu cheguei lá os caras estavam armados realmente, metralhadora, revólver, várias Kombis com esses grupos paramilitares, apontando as armas para a porta da faculdade. E já tinham jogado gás lacrimogêneo lá dentro. Quando eles fugiram – porque eu tinha maior poder de fogo – quando nós arrombamos a porta e entramos, tinha estudantes caídos nas escadas. Mais uns cinco minutos... As duas diretoras do grupo Tortura Nunca Mais, duas senhoras, estavam dentro de um banheiro onde entrava pouco gás. O Walter Oaquim, vice-presidente do Flamengo, que hoje é um célebre advogado, ele estava, já ia pular lá do alto da janela para o lado da rádio MEC, ia quebrar as pernas pra se ver livre do gás.

Era uma cena dantesca que eu não esqueço, era horrível. Então o enfrentamento ali no meu caso, esse enfrentamento dessa gente me deixou diferente dos outros, de muitos. Porque os outros se manifestaram contra o golpe, foram pessoas dignas que foram cassados, presos por serem contra. Mas não houve um episódio desse tipo, porque na verdade foi um golpe em que não houve enfrentamentos assim. Então a maioria, a grande maioria, muito digna e ilustre, como eu também era contra o golpe, manifestei isso no regimento uns 10 dias antes quando o comandante perguntou. Quer dizer, pessoas dignas que se não aceitaram o golpe foram presas e cassadas.

Mas o meu caso teve esse episódio. E esse episódio passa uma imagem de enfrentamento, passa uma imagem meio *braba* da história. E esquecem que ali foram salvos seiscentos e poucos estudantes, jovens, cujo as vidas estavam ali a ponto, quem sáísse ia ser metralhado. As armas deles estavam apontadas para a porta, um negócio horrível. Então houve isso comigo por causa desse episódio, um pouco mais talvez, perseguição muito grande, né? Mas os outros também foram vigiados, foram também. Ah, houve até militares da aeronáutica, como Rui, nosso herói da Segunda Guerra, Rui

Moreira Lima, e vários outros militares da aeronáutica, proibidos de exercer a profissão. Eles sabiam era voar, não puderam voar na vida civil, então é outro tipo de perseguição também, não puderam voar. Podiam exercer outra profissão.

L- No seu caso, nem outra profissão deixaram.

I- Não, porque era professor. Meu agente disse isso, o senhor foi escolher a profissão que eles não querem.

L- Poderia ser qualquer outra...

I- Qualquer um, como vendedor, um corretor de imóveis, qualquer coisa, mas no meu caso professor eles não queriam não. Tanto que minhas aulas durante muito tempo, quando exercia, antes deles descobrirem, ou mesmo depois, eles levavam pra lá. Tá isso no meu livro também, tem até um trecho do poema que eles consideraram subversivo e me chamaram. Ih, foi um horror. Era um poema sobre a guerra no Recife do Mauro Mota, chamado... pernambucano, poeta da Academia Brasileira de Letras... chamado Boletim Sentimental da Guerra no Recife. Onde ele conta o que foi o contraste brutal, brabo, da presença dos americanos nas cidades de Recife, Olinda. O contraste com os hábitos e costumes locais. Uma coisa bonita, um poema muito bonito, sabe? Tá lá, eu transcrevi até um trecho do poema no livro, e enfim, foi isso.

L- Os colegas professores, também sentiram bastante mudanças?

I- Os professores mais conscientizados de esquerda foram muito perseguidos sim. Foram. Vários professores de esquerda mais conscientizados, ou até nem muito de esquerda, mas contra o golpe, foram perseguidos. Foi uma classe muito sofrida a dos professores. Agora, muito também ficaram mais ou menos, digamos assim, comportados. O perigo era professor de História, de Literatura, esses professores foram os mais atingidos. Porque eles tem que falar sobre esse assunto, tem que usar. Esses foram muito atingidos sim, muito perseguidos e enfim, até cassados também alguns. Houve essa coisa da profissão de professor.

L- E na área militar mesmo, que mudanças que tiveram, que você se lembra. Na prática do dia-a-dia do militar mesmo. Você tinha acesso ainda, você tinha contato com os militares?

I- Não, depois que eu fui cassado, saí da prisão, nenhum contato mais. Não voltei ao regimento, houve vários convites mais tarde, mas não voltei. Agora, coisa de alguns anos atrás, a minha turma de AMAN me convidou pra ir na AMAN encontrá-los, pediram para eu escrever sobre a comemoração da turma na revistinha que a turma ia fazer e tal. Aí eu me encontrei com eles. Mas quartel não, eu não voltei mais ao meu regimento e não tive mais contato com nenhum deles, nenhum contato. Tô falando a turma de AMAN e anos depois, agora, depois da Grande Abertura e tal. Então eu não era tão perigoso. É...bobagem.

Agora um episódio curioso da minha prisão, a minha prisão eram colegas de AMAN, meus conhecidos, colegas meus e do comandante, onde eu estava preso eram colegas meus que comandavam. Mas aquela coisa, aquele ambiente de constrangimento, né? Lá pelo... Depois de vinte, trinta dias, quase trinta dias de prisão, eu fui chamado ao gabinete do comandante. Fui chamado e era meu colega, esse mais antigo, mas o sub era da minha turma. E a fala era "ah, eles recomendam e tal...", se justificando o porque que eu ficava isolado lá na prisão. Mas já abrindo um pouco para eu poder fazer a refeição embaixo do casino dos oficiais. Já abrindo um pouco, já melhorando para o meu lado, porque viram realmente que eu... Mas enfim, esse aí era o Proença, chamava Proença "Oh, é o seguinte, na semana que vem é aniversário aqui da fortaleza, uma fortaleza histórica, do século XVII. Nós temos aqui o livro histórico com tudo. Dá pra você fazer o discurso nosso para as autoridades e o Ministro do Exército, generais, coronéis...", os golpistas iriam lá, os comandos, "Dá pra você fazer o discurso pra nós?". Eu disse que faço, como eles me conheciam, eu era orador oficial do Colégio Militar, depois eu fui orador do grêmio Henrique Lage na AMAN, escrevia muito em revistas textos literários, mesmo como oficial.

Eu digo: faço. “Então os livros estão todos aqui à disposição”. Então eu sentei lá e bom, a partir daí fomos até dialogando e a coisa foi ficando... São pessoas boas sabe, são pessoas de bem. Apenas equivocadas na coisa da carreira militar. Equivocados e levados, induzidos a isso por uma propaganda maciça da cúpula militar, que até hoje ainda prega essa coisa. Então eu fiz o meu discurso e tal, e lá da minha prisão, no dia chegaram e eu ouvia o comendante lendo o meu discurso para os caras. Sensacional, esse episódio é engraçado.

L- Pelo que você está falando então você também era muito respeitado por eles, apesar de estar preso?

I- Nunca nenhum deles faltou com respeito, esse tempo todo, nenhum deles faltou o respeito. Nem o generais...

L- Você não chegou a ser torturado?

I- É. Quando eu voltei do episódio, salvei os estudantes e voltei, o Coronel Aragão, Augusto Cesar de Castro Luis Aragão, depois foi general, tinha sido comandante meu na AMAN. Tinha convivido muito de cavalaria também me conhecia, ali houve um pequeno atrito. Foi a única coisinha. Porque já tinha um tenente, já tinha vindo de lá dizendo que eu cheguei atirando, que eu cheguei... pô, ainda que tivesse chegado assim, eram tropas paramilitares querendo matar estudantes. Fez uma intriga sabe? E ele disse, “O senhor que eu conhecia, eu me enganei, o senhor é vermelho capitão. Eu não sabia a verdade...”. Quando ele disse isso aí eu disse “Olha, o senhor está dizendo uma bobagem e nada a ver com nada. Não estou fazendo subversão nenhuma, quem está fazendo subversão são os golpistas que estão aqui no Ministério...”. Aí eu também perdi minha... aí ficou meio pesado o ambiente. Aí ele mandou logo me recolher, levar lá para a lancha lá no Forte São João. Houve um momento assim, mas foi muito rápido. E ele era um homem corretíssimo, mas é aquele militar que não tem essa reflexão, não é? Não tem, ele não, é outro mundo. Eu não guardo nenhum rancor, nenhuma mágoa disso.

Agora, torturadores e assassinos não, ah isso não! Isso nós temos que continuar lutando para que esses caras sejam punidos. Tem que ser punidos os torturadores, onde já se viu, oficiais das Forças Armadas se prestarem a isso? Mandar sargento torturar, cúmplices de torturas e de assassinatos e desaparecimentos, não, isso não! Isso é inaceitável que aconteça.

L- Entre os militares eles compartilhavam também, você conhecia muita gente que compartilhava dessa opinião de que era inaceitável?

I- Todos eles. Conheci todos. Dois deles que agora apareceram, um escreveu um livro aí, eu não conheci. Mas aqueles principais envolvidos, inclusive coronéis e generais eu os conheci assim. E jamais imaginei que eles pudessem estimular, tolerar e acolher esse tipo de coisa. Tortura e mortes, jamais imaginei. Isso eu acho que não pode, não pode ficar assim. Por isso que eu digo, o STF tão respeitado porque puniu esses Mensalões, óh que maravilha... Eu não sou petista e nem sou lulista não, eu sempre fui do PDT, desde a fundação do PDT. No governo Brizola eu ocupei dois cargos importantíssimos no governo dele, na área de cultura. E não sou petista, agora, quando eu estou dizendo isso, é que colocam essas pessoas, inclusive o presidente, que estava presidindo, Barbosa, “poxa, que coisa extraordinária”, e não! Esse mesmo tribunal manteve a lei de 79 da Anistia. A lei de 79 foi feita para essa indecência de não punir os torturadores e assassinos. Nós nunca fomos consultados sobre essa reciprocidade indecente. Mas foi uma lei feita por um regime... alguns dizem “não era legítimo mas era legal”, não! Não era um regime nem legal, nem legítimo.

Então fez uma lei de Anistia, indecente que é essa de livrar no futuro esses bandidos, colegas sim, com uma formação tão bonita que é a formação das Forças Armadas, que é uma coisa belíssima... menos na área de cultura humana, mas é uma coisa que prega dignidade. Como pode o cara desvirtuar tanto aquilo que ele aprendeu a vida toda? Então essa lei foi mantida pelo STF, Gilmar Mendes foi o relator, mantido! Os caras não podem ser atingidos. “Ah, mas e o outro lado?” O outro lado foi punido, foi morto, foi desaparecido, foi torturado, o outro lado foi para a prisão, alguns deles foram

indultados. Esse pessoal da luta mais intensa, armada, de desapropriação, negócio de banco, ou foram mortos ou foram para prisão, foram para presídio. Foram punidos ou foram mesmo perseguidos e até mortos alguns. Já foram punidos e ainda querem punir mais como esses caras? Agora no outro lado adido militar no Uruguai, ganhando, os caras ocupando cargos importantes nas estatais, função, cargos, foram promovidos. O oficial do Rio-Centro foi promovido, ele estava em Brasília até como Coronel, ele foi a Coronel, como alguma coisa do Colégio Militar de Brasília.

L- E aconteceu depois da Anistia...

I- É. Foram promovidos, agraciados. O outro lado foi preso, torturado ou morto, os que agiram com mais intensidade, digamos assim. Então esse negócio de tem que ser dos dois lados, o outro lado já foi massacrado.

Isis- E aquilo que você pode falar quando te perguntam se você foi torturado, vocês diz assim, “Não, não fui. Mas a tortura psicológica durante 20 anos.”

I- É, mas eu nem falo isso, eu nem falo essa coisa. Agora uma pergunta que ele fez importante, os meus colegas de turma e tal, o pessoal que não estava envolvido, foi equivocado horivelmente apoiar o golpe e tal, mas me respeitam, isso que ele perguntou. Eu nunca fui desrespeitado, e tinham oficiais da minha turma que eram do comando de Brasília, não envolvidos em tortura. Nunca, nenhum deles, nunca eles me desrespeitaram, turma da AMAN, turma da AMAN, nunca. Mesmo dentro do forte da minha prisão os oficiais do comando tinham maior consideração, maior respeito. Então é o que eu digo, são pessoas, seres humanos, boa, pessoas boas.

Isis- Mas juridicamente isso daí é tortura psicológica.

I- Eu sei, mas de qualquer maneira eu quero dizer o seguinte, que esses companheiros todos, eles são produtos de um meio. Você é massacrado, você tira... a Escola de Oficial, aquela coisa anticomunista, da subversão, aquela coisa... E sem querer é uma rendiçãozinha à ideologia americana, achavam sempre que tinham que decidir, justificavam: “Nós temos que decidir pelo país democrático”, e não! Não tem que decidir por nada, tem que decidir por uma identidade cultural brasileira, uma identidade cultural nossa.

Mas não, eu nunca entendi essa subordinação. E todas as escolas de formação, inclusive desde o colégio militar, criança, a pregação é intensa em relação a essa coisa toda que favorece um golpe desse tipo. Então são companheiros que não tiveram acesso e por temperamento e por, vamos dizer, rotina mesmo, não foram buscar estudar fora dos estudos da própria carreira, como eu fiz.

Isis- Eles devem ficar meio perplexos com a atitude do Ivan, porque conviveram com o Ivan, estudantes, né? Cadetes, depois como oficiais inicialmente na carreira. E eles devem pensar o seguinte, se fosse eu, acho que não me levantaria nunca, nunca mais. Por que ele teve muita força pra se levantar, pra reagir, pra estudar, pra seguir e ter uma profissão diferente.

I- Os colegas, eles todos se formaram nessas escolas, tem que entender isso. É um massacre de coisa intensa. Eu não tenho nenhuma... Agora em relação a torturadores e assassinos não, isso aí não pode haver nenhuma justificativa.

L- E o que que você julga que aconteceu na sua história que te abriu a possibilidade de ter uma visão mais humana ou buscar outro tipo de cultura. O que você acha?

I- Talvez o Colégio Militar. Porque o Colégio Militar não é igual ao preparatório de cadetes. Ele te dá uma formação humanística muito boa. Tanto que o aluno do colégio militar vai para diferentes carreiras, são médicos, engenheiros. Enfim, não vão necessariamente para o cadete.

Então o Colégio Militar favorece, favorecia, hoje eu não sei como que é. E meu pai também que era intelectual, tinha uma biblioteca imensa eu lia muito, estudava muito. Meu pai professor, catedrático, inclusive da AMAN. Era catedrático do Colégio Militar, depois professor, foi quem levou literatura para a AMAN. E então meu pai e a formação do Colégio Militar lógico é uma formação diferente de colégio que não é militar. Mas

mesmo assim ele prepara você para a vida civil também. Então eu atribuo talvez ao Colégio Militar. Por isso alguns alunos colegas meus de Colégio Militar, quando entram na AMAN são discriminados ou tratados como paisano, levam muito trote, trotes brutais como se fossem assim meio civis, meio paisano, né? Uma bobagem, uma bobagem isso. E então o Colégio Militar e meu pai talvez tenham favorecido esse meu interesse por estudar, por buscar uma cultura mais abrangente que não fosse apenas a cultura militar. Os outros não tiveram, eles vinham preparatórios para a AMAN, na preparatória é o segundo grau. Quer dizer, desde os 14, 15 anos eles já estão ali na carreira, naquela formação rígidas que as preparatórias são de cadetes, preparatorias de cadetes. Então já preparam para ir para a AMAN, eu fui do Colégio Militar que é a mais aberta, a consciência crítica existe um pouco mais. Agora é por isso que não meu livro você vai ler.

Isis, pega o meu livro ali em cima, que eu tinha separado para um colega teu, tá ali em cima, lá do outro lado, dentro. Eu vou dar pra ele, vou oferecer pra ele. É por isso que eu também vejo desde juvenzinhos, seus 15 anos por aí, esse segundo grau já vai fazendo na preparatória, que é aquela coisa da formação militar mesmo, das ciências exatas e tal, e aí vão pra AMAN. Quer dizer, a formação toda é nesse sentido. Aí eu digo aqui, tem que intervir na educação do militar, abrir mais, tem que haver um currículo mais amplo, professores também. Porque esses professores também das preparatórias e de lá da AMAN, da AMAN são militares, o Colégio Militar tinha professores civis, professores militares e civis.

L- Você acha que, você diria que o regime, toda a ditadura civil e militar, ou militar só, você acha que transformou, teve algumas mudanças na educação militar?

I – No momento, em relação ao momento?

L- É, você tava falando agora da formação do militar, né?

I- A formação continua a mesma, preparatórias apenas aumentaram, eles aumentaram o número de Colégios Militares. Tem mais Colégios Militares funcionando no Brasil, mas a formação é a mesma. A maioria que vai para AMAN, para escolas militares, AMAN, aeronáutica ou naval, a maioria vem de preparatórias já. Quer dizer, continua a mesma coisa, o programa a mesma coisa, currículo a mesma coisa.

E na verdade eu estou muito surpreso com dois fatos que aconteceram há pouco tempo agora, um, o professor chefe da cadeira do Colégio Militar me chamou no colégio Militar, o Coronel chefe da cadeira de Português e Literatura, me prestando uma homenagem pelo que eu fui como aluno do colégio militar. Então eu fui oficial aluno, eu era estudioso, e fui, fez uma homenagem dentro do Colégio Militar, pensei “pô, vou sair preso daqui”. Aquela paranóiazinha que bate.

L- Ainda hoje você sente isso é?

I- Pouquinho. É meio gozação minha. Mas agora há pouco tempo, aqui nessa sala vieram alunos do colégio militar, alunas também, que agora tem moças também no colégio militar, com o professor de História deles me entrevistar. Vieram aqui me entrevistar e perguntas do tipo que você está fazendo aí, entendeu? Eu até brinquei, nós fomos passeando ali na praia Vermelha, e uma delas já é dos Estado Maior da praia Vermelha, está lá na praia Vermelha, no comando do exército, o pai de uma das alunas, que ela falou aqui. Aí eu passei e falei “O cara não tá aqui, já foi expulso...” (risos) É inacreditável isso, virem aqui em casa os alunos do colégio militar com um professor de História pra me entrevistar.

L- Isso é algo recente?

I- Esse é um dado interessante, é um dado interessante, é sinal de que alguma coisa mudou.

L- Você acha que estão abrindo mais a doutrina?

I- Não, eu não acho que na parte de doutrina estão abrindo mais. Doutrina ainda é a mesma. Porém, o mundo é esse que está aí. E se nós confiamos no mundo com esperanças libertárias, digamos assim, é de esperar que essa coisa tenha também um andamento evolutivo, né? É de esperar...

L- Na formação do militar, não só na escola, também teve transformações, ou não?

I – Dentro das escolas?

L- Na formação mesmo...

I- Ah sim, depois que sai oficial, continua a mesma. Continua a mesma coisa. O Estado maior pregando a mesma coisa, pregando o tempo todo.

L- A mesma pregação.

I- Como se o comunismo também existisse, é uma coisa que não dá pra entender. Como se ainda existisse comunismo, entendeu? Tanto que ainda há muito apoio ao golpe, por que eles contam a história rigorosamente diferente do que foi. Existe muito apoio ainda, eles falam muito no golpe. Querem comemorar o golpe sempre, todo ano entendeu? Embora já haja alguma mudança sim, mas a diretriz é a mesma. Exaltar o golpe, o perigo comunista, a corrupção, essa coisa de corrupção política, bombardeio... Quer dizer, bombardear o quadro político, no caso dos militares, é como se dissesse, “se houver um golpe é bem dado”. Bombardear o quadro político, que eu bombardeio também, você também, nós bombardeamos, mas o bombardeio ali intui, subentende que um golpe... isso as revistas do clube militar, do clube da aeronáutica, toda vez tem editoriais e artigos terríveis de exaltação ao golpe.

L- Ainda hoje?

I – Ainda hoje, agora! Eu tinha até a semana passada aqui, a revista comemorativa do golpe, aqui agora, essa que saiu em abril agora. É, continuam pregando. Aí você pode dizer, mas são generais, coronéis de pijama. Mas esses coronéis e generais da reserva, digamos de pijama, na verdade influíram nesses que estão no comando. Então os comandos ainda são... Mas melhora. Eu to citando esse episódio porque é curiosíssimo, né? Há uma melhora por natureza, por confiar no mundo como a gente pensa que deva ser. Tá acontecendo uma mudança, apesar de, apesar de...

L- Essa ideia do inimigo interno ainda existe para o militar?

I- Do inimigo interno não, não. Que eu saiba não há aquela coisa da desconfiança, ou de os militares mais evoluídos, não há. Eles não acreditam que possa existir isso depois de tanta doutrina, de tanta lavagem cerebral. Agora, eu sei que existem alguns militares, hoje oficiais, que pensam como nós pensávamos. Essa dicotomia comunismo/democracia americana, o modelo americano, nosso continente, eu sei que existem oficiais, mas são muito poucos que tem essa consciência. A gente lê essas revistas. Esse perigo do inimigo interno eles não estão preocupados. Não estão preocupados porque doutrinam o tempo todo, então nem passa pela cabeça deles isso.

Mas também eles devem sentir que não seria tão fácil agora dar um golpe. Acredito que sim, como foi na ocasião. Não esquecendo que o Presidente não quis o enfrentamento, o Presidente abdicou do governo. Eu não acredito que a Presidente agora vai abdicar depois de tanta... Se houvesse uma tentativa qualquer se ela iria deixar assim. O temperamento do Jango era muito cordial, muito pacífico, era um homem do diálogo, pacifista mesmo, era o temperamento dele, o que não era do Brizola. Por isso Brizola evitou em 61 o golpe e em 64 não deu. Mas o presidente era um homem do diálogo, um homem simples, e o temperamento nessas horas também influi, né? Ele é o comandante, é o presidente e o temperamento influi, não adianta. Isso aí é da pessoa, e a falta de assessoria dele, né? A assessoria dele não era boa. Ele foi avisado pelos dois coronéis do Serviço de Informações, que os generais estavam tramando contra ele, tramando o golpe, e ele, entre aspas “me engana que eu gosto”. Não acreditou, não quis acreditar, não quis acreditar.

E houve até um jantar no Palácio Laranjeiras que esses comandos militares ofereceram a ele, e ele teria ficado sensibilizado com isso, achando que estava tudo bem. Apesar dos dois coronéis Anacir Abreu e Loureiro. Coronel Loureiro e Anacir de Abreu, os dois do Serviço de Informações vinham alertando o presidente do perigo deles traírem, os comandantes militares traírem o presidente.

L- E as pessoas sabiam dessa possibilidade do golpe? As pessoas na rua, o cidadão.

I- Não. O cidadão civil não. De jeito nenhum, não havia esse movimento. Bom, havia o pessoal mais politizado e esses sabiam que estava em andamento sim e observavam

isso, mas isso os mais politizados. Mas o povo não participa, quando eles dizem que foi uma revolução atendendo ao povo, o povo absolutamente não tinha nenhuma posição sociopolítica definida, nada, uma bobagem. Agora a classe média sim se sensibilizou com o IPES/IBAD, os órgãos de propaganda do golpe, financiados pelos grandes poderes econômicos nossos, e pelos dólares. Inclusive poder de convencimento junto à classe média, classe média do Rio, Belo Horizonte, São Paulo, essas que fez as Marchas com a Família pela propriedade e tal... 40, 50 mil mulheres ali, essa classe média ela foi influída, muito, muito, muito. E a igreja do Sudeste, ao contrário da do Nordeste, ela é uma igreja colaboracionista, doidamente anticomunista, em um negócio de ver comunismo em tudo que é coisa. Esses padres que puxaram essas Marchas com Deus, aqui no Rio de Janeiro saíam da Candelária, a classe média se deixou levar sim por essa propaganda intensa do IPES/IBAD, né? Que eram órgãos financiados em dólar e pelo poder econômico nosso.

Isis- Em São Paulo também houve Marcha, né?

I- São Paulo muita marcha e Belo Horizonte então, nem se fala! Por causa da religião, né? Intenso o catolicismo lá em Minas. Marchas da classe média. E Sudeste, muito Sudeste. E realmente essa classe média foi influenciada, aqui no Rio pelo Lacerda, o governador, golpista, golpista! Uma figura cujo apelido “Corvo” já define quem era essa figura. Insuflando o tempo todo, queria ser Presidente, como não conseguiu, os militares tomaram conta e dane-se o civil. Bem feito, puxaram o saco, aderiram e não sobrou nada pra eles. Lacerda aí mudou de lado, já ficou contra o golpe e criou a Frente Ampla, foi procurar o Jango, procurou Juscelino pra, entre aspas, “fazer as pazes”, e tal. E Brizola não o recebeu, não quis recebê-lo. Queria fazer uma Frente Ampla contra o golpe, o golpe acabou se virando contra ele também, que foi um dos mentores do golpe, mas queria ser Presidente da República e os militares não deram essa chance à ele. Eles se revezaram, cinco militares durante 21 anos.

L- E logo depois do golpe, essas prisões como a sua também, as pessoas sabiam dessas prisões ou não?

I- Das nossas prisões? Não, a maioria dos oficiais, a grande maioria aqui do Rio ficou em navios. Foram pra navios-prisão, ficaram presos no navio. Eu que fiquei isolado, me isolaram lá no Forte, as a grande maioria foi para a prisão. No início nós ficamos juntos três dias na Fortaleza de Santa Cruz, depois separaram todo mundo, foram para os navios, né?

Isis- Mas ninguém sabia, só no meio militar.

I- É, só no meio militar. Eles não informaram ninguém, meu pai era General do Exército, intelectual importantíssimo, foi um dos três autores das metas de Juscelino Kubitschek, um escritor com vários livros publicados, conhecidíssimo, General do Exército, Chefe de Ensino da AMAN, não sabia onde eu estava. Não soube onde eu estava. Morreu logo em seguida, um ano e pouco depois, dois anos. E não sabia onde eu estava, era um sigilo absoluto. O paradeiro nosso não era conhecido, não era não, ninguém sabia, não.

Agora os companheiros que foram para o navio ficaram juntos. Eu não sei esses que essa menina entrevistou que ela citou aí, Santa Rosa, outros são de Marinha, esses já estavam no navio, foram juntos com o do Exército da Aeronáutica, foram todos pra um navio aqui no Rio. Em outros lugares houve prisões diversas, diversos tipos de prisão em quartéis etc. Eu é que fui para um Forte, pra uma Fortaleza.

L- E antes do golpe, o que que houve? Que que o cidadão achava das reformas de base ou das propostas do Jango? Como que era isso?

I- Os oficiais mais lúcidos, e havia mesmo oficiais muito lúcidos, que apoiavam as reformas. Porque o grande problema do Jango foram as reformas. Se hoje falam em reforma agrária, e é um perigo falar em reforma agrária, imagine na época ele querer fazer a verdadeira reforma agrária, porque essa que está aí não é, essa aí é uma brincadeirinha. A verdadeira reforma agrária, reforma econômica, reforma política, reforma educacional, em que haveria vagas obrigatórias em todas as Universidades, enfim, essas reformas incomodavam muito o meio civil.

E os militares que você perguntou, um grupo de militares, entendiam que essas reformas eram necessárias. Os outros, a grande maioria, não tomavam conhecimento por total falta de informação. As guarnições militares estão nos lugares mais remotos do Brasil, o Brasil é muito grande. A maioria nem sabia de como andava, como não andava. Então isso favoreceu também a questão do golpe, quer dizer, eles tomaram conta e guarnições afastadas dos grandes centros “Pronto, militar tomou conta. É gente nossa então tá tudo bem.” Mas havia um grupo de militares bastante conscientizados, havia sim, um grupo pequeno que estava com o governo, as propostas, apoiando as propostas do Jango de reformas políticas, sociais e agrária, havia um grupo pequeno conscientizado. O restante vai na onda.

L- E o que que aconteceu com eles depois do golpe?

I- A maioria foi cassada, esses oficiais mais lúcidos, a maioria foi cassada. E houve um ou outro que silenciou e continuou na carreira. Um ou outro, mas pouquíssimos. Esses oficiais mais preparados, eles na verdade eram muito conhecidos por serem poucos com essa consciência ampla. Então eram bem conhecidos e foi fácil prendê-los e cassá-los, foi fácil. Foi fácil cassá-los, e eles seguiram outra vida, para a qual não estavam preparados. Militar sai da carreira dele, passou a vida toda... Há casos trágicos, que eu não gosto nem de falar. Companheiros meus preparadíssimos, que no momento que foram cassados, sucumbiram, é uma coisa muito triste. Coisas horríveis, horríveis...

Isis- Depressões né? Não arranjavam emprego.

L- E pelo que você falou, além de do militar ter se preparado a vida inteira pra isso, você trouxe outro aspecto que é essa perseguição.

I- É, eu carregava outra bagagem intelectual, mas muito menos por mérito meu do que por um contexto que me favoreceu, também tem isso. Muitos deles não tiveram essa chance, os que não aderiram à luta preferiram aceitar o golpe, e os que tinham mais consciência crítica, tinham essa consciência, mas não tinham uma aptidão para uma nova profissão, não tinham. Eu tinha porque eu já era ligado ao estudo, à dar aula, eu já dava aula para oficiais que iam fazer prova para os Estado Maior, colégio, já escrevia muito nas revistas militares, então eu já tinha naturalmente isso. Os companheiros tinham consciência política boa, mas não tinham, não estavam habilitados para outra profissão. Sendo que os da aeronáutica e os da marinha, foi mais triste ainda, não podiam voar, porque era o que eles sabiam fazer, nas companhias civis que queriam contratá-los, e os outros da Marinha Mercante não podiam ir... Quer dizer, é ainda tão doloroso quanto, né? Por que fazer o quê? Fazer o quê? Perderam famílias, mulheres, muitas famílias se dissolveram por causa disso. Não é meu caso não, mas foi o de vários companheiros que perderam o rumo mesmo. Por que o cara é especificamente preparado para aquilo.

L- E você chegou ao longo desse tempo a participar de algum movimento organizado, ou...

I- PDT, eu PDT. Depois que eu saí, PDT.

L- Isso foi logo depois?

I- Não, foi quando se criou o PDT, com a volta do Brizola. Não, logo em seguida não. Eu prestei exame para a UERJ, entrei, segui a carreira universitária sem nenhum vínculo com nada, com nenhum movimento. E também nenhum desses movimentos armados, de guerrilha urbana.

Isis- Até tivemos convites... (risos)

I- É convites, mas eu não quis. Achei que a guerrilha... eu os respeito, considero muito corajosos e muito dignos os que fizeram guerrilha urbana e guerrilha regional interiorana tipo Araguaia, eu respeito muito essa gente. Mas não havia a menor chance. A menor chance... Perdemos vidas preciosas, sem a menor chance, eu sei que não tinham. Não tinham preparo militar, não tinham ideia, noção de tática, de combate, de vivência na selva ou mesmo na cidade. Não tinham preparo para esse tipo de coisa, né? Então eu não participei de nada por considerar que também não resultaria em nada, como não resultaram. Perdemos vidas tão preciosas, jovens, muitos deles. Uma coisa

horrível. Aí foi quando criaram o PDT e eu me vinculei ao PDT. Em seguida a trajetória do Brizola, Leonel de Moura Brizola, e ocupei dois cargos no governo como aparece aqui na minha.

Isis- E foi restaurado o seu concurso para o Estado.

I- É, foi, foi. Aí quando houve a abertura, inclusive eu podia voltar. Na UFRJ eu já estava dando aula, quando o diretor recebeu a visita deles e eu dancei. Na UERJ eu já estava também dando aula quando o diretor recebeu a visita. Então eu podia voltar com a anistia verdadeira, anistia de 85, não a de... Na constituinte, e referendada em 88 na Constituição, eu podia voltar e não quis voltar. Porque aí eu ia voltar pra muitos lugares e não ia poder dar conta, fui barrado em vários lugares. Eu ia voltar pra UFRJ, pra UERJ, porque eram lugares que eu estava começando a tentar carreira nova, mas fui cortado, fui afastado. Poderia na anistia de 85, poderia ter voltado. Não, escolhi pra onde voltar e como voltar. Eu não quis voltar pra UFRJ no fundão, queria dar aula e dei aula em faculdades, eu na verdade segui minha carreira a partir daí livre, tranquila. Inaugurei uma oficina literária durante o golpe, que foi um jeito de eu viver, porque era itinerante minha oficina, era muito difícil me cassar porque era uma iniciativa pessoal. Essa oficina deslanchou a partir dessa época, 85, ainda hoje existe. Oficina de Literatura, é a mais antiga do Brasil, funcionamento ininterrupto. Na época em tudo que é lugar ela funcionou, até dentro de uma igreja, que era a maneira de eu fazer alguma coisa e não ser... era iniciativa minha, não foi um concurso, não era uma escola, uma universidade, não era. E foi assim, e foi assim.

L- E a gente voltando um pouquinho para o AI-5, você sentiu diferença na perseguição ou no seu dia-a-dia?

I- Não, o AI-5 pra mim apenas prolongou, particularmente. Mas foi uma diferença, porque aí a perseguição foi muito violenta. Há um erro que vem sendo cometido por pesquisadores e historiadores, o tempo todo é 68, 68, o AI-5, não na verdade 64, foi 64. A barbaridade, as torturas, os assassinatos e a arbitrariedade começaram intensamente em 64. 68 recrudescu, foi uma nova etapa de recrudescimento quando eles sentiram que a sociedade estava se reorganizando em sindicatos, diretórios nas faculdades, artistas, intelectuais se reunindo, se agrupando, eles jogam o... aos poucos, foram arrochando, arrochando e jogaram o AI-5 que foi um recrudescimento, mas tudo que já acontecera em 64. Mas foi um recrudescimento do golpe, então eu não acho legal 68, o grupo de 68, facções de 68... Eu não acho não, eu não vejo assim não. Inspirados muitas vezes nos movimentos estudantis na Europa, em Paris, né? O movimento da juventude, eu acho essa comparação muito ruim, porque aqui os guerrilheiros lutavam, quem enfrentou o golpe nessa época estava lutando contra uma ditadura instaurada, contra uma ditadura bárbara. Mas lá era o quê, conta o quê? Muitas das bandeiras dessa juventude européia, pessoalmente em Paris que é o grande centro da revolução dos mais jovens, muitas das bandeiras eram... era droga, sexo e rock and roll. Alguns acrescentavam o rock-hap-n'roll, da época que hoje é rock simples. Sexo, liberdade de sexo, droga. Essas bandeiras pra mim não dizem absolutamente nada. E se for musical, pior ainda que é um coronelismo musical, de um lixo musical chamado Rock, é um sub-produto musical, se for assim. Mas deixa rolar... Mas as bandeiras pelas quais eles lutavam, robustos e bem tratados estudantes das universidades com todos os meios e recursos, universidades maravilhosas, estudantes bem alimentados, branquinhos e bem alimentados.

Agora, como que eu posso comparar esse movimento com essas bandeiras tão intensamente lançadas para o grande público como protesto, com guerrilheiros brasileiros que enfrentaram uma ditadura, as armas etc? Então eu não faço muito essa comparação não, não cotumo fazer. Agora que 68 foi um encrudescimento foi, foi brabo, muito brabo e também cortou as esperanças dos políticos de 68. Porque eles pensavam que pelo menos... não aconteceu em 66, dois anos depois, eles pensavam que ia acontecer... Em 66 viram que não ia acontecer nada democrático, como eles tinham prometido ficar dois anos no governo para acabar com a corrupção, que não acabou, que

não acabou. E ia acabar com o comunismo que não era instaurado no Brasil. Então a sociedade foi vendo e começando a se organizar, quando chegou em 68, realmente a sociedade, os diretórios estavam funcionando, os sindicatos estavam se reunindo intelectuais e artistas fazendo seus movimentos. Começou em meia... Então quando a coisa foi crescendo em 68 eles intervieram, baixaram o AI-5 e foi aquele horror. Foi um recrudescimento da coisa, mas eu sou muito essa coisa de começar tudo... falam muito em 68. Parece que a história, o problema do golpe, muito palidamente intuindo que 64 talvez fosse necessário, mas 68 não... Intui assim muito palidamente, como se dissesse assim "Bom, 64 compreende-se, agora 68 é que foi..." Isso não...

Isis- Esse recrudescimento eles aprimoraram o que eles tinham plantado em 64. Aí veio a grande intervenção no ensino, né Ivan? Que aí foi aquela coisa horrorosa, OSPB e...

É, OSPB, OPB, eles lançaram muito. Substituíram cultura brasileira por OPB, por OSPB, e não raro professores já doutrinados e muitos deles militares à paisana. Intervieram muito, mas o ensino mesmo, mas em 66 já o ensino caminhava para uma coisa mais de esperança de abertura. Porque passados dois anos, eles tinham prometido ficar dois anos no poder e promover eleições democráticas. Quando a população viu que não ia acontecer isso, os diretórios começaram a funcionar. 68 intervieram sim nas faculdades, intervieram na educação, mais intensamente, foi mais intensamente, fecharam os diretórios, entendeu? E as faculdades que mantiveram diretórios, mantinham com futebol totó, pingue-pongue, churrasquinho, festinhas, churrasco, entendeu? Foi uma vigilância brutal em cima dos diretórios, quer dizer, foi um recrudescimento do que já tinha sido em 64. Porque 66 a sociedade começou já a, dois anos depois, reestruturar. Isso eu também defendo, essa tese aqui no livro.

L- E essa mudança no recrudescimento da educação, que vocês estavam falando agora do terceiro grau, do ensino universitário? Isso acontece também no ensino primário?

I- Em tudo. Eles lançaram um órgão chamado CESGRANRIO que era a filosofia, até como eu chamei na época, a técnica do não pensar, é a múltipla escolha, o teste objetivo. Ora, você estudar literatura, cultura humanista com múltipla escolha, é brincadeira. Interpretar um texto à luz da múltipla escolha é brincadeira. Introduziram o teste objetivo, a massificação do vestibular, o CESGRANRIO veio para um órgão plantado por eles. Quer dizer, massificação, ao mesmo tempo não opções diretas de carreira, você fazia uma prova e se não passasse na carreira que você escolheu, ia pra outra, e o cara aceitava porque não aguentava mais pagar o pré-vestibular, os cursinhos. O CESGRANRIO foi um órgão que veio pra plantar, e aí o que que houve, esse órgão veio para o vestibular mas começou a comandar o segundo grau. Segundo grau foi acabando, viraram cursinhos, cursões para o vestibular, aí tinha múltipla escolha, tipo múltipla escolha. Quer dizer, na verdade o segundo grau acabou. Os colégios melhores aqui do Rio, por exemplo, colocaram cursinhos dentro do colégio para fazer o segundo grau pra preparar para esse tipo de vestibular. E aí foi aquela coisa né? O CESGRANRIO influenciou até o segundo ano de algumas faculdades até adotando os mesmos critérios da múltipla escolha, do ensino objetivo, do teste objetivo, quer dizer, influenciou e acabou com o segundo grau. E aí ficou um hiato, é uma coisa incrível como é que ficou o antigo ginásio, que hoje é o primeiro grau, o ensino destrambelhou completamente. Quanto às crianças não porque tá muito longe, né? E nem havia lavagem cerebral com a criança porque eram professoras primárias e tal, era outro mundo.

Isis- Mas ficaram analfabetas... (risos)

I- Despreparadas. E aí o ensino sobre essa bandeira do órgão plantado CESGRANRIO, o ensino vai decaindo, decaindo e aí no segundo grau era um pré pré pré. Quer dizer, um pré para um vestibular comandando pelo CESGRANRIO. E a CESGRANRIO, pasmem, se espalhou pelo Brasil. No nordeste eu fui fazer palestras e encontrei modelos de CESGRANRIO, vestibular tudo naquela filosofia de melhor fazer todo mundo... Aí foi quando eu debati com eles, não havia redação, não havia livro, eram apostilas em vez de livro. O aluno em vez de ler Vidas Secas, lia a apostila, personagem principal Fabiano não

sei quê, cachorra Baleia... O cara não lia livros e redação não havia. E o cara disse “O senhor quer que haja redação? Como é que vamos corrigir 5 mil redações?”, e eu digo mas o método da massificação foi vocês que criaram, cada um fazia exame no seu núcleo. Eu vou pra Letras, o outro pra Engenharia, vocês que lançaram e agora põem a culpa que não podem corrigir 5 mil redações. Quer dizer, não havendo redação, não havendo leitura de livros, vai esvaziando a consciência crítica. Os estudantes vão perdendo essa consciência educacional que no fundo favorece a consciência crítica.

L- E você já percebia isso naquela época?

I- Percebia. Eu fui um batalhador, escrevi muito sobre isso, batalhei muito em relação à essa coisa do ensino. Quer dizer, o esvaziamento da educação não é o jovem, não existe juventude ruim, não existe. A juventude é um produto dessa coisa. Eles entrevistaram na educação pra valer. Quem comandava o MEC no RJ era um Coronel e um General, cujos nomes eram curiosíssimos Coronel Fedulo e General Turola, vai vendo os nomes dos caras. (risos) Coronel Fedulo e General Turola que comandavam o MEC aqui no Rio. Então eram essas as diretrizes, a educação foi para o espaço.

L- E essas transformações principais da educação vem com o recrudescimento?

I- Não, não veio, se oficializou.

L- Já vinha antes?

I- Já vinha como tentativas, eram tentativas esporádicas, esparsas, homeopáticas. E a partir de 68 a intervenção foi brutal, porque os diretórios acadêmicos, como eu disse, já estavam se reorganizando, os movimentos estudantis. Eles sentiram que havia um perigo e aí entrevistaram e foi brutal a coisa, né? Aí a juventude passou necessariamente e oficialmente então, a representar um perigo. Inimigos. Mas já vinha de antes, só que a coisa aí foi oficial mesmo, ostensiva.

L- Agora um recurso a mais pra isso, né?

I- É verdade.

L- E as pessoas percebiam isso, ou não?

I- Percebiam, os estudantes se rebelavam. Houve muito inconformismo nas faculdades em relação à essa vigilância, muito! A juventude reagia assim, na porrada neles.

Isis- Engraçado era assim, montavam um palco, alguém subia lá, começava, daqui a pouco a polícia baixava e corre... (risos)

I- É isso mesmo. Ela era aluna na UERJ, era pré UERJ. Fui professor dela no pré UERJ nessa época e era isso mesmo. Mas a juventude fazia, fazia e reagia mesmo, estripulia mesmo. Mas era também muito reprimida né?

L- As pessoas tinham medo naquela época? Como era isso?

I- Não, não tinham, engraçado que não. Eram meio irresponsável mesmo, pessoas assim, eu e muitos outros éramos irresponsáveis nessa coisa do medo. Também a gente não tinha dimensão exata do que eles eram capazes, tudo veio à tona aos poucos. Aí a gente foi vendo que a repressão era muito mais brutal do que se imaginava, e aí fomos ficando mais cautelosos. Mas até 66, 68, ainda se achava que podia o Brasil seguir um rumo democrático como estava mais ou menos previsto quando houve o golpe.

Isis- Você já falou da Igreja do Nordeste?

I- A Igreja do Nordeste foi uma coisa maravilhosa, nesse período eu fiz muitas palestras lá pelo nordeste. Eu ia, saía por aí a convite. E tive a oportunidade de conhecer a Igreja do Nordeste, que resistência maravilhosa. Sofreram muito, aqueles herdeiros deles, Dom Hélder Câmara, Dom José Maria Pires, Dom Marcelo Cavaleira, Dom Frago, Irmã Jacinta, essa gente era muito, muito corajosa. As missas de domingo eram uma coisa assim, eles pregavam mesmo contra, “A terra é de vocês, reajam contra os patrões, contem conosco”. Contavam mesmo, porque eles iam lá, eram terríveis aqueles padres do Nordeste, tão diferentes daqui, de Campos por exemplo, daqui do estado do Rio, padres aqui do Sudeste. Eram muito corajosos aqueles, e a igreja católica no Nordeste era muito forte, muito boa. Mas também sofreram muito, muitas consequências. Sofreram muitas consequências.

Se você quiser mais alguma coisa que interesse à você. Ou que eu não tenha abrangido, porque eu procurei abranger também muita coisa. Procurei fazer um leque assim bem...

L- Só pra gente ir encaminhando, o que que você vê que mais influenciou as pessoas, como que você vê como que o regime militar atingiu mais as pessoas? Como repercutiu no cotidiano do brasileiro, o que você julga que foi o que mais repercutiu no cotidiano do brasileiro?

Isis- Medo. Eu diria medo.

I- É. Recolhimento, medo, contenção, auto censura. É, algo por exemplo, rádio, televisões e editoras começaram a criar um núcleo de censura interna para evitar a censura oficial do militar. Por exemplo, livro, não há censura prévia em livro, mas depois que um dedo duro qualquer fala de um livro, denuncia e tal, eles vão lá e recolhem os livros todos e colocam o editor e o autor em inquérito. Então é um prejuízo imenso, então algumas editoras colocavam “uma censurazinha interna” para evitar que o livro fosse publicado. As rádios tinham também censuras internas, a televisão também. Quer dizer, havia sim muita cautela, porque como eu disse, não existe censura prévia, se você quiser publicar um livro não existe, é possível. Mas o livro depois de publicado corria o risco de ser recolhido. Então havia censuras. Quer dizer, isso é o medo, uma cautela para depois não ser... Por isso que o Bob Carlos, Roberto Carlos que eu chamo de Bob Carlos, fez com o livro do colega professor Paulo César, cassando o livro, eu acho uma barbaridade o que ele fez, né? E saiu agora a resposta, e eu estava lendo quando vocês chegaram, “O réu e o rei”. Agora o Paulo César contou a história toda, porque aí não é um livro sobre o Roberto Carlos, é sobre essa história toda do que aconteceu. Então isso que o Roberto Carlos fez era muito comum na época. Chamar o editor, mas os militares chamavam pra inquérito e ameaças. Então havia medo sim em relação às atividades diversas. Programa de rádio, teatro, teatro sofreu muito, muito com as intervenções da ditadura. Chegaram ao ponto de fazer debate depois das peças.

L- Você diria que os militares tiveram medo também? Ou não? Os militares que também estavam trabalhando tiveram medo?

I- Os que eram oficiais de carreira que tinham aderido ao golpe? Não, eles eram cautelosos, eu não diria medo por que eram eles que estavam comandando. Era “nossa gente que comandava”, então não.

Isis- Mas Ivan, eu acho que deveria haver um medinho lá no fundo.

I- Cautelosos. Aí é o perigo de perder a carreira, existia esse perigo. Claro que eles tinham cautela de comentar pouco, não trocavam ideias sobre assuntos políticos. Passou a predominar mesmo, como antes já era, muito cautelosos. Assuntos políticos não. Agora o que eu soube é que continuavam conversas superficiais sobre futebol, sobre mulher, sobre carro, não se discutia muito essa questão. É cautela, isso é cautela.

L- E hoje em dia, o que você julga que a gente tem de herança da ditadura, o que a gente ainda tem de herança desse período?

I- Eu não aceito mais culpar o processo educacional ruim, medíocre em função da ditadura. Já se vão muitos e muitos anos, e eu acho que é uma fuga. Já era de hora de recuperar muita coisa. Como também não quero mais culpar a ditadura por não haver líderes confiáveis no quadro político, lideranças estudantis, não, não, não culpo mais. Culpo uma sociedade em que estávamos vivendo, capitalista, uma sociedade rigorosamente voltada ainda para a coisa do chegar lá, do vencedor, do se dar bem, do ver o seu lado. Não é da competição antropofágica, que existe entre os seres humanos. Essa coisa é de uma sociedade em que nós vivemos e os quadros políticos também se ressentem dessa conscientização mais nítida. Por que mesmo o bons políticos que ainda existem, na verdade o que prevalece é o mau político, é o corrupto, é essa coisa toda. Eu só não quero é que essa corrupção que existe de fato no meio político, justifique qualquer intervenção. Intervenção de natureza golpista, essa coisa, porque existe mesmo. Essa coisa, possibilidade remota ou não.

Agora, a sociedade de fato, esse sistema em que nós vivemos dificulta muito a conscientização. Agora eleição democrática, eleição hoje é poder econômico mesmo. Ao longo dos tempos foi, e continua sendo apesar do processo evolutivo democrático e tal. Tinha um vereador aqui em um dos 91 municípios do estado do Rio, um vereador por menos de 300 mil reais ele não se elege. E aí vai em uma escala pra deputado, pra senador, pra governador, é muito dinheiro, o poder econômico é que está comandando. Isso é muito complicado, muito triste, né? Mas isso, como resolver? A reforma política é importante, a reforma tributária, a reforma agrária, tudo isso tem que acontecer pra valer, mas não está acontecendo. Eu acho que a Presidente, repito mais uma vez não sou petista nem lulista, mas a presidente está fazendo o que... ela não pode ir muito além disso não. Primeiro que se ela for muito além do que tem ido, primeiro os poderes econômicos vão começar a atuar e a agir e a contrapor e vão a fundo. Segundo que se ela for muito além nessa coisa da Comissão da Verdade, de punir os torturadores, o perigo é maior ainda. O perigo é maior ainda, por incrível que pareça. A Comissão da Verdade é extremamente necessária, mas ela própria já abdicou da punição para os caras. Ela quer mostrar os fatos, a verdade, é importantíssimo que isso aconteça, mas sem ilusões de que possamos ir além. Ela não pode ir além, exigir dela é até covardia, porque nós não estamos ali no lugar dela. Quer dizer, é uma coisa até exagerada, ela não pode. O fato dela ter sido guerrilheira e os caras aceitarem, o poder econômico e os militares aceitarem, já é muito. E a classe média, uma certa classe média continuam não perdendo o fato dela ter sido guerrilheira. Essas críticas que estão fazendo à ela, a Rede Globo por exemplo, sistemática, a Veja também, essas revistas, na verdade isso aí é uma profunda injustiça. Ela está fazendo o que é possível fazer. Ela não pode ir além disso, pelo contrário, acho até que ela tem feito. Essas coisas das bolsas que nós tanto discutimos, bolsas, é tá difícil de resolver esse problema, porque essa geração toda aí, está com fome! Não tem casa! Minha casa, Minha vida, essas bolsas, não tem casa e ainda estão com fome! Quer dizer, a longo prazo, sim, tem que prever algo que a longo prazo para que não aconteça... sim um planejamento, mas no momento estão com fome, no momento estão sem casa. Quer dizer, eu mesmo que achava isso uma coisa paliativa ou meio homeopática, mas tem outro caminho?

Em relação às cotas nas universidades, de saída eu fui contra, porque tem que proporcionar um ensino eficaz aos negros, aos pobres, às minorias, a cor está ligada realmente a essa coisa da pobreza, tem que lhes proporcionar um ensino que lhes permita sair... Mas como proporcionar? Então eles estão aí, essa geração está aí. O que tem que fazer proporcionalmente e paulatinamente fazer previsões para que no futuro isso seja uma rotina normal, não haja mais cota. Mas eles estão aí, as pessoas estão aí. Tem direito ao mínimo de atenção, de solidariedade humana. Então não dá pra fazer do dia pra noite, essa geração vai desaparecer. Agora tem que ser acompanhado o planejamento para o futuro, para que não haja tanta diferença de classe social.

L- Só pra fechar então, última. O que você diria que mais te marcou nesses 21 anos da ditadura, o que mais ficou mais forte para você? O que mais te tocou, que sentimento mais forte?

I- Eu verifiquei em mim mesmo o seguinte, quanto mais eu tinha consciência e noção da injustiça cometida, da arbitrariedade cometida em uma carreira, uma vida, da pessoa que era eu, mais isso me estimulou pra luta. Pode ser até uma coisa pessoal, um feitiço pessoal, pra você que lida com Psicologia, eu não entendo, mas pode ser até uma coisa muito pessoal que eu esteja falando e não se deve... a gente tem que ultrapassar o olhar que passa pelo umbigo e vai até o dedão do pé. A gente tem que ter uma visão mais abrangente e mais coletivista, mais universalista. Mas quanto mais eu passei por isso e tinha noção da injustiça, da arbitrariedade, mais me despertou.

Isis- Despertou a consciência crítica.

I- É, e a vontade de luta, de ir adiante. Isso então aconteceu sim, esse aspecto carga semântica negativa, mas aconteceu a carga positiva também. E deu certo! E deu certo!

Isis- Mas isso é o feitiço pessoal.

L- É algo teu, né?

I- Isso talvez se deva a algo meio assim, de não livre arbítrio, pode parecer que eu estou falando do meu livre arbítrio. Pode ser uma coisa assim inerente ao meu estar no mundo. Uma coisa muito pessoal essa capacidade, eu to dizendo isso para não parecer que eu estou criticando os companheiros que não tiveram esse êxito, que não venceram as barreiras todas ou sucumbiram, né?

É. Uma coisa que pode ser assim, existente minha e que é independente de qualquer virtude e qualidades.

L- Acho que fala de uma complexidade, né? Porque apesar do horror, também pode nesse sentido despertar uma reação, não para todo mundo, mas no teu caso aconteceu, né? E o sofrimento também, com perseguição, com dor, foram muitos anos...

Isis- Eu posso contar uma coisa, assim... Quando eu me formei eu não pude fazer concurso então eu fiquei em casa, tive filhos, fiquei criando os filhos, e o Ivan na luta, trabalhando, trabalhando. De vez em quando, quando aconteciam essas demissões, Ivan chegava em casa, eu olhava pra ele e dizia “Nossa, está com uma cara de desempregado”. E era, entendeu? Estava desempregado. Estava desempregado... Meu Deus do céu. Muitas vezes eu dizia, vamos embora, eles estão mandando a gente embora do Brasil, vamos embora. Porque eu já comecei a ficar deprimida com isso, entendeu? Eu não podia trabalhar, aí fui criar filho, ele nessa situação de luta saía de um entrava em outro, saía de um entrava em outro, entendeu? Eu não sei como ele aguentava, eu não sei como ele aguentava. Eu teria morrido de depressão, eu teria morrido.

I- (risos)

Isis- Eu teria morrido, eu não estou falando mentira. Eu nem sei se eu passava isso pra ele, mas ele lutava, ele continua lutando.

I- É, isso é uma coisa que como a tua pergunta favoreceu, né? Essa resposta... É claro que foi muito complicado e muito difícil, mas houve reservas para se prosseguir, né? Não sei que nomes que tem essas reservas. E vontade de seguir adiante!

Isis- Sem apoio, seu pai tinha morrido, não tinha irmãos, só tinha filhos pra sustentar, entendeu? Olha só que situação.

I- Não foi fácil não, mas, tudo bom. Aí no livro tem tudo que você tenha de dúvida em relação ao golpe, o episódio brabo aquele, tem tudo aí para não...

L- Obrigado, e obrigado pelas suas palavras também.

I- Nada, disponha. Você pode complementar a hora que quiser.

L- Bom, eu vou te pedir para assinar...

I- Assinar a autorização. Eu assino, não tem problema nenhum.

L- Uma via fica com você e essa aqui eu vou te pedir para dar uma olhada nela e assinar. Aliás, queria te fazer uma última pergunta. Tem algum nome que você gostaria que eu usasse?

Isis- Ivan Cavalcante Proença. (risos)

L- É? Sem problema.

Isis- Oh, nada é segredo, e tem mais é que denunciar.

I- Pode dizer o meu nome.

Isis- A história dele é única.

I- Não, não há problema nenhum, você pode usar o meu nome. Não precisa nenhum codinome, como se diz, nenhum pseudônimo não. Está ótimo, obrigado também. Disponha, se quiser ligar, tirar alguma dúvida. E-mail. Pode mandar que a gente responde.

Entrevista com Virgínia

São Paulo, 2014.

Virgínia – É você vê, hoje eu já fiz parte de algumas bancas para ingresso de outros colegas, né. E é impressionante, eu não sei como é que eles me admitiram na Unifesp, entendeu? Porque, o que eles valorizam nas bancas não é a experiência, por exemplo, no SUS. Você não consegue nem pontuar a experiência em serviços. É... o que interessa é assim: quantos artigos você publicou?

E quantos alunos você já orientou? Então, um professor que venha de uma universidade privada, que lá ele já tenha orientado, que lá ele já tenha publicado... Ele prevalece sobre alguém que tenha experiência de gestão no SUS e de assistência, que era o meu caso, né? Eu atendia e tinha experiência de gestão.

Excepcionalmente isso foi valorizado nesse concurso porque a colega que estava lá e tava orientando os demais valorizava isso, entendeu? Senão, eu nunca teria passado. Nunca teria.

Então, você vê que hoje os critérios para admissão de professor são esses critérios. Absolutamente acadêmico. Então, entra um monte de colegas que, primeiro não sabe dar aula, por que eles são o quê? Bom, entra o pessoal da escola, que tinha experiência da escola privada, mas entra gente que não tem menor noção do que é dar uma aula, entendeu? Porque quer ser pesquisador.

Quer orientar aluno? Ah, quer... por quê? Porque orientar aluno significa: eu tô orientando uma pesquisa que em seguida eu vou publicar. Então o interesse nos alunos é esse interesse, entendeu? Um negócio instrumental, assim, o aluno é só um instrumento para o professor para poder publicar alguma coisa que preste. É terrível e o professor não quer dar aula na graduação, porque dar aula na graduação é perda de tempo.

Sim, só serve o seguinte: pra eu identificar quais são os alunos que são legais aqui. Nossa, é uma coisa horrível.

L – E sempre foi assim aqui Virgínia? Ou você notou isso começar ou intensificar?

V – Não, essa questão é uma questão de todas as universidades no Brasil né, do ensino superior no Brasil, que é ditado pela Capes, né? É a Capes que bota o... que atrela né? que exige isso, aquilo e aquilo outro, entendeu? E os professores todos se curvam, porque na verdade a Capes não conseguiria prevalecer se os professores não se curvassem, né? Se isso não estivesse incorporado, entendeu? No... na minha valoração das coisas. E está. Você conversa com professor e escuta gente: não pode, não pode ser o único critério ou o critério com mais peso.

Sabe, é uma ação entre amigos, porque os periódicos também é assim, quem conhece quem. E é isso, entendeu? O ensino superior no Brasil se tornou isso. Uma coisa horrível, entendeu? E os professores, é... uma parte totalmente descomprometida com a graduação e publicando, e a outra parte que está comprometida com a graduação não consegue publicar.

Todo mundo desesperado para ser credenciado numa pós-graduação, porque é isso que é valorizado: quantos você orientou? Quantos você conseguiu... é... quantas dissertações e teses, né... você já conseguiu concluir com seus orientandos? E é só o que interessa, o resto que se dane. É impressionante, pra onde a coisa caminhou.

Então você vê gente entrando que não tem a menor possibilidade. O que que é Sus? Ah não sei, mas não é isso o que interessa, isso não está ponderado lá na..., olha... é impressionante você se ver uma banca em ação e você tendo, sabe, as pessoas catando: “Não, mas essa aqui publicou não sei quantos... e essa aqui foi pouquinho...”

“Gente, mas essa aqui tem uma experiência de Sus, olha aí.” “Ah, mas isso nós não conseguimos pontuar”. Dane-se a pontuação, entendeu? Uma coisa de doido.

Quem inclusive dita essas normas, como toda universidade deve ser é assim a CCB, que faz os critérios e o CONSU, que é o nosso Conselho Universitário sacramental. Então, em tese você é obrigado a seguir aquilo, né? Que é uma orientação para uma banca de concurso. Então, a gente tenta naquilo é valorizar o que não está valorizado e, por exemplo: assistência, experiência de assistência, particularmente no Sus e serviços públicos de gestão. Não... é produção acadêmica e número de alunos orientados, é isso o que vale hoje. Ah, e se você tem

algum projeto de pesquisa financiado. E aqui no Brasil, em São Paulo pela Fapesp, ou pelo CNPQ ou talvez por alguma coisa assim, uma outra entidade internacional.

L – Virgínia você já está na saúde pública e trabalhando com o Sus. Bom o Sus é instituído na constituição de 88 e você volta para o Brasil em 79. Você desde o início já estava envolvida com saúde pública e coletiva?

V – Quando eu voltei, eu imediatamente procurei saber se tinha curso de saúde pública e aí, por sorte, você vê, eu voltei ali, era julho, em agosto, tava aberto uma inscrição. Eu fiz a inscrição e fiz o curso de Saúde Pública na Faculdade de Saúde Pública da USP. Que era um curso que naquela época existia, também outra coisa né, só para médicos, quer dizer, existia uma turma só para médicos.

É. Depois isso acabou, ficou só o curso que admite qualquer profissional, né? Inclusive geólogos, por exemplo, se você pega o Adriano Diogo, que é geólogo, ele fez o curso de Saúde Pública lá na Faculdade de Saúde Pública da USP. Mas eu entrei nesse que era o que estava aberto nesse momento só para médicos. Então eu me formei e logo em seguida tinha concurso para carreira de médico sanitário da Secretaria de Estado da Saúde. E aí eu prestei o concurso, passei. Comecei a trabalhar em... sei lá, janeiro de 1980. E aí comecei minha carreira de médico sanitário, a carreira que existia na época e que depois foi totalmente extinta quando o Pinotti, o José Aristodemo Pinotti assumiu a Secretaria de Estado da Saúde. Num desses governos do PMDB nós fizemos uma greve e nessa greve ele puniu quem estava em cargo de gestão, porque ele queria acabar com a carreira de médico sanitário para eles poderem colocar qualquer um... né? Para que os cargos de gestão fossem cargos que eles pudessem colocar o pessoal deles, né? E não por carreira, porque a gente fazia prova. Periodicamente, para ascender na carreira, você fazia prova, então eu entrei como médico sanitário 1, médico sanitário 2, 3, 4 e assim ia, entendeu? E a gente fazia prova e segundo essa prova é que você escolhia os locais. Não era assim: “eu quero trabalhar não sei aonde”, não. Pera lá, qual é a tua classificação?

Tinha uma classificação, escolhia primeiro os MS4, depois os MS3, os MS2 e por fim os MS1, e dentro de cada nível tinha a sua classificação na prova. Pinotti acabou com isso tudo, ele puniu os cento e tanto sanitários, eu fui uma das punidas, em seguida não tinha mais carreira, não teve mais. Não teve mais prova, não teve mais coisa nenhuma, a carreira acabou. Mas então eu comecei em 80, janeiro de 80. E trabalhando sempre na zona leste de São Paulo. Eu comecei, como era o cargo? gente? Como eu era MS1, eu comecei como médico chefe de um centro de saúde que chamava Parque Boturussu na zona leste de São Paulo, no Ermelino Matarazzo.

Mas então, aí eu comecei a trabalhar lá no Parque Boturussu. Era um posto de saúde, a gente chamava Centro de Saúde, em cima de uma padaria, era uma casa alugada. Eu fiquei uns tempinhos, depois eu mudei para um outro Centro de Saúde, que também numa casa alugada na Ermelino Matarazzo. Dali do Ermelino Matarazzo, aí eu já era diretora. Fui promovida de médico chefe, porque eu tinha um diretor, que era um colega, aí eu fui para o Centro de Saúde do Ermelino Matarazzo que era uma casinha alugada também ser diretora.

Dali eu fui pro Centro de Saúde São Miguel, era um prédio próprio, grande, enorme. Nós tínhamos 20 consultórios, tinha raio x lá dentro, tinha laboratório... enfim, tinha mais de cem funcionários. Fui ser diretora do Centro de Saúde de São Miguel. Não sei se você conhece São Miguel. Na praça da igreja. A igreja está aqui, o Centro de Saúde está aqui. Praça Padre Aleixo Monteiro Mafra. É naquela praça. Ali eu fiquei uns tempos, aí depois é... a gente tinha um coletivo de médico sanitário que trabalhava na zona leste, onde fazia parte o Eduardo Jorge que foi candidato a presidente pelo PV hoje, os que foram deputados pelo PT, Roberto Gouveia, o Carlos Neder, o que foi prefeito de Diadema, o Zé Augusto, acho, se não me engano é deputado também. Estava cheio de gente que depois virou parlamentar, né?

Trabalhávamos juntos. Aí depois, eu estava dirigindo o Centro de Saúde de São Miguel, me convidaram [os próprios] sanitários. O que era diretor do distrito de São Miguel estava cansado, porque realmente era trabalhoso: “Ah, fica você”. Ninguém mais queria, eu falei: “Tá bom”. Me tornei diretora do Distrito Sanitário de São Miguel, que pegava

Ermelino, São Miguel, Itaim Paulista, Itaquera, Guaianazes e São Mateus. Você imagina que loucura. Que doideira.

Você já viu que nós estamos sendo interrompidos... Mas então, eu fui dirigir o Distrito Sanitário, que nessa época ele tinha 64 Unidades Básicas de Saúde, né... Então, você tinha que visitar desde lá o Cidade Tiradentes, né... Cohab Tiradentes, parque São Rafael, coisas que faziam limite com outros municípios até o Ermelino Matarazzo, onde eu tinha trabalhado anteriormente, em São Miguel. Mas foi uma época muito boa.

Depois, no tempo do Franco Montoro, nós conseguimos, os sanitaristas nessa época foram uma força política para fazer uma reforma administrativa na Secretaria de Estado da Saúde. Por quê? Você imagina um distrito desse tamanho... isso não tem proposto, né? Com uma equipe diminuta, nós tínhamos o quê? Eu, duas enfermeiras num distrito, a Helena e a... não me lembro o nome da outra e assim: 3, 4 funcionários e dois motoristas. Dois motoristas, você imagina para visitar e fazer isso tudo. Às vezes pegava de um lugar que tinha acabado a luz e levava para o outro, dava umas confusões. Bom, então, a gente fez um maior esforço para fazer uma reforma administrativa e criar os escritórios regionais de saúde. Uma negociação com a secretaria que era do PMDB.

Nós não conseguíamos melhorar muito, mas conseguíamos melhorar um pouco, por exemplo: nós queríamos que a zona leste, que era onde eu conhecia bem, fosse dois escritórios regionais. Um pegando Ermelino, São Miguel e Itaim e o outro Itaquera, Guaianazes e São Mateus. Não conseguimos. Fizeram essa enorme que pegava toda essa região, mas pelo menos dividiram em dois distritos. Conseguimos uma subdivisão, ainda que precária. O distrito de São Miguel ficou com Ermelino, São Miguel e Itaim e o distrito de Itaquera, Guaianazes e São Mateus. Conseguimos dividir, ter um diretor no outro distrito e eu continuei dirigindo São Miguel.

Bom, daí quando se criou ERSa, a diretora que entrou e que a gente conseguiu inclusive fazer um processo de eleição, meio que precarizinho, me convidou para ser assessora dela. E foi lá que eu terminei a minha carreira, quando Pinotti pegou a área dos sanitaristas, nomeou a dedo. Foi lá que eu terminei minha carreira, como assessora do ERSa de Itaquera, que pegava os dois distritos.

L – Virgínia, pelo que você tinha falado, sua formação foi toda durante a ditadura e seu início da sua carreira na saúde também. Você se lembra se no período da ditadura havia algum receio de lutar por essas reformas?

V – Não, então vamos retomar, veja: quando eu saí do Brasil, que foi em 75, eu não militava em coisíssima nenhuma. Tá certo? Eu era uma estudante de medicina absolutamente das convencionais e depois uma residente de pediatria, que era o que eu fui. Os anos de medicina e os dois anos de pediatria. Olha, eu me lembro muito vagamente do meu ex-marido falando alguma coisa sobre o golpe no Chile, que ele tinha um amigo, que podia ser perseguido, e que foi nos visitar uma vez lá em Belo Horizonte.

Sim, então, obviamente eu não era uma pessoa de direita, mas também não era de esquerda. Eu era uma médica, ponto. Uma estudante de medicina, depois uma médica que queria fazer bem o seu trabalho, acabou-se. Era isso mesmo. Não vou dourar a pílula, entendeu? O meu ex-marido é que tinha alguma antena ligada para as questões políticas e nós conversávamos realmente, imagina eu era totalmente a favor de qualquer coisa que fosse democrática e tal, mas não passava disso. Eu não tinha noção. Eu me lembro vagamente de ter visto na casa da minha mãe, não sei se foi uma coisa, assim, na televisão, uma coisa que tinha nos procurados. Você lembra que tinha umas fotinhos assim? Não sei se você se viu recentemente um cartaz do tempo da ditadura. Tinha aquelas fotinhos dos procurados...

L – Passava na televisão?

V – Gente, eu me lembro da sala da casa da minha mãe. Não sei o que que é, se foi algum jornal... Não sei, eu me lembro de ter visto um cartaz, assim. Isso ficou lá na... sabe? Alguma coisa da minha memória.

L – Você lembra que sentimento que tinha quando esse cartaz dos procurados? O que que vinha naquela época? Qual a sensação que você tinha?

V – A impressão que eu tive é que era uma coisa muito sombria... muito... entendeu? Uma coisa assim, de... muito sombria, aquilo ali tinha uma coisa muito sombria, muito estranha. Mas é uma coisa muito vaga, que eu não sei se é, porque às vezes se sobrepõe na memória da gente né. Alguma coisa que eu teria visto, por exemplo: já lá em Paris, que a gente ia nas reuniões da Anistia, e que tinha isso tudo, né... Mostrava como é que as pessoas eram perseguidas no Brasil e tudo mais... então, não sei, mas que eu me lembro eu acho que foi na casa da minha mãe, não sei bem o que. Se era algum jornal, que a minha mãe sempre assinou jornais, revistas e tal, se era alguma coisa assim ou se foi na televisão. entendeu?

Mas assim... era a única coisa, a outra lembrança muito de passagem que eu tenho é que eu tinha um colega na medicina que se chamava Virgílio. O Virgílio, ele era provavelmente de esquerda por que ele dizia assim: Virgínia você assina para mim? Nas listas de chamada, era Virgínia e Virgílio, né? E eu aprendi a assinatura do Virgílio, veja bem (risos). Como é que ele chamava, eu não me lembro o sobrenome dele, mas eu sabia assinar perfeitamente. Ele dizia: “Virgínia, assina porque eu preciso ir lá no DCE”. Então, eu acho que a minha militância se limitava a escorar o Virgílio, entendeu? E nas provas, eu dava cola para o Virgílio. Ele dizia Virgínia como é que é esse negócio? Então eu dava cola para ele, entendeu? O Virgílio era um militante, ele vivia no DCE. Com todos os limites que devia ter a militância na medicina né, que sempre foi menos... menos assim de ponta.

E o outro colega que eu me lembro que era metido com questões sociais era o que tinha passado em primeiro lugar, o Itamar. O Itamar inclusive hoje, ele é professor de Preventiva lá da Faculdade de Medicina. O Itamar era um menino assim brilhante, né? E a gente considerava ele um gênio, pra nós era assim: nossa o Itamar (risos). E o Itamar entrou na faculdade de medicina e obviamente como criatura muito mais inteligente do que nós que ele era, ele começou assim, de cara a desprezar aquilo tudo. Então, ao contrário do que era a capacidade intelectual dele, ele não tirava as melhores notas porque ele não se interessava. (risos) dizia: que negócio é esse? Entendeu? E o Itamar eu me lembro que, na época, engraçado isso, eu não sei como o Itamar foi parar na Preventiva, porque a minha impressão dele é que ele queria ser psiquiatra e para nós aquilo era um bicho [grilo]. Não está compatível com ele, né? Ele era um sujeito exótico (risos) Mas o Itamar imediatamente começou assim, ele não estudava, ele cuidava de outras coisas, eu não sei bem do que, entendeu? Mas ele era politizado. Então eu me lembro, o Virgílio e o Itamar para mim, eram os dois politizados da história, entendeu?

L – E o que você pensava deles? Desse lado politizado?

V – Ah, eu achava eles muito simpáticos. O Itamar eu tinha a maior admiração por ele entendeu? Como assim... uma figura estranha, entendeu? E que não está nem aí pras notas que tira na medicina. Eu achava isso uma coisa respeitável.

E o Virgílio era colega de todo dia. Que era aquele sujeito que depois da aula ia tomar cerveja, que chamava: “O que é isso Virgílio, eu vou para casa”. “Não, vamos lá”. De jeito nenhum (risos). Nunca fui tomar cerveja com ele depois da aula.

Mas então, eu gostava muito do Virgílio né? Ele gostava muito de mim e me tratava assim: “é a CDF da turma” (risos), “mas ela é boazinha” (risos) “ela colabora”. Era muito engraçado. Mas são os únicos dois que eu identificava, entendeu? O resto de nós eram os estudantes. Não era assim, um pessoal de direita, mas era um pessoal que estudava, estudava, estudava, estudava...

L – E o que você ouvia naquela época sobre violência, sobre violência da ditadura?

V – Nada, estou dizendo para você, eu não tinha noção. Não tinha noção nenhuma. É impressionante isso, né? Por isso hoje eu consigo compreender os alunos que passam pelas coisas em brancas nuvens, porque eu passei. Totalmente em brancas nuvens. Totalmente.

L – Você falou brevemente que sua mãe era udenista e tinha como líder político Carlos Lacerda e Jânio Quadros.

V – E Jânio Quadros, que depois ela abominou. Depois ela teve tempo de fazer uma autocrítica (risos). Mas o Carlos Lacerda não porque ele morreu, né. Morreu como grande herói.

L – O Lacerda apoiou o golpe. Você falou que você tinha 14 anos naquela época. Você lembra o que que se falava sobre isso?

V – Eu morava em Três Corações. Em Três Corações. É. Porque nós fomos para Belo Horizonte quando eu fiz 15 anos. Um ano, o golpe foi em março de 64. A gente mudou para Belo Horizonte foi em agosto de 65. Em Três Corações? (pausa)

Não tenho registro... não tenho. Minha mãe não era uma pessoa que apoiaria de jeito nenhum, por que era uma pessoa contra a violência. Ela não apoiaria de jeito nenhum tortura, as prisões, nada disso. Nem era católica dessas beatas, entendeu? De jeito nenhum, de Marcha para a Família. Mas ela admirava profundamente Carlos Lacerda. O cara falava muito bem né. E eu acho que ela não distinguia uma coisa de outra né? Ela não distinguia que interesses que cada um defendia, ela não tinha essa distinção. Não tinha. E ela odiava o povo do PTB e do PSD. Isso eu me lembro perfeitamente. Para ela isto era a corrupção, entendeu? Então ela tinha essa noção de corrupção muito forte. E o udenismo, como aquilo incorruptível, os tais da UDN, né? Sabe assim, um povo incorruptível, que seriam aqueles que... seriam os guardiães da moral. Ela tinha isso na cabeça. Eu acho que piamente, entendeu?

O meu pai era bem mais cético, então ele não entrava muito nessas coisas não. Ele ficava mais na dele. Assim: cético e medroso. Eu acho que meu pai era sobretudo medroso. Ele achava que a gente não devia se meter com essas coisas, entendeu? Porque só dava confusão. Já a minha mãe, ela era uma pessoa que queria participar politicamente, mas do jeito dela, né? Não de um jeito assim, de se juntar em coletivos, né? Mas ela dava opiniões e tal... Coisa que meu pai era muito mais reservado. Ele achava que a gente não devia se manifestar tão publicamente porque isso podia dar problemas, entendeu? Essa noção eu tenho dele.

Meu pai era fundamentalmente medroso, entendeu? Ele achava que essa coisa ia dar confusão. A minha mãe era mais atirada, mais atirada... Claro no limite dela, de uma pessoa que morava numa cidade do interior, que foi mãe de cinco filhos, trabalhava fora a vida inteira. Eu acho que isso era uma coisa que... é... foi bom para ela trabalhar fora a vida inteira, né? Não ser dona de casa. Ela era dona de um cartório.

Mas o negócio do udenismo é assim, né? É o povo incorruptível. Ela era udenista fundamentalmente, primeiro por que o Carlos Lacerda, por tudo o que a gente lê aí era um sujeito que convencia até defunto (risos) o cara tinha uma capacidade de verbalizar, uma coisa que devia ser impactante, não é? Pelo tudo que a gente lê. Agora, a noção que eu tenho dela, por que que ela foi para a UDN, ao lado da liderança dele é a questão da corrupção.

Mas, então. É esta a história e você sabe que eu não sei como é que foi pequena, mas Três Corações, a minha impressão sobre o golpe militar é zero. Nada, não tem lembrança, não tem nada.

L – Essa lembrança que você traz do seu pai como alguém que não queria que entrasse em confusão, você se lembra disso a partir de quando? Você acha que é já nesse início ou a partir do momento em que a violência piora ou intensifica em 1968?

V – Não, eu não acho que meu pai era assim por causa da ditadura militar, eu acho que meu pai era assim, era assim. Ele achava que a gente não devia se expor, entendeu? Que essa questão de ficar falando, ser atirado, ele era um sujeito muito temeroso. Não acho que foi por causa da ditadura, é obvio que o ambiente de ditadura só reforça essa maneira de ser, a sua maneira de estar no mundo, mas ele desde sempre foi assim. É a minha impressão, posso estar enganada, claro, mas eu acho que é um elemento constitutivo sabe, do jeito de ele ser.

L – E para sua mãe o PTB o PSB eram a corrupção. Você se lembra se ela falava alguma coisa do Jango?

V – O Jango não, o Jango não, porque o Jango ele era do PTB? PTB... O Jango assim, a pessoa do Jango, não. Eu nunca ouvi ela dizendo: é isso mesmo, ele tem que ser derrubado. Não. Esses comentários, não tem registro, entendeu? Era... não tem registro.

O que eu me lembro muito bem foi da eleição do Jânio versus o Lott, lembra? O General Lott. Nossa, então, esse Lott para ela era um sujeito assim: é a corrupção de novo, é a roubalheira... Por isso que aquela questão do Jânio não é a toa... como é que o cara pega... né? A questão da vassourinha. A gente andava de vassourinha, eu lembro que eu era pequenininha. É... ela nos dava as vassourinhas pra gente andar com ela... a gente achava aquilo o máximo né aquele brochinho de vassourinha. Me lembro disso perfeitamente em Três Corações. Essa eleição foi quando, gente? Do Jânio versus Lott?

L – Foi em 60.

V – 60, isso. Então você vê, eu tinha 10 anos. E ela me deu as vassourinhas e a gente andava com a vassourinha.

L – Ela deve ter sentido a renúncia do Jânio?

V – A impressão que eu tenho dela, eu não sei na época. Mas assim, posteriormente, é que o Jânio traiu o povo. E aí ela cortou com ele. E aquilo foi uma traição e ele não podia ter feito aquilo de jeito nenhum, entendeu? E ali acabou a figura do Jânio para ela. Isso com certeza. Porque ela falava isso muitos anos depois. Eu não sei quando é que ela chegou a essa posição, entendeu? Mas que, assim, na vida dela, depois disso, o Jânio é uma figura desprezível, o que ele fez ele não podia ter feito etc. e tal. Disso eu me lembro, agora, ela falar especificamente do Jango, contra o Jango, de falar assim: essas manifestações que coisa horrível... não, não me lembro. Não me lembro de ela se manifestar contra as manifestações, a baderna, como eles diziam... não. Não, não me lembro desse termo na minha casa, entendeu? Isso eu realmente não me lembro. Mas pode ser que eu era muito desligada também né? Podem ter dito, mas... não tem registro.

E meus irmãos mais velhos também nunca foram de militar, também o meu irmão mais velho, tenho três irmãos mais velhos... nada. O golpe militar passou em brancas nuvens na minha casa. Eu me lembro muito mais, por exemplo, do assassinato do Kennedy em 63, da gente ouvindo... Foi em 63, né? A gente ouvindo no rádio, “nossa, foi assassinado o presidente dos Estados Unidos”, entendeu? Do que... do rádio, da gente ouvir qualquer coisa sobre o golpe. Não sei.

L – Nem sobre violência, você também não lembra de ouvir falar naquela época?

V – nada, nada, nada.

L – E você lembra de receber a notícia do AI 5 ou isso também não era uma coisa que se falava?

V – Nada... 1968, eu estudava no colégio universitário de Belo Horizonte. A gente, eu fiz o primeiro e segundo ano no colégio estadual, de Belo Horizonte, que era um colégio ótimo na época. Antes da ditadura acabar com tudo né, o colégio público... E aí tinha uma prova, para ver se a gente conseguia ir para esse colégio universitário, que era uma outra forma de ensino. Primeiro que era integral, das 8 as 6 da tarde, público, gratuito, enfim... e era longe, lá onde hoje é o campus da UFMG. Inclusive, o prédio, eu estava perguntando para minha irmã. O prédio está dentro do terreno da UFMG, esse colégio universitário que estudei terceiro ano, que chamava terceiro ano científico não é? Então, eu fiz essa provinha e consegui passar e fui estudar no colégio universitário em 1968, o ano inteiro. Eu só estudava.

Podia estar caindo o mundo do meu lado, entendeu? Sem noção... entendeu? Eu chegava às 8 horas da manhã no colégio universitário, a gente almoçava no colégio, era uma época completamente diferente, tinha almoço lá, bandejão, perereco... tinha cineclube. E eu me lembro que num cineclube eles passaram ‘A hora e a vez de Augusto Matraga’, e a gente viu aquilo e eu: nossa, que filme horrível. (risos). Que filme violento, nunca mais quero ver esse filme, entendeu?. Mas o cineclube tinha esses filmes. O cineclube do colégio universitário. Sei lá qual professor que levava esses filmes para a gente ver. Lá eu vi ‘A hora

e a vez de Augusto Matraga' e 'O Padre e a Moça', eu me lembro perfeitamente, né? Bom... mas não tem registro. Eu entrava as 8 né... saía as 6 da tarde, estudava, estudava, estudava, estudava...

Aí fiz o vestibular em 1969, em 69 eu entrei na Faculdade de Medicina. Não tem registro nenhum.

L – E você estuda de 69 a 73 na faculdade de medicina?

V – É, porque assim: o meu curso, era um curso que eles estavam fazendo um experimento, sei lá por que eles fizeram isso. Era só de 5 anos. Então era uma coisa condensada, você ficava doido, porque veja: condensar 6 anos em 5 na medicina. Em 6 anos já... o que eles fazem com os alunos já é uma coisa massacrante, você imagina em 5. A gente dava plantão de 4 em 4 dias. No quinto ano. Certo? Além de ter que assistir às aulas todas, né? Então eu me formei em 73 e fiz a residência em 74 e 75. E aí em setembro de 75 eu fui para a Europa.

L – Você via alguma dificuldade que existia na área da saúde naquele momento?

V – Eu tive professores na residência de pediatria que eram professores que eles diziam que tinham sido chamados pra depor, eu me lembro perfeitamente. Professor Roberto.... como é que ele chamava? Assim, eram três irmãos: dois eram cirurgiões e um era pediatra. O cirurgião era, um era Evilázio Teubner e o outro era José Teubner, eram os dois irmãos. Eles eram irmãos do Roberto por parte de pai, porque, se não me engano, a mãe tinha morrido, o pai tinha casado de novo e aí do segundo casamento nasceu o Roberto.

Eu sei que esses três... e dois por coincidência, eles trabalhavam num hospital, que chamava Hospital Evangélico, vê se pode... Hospital Evangélico, onde a gente ia dar plantão no 4º ano. Então, o Evilázio e o... a gente chamava ele de Zecão, o Zé Teubner, eles eram cirurgiões e a gente acompanhava as cirurgias deles e tal. E eles eram ótimos, por que eles eram médicos completamente diferentes, né? E o Roberto era médico da pediatria na Faculdade de Medicina, então foi meu professor nos dois anos de residência. E assim: vagamente, eu sabia que eles tinham algum problema político, entendeu?. Que eles tinham sido chamados para depor, por que não sei o que... devia ser uma coisa muito leve porque não tinha registro de eles terem sido preso nem coisa nenhuma. Agora, que a gente sabia que eles eram lideranças, a gente sabia. A única coisa... mas nunca foi, assim conversado, discutido, coisa alguma da ditadura militar durante a pediatria. Mas eu sabia que tanto os dois irmãos, meio irmãos do Roberto, quanto o Roberto tinha alguma coisa, só isso.

L – Nem em relação às políticas públicas de saúde não se falava nada?

V – Não. Nada, que eu me lembro nada... não sei em que nível, não sei se é que eles participavam de alguma coisa. Porque naquele tempo, o que, o que a gente atendia no ambulatório. E o ambulatório dessas faculdades de medicina era movido ao que era chamado de indigente. Então pronto, o pessoal que nós atendíamos eram os indigentes.

Indigentes, pronto. O Hospital das Clínicas da Medicina onde a gente fez a residência. E o ambulatório desse hospital atendia indigentes. Que era o pessoal que não tinha carteira assinada. E era o pessoal que internava nas enfermarias. Então vinha muita gente, muita criança do interior com doenças mais graves, internava nas enfermarias da pediatria.

L – Naquela época você já tinha essa noção da pauperização e privatização da saúde?

V – Não. Não tinha. Eu não sei se é por que o Hospital das Clínicas e a Faculdade de Medicina provavelmente era uma ilha. Onde não devia faltar recurso porque eu não me lembro da gente tendo, dentro do Hospital das Clínicas, por exemplo: o problema que hoje pra fazer um exame. Claro que os exames daquela época, eram exames, não tinha toda essa tecnologia de hoje. Mas eu não me lembro de problemas. Sabe assim? Do Roberto ou do outro professor, o professor Enio, ou do professor Chagas, os professores, enfim... como é que chamava o Tonelli se queixando: aqui falta isso, falta aquilo, falta aquilo outro, nada. Sabe assim? Eu não me lembro de que a gente tivesse, a residência de pediatria, prejudicada por falta de infraestrutura, não me lembro.

L – E já se falava de plano de saúde naquela época, como hoje? Como que era isso?

V – não. Nunca tinha ouvido falar. Não, nunca. Também uma coisa que não tem registro. Não tinha a mínima ideia do que seria isso, entendeu?

L – Em Paris que você entra em contato com os Brasileiros, os exilados você se lembra como é que foi abrindo essa compreensão, essa percepção do que estava acontecendo no Brasil?

V – É que nós fomos morar na casa do Brasil. Então na casa do Brasil, tinha o pessoal que tinha ido pra lá, os estudantes, já estavam todos formados, fazendo alguma pós-graduação, alguma especialização e circulava os exilados. E a gente foi fazendo amizade com esse pessoal. E aí esse pessoal, obviamente, convidando a gente para retiro, e aos poucos que eu fui me dando conta, né? Desse outro mundo: nossa que coisa.

E aí eu lembro de ter lido... eles chamavam a gente para grupos de estudos. E nós fomos né, eu e meu ex-marido. A gente ia lá, porque era um grupo de estudo e a gente tinha feito amizade com esse pessoal todo, então tinha grupo de estudo. E aí eu me lembro de ter lido os dois livros que me marcaram, primeiro “O Estado e a Revolução”, eu falei: o que que é isso, minha nossa (risos) gente eu não entendia nada do mundo até essa data (risos).

Nossa, você não imagina. O Estado e a Revolução, do Lênin. Uma coisa assim, de doido. Aí depois a gente foi lendo um negócio complicadíssimo (risos) esse eu não entendo até hoje, chamado ‘O programa de Gotha’, do Marx. Que diabo que é isso, passei sem entender coisa nenhuma. Mas aí é claro que o pessoal começava a dizer... né? E tinha gente lá do mais alto (risos) estirpe. Tinha desde esse Marco Aurélio Garcia, que ainda é assessor de Relações Internacionais, né? o povo que está hoje no PSDB, esse... como é que ele chama? José Eli da Veiga, e tinha, você nem imagina que estava lá viu. O povo tudo, esse pessoal todo estava lá. E, exilado. E a gente ia conversando... o Vladimir Palmeira. Quando eu vi o Vladimir Palmeira falar, eu: nossa! Eu soltava o efeito Carlos Lacerda da minha mãe: como esse cara fala bem. O Vladimir levantava e mandava ver, entendeu? E o cara fala bem pra caramba, nossa senhora.

L – Você não conhecia ele antes?

V – Não... Lá. E aí ele começou a namorar uma amiga da gente, entendeu? Que se separou do marido pra namorar o Vladimir. E assim, era o círculo de amigos. E a gente foi fazendo esses grupos de estudos, e aí esse pessoal nos convidou a entrar no partido que era clandestino, que era o Movimento pela Emancipação do Proletariado. Entramos no MEP e aí as coisas ficaram muito mais regulares, não sei em que momento exato, deve ter sido lá pelo segundo para o terceiro ano, entendeu? Que a gente realmente entendeu o que era este MEP e as pessoas e tal.

Por que tinha gente de tudo quanto era lado, MR8, do MEP, da AP, tinha oriundos de tudo o que você pode imaginar. E a outra coisa que eu também acabei entrando foi o Movimento Feminista. Apesar de sempre estranhar o movimento feminista, até hoje estranho, entendeu? Mas é claro, como as amigas tavam, eu também ia. Mas eu me lembro lá que o pessoal falava você não é muito feminista e eu falava: ai gente eu acho isso tão esquisito.

Porque assim, eu tinha sido conquistada pela questão da classe. Inclusive pra mim primeiro vem a classe social, depois é que tem a questão das mulheres, entendeu? Para mim as questões das mulheres não... e até hoje eu acho isso entendeu? Não ultrapassa as questões de classe. Para mim não tem questão comum da mulher, entendeu? Que ultrapassa uma questão de classe social. E aí eu dizia: tá bom gente, eu vou com vocês, mas... ajudava, porque eu era médica, então tinha aquelas questões de..., ensinava as pessoas as questões do corpo e pá, pá, pá. Como eu era médica e tinha essas informações todas, ajudava né. Na... no tal do coletivo que a gente entrou tinha eu e uma outra amiga. Não, tinha eu e duas amigas que éramos médicas, mas uma não era muito feminista, a outra era que nem eu, a gente ia, ajudava, mas a gente não era muito da causa, entendeu? Ela, essa terceira, a Julia, que é uma pernambucana, não por ser... era a mais despolitizada. A outra, a Neide, muito politizada. E... mas, também tinha essas duas entradas né: pelo MEP e pelo Movimento Feminista, e a gente ia nas manifestações todas em Paris, o povo lá se manifesta por todos os lado. (risos) tanto das feministas quanto dos partidos, né? da CGT, dos sindicatos, da CGT, CFDP...

L – E nessa época você estava fazendo especialização?

V – Então, eu fui para lá por que assim: eu tinha um professor, o Chagas, na pediatria, que ele tinha vindo de Paris. Ele fazia endocrinologia infantil e eu gostava muito do Chagas e tal, e aí ele falou: vai pra lá, já que seu marido vai, vai, né. E aí ele conseguiu.

É geólogo. Inclusive, hoje ele é professor da USP, acho que o Zeca conhece ele lá. É... e aí, o Chagas conseguiu pra mim essa aceitação de professor e eu fui fazer endocrinologia infantil. Só que o patrão do hospital, que lá chamava “patrón” né, era horroroso (risos). E na medida que você vai ficando cada vez mais politizada a coisa vai se tornando insuportável, né? Aí eu pedi recondução da minha bolsa e fui fazer neonatologia, junto com essa amiga Julia, pediatra, que já estava no instituto de neonatologia, que chama Instituto de Puericultura de Paris, mas é só neonatologia. E que tinha lá um carioca, o Roberto. Totalmente despolitizado também, mas que era chefe lá de um andar, inclusive do andar da UTI dos recém-nascidos.

Então, os últimos dois anos eu fiquei fazendo neonatologia no Instituto de Puericultura de Paris, cujo patrão era um sujeito terceiro mundista. Era o Pierre Santige (?). O Santige que tinha vindo da África, então ele era um cara muito mais liberal, entendeu? Então, lá era tranquilo, ninguém era humilhado em público... Nossa, o outro o cara humilhava os residentes, nossa, era uma coisa horrível, entendeu? Aquele grande patrão, sabe? O Santige não, o Santige era um sujeito tranquilo e eu fiquei uns dois anos lá. E o Roberto era o nosso chefe, que era esse carioca que era chefe lá de um dos andares e eu e a Julia trabalhávamos lá.

L – E porque estudar fora?

V – É, a neonatologia lá era bastante avançada né? mas o que eu notava é que eles não sabiam nada de clínica. É impressionante, por que assim: eu tava até contando pros meus alunos outro dia, os alunos lá do baixo que como o pessoal não tinha noção de clínica. Eu me lembro da apresentação de um caso [...], endocrinologia infantil. Então, regularmente eles tinham reuniões clínicas, para discutir caso. Então, juntava toda a equipe num salão grande e se colocava lá os dados do caso e ficava discutindo. Aí eu me lembro uma vez eles apresentando esse caso que num diagnóstico diferencial tinha meningite meningocócica, porque era uma criança, que ao longo de semanas foram aparecendo manchas roxas no corpo da criança. Eu falava: gente, esse povo nunca viu uma meningite meningocócica, como que isso pode ser diagnóstico diferencial, a meningite meningocócica é um caso grave, febril, com abatimento, você não acode a pessoa morre, a criança morre.

E eles colocavam uma criança que tinham surgido manchas arroxeadas, isso como diagnóstico diferencial. Quer dizer, não tinham noção de certas coisas, entendeu? O Roberto sempre falava isso, que a gente tinha uma formação clínica muito melhor do que lá, que tinha uma formação acadêmica, dessas de nível muito boas, mas não era nossa clínica. Não sei se é por que a gente via muitos casos né? e eles viam menos, não sei... Porque é muito importante né, acho, que para a formação na saúde você ver as pessoas, né? As pessoas, os pacientes, como a gente chama.

E eu não sei se eles não tinham oportunidade de ver, eu não sei bem, mas às vezes eu via umas apresentações, umas coisas que não tinham cabimento, né? E o Roberto dizia: não, a formação de vocês é muito melhor, a da Júlia tinha sido lá em Pernambuco, a minha tinha sido na UFMG, ele dizia: “a formação de vocês não tem comparação com a daqui, o povo daqui não tem olho clínico”. Ele dizia isso, entendeu? Ele dizia isso.

L – E nesse período, você se lembra de ouvir notícia sobre a violência que eles passaram?

V – Claro, nossa senhora. Sim, sim, eles contavam, a gente ficava horrorizada. Eu me lembro que em 77, quando o Ivan Valente foi preso com o pessoal do MEP, era o pessoal do MEP inclusive, nós já éramos do MEP. Eu acho que em 77. Exatamente, em 77 eu estava no terceiro ano. No segundo pro terceiro, nós estávamos lá. E aí eles mostravam os jornais né? o cara que era coordenador do nosso coletivo levou o jornal para a gente ver... o Ivan depondo e

tal, não... aí, a gente já estava horrorizado com a história toda, já era outro patamar de compreensão né?

Sim, nossa. E aí tinha reunião da anistia, a gente ia, o Prestes estava lá, entendeu? O povo todo tava lá. O povo todo, quem você imaginar. Vinha mesmo o pessoal que estava na Suécia, por exemplo, onde tava o Fernando Gabeira, o próprio Vladimir não estava em Paris, ele morava na Bélgica, mas eles vinham para as grandes reuniões da anistia. Onde se falava tudo, se procurava apoios. Aí era outra coisa, era um grau de politização pleno, né. A gente já entendia perfeitamente o que estava acontecendo.

Eu me lembro que o pessoal organizava, e a gente ia... era movimentos conjuntos, então, tinha chilenos, brasileiros, entendeu? Os argentinos... estava todo mundo lá. A gente... tinha vários, eles chamam de meeting né? os meetings, os encontros que a gente fazia, tinha outro nome que o francês chama. Tinha um outro nome que eles chamavam, davam pros encontros. Então, tinha esses encontros para que a gente tivesse apoio, dos franceses e tal. E aí os Latino Americanos todos se juntavam.

L – E quando você volta os exilados já tinham sido anistiados ou ainda não?

V – Olha foi julho de 79, eu me lembro que a gente ainda tinha problemas, me lembro da gente tendo cuidado, por exemplo, não trazer livro de Marx, de Lenin, né?

A gente ainda tinha essa preocupação, que quando nós chegamos aqui, ainda tinha clandestinidade, né? Tanto que imediatamente eles nos alocaram com determinadas pessoas que a gente encontrava na Avenida Paulista, era assim: então, era através de pessoas assim: ah, eu vou estar de calça vermelha e blusa branca, entendeu? E um lenço na coisa e uma coisa segurando não sei o quê... entendeu? E aí eu encontrava com não sei quem lá na Paulista, no Center 3, que eu não sabia o nome dessa pessoa. Entendeu?

É. E aí essa pessoa discutia com ela as questões da saúde e políticas mais gerais... Eu nunca soube o nome dessas pessoas, entendeu? Então, tinha um menino lá que eu lembro perfeitamente dele. Eu não sei o nome do menino, nunca fiquei sabendo. E eu lembro que me encontrava regularmente com ele para discutir questões. E aí a gente se encontrava com ele, por exemplo, a gente se encontrou com ele em casas de algumas das pessoas e ninguém sabia o nome dele, entendeu?

L – Você tinha um nome clandestino?

V – Sabe que eu não me lembro? Não, eu acho que eu não tinha não. Não. Não. Não, não, não, não... eu acho que eles não chegaram a dar nome. O rapaz tinha um nome lá, sei lá como é que ele chamava né? eu nem lembro mais.

E aí teve uma vez que a gente foi pra um lugar que a gente também não sabia quem era, levado por uma pessoa que a gente não sabia quem era, para fazer um grande encontro da saúde. Eu não sei que lugar era esse, eu não sei se foi... porque a gente foi à noite, entendeu? E tinha lá essas pessoas que eram todas clandestinas, que coordenavam isso, inclusive tinha um dos caras, que parece era o mais graduado deles, que eu me lembro que ele veio falar até que ele era um grande marceneiro, que ele sabia fazer estante para tudo quanto é lado, entendeu? E eu também não sabia o nome do cara. E assim... eu me lembro da gente fazer uma reunião com todo mundo que era da saúde, entendeu? Então, tinha uma colega que era médica, tinha uma menina que trabalhava no HC... Os nomes dessas pessoas nós sabíamos, porque nós nos reuníamos entre nós, todo mundo sabendo quem era todo mundo. Agora, quando a gente se reunia com esta pessoa, e depois com este outro encontro, a gente não sabia o nome deles. Nem sabíamos onde estávamos.

L – E que era o clima nesses encontros? Havia algum receio, medo?

V – Não, eu acho que já era uma época bem mais light né. Bem mais leve. Eu não me lembro das pessoas terem medo. Não

L – Mesmo sabendo da clandestinidade do encontro?

V – Gente, já era 79, não teria nem cabimento a gente ter medo, né? Eu acho que não. Então tinha esse coletivo que a gente se reunia entre nós, todo mundo sabia quem era quem, Nassili

(?) era esse, o outro psiquiatra, como é que ele chamava? Tinha 3 psiquiatras, que eram do MEP: o Sidney, o Nassili, o outro menino, que depois virou um sindicalista do PT e subiu na vida na CUT, que eu não me lembro o nome... Jocélio, Jocélio, eram os 3 psiquiatras. Tinha uma menina que era se eu não me engano era farmacêutica do HC, tinha uma enfermeira, que hoje é professora inclusive da enfermagem da USP... Tinha bastante gente viu, nesse coletivo. Tinha a Gounar (?), que hoje é lá do INCA, no Rio, uma carioca, tinha mais médicos, tinha o Sergio, tinha outra menina que era enfermeira, a Vera, a outra Vera que era médica. Tinha um coletivo grande, que era a saúde do MEP.

L – E o que vocês discutiam na área da saúde? os temas? Você lembra?

V – Nós discutíamos a organização no serviço público de saúde no Brasil, mas veja, nós estávamos em 1980, então era muito embrionário né? muito embrionário e eu não me lembro de a gente participar de alguma coisa maior assim de, como uma conferência... não.

A gente não tinha nada disso até 86 né? que foi a constituinte, né? e teve a... o encontro lá do pessoal em Brasília, que eu não fui em nenhum, mas o pessoal da saúde se encontrava em Brasília para colocar as bases da saúde no Brasil, da saúde no Brasil e do SUS, em particular. Mas no começo da década de 80 eu não me lembro de nenhuma participação nossa em coisas mais públicas, entendeu?

Agora, o que eu me lembro é que nós participávamos, esse povo todo, acho... do núcleo do PT, que se chamava Núcleo do Quarteirão da Saúde, tá certo? Então, a gente participava desse núcleo do PT. Depois que o PT foi fundado em 80. E aí já começou a ter uma discórdia completa, né? Porque nós já éramos identificados como extrema esquerda e o pessoal da direita do PT que foi indo cada vez mais para a direita, já achava que a gente era... sabe? Que nós éramos pessoas suspeitas. Tinha uma coisa muito grande contra nós.

Nossa, foi uma coisa horrível. Você não imagina. Como que eles detectavam de imediato... entendeu? Que você era... Eu me lembro de uma reunião, a gente fazia reunião era na sala lá do HC, se não me engano. Gente... era alguma coisa no HC, uma reunião onde tá hoje, por exemplo, um cara titular aqui. Como que ele chama? Ele era filho do reitor, tanto que o povo chama ele de “Fio”... É o José... É José, não, gente, como é que ele chama? Zé Luis Ramos. Luis Ramos. O Luis Ramos andava, ele era bicho grilo, entendeu? Cabelo comprido, sandália de dedo e era do núcleo do PT, esse que é titular hoje da medicina preventiva aqui.

Quem mais já estava lá? Gente... a Zilá que acho que está no Rio, o Pedro Dimitroff, aquilo tinha... Então, assim: eles sabiam que a gente era de esquerda, desde o início, entendeu? E nos desolavam desde o início. A ponto de assim: ah precisa fazer não sei o quê, ir representar o setor da saúde do PT não sei aonde, a gente se candidatava, ninguém votava na gente, entendeu? Desde o começo.

A gente tinha claro que era um partido de um saco de gato, que eu acho que eu sempre tive isso claro, entendeu? Que o partido era um tremendo saco de gatos, que tinha desde gente, os oportunistas todos, entendeu? E a igreja, nós da esquerda, tinha de tudo.

E que... como eu brinco com o pessoal, eu sempre... a gente sempre foi minoria e sempre será nesse mundo entendeu? Até que as coisas mudem radicalmente, a gente sempre será minoria. A gente sempre foi minoria. E sabíamos que esse pessoal ia prosperar e... enfim... Contudo, eu me lembro perfeitamente das primeiras eleições do PT, o Zé Dirceu lá em Guarulhos com um ônibus enorme, cheio de monitores de televisão e a gente dizia: “como é que esse cara consegue dinheiro?” A gente fazendo as campanhas, das mais modestas, né? fazendo as camisetas em casa, os panfletinhos tudo em casa, praticamente com o maior sacrifício e o Zé Dirceu já com aquela coisa. A gente sabia quem era quem viu, nós não éramos mais bobos, a gente já era bastante politizado para ter uma análise do PT. O MEP tinha uma análise do PT, entendeu? E depois se quebrou né? completamente essa... o MEP e foi dar por exemplo, um cara que era do MEP era o prefeito que foi assassinado lá de Santo André, o... como é que ele chama?

O Celso Daniel era do MEP, a gente se encontrou várias vezes no jornal que era do MEP. Porque o MEP tinha um jornal legal. Chamava ‘O Companheiro’. E lá tava o Celso

Daniel né? quem mais assim, que você pode conhecer que estava lá? O povo todo da APEOESP, que foram presidentes da APEOESP.

O Gumercindo, todos que foram presidentes da APEOESP, Paulo Frateschi, Bia Frateschi, que era casada com Frateschi na época né? Todo mundo era do MEP. O professorado todo, de esquerda, era do MEP. A gente fazia varias reuniões com eles, entendeu? O Adriano Diogo? Não. O Adriano Diogo não era do MEP. Agora, o Adriano Diogo era muito amigo de uma amiga minha, que era uma geóloga que morreu e que era do MEP. Eu até dizia: como que você consegue ser amiga desse cara? (risos) mas eles eram amigos da Geologia.

L – Você vê essa relação da esquerda dentro do PT como um desdobramento do autoritarismo?

V – A esquerda tem muito autoritarismo, né? Não é por que a pessoa tem assim, determinados... né, diretrizes políticas e princípios políticos ou estratégias e táticas que ela não é autoritária, ela não tem um caráter autoritário. A gente enfrenta isso todo dia (risos) tem que enfrentar. Não vou nem te contar... Todo dia, entendeu? É impressionante como as pessoas são autoritárias... e se dizem de esquerda. Sempre teve, não é por que é dito de esquerda que a pessoa é democrática.

L – Na saúde você identifica alguma herança desse autoritarismo? Alguma repercussão na saúde por conta desse autoritarismo da ditadura?

V – mas você diz na saúde, na área profissional? Relação entre profissionais? É, você precisa ver o seguinte: o movimento da reforma sanitária brasileira, ele tem uma preponderância, uma presença preponderante de médicos. Certo? De médicos. Então, eles são médicos de esquerda, ou seja, supostamente ligados... o que que eu considero ser de esquerda? Ligados com necessidades do coletivo, da maioria da população, interesses e direitos desta maioria da população, que é uma população pobre, né? destituída de direitos. Não é uma população boazinha. Eu estava até conversando com meu filho agora há pouco: não é pobre por que é bonzinho. Quer dizer: vou votar na Marina por que ela é preta e mulher. Você vai votar na Marina por que ela é preta, mulher, e ela é pobre? Ela hoje não é mais pobre, são só esses atributos? Cadê o programa? Você leu o programa? Eu falei pro meu filho. Você leu o programa? Não, eu vou votar em quem eu quiser. Eu falei: claro que você vai votar em quem quiser. Vai votar numa pessoa? Ou num programa? Lê o programa da mulher (risos) então, não acho que por que foi pobre... como o Lula, né? Foi pobre, oito filho, oito irmãos, passou fome. Não é por isso que ele representa.

Eu estava discutindo com meu filho o que que é democracia representativa né? Bom, não é por que é pobre que é bonzinho. Mas eu acho que a gente precisa ser vinculado ao direito da maioria né e não do que é minoria. Para mim, isso é que é ser de esquerda. E tentar construir o que for possível coletivamente né?

Mas... eu tava falando isso por quê? Bom, a relação entre as profissões é a pior possível. E veja, numa ditadura militar isso aí só é fortalecido. E como eu estava dizendo para você, o movimento da reforma sanitária brasileira é um movimento que tem uma participação muito grande dos médicos. Porque são aqueles que tiveram oportunidade de estudar, de ler, de escrever, de discutir, de trocar experiências intelectuais, entendeu? De ver outras experiências mundo afora. A reforma sanitária na Itália... de ir lá... conversar... enfim. Então, ela é escrita por médicos.

Ah, tem uma participação popular? Tem, mas... eu sei o que que é a participação popular. Eu vi o que é que o Eduardo Jorge, Roberto Golveia e o Carlos Neder sempre manipularam o movimento popular de saúde da zona leste. As nossas brigas começaram de lá. Por que quando eu cheguei, eu já era do MEP. Então eu já entrei na zona leste sabendo quem é Eduardo, quem é Neder, quem é Roberto, quem é esse, quem é aquele, entendeu? E eles sabiam quem eu era, estava escrito na testa, entendeu? Quando eu dizia: mas isso não pode ser gente... não. E eles manipulando direto a população. Sabe? O pessoal organizado. Tanto que depois, o pessoal organizado, eu testemunhei o rompimento deste pessoal com o Eduardo Jorge, quando ele era secretário municipal de saúde da Marta Suplicy, né? Ele inclusive

cuspiu literalmente na cara das pessoas do movimento que sempre o elegeu, né? Impressionante isso, mas então, tem essa coisa escrita por médicos.

É a mais democrática possível? Dentro dessa circunstância política onde isto foi gerado, né? Porque, você veja, década de 80. 85, 86, 87 que foram essas reuniões do movimento da reforma sanitária brasileira, tá certo? No seu apogeu. Então, isso foi gestado aí, por médicos. Por participação popular, mas desta forma, né? Levando *cabrestado* muitas vezes pelos médicos. Quem mais participava? Os estudantes, que são universitários, ou seja, tem muito mais informação do que a parte popular deste movimento da reforma sanitária brasileira e é uma reforma, né? É uma rele reforma e cheia de problemas.

Você pega a Lei 8080, ela é um saco de gato, entendeu? Ela atira para tudo quanto é lado. Aquela foi a força, foi o que naquele momento as forças políticas mais à esquerda puderam fazer, atravessada por médicos e médicos que eram... e tinha uma, no movimento tinha uma clara divergência. Os médicos do partidão, certo? Que estavam inclusive, muitos em cargos de confiança na ditadura militar. Então você tem, o Ezio Cordeiro (?), você tem o outro lá, Carlos Gentile de Mello, figuras ilustres. Intelectuais, extremamente brilhantes, tava tudo na ditadura, porque fazia parte da estratégia do Partido Comunista Brasileiro ocupar espaços. É o *entrismo* né? Ocupar espaços. Então tinha esse povo e tinha o povo da esquerda... debatendo. Então tem uma série de dois, três artigos do debate entre o Gastão Wagner, professor da Unicamp que era da esquerda, e o psiquiatra, inclusive, brilhante o cara, que era do Partidão. Se degladiando, como é, como não é. E falando, ele entra lá pelo Gramsci, o diabo a quatro. Então tinha essas discussões dentro do movimento. Agora, eram discussões entre médicos. Intelectuais. De esquerda.

Entendeu? Uns dizendo vamos por aqui, outros dizendo vamos por ali. Então o Gastão defendendo: precisamos estatizar tudo. E o povo do Partidão dizendo: não, não temos força pra isso. Entendeu? E, desta coisa, é que saiu o que foi possível sair. Com todos os seus atrasos.

L – Isso já no começo dos anos 80.

V – Sim, essa coisa toda vem com... você vê, o movimento sanitário, eu me lembro que quando eu entrei na Leste né, o Eduardo esse mérito eles tem, eles reuniam as pessoas. Eles tiveram muita coragem né? O Eduardo principalmente era uma grande liderança. Ele unia as pessoas dos bairros pra discutir saúde, porque é o que a ditadura permitia, tá certo? Então você discutia: ah, já tem um posto de saúde. Não, o pessoal está discutindo que só tem um posto. Certo? Posto de saúde, precisa ter mais médicos. Então, o pessoal se reunia nos bairros, esse é o movimento popular da zona leste que elegeu eles todos. Tá certo?

E tem esse, e teve um grande acúmulo e inclusive conseguir eleger esses caras todos. Né? Fazer a carreira deles todos. Mas se discutia isso, então a gente participava dessas reuniões, localizando terrenos, fazendo planta de posto de saúde, discutindo qual a equipe, quais deveriam ser as ações prioritárias né? Então, isso era permitido discutir na década de 80, começo da década de 80, ainda sob a ditadura.

Mas como dizia, o pessoal nem tinha muito medo nessa época. Porque na... né? Se reunia pra discutir saúde e isso aí era tolerado. Está certo? E assim foi. E a partir disso, tanto que o movimento popular de saúde da zona leste se torna um grande ator né? Nos projetos dessas figuras todas. Mas não era só aqui. Em Campinas, o Gastão fazendo a mesma coisa, o Emerson, Merri (?). Esses médicos todos aí que estavam uma parte, né? É o caso do Gastão e do Emerson, já estavam na universidade e outra parte, como Eduardo, Roberto, Neder, o Gilberto, o Zé... aí, sempre esqueço o nome do infeliz. O que foi prefeito de Diadema, que é médico também. Depois, a mulher dele foi secretária municipal de saúde de Diadema. É... como é que ele chama? Esqueci o nome dele.

Mas, enfim... esses não estavam na universidade, eram lideranças, né? dos movimentos populares de saúde, que queriam eleger conselhos populares de saúde, então tinha essa eleição de conselhos, entendeu? Que era o pessoal do bairro. É isso que nós fazíamos na leste o tempo todo. Liderados pelo Eduardo. Mas aí o Eduardo já sabia quem nós éramos entendeu? Então, a nossa militância era tolerada, mas a gente tinha disputas. Tanto que quando a Erundina, em 89, ganhou a eleição pra... foi uma surpresa para nós, pra

prefeitura, e o Eduardo me ligou... Eu falei: eu não estou entendendo, o Eduardo está me chamando para ser assessora dele na secretaria municipal de saúde? Porque nós tínhamos brigas homéricas, entendeu? O Eduardo, eu me lembro de uma assembleia que teve num auditoriozinho, no último andar do Centro de Saúde de São Miguel, teve uma hora que ele não queria me deixar falar. Falei: EU POSSO FALAR? (risos) entendeu? Era nesse nível, entendeu? E ele me chamou para ser assessora dele, por que ele achava que eu entendia de atenção básica. Entendeu? Aí eu fiquei sendo quatro anos assessora, primeiro dele, depois quando ele saiu para ser deputado de novo, do Neder. É... No governo da Erundina.

L – Um pouco antes disso, como que você viveu aquele período da abertura? O que que você lembra dessa época?

V – É esta época que a gente trabalhava na Leste, então, nosso trabalho era este. Está certo? De reunir a população nos bairros. Veja: primeiro era diretora do Centro de Saúde..., primeiro era... por um período curto né, de 80, 81. Eu não lembro mais quando eu cheguei ao distrito. Não lembro mesmo, mas deve ter sido em 84, 85, mas o trabalho era o mesmo seja lá onde você estivesse né. A gente reunia a população e discutia as questões de saúde. E eu fazia isto. E através das questões de saúde, obviamente, eu já era do MEP, então eu já era superpolitizada, a gente discutia as questões do regime, onde estávamos, as possibilidades de fazer as coisas, isso a gente discutia publicamente com o pessoal em cada região, da leste que a gente conseguia juntar para eleger os conselhos.

L – E você chegou a participar do movimento das Diretas Já?

V – Não, não. No das Diretas Já não. O que a gente fazia era essa discussão nos bairros, da importância das pessoas poderem votar livremente, entendeu? Para escolher gente que nos representaria melhor e que poderia trazer melhorias para o atendimento à saúde da população. Era indireto, não diretamente, não. E nem no PT eu me lembro diretamente de ter participado. Não me lembro.

A nossa militância era toda na saúde. Ao mesmo tempo que nós estávamos na Leste, nós tínhamos o núcleo do PT na saúde, que era o núcleo do quarteirão. Na época também, eu esqueci de dizer outra coisa, eu era diretora da Associação dos Médicos Sanitaristas. Eu fui diretora durante um longo tempo, passei por vários cargos na diretoria, até que acabou a carreira e acabou a associação. Inclusive, na associação, nós discutíamos que a gente não devia ter uma associação de médico sanitarista, que nós devíamos militar no Sindicato dos Médicos. Então, eu também tinha uma militância no Sindicato dos Médicos. Os médicos na época tinham um movimento médico também a favor da redemocratização, né? E aí tinha muita gente fazendo parte, gente do PCdoB, por exemplo: o Gilberto Natalini, que hoje é candidato a governador era do PCdoB, o Valter Feldman era do PCdoB, o Jamil Murad, do PCdoB, é quem mais?

A mulher do Jamil, que eu não lembro o nome. Então, esse povo todo militava no sindicato dos médicos. Então, ao mesmo tempo que a gente era da Associação dos Médicos Sanitaristas, a gente tinha reuniões no Sindicato dos Médicos e fazíamos campanhas para as chapas, conseguíamos colocar várias chapas mais progressistas, entendeu?

Então, eu lembro, durante um certo tempo o presidente do sindicato era, era um alagoano, tinha um sotaque forte, que era do PCB. Então, tinha essas composições, entendeu? Pra gente botar na presidência do sindicato alguém que não era da direita. Então, eu militava nisso. Na Leste, reunindo o pessoal, com esse grupo de sanitaristas que era muito grande né? Discutindo as questões da assistência né? E tentando montar, a eleger conselhos, popular de saúde. No MEP, tinha o coletivo do MEP que esse tempo todo ficava discutindo o que que nós íamos fazer na Leste... o diabo a quatro, isso e aquilo. No PT, na Associação dos Médicos Sanitaristas e no Sindicato dos Médicos.

Olha... era militância dia e noite. Deus me livre guarde, no começo da década de 80. Eu me lembro que inclusive quando o John Lenon foi assassinado, eu estava, foi dezembro de 80 né, eu tava voltando pra casa de uma reunião do sindicato dos médicos (risos) eu me lembro disso, que na época eu era fã dos Beatles né? e aí eu me lembro que eu estava voltando tarde da noite, era 11 horas da noite de uma reunião do Sindicato dos Médicos.

Porque a gente tentava fazer com que o sindicato caminhasse. Depois desandou completamente, o Sindicato dos Médicos não vai dar nada. Mas o MEP nos obrigava estar lá. Paciência...

L – E com a redemocratização você lembra alguma diferença no clima da cidade ou na sua vida pessoal? Ou mesmo na saúde também?

V – Olha, é engraçado aquela história da Distensão foi lenta, gradual e progressiva. Foi tão lenta, gradual... Imperceptível. Hoje é que eu posso dizer para os estudantes o seguinte: gente, a gente não podia discutir, a gente não podia ter qualquer livro, a gente não podia xingar o general presidente, né? Hoje é que eu me lembro disso. Mas na época foi um deslizamento assim, se sabe que... né. E o problema é que na medida que isso aconteceu o MEP acabou. O MEP se partiu por que tinha pessoal, por que nós estávamos..., veja, todos no PT e tinha um pessoal que já estava deslizando para a direita do PT, fazendo carreira no PT. O Gumerindo, Frateschi, o povo da APEOESP... que eram grandes lideranças. O Celso Daniel, entendeu? Pessoas que estavam deslizando totalmente para essa coisa parlamentar e eleitoral, está certo? E isto foi prevalecendo e o MEP se partiu, acabou.

Então, ao mesmo tempo, acaba essa militância clandestina, né? e... acabou. E aí a gente passou a ser só do PT e a frequentar o núcleo só do PT. E como o PT era um partido absolutamente... consentido, não tinha problema nenhum. Não tinha mais problema nenhum. Durante um certo tempo é claro que dava alguns problemas, por que aí a gente passou a apoiar, por exemplo, o Genoino. E o Genoino, na época que o MEP acabou, ele era do PRC Partido Revolucionário Comunista. E o meu segundo ex-marido entrou pro PRC, ele era do MEP, ele entrou para o PRC e o Genoino ia muito lá pra casa. Ia ele, gente que era do círculo dele, fazer reuniões.

Eu não entrei no PRC, só meu segundo ex-marido, então, tanto que o Genoino ia muito lá pra casa. Teve uma vez que minha mãe, que era de, que morava em Belo Horizonte veio pra minha casa em Guarulhos e o meu segundo ex-marido, o Ivan Valente e o Genoino vieram dormir em casa porque eles iam fazer porta de fábrica 4:30 da manhã, 5:30 da manhã. E a minha mãe foi dormir, e eu também e meu ex-marido chegou com os dois, o Ivan e o Genoino, depois que nós tínhamos ido dormir. E a minha mãe à noite saiu do quarto dela para ir à cozinha e viu aqueles dois barbudos dormindo na sala (risos) e no dia seguinte ela me falou: Virgínia tinha dois barbudos dormindo na sala. Eu quase pisei no pescoço dele (risos) era o Genoino e o Ivan, entendeu?

Então, durante certo tempo eu acompanhava, assim... lendo né os documentos do PRC, mas nunca fui do PRC. Mas aí a gente era do PT, entendeu? E a gente militava no PT. Mas o MEP se desfez com esse coletivo que era um coletivo, onde a gente tinha discussões né? E a gente ficou sem ter discussão.

E... o Ivan, que sempre foi do MEP também. Depois ele foi de uma outra... tem uma outra organização política da qual eu também nunca me filiei. Eu sempre apoiei o Ivan, mas assim... muito marginalmente. Aí eu fui fazendo essas coisas do PT muito volun... desfazendo da minha vida, entendeu? A gente foi vendo como que ficou o par... não vale a pena gastar energia com isso né? Vamos gastar com outra coisa, entendeu? Aí fui deixando disso e fui ficando na saúde, entendeu? E é claro, discutindo com pessoas que são de esquerda, mas na saúde, e no PT abandonei completamente.

L – E hoje você identifica alguma repercussão da ditadura na área da saúde? das políticas públicas da ditadura na saúde?

V – A privatização. Porque essa privatização ela não é de agora né, ela começou na ditadura. O que que eles fizeram na ditadura? Abriram crédito para todo mundo construir hospital, abrir ambulatório privado..., certo? E... e isso tornou qualquer coisa que fosse estatal absolutamente dependente dessa rede privada, que foi cada vez mais sendo beneficiada. Isso foi claríssimo, não é só na saúde, é na educação, né... o absoluto *privilegiamento* e sustentação econômica, política, do setor privado. Aí realmente começou o desastre completo. Você vê como é que as coisas são contraditórias né?

Ao mesmo tempo que você conseguia construir uma política pública com uma base legal, ainda que toda cheia de buracos e problemas que é esta lei 80/80 e a Lei 8.142, você tinha um período onde a base para que essa política se desse, mesmo com todos os seus problemas, já estava sendo corroída. Que era o tempo da ditadura, privilegiando a iniciativa privada. Então, ao mesmo tempo tinha o movimento da reforma sanitária brasileira tentando fortalecer o lado público da saúde, você tinha a base material sendo corroída, já sendo solapada, né... E a Lei 80/80, que é de 1990 e o próprio capítulo da constituição já mostra isso. Como é que a base material já estava nas mãos do setor privado, que através de seus deputados, introduziam as mudanças que quis e o Collor botou na lei também tudo o que ele quis. Então, as duas coisas correram contraditoriamente, é uma coisa estranha que aconteceu no Brasil né? O fôlego da luta contra a ditadura conseguiu escrever na constituição aos trancos e barrancos certos direitos. Mas a base material não foi dada. Já estava... já tinha ido para o vinagre, né... Então, aquele arranque que se deu, por causa da luta contra a ditadura que na verdade era quem abrigava a luta pela saúde pública, pela educação, por etc. e tal, já não tinha mais a base material.

Totalmente, tá... tá... dentro entendeu? Você me pergunta, mas você trabalhou pela redemocratização? Não... de uma maneira muito indireta, trabalhando na saúde. Porque tudo o que se conseguiu na saúde, na educação, se é que se conseguiu alguma coisa na educação, tava dentro dessa luta maior, né... Para que as pessoas participassem dessa pequena coisa, de uma pessoa participar do conselho popular de saúde do bairro, né... é você estar dizendo para essa pessoa: olha, é possível você participar, você tem alguma coisa a dizer, né. Por mais precário e frágil que seja, e é tão precário e frágil que atualmente está destruído né, eu acho. Está completamente destruído isso, está muito, muito mais frágil do que foi sob a ditadura, na década, no início da década de 80 e durante toda a década de 80, onde o movimento era muito mais forte.

L – De certa forma esse movimento vem como uma resposta?

V – Sim, é... e o que foi possível fazer, foi o que esse movimento fez, ou seja, colocar bases legais. E as bases legais muito restritas porque elas já são, ao mesmo tempo em que elas conseguem ser escritas, elas já são bombardeadas pelo setor privado que já está prevalecendo. Já tinha a ABRANGE, que é a Associação Brasileira das Medicinas de Grupo, já tinha a Federação Brasileira de Hospitais, esse pessoal estava todo na constituinte. E estavam montados numa base material que eles diziam: nós temos mais do que 50% desta rede que será do SUS. Nós já temos mais do que 50%, entendeu? Porque isso é uma coisa até anterior né?

Na verdade, quando a gente vai explicar essa situação pros estudantes, isto já vem da década de 20, quando se montam as caixas de aposentadoria e pensão e depois os institutos de aposentadoria e pensão... você vê, as caixas de aposentadoria e pensão quando foram montadas na década de 20, elas eram gerenciadas pelas empresas e pelos trabalhadores. Depois, na época do Getúlio, o Getúlio bota o Governo e desliza cada vez mais o poder para o Governo e para as empresas, a parte dos trabalhadores fica sendo minoritária no gerenciamento, na administração dos IAPIs, os Institutos de Aposentadoria e Pensão, que é o que vem vindo até 1967. Quando a ditadura militar, na crise dos IAPIs, que era tudo corrupto, passava a mão no dinheiro, o governo passava a mão no dinheiro, as empresas não contribuem...

Então, a ditadura unifica tudo no INPS. E continua a corrupção. E o dinheiro do INPS é tamanho, que na época, isso está nos estudos da reforma sanitária brasileira, era a segunda... a previdência era o segundo orçamento brasileiro, porque tinha uma dinheirama lascada, que estava tudo onde? No INPS. Entendeu?

Depois, em 76 é que cria um Ministério da Previdência e Assistência Social, porque de 67 até 76, 77 era INPS e tinha um tremendo de um orçamento e ele tanto fazia aposentadoria e pensão quanto assistência médica. Ou seja, ele credenciava serviço. E a maior parte do serviço era privado. Era rede privada. Então a questão da relação público-privado que privilegia o privado vem de antes, né? E a ditadura se serviu do INPS para cada vez mais credenciar serviços privados.

Ou seja, quando chega o SUS, em 90, o SUS está sentado, primeiro numa década de 80 onde começam a surgir os planos de saúde, as medicinas de grupo, está certo? Depois, nessa base material que ele herda do INPS, posteriormente do INAMPS né, porque o INAMPS é criado no Ministério da Previdência e Assistência Social em 76, 77. Eu digo em 76, 77 porque tem livro que fala que é 77, tem livro que fala..., mas enfim, foi aí, né?

E aí o INPS se torna só um órgão de previdência e aposentadoria, e a assistência médica passa pro INAMPS porque o Ministério da Previdência e Assistência Social, quando ele é criado em 76, ele é organizado assim: INPS, que é o que existia, mas aí vai cuidar só de previdência e aposentadoria, INAMPS, que é aí é criado: assistência médica e o IAPAS, que é o de arrecadação. Isso é o Ministério da Previdência e Assistência Social de 76, antes não tinha. Antes era INPS. Cuidava de tudo e tinha um orçamento estratosférico. Entendeu? E aí toda a roubalheira né? ainda tem uma que tá fugindo até hoje, a tal da Jorgina. Então, é uma roubalheira generalizada.

L – E isso é na ditadura que se instaura? Intensifica o que já vinha acontecendo?

V – Sim. É 67. Eles fizeram para “moralizar” e a roubalheira continua. E aí eles tiraram esse dinheiro da previdência, que é outra coisa que está contada na história do movimento para construir ponte Rio-Niteroi, Usina de não sei das quantas, Transamazônica, aquilo que chamaram obras faraônicas da ditadura é o dinheiro do INPS. Que era o segundo orçamento.

L – Como você vê o impacto, as repercussões na tua vida pessoal, profissional, do autoritarismo da ditadura?

V – A questão é a restrição, né? essa restrição que você sofre ao poder realizar a profissão. Então, veja: antes, eu tava, eu era gestora, né, porque eu dirigia sempre alguma coisa na carreira de médico sanitaria e depois eu era pediatra também da prefeitura, porque eu trabalhava das 7 às 4 na Secretaria de Estado e depois, das 4 as 8 na prefeitura sendo pediatra.

Depois acabou nossa carreira de sanitaria, eu fui para outros lados né. Fui trabalhar no instituto de saúde. Mas o que você via a todo momento era coisa que a gente discutia, era a restrição, restrição de recurso, né? Então, a rede física em primeiro lugar, os recursos que você devia ter para atender bem a população... isso tudo profissionalmente faz com que seja... o exercício da profissão seja mesmo uma aventura, porque você não tem nunca aquilo que você precisa para atender bem, né. Então, isso limita muito e deixa a gente num estado pessoal de muita inquietação e aflição, né?

Como... eu... ultimamente, até ir para a Unifesp, eu trabalhava no Instituto de Saúde, como pesquisadora e como pediatra, ainda estava as duas coisas. Como pediatra numa UBS na Freguesia do Ó. Nossa, era um completo caos, entendeu? Quer dizer, só veio piorando. Desde o tempo da década de 80, em que a população também aumenta muito e tudo o mais, até agora, a gente nota uma piora por restrição de recurso.

Então, você vai atender, você não tem para onde encaminhar o paciente, você não tem como... o paciente precisa de um exame, você precisa da internação, não tem! E você fica sem resposta, entendeu? Então, é um estresse, né? Quando eu vejo os médicos descreverem a situação deles, eu entendo uma parte, por que a outra parte não justifica de jeito nenhum. Mas realmente você trabalha sob condições inimagináveis, entendeu? De... assim... de não poder decentemente dar assistência que os casos necessitam. Porque é uma população que vai envelhecendo, cuja saúde só vai, no envelhecimento, se deteriorando, não é um envelhecimento saudável e você não tem meios de atender. Então, é uma coisa indescritível, entendeu?

E assim, a sobrecarga que aquele que procura atender, como eu procurava, tem. Porque aí você começa a ser a referência, porque as pessoas vão falando umas pras outras: olha tem Dra. Tal atende, Dra. Tal conversa, Dra. Tal procura resolver, então a sobrecarga de alguém que atende bem vai sofrendo é absurda, entendeu? Eu chegava na minha UBS, lá na Freguesia, parava o carro, já tinha 4 pessoas me esperando, na calçada: Dra. Pelo amor de Deus eu preciso disso, eu preciso daquilo... eu preciso daquilo outro e eu: me acompanha, gente vamos até meu consultório, lá eu vou conversar com todo mundo.

As pessoas num nível assim, sabe, de angústia, de aflição, por não terem minimamente atendido as necessidades que elas tinham? Então, é absurdo! Entendeu? Então eu imagino que o que acontece hoje nesse... que como eu te disse, o grande problema é a privatização, porque ela retira recursos do setor público, né? Então, quando eu era jovem, voltei pro Brasil, tinha concurso público assim, a todo momento. Teve um momento que eu fiz um concurso do INAMPS, já existia então, porque foi criado em 76, eu voltei em 79. E outro para ser pediatra na prefeitura. Passei nos dois, tive que escolher um, por que não dava pra ser, entendeu? Eu escolhi o da prefeitura porque era 20 horas, podia ser na Leste, então eu saía do distrito e já ia pro posto de Ermelino Matarazzo, tudo isso bem pertinho, sem trânsito, etc. Mas tinha concurso público em todo lugar, sabe?

E... e ainda, ainda que nós tivéssemos problemas nessa época, que foi o que, a década de 80, você tinha concurso público e com a constituição de 88, só se entrava por concurso público. Isso tudo foi terra arrasada em seguida, entendeu? Então, esse problema da privatização anterior, ele só se agravou, né? Com o Collor, que foi eleito chamando o funcionário público de vagabundo, né? E existe muitos mesmo que são vagabundos, mas não devem... a coisa não deve ser tratada da maneira como ele tratou, colocando todo mundo à disposição e desmantelando os ministérios.

Então, veja, foi um desmantelamento progressivo a partir da eleição do Collor. Então, a base material, que já era majoritariamente privada, causando a grande dependência daquilo que ia surgir, o SUS, em 90 desta base privada, está certo? Ainda sofreu o lado que era estatal um desmantelamento completo. Collor, Sarney, entendeu? Chegou no Itamar, pessoal teve que fazer um movimento de novo para conseguir, e olha que o ministro da Economia do Itamar era o Fernando Henrique, tentar conseguir passar uma... a gente queria que fosse uma norma operacional básica, que fizesse o que a lei 8080 mandava fazer: a municipalização, transferindo poder para os municípios. Teve que ser feito um movimento durante o governo do Itamar, que eu não lembro mais quando é que foi, 83, oitenta e ... não, o que é isso? 87?

L – 93...

V – Não, 90, imagina. Década de 90, já to confundindo as décadas. Para conseguir tirar a lei 8080 do papel. Porque o Collor não deixou. Ele teve que promulgar a lei, mas ele vetou um monte de artigo, que eram os artigos de financiamento e participação, os dois críticos né? E depois entrou o Itamar e o ministro da Economia era o Fernando Henrique e ele não queria nada disso, gastar com o SUS. Ele já tinha, já tava com o pensamento lá no neoliberalismo. Depois entra o Fernando Henrique, então você imagina o que é que virou o SUS né? Daí nós deslizamos cada vez mais para a iniciativa privada. Tomaram das mãos, a gestão do SUS.

L – Como você vê o peso que a ditadura teve no processo de privatização?

V – Do INPS que continua comprando serviço da iniciativa privada e aí é com a corrupção lascada e um orçamento estratosférico. Ah, foi decisivo. Olha, você não precisa ir nem para a militância na saúde para perceber como é que a ditadura não deu nenhum recurso para aquilo que era estatal e colocou tudo no crédito à iniciativa privada.

Você pega a questão da educação, está certo? É só você pegar isso. Até os meus 18 anos, tá certo? tanto que eu estudei só em colégio público, em Belo Horizonte só estudava em colégio particular os maus alunos. Porque os colégios eram péssimos. É pagou, passou. A gente chamava assim, é o pagou passou. Está certo? Então, os maus alunos, aqueles que não conseguiam ser aprovados, começavam a fazer... repetir, porque o colégio público na segunda repetência mandava o aluno embora, tá certo? Então, tinha que se virar em algum lugar. Era assim.

E... o recurso foi totalmente retirado da rede pública de educação. E da rede pública saúde. E aí surgiram no lugar das escolas públicas, as escolas privadas, as universidades privadas. E esse povo todo prosperou. Na saúde e na educação. Então, esse momento foi decisivo, entendeu? Porque anteriormente não era assim. A saúde podia ser... como eu te disse podia ser muito modesta, mas nós não tínhamos falta de recurso ainda na década de 70. Que a ditadura ainda não tinha tirado tudo. Por exemplo, eu fiquei até julho de 75, nós não

sentíamos isso no Hospital das Clínicas, não sentíamos isso na faculdade. Eu pelo menos, não sentia na pediatria, tá certo?

Agora, hoje vai ver. Vai ver como é que está. Aqui no Hospital São Paulo. Falta, falta isso. Vai ver no Hospital da USP, falta isso, falta aquilo, falta aquilo outro. Entendeu? A rede pública um horror, falta médico, falta enfermeiro, falta... não tem psicólogo, não consegue fazer os exames, a pessoa esperando 2 anos pra fazer um exame. O que que é isso? Entendeu? O que que é isso? Se não a privatização? Cadê o recurso? E aí quando você vai pegar, né?

E a gente mostra isso pros estudantes. O que que está indo para a iniciativa privada? Então, isso repercute na vida profissional. Está certo? E como eu não separo vida pessoal de profissional, é um horror, entendeu? É o horror! Você ser médico na rede pública hoje deve ser o horror, por que era até 5 anos atrás. E nós arrancávamos o cabelo para atender as pessoas e só foi piorando. Isso só vai se agravando. Porque eles não contratam, eles não dão recurso. Entendeu? Ou você vai para uma Organização Social, onde você é tratada como qualquer empregado da iniciativa privada é tratado, está certo? Bom, virou, mexeu, rua. Está certo? Você não pode questionar coisa nenhuma. Ou você fica numa rede pública que está totalmente deteriorada. E se pega a universidade pública, é a mesma coisa. Pega a escola pública de ensino médio, de ensino fundamental, é a mesma coisa. Não tem laboratório de ciências, não tem biblioteca, entendeu? Não tem nada, não tem laboratório de informática, os professores são extremamente mal pagos, a escola está caindo aos pedaços, os meninos estão querendo matar o professor, que está querendo matar os meninos. É isso. Não era assim. Eu estudei em escola pública antes da ditadura, não era assim, entendeu? Então, você não precisa nem ser militante para dizer que não era assim. A diretora da escola era uma pessoa conceituada em Três Corações, os professores, pode ser até pelo lado pior, do elitismo... mas eram entendeu? Eram professores. Hoje, quem que tem orgulho de ser professor? Ser professor de escola fundamental é uma penitência, entendeu? É por que eu não consegui ser mais nada na vida. Não era assim, entendeu? Ser médico na rede pública é por que você não conseguiu ser do Einstein ou do Sírio Libanês, entendeu?

Ah, eu me lembro, os nossos professores da faculdade de medicina, eles gostavam de ser professor. Roberto, Chagas, o Enio, Antonelli. Gente, pessoal, sabe? Hoje tudo bem, o pessoal continua gostando de ser professor, mas você veja: é outro, não tinha nada disso que tem hoje, produção acadêmica, sabe essa coisa horrorosa. A Capes mandando na gente, entendeu? Não tinha nada disso.

Gente, era muito diferente (risos) bons tempos. Não, sinceramente, a coisa piorou e piorou muito. Então, hoje as pessoas estão enlouquecendo. Eu acho, entendeu? Quando eu saí da rede pública, eu falava, gente esse povo está todo mundo doido. Entendeu? Os funcionários querendo bater nos usuários, os usuários querendo bater nos funcionários, sabe assim? E aí vou para uma universidade pública, e os professores estão ficando loucos. Sabe assim? Porque eles têm que produzir, porque eles têm que lecionar na graduação e eles não querem entendeu? E lecionar na pós-graduação isso eles querem, extensão... aí eu tenho que fazer, tenho que fazer esse diabo de extensão então, faz mais ou menos uma farsa, entendeu? De extensão. E o que mais que ele tem que fazer? E pesquisa, que isso eu quero, pelo amor de Deus. Entendeu? Com financiamento.

Então, é uma doideira. Eu não sei onde é que nós vamos parar. E aí a iniciativa privada já tendo entrado em muitas... Por exemplo na USP, você vai na FEA, Politécnica, totalmente privatizadas. Os caras chegaram fazendo curso, que eu sei, dentro da USP. Entendeu? Teve que acho que o Ministério Público entrar nessa história. Aqui nessa universidade o pessoal só quer fazer curso de especialização cobrando. E o conselho universitário diz que é legal.

Porque parece que a lei permite, entendeu? Então é assim, tudo cobrado. Matrícula, lalala..., entendeu? É um absurdo. Cada vez mais privatizado. Então, o grande problema para mim é isso. Entendeu? Aquilo que é público está sendo visto como lixo. O povo que não sabe nada, entendeu? E o que é privado, sabe? Se soubesse teria resolvido os problemas, né, da saúde e da educação. E quando tem eleição o que é? Saúde e educação. E o privado tá com tudo. Você vê essa Anhanguera aí, que tem... sei lá, um milhão de...

Isso resolveu o problema da educação no Brasil? E aí quando você vai ver, os dados que nós temos, outro dia veio uma menina do jornal da Unifesp nos entrevistar. Os dados que nós temos, eu falei, na saúde, olha, ao contrário dos países europeus, onde 70 a 80% do gasto em saúde é público, aqui é 45 público, 55 privado. Num país onde nós não temos uma rede física, pública que ainda precisa se expandir. Lá na Europa já tem. Você vai lá, eles têm grandes hospitais, a população nem cresce tanto, então eles não precisam fazer mais nada de rede física. Eles fazem, né? Parafernália de equipamentos, a formação das pessoas, a rede física está posta, você vai na 'CHU', os Centre Hospitalier Universitaire, tá tudo construído. Eles podem fazer uma reforma aqui, uma reforma ali, colocar uma parede estratosférica ali, mas já tá tudo posto. Você vai na Sorbonne, a rede de educação é aquela coisa monstruosa, Oxford, Cambridge, né? O que que vai mais construir?

Outro dia foi alguém pra lá, disse que tinha um professor tinha um alojamento, um escritório... ficou besta de ver. Eles não precisam construir mais nada, eles já têm. Pode receber um professor estrangeiro, um estudante estrangeiro. Tem tudo posto.

Nós aqui temos tudo invertido. E a maior parte do dinheiro vai para, é do setor privado. E o setor público que precisa construir... é essa coisa acanhada, tá certo? E isso repercute diretamente na vida de quem trabalha. Tá certo? Quando eu tava na Freguesia do Ó, falei: gente, nós um dia aqui, vai ter um... eu não sei o que que vai acontecer. Entendeu? E começa a ter um conflito entre os funcionários, entendeu? E os usuários.

Outro dia teve uma manifestação aí no... inclusive, um negócio gerenciado por uma OS, era o CEJAN, que é uma OS, Organização Social. Então, foi no M'Boi Mirim, foi lá pros lados de Campo Limpo. Os funcionários foram trabalhar de preto, porque eles estavam cansados de ser agredidos pelos usuários.

Aí você vai entrevistar um auxiliar de enfermagem, ela diz: por exemplo, eu até recortei a Folha de São Paulo para mostrar para os estudantes. Nós somos 7, quando nós devemos ser 20. Entendeu? Nós somos dez, quando nós devíamos ser 30, ela falou uma coisa assim. Nós somos 1/3 do que devíamos ser. E aí, a moça nem sabia dizer, mas as tensões aumentam, os usuários devem bater nos funcionários, os funcionários querem bater nos usuários. E um dia sai morte. Está certo? Sai agressão física, é esse nível, entendeu?

Então, quando eu estava na Freguesia, meu Deus do céu, falava: gente, onde é que isso vai parar? Né? E veja, faz 5 anos atrás. Quando já tinha Organização Social em vários lugares. Hoje a cidade está retalhada. Ou as pessoas vão trabalhar nas organizações social de saúde sob o chicote de uma empresa que é privada, ou elas ficaram nem sei bem encantada sei lá onde. Entendeu? Numa situação de precariedade completa. Como é que isso não é vida pessoal, gente? Como é que uma pessoa pode ter vida pessoal trabalhando de um jeito, sabe? Satisfatória? Trabalhando... eu não separo minha profissão do que é pessoal. Né? Por que os alunos falam pra mim, porque isso é profissionalmente importante. O problema como pessoa criatura, entendeu? Você não é um profissional e uma pessoa. Você é a mesma pessoa, entendeu? Você é inteiro. Não tem essa, entendeu? A gente tenta passar essa... não tem essa meu filho, pessoa e profissão não se distingue, você é um só. Então você, acaba tua vida, por que você tá numa situação horrorosa, entendeu? E é isso que nós vivemos na saúde e na educação. E a gente tem que lutar né... sabe, ter tudo. A luta na baixada é uma coisa.... Diadema você ouviu falar né? O povo lá, os estudantes sendo submetidos a um prediozinho que era uma, era um hospital psiquiátrico, que a prefeitura doou pra Unifesp e lá a Virginia fez o laboratório da graduação. Entendeu? É o caos, eu conheço porque lá na Unifesp a gente visitou tudo. Um caos, entendeu? É isso que nós temos.

Cadê o dinheiro? Cadê o dinheiro do MEC? Entendeu? Pra construir um Campus descente em Diadema? Nada. Tá certo? Nós temos lá na baixada o curso de fisioterapia ocupacional e o curso de educação física, terapia ocupacional e o outro é fisioterapia, que precisa de piscina, precisa de quadras, precisa de salas para fazer dança, atividades corporais... É o que nós chamamos de nosso prédio 3. Cadê o dinheiro? Nada.

Os meninos estão na educação física, os nossos meninos entram, uma turma de 50, você vai olhar a turma que se forma. Menos de 30.... Não é possível entendeu? Isso não é descente. Então veja, o Lula expande estratosféricamente essa rede. Por que o Fernando Henrique não fez nada. Zero. Agora... expandiu assim.

Eu posso dizer pra você, você pode até botar aí que eu demonizo, eu acho um demônio, o setor privado um verdadeiro demônio, entendeu? Porque eles só visam, é natural, eles... lucro. Eu vou pedir pro setor privado não ter lucro? Vou pedir pro setor privado ser bonzinho? Eu não sou ingênuo. Eu não posso pedir prum empresário: seja bonzinho. Ele vai à falência se ele for bonzinho.

Tá certo? O que, a competição é feroz entre os empresários. Tanto que você vê essas fusões todas né, os pequenos sumindo. Eu voltei em Paris recentemente, fiquei besta. Porque Paris era uma coisa assim: quando eu saí, só pra você ver como é que o processo de... esse da iniciativa privada e de suas grandes fusões e da financeirização.

Então, isso é uma peste, entendeu? Eu acho. Ou a humanidade acaba com isso ou nós vamos acabar... porque a iniciativa privada tem a sua dinâmica inexorável, entendeu? Ou os empresários obedecem à dinâmica ou eles perecem, entendeu? E pereceremos todos juntos com eles, porque... não tem como. A saúde e a educação viraram essa... olha o transporte. Olha o transporte, privatizando a linha do metro.

Não, eu não sou do setor da educação né, tanto que eu tive dificuldade de dar entrevista para essa moça que veio aqui. Pedi ajuda a outra diretora que é do setor de educação de Guarulhos. Mas na saúde a gente tem esses dados. Você vê claramente entendeu? Como é que vai se desmontando aquilo que é estatal e se vai repassando dinheiro. Tanto que, o que que isso causa nos profissionais. Quando você estava perguntando, a repercussão pessoal? Total. Entendeu? Você pega os nossos estudantes que saem e vão para uma OS, eles falam: se eu abro a boca, eles vão dizer que vocês foram mal criados aqui na Unifesp, porque aqui acha pode falar. Lá na OS vocês não podem. Nos temos estudantes que voltam, nossos egressos, eles falam: eu abri a boca, fui despedido. Entendeu? Porque aqui na Unifesp, lá na baixada, a gente tenta, uma parcela dos professores, note bem. Por que a outra é a parcela do “cala a boca!” (risos) você entendeu? Não vai falar a mesma coisa que falaria pra um menino do ensino fundamental e médio, mas implicitamente é o cala boca. Então, os nossos meninos são mal criados nesse sentido, eles são questionadores. Aí eles saem do emprego, né? Principalmente os que são de esquerda, e se dão mal, por que eles querem questionar. E a OS fala: não meu filho, aqui não, você fica quieto. E nós já temos um menino que tá despedido, está voltando... que é nosso bolsista lá, entendeu? Contando que veio trabalhar aqui na OS.

L – Como você vê que a população absorveu o impacto de 21 anos de ditadura nesse sentido crítico, político?

V – Olha, eu acho que é desastroso por que a população, ela não tem informação. Então, ela vê, por exemplo, um hospital e ela não consegue saber porque é escondido né? A estratégia que os governantes fazem pra transformar a iniciativa privada na grande benfeitora. Então, eu atravessei isso no tempo do PAS, do Maluf. Atravessei numa Organização Social, mas no PAS do Maluf foi bastante assim, pontual.

Então, eu trabalhava como pediatra no Ermelino Matarazzo, está certo? E o PAS, do Maluf, começou. As cooperativas privadas naquela cidade. Ermelino foi a última região. Bom, como eu trabalhava, atendia, sempre atendi muito, um dos funcionários, que já estava cooptado pela cooperativa, chegou e disse pra mim assim: Dra. a Sra. atende tão bem, se a Sra. vier para a cooperativa a Sra. vai ganhar muito dinheiro, por que vai ser pago por produtividade. Eu falei: não, muito obrigado, eu não quero. Tá?

Bom, aí entrou a cooperativa e nos expulsou. Começou a ter... os que ficaram foram pagos por produtividade. Bom, então, como é que o Maluf conseguiu, e depois o Pitta, passar o PAS como uma boa coisa? Por isso que eu te digo: como é que a população vê. Porque ele botou uma fachada lindíssima. A cooperativa contratou umas mocinhas de uniforme, lencinho no pescoço, que ficavam nas recepções, entendeu? Pois não senhora, pois não senhor, pois não isso, pois não aquilo. Né?

Botaram uma equipe que só atendia, que tinha que produzir. Entendeu? Então, nenhuma preocupação com promoção e prevenção. Era assistência de quem já está doente, entendeu? E a população vê aquilo: nossa, que maravilha. Depois a maravilha fez água. Fez

água pela roubalheira, pela corrupção, pela... enfim... uma série de coisas, que mostrou os furos. Mas a primeira parte foi uma coisa de arromba. Tá certo?

As OSs é a mesma coisa. Então, a população não está informada desse deslizamento. Né? E ela vê o que? A cada eleição, o governante da hora ou o candidato e o Alckmin falando: porque as Organizações Sociais, a senhora veja. O senhor que mora no bairro veja como melhorou. Porque é muito mais bonito que eles dão muito mais dinheiro pra Organização Social do que dão pra um hospital que ficou na administração direta. Seja na autarquia hospitalar que é os 11 hospitais municipais que não estão nas OSs estão na autarquia hospitalar.

Então, este contraste, ele é apresentado, e a população, acho que não consegue nem distinguir quem é o governante. Isso aqui é o prefeito? Ou é o governador? Ou é a Dilma? Porque não tem informação para distinguir. Chega tudo embaralhado.

O prefeito tem responsabilidade, mas por que vocês não falam que é Organização Social? Nada! Entendeu? Então, eles ocultam quando é uma organização social que dá uma dessa, entendeu? Ocultam. Fica nas costas do Haddad. Agora, não mostra o que é uma Organização Social. Para o qual ele está repassando, inclusive, mais dinheiro.

É, a culpa é do prefeito. Quando conseguem localizar que é do prefeito. Entendeu? Porque se quer sabem que o Alckmin, por exemplo, não dá dinheiro para as prefeituras. Os prefeitos todos estão revoltados com a secretaria de estado da saúde. Quando você vai entrevistar um secretário municipal de saúde, eles falam: o secretário estadual da saúde não entra com nada aqui, entendeu? Não entra com nada. Dá as vacinas e sustenta seus próprios serviços, por que eles ainda ficaram com hospitais, ficaram com ambulatorios de especialidades, não repassaram nada disso pro município. É essa a contribuição. Entendeu? Agora, como a população vê? Não vê! Se é difícil, ó... pega um professor, colega meu lá na baixada, e pergunta: você sabe o que acontece? Ai Virgínia, me explica isso de Organização Social? Parece um negócio meio complicado né?

Professor universitário da área da Saúde. Não sabe. Todas as vezes quem tem que explicar, sou eu. (risos) o dia em que eu morrer, quem é que vai explicar (risos). E todo mundo, que de certa forma são amigos meus, defendendo essa saúde pública.

L – Você relaciona isso com as políticas da ditadura?

V – Claro... Não podia falar nada, né. (risos) não se podia falar nada. Eu nem sabia que tinha uma ditadura no país, é por que não se podia falar coisa alguma. Porque se tivesse um questionamento da ditadura, público. Eu teria, de alguma maneira, sido informada. Mas o questionamento, que havia, claro, era todo encoberto. Né? É obvio que o povo fica absolutamente a parte de qualquer coisa. Agora, o povo brasileiro... minha mãe que dizia assim: o povo brasileiro é bovino minha filha, é bovino. Minha mãe ficava revoltada. Porque o povo não se revolta, entendeu? A minha mãe dizia isso. Eu não sei o que que essa formação histórica que esse povo tem entendeu? Que o povo... meu ex-marido dizia quando ele viu uma das Coreias fazer manifestação, [ele dizia] “a gente precisava ter uns coreanos aqui para jogar bomba na polícia” (risos).

Aqui, o mês de junho de 2013 foi um acontecimento, porque há quanto tempo as pessoas não se movimentavam dessa maneira, né? Tinha de tudo ali dentro né. Eu fui em duas manifestações lá em Guarulhos, a gente andou lá na Dutra, tinha de tudo um pouco. Mas lá em Guarulhos, pelo menos, a maior parte dos manifestantes eram as pessoas de bairro pobres. Isso ficou claro para nós, entendeu? Com bandeiras dos bairros. Coisas bem pontuais mesmo. Queremos mais não sei o que... escola não sei aonde, sabe assim? (risos) era gente mais pobre lá em Guarulhos.

Aqui eu não sei, em São Paulo, como é que foi. Mas eu acho que, eu não tenho dúvida que a ditadura prejudicou muito nisso e quando a gente faz a análise dos conselhos de saúde, a gente faz... eu tenho até um..., ai gente é um professor lá da PUC, como é que ele chama? Ele é irmão da Ecléa Bosi, como é que ele chama? Mas ele tem outro nome, claro, que o sobrenome dele não é Bosi do marido dela. Aí, como é que ele chama? Eu fui num curso dele, e ele escreveu, ele escreveu uma coisa sobre essa questão, é... ele tava tentando identificar isso: os motivos da fragilidade da participação no Brasil.

Então ele diz que os períodos de ditadura que foram enfrentados por Getúlio Vargas e tudo o mais, né? Ele coloca isso e uma outra coisa que ele coloca é a coisa da pouca formação política e, inclusive, de militantes. O MEP fazia a gente estudar muito, né? Tanto que a gente estudava, Estado e a Revolução, Programa de Gotha, Manifesto Comunista... A gente tentava estudar. Mas, esse professor, como é mesmo que chama o irmão da Ecléa eu não vou lembrar. Uma das coisas que ele localiza é isso, né? Primeiro a formação política do povo, que não tem. E dos próprios militantes, que não tem. Entendeu? Que não tem. Nunca estudaram nada. Não tô dizendo que o estudo ia... ah não, e se a gente tivesse estudado. Não. Mas o estudo, o estudo, junto com a prática, quem sabe produz alguma coisa melhor, né?

É, então... então, é danado. E depois disso, aí você pega toda essa questão do neoliberalismo, com esse triunfo ideológico que ele teve de dizer que o Estado não presta, né? Que o Estado é corrupto, é gastador, é monstruoso. E ele é tudo isso mesmo, né? Mas como diz Noam Chomsky: a única proteção que hoje a população pobre tem contra a iniciativa privada, contraditoriamente. O Noam Chomsky, é óbvio ele é um anarquista... Eu estava vendo outro dia uma entrevista dele, e ele dizendo isso: eu sou anarquista, mas eu tenho que dizer isso, ele falando: o Estado é a única proteção que as parcelas pobres da população têm contra a iniciativa privada, que é predadora. São predadores, ele disse assim. Não são nada mais do que predadores. Está certo? E é isso o que eu acho. Entendeu?

Agora, isso tudo tá oculto, por que ideologicamente é isso mesmo né. Ficou oculto, que a iniciativa privada fica parecendo “aquilo que é dinâmico”, “aquilo que vai trazer o bem estar”, “aquilo que vai te assegurar o progresso”. E ao mesmo tempo, que ela é causadora de progresso, porque ela precisa ser, de progresso técnico e científico, ela é predadora.

E o que que vai prevalecer eu não sei, né? Porque acho que nos vamos todos morrer antes disso, vão acabar com tudo...

L - Eu queria te perguntar: tem algum nome que você gostaria que usasse para identificar ou não identificar você?

V – Eu não, acho que pode ser meu nome mesmo. Eu que sou a Virgínia não vou reclamar (risos) não fui eu viu? Eu não, não tem problema nenhum. Nenhum, nenhum mesmo.

L – Ah, legal. Tem mais alguma coisa que você gostaria de acrescentar Virgínia?

V – (risos) eu acho que teremos muitas né. Mas o problema é que realmente as meninas já devem estar me esperando lá no pátio...

Entrevista com Shoshana e Luiz Carlos

São Paulo, 2015.

Shoshana: eu não acho q seja obra da ditadura. Eu acho que é alguma coisa do Brasil, do brasileiro.

Luiz C: Haja visto a participação do Brasil na operação Condor. O Brasil foi o líder da operação, foi o braço que gerou golpes no Uruguai, gerou golpes na Argentina; foi um dos principal articulador, lógico junto com a CIA do golpe no Chile. Foi o primeiro, o mais bem montado.

Shoshana: Ok Luiz. Eu não estou querendo excluir isso. O que eu quero dizer é que a ditadura não fez isso sozinha. Ela conseguiu, ela se aliou com os empresários, tinha a marcha da família. Isso é o povo. Não foi a ditadura que fez uma lavagem cerebral. Não. Isso é uma coisa que brotou.

Sei lá, eu fico pensando na Dinamarca e na França frente ao nazismo. A colaboração na França foi... teve a resistência francesa, mas teve muitos colaboracionistas, enviaram judeus para campos de concentração na França. Na Dinamarca, o rei e a rainha colocaram uma bráideira com a Estrela de David. Teve uma outra postura na Dinamarca. O povo. É uma coisa de cultura, não sei. Não sei dizer. Acho que é uma coisa de psicologia, o que leva um povo a colaborar tão facilmente. Sei lá, com o nazismo, com a ditadura. Fazer os empresários colaborarem tão facilmente, se unirem, né?

Luis J: foram os mais beneficiados, né?

Luiz C: Foram. Promoveram o fechamento do mercado tecnológico, com as restrições. Eles usufruíram economicamente diretamente disso...

Shoshana. Para mim, é mais rico pensar, não numa ditadura super eficiente e super competente, mas pensar numa coisa mais ampla. Um povo propício. Uma elite propícia as tudo que aconteceu.

Luis J: Tem uma questão que aqui no Brasil, além da participação dos empresários, direta, pela história mesmo de vocês que também teve uma participação judiciária de um modo muito ativo. Uma convivência muito grande, uma aproximação muito grande dos civis, do judiciário com os militares né? Que de certa forma corroborava para que aquilo tivesse um peso, seja naqueles julgamentos todos armados, enfim, essa convivência teria dado também uma sustentação maior inclusive para o país não ter tido uma "necessidade" de uma execução em massa como tinha na Argentina, no Chile. Porque tinha todo esse aparato estrutural né?

Shoshana: É, o Chile que enchia o balde.

Luis J: É na operação Condor, como você disse, o Brasil foi exportador de técnicas de tortura, né.

Luiz C: Então, essa estrutura jurídica é fortemente baseada nas escolas de Direito. No nosso caso, mais próximo, a São Francisco, né? Miguel Reale foi o expoente máximo da legitimidade jurídica dos Atos Institucionais, que é um absurdo!

Shoshana: Que pena que o Gabriel, irmão da Ju, podia falar um pouquinho, porque ele é recém formado na São Francisco e ele é de direita... Quem sai aos seus não degenera! (risos)

Mas, eu lembro daquela época, a gente se formou na USP em 72, então a gente entrou em 68 e se formou em 72 na Poli. Ele se formou em Física e eu me formei na Poli. E a Poli fervia, não a massa dos alunos, mas tinha uma minoria lá que fervia. As Letras nem se fala,

ECA. Mas eu não me lembro de Direito nessa efervescência e nem na Faculdade de Medicina, que além de serem distantes fisicamente, eu não sei se teve.

Luiz C: Era uma das cedes do CCC, né? Que era do Mackenzie mas tinha um braço na SanFran. Era de Direito.

Shoshana: É, a Faculdade de Direito ela fábrica a elite dirigente, né? o judiciário...

Luiz C: E tão forte e tão bom que o chamado Entulho Autoritário na nossa legislação está aí até hoje, está aí. A nossa polícia é fruto disso; essa violência toda, é coisa da ditadura. Nitidamente.

Shoshana: É, mas a ditadura entendida de uma forma mais ampla. Eu acho pobre você dizer que essa competência é do Golberi, é do Castello Branco, é do Figueiredo. Quer dizer, que era uma competência deles...

Luiz C: Não, a ditadura ela não se restringe às pessoas. A ditadura é um contexto político, ideológico, um acordo feito entre classes sociais e tem inclusive um forte... forte ou total domínio e liderança da CIA dos Estados Unidos. A CIA estava direto aqui. O Fleury, quando montou a Operação Bandeirantes ele fez os treinos nos Estados Unidos. Agora, a Operação Bandeirantes era uma coisa ilegal, do ponto de vista.... Era uma política de Estado, mas era totalmente sustentada pela iniciativa privada. Totalmente sem um centavo do Estado. Além, obviamente do quartel, as instalações eram do Estado, mas o custo dela era caixa 2.

Shoshana: Bem, até hoje. E continua com caixa 2, né?

Luiz C: E organizado por esse cara da Ultragaz aí, o Boilesen. Ele era um psicopata total. Não tem outro termo pra ele. Ele pessoalmente ia lá todo dia para ver a estrutura, essa maquininha de choque ele trouxe de um país de fora, não sei daonde. Foi introduzida por ele. Ia lá ver como torturava... Aliás, tem um filme interessante lá em casa, Cidadão Boilesen, muito interessante. Aquelas coisas pesadas que você não gosta de ver.

Shoshana: É, eu sou estilo avestruz, quando tá muito pesado, eu prefiro botar a cabeça na areia. Eu já tive a minha quota né, quando eu estou no carro, eu boto a rádio USP, que toca MPB, fica nas notícias, nessa putaria de depressão.

Luiz C: Eu acho... pelo que eu entendi, o Estadão entrou nessa. Nem o Estadão nem o Mindlin da Metal Leve. O Mindlin, pra mim está claro... o Estadão, nesse sentido...

Shoshana: Eles que começaram com a receita de bolo, eles que começaram. [...]

[Não consigo] Imaginar eles na oposição. Eu acho que tanto é uma ideia generalizada que o Luiz C trouxe isso de que o Estadão não foi tanto, como uma novidade. Isso aqui para mim é uma novidade. Porque pra mim o Estadão é totalmente conivente. Eu acho que aqueles que não participaram diretamente com fundos etc etc, participaram por omissão eu acho. Por deixar fazer vista grossa. Deixar o serviço sujo pra eles. Para Oban... Eram poucos aqueles que tinham peito de peitar, né? Nesse aspecto, assim, eu particularmente sou judia, e me lembrei agora o exemplo do Sobel, que depois ele, tadinho, manchou a história dele com o lance das gravatas. Não sei se vocês lembram.

O Sobel é um rabino da comunidade judaica e nem é dos mais liberais. Ele é assim, centro, nem ortodoxo, mas também não é... é democrata. É, a gente ficou sabendo o tanto que ele era democrata nesse incidente. O Vladimir Herzog, que é o jornalista que foi preso e se “enforcou” na cadeia, nos porões da ditadura; e no judaísmo, os suicidas não podem ser enterrados no cemitério principal. Eles tem que ser enterrados na periferia, é uma vergonha. E o Sobel peitou enterrar o Vladimir Herzog num lugar normal, então... dando um recado de que ele não acreditou no laudo... na versão oficial que foi de suicídio. Aliás, tem essa questão

toda do Chibata, Harry Chibata que é médico legista que assinava os laudos de suicídio e essas coisas todas, essa coisa horrorosa...

Só que só completando a mancha, acho que foi um marco. A vida dele, a biografia dele foi uma coisa maravilhosa, mas aí ele foi para os Estados Unidos... ele é americano. E lá ele foi preso porque pegaram ele roubando umas gravatas. Nossa, repercutiu pra caramba... Mas é que um cara, que é uma figura que o trabalho dele, o material é ética, ele ser pego desse jeito repercute mesmo. Mas é uma pena porque ele tem esse brilho. Junto com Paulo Evaristo Arns, né? [...]

Mas eu lembrei desse incidente [Iara Iavelberg] porque os pouquinhos que botavam a cabecinha pra fora para falar “não”, era uma coisa memorável. Essa coisa do Sobel... porque ninguém botava a cabeça pra fora aqui no Brasil. As pessoas gritavam clandestinamente.

Luiz C: As pessoas colocavam a cabeça pra fora e cortavam a cabeça... Sobel, Paulo Evaristo Arns foram expoentes disto e todos os militantes que morreram.

Luis J: Sobre a transição, muito controlada. Havia alguma sensação de que a qualquer momento os militares poderiam voltar? Vocês lembram desse período?

Luiz C: Sim, porque os militares seguraram no Congresso. As Diretas Já, era uma proposta de Emenda Constitucional pra estabelecer a eleição em 1984 como direta, a primeira. E o movimento todo popular era justamente para que os deputados votassem a favor da eleição direta para presidente e os militares seguraram. E transformaram numa eleição indireta, que foi quando foi eleito o Tancredo e o Sarney. O Sarney como vice do Tancredo, né?

E a partir daí foi considerado o fim da ditadura foi considerado aí. Mas não foi verdade, né? Em 1984, o Tancredo. Mas depois o Tancredo morreu... meio... a história daqui há alguns anos vai dizer o que aconteceu com ele... foi um azar do país, mesmo? (risos) Enfim, aí o Sarney ganhou o título de Presidente da República. O primeiro presidente eleito indiretamente. Quer dizer, ele não foi eleito, quem foi eleito foi o Tancredo... E se instalou no poder em 1984 e saiu agora em 2013... agora, 2014... 30 anos... 84 a 14... 30 anos.

Shoshana: Eu não tenho uma participação tão direta nesses acontecimentos todos. Eu fui assim mais área de influência do que tive participação. O Luiz teve uma participação direta, militou em partido clandestino, e eu não. Eu fui mais... simpatizante, área de influência... simpatizante, mas não... não li muito sobre política, me envolvi mais emocionalmente, então não tenho muita bagagem teórica nesse departamento.

O que eu tenho é uma sensação assim, de aqui no Brasil, realmente ser um país cucaracha, no sentido de que as instituições são frágeis. Agora acho que estão ficando mais, assim, talvez a ponto da Dilma estar com uma baixa total e talvez não haja impeachment e talvez consiga ser levado porque ela foi eleita. Não, aqui no Brasil eu acho que as instituições são frágeis mesmo.

Eu acho que nos Estados Unidos as instituições são mais sólidas. Acho que o povo vê as instituições de uma forma mais sólida. Não que eles não tenham os mecanismos deles de sabotar as coisas lá, mas... no meu meio, meio médico, meus colegas, nossa, quantos e quantos. Agora deu uma amainada... aplainada, mas quantos e quantos não falaram que os militares tem que intervir mesmo e acabar com essa putaria e então eu acho que é uma coisa... por isso que eu chão que não é que a ditadura foi só competente, acho que é alguma coisa que permeia o povo, não sei se o povo... assim, espera sempre soluções paternalistas de quem vai resolver o problema.

Luiz C: Mas controlar a cabeça do povo é a maior competência que tem. Você fazer o povo a imagem e semelhança de uma estrutura de poder.

Shoshana: Mas não é a ditadura que fez. Eu acho que acho cabeça foi construindo de forma que o povo fica com a mente paternalista, fica querendo um salvador. “Não tá certo por aqui, então vamos trocar”...

Luiz C: Mas não é só aqui. O Franco não foi ditador na Espanha só porque ele era bom. O Salazar não foi ditador em Portugal só porque ele era bom.

Shoshana: É, o Hitler também. Foi ditador...

Luiz C: Não é falta de cultura, porque o alemão propriamente não é um cara sem cultura.... tem um livro que saiu agora sobre a história da AP de um jornalista chamado Otto Filgueiras, é um bom trabalho. Eu tenho o livro, chama-se Os Cidadãos sem Rosto... é um livro bom, tem um segundo volume... se quiser entrevistá-lo, ele tem muita informação... o foco dele é a AP, APML... o mesmo partido que eu militei e que foi o maior partido de esquerda que existiu... quer dizer, fora o Partido Comunista, histórico... acho que foi maior que o PCdoB, que é uma dissidência do velho Partidão... mas a AP foi um partido... a origem dela você deve conhecer o movimento de esquerda cristão... católico, teologia da libertação. E ele era um militante, jornalista. E ele fez uma pesquisa muito detalhada... eu não li o livro dele ainda... quem leu disse que ele não é um escritor exímio, mas disse que é de uma precisão de detalhes muito incrível... [...]

L. Você já estava ligado à AP nessa época?

Luis C.: Sim... desde 67... em 67 eu tava no cursinho, eu na verdade, tenho uma origem católica e a minha formação foi através da ação católica, dos movimentos que surgiram lá a partir do Conselho do Vaticano II. Em 62, que era o JOC (Juventude Operacional Católica), JUC (Juventude Universitária Católica), a JEC que era a Juventude Estudantil Católica. Eu fui da JEC, depois da JUC e depois da AP. Uma trajetória, mais ou menos assim, normal... (risos)

E a AP ela teve uma participação nessa época, na década de 60 muito forte no movimento estudantil. Um nome muito conhecido é o Honestino Guimarães. Ele foi presidente da UNE a partir de 66 ou 67. Até o golpe de 64 a UNE tinha uma atividade política muito grande no Brasil. E em 64 ela foi proscrita e teve movimento de reorganização da UNE a partir de 66, 67. E o Honestino foi o primeiro... o Honestino era da UNB... foi o primeiro presidente da UNE pós-reorganização.

O Serra cresceu politicamente antes da ditadura, em 62, 63 porque ele foi o presidente da UNE durante o golpe de 64 e ele fez um discurso... o Serra a gente sabe hoje em dia que nunca foi muito de esquerda não... e ele fez um discurso na época no Rio de Janeiro, na época do Jango, em nome da UNE pelas reformas de base, aquelas coisas todas, que acabaram justificando a derrubada do Jango. Mas em nome da AP, ele era da AP, mas a AP ainda católica. [...] O Otto Filgueira procura ser historiador, né? É importante conhecer a história, né?

Shoshana: Então em relação a esse comportamental talvez eu tenha um depoimento pessoas que talvez tenha a ver com comportamento, que acho que foi como eu me liguei a essa “tchurma”. Eu estava na Poli, eu era bem travada, com uma educação super conservadora... em 68, virgem, época de liberação sexual e essa turma era uma turma que além dessas aspirações políticas de liberdade, juntava essa questão libertária... liberação sexual, liberação geral, de costumes.

E eu acabei me unindo ao Honestino Guimarães, fui companheira dele, até ele morrer; ele foi preso em 1973, ele era da AP e tinha uma vida clandestina porque era jurado de morte. Era daqueles que se fossem pegos... seriam eliminados, como foi. Mas ele teve oportunidades de ir embora do Brasil mas não quis ir, ele achava que ele tinha um papel e se ele fosse embora a AP já estava desintegrando. Ele achava que ia desintegrar mais rápido. Isso daqui foi em 73. A gente foi companheiro de 71 até 73. E na época que ele foi morto a gente estava no Rio de Janeiro. Eu me formei na engenharia em 72, depois é que eu fui fazer medicina.

Luiz C: Bom, isso era uma característica. Ela era Politécnica e eu era Politécnico. Nós dois entramos na mesma turma em 1968. Aí eu conheci ela no primeiro ano, ela me achava um babaca, (risos) mas aí o mundo deu voltas... e já faz 40 anos que estamos juntos.

Shoshana: Ele era daqueles que entrava na classe para falar de passeata, barbudo. Era um 68 típico. Mas o que me atraiu no Honestino, a gente chamava ele de Gui, e eu acho que esse movimento tinha... era essa coisa libertária e ele era a reunião de tudo isso. E eu conheci Reich com ele... a gente leu Reich juntos. Ele tinha amigos e não era que nem o Luiz era naquela época. O Luiz era muito quadrado, muito revolucionário, desprezando a pequena burguesia, ele não... Ele era de olhar o ser humano, ele tinha amigos em tudo quanto era classe social... e tinha essa questão sexual, de libertação sexual e de todas as libertações...

Luis J: Você se sentia alguma ameaça nesse período em que vivia com ele?

Shoshana: Eu me senti muito ameaçada, porque a gente viveu juntos no ano de 73 até outubro quando ele foi preso e eu tinha uma vida legal. Eu me formei engenheira, fui para o Rio de Janeiro, por causa dele, porque eu não ficava conhecendo dos detalhes da vida política dele... ele preservava também para não me envolver e ao mesmo tempo eu fornecia pra ele uma infraestrutura... de grana, de apartamento, uma base de vida.

E então tinha essa questão de: "Eu tinha um vida legal e ele tinha uma vida clandestina". Então ninguém sabia aonde a gente morava, a gente não tinha uma vida social, mas era uma coisa maravilhosa... uma coisa assim, pessoalmente, a vida com ele foi muito rica, eu cresci bastante como pessoa...

Luis J: Não deixava de ser clandestina?

Shoshana: É, não deixava de ser clandestina... Tinha uma parte clandestina.

Juliana (filha): Tanto que recentemente ele teve o nome envolvido na Comissão da Verdade, conseguiu algumas coisas e a família conseguiu. E os nomes que apareceram relacionados a ele, é da ex-mulher, não tem nada a ver com o nome dela... e da filha que ele tinha... que aliás, chama Juliana... (risos)

Shoshana: Eu chamei ela de Juliana de em homenagem a filha dele, que era Juliana. E que agora deve ter uns 45 anos, eu acho... Foi bem cuidado [para não ter o nome relacionado]. Nós éramos companheiros numa vida clandestina, e aí depois ele foi preso e eu fui daquelas que não pus a minha cabeça pra fora. Ele deixou um texto que ele chamava de Habeas Corpus, que se ele sumisse, para eu tentar espalhar, e eu tentei espalhar. Espalhei, voltei pra São Paulo, entreguei o texto para quem eu sabia que poderia... E depois enfiei minha cabeça de novo...

Luis J: Em nenhum momento naquela época você foi associada a ele?

Shoshana: Então, eu fiquei algum tempo na insegurança, sem saber se eles sabiam de mim ou não. Mas como não aconteceu nada comigo, eu concluí depois que não, que de alguma forma eles não tinham chegado até mim.

Deu tempo de tirar...Foi uma pena. Ele tinha uma produção escrita enorme, de economia, eu lembro que ele falava muito de dívida externa, de várias coisas que eu passei a ouvir décadas depois. Ele já se preocupava naquela época e escrevia. Ele escrevia muito. Aí eu esvaziei e entreguei todo material para a turma deles, para AP, dirigentes lá da AP, que parece que guardou num lugar que tudo se perdeu numa enchente. E eu consegui esvaziar o apartamento, eu consegui terminar minha vida no Rio de Janeiro e voltar para São Paulo, sem que... Mas toda vez que eu ia lá eu ficava... antes de entrar eu olhava aqui e ali, para ver se tinha alguma coisa suspeita, porque realmente eu não sabia...

Luis J: Você lembra quanto tempo você ainda ficou com essa sensação de que você estava em risco?

Shoshana: Eu não lembro quanto tempo. Mas é uma fase que me perturba. Hoje eu estou falando nisso de uma forma surpreendentemente tranquila. O Otto [Filgueiras], por exemplo... tadinho ele foi lá pra casa me entrevistar, [...] mas eu travei, eu não consegui falar com ele. Aqui eu estou falando porque eu estou me sentindo entre amigos e estou realmente relaxada, mas com ele, você vai ver o jeito seco dele. Realmente de entrevistador profissional. E aí eu travei, não consegui falar. Tadinho, ele até insistiu várias vezes, disse eu era importante o meu depoimento pro livro dele...

Luiz C: Porque quando ele desapareceu, e ele é um desaparecido até hoje, ele morava com ela, morava com ela...

Juliana: Oficialmente agora ele é dado como morto pela ditadura, mas isso é do ano passado, esse ano.

Luiz C: Foi muito forte, do ponto de vista psicológico é fortíssimo pra ela até hoje.

Shoshana: E a sensação minha... Eu era da área de influência, era simpatizante, mas eu não estava preparada para eu ser uma militante. Eu não tinha um grau de desprendimento que o Gui tinha. O Gui ele teve oportunidade de sair do Brasil e não saiu por opção.

Luiz C: Ele fez uma carta aos brasileiros...

Shoshana: É esse Habeas Corpus. Na hora que sumisse, se essa carta fosse divulgada, ele achava que poderia preservar a vida dele... se fosse ampla divulgação, que talvez eles não tivessem coragem de matar ele se essa carta fosse divulgada. Por isso que chamava de habeas corpus...

Luiz C: Mas em 73 era o período Médici, foi o período mais sangrento, mais violento, mais fechado da ditadura militar. Que foi quando eles dizimaram quase a totalidade das organizações de esquerda. Até o final do Médici, até o comecinho do Geisel. O Geisel já começou a chamada distensão lenta e gradual.

Juliana: Quando a Lôla⁴² morreu?

Luiz C: Foi em 71. Foi nessa onda aí... pra mim sempre foi Lóla, mas na militância falam Lôla... (risos) Lóla, apelido familiar...

Juliana: Você terminou do Gui?

Shoshana: Eu acho que sim... Eu não tinha esse desprendimento, eu era muito medrosa, eu me envolvi com ele por toda essa questão libertária, não foi por uma opção política de transformação do Brasil. Foi uma opção pessoal...

Luiz C: E do ponto de vista da revolução de costumes, a questão da mulher, a questão da liberdade sexual, a questão da família. A AP acho que foi um dos partidos mais revolucionários que teve. Muito mais do que os partidos. Por exemplo, a Lóla era uma libertária, mas ela, mas ela estava dentro de uma opção armada. A AP não fez a opção pela luta armada do mesmo tipo... Fez, mas num outro contexto, num outro caminho. E a Lóla que era da ALN, era desse chamado pessoal foquista, era um pessoal que achava que as operações

⁴² Aurora Furtado.

armadas tinham que acontecer imediatamente. A AP não. Era mais o modelo do Mao Tsé Tung, luta popular... prolongada, com forte base no campo, na cidade, mais operária. Mas o pessoal do foco, que era o pessoal da Lóla, achava que era justamente os grupinhos fechados, que iam roubar bancos, que iam fazer as operações de rapto de embaixador e isso é que ia atrair e polarizar a revolta popular. E então nesse sentido eu e a Lóla éramos antagonistas.

Luis J: E você tinha muito contato com ela?

Luiz C: Então, eu tinha contato familiar. Quando ela fez... a Lóla deve ser de 46... A Lenita é de 47, minha irmã mais velha... enfim... dois anos, três anos mais velha. Ela entrou na Universidade antes de mim. Quando ela estava no primeiro ano de psicologia, eu era um fedelho de 15 anos de idade fazendo o primeiro colegial. Caipira e morando no interior.

Juliana: Você tinha acabado de voltar dos Estados Unidos?

Luiz C: Não, eu não tinha nem ido ainda.

Luis J: Em que ano isso?

Luiz C: Isso foi em 1966. Eu entrei em 68. Ela entrou acho que em 66 na psicologia. Foi 66 ou 7...

Luis J: Luiz, nessa época, 66-67, você já acompanhava política?

Luiz C: Em 66... aliás, em agosto de 65, eu... no primeiro semestre de 65, eu estava no primeiro ano do colegial, que naquela época chamava curso científico... no interior, Adamantina. E nessa época, eu era da JEC. E tinha esse espírito meio missionário. Era muito influenciado por uma freira que tinha lá na minha cidade, e a freira achava que eu tinha vocação para ser padre. E no final de 64, começo de 65, eu fui e me matriculei no seminário. Só que simultaneamente eu fiz um exame pra concorrer a uma bolsa de estudos pra ficar 1 ano nos Estados Unidos. E... em janeiro, fevereiro de 65, eu não tinha ainda o resultado desse exame e tava indo para o seminário, que tava matriculado. Aí no dia que eu tava no interior, não tinha nem televisão naquela época na minha casa, eu estava com a mala arrumada, entrando no carro do meu pai pra me levar para a estação para ir para o seminário. Eu pensei: "Eu acho que eu vou para os Estados Unidos". (risos)

No começo de 65, eu tinha 16 anos. Fiz em 16 de novembro de 64... Aí eu falei: "Quer saber de uma coisa, vou esperar, se eu ganhar a bolsa dos Estados Unidos, eu vou para os Estados Unidos e depois volto e vou para o seminário. Se não, vou depois". Foi dito e feito. De qualquer modo, ganhei a bolsa pros Estados Unidos. Em agosto eu fui para os Estados Unidos, fiquei 1 ano lá.

Aí, como diz a música do Milton Nascimento: "Quando volta já é outro!", voltei outro. Aí desisti do seminário e vim e me juntei à JUC e vim aqui pra São Paulo, fazer cursinho e tal. E participava das reuniões da JUC. Só que em 67, era movido à efervescência total. Foi quando a AP se transformou em Marxista-Leninista, quando a JUC tava se radicalizando, quando a ditadura estava se radicalizando. Então quer dizer, nessa época, que eu morava em Adamantina, em 64, eu fui um adepto da ditadura. Eu apoiei a derrubada do Jango...

Shoshana: Essa viagem para os Estados Unidos do Luiz foi uma coisa que... foi tão importante na vida dele que eu não aguento mais ouvir falar nela! (risos) Ele fala muito nela... é antes da viagem... depois da viagem... na vida dele.

O que ele mostra é que como os Estados Unidos era a nossa metrópole mesmo, para tudo. Agora eu acho que as nossas metrópoles estão mais pulverizadas, o meu filho quer viajar pra fora, quer ir para Londres, eu vejo filhos de amigos indo para a Espanha, Austrália, Nova Zelândia. Eu acho que o mundo agora ampliou para os jovens. Naquela época, era os

Estados Unidos. Então ele ter conseguido ir para o máximo, pro máximo que existia na época...

Luis J: É interessante ir para os Estados Unidos em não endireitar mais ainda mais no sentido político.

Luiz C: Então, na minha cabeça, funciona assim. Boa porte do pessoal que foi comigo... eram grandes os grupos que iam... tinham 220... American Fields. E o objetivo do American Fields era fazer cabeças americanófilas totais... angariar adeptos que iam pras suas terras e iam fazer propaganda do American Way of Life...

Mas na minha cabeça a coisa funcionava assim. Primeiro, foi um exercício de democracia. Eu vivi 1 ano numa democracia... com todas as limitações da democracia, mas tinha. E eu era muito nacionalista. Aí eu voltei com o espírito de que eu quero que o Brasil tenha o que os Estados Unidos tem: crescimento, de educação, de democracia... Eu vim com esse espírito pra cá. Sendo que, surpreendentemente, eu saí daqui na metade do segundo ano colegial. Saí em agosto de 65, fiz o primeiro colegial, o segundo e fui lá fazer o terceiro, High School. Tanto que o meu diploma de colegial é americano, não fiz o colegial tradicional. Mas eu me destacava. Em termos de conhecimento, eu me destacava dos alunos do terceiro colegial de lá. Em termos de formação de acúmulo cultural, de conteúdo, o nosso colegial era mais forte do que o deles.

Shoshana: O nosso colegial não. Naquela época, a educação era assim. Os colégios públicos eram super restritos, com uma educação de alto nível. Colégio público era de alto nível e super restrito. Tinha vestibulinho, a gente tinha que fazer exame para entrar. Os colégios particulares eram pros repetentes, praquelles que queriam passar sem nota. A educação ela universalizou e o nível caiu... aí o nível foi lá pra sola do pé.

Luiz C: A partir do acordo MEC-USAID em 1964. Mas olha, eu saí daqui em meados de 65, e voltei em meados de 66. Em meados de 65 a ditadura ainda era novinha, ainda era Castello Branco, ela era mais light.

Em 66, teve uma grande ampliação do movimento estudantil... passeatas e 66, 67, 68 as coisas foram crescendo. Aí quando eu cheguei aqui eu vim pra São Paulo fazer cursinho e me deparei com a polícia batendo em estudante. E eu fiquei indignado. Mas que diabo... Eu me senti agredido pela polícia... aí rompi eu com a ditadura... por isso rompi com a ditadura. Foi o contraste da tal da democracia. E aí junto com a JUC eu fui participando de reuniões e tal. Aí o pessoal da AP se aproximou, aí eu deixei de ser um cara de direita e passei a ser de esquerda. Se eu não tivesse ido pros EUA, talvez eu tivesse sido padre. Aí seria outra história... o que teria sido de mim, não sei...

Então isso foi marcante, foi uma virada e, para mim, a virada... eu vivi nos Estados Unidos, eu vivi um movimento de renovação de costumes, a libertação sexual nos Estados Unidos tava em pleno curso quando eu fui lá. E eu era um cara absolutamente carola, travado, tímido e pudico. Era um cara moralista. Aí cheguei lá e fui pervertido.(risos). Assediado... chegaram pra mim e disseram “Você não é um Latin Lover?”... eu não sabia nem o que era isso. (risos)

Do ponto de vista psicológico, isso pra mim foi uma libertação. Moralista... moralista assim... de estar engajado, junto com meus amigos lá em Adamantina, de tirar meus amigos do puteiro... “Não pode frequentar prostitutas... vocês tem que ser castos, castidade é importante, sexo só no casamento...”. Eu era ativista desse tipo... eu ia à igreja quase todos os dias, ia à igreja todos os dias...

Shoshana: E quando ele mudou o objeto da radicalidade ele continuou radical do mesmo jeito! Do mesmo jeito... Por isso eu achava ele muito chato.

Luiz C: Eu mudei de bíblia (risos)! Eu demorei muito pra entender isso. Muita terapia... A minha adesão ao movimento de esquerda era uma adesão religiosa. Eu não tenho nenhuma dúvida disso. Como era, em grande parte, com meus colegas. [...]

Que foi o que perverteu os estudantes ali. A AP era um bando de católicos, que nem eu. Que nem eu... Que de repente começou. Então a Woodstock em 68 nos Estados Unidos. Eu vivi isso antes, em 66.

É, eu cheguei e teve um tempo de adaptação. Tem um outro marco também. Eu estava no primeiro ano da faculdade da Poli... Aí participava das reuniões da JUC, que há estava tomada pelos APdeutas, por esse pessoal da esquerda. Mas na Poli tinha um padre que era professor da Poli, Jean Talpe (?) que era um cara ativista de esquerda. Que participava do movimento operário em Osasco e foi preso e foi deportado, francês.

Aí a gente teve um encontro, foi mais ou menos em abril de 68, num colégio de padres lá no Jaçanã, que era o encontro da JUC. E esses encontros tipo de dia inteiro. Aí, papo vai, papo vem, tem uma reunião final e aí estava o Jean Talpe (?) conversando lá, um outro professor meu. E a primeira coisa que ele fala, que fez assim “tum” na minha cara, ele diz assim, com sotaque francês: “Olha, eu estou convencido que a medida que a ciência e a tecnologia avançam, vai ficando cada vez mais difícil acreditar em Deus”. Um padre falando isso!

Ele era um ativista político forte, não era só acadêmico não... ele era engajado, eu acho que ele era da turma dos beneditinos... dos dominicanos, dos dominicanos... que foi a parte da igreja que... formavam uma ordem mais de esquerda da época, com Frei beto, Frei Tito... E aí no final da reunião, faz aquela rodada de avaliação, né? Aí eu comecei a falar, olhei bem pra todo mundo e falei: “Bem pessoal, se eu for levar em conta tudo o que ouvi aqui, tudo o que vocês me falaram, eu vou ter que destruir uma vida de 18 anos”. Aí a resposta foi quase unânime: “Acho bom mesmo!” Aí fudeu! (risos). Foi assim, aí começou minha vida de esquerda. Que era a época.. Era a pedida, rra a pegada na época... A revolta que hoje em dia é muito na base da droga, antes era assim. [...] mas tá tendo uma retomada...

Shoshana: Eu vejo nos filhos dos amigos. A gente acaba ficando amigo dos semelhantes. Então os nossos amigos mais queridos são de esquerda. E os filhos são todos boa gente... boa gente... que nem eu acho que é a Ju, são meus filhos... Mas de esquerda, com uma militância, são muito poucos hoje em dia... mas para ser filhos de militante daquela época?!? Talvez só de a gente ter criado filho boa gente, talvez já seja uma grande coisa...

Juliana: A Lóla teve alguma coisa a ver?

Luiz C: A Lola era uma referência. Antes de eu mudar, ela era uma “safada”... “Comunista” e tal. Essa era a fama dela na família Furtado, que é uma família extremamente conservadora. Extremamente conservadora... toda até hoje.

É uma família paulista, grande parte paulistana de longa data, e o meu avô, pai do meu pai ele era um baiano, mas da aristocracia na época. Nasceu em 1884, se não me engano... Ele veio pra São Paulo... imagina, um cara de Salvador, da virada do século 20, que conseguiu vir de Salvador para estudar na Escola de Direito do Largo São Francisco. Era elite da elite o meu avô. Mas era aquela velha aristocracia da velha República. Que decaiu com a velha República. Ele era fazendeiro do interior, teve 11 filhos, mas ele não conseguiu dar uma formação universitária pros filhos. Teve 1 ou 2 dos 11. Meu pai era o segundo mais novo. E o pai da Lola era 2 irmãos mais velhos de baixo pra cima. Tio Carlinhos era o mais novo, meu pai, aí tinha o tio Paulo e o Tio Mauro. O tio Mauro é o pai da Lóla.

E meu pai era um cara marcado pela Revolução de 1932. O meu avô era um adepto de paulista anti-getulista que perdeu a fortuna que tinha porque deu pra Revolução de 1932. Nada mais conservador que isso, né? Mas meu pai, tudo isso que eu falo dos Estados Unidos, ele falava da Revolução de 1932. Ele era de 1920, em 32 tinha 12 anos. Ele teve irmãos mais velhos que lutaram na Revolução de 1932 por São Paulo. E a família, imagina... E de repente a Lóla e a Lais, que é mais velha. Primeiro a Lais e depois a Lóla. A Lais é irmã da Lolá, que

conseguiu não se assassinar. A Lais é jornalista.... E a Lóla estava na Universidade e era faladíssima na família.... como ovelha negra.

E quando eu entrei na Poli, a Lais e a Lóla mudaram da água para o vinho. Mas aí a Lóla já estava muito... muito engajada. Em 68 eu estava no primeiro ano e a Lóla estava na psicologia em 68. Mas ela se tornou clandestina em 69. Aí eu já não via mais. Ela fazia psicologia, eu era da Poli... Eu ainda era visto como um molequinho careta do interior. Eu era ligado com ainda AP e ela era revolucionária mesmo. Era da luta armada mesmo... eu era um padeco...

Antes de tudo isso acontecer, a gente conviveu muito, mas antes dela entrar na Universidade. A Universidade perverteu todos nós, mas antes disso a gente teve uma convivência muito grande. Adorava a Lóla... A Lais é mais velha, acho que 6 ou 7 anos mais velha que eu e uns 3 ou 4 anos que a Lóla. Nessa fase eu tinha 10 anos e ela 16.

A Lais é que foi casada com o Renato Tapajós. E a Lais... a convivência era menor. Nessa fase, era menino... estava lutando contra a ditadura. E a Lóla menos, né, ficou um pouco mais, mas deu azar. Dentro desse campo da esquerda eu não convivi quase com ela, porque quando eu me transformei, ela logo desapareceu. Ela conviveu mais com a minha irmã mais velha, que é da idade dela. Aí fica “onde tá a Lóla?”, mas quem era clandestino não sabia os familiares e tal.

Até que em 71 saiu uma foto dela morta. Eu estava na Física na época. Aliás, quem identificou ela foi a irmã mais nova dela, a Sandra. Foi no Rio de Janeiro, foi por um vacilo da ditadura, foi um vacilo do esquema de segurança. A Lóla era para ser a daquelas que teria desaparecido como o Honestino. Mas por algum furo de segurança a minha prima a Sandra viu... identificou tal, aquele negócio da Coroa de Cristo, a cabeça amassada... Mas a Lóla era intempestiva, né? Ela matou um agente da polícia. Ela ia ser presa e antes de ser presa ela puxou a arma e matou o cara e fugiu... eu não faria isso jamais, eu não tenho... minha índole...

Shoshana: É, mas o Gui foi morto do mesmo jeito, provavelmente, torturado igualmente e não tinha matado ninguém.

Luiz C: Se quiser saber um pouco mais, leia Em Câmara Lenta do Renato Tapajós. [...] eu acho que não é tão factual como esse do Otto Filgueiras... [...] mas pra mim foi um marco o livro do Renato, e o livro do Gabeira, O que é isso Companheiro? [...] A primeira derrocada aconteceu com o Médici e Geisel na primeira metade da década de 70... [...] Aí começaram essas críticas... [...] para mim fez muita diferença. Porque eu passei por uma auto-crítica, eu tive que mudar minha cabeça... levei uns 20 anos pra fazer isso... A partir da segunda década de 70. O PT começou em 77, 78. Era uma tentativa de reorganização. Teve o movimento estudantil em 76, 77 que foi importante, que era o movimento da Refazenda, da Caminhando, que foram movimentos populares importantes na época.

Luis J: Você estava ativo nessa época? Você foi até que ano?

Luiz C: Estava. Eu era da AP, ainda era... Até a fundação do PT. Na verdade até 78, 79. O PT foi fundado em 81, 82. Até o final da década de 70. Eu trabalhava, né? Eu exercia um papel parecido com o dela, de uma certa forma, só que eu era mais interno. Trabalhava, tinha uma vida legal, ganhava bem. Analista de sistemas, informática... Trabalhava no metrô. Mas era um problema o relacionamento com ela, porque eu já estava com ela nessa época com ela. Eu trabalhava o dia inteiro, e à noite fazia reunião. Chegava em casa meia-noite toda noite e saía 6 horas da manhã. Tivemos muitos problemas por causa desse engajamento... a convivência era... (risos)

Shoshana: Eu voltei pra faculdade exatamente essa época, na medicina.

Luiz C: Mas enfim, aí teve todo um refazer, que passou por reconhecer a necessidade de eu fazer terapia... que era uma coisa condenada pelos movimentos de esquerda. Terapia era uma

coisa de pequena burguesia, era uma coisa de dominação ideológica de pequena burguesia sobre o pensamento...

Shoshana: Está acontecendo hoje uma coisa que eu me lembro que aconteceu naquela época. Saindo da faculdade... na faculdade a gente era esse grupo de esquerda, que participava do grêmio acadêmico, fazia o grupo de teatro, GTP... A gente era um grupo unido na Poli.

Na medicina eu já tinha filho, foi uma outra pegada, foi um outro período. Eu fiz o vestibular grávida dela e ela nasceu prematura. Depois eu tive uma segunda que também nasceu prematura... Então eu fiz a faculdade de medicina com dois filhos, era outra coisa, outro momento.

Eu estou falando na Poli. Era o grupo do teatro, todo mundo da mesma idade, moleque... e aí a gente se formou e aí teve as linhas de partidos clandestinos, que era da AP, do PC do B... E foi interessante. Teve uma cisão. O pessoal da AP parou de ser amigo do pessoal do PC do B, porque a AP dizia que o Brasil era desenvolvido. (risos) Um falava que era semi-feudal e semi-capitalista e a outra linha falava que era capitalista e não sei o que lá. E por conta dessas visões, um não conversava com o outro.

A gente realmente quebrou amizades daquela época, porque um achava que o Brasil era semi-feudal e semi-capitalista e o outro achava que não era nada disso. Assim, eu que não achava que o Brasil não era nada, porque essas coisas... eu tenho dificuldade, não sou burra... mas tenho dificuldade pra essas questões políticas... (risos) Mas eu achava inadmissível essa quebra dessas amizades por conta dessas questões.

Eu lembrei disso porque está acontecendo a mesma coisa agora com os nossos amigos, aqueles que permaneceram, porque a gente manteve um grupo... depois acabou se diluindo... que pelo menos 1 vez por ano a gente se encontrava para uma feijoada, e aí juntava todas as orientações, AP, PCdoB... pessoal de esquerda, simpatizantes... E agora, por conta dessa coisa de PT, PSDB, cindiu de novo. Teve amizades que... brigas no Facebook de tirar do Facebook. Radicalizou demais.

Luiz C: Repetem o que a Globo divulga...

Shoshana: Mas pelo menos vocês estão juntos. Estão brigando, mas estão juntos. Aquele grupo cindiu. Aquela feijoada anual não tem mais...

Luiz C: Eu virei petralha. Um ex cunhado meu, que foi casado com a minha irmã, ele rompeu comigo formalmente... “Eu não convivo com petralhas!”.

Shoshana: Isso daqui no meu meio, entre os médicos, eu trabalho basicamente em dois lugares e esses lugares eles tem grupo de Whatsapp. O Whatsapp dos dois grupos, eu até entendo. Os médicos eles não são politizados, eles compram Veja, Folha de São Paulo, eles compram sem crítica e pronto. Internet, Google virou sinônimo de verdade. Agora entre o nosso grupo, me lembra aquela época quando a gente era jovem e imaturo, que a gente deixou uma amizade quebrar por conta de que se o Brasil é semi-feudal ou semi-capitalista. É uma coisa...

Luiz C: É, esse livro acho que ele toca nessas questões. Porque a AP foi muito isso, tinha que trepar. Passou a ser uma orientação política. A mulher tem que dar. O Uruguai sempre foi muito conservador.

Luiz C: Os trotsquistas aqui eram muito assim.

Juliana: A única diferença foi então a American Field Service nos Estados Unidos então?

Luiz C: Não. Pra mim a American Field foi revolucionária. Foi a virada. A American Field junto com a ditadura. Quando eu voltei já não era assim...

Shoshana: Pra mim, eu acho que ainda tem uma coisa que eu não falei, que foi muito importante, que é a questão do judaísmo. Meus pais são judeus poloneses que viveram toda a questão da guerra. E refugiados de guerra. Eu, por exemplo, nasci em Israel, por isso que eu tenho esse nome. É um nome hebraico.

E aí a gente imigrou... eu nasci em Israel, meu pai acabou não se adaptando e a gente veio para o Brasil. E eu fui educada sempre, não propriamente dentro da religião, mas dentro da cultura, do fechamento. Judeu na Europa é uma cultura muito, muito fechada, né? Realimentada por essa questão da perseguição, dos pogroms. Sempre muito fechados, fechados.

Meu pai era comunista em Varsóvia. Eu acho que o comunismo ele atraiu muitos judeus porque ele acenava, até antes do Stalin, acenava com uma libertação dos povos, com uma igualdade... Eu acho que essa questão ideológica mesmo de acabar com a perseguição, das pessoas serem iguais e independente de religião, de tudo. Então o comunismo ele teve um grande apelo na comunidade judaica... anteriormente (risos)

Shoshana: Era muito. Tem vários comunistas dentro da comunidade judaica. Mas aí veio o Stalin. Veio a realidade da Rússia e o Stalin começou a perseguir os judeus. Eu também não entendo muito bem porque que ele fez isso, acho que ele era meio psicopata. Mas também quem ele não perseguiu, né?

Luiz C: Perseguiu todos aqueles que faziam oposição. A postura judaica não é uma postura socialista...

Shoshana: Não era, os judeus comunistas... Os judeus comunistas ele perseguiu e matou. Meu pai conta que teve um congresso comunista que ele foi clandestinamente, atravessando a fronteira... ele não foi. Fronteira da Polônia com a Rússia, foi um congresso que aconteceu na Rússia. Ele não foi... E os que foram pra esse congresso, comunistas, foram exterminados...

Luiz C: O Trotsky não era judeu? Trotsky era o grande inimigo do Stalin...

Shoshana: Era judeu. Mas eu não sei se ter relação com isso, eu sei que os judeus foram igualmente perseguidos dentro do comunismo como eram antes. E mas, aí eles vieram para o Brasil, e dentro do Brasil... a gente no Brasil, imigrante, muito fechado e eu tendo que crescer e me ater a esse universo... restrito do Bom Retiro, da comunidade judaica...

Juliana: Sua irmã seguiu bem o status quo, né?

Shoshana: Seguiu bem e está feliz. Pra ela foi o caminho dela, né? Mas para mim, foi libertário também nesse sentido, de quebrar, de sair do gueto... [...] Eu acho que a comunidade judaica aqui em São Paulo ela é de um estrato social elevado, de grana.

Luiz C: A comunidade judaica sempre foi conservadora.

Shoshana: Não, nessa época não era. Nessa época era comunista...

Luiz C: Mas não sei se era a comunidade judaica. Era um setor da comunidade...

Shoshana: A Casa de Cultura Judaica era super de esquerda, mas com o tempo se transformou. Meu pai participava dessa Casa do Povo. Faziam teatro, então eu cresci com essa contradição. [...] O amigo do meu pai era o Majer Kucinski, que teve a filha que também sumiu na ditadura, irmã do Bernardo Kucinski, Ana Rosa Kucinski. O Kucinski sempre foi um cara de esquerda. O Major também tinha a mesma ideologia, a Casa do Povo, escritor, mas a questão do Stalin, do comunismo, de como a Rússia tratou os judeus foi uma grande decepção... Eles achavam que eles no comunismo eles finalmente iam ser aceitos. Como se bastasse essa troca de regime político para mudar a cabeça das pessoas. Mas a cabeça das

Luiz C: Para mim o movimento no ABC, no final de 76, 77. Em 76 com a retomada do movimento estudantil. E que o Geraldo Siqueira, Geraldinho, ele foi deputado estadual, ele era da AP e ele foi um líder. Ele era geógrafo. Ele foi o líder da retomada do movimento em... 76, 77, 78. Teve a invasão do TUCA pelo o troglodita que invadiu o TUCA... [Coronel Erasmo Dias], enfim foi no período Geisel. E teve em 76 ou 77, mas teve uma grande passeata estudantil, que esse cara foi com a cavalaria e os estudantes todos fizeram uma passeata no centro e deitaram em cima do Viaduto do Chá.

Isso em 76, 77... era na época da “refazenda”. Foi na época do Geraldinho. E isso já era o início das primeiras greves no ABC, que começaram a desestabilizar, né? Erasmo Dias... Ele era um grande troglodita. Foi uma coisa ousada, porque ele estava com a cavalaria querendo dispensar todo mundo e o pessoal deitou em cima do Viaduto do Chá e tomou conta. Se ele tivesse disparado a cavalaria, passava por cima de todo mundo e matava metade. Mas ele recuado... o governo na época... não sei se era Adhemar de Barros Filho...

Mas enfim, esse movimento todo que acabou gerando... na Elis cantando o bêbado e o equilibrista... [...] acabou gerando a Lei da Anistia de 79. Essa que anistiou os dois lados e está igual até hoje. Nas Comissões da Verdade é a grande referência. A Lei da Anistia que vale, então anistiou todos os criminosos que estão aí até hoje.

Luis J: E nessa já havia a sensação de que em algum momento ia terminar a ditadura?

Luiz C: Aí começou a surgir a ideia do PT, a esquerda começou a se reorganizar em torno do PT. E foi um crescendo... O espírito na época, os ânimos... o clima era outra história. Era uma história de ver luz no fim do túnel...

Luis J: E ainda sentiam medo, aquela sensação de ameaça?

Luiz C: Tinha. [...] A década de 70 até meados da década de 80.

Shoshana: Eu acho aqui no Brasil, em 78, nós já estávamos casados, com filha pequena e já tinha uma vida padrão... padrãoão... Ele era profissional, ganhava bem, então eu acho que para nosso estrato social... eu acho que a coisa deu uma amainada. Eu acho que aonde o pau continuou comendo foi na periferia, com o preto pobre de periferia. E eu acho que o pau está comendo até hoje.

Luiz C: Sim, mas isso por outras razões. De repressão de classe que sempre existiu, mas não por repressão política propriamente... até agora a gente falou é repressão diretamente política...

Shoshana: Eu estou colocando isso porque ele está perguntando como a gente sentia essa repressão policial em 78... 79, 80. E aí eu estou querendo me imaginar um preto, pobre na periferia. E a resposta seria completamente outra... até hoje.

Juliana: Na sua casa falaram sobre o golpe de 64? Sobre o AI-5?

Luiz C: Fomos todos adeptos. Eu era um adepto do golpe. Meu pai... Marcha da Família com Deus pela Liberdade... A liberdade liberal de poder fazer negócios contra os comunistas... não tinha nada a ver com a liberdade real... é outra liberdade... (risos)

Shoshana : [Nas Diretas Já] Aí eu já tinha 2 filhos pequenos, fazendo medicina. Aí eu estava em retiro político. Fazendo papel de mulher... Enquanto ele fazia o de político...

Luiz C: Na verdade eu nunca parei... Eu tive períodos sabáticos. Eu passei por crise ideológica mesmo. Crise de revisão do que eu tinha feito. Qual que era o novo caminho. E passei pela... pela queda do Muro de Berlim, a queda do muro foi simbólica de deixar todo mundo órfão. Quer dizer, eu tive que trabalhar muito essa questão de que os livros da

esquerda... os livros do Lenin, e outros, os livros do Mao Tsé Tung... eu tive que entender isso. Eu tive que superar essa hegemonia teórica.

Eu fui cientista... Eu era físico, matemático. E isso para mim era ciência. E a ciência tem que valer. Mas não estava valendo. Eu passei por um período grande assim... E para minha sorte ou sei lá porque.... Como todos, a geração dele e todos passamos. E muitos acharam que não tinha caminho pela esquerda, só a direita valia e todos viraram liberais e defensores do capitalismo e “vamos enriquecer...”.

O Belchior em "Como nossos pais" captou bem isso, né? Ainda somos os mesmos e vivemos como nossos pais. Aí por alguma razão eu me perguntei se eu realmente teria que encarnar isso. Eu vou ter que viver como meus pais? Que coisa horrorosa! Horrorosa, não... meus pais não são horrorosos... Então eu passei um período grande hibernando, que foi quando eu deixei o movimento sindical... foi no final da década de 70, começo da década de 80, justamente na ascensão do movimento sindical no ABC. Eu fui um dos fundadores do sindicato dos metroviários. Eu trabalhava no Metrô. E fui um dos líderes lá, presidente tal. Até eu de repente me dar conta de que eu baseei a minha vida tentando ou batalhando por uma verdade da libertação dos pobres, em defesa dos mais fracos, por um mundo mais igualitário, mais justo. Que isso passaria por politizar os despossuídos, e eu tava do lado deles. Eu fui morar lá. Quando ela [filha] nasceu eu morava na periferia. Ela morou na periferia...

E aí eu olhava e pensava: "Pô, meu pai é um aristocrata, minha mãe era burguesa, a família da minha mãe é rica até hoje. Minha mãe é que acabou não ficando... Eu tive uma formação que não tem nada a ver com isso. Adoro esse pessoal, acho justíssima a causa deles, mas não é a minha. Quem tem que batalhar pela liberdade são eles, não eu por eles". Era essa a postura. A gente batalhava pelos operários, a gente batalhava pelos pobres...

Shoshana: E ao mesmo tempo, a esquerda, quando vinha com questões emocionais, psicologia, psicoterapia... era abominado. Era veleidade pequeno-burguesa... Até hoje, né? [...] Nessa época que ele falou que a gente passou a hibernar, foi uma época pra mim, que eu passei a achar que eu tinha que resolver essas questões igualitárias na minha vida pessoal. Então, criar filhos com boa cabeça, com gente boa. E até hoje eu só trabalho como médica no serviço público. Isso também pra mim é uma opção. Então acabei fazendo um caminho meio particular, sem partido, sem nada.

Juliana: Meu pai quase manchou a história dele e ia trabalhar com o Collor... (risos)

Luiz C: Eu cheguei a trabalhar com o Collor. Pior que com o Collor, eu trabalhei com o Fleury. O Fleury do Carandiru. (risos) Mas aí nessa virada toda eu larguei. Eu saí do metrô, porque eu não era um funcionário do metrô, eu era um ativista sindical. Eu não tinha uma carreira. Aí em 2002 eu saí do metrô. E fui trabalhar como analista de sistemas, fazer uma carreira profissional. Fui fazer terapia, cuidar da saúde, comecei a correr. Comecei a achar que eu tinha que cuidar de mim... Mas era uma coisa assim, não virou mágoa. Muitos companheiros meus ficaram magoados, “fui enganado”. Esse mesmo meu cunhado que “não convive com petralhas” diz: “Eu fui enganado por essa esquerda corrupta e mentirosa”. Ele fala isso... E eu falo assim: eu não fui enganado por ninguém... Eu não sou vítima.

Luiz C: Pra mim, o que me motivava e que me motiva são os valores. Os valores acabaram mudando... Os valores de igualdade, de justiça, de bem estar social, de liberdade, de você aceitar o diverso e poder conviver pacificamente... Sabe essa utopia do Imagine do John Lennon... tudo bem, mas qual é o caminho? Naquela época a gente achou que o caminho era esse. Aí furou, o caminho não era esse... aí passou um período de tentar achar o caminho... não achei nunca mais o caminho... (risos) Aí mudou tudo...

Eu negava muito a minha religiosidade, eu recuperei um pouco. A religiosidade, não a religião. Fui muito influenciado pelas visões dialéticas da religiosidade oriental, budista, taoista. Fui muito influenciado por um uruguaio maravilhoso, chamado Carlos Soma.

Shoshana: Nossa... Para nós foi um guru. Foi uma coisa tão importante na nossa vida quando vivíamos aqui em São Paulo. Era Juan Carlos. [...]

Luiz C: Mas aí na década de 80 teve esse ressurgimento do orientalismo, né? Seitas várias... Hare Krishna etc.

Shoshana: Acho que foi o refluxo do caminho político... A queda das utopias em relação à política fez todo mundo buscar um caminho pessoal, eu acho... Nós inclusive...

Luiz C: E mais voltado para uma conectividade cósmica. E começou a surgir o movimento holístico, quebra com a visão mecanicista de mundo, quebra da visão sistêmica.

Luis J: Vocês vêem isso como um refluxo da repressão?

Luiz C: Não, um refluxo teve, mas a visão holística já é um avanço. Eu aderi... acho que isso é o futuro para mim. Em 1987 aconteceu em Brasília o ICHI, Primeiro Congresso Holístico Internacional e o ICHI era do I Ching... Aconteceu em Brasília... e era um movimento que tinha alguns expoentes. Um deles era o Pierre Weil. Ele era um psicólogo, budista... A base era Fritjof Capra.

Shoshana: Eu li Fritjof Capra. Inclusive, eu acabei saindo porque ele é físico, eu fiz engenharia, então a gente acaba entendendo. Na engenharia tinha Mecânica Quântica, então a gente entende ele. Mas ele virou meio que uma bíblia. [...] Eu acho que agora nós estamos vivendo um modismo dessas coisas alternativas. Como se fosse um nicho de mercado... um modismo. Uma amiga minha, bibliotecária fez um curso dele... não dá pra entender o Fritjof Capra, é difícil...

Eu acho que esse caminho também deu espaço... Esse cara aí entra de cabeça nas coisas, e eu sou mais racional. [...] Ele entrou de cabeça nesse caminho e passou a frequentar um grupo xamânico, que era liderado por uma mulher chamada Carminha Levy. Tinham encontros aonde cada um escolhia seu bicho interior e tal. A cereja do bolo foi quando que eu recebi – eu não ia, achava meio over – recebi uma correspondência em casa pra ele, aonde ela convidava todos para fazer uma roda, um abraço de cura da Terra. (risos) Grandioso... cura da Terra... era só isso que ela queria...

Luiz C: Era uma adaptação de rituais índios tribais. Onde o xamã é o xamã. Qualquer antropólogo conhece o xamã. [...]

Shoshana: Eu imagino que tenha gente séria. Agora, ela... eu acho que é uma forma de ganhar a vida. [...]

Luiz C: Enfim, a esquerda nunca foi homogênea, nunca... mas ela tinha uma não homogeneidade característica até meados da década de 70. As diferenças eram dentro destas. Aquele que acreditava no Brasil semi-feudal ou no Brasil capitalista, a revolução começava no campo, a revolução começava na cidade... Enfim.

A partir de que essas referências todas foram se quebrando, ficou todo mundo perdido. Grande parte voltou e assumiu seu lado conservador, burguês e vamos defender o capitalismo, o mundo é esse, não tem alternativa, então vamos... Outros, entraram na droga...

Shoshana: Se bem que entre os nossos amigos a maior parte não seguiu isso.

Luiz C: Eu estou falando como um todo. Esse pessoal do xamanismo era todo de esquerda, mas acreditavam que tinha um caminho espiritual, que não tinha que ficar agindo objetivamente na natureza, você fazia um ritual xamânico e salvava o planeta. Era mais ou menos parecido com a gente achar que fazendo a revolução socialista íamos salvar o planeta...

Luiz C: Era muito mais seguro... do que correr da polícia... (risos) Mas foi muito importante porque a esquerda era muito racionalista. Realmente, eu tive problemas. Para mim participar da terapia eu recebi críticas...

Luiz C: Eu contei [que fazia terapia]... Eu sou assim, eu dou a cara para bater, e apanho. Desde quando era adolescente... grupinho, na praça de Adamantina, todos com 14, 15 anos... meia noite, saindo do bailinho, o pessoal “Vamos pra zona?” e eu ficava fazendo catequese no meio de todo mundo. Muito engraçado... eu era tido como carola, como pudico, moralista... É que eu não sentia que tiravam sarro da minha cara. Eu não sentia isso. Normalmente esse tipo de gente era detonado...

Shoshana: Ou vai ver que ele que não percebia. Eu falo porque se eu tingir o meu cabelo de roxo ele vai falar que tem algo diferente em mim, não vai perceber. (risos) Ele não percebe...

Luiz C: Mas sabe por que? Eu era convidado para as festas. Eu tinha amigos.

Shoshana: Mas eu acho que essa cultura que você trazia era valorizada também. Naquela época em Adamantina os carolas eram valorizados, por mais que os outros quisessem ir pra zona. O pai dele era carola... você era o pai e a mãe deles no meio da turma... (risos)

Juliana: Mas a Lenita tem a ver de você ter ido para a terapia?

Luiz C: A Lenita teve a ver com eu ir na terapia, você tem razão. Minha irmã fez psicologia, né? Ela fez serviço social, mas isso era passagem... Ela era terapeuta na época... na década de 70...

Shoshana: Com respeito a todos os psicólogos, psiquiatras, é a irmã mais maluca que ele tem. Piradinha de tudo... É completamente fora da casinha. [...] Eu acho que um valor agora que vale a pena lutar também é essa questão da sustentabilidade do planeta. Eu acho que... assim, isso acho que é um valor que vale a pena lutar e que não acho que o PT está suficientemente mobilizado, informado com esse tipo de valor... eu realmente não reconheço mais o...

Luiz C: Eu acho que você pode tirar o “suficientemente”. O PT não está. A sustentabilidade no PT é uma coisa que não existe política pra isso. O Lula colocou a Marina lá do jeito que ela é porque... tinha que pôr. O PT não tem isso, imagina...

Luis J: Vocês falaram em valor, o que vocês acham que ficou mais forte de todo esse período? Quais sentimentos ficaram em cada um?

Shoshana: Assim, difícil... Então, tentando responder isso do meu lado. [...] E eu não tenho esses valores [de enriquecer], procuro educar meus filhos. [...] Então eu acho que eu sou uma médica do SUS, e sou uma boa médica do SUS. Não estou nem falando de vista técnico, mas de gostar muito de ter essa prática. Eu nunca batalhei, não tenho sonho de ser uma médica chique, de consultório. Eu acho que isso que sobrou... [...] sobrou ele [Luiz C.] também, que eu catei da “tchurma”...

Luiz C: A relação minha com ela, ela foi possível a partir dos ideais e das transformações que foram acontecendo ao longo desse percurso, esses valores de liberdade, de democracia... Democracia por exemplo era uma coisa que pra mim sempre foi um valor, e era uma coisa muito inquestionável.

Do ponto de vista da esquerda tradicional, democracia é uma balela. Porque tudo é condicionado por classe social, quem domina é a classe que tem posse e quem vende a força de trabalho é, portanto, dominado. E o comunismo na visão Leninista, era a... dentro da visão dialética, para mim foi, durante muitos anos, teoria. A ditadura do proletariado era a forma mais democrática de sociedade que podia existir. Levou toda essa experiência socialista, essas

ditaduras, inclusive a de Stalin e outras, porque toda ditadura é uma ditadura de uma classe. A ditadura burguesa é a ditadura da classe burguesa, que é pequeninha, e se impõe sobre a maioria. A ditadura do proletariado é uma ditadura de classe como qualquer outra, só que é uma ditadura da ampla maioria, então é democrática.

E passei bons anos da minha vida para aceitar que ditadura, qualquer uma delas, é ditadura. e democracia é um valor em si mesmo. E isso é uma coisa que pra mim veio dessa época. Dessa experiência. Eu sempre fui democrata nesse sentido de aceitar diversidade, mas para mim ela se travestia naquela época na base de buscar a ditadura do proletariado. Hoje não existe. Democracia é democracia. É um valor a ser construído dia a dia dentro das suas imperfeições. E esses valores eu mantive.

Aliás, tem muita coisa humanista nisso, muito cristão. Eu sou humanista, sempre fui, nunca deixei de ser. Travestido de varias formas de atuação, mas essa coisa da busca da igualdade, eu ainda falo isso, hoje eu sou mais cético talvez um pouco. Relativizo talvez um pouco mais.

A tal da utopia, da sociedade dos iguais, eu já não busco mais. [...] Não tem mais... Mas acho que dá pra viver melhor do que a gente vive. E a incorporação do holismo, da sustentabilidade, da ecologia, de uma vida psíquica que não é um simples reflexo de uma condição de classe, que era a visão marxista clássica, né? Consciência é sempre uma consciência de classe. Essas coisas todas sempre fizeram muito eco na minha cabeça. [...]

Teve um período que eu fui fazer psicologia, estudei três anos, mas eu acabei não terminando. A psicologia que era condenada eu passei a aceitar. Enfim... muito do que eu sou hoje é fruto desse caminho todo. Sobrou... Sobrou minhas filhas, a educação que eu dei pra minhas filha é fruto disso, meu relacionamento com ela [Shoshana] é fruto dessa época...

Shoshana: [...] Quando a gente casou, ele é fruto de uma família italiana, quer dizer, a pessoa forte que era a mãe, que era italiana, e o pai de origem portuguesa, mas bem harmônico no sentido de que o pai sentava a bunda na cadeira e a mãe trazia o prato. E quando terminava o almoço de família, xô... os homens tinham que sair, porque lugar de homem não é na cozinha.

E ele tem três irmãs, único homem, e ele tinha o mesmo tratamento que o pai. Foi assim que ele era quando a gente casou. Casa era coisa de mulher mesmo, então altas brigas, altas brigas... mas foi indo, foi indo. Ele vai nas festas judaicas, porque é importante pra mim, mas até aí eu também vou nas festas cristãs. Ele canta porque são sempre as mesmas cantorias e ele acabou aprendendo. Não tem nada de religioso nisso. [...]

Luiz C: Mas então essa pergunta do que sobrou, é interessante isso. Porque na verdade eu nunca rompi com um conjunto de valores. Eu não acho... Eu nunca achei, como esse meu cunhado, que “eu fui enganado, bando de pilantras”... achei que assim como eu acreditava, outros também acreditavam. E o movimento não era dominado por um bando de filha da puta que queria só dominar os outros... Não, era gente muito séria, muito honesta inclusive, gente lutadora, gente determinada, gente que dispôs a vida... como a Dilma, que foi presa. Isso tudo pra mim é muito importante.

Eu era muito ingênuo inclusive. Uma das coisas que me fez mudar a cabeça foi que, à medida que o movimento ia avançando, eu comecei a ver que nem todo mundo era assim também. Que os safados, os oportunistas, os desonestos também... Pra mim, o religioso assim, quer dizer, “quem é da minha religião é puro, vai ser salvo, é honesto”. Pra mim isso foi uma outra batalha, entender que entre os esquerdistas tinha tantos desonestos quanto entre os direitistas...

Shoshana: Nada era garantia de nada...

Luiz C: Sabe, mas eu nunca reneguei os valores que motivavam isso, porque pra mim isso era um recurso de atuação. Aí minha cabeça de cientista... eu aceito a ciência. E eu comecei a pensar que essa ciência tinha furo. Essa teoria... Então tinha que mudar a teoria. Então isso pra mim foi muito importante pra eu não virar um cético, um cara que desacredita de tudo e acha que o mundo é só feito de oportunistas e gente que quer enriquecer. E a atuação política

é uma atuação muito difícil. Eu sempre acabei tendo uma atuação política... E o mundo político é um mundo selvagem...

Muitas coisas que eu não fazia quando era jovem, por ser puro... Não me considero tão puro assim... hoje eu faço porque relativizo. Isso é uma coisa que eu nunca fiz... Negociar valores... foi uma coisa que eu nunca fiz. E tem uma cena na nossa vida fundamental, que eu faço até hoje.

Quando a gente foi casar, eu era ateu de religião, não queria nem casar. Vamos juntar e pronto... Mas aí os pais dela, velhinhos e aí vamos fazer uma deferência... [o pai tinha 61 e a mãe 58 (risos)]

Mas aí, o que aconteceu? Vamos fazer um culto ecumênico. Porque o judeu ou você se converte e casa na Sinagoga, ou então... Aí o Sobel era um cara mais aberto... vamos ver se ele oficia alguma coisa. Aí ela marcou e eu fui lá conversar com o Sobel. Na sala dele, na CIP. Ela ficou sentada no corredor fora da sala dele e eu entrei.

O que eu me lembro... é que o Sobel tinha um escritório e eu acho que a mesa tava em cima de um tablado... mas nem sei se era isso, mas a imagem que eu tenho é essa. Aí eu sentei, ele atrás da mesa... e ele me perguntou com aquele sotaque americano: “Muito bem Luiz, quer dizer então que você quer ser um dos nossos?”. E parei... eu não entendi o que ele quis dizer e eu falei “não”. Acabou a conversa e ele me expulsou da sala (risos).

Shoshana: O Sobel realmente estava numa posição de poder. Se ele não estava num tablado, ele efetivamente estava num tablado de poder... se ele fizesse uma pergunta, ele tinha que ter um jogo de cintura. O apelido dele [Luiz] era Cacareco... Cacareco era um rinoceronte na década de 60... foi eleito vereador lá no Rio de Janeiro...

No Rio de Janeiro teve um voto de protesto e alguém teve ideia de colocar ele como candidato e todo mundo votou nele. Isso sem internet... [...] ele era rinoceronte...

Luiz C: Eu sou rinoceronte, é que meu chifre está um pouco gasto! (risos) Não se trata de eu me tornar um judeu. Eu não entendi pergunta claramente, mas eu não nasci lá, não conheço nada, sou brasileiro, tenho meus valores. Tudo Isso passou na minha cabeça. Mas ele considerou um desacato e me expulsou da sala. Acabou a conversa... E ele era um liberal hein, imagina um mais ortodoxo.

Shoshana: Ele era do meio. E hoje em dia meu bem, sabe o casamento da Angélica com o Luciano Hulk? Ele estava lá. O Sobel... Foi ecumênico. Hoje já tem, mas em 1976 não tinha. Ele também mudou.

Luiz C: Enfim, na política tem muita coisa que eu sou assim. Não, não concordo e perco o cargo... porque eu trabalho em cargo político. Já perdi muitos... algumas negociações não existem...

Luis J: Vocês conseguem nomear ou identificar se há algum sentimento maior que ficou desse período todo?

Shoshana: Assim, olhando a história, esse caminho, me dá a sensação de que eu fiz o que eu queria fazer, que foi meu caminho de crescimento... Um sentimento de que, legal que eu consegui fazer, trilhar esse caminho. Eu acho que eu tive grandes oportunidades na vida, essa oportunidade de fazer medicina, por exemplo, de mudar de rota... foi muito legal... esse caminho todo... Sentimento de paz...

Luiz C: Do ponto de vista do desenvolvimento pessoal, eu fico muito feliz de ver o meu caminho, dela e dos meus filhos. Eu acho que eu tenho uma família maravilhosa. Sinceramente, não estou... perto de muitas que vejo por aí... trilhei um caminho meio conservador, visto que o pessoal da minha geração, talvez a maioria esteja no terceiro ou quarto casamento. Eu talvez esteja no vigésimo, mas somos sempre nós dois. Essa coisa pessoal eu estou muito feliz, bem satisfeito mesmo.

O sentimento que eu tenho hoje do ponto de vista social, eu fico triste. O mundo está difícil, está triste. Eu continuo tentando deixar um legado com a minha passagem aqui nesse mundo, procuro deixar um legado positivo, mas eu sou mais cético hoje. Eu nunca fui cético, mas estou ficando, talvez...

Luis J: Você relaciona isso de alguma forma com a sua experiência na ditadura?

Luiz C: A diferença da ditadura é exatamente isso. Na ditadura a gente vivia da esperança, vivia esperando que tudo ia melhorar. Vai acabar a ditadura, vai voltar a democracia...

Shoshana: “Tá tudo ruim, por causa da ditadura... é a ditadura que não está deixando as coisas melhorarem, as coisas serem bacanas, a igualdade aumentar... é culpa da ditadura”... depois da pós-ditadura. Agora, acho que a ditadura já está lá atrás. Ela já não explica mais. Acho que o que explica... quando o Luiz falou lá atrás que a ditadura foi muito competente... eu já não penso mais assim...

Penso que as condições que permitiram que a ditadura acontecesse, continuam existindo até agora... e são essas condições que estão deixando essas coisas difíceis. Eu acho que o Brasil melhorou em alguns aspectos.

Eu acho que na área da saúde, por exemplo, na minha área de pediatria, a mortalidade infantil na década de 80... a mortalidade infantil era em torno de 50 bebês por mil nascidos vivos. 1990, de 50 caiu para 25... 2000 de 25/1000 foi para 15. Atualmente, aqui no município de São Paulo, temos em torno de 10 óbitos de bebê. Na OMS, abaixo de 10 já é considerado aceitável. O Japão, Dinamarca, Finlândia é em torno de 2. Abaixo de 10 já é considerado excelente... [...]

Então quando eu estudei medicina, eu me formei em 85... tinha desnutrição grave, que hoje a gente só vê na África, a gente não vê mais aqui em São Paulo. Eu não trabalho no Einstein, no Sírio-Libanês... eu trabalho na periferia e eu não vejo mais desnutrição. Então a comida ficou mais barata. Agora estamos vivendo epidemia da obesidade.

Então muitas coisas eu vejo que melhoraram, mas o povo quer mais. O povo não quer ficar na fila de uma operação durante 1 ano. O povo realmente quer uma igualdade. O Mântega foi lá para o Einstein e olha que triste. Falaram para ele ir para o SUS. A Dilma fica doente e vai para o Sírio... O Lula também, vai pro Sírio Libanês. Então o mundo pra mim agora está muito complexo, eu realmente eu não vejo um caminho.

Luiz C: Enfim, o IDH revela algumas coisas. Eu não sei, tem essas melhorias todas, o mundo está muito diferente... mas o índice da felicidade eu não sei se está aumentando em lugar nenhum. A convivência humana acho que está muito complexa. O crescimento do narcotráfico, a crise do terrorismo mundial, o fundamentalismo... os nossos evangélicos. Eu não sei que legado eu estou deixando para os meus filhos. Eu quero deixar um legado positivo pros meus filhos, mas eu não sei se eu estou deixando. O mundo terá uma expectativa de vida maior ainda... [...] Todas essas tecnologias da informação, nanotecnologia. Enfim, eu procuro não pensar muito nisso... (risos)

Shoshana: Aquelas utopias nossas acabaram e a gente está se defrontando com o mundo real. [...] Eu me sinto feliz assim, porque eu não sou obrigada a fazer caminhos que várias pessoas fazem, que é trabalhar como grandes empresários, 8, 9, 10 horas por dia e no fim de semana vão fazer caridade em algum orfanato... sentindo que estão dando a sua contribuição com aquelas horinhas de caridade. Eu não me sinto obrigada a trabalhar em orfanatos. Eu acho que eu estou dando minha contribuição. Fico feliz de trabalhar... Vou trabalhar contente. É uma escolha política, eu acho que é uma escolha política... mas é individual, dentro desse caminho individual, porque num caminho político mais amplo eu não vejo caminhos, assim, eu não me vejo numa associação, no PT, não me vejo... mas eu acho que é uma escolha política sim.

Mônica: Eu gostaria de fazer uma pergunta para vocês. Eu vivi muito coletivo e pra mim foi muito difícil depois sobretudo na relação a dois, voltar para uma coisa mais individual. A

gente discutia muito no coletivo. E isso foi uma coisa que eu carreguei muito. Mas na minha vida individual isso me atrapalha muito também, porque às vezes eu respeito as coisas dos outros...

Shoshana: Eu vou te dar um exemplo, quando a gente mudou de casa, há uns 15 anos, e a casa tem esquadrias de metal e a gente ia tentar de uma cor. Essa cor tinha que ser uma escolha da família. Eu tinha que comprar as latinhas... Aí eu comprava latinhas e pintava um pouquinho das esquadrias de metal, porque a cor da latinha nunca é a cor que fica lá. Acho que eu comprei umas 50 latinhas. Tinha que ser consenso. [...] Então realmente dá trabalho. sempre pensar no coletivo... [...] E aparecem, eu acho, os lucros, os benefícios disso... Você deve ser uma pessoa iluminada. Uma pessoa de harmonia num grupo, por conta dessa postura.

Recentemente eu estou num plantão e tem o conforto feminino. Umas camas que a gente descansa quando dá. E no plantão normalmente a gente fica em 4 e cada uma tem sua cama. Eu estava em cima e aí vem uma outra médica, uma troca, era um médico e veio outra médica, então naquele quarto ia ficar em 5. Ela chegou mais cedo e tomou uma cama.

A profissional que se considerava dona daquela cama ficou possessa... e aí as duas foram falar comigo. Acho porque eu sou a chefe do plantão. Pra apaziguar... A que tomou falou que não ia dar, porque a colega tinha sido grossa com ela... “Eu quero...”, “Não vou dar...” Aí estava aquela confusão e eu disse pra ficar com a minha que eu ia dormir com os meninos. E pronto, apaziguou...

Então é uma postura do coletivo de você não fazer muita questão das tuas prerrogativas. Eu acho também que isso é uma coisa mais feminina do que masculina. Do coletivo... Se você está numa festa, numa reunião, a mulher não senta enquanto não ver todo mundo servido, bem. Patch Adams... O homem não... pega o seu e senta... cuidador... Eu não sei se isso é tanto da esquerda quanto materno.

Luiz C: Era uma postura generalizada, da crítica, da auto-crítica... era um movimento coletivista. Aliás, esse foi um dos meus problemas, porque era tão coletivo que ele afogava o indivíduo. Esse equilíbrio entre coletivo e indivíduo é um equilíbrio difícil. Nossos filhos já viveram exatamente ao contrário. O individualismo. A busca da auto realização, do sucesso, do ser alguém bem sucedido na vida... esse ideal americano de ser, esses valores todos. Que é meio o oposto do que a gente viveu.

Quando participei do coral da USP. Eu cantava no coral da USP... Até que o coletivo achou que isso estava sendo incompatível com minhas atividades políticas... me arrependo até hoje... eu saí do coral da USP, era o coletivo que decidia. Imagina... Hoje em dia vocês não sabem o que é isso. [...] O movimento sindical é herdeiro dessa prática toda...

Luiz C: era muito introjetado... eu sentia culpa. Do ponto de vista psíquico, eu larguei o coral, senão eu ia sentir muito culpado de estar no coral e isso ser contra os companheiros... era uma postura... uma postura psicológica... uma pressão de grupo.

Shoshana: Eu acho que naquela época, convivia no movimento de esquerda e dentro de nós, essa coisa de regra por um lado e liberdade por outra. Então em algumas horas vencia essa coisa libertária e em outras coisas vencia essa coisa de... esse novo conjunto de regras que eram outras... não era mais a questão de cristo... não era cristo, mas era Mao Tse Tung...

Shoshana: E aqueles que não seguiam as regras eram enquadrados. Ou se enquadravam ou eram expulsos...

[...]

Luiz C: O centralismo democrático do Lenin era isso, levado a... mas muito mais rígido do que isso. O centralismo democrático, que nem a ditadura do proletariado. Você tem uma democracia na hora da decisão. O coletivo decide, mas uma vez que o coletivo decidiu a coisa é centralizada e autoritária. E acabou... Isso era teorizado... chama-se “o que fazer”, do Lenin.

Shoshana: Mas na prática, está claro hoje o funcionamento do PT, por exemplo, de centralismo democrático não tem nada. Só tem centralismo... Todo movimento socialista...

Luis J.: Vocês me autorizam usar essa entrevista, essas falas na pesquisa?

Luis C.: Você paga direito de imagem? (risos) Você viu que eu mudei muito, né?

Shoshana: Tranquilo. Eu não sei porque eu não consegui falar com o Filgueiras, tadinho. Eu não sei... acho que pra mim é uma coisa. Pro Luiz é uma coisa mais política, para mim é um caminho pessoal. Não é um caminho político.

Luis C.: Mas o meu caminho pessoal é político...

Luis J.: Vocês preferem que use algum outro nome para identificá-los ou não identificá-los?

Shoshana: Para mim, em princípio, tanto faz. A minha referencia é Juliana e Luis, então os amigos dos meus filhos, são meus amigos. Então, fique à vontade pra aquilo que ficar melhor no seu trabalho.

Luis C.: Não tem problema... como eu disse, eu não reneguei nada. Aliás, eu tenho orgulho disso. Fico triste com meus amigos que renegaram isso... acharam que foi errado, que não valeu a pena... essas coisas que eu já falei. Eu não renego um nada... nem eu ter desistido do coral da USP eu renego... (risos). Que eu teria sido muito feliz cantando no coral da USP... Então, é tudo válido, vivido com intensidade, acho legal, acho bom registrar essas coisas. [...] Essas coisas me emocionam. Eu fico... Gosto de falar... você vê que eu repito muito certas coisas, porque realmente são fortes... na minha vida.

Entrevista com Francisco

Rio de Janeiro, 2012.

Luis - Gostaria de lhe pedir para que contasse sua experiência durante o golpe militar de 1964?

Francisco - Ah, sim. Eu me lembro de tudo, participei dele.

L. - Participou dele?

F. - Eu *tava* no palácio Guanabara, né. Eu trabalhava com Carlos Lacerda. Passei três dias lá trancado no palácio. Não tinha comida. Chovia...

L. - Isso antes ou depois do Golpe?

F. - Não, durante. 31 de março eu *tô* aqui em casa, aqui. Morava sozinho aqui. Meus pais estavam fora daqui, e aí eu ia para casa do meu tio que era aqui na rua Cannin. E lá tinha televisão. E o Jango estava fazendo discurso no Automóvel Clube. Aí eu fui lá assistir. Não tinha televisão aqui. Ninguém tinha televisão.

Aí, minha empregada recebe um telefonema do Palácio Guanabara. Aí ela me te... chovia pra cacete. Meu deus do céu, o mundo desabava. Aí ela telefona para casa do tio Elias, eu atendo e diz "Olha, tão, tão chamando o senhor do Palácio Guanabara". Eu trabalhava lá. Eu era oficial do gabinete do governador. Aí eu liguei pro palácio da casa do tio Elias e.. aí eu até... eu pedi para falar, não com o governador, eu pedi para falar com o chefe da Casa Civil... que era o doutor Marcelo Garcia. Aí o doutor Marcelo Garcia atendeu e disse "Vem pra cá. Vem pra cá que nós vamos fechar a rua".

Aí eu fui de ônibus. Eu não tinha carro. Aí eu fui de ônibus, saltei Botafogo, atravessei a rua Farani, a rua Pinheiro Machado. Já estavam os caminhões de lixo bloqueando a rua. Eu ainda, eu tinha carteira da Casa Civil pude atravessar e fiquei no palácio. Isso foi no dia 31 de Março. Eu não sabia o que estava havendo. Eu só *tava* vendo... não... eu só *tava* vendo o Jango fazer aquele discurso pavoroso no Automóvel Clube e que eu notei... eu notei que ele estava pouco à vontade. Porque era um discurso para os sargentos e na hora que ele começou a fazer o que aquele general que era chefe da casa militar dele, que era o Argemiro de Assis Brasil. Inventou que existe um dispositivo que garantia a sobrevivência dele, eu fiquei com um pé atrás. Aí eu fiquei com um pé atrás duas vezes. Primeira, Lacerda era candidato a Presidente da República e ele precisava haver uma radicalização para ele ser eleito. Por que? Porque Juscelino já era candidato. A convenção do PSD já tinha homologado Juscelino para a reeleição. Quer dizer, uma eleição posterior, não era reeleição.

Juscelino fez um discurso como candidato do PSD à nova eleição extremamente otimista. Mas não... não tinha mais nenhuma referência porque estava tudo muito radicalizado. Bom, aí SÃO PAULO lança Carvalho Pinto como sendo uma pessoa que poderia ser a pessoa que tranquilizasse. Ora o que nos interessava era que não tranquilizasse. Por que? Porque o Carlos só teria chance de ser eleito se o negócio radicalizasse mesmo. Acontece que o Jango no dia 13 de Março no comício da central, ele ficou o discurso inteiro falando contra a constituição; assinou o decreto de desapropriação de todas as terras que ficavam a 100km de cada rodovia Federal de lado a lado, que era inconstitucional; assinou o decreto de estatização de todas as refinarias de petróleo que passaria a ser da Petrobras, o que também não estava esclarecido no decreto que ele assinou... ele assinou no palanque, no meio daquela gritaria, ele assinou no palanque e ninguém sabia por exemplo se vai indenizar... tem que indenizar.

L. - Isso no dia 13...

F. - Dia 13 de março. Bom no dia 31 de março ele vai para o Automóvel Clube e os sargentos estão lá. Olha... eu sempre tive medo do dispositivo militar. Você pode esculhambar com esse país, você pode fazer o que você quiser com o Bra... olha, a minha experiência no dispositivo militar, eu posso ver, desde que eu era nascido, 1945, 1964, 19...e... e... 65, enfim. Se você mexer com dispositivo militar, você dançou. A única coisa, [...] na hora que você mexe com a hierarquia e com a disciplina, aí, eu fico com o pé atrás. E eu falei com o doutor Marcelo, que era meu chefe da Casa Civil, era o chefe da Casa Civil do Carlos. Eu não tinha esse acesso ao Carlos, eu falei com ele eu digo, "Olha, o Jango está fomentando, já tinha ouvido, já tinha havido várias, várias sedições das classes inferiores das Forças Armadas, né. Disse agora ele vai, ele aceitou ir pra uma assembleia de sargento, chefe de Estado...

L. - Ele foi chamado pelos Sargentos?

F. - Ele foi chamado pelos sargentos e foi lá dia 31 de março no Automóvel Clube, e eu tô na casa de meu tio. Os sargentos estavam lá que era para fazer um revolução que era de baixo para cima, né. Aí eu disse, eu falei com o doutor Marcelo eu falei, "se ele for...".

E outra coisa curiosa, o Amaury Kruel, que comandava o segundo exército avisou a ele "não vá, não vá, é melhor não ir", "Não mas eu tenho que ir, tal, porque eu vou pacificar". Aí ele fez o discurso que eu escutei. Ele tava apavorado. Ele fez o discurso na defensiva, não ficou nem do lado da subversão, e ele queria afirmar uma autoridade que já não tinha mais. E eu tô escutando aquele discurso quando Olga, minha empregada, me telefona daqui, né. E disse para eu ir para o palácio, por que? Porque o Mourão tinha se revoltado em Juiz de Fora. Porque o Mourão tava assistindo, a televisão era a mesma, de repente o Mourão desligou o tele... o... a televisão e haveria uma revolução.

L. - O Mourão era quem?

F. - Era o comandante da Zona Militar de Minas Gerais. Que comandava inclusive, comandava.. ele era... o comando era em Juiz de Fora, mas comandava Belo Horizonte. Aí, porque... Belo horizonte era comando de general de brigada e Juiz de Fora era general de divisão, era 3 estrelas. E o Mourão foi, desligou aquilo porque haveria uma revolução. Já tinha o Golpe de Estado montado. mas não tinha nada a ver com ele porque era, era só dos oficiais de 4 estrelas e sairia daí a uma semana, mas... o Mourão que ia passar para a reserva daí a uma semana... comandando a divisão do exército em Juiz de Fora, que comandava, comandava belo horizonte, comandava Goiás, comandava Goiás...

Ele viu a oportunidade de sair na frente. Ninguém estava esperando, ninguém tinha *con...* ele não é, ele não participava da conspiração, mas ele sabia que havia. Mas ninguém contava para ele. inclusive ele não era bem visto no exército não. Ele tinha uma filha que era meio maluca e tal. A filha tinha um caso com o próprio filho, era um história meio complicada. E... ele não era bem visto. E ele não ia ser promovido à quarta estrela. Ele *tava* na terceira e ia embora pra casa. Aí ele viu a oportunidade dele fazer a carreira dele, né... aí que.. foi ele que saiu primeiro. Ele aí disparou primeiro. Aí, quando ele faz a sedição lá em Juiz de Fora é que... as forças dividiram, né.

L. - E naquela época você já acompanhava...

F.- Eu já tinha 24 anos, não era criança não...

L.- Mas digo, você já acompanhava essa história do Mourão?

F. - Não... depois eu fui... fui me informar. O que eu falei com o doutor Marcelo e.. e pedi ao doutor Marcelo para falar com o Carlos era o seguinte: "Nós precisamos da radicalização, que sem a radicalização o Carlos não ganha" Acontece que do jeito que a radicalização tá indo e do jeito que o Presidente da República tá falando mal da constituição, quem vai dar o Golpe é o Presidente da República... contra a constituição... para instalar uma República sindicalista. Então, todo projeto do exército vai ser de defesa contra o Jango. Mas isso não inclui Carlos Lacerda. Carlos Lacerda precisa de duas coisas: Primeiro, que tudo... a eleição ocorra tranquilo. A eleição era no ano, era no ano seguinte. faltava um ano, faltava um ano. A eleição tem que ser tranquila. Não se tinha garantia disso porque o próprio Presidente conspirava contra essa eleição. Segundo, ele tem que manter o nível de tensão para poder radicalizar para ele poder ser candidato... com chance de vencer.

L. - O Jango?

F. - O próprio Lacerda... os dois... os dois.. os dois... tinham que... aí apareceu Juscelino, *candi...* o PSD homologando a candidatura de Juscelino e Juscelino com discurso *tava* vazio. Por que que *tava* vazio? Porque todo mundo puxando pra lá, e puxando pra cá, e ficou no meio e no meio não tinha ninguém. E depois São Paulo lança Carvalho Pinto, quer dizer, lança... tenta lançar o Carvalho Pinto que seria uma pessoa tranquila. Mas não *távamos* numa época de tranquilidade, então.. eles ficaram meio sem discurso. Por outro lado, se... o Presidente, que era o Jango garantisse o processo eleitoral, da constituição de 46, o exército não faria nada. Acontece que... em todos os pronunciamentos dele, ele só falava mal do processo eleitoral de 46, então ele vai dar o golpe... (tosse).

L. - E como foi esse momento em que você ficou 3 dias no palácio..

F. - Não... Aí, aí... o... o... general Mourão revoltou... é... Juiz de Fora, que é a zona *elei*... zona militar de lá... que... é... Belo Horizonte é subordinado à Juiz de Fora. E quando ele fez a revolta, aí, o pessoal aqui do Rio... que não tinha tropa, a Escola Estado Maior, que é na Urca, Escola Superior de Guerra, que é na Urca também... e a Escola de Educação Física do Exército, se revoltaram... mas não tem exército, não tem tropa armada... (silêncio..)

Aí o Mourão, ele começa a descer... acontece que a Vila Militar aqui... a qual ele era subordinado, era comandada pelo general Cunha Melo e o general... porque nós não tínhamos ministro da Guerra, sabe por que? Porque o Ministro da Guerra *tava* no hospital morrendo de câncer. Então o comandante... o ministro interino da guerra era o comandante da vila. Que era um general de absoluta dignidade, que era o general Âncora... mas era um cara muito ligado ao Getúlio, ele tinha sido como General de Brigada, chefe de polícia aqui durante o governo do Getúlio quando aqui era Distrito Federal.

E o general Âncora, que era um homem de uma dignidade absoluta... ele era de uma dignidade tão absoluta que ele foi cassado porque ele ficou do lado oposto, mas o filho dele chegou à quarta estrela. Ninguém negou as promoções do filho dele que era militar como ele. Ele foi à quarta estrela, o filho dele. Todo mundo respeitava general Âncora, só que naquela condição, ele era ministro interino da guerra porque era o general mais antigo em comando aqui. Aí assume o mais antigo. Aí o Âncora assume o Ministério da Guerra porque o ministro que era o... o Jair Dantas Ribeiro *tava* morrendo de câncer no hospital central do exército. Morreu mesmo.

Aí, bom... o que faz com... com a vila. Ah, manda a vila subir a estrada Rio Petrópolis para enfrentar o Mourão, né. Aí, mandaram o general Cunha Melo que era o comandante da vila. Aí o general Cunha Melo subiu... e... aí o marechal Denys... já... na reserva, já reformado há muito anos, mas era um herói do exército, segundo os militares... e um golpista, né. E um golpista do 11 de novembro, e tal... um tradicional golpista, e... o marechal Denys, ele sai no... no Fusca do genro dele. E sai na frente... e vai a Petrópolis então lá tem o batalhão do imperador. Esse batalhão do imperador é... é... muito estratégico porque ele pode fechar a comunicação de Minas com o Rio. Podia, né, Podia...

Ele vai lá e o comandante do batalhão do imperador é um ex-comandado dele. Aí, quando o Cunha Melo chega em Petrópolis e atravessa Petrópolis. O batalhão não adere. Aí o Cunha Melo fica olhando pra trás e tá vendo todo mundo ir embora e aderir ao Mourão. Quando... aí o Mourão parou em Três Rios... Três Rios é um município que fica entre Petrópolis e... e... Juiz de Fora.

Aí o... o... o general Mourão parou em Três Rios com toda tropa dele. E por outro lado o Cunha Melo parou também diante de Três Rios... aí, revolução brasileira, né. O Cunha Melo que era colega de turma do... do general Mourão chegou pro general e disse "olha... eu... é... qual é a tropa que cê tem aí? Porque eu não tenho mais ninguém aqui, pô, todo mundo passou pro teu lado. Então vamos fazer o seguinte, eu vou descer..." – que era estrada, era serra, né... - "eu vou descer, vou voltar pra vila militar, só que você não vai atrás de mim, que é para não me... na minha história militar não dizerem que eu estou fugindo. Então eu vou descer, não vai haver tiro e amanhã você desce com sua tropa e a estrada tá vazia... mas não desça atrás de mim..."

L. - Isso já era no dia 31?

F. - Não... primeiro. Aí, já... Não, já era 2. Já era dois de abril. Aí o Cunha Melo chegou pro... pro general Mourão... eram colegas, né... e da mesma patente... e disse "olha, eu vou sair... agora, vem atrás de mim não". "Ah, tudo bem... qual é o problema?". Aí o Cunha Melo desceu, lá de Juiz de Fora que é serra, né. Foi pra baixada, foi pra vila militar. Quando ele tá recolhido o Mourão entrou, sem resistência. Ocupou, botou a tropa dele no Maracanã... no Estádio do Maracanã. Botou a tropa dele acantonada no Estádio do Maracanã.

Nesse interim, o Costa e Silva assume. Que *tava* no Ministério da Guerra... não teve nada a ver com isso. Não teve nada a ver com isso, nada... nada, nada, nada... O Costa e Silva que era o general mais graduado que havia aqui... assumiu. quando toda a revolta tinha sido engendrada em São Paulo começou tudo lá...

L. - E você, nesses dias que você estava... como você acompanhou?

F. - Eu *tava* lá trancado... não podia sair... nem comer, nem comer, pô. Não tinha nada, não tinha nada...

L. - E por que não podia sair?

F. - *Tava* bloqueado, os fuzileiros navais que eram fieis ao Almirante Aragão que era do lado do Jango, eles colocaram oposto de observação atrás do consulado da Alemanha, que fica em frente ao Palácio onde eu trabalhava. Palácio do Governo. E ninguém sabia o que que era aquilo. Por que? porque fuzileiro é o maior... é.. é uma... é uma alma perigosa, pô. São profissionais, pô. Não pode... nós só tínhamos PM. PM não pode combater fuzileiro. E eles *tavam* lá com o posto de observação então.. se bom... então aqui ninguém pode sair, né. Ninguém pode sair, ninguém pode entrar. Tudo bem, passei três dias lá. Aí a comida acabou, tudo bem. Aí eu fui lá na cozinha, tinha um resto de feijão no tacho, eu botei a colherada na boca, e tal. Mas fiquei por isso mesmo, não tinha, não tinha pão, não tinha manteiga, não tinha nada... mas lá... e chovendo... e chovendo... não parava de chover.

Aí, pô... (pausa) aí, houve uma mensagem, houve uma mensagem curiosa. Que foi...

Você viu meu cigarro por aí? Ah, deu... traz ele pra cá por favor... bom... (pausa)

Aí, eu *tava* no gabinete do Carlos... (pausa) que a dúvida era se... segundo exército era comandado pelo Kruel, que era amicíssimo do Jango. Mas era uma cara anticomunista violento. E o Kruel chegou e disse "Eu acabo com essa desordem e você tem que... prender a CUT. Você tem que... afastar UNE, afastar toda essa liderança de esquerda. Se você fizer isso, eu te garanto"... Para o Jango...

Aí o Jango disse "Eu não posso abrir mão de quem me apoia". Eu digo "então, você decidiu sua sorte"... aí... (pausa). Aí o Kruel começa a descer com o segundo exército... mas que vem de SÃO PAULO. Até agora eu *tô* contando a história que vem de Minas. Agora vai descer o segundo exército que vem de SÃO PAULO comandado pelo Kruel, né.

L.- Isso que dia que era?

F. - Dois de Abril. Aí, o primeiro exército... comandado cumulativamente... com o comandante da vila e o ministro... ele acumulava os três, pô... Por que? porque o comandante da vila... comandante interino do primeiro exército estava em Três Rios, recuando... aqui no Rio, quem é que *tava*? era o Âncora, que era ministro da guerra. Por que? porque o ministro *tava* no hospital morrendo. Bom... aí... (pausa)

Aí o Âncora pega o avião e vai à Rezende. Na academia militar de agulhas negras. Onde o Kruel tá descendo e o Âncora, colega de turma do... do Kruel. Os dois são 4 estrelas... e são da mesma turma. Da mesma turma do Castelo também... e tão... e.. vai haver confronto... mas não teve confronto nenhum Por que?, porque o comandante da academia militar da agulhas negras que era um general de brigada, que era o general Médici. Que era o comandante da academia militar, ele vai ser o interlocutor... então o general Âncora chega, o Médici tinha 2 estrelas, o Âncora 4, vão espera o Kruel chegar com as 4 estrelas dele. Aí o Âncora vê o quadro... Âncora é ex-Febiano, comandou tropa na Itália, pô, sabia como é que se trabalha em campo. Aí o Âncora foi e se rende a ele. E abre o espaço para ele descer pro Rio. Então, o segundo exército que tinha uma força muito mais forte que a do Mourão... o Mourão já tinha chegado ao Rio e ocupado o Maracanã. Mas aí o Kruel chega e ocupa o Rio inteiro, ocupa o Rio inteiro, né.

Aí... (pausa) foi levantado o cerco... do Palácio, onde eu *tava*. E pô... "agora a situação é nossa"... Aí ei falei pro Borghoff que era meu chefe imediato "nós acabamos de perder a eleição parta Presidente da República" Por que? porque eu lia... eu não era aluno da Escola Superior de Guerra... fui aluno depois. Muito depois eu fui aluno da Escola Superior de Guerra e confirmei isso tudo que eu já previa. Eu falei com o Borghoff, que era um lírico, não era um político. Ele era um industrial e era Presidente de um banco de desenvolvimento nomeado pelo Lacerda. Um cara honestíssimo, um cara...

L. - E você estava apoiando o Lacerda...

F. - Eu *tava* apoiando o Lacerda, era o Lacerda. Eu cheguei pro Borghoff, que era o secretário dele. Secretário de Economia e Presidente do Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro. Uma cara honestíssimo, um cara perfeito... mas um pouco ingênuo. Eu cheguei pra ele e disse "olha, o Carlos nunca mais vão ser Presidente da República. Porque dessa vez os militares chegaram pra ficar". "Ah, não existe isso. Nós temos o melhor candidato..." que era

o Castelo... Castelo era um democrata, era um democrata... eu digo "mas ele, ele vai ser ultrapassado porque o Costa e Silva já tomou conta do ministério". Tanto que quando houve a junta militar, antes do Castelo tomar posse a junta militar era composta do almirante Melo Batista... era composta pelo Melo Maluco, representando a aeronáutica. E era composta pelo Costa e Silva. O Castelo tirou o Melo Batista... tirou o Melo Maluco... mas não teve coragem de tirar o Costa e Silva. Ele não tinha apoio, porque o Costa e Silva tinha apoio na tropa. E ele precisava de apoio na tropa.

E você sabe que a Aeronáutica tem que aterrissar. A marinha tem que Âncora. Exército não, exército tá aqui.

Aí quando eu vi o Castelo tomar posse na Presidência da República e confirmar o ministério dele, que ele tirou o ministro da aeronáutica... que era auto nomeado... pelo governo revolucionário. Tirou o ministro da marinha... que era o Melo Batista. E deixou o Costa e Silva... eu digo "Ele não tem controle do exército"... porque ele.. ele.. ele teria... Para ele ter o controle da situação ele teria que tirar o Costa e Silva, mas ele não tinha. Aí ele não tirou. Aí... dois anos depois, termina o mandato dele...

L. - Nessa época, quando você percebe que os militares não iam sair tão cedo e o Carlos Lacerda não ia ser mais eleito. E como foi quando você se deu conta disso?

F. - Não.. eu previ. Eu não era ingênuo. Agora, o Borghoff era ingênuo, Borghoff era um empresário, não tinha vivência política. Eu tinha alguma. Eu não tinha militância na política não, mas eu tinha, eu... eu via as coisas. Eu cheguei pro Borghoff... e outra coisa, O Borghoff não podia concordar comigo, ainda que ele assumisse... ainda que ele concordasse comigo, ele não podia dizer que concordava porque ele ia ocupar o Ministério do Castelo. Como ocupou. Então ele não podia *di...* ele, ele tinha que dizer que eu *tava* delirando. Por que? porque ele ia ocupar o ministério do Castelo e eu digo, ora "eu acho que..." e ele era o chefe da campanha do Carlos, na qual eu trabalhava.

Então eu cheguei, disse "Olha, acabou a campanha, não vai ter mais, os militares dessa vez chegaram para ficar. Eles estão cansados de dar Golpe de Estado e entregar o governo pros civis e os civis fazerem cagada. Segundo a opinião deles, militares.

E isso daí foi muito confirmado num livro que o Marechal Denys escreveu e que eu tenho aí. Mostrando que existe uma certa lógica desde 1922 dos 18 do forte até 64. porque o Denys participou de todas aquelas conspirações e ele disse que a consagração daquela conspiração foi 68 com o AI5, com o AI5...

O Denys foi um conspirador desde que era garoto que... em 1922 ele era aspirante. Ele devia ter o que, 22 anos. Morreu com 90. E... e ele participou do governo Costa e Silva, e depois do AI5 também. E houve um episódio que ele conta no livro dele que foi editado pela Biblioteca do Exército. Que o Castelo queria uma solução civil. E o Castelo fez uma opção. Seriam os generais políticos, quais eram: Juraci Magalhães, era um general mas tinha sido governador da Bahia; Cordeiro de Faria, tinha sido governador de Pernambuco. Generais políticos, ou o Jurandir Mamede, que era um general não político, mas foi interventor no Amazonas, por nomeação dele, Castelo que adorava o Mamede. Mamede era um cara muito competente, era um oficial intelectual. E ele queria uma solução civil, que poderia ser o Bilac Pinto. (pausa)

E quando ele anotou isso, o chefe da casa civil dele, que era membro da Academia Brasileira de Letras, era um homem inteligentíssimo. Ele se cercou de gente muito boa, que era aquele que foi governador da Bahia, era da Academia Brasileira de Letras, historiador fantástico, agora não me lembro o nome dele... (Waldir...) Não... não, não me lembro o nome dele.

Mas *taí* a história do governo Castelo Branco foi ele que escreveu. Aí aconteceu o seguinte, é que... (pausa) o dispositivo militar sabendo que o Castelo queria dar uma solução civil para a sucessão dele que seria o Bilac Pinto, quê que ele fez? ele o Denys... não.. ele... ele... ele o Denys.

Houve um almoço no museu de arte moderna, onde ele reuniu três pessoas, Marechal Mascarenhas de Moraes, que por uma lei do congresso nacional era o marechal que ficaria na ativa até morrer, que foi o comandante da FEB. Então ele era o mais graduado militar do Brasil na ativa. Contra Cordeiro, contra Juraci, seriam as soluções que o Castelo apresentava militares... e contra Bilac Pinto, que seria a solução civil.

Aí tinha uma outra solução civil que o Castelo tinha apresentado que era Pedro Aleixo, que era ministro dele da educação. Também seria uma solução civil. Bom, o que que aconteceu? O marechal Denys reúne no... no... é... no museu de arte moderna que naquele tempo tinha um restaurante meio que bom. Reúne o marechal Costa e Silva, reúne o... o... marechal... é... lá o comandante da FEB... e ele. Só os três.

Isso ele conta no livro dele, escancaradamente, ele não esconde nada. Ele chegou e disse a solução tem que ser o seguinte: "você vai ser o Presidente da República".

L. - Falou para o?

F. - Pro Costa e Silva... pro Costa e Silva e o Mascarenhas apoiou e ele apoiou. E aí... eles mandavam mais do que o Castelo na... no segmento militar. No segmento militar eles mandavam mais do que o Castelo. Eles mandavam mais do que o Castelo, né. O Castelo não tinha muito apoio no segmento militar inclusive porque o Castelo era um cara muito afastado da tropa. porque ele era dos intelectuais, então ele vivia mais na Escola Superior de Guerra, era professor da escola do Estado Maior. Comandou o 4º exército, é verdade, ele chegou a comandar um exército, mas por pouco tempo. Não era assim um cara que *tava* na caserna, mas já o Costa e Silva era um cara que *tava* na caserna. Aí...

(pausa)

Houve a eleição de 65. A eleição de 65 o governo perde. Há uma revolução na vila militar dos oficiais.

L.- Mas tinha civil na eleição de 65?

F. - Foi eleito Negrão de Lima aqui... que era um Estado estratégico. E foi eleito Joel Pinheiro em MG. Civis. Joel Pinheiro, ligado a Juscelino e o Negrão também.

L. - Isso pros Estados?

F.- É... governadores. Aí houve uma sedição na vila. Desafiando a autoridade do Presidente da República que era o Castelo. Que é que vai dominar a vila? O Castelo pede ao Costa e Silva, que é o ministro para ir lá e o COSTA E SILVA chega lá e domina. Agora, *cê* já imaginou o COSTA E SILVA dominando aquela vila, que *tava* revoltada e isso aqui podia virar uma bagunça. O COSTA E SILVA domina a vila, todo mundo se subordina ao COSTA E SILVA e o COSTA E SILVA vai ao Castelo e diz "Tá todo tranquilizado". Vê a força do Costa e Silva nesse momento. Ele fez o que o Castelo não poderia fazer.

L.- Em 65 isso?

F. - Sessenta e cinco. Aí o Castelo se sentiu fraco. O que que o Castelo podia fazer? Estava na mão do COSTA E SILVA. Por que? Porque havia uma revolução contra o Castelo que não chegou a se realizar porque o COSTA E SILVA como ministro dele, Castelo, foi na vila e... e enquadrado todo mundo: "Costa e Silva têm que obedecer o Presidente Castelo!".

Aí ele volta... (pausa) aí, amassou o Castelo. Aí, o Castelo desistiu do Bilac Pinto, mandou o Bilac Pinto como embaixador do Brasil em Paris. E... num... ficou lá... tá certo... era... era candidato a Presidente, era mineiro, tinha sido governador de Minas. Tá... manda ele para Paris e tal, como embaixador e tal, leva o dele. E caiu na mão do Costa e Silva. Aí veio a eleição em 67, eleição entre aspas, é, que foi pelo Ato Institucional número 2 a eleição era indireta. Aí o exército diz é Costa e Silva... o exército não, as Forças Armadas. até então as 3 forças estava unidas contra o Castelo, contra o Castelo... e contra o Golbery. Que o Golbery era... é... é... era visto como um bruxo.

Aí, o que que faz o Castelo? Como Golbery era um coronel e não tinha dinheiro. Tinha o soldo dele de coronel pra não ser perseguido, nomeou o Golbery ministro do tribunal de contas da união. E o Ernesto Geisel que era chefe da casa militar, dele, Castelo, que seria perseguido pelo Costa e Silva. Ele promove... caso único na história do Brasil... ele promove o Ernesto Geisel a general de 4 estrelas e imediatamente nomeia ele para o Superior Tribunal militar. Coisa que não acontece, porque todo general de 4 estrelas para ele chegar ao STM ele tem que comandar um exército, ele tem que comandar um departamento... ele tem que comanda... o Castelo, o que que faz? Mas isso era uma tradição, não *tava* escrito na lei... o que que faz o Castelo... nomeia...

Bota uma quarta estrela no Ernesto Geisel... e manda ele pro Tribunal. Por que? pra poupar perseguição que o Costa e Silva ia fazer em cima deles. Então botou o Golbery que era coronel da reserva... da reserva... ele já era reformado. manda ele pro tribunal de contas da

união, então pronto, *cê* tá agora no poder civil. Tribunal de contas da união pertence ao congresso nacional. Isolou o Golbery lá. E que que eu faço com Ernesto Geisel que ainda tá na ativa? Bota uma quarta estrela no ombro dele e nomeio ele pro tribunal militar, ele vai ser ministro. Também tá fora do exército, que ele agora tá no poder judiciário.

E aí o Castelo sai. Aí o Castelo sai mas depois ele morre naquele acidente. e... que aliás, o acidente foi acidente mesmo... foi acidente mesmo... não há dúvida... não, não dúvida quanto a isso, porque inclusive o avião que bateu nele era de um, de um colega dele de turma que era o general Alfredo Souto Malan que eu conheço... conheci, já morreu.

E esse menino que... (Pedro...) não... não... *tô* falando o cara que... o aviador, né. Porque você quando decola numa formação, você tem que olhar pro que tá na frente e à esquerda. E ele decolou em formação, e o piloto que vinha da fazenda da Raquel de Queiroz, que era prima do marechal. Ele saiu da casa dela, né. O piloto entrou na formação. Ele não pode ver quem tá chegando. Ele tem que olhar pra quem tá lá, tá em formação... aí bateu no avião dele. Não... foi avião, Foi acidente... num... quanto a isso não há dúvida não.

L. - E voltando no Palácio da Guanabara, mudou muito coisa no seu trabalho?

F.- Não... mudou nada, mudou nada... aí o Lacerda perde a eleição e vem o Negrão.

L - Isso em 67?

F - 67, 67, 67... não... 66, pra tomar posse em 67. Aí em sessenta e seis vem a eleição e eu fiz a campanha, contra minha vontade do Flecha Ribeiro, que era um sujeito extremamente antipático, mas era o secretário da educação do Carlos, era o único candidato que ele tinha, contra o Negrão, né. Que era amigo de meu pai.

E... fiz um... fiz a campanha do Flecha, perdemos e aí vem o AI2. Que foi um pretexto. Que o... o... Marechal Castelo Branco não queria, mas era uma maneira de controlar a vila, porque... entre o AI1 e o AI2 é que houve esse episódio do... do pessoal lá na vila querer se revoltar, é. Os oficiais e o Costa e Silva foi lá e controlou e manteve a disciplina. Aí voltou pro, pro Presidente da República e disse "mantive a disciplina"!

Olha, se o ministro chega e diz "Mantive a disciplina", entre parênteses é "porque você não poderia manter", ficou poderoso. Aí foi em sessenta e... sessenta e seis. sessenta e cinco. O AI2 foi em sessenta e cinco.

Aí, aconteceu um problema que eu... eu até... eu não preciso escrever sobre isso porque já escreveram sobre isso. Eu até concordo ou discordo dos autores que escreveram sobre isso. O negócio é o seguinte, é que a década de sessenta e oito... foi uma época de muita contestação. Teve aquele problema lá na França com o "*Chiang Lee*" e que o De Gaulle teve que... ir embora de Paris. Isso fortaleceu o De Gaulle, mas tinha aquele "*Cobandieu*", e se publicava aquelas obras daquela gente toda e tal. Aquilo evidentemente contaminou o Brasil, só que o Brasil estava num regime de intolerância.

Então, era muito difícil absorver aquilo. Então, aí veio aqui no Brasil, aquilo refletiu o que? No festival da canção que o governo teve que cortar, que *tavam* fazendo divulgação de música subversiva e tal. Aí como é que ficava? Eu não tinha nada a ver com aquilo, já *tava* fora do governo eu *tava* no meu cargo público, eu era fiscal. Eu *tava* trabalhando na baixada, eu *tô* [me lixando] pro que tá havendo aí no país. Eu sai do Palácio, Carlos perdeu a eleição, o Negrão assumiu, eu saí do Palácio. Eu *tava* em São João do Miriti, que é um município da periferia.

L - E você teve algum problema por apoiar o Carlos Lacerda?

F- Não, nenhum, nenhum... nenhum. O... Aí, teve aquele movimento, né, teve aquele negócio, tal, era, era, era, Tropicália e tal e... bota aí Chico Buarque, tocando umas merdas lá... e era aqueles baianos e tal, todos cabeludos, mal cheirosos. Isso irritava os militares. Que militar você sabe, no quartel tá todo mundo barbeado e tal, tem que fazer a ordem unida de manha cedo. Mas aquilo era, era , era a maneira que a época lidava.

E... os militares não... estavam no poder e não entendiam aquilo. Aquilo *tava* fora do projeto deles, né. Então tinha lá, vem o festival da canção. tinha umas canções lá, aquele cara começou a cantar música subversiva. Era subversiva mesmo, pregava a revolução e tal, e Cuba, não dava.

E outra coisa, havia guerrilha interna. Havia guerrilha interna. Por que? Porque o projeto revolucionário que vinha de Cuba, ele queria criar na... na área do Araguaia uma zona liberta.

Por que? porque essa zona liberada poderia ter reconhecimento internacional de Cuba. e se tivesse reconhecimento internacional de Cuba, como a Alemanha era governada por um governo socialista. A Alemanha ocidental. Que era do... do... daquele, daquele o... governo socialista que reconheceu a Alemanha oriental, ele ia reconhecer. Então, nós teríamos dois países. Teríamos o Araguaia reconhecido internacionalmente na Europa, como sendo um outro país. Um outro país não, um outro governo. O que colocaria em cheque o governo ditatorial que nós tínhamos em Brasília, que era o general Médici. Na época era o general Médici.

Aí que que houve? Aí o governo o que que fez? "Vamos acabar com a guerrilha..." Agora como é que *vamo...* aí... aí... é que... é uma coisa interessante que eu tenho isso na Santa Clara. Que eles se inspiraram num, num, num escritor que é um coronel. Que é o coronel Hermes, Hermes de alguma coisa. Eu tenho esse livro dele. é um livro editado pela biblioteca do exército, ele é um coronel português, que ele inventou o conceito de inimigo interno. Esse conceito a Escola Superior de Guerra assumiu.

L - É português ele?

F- É português. Coronel Hermes, agora não me lembro o nome inteiro dele, mas eu tenho esse livro dele, tem lá na minha estante. De vez em quando eu leio esse livro, ele faz muito sentido naquela época, porque ele inventou o conceito de inimigo interno. coisa que a ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA adotou e já retirou. Depois que caiu a União Soviética ela retirou esse conceito que é o seguinte. Eles vendo a...a ocupação soviética do território africano... que foi naquela época. O inimigo tá dentro. Você não tem que esperar um inimigo externo. Então não tem que esperar um inimigo externo, então, não há guerra externa, a guerra é interna. E o livro se chama a Guerra Insurrecional e Revolucionária.

Então você tem o conceito de inimigo interno. Esse conceito é que foi desenvolvido aqui. E esse conceito é que levou você a ficar matando Brasileiro. Por que? porque brasileiro é o inimigo interno, porque ele foi treinado em Cuba, foi treinado na Tchecoslováquia, foi treinado em Moscou e ele entrou aqui para abalar a situação brasileira. Então o inimigo interno. Não pensa que ele vai falar... ele vai entrar aqui falando Russo, ele vai entrar aqui falando tcheco... ele vai aqui falando cubano, vai falando espanhol... não... ele tá aqui dentro. Porque ele foi treinado lá e ele é brasileiro e ele é inimigo. Essa foi a concepção desse coronel português que a Escola Superior de Guerra assumiu e isso se justifica toda a repressão que.. que o Brasil fez em cima dele. Que o Brasil olhava o Jose Dirceu, o José Genoíno inimigo. Não era, não era, não era contestador. Não era contestador. Era inimigo. Porque ele está aqui defendendo o interesse de uma potência estrangeira que é a União Soviética, que através de Cuba ou da Tchecoslováquia onde eles eram treinados, entra aqui para transformar isso aqui num país igual a Cuba, igual a Tchecoslováquia ou igual a União Soviética.

Então, é claro que... no momento que cai a União Soviética isso perde o sentido. Claro que perde o sentido e a Escola Superior de Guerra fez uma revisão. Mas quando eu estudei na Escola Superior de Guerra, isso foi em 80, isso fazia sentido. Fazia sentido. O inimigo tá aqui dentro. E como é que você vai saber quem é o inimigo? ele fala sua língua, veste sua roupa, ele compra roupa dele nas lojas que você compra, como é que você vai identificá-lo?

Capturando e torturando! capturando e torturando! E que autoridade moral... tem ele de dizer que não pode ser torturado? se nos países... de onde ele vem com a instrução subversiva dele, lá se tortura e se mata? Então vamos fazer a mesma coisa. A ideia era essa. Claro que isso tá ultrapassado.

L – E como a ideia do inimigo interno era vista por todos? Na sua vida, você vivia isso como um coisa que era muito distante ou próxima?

F - Não... o que havia era uma possibilidade real de... eles ocuparam... houve duas tentativas. Houve uma no Caparaó. Que era financiado por Cuba através do Brizola que *tava* no Uruguai. E Caparaó fica aqui no Sul e era comandado pelo coronel, e essa guerrilha do Caparaó não deu em nada. Foram todos presos e esse coronel foi condenado a... a morte mas porque era crime militar. Ele matou... ele matou um colega dele que era militar, né. E matou de uma forma meio cruel, né. porque ele... ele... não deu um tiro, ele... ele abriu a cabeça do cara com... um... pedaço de madeira lá que ele achou. Era o General Jeferson de Alencar Osório. Esse cara matou um tenente. Ele, coronel do exército, ligado ao Brizola, matou um

tenente do exército abrindo a cabeça dele quando o menino *tava* de costa, que era um tenente. Não tinha nem 25 anos. esse cara, Jeferson Cardim de Alencar Osório, ele foi... ele foi condenado... capturado, condenado. Não sei se ele tá vivo, acho que não porque ele tá muito velho.

L- E isso foi em que época?

F- Ah, isso foi logo no início, foi em sessenta e cinco. Aí o... (pausa para acender o cigarro). Aí... vem a eleição. Porque é, a eleição de 66... a guerrilha ficou esperando o que ia acontecer naquela eleição pra saber quem é que ia matar... porque em 65... em 64, porque a revolução aconteceu no dia 31 de março de 64... em outubro de 64, antes do exército partir para a tortura e para atividades extra legais... em outubro de 64... Costa e Silva, Costa e Silva era o ministro e ele chega em Recife. E a Ação Popular que era comandada por esse Betinho botou uma bomba no aeroporto de Guararapes e por acaso o avião do Costa e Silva atrasou e a bomba explodiu e matou o... o... o jornalista Edson Regis, matou um almirante reformado que *tava* esperando o Costa e Silva lá só pra dar um abraço nele, matou a mulher do almirante e mutilou um cara lá, que era o cara que empurrava bagagem.

Quando mataram o Almirante... coitado, o almirante de 80 anos... tinha sido almirante na guerra do Paraguai, *pô*... ele *tava* lá porque ele gostava do Costa e Silva, conhecia o Costa e Silva, Costa e Silva comandou o 4º exército, era lá... ele morava lá e ele nem era comandante nada lá. Simplesmente ele era um oficial general da marinha com 4 estrelas que foi morar em Pernambuco porque a mulher dele era pernambucana, então foi morar lá. Aí explodiu a bomba. Aí viram que era a "AP", que era um movimento subversivo que era comandado pelo Betinho.

Aí o exército acendeu a luz. Então, dizer que a tortura começou como diz o Elio Gaspari, que é mentira! Que a tortura começou quando o exército aprendeu a torturar, que veio aquele americano e ficou ensinando o exército a saber como torturar não é verdade.

Primeiro lugar, quem começou a torturar foi a polícia. polícia de Pernambuco. Polícia de Pernambuco que sempre torturou. mas sempre torturou! Continua torturando, continua torturando. Agora não é por motivos políticos, mas ela sempre torturou. Polícia em Pernambuco você não sabe que que é...

esse, esse marco Antônio Maciel... esse Marco Antônio Maciel, que pousa aí... aí de menino bonito, o pai dele Zé do Rego Maciel era secretário de segurança em Pernambuco. foi um dos maiores torturadores que teve lá. Agora, torturava quem, torturava bandido. bandido entra na polícia, se não... não revela o que eu quero saber, não sai. Aí aparece um corpo boiando lá no Capibaribe e ninguém sabe o que é...

A polícia, quando houve o atentado contra o Costa e Silva, que ele não estava, o avião chegou depois. Ao avião... o... aeroporto estava todo destruído, o almirante *tava* lá todo esvaçalhado, a mulher do almirante *tava* toda esvaçalhada, o jornalista Edson "*Resch*" *tava* cobrindo o que *tava* havendo, *tava* todo esvaçalhado lá. E... a polícia chegou pegou os prováveis envolvidos daquilo, torturou todos eles, como ela sempre faz, não foi o exército, mas o exército acendeu uma luz vermelha. Mataram um oficial de... general de 4 estrelas, pera aí.

Aí começaram os atentados em SÃO PAULO. E aqui no Rio. Quais foram esses atentados? Um oficial, general... não oficial general não, um oficial superior *tava* fazendo curso superior de guerra com, com convênio, que era um alemão. tinha nada a ver com a repressão do Brasil. A AP vai e mata esse cara na av. Paulista. tinha nada a ver, nada a ver... Esse oficial se chamava Von Werstenhagen, eu me lembro do nome dele. Mataram esse cara na avenida Paulista... e... na frente do Museu de Arte de SÃO PAULO. Quer dizer, eles nem procuravam lugar discreto, né. Não há lugar mais ostensivo do que o museu de arte de São Paulo na Avenida Paulista. Mataram o cara. Mataram o Boillesen, que era o Presidente da Câmara de comércio Brasil-Alemanha. A própria República alemã exigiu que o Brasil tomasse alguma providência, porque o Boillesen foi assassinado lá.

L. - Não era ele que acompanhava as sessões de tortura?

F. - É... é... Ele acompanhava e tal... dizem, dizem, dizem... Agora eu me pergunto o seguinte, se esse cara acompanhava as tortura que faziam de terroristas brasileiros presos e ele não tinha nada a ver com isso que ele era um alemão e era Presidente da Câmara de comércio, eu pergunto o seguinte, porque o governo socialista da Alemanha que era dirigido pelo Sr. Wille

Brant, que tinha acabado de reconhecer inclusive a República. Democrática Alemã como um Estado soberano e o Brasil passou a ter embaixador lá e a própria Alemanha ocidental passou a ter embaixador lá, porque que o Sr. Wille Brant nunca... nunca pediu que isso fosse averiguado? Seria de todo o interesse do governo socialista alemão que já estava se compondo com o governo socialista da República Democrática Alemã que aquilo fosse esclarecido.

L. - E na época as pessoas falavam sobre isso na rua?

F. - Não... não... tinha censura, ninguém sabia de nada.

L. - E nem sabiam do Boillesen?

F. - Não, do Boillesen... agora, aí veio o... o... sequestro. Aí aconteceu o seguinte... logo em seguida vem, lá no Uruguai que tinha os Tupamaros. os Tupamaros sequestram um americano... esse sim que instruía a polícia... polícia, ele instruía a Polícia de SÃO PAULO como torturar sem deixar marcas e esse cara vai para o Uruguai para instruir a Ditadura Uruguia como fazer a mesma coisa. E é capturado pelos Tupamaros e é assassinado, mas ele morou aqui. E o Cônsul do Brasil em Montevideu, que era cônsul geral, que era o Aloísio Gomide é sequestrado... é meu amigo. Ele é irmão da Santa Casa, ele é o tesoureiro... o Aloísio Gomide... agora é embaixador aposentado, tá idoso, mas ele é o tesoureiro da irmandade.

Aí o Aloisio Gomide é preso, acontece que havia... já era governo Geisel e havia uma restrição de mandar dinheiro para o exterior. Não, não era governo Geisel não, era governo Figueiredo. Havia... havia um problema... e os Tupamaros tinham pedido uma indenização de milhões para devolver o Gomide, se não pagassem em milhões para a guerrilha Tupamaro, matariam o Gomide... Aí, à margem da lei que já não tinha AI5, não tinha AI5, então não pode fazer a coisa assim... mas fizeram.

O ministro da fazenda era o Delfim, aí o Delfim fez uma operação triangular. Mandou o dinheiro para Paris, onde ele tinha sido embaixador que ele tinha uma conta lá. E Paris mandou uma conta pra Montevideu e a conta em Montevideu não tá interessado pra quem ela foi, foi pros Tupamaros. Aí soltaram o Aloisio, mas era proibido. Isso que ele fez é o que esse, esse vagabundo agora que tá sendo condenado fez. Esse... exatamente a mesma... a mesma coisa que esse Marcos Valério tá fazendo. Só que o Marcos Valério fez em proveito próprio, sendo o ministro da fazenda fez pra tirar o Gomide da mão dos Tupamaros, porque o Uruguai não tinha condição de libertar o Aloisio Gomide, os Tupamaros *tavam* tomando conta.

Eles *tavam* pedindo dinheiro, dinheiro. Era milhões. Aí que que fez o... isso aí fica difícil de explicar, né. Porque o... o... ministro da fazenda manda um dinheiro pra uma conta particular dele numa conta em Paris quando ele foi embaixador na França, e dessa conta ele manda pra Montevideu pra uma conta que não se sabe de quem é. E que os Tupamaros sacam, aí libertaram o Aloísio...

Foi muito comentado... porque esse dinheiro não podia sair daqui que era proibido. Você queria viajar pro exterior, você tinha que declarar quanto você queria levar, aí quando você voltava do exterior você tinha que declarar quanto você ia trazer. Isso era pra evitar exatamente as contas nos paraísos. Acontece que o ministro da fazenda tinha uma conta... que não era um paraíso... ou talvez fosse. Não tô inocentando ele não. Enfim, ele fez uma conta triangular, coisa que daria cadeia pra qualquer um de nós. Mas pelo menos ele liberou o Aloisio.

L. - O Delfim era ministro da fazenda nessa época, mas já era também no AI5. Ele ficou durante todo esse tempo?

F. - Não, não... ele foi... depois do governo Geisel o ministro foi Mario Henrique Simons e no governo Figueiredo ele foi ministro da agricultura e o Mario Henrique foi ministro da fazenda. Só que ele brigou com o Mario Henrique e aí o Mario Henrique pediu demissão e ele assumiu o ministério da fazenda. Que era onde ele devia estar porque ele não entendia nada da agricultura. Ele *tava* lá para uma composição. E foi exatamente aí que aconteceu esse episódio... foi 70... setenta e muito... 80, mais de oitenta.

Aí eu, uma vez estive com o... o Presidente Figueiredo. Porque eu conheci o Presidente Figueiredo quando ele era tenente coronel. Porque ele era síndico de um prédio aqui em frente

e meus primos moravam aí. Cresceram juntos os filhos dele com meus primos. E o dono do prédio, que era pai da minha tia, mãe de meus primos era general de divisão. E ele era tenente coronel. E ele era o síndico. Ele o Figueiredo. Mas como todo militar, tá na ativa.. o... o general de divisão que era o... o... o... tio dos meus primos... avô dos meus primos... *tava* reformado, inclusive ele não era combatente, ele era médico, era médico, era do quadro médico. Ele chegou ao fim da carreira porque o médico não vai até general de 4 estrela, só vai até 3. Ele chegou no final de carreira... ele era médico, era especialista em bacteriologia e tal, tudo bem. Chegou no fim da carreira, mas era... tinha 3 estrelas. E o Figueiredo não tinha nenhuma, era tenente coronel, mas aí é transferido e tal... foi pra São Paulo controlar a força pública. E largou...

Isso aí foi na década de 50...mais ou menos, o Figueiredo era, era, era...era tenente coronel. Aí ele vai e é transferido. Militar, você sabe, não tá nunca num lugar só. E ele foi controlar a força pública de SÃO PAULO quando o governador era o Laudo Natel. Quando cai o Ademar, o Laudo Natel que era o vice-governador do Ademar assumiu o governo de SÃO PAULO e chamou ele. Então ele saiu daqui, então... deixou de ser síndico.

Mas eu me lembro dele, eu me lembro dele. E ele se lembrava de mim. Ou não se lembrava de mim, mas o fato é que quando eu vou fazer a Escola Superior de Guerra, os estagiários da ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA tem que se apresentar ao Presidente da República. aí eu vou à Brasília, junto com a escola, nós éramos 51...

Maria Lúcia - Mas não foi ele quem te indicou? Não foi indicação dele?

F. - Mas, mas, mas aí... foi Francisco, Francisco que entrou na história. É... quer dizer, foi meu pai, né... eu não cheguei lá e disse "olha, me indique...". Não... Foi meu pai que se dava com ele... meu pai se dava muito bem com ele e tal, "indica meu filho", então me indicou. Bom, aí eu fiz o COSTA E SILVA e tem que se apresentar ao Presidente da República. Eu vou *pla... pla...* ao planalto, nós 51 estagiários e cada um apertando a mão do Presidente. O Presidente tá lá. Aquilo deve ser uma chatice pra ele, apertar 51 mãos que ele não sabe [nada], "quem é esses caras". Mas... aí eu passei por ele direto. Presidente, tal... ele esticou a mão e tudo bem... "vai, vai andando, que a fila tá grande aí".

Agora acontece que quando João Eduardo fez bodas de ouro, ele estava... João Eduardo, marido de Leda, quando ele fez... meu primo... ela minha prima, ele era almirante. Ele fez bodas de ouro. Aí fizeram a missa onde... onde o Marcos Jardim... O Marcos Freire casou-se. Naquela mesma igreja... Marcos Freire... E era uma cerimônia pequena, bodas de ouro do almirante Ceco. Mulher dele que era minha prima, pouca gente, velha... poucos sobreviventes da geração deles e tal. E o Figueiredo *tava*, como ex-Presidente, não era mais [nada]. Foi aí que eu pude falar com Figueiredo. Já era Ex. Foi muito depois dele ser Presidente. Já era o Sarney...

Mas o sogro do Marco Antônio, que é nosso primo, o sogro do Marco Antônio era um general de 4 estrelas, que era irmão do Figueiredo. Que o Figueiredo tinha dois irmão militares. Tinha um que era dentista e tinha um que era intelectual, que era o Guilherme Figueiredo, autor da *Raposa e as Uvas*. É irmão dele. Tinha dois irmão militares, ele, ele mesmo era militar, era o mais velho e ele quando foi Presidente da República ele promoveu os irmãos.

Então, o primeiro irmão que era o Euclides, que era o mais velho foi na frente, pegou a 4ª estrela e foi comandante da Escola Superior de Guerra. E o outro era o... o... o sogro do Marco Antônio... que era o... o... general Diogo. Que andava aqui na rua.

O Guilherme morava aqui na rua Cannin... na rua Cannin não... aqui na Sá Ferreira... eles já estavam todos reformados, não tinham mais nada a ver.

Mas o general que era Presidente da República, ex-Presidente, ele montava. Depois que... ele era oficial de cavalaria, né. Ele tinha mania de montar à cavalo. E aí o problema dele foi na coluna. Ele morreu de dor ciática. Porque... a pior coisa que você pode fazer quando você tem uma hérnia lombar é montar à cavalo. E ele era fanático por cavalo, porque ele era da cavalaria. E ele tinha um sítio, aqui perto, em Teresópolis. E ele montava lá.

Ele já tinha tido enfarte, tal, mas isso aí não tinha nada a ver, ele morreu da coluna, ele morreu da coluna. Ele insistia em montar. Eu por exemplo que tenho 5 hérnias, eu gostava de montar. Tenho 5 hérnias. Eu faço fisioterapia 2 vezes por semana... a vida inteira, não posso

parar. Agora, se eu for montar a cavalo, você me tira do cavalo e me leva pro necrotério, me leva pro necrotério, né.

E o Figueiredo tinha mania de montar à cavalo, sabendo que tinha as hérnias, né. Aí morreu de dor ciática. E no final da vida teve até umas... umas... coisas que eu não faria, né. Por exemplo, chamou um curandeiro, um cara, um macumbeiro. Ele morava ali em São Conrado, aí chamou um macumbeiro, e o macumbeiro fez uma reza lá, botou um charuto lá não sei o que e *tatatá* e *tatatá* e claro que não deu em nada. Mas o simples fato dele acreditar naquilo já leva uma pessoa que não tem crenças muito sólidas. Apelar *prum* macumbeiro que vai fumar um charuto, vai fazer uma reza ali, pô?!?

Uma vez perguntaram a mim. Você me trouxe a notícia, uma amiga dela [esposa] que não sei quem é perguntou se podia fazer comigo uma operação espiritual. Operação espiritual? [...] eu sou católico, vou acreditar em macumba? Eu *tô* com 71 anos, você acha que vou virar macumbeiro numa idade dessas? [...]

[...] Eu acredito mais em fisioterapia, acredito mais no meu médico, na minha médica. No hospital que de vez em quando eu me interno, quando a dor é muito forte... até na Europa me internei. E a única coisa que me alivia é morfina... tomar na veia, quando a crise é forte. Quando a crise é suave eu tomo codeína, que também é um opiáceo, aí eu tomo via oral. Quando a crise mesmo ataca, que eu não me mexo, aí tem que tomar injeção na veia de morfina. Aí passa na hora. Eu posso saltar, eu posso sair da cama e sair dançando... mas é ilusório, porque a hérnia tá lá presa. O negócio é que você parou de sentir dor...

(Pausa - enquanto mexe em um livro sobre túmulos de famílias e personagens importantes da história)

Aliás, teve uma coisa engraçada. O autor desse livro que eu conheci muito. Ele... ele tinha uma filha linda que era guerrilheira. E ela... ela acabou minha aluna na fundação Getúlio Vargas. Ele estudou administração lá, e eu dava aula lá de direito *financei*... direito tributário e legislação fiscal. E eu reconhecia ela porque eu tinha lido no jornal que ela num tiroteio com a polícia tenha perdido dois dedos. Ela era linda, era uma mulher linda. Chamava-se Kátia. Filha dele, Kátia do Prado Valadares, filha do Clarivaldo Prado Valladares. E ele era guerrilheira. E eu a reconheci porque eu tinha lido no jornal que ela encarando a polícia levou umas balas lá que tiraram dois dedos dela, ela não tinha dois dedos na mão.

L. - E como as pessoas viam os guerrilheiros na rua, o que falavam na época? O que você pensava das pessoas da guerrilha...

F. - Naaada, nada... a guerrilha foi um fenômeno tão pequeno. Você não pode comparar, por exemplo, o que houve aqui com o que houve na Argentina. O argentino é... o argentino já é propenso a se trucidar. Então lá, tanto o governo quanto a guerrilha se trucidaram. Aqui não... aqui *tava* tudo tranquilo...

L. - E as pessoas tinham medo de andar na rua, medo da polícia?

F. - Naaão, não... não, eu não... inclusive em SÃO PAULO eu enfrentei, quer dizer eu enfrentei... em SÃO PAULO eu *tô* atravessando aquele viaduto que passa pela, pela 9 de Julho, né... e... vem um cara na minha direção. Eu *tava* sozinho... eu *tava* indo pra casa do Sebastião, que era caminho. Eu ia visitar Sebastião, era o que, 8 da noite, 8 da noite. E o cara vem na minha direção, aí eu cruço com o cara e continuo andando. Aí de repente, começa um tiroteio atrás de mim. O cara é agarrado por dois caras, ele bate nos dois caras, sai correndo e leva um tiro. Eu escuto o barulho... aí eu vejo um cara estirado no chão e um Volkswagen pega o cara, bota dentro do... do carro e vai embora. Foi a única... é... única situação... não sei quem é esse cara.

Agora, uma vez, uma vez foi muito engraçado, porque tinha acabado de acabar a revolução. Então o... O Castelo nem era o Presidente da República, *tava* a junta militar no governo, então estava tudo em estado de sítio. Aí o Carlos me manda pra porto Alegre. Aí aquela confusão não sei o que, taratá... aí eu embarco no avião sem documento. Quando eu salto em Porto Alegre, porque o Jango, ele tinha fugido do Brasil por ali. Então ninguém sabia se ele *tava* no Brasil ou não *tava*, né. E o governador era o Ildo Meneguetti, que ainda estava em Santa Maria, ele ainda não tinha reassumido. Porque o Brizola tomou no peito o governo do Rio Grande do Sul, assumindo o governo e ocupando Porto Alegre. Mas ele tinha desaparecido, mas ninguém sabia quem era quem. Aí eu salto lá, *pô*. E... aí o exército: "Documento", e cadê

meu documento? E o Carlos era tão irresponsável... que ele ia me dar uma carta, através do chefe da Casa Civil, que eu teria transito lá. Essa carta ele não fez. Aí eu *tô* lá, ele chegou e disse "embarca, você tem que ir agora, porque daqui a duas horas você tem que estar lá pra falar com o Perac Barcelos", que depois seria o governador do RS e o Carlos queria um contato com o Perac. Tá bom... bom... embarquei. Cheguei lá fui preso... fui preso, fui preso no aeroporto, né... aí, , que que eu faço? "Quem é o senhor?", "Eu sou...eu..." não posso nem provar quem eu sou, aí mostrei uma carteira de estudante... Piorou... (risos), piorou.

Aí eu me lembro que aquele deputado, não... um general. Que era o interventor na rede ferroviária federal... já nomeado pela revolução, que era o general Adolfo *Man*. Que era o interventor na rede ferroviária federal em Santa Maria, que Santa Maria é o entroncamento ferroviário que pega todo o sul do Brasil, né. Era em Santa Maria. Ele era o interventor. E por acaso ele conhecia Francisco, meu pai. Aí ele chegou e disse "você é filho de Souza Brasil?" e eu digo "Sou..." aí então "Deixa ele comigo". O general manda... foi quem me livrou do negócio... pô... poderia até me matar lá, pô.

Isso em 64. 5 de abril. Em cima da revolução. Não era... o Castelo nem era Presidente da República ainda. O Presidente da República era o Mazzilli, e a junta militar era que *tava* governando. Que era o... o... Costa e Silva, o Melo Batista e o Melo Maluco. Fizeram o AI1, que o AI1... quando o Castelo assumiu a Presidência da República o AI1 já *tava* decretado pelo comando revolucionário.

L. - Você lembra do dia que entrou o Castelo?

F. - Entrou foi 7 ou 8 de maio... não sei precisar, mas foi por aí. Mas... o... quando o comando revolucionário assumiu, o Presidente era o Mazzilli, que era o Presidente da Câmara. Ele assumiu como fantoche e o governo revolucionário editou o AI1, que não era AI1, era AI... que era só pra ser 1. Aí depois veio o 2... quando veio o dois eu disse "vai vir o 3, vai vir o 4, vai vir o 5..." Chegou ao 18...

L. - E você se lembra de como foi quando decretaram o AI5?

F. - Me lembro, me lembro do AI5. Aí eu já não tinha mais nada a ver com o governo, eu *tava*... eu *tava* em minha função pública. Mas quando veio o AI5, aliás, quando... quando negaram o... a licença para processar o Márcio Moreira Alves e a Câmara dos Deputados se levantou e começou a cantar o hino nacional. Eu *tava* na casa do Dr. Aníbal, eu *tava* na casa de Dr. Aníbal. Foi num sábado. Sessão extraordinária do Congresso Nacional, sábado. Eu *tava* na casa de Dr. Aníbal, um amigo nosso. Eu disse "Esse negócio não vai ficar assim não..."

Aí eu não tenho... eu não participei de nada disso... eu *tô* falando o que eu li. Houve a reunião do Conselho de Segurança Nacional nos Palácios das Laranjeiras... que era aqui no Rio. Brasília *tava* lá, jogado às moscas. Porque o congresso *tava* lá. Não tinha que entrar o congresso nisso. Aí, no Conselho de Segurança Nacional, o vice Presidente da República participava, que era o Pedro Aleixo. Aí houve uma discussão lá, porque o ministro da justiça, que era o Luiz Antônio Guilherme e Silva... apresentou um projeto, que era uma loucura. Fechava tudo, caçava todo mundo tal...

O próprio Médici, que como ministro chefe do SNI naquele tempo ele era ministro chefe do SNI, tinha 3 estrelas. O Médici chegou pro Gama e Silva, tirou da mão do Gama e Silva e disse, "é demais". Isso eu não vi... aí começou a discussão... o Pedro Aleixo, que era vice-Presidente da República, achava que o estado de sítio resolveria. Era só decretar que a constituição de 67 previa o estado de sítio, como a de 46 previa, até hoje prevê... a de 68 também prevê, agora a de oitenta e... *seis* também prevê. Ele disse "Vamos... ignora. Se nós decretarmos estado de sítio, ficamos dentro do estado de direito".

Mas o COSTA E SILVA foi vencido. COSTA E SILVA ficou quieto. Porque no fundo o COSTA E SILVA não queria o AI5, não queria o AI5. Ele preferiu uma solução mais suave, mas o Gama e Silva que era ministro da justiça dele insistiu. E os militares é que fizeram pressão. E ele foi fraco aí, né. Porque o Ademar... aí os ministros militares não eram mais os ministros militares do AI1, já era o *Rademacher*, que era um home... radical. Marcos de Souza Melo, era super radical, queria explodir o gasômetro aqui, matar Carlos Lacerda. E era o mais suave deles, que também era um... não era bem radical, mas enfim, acompanhava os colegas de ministério dele que era o Aurélio de Lira Tavares.

E o Costa e Silva ficou sozinho, "meus ministros militares não tão me levando para... para radicalizar, meu ministro da justiça que é civil, diretor da faculdade de direito da USP, reitor da universidade de SÃO PAULO também tá me empurrando pra lá, "que que eu vou fazer?". E aquilo, na minha opinião, aí, aí é opinião, não posso afirmar isso. O que matou o Costa e Silva foi ele ter assinado o AI5.

L. - Em que sentido?

F. - Contraiu... ele não queria fazer aquilo... ele assinou porque ele foi... e ele como autoridade militar, ele que mandou no Castelo, ele como contestável da revolução, que obrigou o Presidente da República a fazer o que ele queria, que era eleger o Presidente da República, ele com aquele poder todo, de repente numa reunião no Palácio das Laranjeiras, os ministros militares dele e o ministro da justiça, civil, dele... encostam ele na parede e mandam ele assinar o AI5, *el...* ele assinou aquilo de má vontade, ele não gostou daquilo e morreu logo depois.

L. - E você, como recebeu a notícia? Como o AI-5 atingiu você?

F. - Pelo jornal, pelo jornal... A mim não atingiu nada... a mim não atingiu nada... não tinha medo de sair na rua, não tinha problema, não *tava* perseguido, não *tava* sendo processado, não *tava* nada... Eu fiquei com um pouco de medo porque eu tinha sido... um pouco *lig...* muito pouco, mas não tinha nenhuma assinatura minha naquilo, da Frente Ampla, que o Lacerda tinha criado, ele criou lá em Lisboa com o Juscelino e em Montevideu com o Jango. E eu assinei o manifesto, da Frente Ampla, mas eu também assinei, todo mundo assinou, Célio Borges assinou, Pedro Ernesto assinou... todo mundo assinou, pô. Todo mundo que trabalhava na Casa Civil do Carlos assinou. Bom, eu disse "será que vão me pegar lá atrás, pô?". Não, não me pegaram não. Eu fiquei com medo.

É... tanto que agora... eu sou bacharel de 68, e minha turma não se formou. Porque o Ato Institucional número 5 foi de 13 de dezembro de sessenta e oito. Eu tinha concluído meu curso de bacharelado. Aí não havia formatura, era proibido. Então, cada... cada é... bacharelado... cada bacharelado tinha que ir no gabinete do diretor e diante de dois professores catedráticos, como testemunha, recebia o diploma... e... os dois catedráticos atestavam que você *tava* se formando. No meu caso foi o... o... os dois que... os dois que atestaram foi Machado Palperi e Gininha Gondí. Mas eu me recusei... eu me recusei. Então, eu tinha concluído o curso e só fui tirar o diploma em setenta e dois. Por que? Porque aí o diretor já era o Franchini. Porque em 68 o diretor era o Hélió Gomes. E eu me dava até bem com o Hélió Gomes, ele era até... amigo nosso. E meu...

Mas eu não quis. Eu achava aquilo desagradável, pô. Eu não ter formatura, não. Pô, eu ter que vir aqui com... eu não posso entrar na faculdade que eu estudei, eu tenho que entrar aqui como um bandido, tenho que entrar pelas portas dos fundos... não... não posso me apresentar aqui... Porque que proibiram a formatura? Formatura é um ritual... que nunca... desde Don Joao VI é o mesmo... porque que vai ser rompido? Eu quero usar a beca, não tinha beca... eu quero usar a beca... não tinha beca não. Era um negócio lá assim, "fecha a porta aqui tal", "vamos fazer um negócio aqui em silêncio", não sei o que tal, *tatatá...* depois "sai por ali".

L. - E tinha risco em fazer isso em silêncio? havia uma ameaça?

F. - Não... não tinha risco nenhum. Não, não tinha não... agora na minha turma tinha o Vladimir Palmeira, que era da minha turma, não completou o curso. A mulher dele era da minha turma, não completou o curso, foram pra Suécia... Eles sim, foram trocados pelo embaixador, né. Quando sequestraram o embaixador dos EUA, ele e a mulher foram embora. Era da minha turma. Ele participou. Eu era inimigo dele lá dentro... quer dizer, não era inimigo dele, que eu nunca fiz política estudantil. Fiz política estudantil secundarista, né. Mas na universidade não cheguei a fazer não. Eu era do lado oposto a ele, mas era discreto. "Pode fazer o que *cê* quiser aí, que eu não *tô* nem aí". Eu até me dava bem com ele, eu achava ele muito feio... e não entendi porque que a mulher dele, que era Ana Maria, que era bonita, achava ele engraçado. Ele gordo, balofo, tinha umas bochechas, parecia um Bul Dog, eu não achava ele bonito não.

Agora, depois, eu fui indicado pela Escola Superior de Guerra pra saudar o governador de Alagoas... que era irmão dele, Guilherme Palmeira. Eu tenho a foto... bem depois, aí eu já estou na ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. Aí, eu... eu... vou saudar o... eu estava em

Maceió e o comandante da escola que era o Almirante Noronha me escalou disse "Você vai saudar em nome da Escola o governador de Alagoas que tá aí". Aí, fiz a saudação, aquelas coisas protocolares. Mas depois teve um coquetel, né. Aí eu cheguei pro governador Guilherme. Que hoje em dia é ministro do Tribunal de Contas e tá aposentado por limite de idade. E eu falei com o Guilherme, eu digo "Escuta, e o Vladimir, tem notícia dele?"... é irmão dele. Aí ele disse "Não... ele mora lá no Rio, disseram que tá bebendo muito". Ele não gostava do irmão não. Ele era governador de Alagoas. Eu tenho até a foto lá na Santa Clara... de eu fazendo a saudação a ele, que tiraram a foto lá e me deram.

L - E você estava perto de pessoas que participavam do movimento estudantil como o Vladimir Palmeira. Você viu muita gente sumir, ou ser preso e de repente desaparecer?

F - Não, não... o próprio Vladimir, o próprio Vladimir quando foi preso eu não vi. Eu soube que ele foi preso... não... eu soube que o Vladimir *tava* preso. Que aliás, o Vladimir foi expulso porque ele colocou uma bomba... a explicação foi essa. O diretor da faculdade era Hélió Gomes. O Hélió Gomes expulsou o Vladimir e a irmã, e a mulher dele que era namorada, era Ana Maria... eram colegas de turma, minha turma. Porque explodiu uma bomba no banheiro.

E o Hélió Gomes considerou aquilo um ato terrorista. Estraçalhou o banheiro.... não morreu ninguém. Mas estraçalhou o banheiro. Na minha opinião era dano contra o patrimônio, acontece que como era em horário de aula, poderia haver vítimas fatais, então ele abriu inquérito e expulsou os dois. Aí eles foram para a clandestinidade.... e foram presos.

Aí o embaixador americano sequestrado e ele... ele e a Ana Maria vão embora, porque era pra trocar pelo embaixador, mas nunca mais os vi. Eu vi... o... o... Guilherme, irmão dele, governador de Alagoas, eu vi muito depois, sendo que ele nunca mais eu vi. Uma vez eu *tava* passando lá no largo da carioca e ele *tava* lá trepado lá num... num... como é que chama aquilo... num palanque lá, era um palanque, num era um palanque, era um banco lá que *tava* lá fazendo um discurso, que ele é agitador até hoje, ele não amadureceu. Ele *tava* lá fazendo um discurso, eu passei direto. Fiquei olhando assim de longe, tal... Ele nem me reconhece. Bom... eu *tô* formado há 40 anos... não mais... 50 anos. Ele não é obrigado a me reconhecer. Eu sou bacharel de 68, mas coleí grau em 72. Mas terminei o curso em sessenta e oito.

(Pausa)

Mas isso que eu conto, não precisa ser escrito porque todo mundo que tem a minha idade tem uma história igual. Eu não preciso contar isso... Eu estava lendo esses livros aí, esse livros são só... são só sobre sessenta e quatro, a maioria deles. E... tem livro escritos por militares, tem livros escritos... aqueles imensos ali, por exemplo... aqueles 3 ali imensos... que que eu vou dizer além do que eles já disseram? As memórias do Marechal Cordeiro de Farias, o livro do general Jaime Portela sobre o governo Costa e Silva.... que que eu tenho a acrescentar? Nada... o que eu estou dizendo, eles já disseram... e aqui, a confissão dos militares, alguns deles eu até conheci, alguns foram meus colegas de turma...

Aquele que foi condenado por ser assassino. Aí, mandaram pra prendê-lo, esse cara era meu *derrancho*. Várias viagens dormimos no mesmo quarto. Aí mandaram a polícia atrás dele, a polícia mandou pro exército, ele tinha morrido há dez anos.

L. - Nessa época que você trabalhava no governo, você fazia o que por lá?

F - Eu trabalhava na campanha, só na campanha. Campanha pro Carlos Lacerda Presidente da República. Eu *tava* lá só pra fazer isso. Eu não tinha nenhuma função burocrática. Eu *tava*, é... eu era funcionário do Estado do Rio. Naquele tempo não tinha fusão. Eu fui requisitado pelo governo do Estado da Guanabara para trabalhar no Palácio e no Palácio eu trabalharia na campanha... era um... uma função política. Eu trabalhava na campanha que o líder da campanha, quer dizer o chefe da campanha era o Guilherme Borghoff, que era o secretário de economia do Estado do Rio de Janeiro. Acontece que eu, administrativamente, eu para fica lá, eu teria que ser subordinado ao chefe da Casa Civil, que era o Dr. Marcelo Garcia, que era filho do Rodolfo Garcia, que foi um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras. Dr. Marcelo Garcia era médico e ele é pai de um secretário do atual governo do Estado que se chama Rodolfo Garcia que é o cara que defende os gays.